

VOL. III



A. NOGUEIRA GONÇALVES

Colaboração em Publicações Periódicas

Coordenação:

Regina Anacleto | Nelson Correia Borges



CÂMARA MUNICIPAL
DE
COIMBRA

ANTÓNIO NOGUEIRA GONÇALVES

Colaboração em publicações periódicas

Coordenação

**REGINA ANACLETO
NELSON CORREIA BORGES**

COIMBRA

TÍTULO

António Nogueira Gonçalves
Colaboração em publicações periódicas

EDIÇÃO

Câmara Municipal de Coimbra

COORDENAÇÃO

Regina Anacleto
Nelson Correia Borges

ISBN

978-989-8039-39-2

DEPÓSITO LEGAL

450 624/19

CONCEPÇÃO GRÁFICA E IMPRESSÃO
BOOKPAPERDESIGN

| Agosto 2019



António Nogueira Gonçalves

ÍNDICE

Volume I

Palavras do Presidente da Câmara	3
Prefácio	5
Nota biográfica	11
Nota prévia	15
Arqueologia.....	17
Arquitetura de Coimbra	29
Arquitetura vária	247
Arte no distrito de Coimbra	287
Artistas e artífices	387
Cerâmica	417
Epigrafia.....	431
Escultura	443
Fortificações.....	495
Heráldica.....	515
Historiografia	543

Volume II

Museologia e exposições.....	3
Notas pessoais	65
Ourivesaria.....	109
Paisagem e História	125
Pintura	347
Recensões críticas	379
Urbanismo.....	463
Vida e sociedade	519
Índice onomástico.....	545
Índice toponímico.....	565

MUSEOLOGIA E EXPOSIÇÕES

**MUSEU DE D. MANUEL CORREIA
DE BASTOS PINA
CARTAS INDEPENDENTES**

I

Retiro de monges foi este onde o acaso me proporcionou a oportunidade de traçar as primeiras linhas duma série de artigos que neste se começam, retiro o mais austero duma das mais austeras regras, o Buçaco.

Escrevo enquanto aguardo um carro; os membros cansados de percorrer ermidas e capelas, veredas e caminhos, sob o sussurro do vento nas altas ramagens.

Sentei-me; o pensamento acompanhando o olhar das mansões vazias às árvores que viram morrer velhos ideais e hoje crescem, e se renovam numa ordem nova, que é a ordem secularmente velha, a da selva. Lembrei os monges e lembrei também os meus cuidados. Se daqueles tenho imitação – sem família, sem ambições, a vida meia passada, os cabelos brancos trazidos pela idade, o desengano pelo conhecimento dos homens – não os imitarei no seu silêncio, já que sou de outros tempos; seguirei a voz que reboa no meu sangue e que diz como Iavé aos profetas da minha raça espiritual: vai, clama e não cesses, levanta a tua voz com o estridor do clarim.

*

Nem contra ideais, nem contra ninguém eu venho; o passado é morto como mortos são os seus homens, nada tenho com eles: são eles, hão de ser os do presente, o traço impreciso no intemporal tecido, esgarçado e delido, de Cronos, indecifrável para os paleohistoriados.

Guia-me uma razão, um impulso, e uma verdade, imanentes no meu espírito, um sentido de justiça e de reparação que as milenárias, multiformes e inumeráveis gerações de humildes, formando uma amargurada trama, entretecendo-se na tessitura do tempo, vinculando-se aos meus anseios, clamam no meu sangue.

Ninguém, ninguém me aconselhou, me deu razões, me fez promessas.

Venho por mim. Guia-me a luz mística do candeeiro dos sete braços, a luz intemporal dos que morreram por causas que, diante de Deus e dos bons, eram, justas, dignas de, por elas, se viver e morrer.

Venho dizer com justiça e com correção o que, vinculado, não propriamente no direito eterno mas nas leis escritas, (nas que foram do Reino e nas que foram da República) e no senso comum, é razoável, é de seguir, é de executar.

Sosseguem, inquietos espíritos.

Trago as mãos livres e abertas e, se não as estendo aos inimigos, enlaço com elas as que se me oferecem de todos os pontos divergentes do horizonte em que o multiforme espírito sopra.

Pertenço à madre Igreja e dentro dela sinto-me numa liberdade que nunca fora dela vi. É o contrário do que passa em julgado.

Bendita tu, madre eterna, madre Igreja; à tua sombra formei o meu espírito e rasguei o meu caminho. Repartiste comigo o pão da tua pobreza e deste-me a garantia de me poder estender nos sete palmos de terra, tendo os pulsos e o espírito livres; só os pobres não escravizam, só os pobres compreendem o grande bem que é ser livre.

Tens uma justiça a pedir, tens um direito que não podes alienar, tens uma chaga a cicatrizar. Tenho as mãos livres e capazes; tomam o teu pão; estão postas ao teu serviço.

*

Pararei todavia num ponto. Não serei o estorvo, o homem que impõe e impede. Rasgarei a selva, limparei a vereda; na clareira cederei o passo.

A solução a propor, que ressalve os direitos da igreja e que permita que as espécies de vária ordem do velho museu episcopal sejam objeto de estudo das técnicas artísticas, essa solução pertencerá às altas partes interessadas; deixá-la-ei ao seu próprio e sensato critério.

*

Se a justiça dum causa, se o estímulo dum ação se encontram no consenso do público, esse tenho-o; tenho pois a justiça a guiar-me e um estímulo a impelir-me.

De todas as partes me vem aplausos, e ainda não comecei a exposição!

É a velha gente que foi dos tempos de luta; é a gente nova que nasceu em tempos calmos.

Sentem aqueles que não podem fechar os olhos sem uma reparação; sentem estes que, para marchar num caminho novo também, é preciso que os velhos traços dos rodados tenham desaparecido.

Poderia dizer que até os mortos se encontram comigo. Comigo estaria um lutador denodado e leal que acabou de tomar. Terei de fazer uso do que em certas atas deixou escrito.

Sob o signo da sua campa mal cerrada eu começo.

Correio de Coimbra, 1951.11.02.

II

Lançava a semente à terra o lavrador quando já na fronteira ecoava o estrépito das hordas de devastação.

O seu gesto lento tinha um ar litúrgico de multimilenário rito. As searas vinham-se multiplicando sem cessar no campo, nesse campo donde as bocas dum mesma raça, dum mesmo sangue, haviam por todos os tempos tirado o pão. Espalhando a semente, sentia o lavrador que, pelo seu gesto, as coisas e os homens se perpetuavam na mesma ordem que recebera. A sua alma expandia-se, o coração projetava-se pelas gerações futuras...

Veio o invasor, a assolação, a escura derrote. Os filhos do semeador comeram um pão de escravos, enquanto à mesa de seus pais e avós, os que não haviam lavrado, os que não haviam semeado, os usurpadores blasfemavam da tradição e partiam o pão das sementeiras antigas, entre impropérios aos deuses da terra dominada.

Ai dos vencidos! que até o seu nome serve para o triunfo dos que os humilharam. Os ombros vergados têm de transportar os sinais da sua velha grandeza; a estrela de seis raios de glória, a sempre formosa estrela do seu primeiro pastor, que lhes

alumiou tardes e madrugadas, serve de luzeiro aos passos dos feros escravizadores; e, no festim bárbaro, sentem aniquiladas as suas esperanças, vendo beber às ideias novas pelos vasos do templo místico da tradição subjugada.

O roble não desaparece na tempestade. Se as folhas são levadas, se partem com fragor os ramos, ele revigorará e à sua sombra voltarão a descansar os pobres e os abandonados.

A Igreja é mais que o roble. Os filhos escravizados voltarão sempre a sentar-se a comer o pão na casa reconstruída e a beber pelas taças que foram de seus pais, entoando velhas canções de independência.

*

Em discurso de ocasião, e pronunciado em Lisboa há meses, considerou-se como sendo também fundador do museu de Machado de Castro, o ilustre prelado que foi D. Manuel Correia de Bastos Pina.

Erro e pungente sarcasmo! posto que ditado pela ignorância.

O museu de Machado de Castro tem um, um só fundador e o nome dele lhe basta, nome que também é grande dentro do seu natural círculo.

O ínclito bispo conde não poderia nunca pensar em execrar as pratas e os tecidos litúrgicos, reduzindo-os a espécies em que só se visse o valor do artífice, se procurasse primordialmente a evolução das técnicas artísticas.

O seu museu, o Tesouro da Sé, era a exteriorização do esplendor do culto, demonstração da proteção e do estímulo que a Igreja sempre dera às Artes dirigidas no sentido religioso, juntando-se-lhe o estudo das séries de evolução artística.

Não foi nunca vontade sua, nunca lhe poderia surgir no espírito a secularização do tesouro da sua Sé, das peças catedralícias, conventuais, colegiais das associações religiosas que, feitas para o culto, no culto tiveram a sua expressão mais alta, o mais alto sentido.

Circunstâncias complexas, e não desejo de rapina, uma cobiça cega, as levou para a tutela daquele museu civil. Circunstâncias muito complexas, que só o conhecimento daqueles tempos dá a razão, razão que escapa aos que sendo desse mesmo tempo, ou aos homens que ainda são informados pelo seu espírito, tudo ainda veem por um prisma de luta, quer sejam da direita quer da esquerda, pouco importa.

Passando o Tesouro da Sé para a tutela do museu civil nunca ali se considerou absorvido como qualquer outra coleção. Foi sem-

pre tido como conjunto independente, criando-se-lhe um edifício próprio. Sempre os atos do ilustre diretor e fundador do Machado de Castro o manifestaram, como também o extinto Conselho de Arte e Arqueologia, tendo-se mesmo falado por diversas vezes, nas reuniões deste, num *modus vivendi*, a seu respeito, com o cabido catedralício. Não era fácil estabelecê-lo no tempo da sua existência, em virtude das circunstâncias de momento e da falta de pessoa que estudasse impessoalmente o caso, tendo em vista, não as peças globalmente, mas cada uma por si.

A preocupação do ilustre Dr. Vergílio Correia, extinto o Conselho, foi a de promover o inventário, a classificação e coordenação das peças, para que esse encargo do museu sacro anexo fosse bem definido e pudesse ser considerado convenientemente, quando a oportunidade o exigisse.

Antes de 1940, por diversas, vezes tentou obter a minha colaboração. Conseguiu-o. Organizei os catálogos das espécies de prata e tecidos, ficando a inventariação das outras espécies para uma relação particular.

Poderão julgar os superficiais que foi tempo perdido para mim. Não foi; não foi, pois que os, meus superiores não são aqueles que se sucedem num ritmo acelerado nas cadeiras do poder civil; os meus superiores são aqueles que têm a confirmação divina e que para além da vida mantêm o caráter do mesmo poder. Tempo ganho foi ele, como esta mesma pena demonstra, fazendo esta reivindicação. Este é o verdadeiro, *posfácio*.

Nunca da parte da Igreja se julgou perdido o direito e o uso das peças do seu Tesouro.

Lembrarei só o que não chegou ao conhecimento público, o que, depois da Concordata, o ilustre e de saudosa memória arcediogo Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos pensou e tratou com o falecido bispo conde D. António Antunes, e que não pôde ser proposto ao poder civil, o que não foi possível levar a efeito no momento pela falta do que se apontou acima.

Faleceu ele mas fiquei eu a guardar as suas ideias.

Tenho pois patronos entre, os mortos, tenho o seu pensamento como diretriz, tenho perante os vivos a razão e o direito.

Continuarei no caminho, porque sei que se a minha pena tomasse outras, seguindo no sulco rasgado, prosseguiriam. Nisto reside a virtude da Igreja eterna!

Correio de Coimbra, 1951.11.16.

III

Surgiu-me o problema na Rua da Sofia.

Era natural que a santa Sofia ou Sabedoria ali tivesse aberto a minha inteligência, em frente do Palácio da Justiça; a razão e o fim a que se propunha, bem como o local, não podiam ser mais acomodados.

Um pobre homem gritava num grupo: – Então não há de haver nos livros uma lei que diga que aquilo é meu por verdadeiro direito!

Parei; era mesmo o que procurava: um motivo que justificasse andar por ali sem nada fazer e adiar a vinda para casa, aonde o trabalho ficara a esperar, aberto sobre a mesa.

Ora, em vez de simples devaneio mental, surgiu-me um problema absorvente.

As palavras **direito** e **lei** repercutiam-se-me na consciência dum modo estranho, com nova sonoridade, como se o seu conteúdo fosse outro daquele que estava habituado a conhecer-lhes.

Até àquele momento dar-lhes-ia as definições que aprendera há mais de um quarto de século; sair-me-iam, para mais, em latim. Repetia: **jus est... lex est...** e não lhe reconhecia o sentido!

Disse comigo: infelizmente não estudei Direito e, para cúmulo, além de tanto livro que tenho lido (romances, novelas, almanaques, magazines...) nunca se me deu para procurar aqueles que me dessem as bases, os fundamentos do direito, daquele direito eterno, que chamam natural.

Lembrei-me de voltar atrás e entrar no Palácio. Surgiram-me dúvidas. As letras em bronze que marcam a entrada dum instituto de Direito desenharam-se-me em frente, trazidas pela memória visual, mas acanhei-me de ir ali bater.

Voltei-me para a indicação do pobre homem: os livros. Nada mais, simples e mais claro; vieram-me á memória aquelas palavras do clássico, recebidas lá para os primeiros decénios deste século: «são os livros uns conselheiros mudos...»

Vim alegremente para casa e radiante me encontro na biblioteca. Investigarei e irei anotando. Trata-se duma experiência útil.

Volto-me para as estantes. A primeira é imensa; não sei de quantos pés em comprimento nem de varas de alto. Uma tabela esclarece o conteúdo: direito civil e canónico. São livros graves, incluindo espessos in-fólios, de fortes encadernações e douragens na lombada.

Perto, estantes modernas contêm brochuras de cores claras, renovando nos tempos presentes as ideias milenárias, segundo julgo na minha ingenuidade.

Entrar porém nesta selva, esclarecer em poucos minutos o meu espírito, sossegar a minha consciência, depositar confiança no julgamento dos homens, voltar tranquilo ao meu trabalho, como?

Aonde tenho a paciência, como irei conseguir tempo disponível e até, deuses imortais, os anos de vida para tão vasta indagação?

Tentarei, volto a dizer.

De título a título, que vou decifrando, acabo de parar na **Instituta**. Lá esclarece o grave Bluteau: «Instituta. Livro que contém os princípios do Direito Romano. Chama-se Instituta de Justiniano porque no tempo deste imperador foy composta por Treboniano.»

Deve ser o livro que buscava. As suas bases são imensamente mais velhas que a nossa nacionalidade, ficam para além de toda a alta idade-média, para além da vinda dos bárbaros; são a conclusão de todo um ciclo evolutivo humano, partindo dos mais escuros tempos, passando por um nobre apogeu e largo domínio sobre variados povos; são o fruto da indagação jurídica daquela gente que, partindo duma miserável povoação proto-histórica, fez do Orbe a Urbe.

Sinto que uma confiança plena entra na minha alma.

Abro alegremente a edição do séc. XVI, com o texto a meio da página, a espessa e funda glosa a envolvê-lo e ainda notas marginais a darem os últimos esclarecimentos.

Procuo e encontro no título 2.º do livro 1.º: **Jus naturale est**, o direito natural é aquele que a Natureza ensinou a todos os animais quer vivam no céu, quer na terra ou no mar.

É isto mesmo, sinto-o; a base do direito está dentro de mim, está no homem.

Racionalmente, pois, se abre o **Liber I Institutionum Divi Iustiniani sacratissimi principis: Justitia est**, a justiça é a vontade constante e perpétua de dar a cada um o que lhe é devido por direito, **jus suum**.

Aprofundarei.

Quais são os primeiros direitos, os direitos absolutos que a natureza deu a cada homem e a cada homem ensinou por instinto a respeitar nos seus semelhantes?

Começam-me a nascer dúvidas. A memória de factos antigos e novos, de coisas lidas e vistas, dá-me sobressaltos.

Os passos guiam-me para outro ponto. Leio na lombada duma brochura: Macarel. Que coisa será esta? O acaso acaba de me pôr nas mãos os **Éléments de Droit Politique**, reimpressos (1849) na

velha e extinta imprensa da Universidade da cidade a que chamam doutora, ainda não sei porquê. Uma folha litografada duma sebenta que correspondia á 36.^a lição de Direito Público de 9 de dezembro de 1850 anda-lhe dentro e, para me comprovar que tal livro serviu de expositor nesta cadeira de Direito, cita-se nela Macarel.

Ainda bem, encontro-me no bom caminho; depois do Império romano, depois de tantos direitos e (mau!...) tantas devastações em seu nome, depois dos célebres **direitos do homem**, certamente voltarei a encontrar a eterna razão e vontade de Deus dos primeiros teólogos.

Os direitos absolutos do homem, estou a ler, reduzem-se a três pontos principais: segurança, liberdade, propriedade.

Explica e aprofunda as noções o autor e, na liberdade, refere a da consciência e do culto. Talvez assim seja especulativamente mas na prática e já naquela época, tal como o que refere sobre a segurança e a propriedade... mas já num velhíssimo passado, como no tempo presente...

Certamente, enganei-me no caminho.

Raciocinarei buscando outros traçados.

Antes de procura os elementos constitutivos do direito natural deveria ter indagado os alicerces dos princípios desse direito natural e escabece-los um por um.

Levanta-se, no entanto, uma dúvida que me inibe de folhear novos livros. Dentre a confusão dos conhecimentos há muito esquecidos e que vêm vindo à tona da memória, surgem-me as **ideias racionais universais**, representativas de «alguma coisa tão necessária para constituir a razão humana que o espírito, que carecesse desta concepção, não seria dotado de razão.»

Os princípios de direito natural não serão **ideias inatas, formas essenciais, princípios naturais, conceções à priori**? Tremo porém; surgem-me nomes (Pitágoras, Aristóteles, Kant, Cousin, etc.) e as velhas noções aparecem esgarçadas e baralhadas no espírito.

Bom teria sido que tivesse ordenado os estudos noutra sentido. Para quê, todavia? Por um lado não saberia as poucas coisas que sei, por outro vejo que, depois de séculos de indagação, os filósofos se dividem cada vez mais sobre essa coisa que pareceria comezinha, as categorias.

Que segurança poderia ser a minha, entrando sozinho pela razão prática e pela natureza humana, ou pelo exame dum livro inspirado que fosse indicando a progressiva história da humanidade e por ela eu fosse deduzindo a eterna vontade de Deus;

mas se o fizesse acompanhado não viria a adotar falsas convicções alheias?

Encontro-me a descrever dos princípios justinianeus. Todavia tenho de obter noções seguras, tenho de tranquilizar a minha consciência na categoria de justiça.

Desviar-me-ei para outro ponto.

Que é lei?

Voltemos à **Instituta**. Lá se diz no livro 1.º, título 2.º, n.º 4: **lex est**, a lei é o que o povo romano, sendo interrogado pelo magistrado senatorial ou pelo cônsul, constituía.

Penso que avancei demasiadamente. Não sou capaz de ligar esta definição com a do direito natural e com o que sei da Justiça das multidões. Penso ainda no homem da Sofia. O erro deve residir na minha ignorância.

Deixarei a especulação para o que é prático – a lei escrita, regra do procedimento.

Se ela procede dum legislador (multidão, grupo ou um indivíduo) e é promulgada em seu nome, como saber se esse legislador é o **legítimo** e não é o intruso ou se é o déspota, o atrabiliário?

É-se legítimo legislador só porque se detém o poder, se representa um numeroso grupo? Oh! erudita História... Eu próprio não tenho ouvido clamar e não tenho gritado contra a injustiça de leis? Não vi pessoas da minha família e amizade serem levadas às prisões, há umas dezenas de anos, em nome de leis novas, por defenderem as leis que eram fundamentais do Estado nos dias imediatamente anteriores? Nasci no limiar deste século; muita coisa tenho visto!

Tinha trazido outros livros para esta mesa aonde escrevo; o **Direito Natural**, do Ferrer, a **Philosophia do Direito** do Dias da Silva e ainda outras filosofias do Direito mais recentes, de ilustres que foram do Direito em Coimbra.

Não os abrirei.

Fecharei os livros e voltarei as costas às estantes; sentenciarei por mim.

– Lei é um conjunto de prescrições tendo por fim a prática ou a omissão de determinados atos, de forma a conduzir os homens sujeitos ao domínio (violência) do legislador a viverem dentro da esfera útil ao mesmo legislador (grupo social ou indivíduo).

– A lei justifica-se por uma filosofia, antecedente ou concomitante ou consequente, conforme aos interesses do legislador (grupo ou indivíduo) e que dura ou se modifica conforme esses interesses permanecem ou se transformam.

Mas isso é mais que doutrina materialista, isso é doutrina cínica, gritarão Vv. Ex.^{as}. Talvez seja isso ou outra coisa, não indago; o que sei é que estas conclusões saíram da minha experiência.

Antes de fazer aqui ponto, como diriam os clássicos, e de passar à segunda parte, esclarecerei que, a meu juízo, para se entenderem as variações das leis é necessário estudar a filosofia que as justificou.

Correio de Coimbra, 1951.12.07.

EXPOSIÇÃO DE TOM

Escrever algumas palavras das pinturas e desenhos que Tom expõe na Couraça da Estrela, neste pequeno espaço que o *Correio* me concede, e que saiam do costumado verbalismo, torna-se difícil. Tom é um pintor modernista, e os meus pobres olhos só se acostumaram e procuraram ver inteligentemente a arte condicionada pelo critério clássico. E estes hábitos visuais são tão tirânicos, formaram de tal modo a minha alma como a de tanta gente ainda, que diante da arte de certos povos e de certas correntes novas e europeias, nos desnorteiam, e nos levam a procurar antes qual seja a sua história e as suas ligações com a arte de outros países ou de outros artistas, do que compreender a sua técnica, que é sempre a causa primária da sua beleza. O processo para tais casos já uma vez aqui o indiquei; é – ir sem prevenções e com a vontade de *compreender* para se poder comungar na beleza que esse povo ou esse artista exprimiu.

Os *desenhos* de Tom dizem acima de tudo um grande sentimento da natureza pela sua análise cuidadosa e de seleção. Não são imagens esculturais, procurando dar as três dimensões; o traço fino e leve indica os contornos mas não modela. As formas anatómicas exageram-se levemente para se tornarem mais expressivas, seguindo o espírito de muitos artistas europeus, escalonados através dos séculos, que quiseram dar formas vivas. Na transcrição do movimento não procura ser da instantaneidade da objetiva; sintetiza numa imagem, selecionando, a série de imagens que a retina apreendeu e o espírito guardou como expressão desse movimento nos diversos músculos e membros do corpo.

Quais os desenhos que lhe prefiro? Não sei, porque todos me dão um aspeto diverso do artista e cada um deles me seria necessário para bem o compreender.

Se a pintura é essencialmente para o encanto desinteressado dos olhos, como creio, Tom deu-no-la brilhantemente. É uma policromia clara, decorativa, musical; a gama das cores é harmóniosíssima, rara mesmo, e sente-se que tem havido um estudo extraordinário para a poder dar com tal mestria. O quadro é principalmente cor, ou antes, é ela que o faz na totalidade.

O 21 do catálogo é uma encantadora harmonia do amarelo, azul, verde; o 41 vem ao nosso encontro com as suas cores que chamarei patricias; no 28 está a graça frágil e feminina duma adolescente do povo; o 26 – *Aquela do Vale de Santarém* – é a transcrição dum tema romântico por um modernista: e a figura feminina que o preenche é como uma haste fina e ondulante duma estranha planta sensitiva.

Nos quadros monocromos o que quis o pintor dar? O volume? Assim creio. *Santa Isabel* é como uma figura gótica; tem o mesmo espírito. Faz desejar que Tom nos dê mais figuras de santos, às quais talvez se não possa rezar, mas que ajudariam a afinar a nossa sensibilidade religiosa.

Há dois quadros de paisagem. Número 19. Como está longe o sentido clássico da paisagem! Mas que linda evocação cromática de vegetação opulenta. 22, claridade para o olhar, cores numa harmonia clara, decorativa.

Os apontamentos 14, 15, 16 são os melhores documentos que nos é possível ter para o estudo da visão do pintor, para ver como apreende o movimento.

Agora pergunto a mim mesmo: – Teria acertado na arte de Tom? Não sei. Ao menos procurei o caminho para o encontrar; desejo só que eu um dia comungue plenamente na beleza que ele exprime, porque a beleza não está só nas formas de Arte que passaram, está no presente, e no futuro em outras formas cuja diretriz não podemos adivinhar de modo nenhum.

Correio de Coimbra, 1932.04.09.

EXPOSIÇÃO DE BARROS E AGUARELAS

A Arte de António Vitorino não tem necessidade de que se lhe ande pelos jornais a fazer apresentações, e para mais em Coimbra.

Os seus barros miniaturais, com delicadezas infinitas que estamos habituados a ver só nalguns velhos marfins, e que em marfim gostaríamos do ver reproduzidos, divulgaram-lhe o nome.

Na exposição que abriu no dia 4, à Couraça de Lisboa, e que ainda continua, reuniu umas vinte e sete aguarelas e uns quinze barros, alguns já conhecidos. Os que apresenta de novo continuam na mesma orientação de paciente minuciosidade, com a mesma busca de verdade que se manifesta duma maneira especial nos motivos animalistas; verdade de anatomia e verdade de atitudes.

O grupinho de *Uma recarga* merece uma citação especial pela composição e pelo movimento de perfeita justeza. A transposição para o barro da pintura de Malhoa, a *Rainha D. Leonor*, foi conseguida com muita felicidade.

Entre as reproduções de obras antigas marcam na sua maneira as bem observadas *Cabras no monte*. *Vítima da festa* e *Bois lavrando* são obras dignas de atenção pela violência no movimento de uma, pelo surdo esforço da outra.

As suas aguarelas são graciosas.

No número 6 dá-nos a tristeza dos pinhais de S.^{to} António sob uma luz difusa.

Inverno sem chuva tem o encanto do desnudamento do arvoredo do Mondego, a doçura da luz atenuada dos meses tristes daquela estação do ano.

Já *Uma rua de Óbidos* é clara, com a boa alegria da luz do verão.

A exposição merecia uma visita de todos os que nesta cidade de Coimbra se interessam por coisas de arte, da arte das grandes épocas e da arte viva.

Correio de Coimbra, 1932.07.03.

EXPOSIÇÃO DE PINTURA

É difícil fazer crítica de arte.

Quando se trata de pintores de segunda ordem, a alusão à perspectiva, à gama cromática e à gama dos valores, etc. dá grande margem a que se encham linguados e linguados, mas quando se trata de artistas conhecidos e consagrados, senhores duma segura técnica, tudo isso reverte num verbalismo inconsistente.

Há só um processo, o melhor, deixar-se conduzir pela emoção que cada quadro desperta, procurar sentir o que o pintor viu e quis dar.

JOSÉ CAMPAS, que quando partiu para Paris pensionista do Estado era já um nome que cada vez mais se tem vindo a firmar, trouxe a Coimbra um conjunto de valor.

Porque me encanta aquela rua antiga de Bragança? É uma região, similar a outras minhas conhecidas, de construções rudes e irregulares, duras, difícil de transportar para a tela, e que Campas tão bem me mostrou. *Perspectiva do Tejo*, vasta, clara, com um sentido íntimo das coisas; à hora ardente do *Caminho do mercado*; o outonal *No rabisco*, de tarde sonhadora, vinha dourada, a serra nua e triste, embrulhada em sombra; o *Árabe* vigoroso e estranho; a clara luminosidade do *Sobreiral à tarde...* E os retratos que não esquecem, *Aristocrata russa*, José d'Alpoim.

D. MARIA DE LOURDES DE MELLO E CASTRO, que esta cidade já conhece da brilhante exposição que não há muito tempo aqui abriu, e da qual deixou algumas obras que agora de novo mostra, já não é só uma brilhante promessa como a sua juventude poderia fazer supor, mas pintora com realizações de valor. Podem-se ver nesta ocasião o *Muro florido*, rua solitária com grandes sombras, lindo sítio para sonhar; *Uma rua de flores*, harmonia de verdura, flores e juventude; e ainda a *Vendedeira de laranjas*.

JOSÉ CONTENTE, paciente trabalhador do *Pórtico dos Jerónimos*. Porém da sua obra encantam-me mais os pequenos desenhos a que pôs o menor preço.

O arquiteto conhecido e de valor, AGOSTINHO DA FONSECA tem três óleos onde se manifesta nitidamente a sua orientação profissional para a visão primária das linhas e massas, e que são trabalhos, decorativos, sóbrios em detalhes, de valor.

FAUSTO GONÇALVES, o pintor das paisagens femininas, líricas, das horas pensativas quando a natureza parece que anda a rezar, como no quadro *Em Arcos de Valdevez* onde numa larga toalha de água se refletem, tacadas das cores da tarde, as árvores, o casario, as montanhas, formando um conjunto lindo envolvido de tranquilidade e doçura. *Fim da tarde*; choveu, a luz já é fraca e na distância as coisas vão perdendo nitidez; no primeiro plano em frente a uma capela de leve arquitetura gótica, as nuvens triunfais refletem-se num breve lago. É uma hora veloz, numa ocasião rara, de fugaz encanto! E aquele rio solitário

em *Pedra Furada*, *As últimas lavadeiras* que teve no Salon de Paris no último ano, que tão bem nos dão a sua sensibilidade!

Trabalho superior, denotando qualidades excepcionais, equilibrado, bem composto, é o seu *Depois do trabalho*.

JOÃO REIS. Da família Reis, extraordinariamente dotada para a pintura, um dos poucos casos em que o talento se transmite e se renova com brilho, vieram os dois, irmãos João e D. Maria Luisa. Vivendo sob a égide paterna seria natural que fossem simples reflexos vivendo na órbita da maneira do glorioso Mestre; criaram uma personalidade distinta e vão seguindo por bom caminho.

Na obra exposta de João Reis salientam-se os bem vinculados *Pescadores de Buarcos*, composição equilibrada e decorativa, onde se combina bem a robustez dos marítimos com a paisagem em que avulta a larga muralha da amiga fortaleza; *Uma explicação* onde se destaca um grupo bem tratado, de rudes figuras, num fundo de paisagem feminina, de mar claro, casaria claro, céu de sonho. *A velha latada* é rutilante de luz; cheio de cor o quadro *Ao cair da tarde*. Muito dignos de nota os seus carvões.

D. MARIA LUISA REIS. É duma sensibilidade afinadíssima a sua pintura mais colorida que desenhada. A mesma melancolia, o mesmo encantamento das horas em que a natureza toma coloridos patricios se manifesta em todos os seus trabalhos, É uma alma de poesia que não podendo chorar em versos harmoniosos transpõe para a tela essa vibração íntima. Ora vejam-se as *Nuvens* e leia-se:

Vai a nuvem subindo, vai crescendo
Parece que já toca nas estrelas,
E eu fico-me cismando por não vê-las
Que a mim talvez melhor me fique vendo...

do soneto *Nuvens* de D. Maria Leonor Reis.

FAUSTO SAMPAIO vivendo encerrado num sonho de beleza! *Largo da Achada* como num país nebuloso, trespassado de chuva e nevoeiro, ruas encharcadas; técnica ótima, beleza imensa que nunca cansa. Quimérico, romântico, sonhador, *Cair da tarde com luar na Costa Nova. Praça da Ópera*, grande segurança de pincel.

ANTONIO VICTORINO de quem já se falou neste jornal.

SAUL D'ALMEIDA, enamorado das velhas pedras coimbrãs.

Correio de Coimbra, 1932.07.16.

EXPOSIÇÃO DE REPRODUÇÕES ARTÍSTICAS

O distinto pintor portuense, sr. Júlio Pina, trouxe a esta cidade pela segunda vez as suas reproduções artísticas de obras de escultura.

Para ver quanto elas têm de notável basta lançar um olhar quer para o nome dos autores cujas obras são reproduzidas, quer para o lindo conjunto que formam. As almas enamoradas da beleza, aqueles que veem na obra de arte não só uma das mais altas expressões do génio humano mas também partes integrantes e últimos restos das diversas fases da vida da humanidade, têm naquela exposição horas de inesgotável encanto.

Reproduzidas as obras originais em diversas escalas, conservam apesar disso a mesma harmonia de volumes e uma correspondência de modelação admirável. Ora isto sendo muito, não é tudo nestas reproduções de Júlio de Pina, o que lhes é primário e próprio do artista, é a admirável e inexcedível *patine* que cada uma tem, copiando-se fielmente a tonalidade, a usura, que o manuseamento, a devoção ou abandono lhes deram. Às vezes, instintivamente, esquecemos que estamos diante de reproduções, e se apodera de nós a mesma emoção que teríamos num museu quimérico em que por um estranho poder, como em contos de menino, se tivessem reunido as obras que no marfim, no bronze, na pedra ou na madeira, os melhores escultores trabalharam.

As gregas tanagrinhas surgem leves, evocando um tempo que foi de beleza e de harmonia. Virgens góticas, das primeiras épocas; baixos relevos renanos, do século XV, com panejamentos quebrados, em estranhos enrolamentos; esfíngicas figuras, chorando, de túmulos franceses; suavidade de linhas florentinas; musculosos e violentos bronzes de esfolados de Miguel Ângelo; graça do século XVIII; tudo ali se conjuga tentando... e depois tendo preços tão acessíveis!

Fora das obras que são clássicas num estudo geral de arte, outras ali se veem que logo prendem; *Mulher velada*, *A humanidade chorando a guerra*, *Velhos à lareira* de Joaquim Lopes, etc.

E pensar-se que se poderiam organizar facilmente por meio da obra de Júlio de Pina lindos museus escolares que tanto auxiliariam as aulas de desenho e de história de Arte; obter-se por intermédio dela alguma coisa de bem diverso e infinitamente

acima dos vulgares gessos, frios e repulsivos, e das gravuras péssimas com que ensinamos a evolução da escultura!...

Correio de Coimbra, 1932.07.16.

EXPOSIÇÕES

TEIXEIRA CABRAL

Abriu no dia 12, na Delegação do *Diário de Notícias*, a sua exposição de caricaturas.

Apreendendo muito bem as linhas individuais típicas dos modelos, sabendo-as exagerar dentro dum conjunto equilibrado no seu género, e sóbrio, obteve uma dúzia de trabalhos de muito valor, que marcam fortemente uma personalidade de artista.

SERAFIM SILVA

Foram uma interessante revelação os seus desenhos e aguarelas.

Enveredando por um modernismo curioso, deu-nos nesse género algumas obras graciosas, decorativas, tocadas uma e outra vez de sensibilidade e de certo valor expressivo.

Trabalhos interessantes: *Desavença no Paraíso*, como invenção e cor; *Quase noivos*, sentimentalidade amorosa de operários; *Liberdade*, como justeza de interpretação naquela maneira artística; *Gatos*, curiosa mancha.

Serafim Silva, oscila entre as várias tendências modernistas (que no fundo não são senão aspetos variados de primitivismo pictural) e as grandes orientações clássicas (isto é, as orientações daquela pintura que é o mais alto valor não só linear, cromático, mas também expressivo dos sentimentos, a mais completa realização técnica).

Seria este último caminho que gostaríamos de o ver tomar, sem que perdesse as suas qualidades de clareza de desenho e a sua maneira decorativa.

Que não desfaleça, não seja esta a vez única que apareça em público, e que, renovando-se, progredindo, adquirindo personalidade, afastado de rivalidades mesquinhas, venha a dar brilho à arte coimbrã.

Correio de Coimbra, 1932.11.19.

NO MUSEU

A polidez tem de assumir aspetos tão variados que só pessoas excecionalmente cultas, dotadas naturalmente de superiores qualidades de sensibilidade e bondade, com um completo domínio de si e uma atenção permanente a todos os seus atos, podem estar quase certas de não magoarem ninguém.

Gosto de entrar num museu às horas em que é menos visitado, como gosto de ir através duma paisagem linda só com os meus pensamentos, só com a minha emoção. Que horas boas de encanto, a ignorância de certa gente, me não têm estragado! Ainda não há muito estava ali no Machado de Castro, diante dum crucifixo antigo, olhando a cabeça de Cristo, pesada, de divina amargura, agonia, quando chegaram dois pobres rapazes. O que disseram revelava tal incompreensão, tal carência de conhecimentos e de sensibilidade, que eu, confrangido, retirei-me.

Olhar para as coisas de Arte é simples, mas sabê-las ver com consciência e emoção, clara e racionalmente, é tão difícil... A emoção, a emoção... julga certa gente que, para a ter, é necessário um sistema nervoso desarranjado e dizer disparates em linguagem confusa.

A emoção das obras de Arte é produzida pelo saber numa alma dotada de sensibilidade e sadia; e o saber só é adquirido pelo trabalho aturado, consciencioso e perseverante.

Contudo, toda a gente pode ver um certo grau de beleza daquelas obras, não só da beleza que o artista exprimiu mas também daquela que os séculos, roçando por elas, lhes deixaram.

Há porém certas coisas, pequeninas, pobres, imensamente modestas, simples produtos industriais, mas tão velhos, carregadas de tantos pensamentos, tão ligadas à vida do par humano, companheiras das suas alegrias e de amarguras tão repetidas e

tão fundas, que se transfiguram ao nosso olhar, e com religioso respeito lhe tocamos e as guardamos.

O Museu desta cidade está cheio dumas e de outras. Neste canto de jornal começar-se-á a falar delas despreziosamente, sem divagações científicas. Não haverá método; a uma obra de valor seguir-se-á uma outra insignificante, e notabilíssimas ficarão no silêncio.

Agora no adiantado Outono, com as primeiras aragens desabridas, o céu triste, no limiar do grande sono da Natureza, entre-se no largo pátio do Museu e indo-se através dos canteiros floridos, de crisântemo para crisântemo (alguns tão lindos, como os brancos, enormes, a lembrarem cabecinhas de criança, puras, puras!) vá-se parando nas velhas pedras, e, escutando o murmúrio da água no tanque, o adejar dos pombos familiares, contemple-se de espaço, meditativamente, a tristeza dos montes e céu a recortarem-se na dupla arcaria da varanda que faz lembrar os retábulos-polípticos dos primitivos italianos pelas suas múltiplas aberturas e pela paisagem dos fundos, e pode ficar-se com a certeza que o mais poético, sugestivo e harmonioso recanto de Coimbra se acabou de ver, e que se a alma se não sentiu encantada e comovida, não há nada de bem ou de belo que a possa fazer vibrar.

Correio de Coimbra, 1932.11.26.

EXPOSIÇÃO DE AGUARELAS E DESENHOS DE ALBERTO DE SOUSA

Há longas semanas que este artista se encontra nesta cidade a preparar a ilustração duma monografia no género da de *Évora*. Não era raro encontrá-lo a pintar velhos recantos, e de cada vez dava vontade de se lhe ir forçar as malas e ver em primeira mão, gozar antecipadamente o prazer do livro futuro.

Aí estão os seus trabalhos em exposição, mas outros, nenhum dos destinados ao volume – *Coimbra*. Pouco importa, aqueles terão a sua vez, estes, expostos numa sala do edifício da Câmara Municipal, compensam-nos bem da espera.

*

Alberto de Sousa é um nome conhecido, consagrado e glorioso; que se há de, dizer dele que já não esteja dito, que não seja conhecido? Chamar-se-lhe um dos mais sentidos intérpretes das pedras do passado, um anotador minucioso, exato, mestre habilíssimo, não é repetir aquilo que já foi dito mais de cem vezes? Qual não foi a cidade ou vilazinha do país que não viu o seu monólogo diante das velhas coisas? Essas pedrarias de Coimbra, escurecidas, carcomidas, tão esculpturadas pelo tempo como o foram de minuciosos artistas, conhecem-no tão bem como a nós, pobres arqueólogos, que trazemos sempre os olhos nelas a adivinhar-lhes a sua história.

Alberto de Sousa, com esta sua exposição, veio-nos ensinar a ver certos aspetos que nos passavam despercebidos, ou que se não revelavam com tal acuidade – o sentido pictórico das coisas.

A cidade vista do Almgue ou da *Guarda Inglesa*, que duas formosíssimas aguarelas!

As esculturas de Hodart do Museu, que um cartão apenso indica ter sido adquirida pela cidade de Coimbra, prende-nos; *Quinta das Lágrimas* é outra aguarela magistral e *A sala dos tapetes persas*, uma linda mancha.

Correio de Coimbra, 1933.02.18.

O PINTOR FAUSTO GONÇALVES NO SALON DA SOCIEDADE DOS ARTISTAS FRANCESES

A estas horas já se encontra fechada aquela exposição de pintura e as obras expostas estão a ser retiradas, algumas cercadas de aplausos da imprensa.

Daqui de tão longe, só pelo catálogo, posto que abundantemente ilustrado, mal se poderá fazer um juízo do valor que aquela exibição tivesse.

Marcaria um progresso, seria uma prova do declínio, tantas vezes apregoado, das artes? Nem uma nem outra coisa, só indica um estacionamento, paragem mas nos cumes.

Chegámos a uma perfeição técnica de tal ordem que não é fácil adivinhar sob que aspeto ela seja suscetível de avanço. Aqueles que por esse lado querem inovar renunciam a ela e vão para primitivismos, para as origens, numa tentativa dum caminho que nunca tivesse sido trilhado, e lá se consomem em vão, posto que uma ou outra vez apareçam obras curiosas, que hão de permanecer. Na eleição do assunto que dificuldade! Já está tudo tão batido e gasto!

A crise nem é do processo, nem do assunto, a crise é dos talentos; e eles, em qualquer lado do trabalho humano, hão de ser forçosamente raros.

A habilidade, a engenhosidade são coisas vulgares, o processo pictural está metodizado e tornou-se de fácil aprendizagem, e assim por isso toda a casta de gente se tem lançado a cobrir de cores quilómetros de tela; mas os cimos só os atingem os bem fadados da Natureza.

Dizia Jacques Guenne: «A matéria que sai dos tubos que o pintor emprega podê-la-iam amassar milhões de homens sem que as suas moléculas se unissem da mesma maneira. As cores do génio e as do prático não respiram do mesmo modo. Os negros, os azuis, os vermelhos, os verdes, os laranjados, as terras, todos os tons e todas as matizes são outros tantos demónios que só o génio sabe unir.»

Quer dizer que podem as escolas ensinar a gramática e fornecer o dicionário completo, só o talento poderá unir as palavra em ritmos picturais superiores, pois que eles não são absolutamente nunca o resultado final estritamente obrigatório duma fórmula de química artística. Não basta um conhecimento perfeito do processo é necessário que o artista seja dotado de sensibilidade, duma sensibilidade máscula, isto é, superior e equilibrada. A qualidade de artista não está em saber reproduzir, mas em saber revelar a beleza. A paisagem, a figura, tanto mais valem quanto mais se intelectualizam.

A perfeição técnica e o sentido profundo do assunto, são os dois pratos da balança que têm de estar em equilíbrio. Só uma grande técnica pode traduzir os grandes sentimentos; um processo medíocre não faz mais do que os suggestionar, limita-o a sua impotência de expressão.

Estas doutrinas parecerão velhas perante as revolucionárias ideias de hoje. Que importa, se elas são verdadeiras!

Se é certo, pelo menos no meu modo de ver, que não há produção artística nenhuma, de qualquer época, que não tenha

beleza – beleza plástica, isto é, por si mesma, beleza literária, isto é, como poder de sugestão – é certo também que há uma graduação, ocupando os cimos as obras superiormente concebidas e executadas, e vindo escalonando-se pelos pendores aquelas obras em que vão diminuindo ambas ou separadamente alguma daquelas qualidades acabadas de enunciar. A moda, as cegueiras de visão de grupos, têm em certas épocas um tal poder que invertem os valores e semeiam a desorientação entre os leigos, quando não atingem os conhecedores. É preciso estar-se continuamente de sobreaviso; beleza no alto e no sopé da colina, mas sempre em graduação.

Folheia-se o catálogo deste Salon e não são demasiadamente numerosas as gravuras que nos prendem a atenção; umas vezes porque a reprodução monocroma tira aos quadros todo o seu valor, traduzido pela cor, outras porque não passarão de pinturas bem executadas, boa pincelada, bons efeitos.

O *nus* cansam, e no fundo não são mais do que estudos. Salvam-se os que se integram numa composição decorativa, como no *Orfeu* de Gervais, na *Canção da Terra* de Aubry, ou que tendem a exprimir alguma coisa, que não são unicamente um jogo de linhas e de cores. Assim a *Aurora* de Fougerat é como uma açucena pura e perfumada, abrindo-se ao raiar da vida, em toda a delicadeza mal adivinhando quanto é áspera e ingrata.

As *naturezas mortas*, tão repetidas, cansam! São geralmente só um motivo para mostrar habilidade, técnica. Por isso mesmo o seu interesse é pequeno, nada dizem de novo. Produtos femininos na maior parte; curiosidade, engenhosidade, paciência e falta de emoção.

O catálogo tem-me estado aqui à mão, e em momentos mais vagos tomo-o e nele me repouso vendo e pensando, passando por sobre as gravuras uma lente de pequena graduação para mas ampliar sem que apareça a sua reticulagem.

São os quadros que classificamos no género *figura* que mais prendem; afastando, é claro, aqueles que caem na banalidade, por os assuntos não terem interesse, não passarem de coisas anedóticas, ou aqueles em que os artistas quiserem dar impressões filosóficas de sentido profundo, caindo na obscuridade, na vacuidade.

São muito numerosos, e são ele a prova clara que a pintura continua na mesma cumeada aonde os velhos conseguiram alçá-la, porque é neste género que melhor, se não exclusivamente se podem reunir as qualidades máximas de processo conjuntamente

com o sentido profundo do assunto; as qualidades técnicas com as próprias do espírito.

Os velhos temas da mitologia greco-romana, que não eram outra coisa que uma larga efabulação aonde os perpétuos e humanos sentimentos de glória ou de derrota, de amor e de ódio, se integravam, comentados, largamente pelas mais variadas sensibilidades antigas e modernas, assuntos sempre prontos a desenvolver, e de fácil compreensão do público, passaram. As igrejas empobrecidas não podem fazer encomendas como outrora, e só a um ou outro raro é dado pôr em tela as divinas e humanas dores. Mas os lutos, a viuvez das almas, a vida dos humildes e dos grandes, as horas de derrocada e os magníficos triunfos, estão a cada momento a repetir-se nesta marcha intérmina dos séculos; só esperam uma alma comovida que os entenda que os plasticize. Toda a vida humana, quer seja rasteira como uma sombra ou se alce nobilíssima, tem uma beleza alta e inesgotável.

Por tudo isso, pela técnica perfeitíssima, pelo assunto grande em toda a sua simplicidade, não espanta o êxito do quadro *Depois do trabalho* de Fausto Gonçalves.

Já por duas vezes, no verão passado em que foi exposto pela primeira vez nesta cidade, e neste inverno, fizemos notar quanto ele valia.

Fausto Gonçalves, pintor duma sensibilidade requintada que não pinta para pintar, para encher tela, mas só quando o assunto é digno, cujas paisagens se diversificam, não pelo lugar diverso que representam, mas, para empregar uma expressão do século passado, pelo estado d'alma que elas são, enveredou definitivamente pelo caminho mais acomodado às suas altas qualidades.

As manifestações que lhe são feitas são a prova de quanto é grande o seu valor, quanto a sua arte sólida o elevou.

Correio de Coimbra, 1933.07.18.

EXPOSIÇÃO DE JOSÉ CONTENTE

Neste meio de pequeno movimento artístico é sempre bem-vinda a exposição dos desenhos e quadros deste pintor.

Sendo ainda aluno da Escola de Belas Artes de Lisboa não admira que tenha irregularidades de técnica, certas pequenas falhas. Seria, contudo, de mau processo crítico andar exclusivamente à busca delas. São as qualidades positivas, as suas tão boas promessas, que é necessário ver.

Não tendo ainda concluído o seu curso, tem desenhos e quadros de verdadeiro mérito.

De ano para ano vêem-se os seus progressos com passos firmes, que deixam ver quanto será próximo o domínio completo da sua arte.

Correio de Coimbra, 1933.10.07.

SAUL D'ALMEIDA A SUA EXPOSIÇÃO DE PINTURA E DESENHO

Tem tido expostos este pintor os seus quadros numa sala da Câmara Municipal, naquela sala que, à falta de outra melhor, se vai suportando mas que não tem nenhuma das condições necessárias: se é iluminada pela luz natural produzem-se tantos reflexos nos quadros que somos abrigados a uma longa ginástica até conseguir um ponto de vista aceitável, se é a luz elétrica que intervém, como não são lâmpadas próprias, os valores cromáticos são alterados.

Muito interessante esta exposição. Toda essa velha Coimbra e seus arredores aí está representada em múltiplos aspetos: interiores recolhidos, bons panos de muros esculpidos e pintados do tempo, as velhas pedras dos arqueólogos; a luz coada sob as ramarias que desde menino nos conhecem, recantos pobres, águas claras; até os seus homens nalguns retratos. De mais longe vem a graça das ondas, os largos horizontes, campanários, solitários pinheiros e gente de aldeia.

Arte curiosa dum artista digno de ser auxiliado por todos os que se interessam por coisas de arte. Preços acessíveis, muito abaixo do valor das pinturas, tentando.

Alguns dos quadros representam coisas desaparecidas e que por isso mesmo têm um duplo valor: o próprio, como pinturas e o de documento.

Correio de Coimbra, 1933.11.11.

EXPOSIÇÃO DE PINTURA DE D. EDUARDA LAPA

A primavera, com o tempo pouco agradável que tem feito nas últimas semanas, devia certamente ter-se arrependido, como as andorinhas, de ter vindo e foi em busca dum refúgio. Não me espantei que ela florescesse tão lindamente no pequenino salão da Câmara Municipal.

Malmequeres, grandes sedutores de brancura; *Gerâneos* de coloração ardente, e *Rosas* que dão vontade de acariciar, em tonalidades adoráveis, um encanto donde os olhos se não desprendem; *Goivos* numa mancha forte, até às *Zinias* gritantes.

Ao lado, em grandes escapadas de horizontes, com boas figuras, há outras telas equilibradas.

Há *Luz doirada* da tardinha, o sol já no poente, com luz horizontal a terra a começar de se embrulhar em sombra, duas figuras de adolescentes campesinos, figuras doiradas pela tarde, caminham leves, harmoniosas e contentes.

Decorativo o velho *Arco da Cadeia*, deixando ver uma aldeã ruela, lavada de sol.

Sob o céu de nuvens o *Senhor das Barrocas* tem uma luz clara e fria.

Descanso. Caminho de aldeia, com sombra, noitinha a chegar; pousou a camponesa, nova, vigorosa, alegre, o seu feixe de erva e sentou-se, para o nosso encanto, à luz dourada.

A mesma graça e talento nos desenhos.

Correio de Coimbra, 1934.04.28.

EXPOSIÇÃO DE TOM

Para compreender este artista devemos lavar a alma na mesma simplicidade que para irmos meditar os velhos primitivos.

Acerca da sua técnica teremos de recordar que ele abstraiu de todos os velhos conhecimentos para se lançar com espontaneidade na busca direta de certos valores expressivos, e que, buscando as figuras populares, não por o seu pitoresco mas como formas sinceras a revelar, a sua arte se aproximou do sentido de certa escultura renana do século XV.

Alguns desenhos a tinta da China, e afogados numa coloração a *pochoir*, têm um sabor de velha gravura de madeira.

Aqueles que estão marcados 9 e 10, afastados um do outro na exposição, são de tal identidade, marcando bem a rudez da vida e dos gestos do cavador e sua intelectualidade rudimentar, que dá vontade de formar com eles um díptico.

Cantadeiras têm vigor.

Uma graça popular e antiga com linhas de outrora, ressurgem no *Chaile*.

Em *Santo António de Lisboa*, o iluminador duma vida maravilhosa daquele santo foge do tradicional modo menineiro de o tratar, pintando uma figura forte, com um menino pobrinho e verdadeiro.

Leonor, sugestão de livro de horas.

Alegria de cores em *Duas tricanas*.

A arte de Tom (leia Tóme) resume-se: no assunto, figuras populares, procuradas na dureza e seriedade da sua vida; na técnica, não rebeldia de *canons* mas desconhecimento querido para que a linha traduza a verdade que quer no seu valor verdadeiramente expressional.

Correio de Coimbra, 1934.04.28.

EXPOSIÇÕES A DE ALÍPIO BRANDÃO

Esta exposição é uma das mais simpáticas que aí se tem realizado. Alípio Brandão, profissionalmente um entalhador, vivendo

modestamente, com o seu lar animado das traquinices dum garoto que nos aparece num retrato a lápis, esforça-se em consagrar o maior número de horas ao seu lindo sonho pictural. Essa cor que a natureza espalha prodigamente por montes e vales, encanta o sobremaneira, e tão rendidamente o vence que todas as suas paisagens são quase exclusivamente cheias de arvoredos, montes, amplidões, sem que a figura humana intervenha. Veja-se aquela *Curva* dum rio mergulhado ainda na luz indecisa da manhã de encanto inviolado, sonhador, com águas mansas. No *Fim do dia* toda uma árvore enche a tela iluminada dum sol poente no outono.

Uma luz triunfal, em *Lameiros* canta no arvoredo da velha estrada que levava ao Porto. *O sol no caminho* tem a mesma cor quente, bem como a *Nora*.

Há certas naturezas mortas que nos retém pela maneira sóbria e justa de as tratar.

Caminhos da minha aldeia, tela pintada com amor, levou bastantes dias a fazer, porque aquela hora, o sol no poente a tocar nas partes altas das árvores, era fugitiva e só por breves minutos havia tal iluminação... Só por isso representa bem a boa vontade de Alípio Brandão que assim se sacrificava diariamente como para muitos outros quadros, nas suas ocupações profissionais e na economia do seu lar, para viver aqueles momentos de encanto.

E, apesar de tudo, os preços dos seus quadros são baixos, quanto baste para que lhe fiquem pagas as tintas e as telas, e possa continuar.

As mísulas, molduras e outras obras de talha que expôs tiveram tal sucesso que logo no primeiro dia foram adquiridas.

A PRÓXIMA EXPOSIÇÃO DE PINTURA DE AMÉRICO DINIZ

Depois da referência a Alípio Brandão é agradável anunciar a próxima exposição deste pintor conimbricense.

Depois duma visita rápida às suas pinturas veio-me à lembrança uma velha estampa dos símbolos de Alciati que há muito vi numa biblioteca eclesiástica e que por bastante tempo tive esquecida. Era um rapaz tendo asas numa mão, que o procuravam levar para o alto, ao passo que a outra estava ligada a grossa pedra que para sempre o soldava à terra. A legenda explicava que era o símbolo daquela gente moça que tem talento a que pelas suas

qualidades naturais podia subir mas a quem a falta de fortuna não permite que se expanda.

Por isso mesmo as obras de Américo Diniz mais me comoveram e mais simpatia me mereceram. Obras regulares, representam muita tenacidade e um amor decidido e firme para a pintura. As suas horas de descanso, os seus domingos, enquanto os outros rapazes se divertem, ele procura na paisagem coimbrã os motivos dos seus quadros, e tão bem aproveita o seu tempo disponível que as suas obras são numerosas ao mesmo tempo que bem executadas.

Indo abrir na próxima semana a sua exposição terei então ocasião de novo a ele me referir.

Correio de Coimbra, 1934.05.19.

OS QUADROS DE AMÉRICO DENIZ

Exposição que será verdadeiramente simpática às pessoas de Coimbra. É um artista natural desta cidade e todos os motivos dos quadros são tomados da região que a cerca.

É o próprio casario com o movimento dos telhados, dos múltiplos planos, uma alacridade de cores do n.º 11; são as nobres linhas da Casa de Sub Ripas, as suas pedras patinadas, evocativas, a verdura dos quintalejos que a cercam sob uma luz um pouco velada, no quadro *Da Torre d'Almedina (vista norte)*, *Varanda das Corujas* tomada da Escola Livre das Artes do Desenho, emoldurado das arquiteturas superiores da torre.

São os seus monumentos, bem desenhados, aonde havia tanta dificuldade a vencer, nos n.ºs 18 e 19.

Vem finalmente a paisagem, aparecendo a cidade nos fundos, como motivo dominante, em estações várias e várias horas, com luz clara de dia claro, tardes de cores esbatidas, luminosidade amortecida de tempo invernal; um feixe de aspetos vários como assunto e como momento.

Américo Deniz tem uma habilidade inata no enquadramento, no arranjo dos primeiros planos, com achados imprevistos e bons.

Assim nos aparecem *Sentinelas do Mondego, Inverno a rir, Terra da Saudade*.

Troncos na agonia, é um motivo romântico, uma estrada de aventura, trespassada de poesia e de sonho, uma das melhores coisas que apresenta.

Sólido, muito bom, o desenho *Detalhe da fachada de Santa Cruz*.

Américo Deniz é já um artista com uma certa solidez cheio de desejo de se aperfeiçoar, e que vai seguindo serenamente o bom caminho clássico. A sua luta com as condições materiais para que elas o deixem entregar ao seu lindo sonho, as qualidades naturais, a sua maneira de ser modesta, franca, tornam-no simpático, e mostram a necessidade de ser auxiliado e acarinhado, adquirindo-se-lhe as suas obras, pelos amigos da cidade.

Correio de Coimbra, 1934.06.02.

EXPOSIÇÃO DE DESENHOS DE JOSÉ CONTENTE

A costumada exposição deste artista no fim do Outono, teve este ano um aspeto novo e do maior interesse.

O eterno sonho de todos os pintores, a viagem a Itália, realizou-o Contente neste verão.

Reparando no grande número de desenhos expostos, podemos ver, em certo modo, o encanto com que andou nos dois meses lá passados.

Desde o clássico estudo das obras dos velhos mestres, até aos recantos pitorescos, a alma popular e viva das coisas modestas, tudo foi anotado, traduzido no seu desenho largo e maleável.

Passar por aquela sala da Câmara Municipal, parar em frente de cada um daqueles lápis, é sentir-se também transportado à pátria da beleza e à lareira da civilização latina

Os velhos edifícios, e os velhos templos, desmantelados, de carcomidas e raras colunas, perfilam-se por aqueles cartões fora.

É o Forum, são as ruínas, de palácio de Caligula, os arcos triunfais, e o templo de Vesta e a morta Pompeia; um mundo de imagens evocativas.

Os rios lendários, o Arno e o Tibre, as águas dos canais venezianos, com as suas pontes, as suas casas, os seus barcos e a sua vida, ali estão também.

Alguns desenhos, feitos à noite, com os grandes focos elétricos a iluminar os monumentos, são aspetos, novos e inéditos de conhecidas coisas.

As fontes romanas, algumas tomadas com ponto de vista não muito buscados, ficam-nos largamente a murmurar a sua beleza perenemente nova.

Aquela larga colunata de Bernini, abraçando a praça vaticana, deu-lhe motivos para repetidos desenhos.

Roma está largamente representada, bem com Veneza e a beleza eterna de Florença.

De Sena há uma rua de arcos, motivo repetido de pintores e fotógrafos, cheia de pitoresco.

Que lindas ilustrações para umas crónicas de viagem ali não havia!

Não há editores, não há quem leia e tenha gosto; muitos dos desenhos serão dispersos por os variados compradores, outros ficarão metidos nos cartões do artista, e estas horas de beleza que temos agora na exposição, não mais se hão de repetir.

Correio de Coimbra, 1934.11.10.

EXPOSIÇÃO DE PINTURA DE D. MARIA AMÉLIA DE MAGALHÃES CARNEIRO

Exposição de ternura chamar-se-ia melhor a esta reunião de quadros, tal o carinho com que viu os assuntos das suas telas esta ilustre pintora.

Primeiro que o olhar lhe encantaram o coração.

Acima de todos, como pintura, sensibilidade, está *Mãe*. Motivo de todos os dias, cena de todas as idades, o pequenino dormindo confiado e inocente no ninho de ternura dos braços maternos.

Casas humildes, com humildes vidas, de tristeza e resignação de pobres seres – *Avó, Trabalhando sempre, Só.*

Certas cabeças enchendo um quadro, impressivas, curiosas, como a do *Peregrino, Bisbilhoteira*.

Véspera de Feira, boa luz do sol, em grande festa de cor.

Marinhas, largos horizontes, recantos curiosos, bons aspectos da terra portuguesa, espalham-se pelas paredes do salão da Câmara Municipal.

Correio de Coimbra, 1934.12.01.

EXPOSIÇÃO DE ARTE REALIZADA PELA ESCOLA LIVRE DAS ARTES DE DESENHO

Felicíssima a lembrança da direção da Escola Livre de organizar esta exposição de pintura, não só como manifestação da sua atividade não só para tornar conhecidos os seus sócios, mas também como lição de arte equilibrada.

Fausto Gonçalves tem no *Doce enlevo* uma obra absolutamente perfeita, duma intensa e imperecível beleza, aonde se reúne na perfeição total da forma ao sentido profundo da ideia. Tela magistral, dum artista superiormente dotado e superiormente em posse dum admirável processo pictórico. Alma delicadíssima de pintor dos cimos da beleza, torturada, buscando por uma instintiva e requintada seleção os efeitos plásticos e emocionais mais equilibrados e delicados. Artista marcando para o futuro esta época; artista que para os arqueólogos que hão de vir ficar perpetuamente como motivo de evocação de pura beleza, de estudo inesgotável, como de orgulho será para a cidade em que vive.

Júlio Ramos, nome consagrado, que é agradabilíssimo aqui ver. As outonais *Margens do Ave* são um quadro de evocação, encanto e legenda, aonde se espera ver surgir, na curva do rio, a antiga figura de Ofélia, coroada de flores, trágica e romântica.

Alberto de Sousa. Para seu louvor, o seu nome, podemos repetir. A série dos *trajes* seria o melhor documentário para um museu etnográfico.

Aguarelista ótimo, dominando admiravelmente aquela tão difícil arte, é Manuel Rodrigues. *Caminho do Vau*, *Velho Solar*, *Caminho*, são obras sólidas, aonde soube escolher o que os assuntos tinham de comovido.

Talento probo, forte, o de António Costa nos retratos francos e justos.

Perfeitos, os pastéis de Alfredo António de Azevedo, *Sesta do Modelo*, *Vaidade*. Justeza de volumes, firmeza de processo.

As aguarelas de Agostinho da Fonseca têm o vigor, a precisão, a nitidez, que são próprias dum arquiteto, *Castelo da Sortelha* possui uma atmosfera e uma grandeza que bem quadram ao assunto.

Saul de Almeida, pintor de Coimbra, integrado na vida desta cidade, amando-a, soube-lhe traduzir a sua luz, buscar-lhe os seus motivos de agrado: *Rua de Coimbra*. *Entre Choupos*, *Casa do século XVI*.

Abel Salazar, *Figuras de Boulevard*, com um processo, boulevardiano.

Digno de nota o *Limador* do Alberto Silva.

Américo Diniz, pintor por vocação, continua a subir, cada vez melhor; têm nova graça os seus óleos claros, e amando o lirismo da paisagem procura-lhe graças subtis e ocultas.

Já conhecido de Coimbra, por uma exposição individual, Túlio Vitorino trouxe quatro trabalhos de discreta beleza.

Notar-se-ão os efeitos da luz de inverno de Manuel Lúcio Emílio Velo y Ruiz tem *Barcos sardinheiras*, *No Rio Lima*, que interessam.

Curiosos os trabalhos de Horácio Gavião, bem como os de Othão Luiz, os desenhos de Adriano Costa, de Francisco Teixeira de Queiroz e de Gonçalo Pacheco Pereira.

Há um grupo feminino cheio de interesse. D. Sofia Martins de Sousa, com *Cigana*, bem tratada, *Pimentos*; D. Margarida Costa, de sugestivo assunto, lembrança da Exposição *Marimbeiro*; D. Maria José Sousa Pinto e D. Maria Luisa Ferreira.

As pessoais e impressivas gravuras de F. Marques Rodrigues fazem desejar uma exposição individual.

O gesso de Américo Gomes, *Moira de Trabalho*, é doloroso de verdade.

Uma colhida (gesso) de António Vitorino continua a sua série de obras frágeis, preciosas, que aqui gostaríamos de ver mais largamente representadas.

Adolfo Marques goivou fortemente o seu *D. Quixote*, fazendo uma obra expressiva.

Francisco António dos Santos, nome bem conhecido no meio coimbrão, com uma obra precisa, já larga, apresenta dois estudos de interesse.

Recorda-nos um friso de chaminé, com criancinhas, que não encontrámos neste momento no catálogo, e um sorriso infantil, nas mesmas condições, cuja autoria lamentavelmente nos não recorda.

Correio de Coimbra, 1935.04.06.

PINTURAS E ESCULTURAS DE ALÍPIO BRANDÃO

É a segunda vez que este artista expõe em Coimbra. As suas obras, principalmente as de talha, tiveram grande sucesso, que este ano continua.

As molduras e mísulas, imitando e interpretando a arte do princípio do século XVIII, são realizadas com felicidade, com um verdadeiro sentido escultural; têm volume e são cortadas com largueza. Algumas daquelas últimas enfeitam-se de figurinhas em baixo relevo, de bom sentido decorativo tal como um friso de crianças, pâmpanos e uvas.

São uma nova modalidade da sua arte de escultor de madeira as figuras isoladas, tomadas de modelos populares vivas e verdadeiras. Goivadas ousadamente, procurando somente torná-las expressivas, obteve resultados muito felizes. *Olhando a colheita, A Brígida sardineira, Ceifeira*, agradam francamente.

Nos seus óleos continua a ser um artista equilibrado.

Ribeira de Cavaleiros tem espaço e é bom efeito de águas e montes cheios de pinhal.

A estrada ensombrada com eucaliptos *Altaneiros* é de boa pincelada; e a solidão ensoalhada dos *Claustros do Convento* causa boa impressão.

Camélias, tratadas com cuidado, formam um quadrinho bom.

Os desenhos a lápis são regularmente feitos.

Neste momento as suas esculturas decorativas estão na maior parte adquiridas, e a quase totalidade aí ficará em Coimbra, o que manifesta bem o agrado que elas produzem.

Correio de Coimbra, 1935.04.27.

AMÉRICO DENIZ

A PAISAGEM DA VILA DE AVÔ

NESTA SUA EXPOSIÇÃO DE QUADROS

Entrar-se, por este tempo frio e nebuloso, na sala da Câmara Municipal, aonde aquele artista expõe, é passar-se sem transição dum purgatório incômodo ao mais ridente, ao mais adorável paraíso: é a alegria de algumas dezenas de quadros, cheios de cor, de sítios de agrado, uma revoada de recordações, as mais sadias que a alma guarda, a esvoaçar das telas, a entrar-nos no peito, é a alegria da alma moça forte, pujante de vida e de bondade, do expositor.

Prazer grande, inesperado milagre, foi para mim, para mim que tive de passar todo o verão recolhido, a murmurar coisas tristes de doente, entre almofadas e remédios, encontrar nove janelas de palácio de fada abertas para uma paisagem que já conheço de cor, que trago fundamente na alma e que posso lembrar em todas as suas horas do dia, daqueles dias esplendorosos das férias grandes, nesse bom tempo em que as tinha, paisagem que decorara comovidamente, vendo-a do fundo dos vales, das meias encostas, da largueza da vista dos cimos.

Eu nem sabia que ainda, com tanta frescura, a tinha pincelada, em todos os seus mais cambiantes tons, na minha alma.

E ali, naquele salão, olhando os quadros, senti que na verdade uma recompensa do meu perdido tempo de agosto e setembro me era dada, e que todos os céus, árvores, montes, rios, nuvens, doçura de tardes, luminosidade de manhãs, paisagens novas, que naqueles meses teria podido ver, agora um génio bom, como nos meus contos de menino, tudo me trazia em larguíssima bandeja, martelada pelo melhor artista que pratarias tivesse repuxado e cinzelado.

Um a um ia passando os quadros feitos na vila de Avô, e tão enamorado, tão esquecido de alma ficava, que por vezes me pareceu ir ouvir o sussurro das águas, a toada costumada da vida aldeã.

Foi um lindo rosário de recordações, de saudades: *Telhados humildes*, tendo no fundo o meu patrício vale de Pomares. *Rochedos do Alva*, cenográficos, *Vivenda beirã*, com duas casinhas alpendradas, altas escadarias; e o Alva tomado em tão variadas horas, com os seus rochedos, árvores, estreitas terrinhas bordadas de vinha, moinhos decrépitos, ladeando-o, em *Tristeza da luz*,

Correndo p'ró mar, Ao desmaiar da tarde, Manhã triunfal; o granito escuro, patinado de sois e gelos, coberto de lepras de musgos e líquenes, das casas penduradas das encostas, como em Trecho da Aldeia e Moradia de pobres.

Toda a paisagem dos meus sonhos e da minha bem querença, para minha alegria, aí estava!

Senhor, senhor, que sonho bom! Como dá vontade de abraçar o pintor com gana tal que o faça gritar!

Despedindo-me dele, vindo outra vez para a tristeza da chuva, nem ele decerto calculou como eu trazia a alma agradecida ao seu talento, à verdade com que me deu as minhas paisagens, a perene beleza das minhas serras.

Voz de Oliveira, 1935.11.29.

ÓLEOS, AGUARELAS E DESENHOS DE MANUEL DE SOUSA

É bem agradável ver alguém elevar-se acima da sua condição, que a vida implacavelmente traçou modesta, por qualidades de elite, sentir-se o adejo duma alma superior num honrado, laborioso e modesto operário.

Os trabalhos do Manuel de Sousa, tomam um interesse maior, justamente por esse aspeto.

Certas maneiras de ver e julgar a natureza, que pareciam ser privativas de intelectuais, encontramos-las plasmadas nessa centena de trabalhos, que inicialmente não foram executados para serem expostos, mas como uma necessidade da sua alma de fixar as impressões visuais e emocionais que, nos momentos livres do seu trabalho, experimentava perante as coisas de encanto que se lhe apresentavam ao olhar.

Foi esse aspeto que principalmente tivemos diante de nós, e não propriamente as técnicas das diversas formas da arte do desenho que apresenta, durante a visita aos seus trabalhos.

A série tipológica dos assuntos é grande. Casas e ruas de aldeia, lavadas de luz nos óleos, árvores, sombras, motivos arquiteturais desde a românica igreja do mosteiro antigo de Santa Clara, e Sé Velha, até às linhas contorcidos e elegantes do século XVIII, rostos pergaminhados de velhos.

Motivos de Coimbra, tão pictural sob tantos aspetos, e uma série extensa, variada, de Mangualde.

Sai-se com uma impressão agradável e a resolução de aconselhar os amigos a visitarem a exposição, principalmente para verem como uma alma de qualidades superiores consegue ir espiritualmente além da modéstia da sua condição.

Correio de Coimbra, 1936.07.04.

FERNANDO FERREIRA PRIMEIRA EXPOSIÇÃO DOS SEUS DESENHOS

Muito novo ainda, com notável vocação para o desenho, manifestada desde pequenino, agora que a doença o obrigou a uma vida retirada, dedica-se de toda a alma à sua paixão velha e sedutora.

Com tenacidade tem vencido sozinho as dificuldades inúmeras que o desenho de tipo clássico tem em si, e pode assim apresentar um grupo de trabalhos dignos de encómios.

Os motivos são aqueles que os monumentos da cidade fornecem, sugestivos e difíceis.

Um ou outro recanto – como o pátio da velha estalagem do Paço do Conde ou a casa de ressaltos junto a S. Bartolomeu – tentou-o, sabendo o artista comunicar-nos a poesia das coisas decrépitas e pobres.

Correio de Coimbra, 1937.07.10.

EXPOSIÇÃO DE PINTURAS DE AMÉRICO DENIZ

Bem longe estava de suspeitar, quando soube que ia abrir esta exposição, do interesse que ela me causaria.

Esperava os quadros graciosos, impregnados da cor discreta da região de Coimbra, em meias-tintas, ar de saudade e mistério, e fui encontrar uma maneira nova, cheia de cor, clara, com vibração: a segunda maneira pictural de Américo Deniz, como a poderemos classificar.

Grandemente devia ter influído para essa transformação o processo de que agora começou a usar mais, a pintura a espátula que não permite as martirizações da matéria colorida quer sobre a paleta quer na tela, os tons têm de sair mais francos, guardando maior pureza.

Tal impressão me causaram estes segundos quadros que neles deixei demorar os olhos, rendido e encantado, esquecendo os outros da primeira maneira, cuidados e de interesse também.

Este novo modo permitiu-lhe no *Rio-velho no Outono* uma transposição cromática esplendorosa, como na *Miragem* cores claras, efeitos novos na sua pintura.

Com a paisagem restrita do pequeno vale da Fonte da Talha encheu a tela de luminosidade.

Verdes de Primavera, Margens do Mondego continuam a mesma festa para os olhos.

Não se pode dizer que seja esta a maneira definitiva de América Deniz – está novo e nova é sempre a sua vontade de procura – para nós basta que esta seja formosa para continuar a ser aplaudido como tem sido na primeira fase.

Correio de Coimbra, 1937.08.24.

FAUSTO GONÇALVES

Este artista e professor universitário, antes de mandar para a exposição anual da Sociedade Nacional de Belas Artes os seus quadros, deu ensejo a que o meio intelectual de Coimbra os admirasse numa exposição da tarde do dia 19, numa das salas das novas instalações do Instituto.

Uma série de telas de cor deliciada, de inspiração sempre lírica, notações nuançadas da cor; paisagens penetrantes, límpidas; interiores de ótima fatura.

O túmulo de D. Afonso Henriques (*Altar da Raça*) é realização maravilhosamente equilibrada como pincelada e distribuição de

luz, que mais se admira sabendo-se que a nova exposição na igreja tem grandes dificuldades pictóricas.

A primavera estende a magia da cor pela *Escada Solarenga* e os *Pescadores de Nazaré* têm a limpidez das orlas marítimas.

Óbidos vila maravilhosamente inspiradora, aparece-nos *Na Fonte*, com lindo recorte de casario e cenografia de muralhas, na policromia dum *Trecho de Rua*, e por um *Dia de Chuva*, baço, bem interpretado.

De Chaves perspetivam-se, numa tela moradias multicores.

Pena foi que as circunstâncias tivessem imposto a esta exposição um tempo tão curto para alegria dos olhos e a cidade não pudesse tomar conhecimento, mais perfeito com estas obras dum conimbricense que tanto a enobrece.

Correio de Coimbra, 1940.03.23.

EXPOSIÇÃO DE HÉBIL

Teve este artista em exposição umas dezenas de quadros, em que predominam as cores alegres e claras da paisagem coimbrã.

Pintor por temperamento, desajudado, mas tenaz, já realizou três exposições, subindo duma para outra com maior bagagem técnica, cada vez em maior nível pictural.

Vê na cidade e nos seus arredores motivos inesgotáveis, e ora se deleita com o movimentado do casario, lavrado dos anos e superabundante de pitoresco, ora percorre os caminhos e pinta os barrancos coloridos, as construções rurais, capelinhas silenciosas em meio do pinhal, centenas de motivos que o encantam e que procura arquivar e traduzir cada vez melhor.

São essas manchas cheias de cor que atraíam na exposição de Hébil e é através do caminho que elas mostram que este artista realizará a sua vocação.

Correio de Coimbra, 1941.11.12.

IV EXPOSIÇÃO OFICIAL DE ARTE EM COIMBRA

Lembrança digna de todo o aplauso foi esta, da Câmara Municipal, de reunir os valores artísticos citadinos da atualidade, numa exposição de conjunto. E, como este mérito já não fosse pequeno, quis o Sr. Presidente aumentá-lo com a promessa, feita no seu discurso inaugural, de que iria finalmente realizar-se a velha aspiração duma sala de exposições. Quis, por sua vez, o acaso que, nesta mesma exposição, um dos artistas, o distinto arquiteto Álvaro da Fonseca, apresentasse um projeto dum edifício com esse destino, económico, elegante, estudado para o antigo sítio da torre crúzia, sem alturas que prejudiquem as habitações e a cenografia da encosta; projeto bem acomodado ao sítio, ao fim e ainda aos recursos camarários.

Do mesmo arquiteto há, na exposição, uma escola infantil (*Viveiro para Pequeninós*), em meio de arvoredos, estudada em linhas simples, bem equilibradas, com hábil distribuição dos diversos serviços; qualidades que se manifestam igualmente no estudo da *colónia balnear infantil*. Nas casas para pescadores há o conhecimento, obtido por investigação direta, dos interesses e desejos dos marítimos para a realização do que para eles seria, e eles considerariam, a sua verdadeira casa. Apresenta ainda algumas sugestivas aguarelas, um interessante desenho à pena e um estudo de mosaico feito em papéis coloridos.

Fausto Gonçalves, pintor de alta sensibilidade, conquista ainda de longe o olhar e leva-nos a esquecer o tempo junto das suas telas.

Encanto de composição, de cor e encenação em *Sinfonia Rústica*; recanto de jardim, esplendoroso de sol e colorido, marcado da melancolia da figurinha, na *Sombra entre flores*; *Pró Mar!* lançamento do barco às ondas que vem rolando do infinito; quadro ótimo, o do descanso de pescadores junto a um barco, tendo por fundo coloridas arribas; um jardim com taça de águas, em meio de flores, do alto distrito; os quadros de Óbidos, em variados aspetos de diversas horas e dias. Pintor completo, ocupando os altos cimos da pintura, sem necessidade de elogios porque o maior é a sua própria obra.

António Vitorino, grande aguarelista, como se mostra nesta exposição. *Garganta de Loriga*, de cimos nevados, nos primeiros planos rochedos e combros húmidos e verdes, é uma boa pintura; *Biblioteca da Universidade*, minuciosa como um

documento mas sem preciosismo; *Pia baptismal* mostrando a linda obra escultural em meio de reflexos, bem estudados, de azulejos; *Fortaleza da Berlenga*, trespassada da luz marinha; Coimbra aparece-nos sugestiva em diversos aspetos, que mais se amam depois desta lição das aguarelas: o arco de Sub-ripas patinado, marcado do tempo, a torre do Anto no colorido da primavera, a sala universitária dos atos privados, tão difícil de obter, a cascata da quinta de Santa Cruz com a leveza da folhagem.

Agostinho da Fonseca, arquiteto, é aqui o aguarelista das perspectivas da *Ponte e Mosteiro de Amarante* e do claustro da Sé Velha, da cenográfica Avô com os verdes, lavados, da primavera e casas de presépio. *Castelo de Sonho* mostra as Berlengas sob um aspeto novo; *Água e Paz*, espelho colorido da ria aveirense.

Américo Deniz, a cuja recente exposição individual se referiu este semanário, mostra alguns quadros de verdadeiro mérito, como *Torre de Almedina*, *Medas de Sal*, *Caminho do Vale de Canas*. Artista de personalidade bem marcada e inconfundível.

Carlos Ramos continua a sua ascensão esplendorosa, com riqueza cromática sadia. Que magníficas formas atingirá a continuar por esse caminho?

Daniel Sanches, de desenho meticuloso. Estuda esculturas antigas, delicadas, como *Santa Luzia*, exatas como a *Virgem do Calvário*. *Leiteiras* e *Mendigo*, dois desenhos do natural que agradam deveras.

Adriano Costa, com os seus dois *terreiros* da Coimbra pitoresca, a óleo. O desenho do *Arco do Ivo* e a cuidada *Azenha* mostram as suas qualidades neste género.

Horácio Gavião, artista conhecido, tem vários quadros na sua maneira graciosa; camélias e rosas tratadas com largueza, colorida e cenográfica a *Capela de S. Sebastião*.

Dr. Feliciano Guimarães, aguarelista da *Igreja de Pereira* e dos leves apontamentos da feira de Ponte de Lima, com dois óleos limienses.

Dr. Francisco Queiroz, mostrando que as leis podem reger as artes, tem dois desenhos à pena.

Alberto Caetano expõe gessos. Há um *Santo António* gracioso e uma *Velha do Caramulo* aonde o olhar poisa com prazer e demora.

Abreu Couceiro mostra um busto do pai e baixos relevos que agradam.

João Machado apresenta uma grande escultura de S. José, em linhas sóbrias e equilibradas.

Chaves de Almeida interpreta, no ferro forjado e cinzelado, velhos estilos, modernizando-os e adaptando-os com rara felicidade. O candeeiro com uma estatueta masculina merece cuidadosa atenção. O nome deste artista está indelevelmente ligado à arte coimbrã.

Albertino Marques apresenta uns dezanove trabalhos, desde pequenos objetos a grandes lustres, na faceta que lhe é peculiar, de interpretações dos motivos do renascimento.

Daniel Rodrigues tem uma série de ferros cinzelados, com destino à capela da base aérea da Ota, num estilo severo, para se harmonizar com o edifício a que se destina.

Correio de Coimbra, 1942.07.11.

EXPOSIÇÃO DE PINTURA DO PROF. FAUSTO GONÇALVES

Esta série de quadros dá alegria de viver, mostrando aquele equilíbrio que a humanidade deseja e em que se sente bem: cor que canta aos olhos, assuntos de encanto, magia de vida em que apetece repousar.

Há verdadeira mestria no retrato do Prof. Dr. Pacheco de Amorim, harmonizando-se maravilhosamente a verdade fisionómica com os efeitos pictóricos como os do branco e azul do capelo.

Retrato ou estudo, o n.º 2 mostra os recursos do artista tratando os tons violáceos do vestuário do modelo.

Serviu-lhe de tema especial a paisagem cenográfica e vária da vila do alto distrito, Avô.

Na tarde, o sol escapando-se dos cimos no *Trecho de Avô*, deixa na sombra o largo espelho do rio e, o reflexo diluindo-se, faz mais religiosa a paisagem e a hora.

Um pormenor de Avô, plenitude de luz; ao casario policromo e amontoado sobrepõe-se o lindo tom dos verdes da montanha.

Pedras de granito, patinadas, zebradas de tons musgosos, na *Velha Rua*; na *Casa Rústica* de antigos alpendres sugestivos de si e pela perspectiva feliz com que foram pintados, variedade de tonalidades, como também na *Moradia Rústica*, em pleno sol.

A mesma felicidade de cor nas sombras e luz, de casarios e verduras, aparece no *Trecho de Rua* e em *Um pormenor de Avô*.

O *Casario de Avô*, tomado da estrada de Pomares para o aglomerado de moradias do castelo, dá efeitos novos no motivo pictórico que lhe é a vila.

Sentido de intimidade nas almas e nos interiores religiosos; como na comovida *Esperança e Desilusão* de magoadas figuras, ou nas *Pedras Sagradas*, aonde a luz delicada, espalhando-se nas naves da Sé Velha, tem variações de intensidade dentro do mesmo tema melódico.

Lousã é velho assunto nas telas deste distinto pintor, sempre em efeitos variados.

O outono ilumina em policromias a larga bacia em que se alarga o casario, os fundos de montanhas, a que as tonalidades violáceas dos barrocos dão robustez, as grandes árvores dos primeiros planos; como na cenográfica *Sentinela da Lousã*, na recolhida *Reza dos Humildes*, na serenidade da *Hora Tranquila* ou na melancólica *Sinfonia Outonal*.

Santo Tirso foi novo tema. *Primavera no Minho* é tela rara, produzindo felicíssima impressão. O velho chafariz, de taças sobrepostas, cercado de flores, recorta-se em bucólica paisagem, de sugestão helénica, harmonia clássica. Pitoresco o *Solar de Gião*, de tons calmos *Em Pleno Minho*, *Vivenda dum Moleiro*, curioso recanto.

Correio de Coimbra, 1945.05.19.

UMA EXPOSIÇÃO DE ARTE ANTIGA

O grupo de Noelistas desta cidade inaugurou na sexta-feira esta simpática exposição.

Posto que o fim em vista fosse o de agrupar imagens da Virgem de certa categoria e de diversas épocas de arte citadina, não quiseram dar-lhe porém um mero caráter de evolução artística, mas completá-la de certa ternura e graça feminina: as obras de arte deveriam ser selecionadas entre aquelas que viram as súplicas das senhoras de Coimbra através de largos anos.

O ambiente escolhido foi dos mais sugestivos. A atual igreja de S. Tiago remonta ao reinado de D. Sancho I. O seu ar medieval – renovado pela restauração, severo e de luz amortecida, largo salão que as colunas valorizam sem impedirem a visibilidade geral – completa o quadro antigo e harmoniza as espécies artísticas expostas.

Ficaram estas distribuídas de modo a não contrastarem com arquitetura, sendo o seu próprio número escolhido com sobriedade a não exceder os lugares que dispunha este natural enquadramento.

Valem umas obras pela sua beleza artística, outras pelos seus acessórios, como são as douragens e policromias da imitação dos tecidos, outras pelas diversas sugestões que provocam, e ainda outras por tudo isso.

Nas horas em que a igreja está mais solitária é um encanto passar por lá e errar duma para outra escultura ou pintura.

A *Virgem* (n.º 1), da Vila Santos de Coselhas, tem merecido as atenções gerais. É uma obra perfeita. O escultor era o melhor da cidade nesta época, a segunda metade do século dezassete, aquele período que precedeu a vinda dos artistas do barroco do fim do mesmo século, daqueles que haviam de trazer aquele quebrado dos panejamentos, que no centénio seguinte seria o tema generalizado, como se vê de diversos exemplares expostos.

Era um homem que impregnava as suas obras duma suave melancolia e punha nos meninos uma graça infinda. Conheço-lhe bastantes obras e algumas marcantes, que lhe podem determinar os pontos essenciais de passagem pelo centro do país.

Recebe-nos à entrada a *Senhora com o Menino* (n.º 9) da capela de S. Sebastião dos Olivais.

É o século quinze em toda a graça dos grandes panejamentos envolventes, não naqueles panos quebrados do final, como os de Diogo Pires o Velho, mas ondeantes, caindo em largas pregas e encanudados; graciosa como uma nobre Senhora da dinastia de Avis.

Ao lado fica outra, renascentista, do século dezasseis, pequenina, que, sem ser dos grandes mestres da época, nos comove; ajoelhada, num leve e gracioso movimento do corpo, parece contemplar o Menino, agora ausente.

A grande série, tanto nas esculturas como nas pinturas, é a das Senhoras na tragédia do Calvário.

A humanidade cristã plasticizou, neste tema da Virgem, todas as dores que as pobres mães têm experimentado nas irremediáveis separações, pela morte, dos próprios filhos.

Isso explica que a Senhora das Dores e da Soledade sejam o motivo preferido da imaginária de pequeno tamanho que povoa os oratórios familiares; eram a consolação e o refúgio dos corações rasgados de dor.

Todas as variantes dessa dor os artistas buscaram e traduziram: a Senhora no caminho do calvário, junto da cruz, com o filho morto nos braços, e sozinha, com a mágoa funda por companheira. Em linguagem corrente traduzimos: pobres mães velando os pequeninos nas doenças sem remédio, cobrindo de beijos os cadaverzinhos arrefecidos, chorando desesperadamente junto dos berços vazios.

Na exposição vemos, entre as que têm Cristo nos braços (e que modos diversos de conceber esse caso!) destacando-se, a grande e trágica da igreja do Salvador. Como Soledade, há a tela (n.º 23) da igreja dos Olivais, que e ao mesmo tempo um encanto de formas e de comoção. Mágoa serena, contida, tragédia íntima, é a escultura da Sé Nova (n.º 2).

Outras há em Coimbra e se um dia pudessem, ser reunidas, davam o maior poema plástico de dor, de amor e de saudade.

Como doce ternura, que tem entrado em todas as almas femininas, tanto da gente do povo como das senhoras cultas, é o pequenino adormecido da tela dos Olivais (n.º 25); a Senhora é cheia de encanto e o menino é o mais gracioso, rosado e enternecido dos que é dado ver.

Esta exposição se foi efetuada principalmente por um motivo devocional, nem por isso deixou de ser uma lição de Arte e de dar umas horas de verdadeiro encanto a todos os espíritos, por mais variada que seja a sua orientação intelectual.

Diário de Coimbra, 1946.12.16.

EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA DO GRUPO “CÂMARA”

Permita-me V. Ex.^a que me está a dar a honra de me ler, que não concorde com a opinião que tem formada. Não, não basta para boas fotografias que se tenha urna boa máquina e que o assunto seja bonito. Bons pincéis, boas telas, ótimas tintas e

lindíssimos assuntos têm tantos pintores e V. Ex.^a sabe o que aparece por esse mundo.

Para fazer boa fotografia é necessário saber os recursos do material que se emprega, as suas qualidades e deficiências, os seus limites; depois e acima de tudo possuir uma sensibilidade de verdadeiro artista, sabendo compor e compreender não tanto a luz mas as sombras.

É paisagem? Tem de aguardar dias e horas, o jogo da iluminação natural, estudar o enquadramento, a linha do horizonte, valorização dos planos. Que género de camada sensível, que filtro, que exposição, todos os planos focados ou só os primeiros? O resto é fotografia documental, quando muito, essa fotografia que se está acostumado a ver; arte fotográfica é outro mundo!

Trata-se de retrato? Tudo isso que V. Ex.^a tem em redor de si, com rostos tanto amados! feito com essa luz generalizada de três quartos, uma outra geral difusa, refletor para aclarar as partes escuras, tudo isso vai passando. O emprego de lâmpadas especiais deu outras possibilidades: luz sabiamente combinada, encantadores modelados, contrastes ou harmonias conforme o modelo naturalmente exige. Quer-se hoje que o retrato seja expressão da vida.

É natureza morta? Que jeito necessário na combinação dos volumes, na interpretação da luz, que poder de invenção, que mundo novo para quem tenha gosto!

Certos editores de obras de Arte já contratam fotógrafos que passam semanas em volta dos monumentos ou dos temas naturais, aguardando hora propícia a uma boa fotografia. Já também isso se começa a fazer no país. Era de ver o cuidado com que foram tomadas as da *Escultura em Portugal* do sábio Prof. Dr. Reynaldo dos Santos (de noite, com projetores e luz indireta, a auréola que transmutava as esculturas) para se compreender o segredo do encanto que se tem folheando a parte do álbum.

Quero dizer com tudo isto, e V. Ex.^a já concordará, que fotografia é coisa inteiramente diversa do que comumente se vê e julga.

Coimbra tem verdadeiros homens desta Arte, tanto entre os profissionais como nos amadores. Reuniram-se recentemente num grupo «Câmara», que apresentou uma agradabilíssima exposição selecionada por um júri exigente.

Gostaria de percorrê-la, lembrando aqui cada uma das fotos expostas; impossível, traçarei uma breve impressão.

A. Ruivo. Hábil fotografia de beira rio, com bom estudo de luz.
A. Gonçalves. Nuvens convenientemente obtidas; composição de modelo vivo, intensa de sentido; perspectiva monumental sob o ângulo difícil.

P. Almeida. Em volta de motivo de fonte conjuga velhas arquiteturas, utilizando convenientemente os temas secundários.

B. Pereira. Procura a novidade e a beleza nos pormenores, como em Rodado.

C. Batista. Habilmente trata as iluminações difíceis das horas matutinas.

D. Baptista. Dois bons clichés em Nuvens e Luz de Outono.

F. Lucas consegue hábeis contrastes nos motivos da Natureza.

F. Oom deu aquela vida intensa, que hoje se procura no retrato duma criança.

J. Oleiro. Encanto da meia luz numa paisagem austera, em hora tardia.

J. Rodrigues tem um efeito encantador de espuma estendida na praia, sob uma luz muito oblíqua.

L. Casanovas. Interior em que a luz dá o encanto misterioso e sedutor.

M. Claro. Emotivo e cenográfico de relevo, por processo pouco vulgarizado, chama a atenção.

S. Rodrigues. Ótimas fotografias da Natureza, na linha tradicional tanto mais difíceis de obter quanto não é possível o recurso a certos artifícios.

S. Ferreira. Procura com felicidade todos os temas: composições de interior, paisagem sob aspetos vários, perspectivas monumentais, figuras humanas. Conímbriga felicíssima pela composição arquitetónica e pelo efeito de nuvens e luz.

A. L. Gonçalves. «Foi há quarenta anos» é o título mas a realização é como se fora de hoje.

Há ainda uma série de fotografias a cor que tem merecido um verdadeiro interesse dos visitantes, expostas por C. Gonçalves, F. Oom, M. Almeida, A. Gonçalves, J. Silva, M. Brandão, M. Rodrigues.

Diário de Coimbra, 1948.12.10.

A EXPOSIÇÃO DE ESCULTURA MEDIEVAL

A exposição que em breve se vai encerrar no Museu de Machado de Castro é uma exposição verdadeiramente excepcional, tanto como conteúdo, como significação.

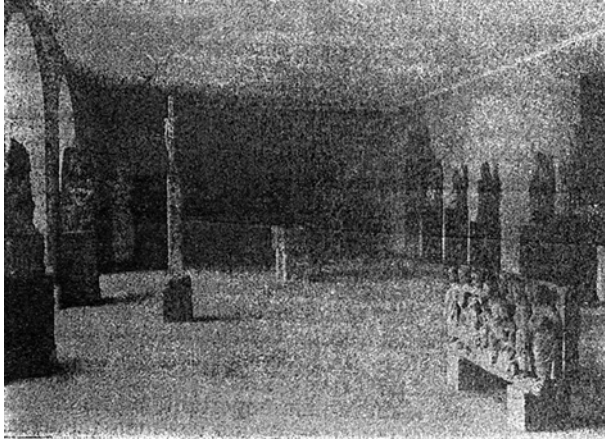
Não serviu o XVI Congresso Internacional de História de Arte de mera ocasião a uma simples exibição de esculturas mais ou menos fáceis de reunir, a uma espécie de número de variedades artísticas a encher um programa.

Esta exposição e o livro *A Escultura em Portugal*, do erudito professor Dr. Reynaldo dos Santos, de que ela é como que complemento e exemplificação, tiveram, digamos, mais que o significado, a função de padrões do caminho da descoberta dos valores artísticos nacionais.

Até ao ano de quarenta e oito, data da publicação daquele excepcional trabalho, a história da escultura figurativa da nossa Idade Média não era, nem outra coisa podia ser, senão uma série de considerações literárias acerca dos túmulos, as espécies verdadeiramente conhecidas, mas que eram elementos incompletos para esse estudo. Os conjuntos de estátuas, fora do portal de Évora, do da Batalha e da coleção do Museu de Machado de Castro, não existiam. Foi o Inventário Artístico Nacional, notavelmente o dos distritos do Centro, que forneceu uma grande quantidade de indicações de espécies e de fotografias; foi, digamos, a abertura da coleção Vilhena com as suas centenas de estátuas; foram as condições únicas, individuais e sociais, em que aquele professor trabalhou; foram estas causas que permitiram a elaboração do trabalho que é e que sempre será fundamental, o da *Escultura em Portugal*, não só o primeiro volume, o da medieval, que vai até ao fim do séc. XV, como o segundo que abrangerá do séc. XVI ao ano de 1800.

O exame direto e em fotografias daquelas centenas de espécies permitiu-lhe definir épocas, elaborar os quadros, coordenar, em volta de certos nomes ou de certas características, as estátuas dispersas e ainda definir oficinas.

Seria incompleto tal trabalho se não se patenteasse, nesta ocasião única como a do congresso foi, aos eruditos estrangeiros, uma seleção bem ordenada e bem definida, da nossa imaginária.



Um aspecto da exposição

Foi a exposição a consagração, não própria e exclusivamente do livro, mas muito principalmente da nossa escultura medieval; viu a critica internacional que ela tinha personalidade, uma independência própria e uma continuidade, concordou no incontestável direito que lhe assistia de ocupar um lugar ao lado das escolas europeias, ela que era desconhecida de estranhos e de nacionais!

Não foi pois, a exposição, um mero número do congresso, foi representativa dum padrão de cultura nacional.

*

Infelizmente está a exposição patente só por breves dias. Far-se-á uma visita coletiva da despedida; um pequeno catálogo, que se distribui grátis ficará como recordação.

Percorrê-la-emos aqui duma forma sumária; como que só a despertar o desejo aos leitores de se deslocarem ao Museu, nestes dois dias.

No breve átrio reuniram-se alguns exemplares da época românica, destacando-se o *Agnus-Dei* de S. Miguel de Milréus e o *anjo* do Porto; obras sóbrias, como que botões que esboçam a grande árvore das florescências posteriores.

Segue-se o séc. XIV. A obra de mestre Pero, que revelara em primeira mão o malgrado dr. Vergílio Correia, só agora ficou convenientemente definida, selecionada e ao mesmo tempo expurgada de elementos artisticamente próximos ou das obras dos mecânicos seguidores desse artista. A *Virgem* e o *Anjo* de

Montemor, além das qualidades plásticas, tem um enternecido encanto; juntando-se-lhes outras obras da coleção do comandante Vilhena e do Museu.

O *Cristo-morto*, pela invenção do lençol e pelo patético do assunto, é uma peça única.

O *S. Pedro* de Évora, exemplar da escola do Sul, rico pela matéria em que é esculpido, o mármore, é todavia inferior às obras conimbricenses.

A série das Virgens com o Menino das Santas é de inefável sedução: linha ondulada do corpo, graça do cabelo louro esparso pelos ombros, leve coroa premindo veuzinho, o manto revestindo de contrastadas e elegantes pregas o airoso corpo; graciosidade de rostos, atingindo um mavioso encanto no mistério das Virgens da Expectação.

No séc. XV destacaram-se dois grandes mestres.

João Afonso, o do túmulo de Oliveira do Conde, delicado, como nas *Virgens* (34 e 85), em *Santa Marinha* (35) e *Santa Catarina* (36) ou na *Virgem sentada* da igreja de Bobadela.

O mestre das Alhadadas (assim denominado por se encontrar na igreja daquela freguesia a escultura que melhor representa as suas qualidades), escultor de espessos panejamentos, tem na exposição uma ampla série de obras, desde as peças do Museu à *Virgem* de Maiorca. Masculiniza-se o seu estilo nos *S. Pedros*. Destaca-se o de Arouca, figura em pé de apóstolo, e, como representação papal sentada, o de Cantanhede.

Há nesta época um enriquecimento de vida, donaire de gestos, estudo arredondado dos pregueados, melhor interpretação dos valores humanos e dos valores escultóricos.

Outros mestres ali estão representados, cujas esculturas até agora encontradas são em reduzido número. É o da obra verdadeiramente superior que é o *S. Pedro* (11) da coleção Vilhena e da *Madalena* (54) do Museu. Ainda um outro, menos poderoso, mas de arranjos de elegantes panejamentos, o de *Santa Águeda* (39) que levanta na esquerda, como ostensório, os símbolos do martírio.

A família da Batalha, do princípio do século, patenteia-se por um *profeta* e dois *anjos músicos* do portal.

A obra de madeira exemplifica-se por uma graciosíssima figura, policromada, da *Virgem* (77) do Museu do Porto, e por um grave *Santo António* (76).

Com o fim do século aparece o mestre Diogo Pires-o-Velho, traçando panos requebrados e rostos facetados, como no *Santo André* (62) do Museu, ou no *Santo Bispo* (65) da coleção citada

repetidamente ou ainda na *Virgem com o Menino* (66) sedutora tradução escultórica de rostozinho de tricana do tempo.

Diogo Pires-o-Moço, homem da transição do século e de estilo, escultor já manuelino, com obras datadas, afirma-se no grande *anjo-custódio* (15).

Nesta época do gótico final várias orientações se notam aqui de maior ou menor personalidade, maior ou menor representação.

*

Apesar de tudo, este enunciado pouco esclarece; só a contemplação demorada e acariciante das esculturas poderá dizer o que este conjunto é e o que representa como elucidação do caso nacional da escultura. São oitenta e duas esculturas: poder-se-iam reunir centenas, mas não era o desejo de convencer pelo número que guiou a organização, foi sim o de marcar os traços caraterísticos por meio de peças típicas e de categoria.

As futuras publicações nomeadamente o volume do Inventário Artístico do Distrito de Coimbra, que se vai começar a imprimir, mostrarão a quantidade, essa riqueza dispersa que o país ainda possui.

Coimbra pode orgulhar-se, a sua escola é a mais ampla, os seus mestres os melhores. A cidade ficou enobrecida com aquele estudo e com esta exposição; assenta em bases sólidas e agora bem conhecidas a sua fama de centro criador e de expansão artística.

Diário de Coimbra, 1949.05.17.

A EXPOSIÇÃO FOTOGRÁFICA DO GRUPO CÂMARA

Ora é justamente nesse juízo que está o erro, nesse que ainda é comum aos que não praticam e não julgam a fotografia segundo os métodos dos grupos internacionais, mas que creem ser ela um simples meio de representar com nitidez e exatidão a realidade.

A fotografia artística é muito diversa da que tem um fim documental e nada tem com a dos temas bonitos por si.

Foi o erro dos seus começos. Quiseram que ela fosse uma simples seguidora das realizações picturais, quando tinha meios e fins próprios.

O assunto é independente da fotografia artística.

A fotografia, enquanto for a tradução a branco e preto das imagens reais, há de ser a *arte da luz*.

A luz não é uma mera condição para que os objetos apareçam em fotografia, a luz é o fim da fotografia artística; não se buscam os objetos convenientemente iluminados, mas aquela luz que dá aspetos novos aos objetos comuns.

Com esta explicação creio que melhor se entenderá esta exposição. Todavia, posto que o assunto não seja o fim mas o meio, dá facilidade de análise distribuir pelas suas diversas categorias os trabalhos fotográficos.

Vale a pena visitar a exposição seguindo este critério. Por exemplo, vendo os numerosos motivos de praia, nos quais as águas, as areias, as horas diversas de sol e de bruma, a gente da orla, tudo foi tratado por nova forma, buscando-se-lhe aspetos inéditos.

Coimbra, com o rio, os arredores, a sua luz nas diversas estações, aparece fora dos cansados temas de postal e do antigo amador.

Do retrato à natureza morta (como outrora se dizia) a fotografia transmutou-se. A sensibilidade do material negativo, a perfeição e a complexidade da aparelhagem ótica, os recursos de laboratório deram outras possibilidades, não esquecendo todavia que a sensibilidade artística do amador subiu de nível; vê-se o que antes se não via e engenhou-se a buscar motivos novos e novos efeitos.

A exposição dá exemplos de tudo isso, impossível é citar, teria de se mencionar tudo.

Não me referirei à representação brasileira nem à espanhola que são seleção de seleções, às insuperáveis composições de Aszman, para só me regozijar com a dos portugueses, que não ficam inferiores aos estrangeiros. Os concursos internacionais têm confirmado o que esta exposição demonstra.

O *Grupo Câmara* nasceu em boa hora e ocupa hoje uma posição nitidamente consolidada. Seleccionem-se no catálogo os nomes dos representantes e percorram-se isoladamente os seus trabalhos, que essa verdade se imporá.

O critério de seleção para esta quinta exposição anual foi modelar, proporcionando-nos um conjunto homogéneo e de bom nível; as classificações foram dadas com acerto. Na distribuição destas houve mesmo uma natural modéstia, sacrificando os trabalhos do grupo, para obviar a comentários; mas não se me

peça que vá indicar aqui quais deles deveriam ser destacados, porque daria a todos os do Grupo pelo menos menção honrosa e ao Grupo Câmara medalha de ouro.

Diário de Coimbra, 1952.12.03.

ASSOCIAÇÃO DOS ANTIGOS ALUNOS DA ESCOLA INDUSTRIAL E COMERCIAL DE BROTERO

UMA PALESTRA DO ARQUEÓLOGO P.^E NOGUEIRA GONÇALVES

Tem sido muito visitada a exposição de artes plásticas inaugurada na Associação dos Antigos Alunos da Escola Industrial e Comercial Brotero que reúne desenhos de Adriano Costa, Pedro Olaio (filho) e João Machado; aguarelas de José Berardo; esculturas de Cabral Antunes, João Machado e Alberto Caetano; gravuras de António da Costa Moura; trabalhos de pintura de Américo Dinis, Carlos Ramos, Saul de Almeida, Ramiro Marques, José Contente, José Berardo (em cerâmica), Fausto Gonçalves e Pedro Olaio (pai); de talha de Álvaro Ferreira e António Ferrão Mendes de Abreu; de cerâmica de Américo Dinis, João de Assunção Dinis e Joaquim Marques; em ferro forjado de António Augusto Figueiredo, Albertino Marques, José Pompeu Aroso e Daniel Rodrigues; e a maquete das fábricas Ford, por Mário Sardinha.

No ato da inauguração; usou primeiramente da palavra o sr. Jaime de Almeida, diretor da Associação, que agradeceu aos artistas que expõem e a todos os colaboradores na exposição dos trabalhos artísticos inaugurada.

Seguidamente falou o sr. Horácio Leitão, um dos organizadores, que igualmente agradeceu aos que colaboravam com ele na tarefa difícil em que se empenharam.

Por fim, o reverendo Nogueira Gonçalves, distinto arqueólogo, agradeceu as palavras que lhe diziam respeito e proferiu a seguinte alocução:

A alegria que os organizadores desta exposição têm é, igualmente a minha desde o dia em que os jornais a anunciaram.

Há longos anos que vivo na cidade, e tão conimbricense me sinto como se nela tivesse nascido.

Ela é o meu ambiente espiritual, ela é o meu natural meio de amizades, de simpatias.

O encaminhamento do meu espírito, dos meus estudos, da minha curiosidade, para os assuntos artísticos levou a interessar-me tanto pela obra dos artistas do passado, como pelas pessoas que nesta metade do século tem executado Arte em Coimbra; entre elas é que se encontram os meus amigos, é do meio delas que sinto vir as simpatias.

Nesta exposição encontro-me entre família espiritual. Os expositores vivem de preocupações de Arte e eu procuro compreendê-los.

Tenho visto desaparecer os que encontrei em pleno labor. Com saudade os recordo.

Vi surgir os novos. E, parecendo que surgiram tão recentemente, também as hábeis mãos dalguns pararam na faina de produzir beleza.

Saúdo os novíssimos, da mesma inquietação e sonho dos antigos, de novas tendências, de grandes promessas.

A exposição é variada de aspetos e tendências. Evoca um caminho percorrido, promete novos horizontes, primaveras múltiplas a sucederem-se em florações sempre inéditas.

Ela evoca para mim uma outra, realizada há cerca de 60 anos, a de 1884.

Aquela marca uma renovação, no gosto, no desenvolvimento da Arte na cidade.

Esta, estou em crer, porque tudo o promete, servirá de incentivo aos artistas, tanto aos que vêm na linha da tradição; como àqueles que por impulso espontâneo se lançaram ao trabalho e aprenderam técnicas e desvelaram beleza.

Em 84, havia seis anos que, como se diz no livro comemorativo, da exposição, «se creara uma sociedade artística, modesta e obscura no seu berço, que parecia débil, que se julgava efémera como outras tentativas iguais... Foi esta sociedade que realizou a Exposição». «Via-se, continuarmos a ler, um mancebo agrupando em torno de si os filhos do povo para uma agremiação útil, e isto bastava».

Escreveu ainda um ilustre homem de letras da época «crearam para si um ensino especial na cidade que o não tinha... para aprenderem o desenho e modelação aplicados à escultura em barro,

gesso e pedra»... Ei-los, na linha dos atiradores do ensino profissional, os intrépidos moços. – Incita-lhes a iniciativa e dirijo-lhes a aprendizagem ... uma vontade de ferro, uma alma de artista».

Percorrendo, na lista dos expositores, os nomes dos da secção artística encontram-se alguns que em diverso grau marcaram personalidade, como os dos dois Costas Motas que passando pela Escola de Lisboa, chegaram ao professorado e logram uma notabilíssima obra.

Foi a Exposição causa ou ação paralela ao movimento de opinião que levou o Ministro das Obras Públicas, conselheiro António Augusto de Aguiar a criar uma escola de desenho industrial. (Em 1921 como o Inst. Ind. e Comercial).

Desde a criação da Escola Brotero a ação desta e a da Escola Livre não foram duplas, antes, porém se fundiram. Os homens orientadores foram, pode dizer-se os mesmos.

Houve até a tendência de procurar levar à Escola Livre os melhores alunos da Brotero, para seguirem a sua educação artística e procurarem por si ultrapassar o nível de artífices e de ocuparem o de Artistas.

O desejo dos mentores se era, como exprimiu o Mestre António Augusto Gonçalves, «preparar o trabalho livre, elevando a educação da indústria de arte, alargando as vantagens da produção aperfeiçoada», visava contudo a uma realização mais alta, o estabelecimento duma escola superior de Belas Artes.

O Dr. Simões de Castro claramente o escreveu, noticiando a criação do ministro António Augusto de Aguiar: «É uma medida utilíssima, eminentemente restauradora, e que há de influir de um modo notável na educação e regime artístico desta terra; mas não é ainda tudo quanto esta cidade reclama em auxílio das suas artes, ofícios e indústrias. Coimbra merecia mais alguma coisa; deveria possuir uma Academia de Belas Artes com o seu respetivo museu.

...Ficaria aqui melhor do que em outra qualquer parte, por isso que, sendo Coimbra um centro importante, para onde converge a principal flor da mocidade do país, aproveitaria a muitos talentos e aptidões, e, não obstante a sua devida organização independente, poderia dar mais brilho e realce ao ensino daquela escola superior».

Não se realizou, nem seria fácil, tal alta aspiração. Contudo um núcleo de seus professores sempre procurou que o ensino não se limitasse a uma mera escola profissional rotineira. Vezes mesmo foram censurados por esse seu cuidado.

Não posso ir além das considerações gerais, pormenorizar factos, citar completas séries de nomes, descrever a evolução do ensino e mesmo da organização burocrata da Escola: – Não vivi dentro dela.

O que pessoalmente sempre me interessou foram os resultados, tornados públicos pelo aparecimento de obras e seus autores, que deram à cidade um cunho particular.

Causa espanto como, numa época de entusiasmo, se revelaram tantas e tão diversas aptidões.

Mas nessa época principal o meio económico do Centro do País não se proporcionava a esse voo que, querendo ser altaneiro, tinha de planar o pequeno nível.

A região, por um lado, vivia duma agricultura que não era remuneradora, a cidade entregue ao ensino, quer dizer, dependendo de ordenados certos e limitados, não proporcionava encomendas compensadoras, a indústria que hoje atinge elevado nível, era incipiente.

A mudança europeia nos gostos artísticos, primeiramente afastando-se do clássico, que fora a dos primeiros orientadores, passando ao da arte-nova e depois ao esquemático da exposição de 25 até ao limiar, de hoje, onde as artes-menores parece não terem lugar, veio comprimir os nobres anseios das diversas gerações coimbrãs. As oficinas estão-se a fechar, por não haver encomendas: os artistas independentes vão rareando, alimentados quase só da chama interior.

Esta exposição porém, com a organização do grupo dos antigos alunos da Escola deve dar novo estímulo. Agrupar-se-ão, levados por simpatia, por companheirismo, por convergência de gestos e orientadores particulares no desejo duma alta compreensão de beleza.

O que se expõe representa o passado e o presente, representa também o novo anseio, a renovada inquietação que os novíssimos trazem e hão de exprimir em formas novas.

Para estes ambiciono-lhes um bom futuro. Aos antigos e aos do presente que se encontram numa forma estabilizada dir-lhes-ei que me sinto em comunhão com eles.

É-me grato ver as suas obras, encontrá-las dispersas no meu caminho, tal como me aconteceu, nos trabalhos de inquirição artística que prossigo, em Carregosa, na Quinta do bispo conde Correa de Bastos Pina, prelado que anda associado ao movimento de renovação artística coimbrã na transição dos séculos. Da sua capela da Costeira, azulejos de Miguel Costa formam lambri

em toda a zona baixa. Na sede do próximo concelho, S. João da Madeira, fui encontrar dois conimbricenses a cinzelar o ferro como os ourives tratam a prata.

Mas sobremaneira é para mim grato ver as suas obras aqui reunidas. Posto que a exposição obedeça ao que foi possível juntar e ainda em curto prazo, permite avaliar certos pontos dominantes num caminho que pouco ultrapassa meio século.

Quantos sonhos de juventude, quantas realizações amadurecidas, quantas deceções de quem tinha possibilidades e o meio não ajudava?

Está aqui representada a obra de escultores. As circunstâncias da vida não lhes permitiu seguir os passos dos ilustres Costas Motas, mas, apesar do meio insuficiente, mostraram qualidades e realizações que ultrapassaram as do nível de simples artífice. Senti isso há meses ao ver o encanto dum artista de hoje junto duma escultura de mármore, que agora se levanta numa praceta do Vale de Cambra ainda o olhar de espanto que mostrou quando lhe desvendei o nome do autor dum busto em bronze, o dum grande vulto político do fim do antigo regime.

A obra dos canteiros decoradores está patente de forma especial no Buçaco onde trataram os temas vegetalistas com a mesma espontaneidade que os homens da época manuelina. Mas basta percorrer a cidade e notar certas casas, pormenores dispersos, que, patinados e anónimos, passarão pelos melhores exemplares da época antiga,

Pintores! Deles, principalmente na paisagem, citarei um falecido, aluno da Escola, Fausto Gonçalves. Mas outros que também têm obras suas nos museus, aqui se encontram representados e de todos os seus nomes são conhecidos.

A aguarela nos professores e nos alunos tem tido cultores.

As manifestações noutros sectores são múltiplas. Os entalhadores e marceneiros têm interpretado todas as épocas e com resultados tais que as confusões não são raras.

Os cinzeladores de ferro partiram para um caminho difícil e nessa técnica perfeita se têm mantido, apesar das dificuldades económicas, da mudança europeia de gostos, da concorrência de fancia do simples ferro torcido.

Também se cinzelou a prata mas o meio de modo algum se prestara.

O azulejo tentou diversos, impondo-se o nome de Miguel Costa, nome e obra que há pouco recordei. Se as composições figurativas não foram estudadas por si, mas reproduzidas dos mestres universais, a execução denuncia um bom conhecimento do desenho de figura.

A decoração da faiança também se tentou em novos moldes. Hoje o azulejo, a porcelana e a faiança coimbrã seguem os rumos novos.

O significado da presente exposição é simbólico.

Organizada em curto prazo de tempo, limitou-se ao que era possível obter e deslocar com maior facilidade.

Representa a atividade de cerca dum século, sem que, contudo, o faça através das obras superiores de cada artista, o que nunca seria possível sem largo dispêndio de tempo e de dinheiro. Alguns há que não possuem aqui representação.

Poderá um dia vir a fazer-se.

Será então uma revelação: por um lado aparecerão exemplares que poucos viram na altura de serem executados, mostrando um cuidado que a obra mais corrente, a mais conhecida, não revela; por outro, atividades que pareceram não terem passado de meras tentativas, apresentar-se-ão bem vincadas.

É necessário examinar esta exposição com esse sentido: dá uma ideia geral mas não pode esclarecer totalmente as atividades antigas e as atuais.

A felicíssima ideia de se criar a associação dos antigos alunos da escola Brotero, a sua realização como já se apresenta, com uma conveniente sala para os fins associativos, incluindo exposições de várias categorias (de que esta é um nobre espécimen) permitirá que o trabalho antigo se conheça através de retrospectivas e o moderno, o das atividades e tendências modernas, seja conhecido também.

Repetirei: o significado desta exposição está na renovada manifestação do artista de Coimbra: o amor do que os velhos fizeram, o desejo de renovar o gosto acompanhando novas tendências, novas correntes, certos aspetos em correspondência com o meio.

Poderia parecer que, com esta nova associação, se iria ter mais uma sociedade de recreio e, contudo, ela começa a revelar-se como uma instituição em que a cultura e o seu desenvolvimento, tomado em certos aspetos, há de ser o tema dominante; melhor, em que a cultura recebida como sistema escolar, passe a pesquisa espontânea, transportada para a vida, para a valorização própria, do trabalho quer de oficina e quer em grupos livres.

Direi: quis-se que o período escolar continuasse em zonas mais altas.

A associação, unindo os antigos alunos e mestres, honra a Escola, continua a dignificá-la.

Vida Regional, 1962.12.01.

DUAS OBRAS DE MÉRITO DAS OFICINAS COIMBRÃS NA EXPOSIÇÃO DA CIDADE DE PINHEL

A comemoração do segundo centenário da elevação de Pinhel a cidade, entre as manifestações de vária ordem, e algumas de verdadeiro brilho, provocou uma exposição de arte antiga do concelho.

Propositadamente ali fomos, tal o interesse que certas fotografias nos despertaram.

Partimos, numa manhã esplendorosa, da cidade capital do distrito, alcandorada no seu ninho de águia, da sombra da sua magnífica e austera catedral, das alturas de mil e tantos metros em que assenta, descendo rapidamente a cotas menores, na média dos setecentos. Aos terrenos ásperos sucederam em breve, já na zona da nova cidade, que também foi episcopal, amplas e bem ordenadas vinhas, pomares em disposição racional, uma intensidade de vida agrícola e renovadora.

Acaso, e bem excecional, na região média anterior, fez-nos encontrar a grande feira anual de Freixedas. Muitos quilómetros atrás já se notava a corrente de feirantes, que, a cada passo, se acentuava.

Davam mais aspeto de irem para festa regional que para feira, que uma e outra coisa ela era neste dia.

Seguíam grandes e pequenos, mesmo os de colo. Autocarros, em permanente movimento, transportavam gente, pedia-se boleia com a simplicidade de quem anda entre família. Mas o aspeto característico era o da multidão de jericos, machos e mulas, alguns cavalos, bem arreados, em que todo o mundo se deslocava.

Este era para nós o lado mais típico; tão evocativo de velhos tempos, ainda daquele outro nosso, de *menino e moço*, que à tarde, no plano elevado em que se teria dado a batalha de Ervas Tenras (por cuja causa ali fomos), sítio largo em que cruzam caminhos, assistimos à passagem dos ranchos, em verdadeiro enlevo, no seu regresso às povoações várias do contorno.

Era de encanto notar o ar de bem estar, de abundancia, de toda aquela gente; tecidos modernos no seu vestuário, cores claras, alegria no olhar.

Atravessámos o Coa. Já quase seco nesta quadra, mas, em compensação, em breve correrão nas adegas torrentes desse precioso vinho de Pinhel e uma onda perfumada sairá dos pomares sazoados.

Pinhel, cidade limpa, de bons arruados, largas fachadas de casas antigas, muitas seladas de seus brasões, conventos, igrejas de todas as épocas e pletóricas de decoração dourada, pelourinho e casa da câmara, no alto as duas torres magníficas recortadas na pureza do céu; o tradicional e a prosperidade do momento!

*

A exposição no ambiente de antigo palácio, é extensa, variada, rica: numerosas espécies de ourivesaria religiosa e civil, tecidos, e entre eles sedas brochadas a ouro policromia, brocatéis e veludos, esculturas de pedra e de madeira, objetos de decoração domiciliária, um mundo de coisas a prender a atenção. Felizmente está-se a organizar um catálogo ilustrado. Duas espécies, porém, para o nosso tipo de estudo, se impuseram.

As *Santas Mães*, isto é, S.^{ta} Ana sentada com a Virgem e o Menino, uma obra bem vincadamente de *Diogo Pires o Velho*, o grande escultor conimbricense do fim do século quinze, do tipo do último gótico, de largos panejamentos, bem lançados e requebrados como era do tempo. Exemplar paralelo à escultura de *Santa Ana* de Oliveira do Hospital, que identificámos nos trabalhos do Inventário Artístico e que, por ele, entrou no estudo da arte nacional.

A outra espécie é o *retábulo do Sacramento*, que foi salvo, reconstituído e recolhido ao Museu. Data de 1537; é peça de bom nível e da primeira época da atividade de *João de Ruão*. Como naquele outro que executou para o mosteiro de Celas (1535) e cujos fragmentos estão no museu coimbrão, compõe-se de sacrário central entre dois panos, onde dois anjos sobrepostos esvoaçam e adoram. Não será obra tão fina como a que executou para aquele mosteiro mas é trabalho que se tem de ter em atenção no estudo da primeira fase deste mestre.

E agora, com pequena quilometragem intermédia, pode-se estudar a evolução artística deste mestre do Renascimento, ligando este pequeno retábulo com a página portentosa do da Sé da Guarda, da sua fase final.

Diário de Coimbra, 1970.09.08.

NOTAS PESSOAIS

AVÔ

O MERCADO

Na conversa morna, entorno à braseira, adregou de se falar no mercado do dia seguinte, em Avô.

Era necessário substituir os bácoros que a tradição antiga daqueles dias imolara. E logo se determinou a gente que da casa iria.

De manhãzinha pus-me a acompanhar as águas do Moura, pela estrada torcicolada que de Pomares leva a Avô.

Fazia frio. O Menino que nascera no dia anterior, àquela hora, devia estar a tremer, a chorar, nas palhinhas. O sol beijando muito de leve os cimos das encostas, deixava na sombra a estrada toda cheia de ranchos, que passavam por mim embuçados, labirintizados em conversas também friorentas.

Numa volta do caminho apareceu a ruinaría do Castelo, já toda oirada, que me foi sempre fitando pela enorme porta ogival, escancarada, única parte de pé das muralhas desfeitas, até ao casario que ascende gracioso da confluência do Moura e do Alva, do espraçamento das águas, monte acima, me começam a servir pelas suas portas de arestas chanfradas, uma que outra janelita de singelo recorte manuelino, gracilidade de seus alpendres, sua silharia patinada. Atravesso a ponte entre ondas de povo. De lá de cima, do largo em frente à igreja, vem o vozear da multidão. Subidas as escadas, logo prazenteiros num oferecimento, mostram-se-me tamancos grossos, para os pés grossos de serranos.

Do lado esquerdo, dum alpendre em piso inferior ao adro, vem o rir alegre de fazendas claras.

E junto ao cruzeiro (onde se espera, sentado nos degraus, com cestos cheios de compras, a espreitarem de baixo de panos brancos) sobre mesas, pendurada, rebrilha a latoaria: arcozinhos de

lata – cinchos – para abraçarem molemente o coalho do leite que vem em panelinhas de lata, como aquelas outras que ali estão, dos currais farruscos da serra, sob as capuchas grosseiras, num delicioso pitoresco; económicas almotolias; enchedeiras para as tripas que mais acima, em montes, sobre sarapilheiras, um vendedor enche do vento, mostrando assim, a sua boa qualidade, a uma velhinha de olhos aguçados – não a vá enganar.

Ainda junto no cruzeiro, o pimento, em sacos pequenos, grita estouvadamente, e um velhote, pachorreiramente, o vai embrulhando nas folhas dum velho livro de sermões em espanhol, pregados talvez à corte fúnebre dos senhores reis Filipes, e noutras dum dicionário francês, de agricultura. P'ra que quer a gente estes livros que não entende? disse-me, como eu lho falasse neles.

Vou entre apertões, olhando o cromatismo variado das quinquilharias, até onde a nobre saragoça é acariciada por mãos calejadas.

Quero ir pela rua que faz à fruta, junto aos degraus do portal da igreja; mas está tudo completamente cheio, tenho de esperar. Começo a passar revista em volta. Junto à estrada, ao pé de mesas imundas, copos embaciados, despeja-se vinho nas amplas gorjas, fala-se das compras, dos preços.

Pobrezinhos, chagados, em amargura, arrastando a sua queixa dorida, estendem a mão a uma esmola que não vem senão de raro em raro da multidão que se estende por todo o amplo adro, em burburinhos de vozes, em gritarias de cores de seus vestidos, sob o sol calmo de dezembro.

A criançada atira-se gulosa aos tremoços e as vendedeiras mostram-me maçãs vermelhinhas, um encanto – não merca?

Roço de leve o local da sardinha, cheiinho de compradores; as ferragens sem uma nota dos exemplares tão interessantes que se encontram na região, e volto outra vez para baixo.

Do outro lado da feira, vem o soar bucólico dos chocalhos que há pouco mirara.

Ao longo das casas, a louça ida de Coimbra, com os seus pratinhos a mostrar frases, ternas, amorosas, nos bordos, ou o nome cantante, português, de Maria, ao meio.

Os barros pretos e vermelhos de Candosa, mostram-se mais abaixo, nas formas geralmente usadas na olaria portuguesa. Aqui e além a grave rotundidade de potes bojudos, para o azeite novo, a escorrer nos lagares. Um bom homem fala-me da excelente qualidade da louça, e com paciência responde às minhas perguntas. Para o verão tenho de lhe ir ver a oficina, prometi-lho.

É meio dia. Vou ainda vera feira dos porcos, um pouco mais acima.

Vêm vindo grupos com porquitos à frente, e ao colo leitõezinhos numa chiadeira de quem não sabe guardar as conveniências.

Lá no cimo ressoa uma flauta como a que Pan inventou.

Está quase deserta. Tudo se vai retirando. À tarde já não havia ninguém.

Correio de Coimbra, 1924.02.02.

ETNOLOGIA ARGANILENSE

UM VELHO RITO

Nalgumas freguesias do alto concelho de Arganil encontrei um rito fúnebre que, se no princípio me causou estranheza, depois de bem o interpretar, me comoveu pela ternura que revela, pela força da tradição que ainda hoje, depois de ter desaparecido completamente a causa que lhe deu origem, faz repetir gestos centenários que avós remotíssimos introduziram, que avós bem desconhecidos, bem mortos nas memórias, continuaram que as mãos dos que hoje vivem repetem como uma suprema saudade e, um adeus terníssimo àqueles que vão juntar-se em redor da grande lareira do Pai comum.

Chega o caixão do pobre morto junto á cova, as últimas gotas de água benta caem, o sacerdote pede pela derradeira vez para a sua alma o grande repouso, a luz e a vida perene, *os parentes ou amigos envolvem as tábuas que guardam os restos humanos num largo cobertor de lã*, e assim, acalentados como na vida, descem para o último leito.

Uma vez em volta de mim pessoas estranhas a uma dessas freguesias murmuravam – «que estupidez, seria melhor dá-lo aos pobres» – e eu ao lado ia pensando que sempre hão de haver pobres e mil ocasiões de os socorrer, e que só os pobres mortos escapam para sempre à nossa ternura com a primeira terra que cai.

Mas desde quando vem este rito?

De épocas recuadíssimas. Em volta das nossas mais antigas igrejas, edifícios românicos e pré-românicos, como na matriz moçárabe de Lourosa, encontram-se escavadas na rocha sepulturas antropomórficas, sepulturas que desenham um trapézio alongado, tendo ligado á base uma cavidade circular. Mais vulgarmente é só constituída pelo trapézio alongado.

As atribuições da época que os arqueólogos lhes têm dado são várias; contudo, se não é fácil marcar uma data na alta Idade Média do seu começo, podemos afirmar com certa segurança que somente acabaria o seu uso quando se generalizavam, no século XIII, os enterramentos dentro das igrejas. Nesta baixa época muitos sepulcros avulsos apresentam ainda exteriormente a forma trapezoidal que se repete interiormente, como é natural, e recordo-me dalguns, um dos quais do Museu Machado de Castro, de Coimbra, na sala de escultura medieval, que tem a escavação para a cabeça, como assinalei.

Não me recordo de ter visto, ou me ser dada notícia, de haver no concelho de Arganil sepulturas assim, mas é muito possível que as haja Em Moura da Serra, da freguesia de Avô, freguesia limítrofe do concelho, como é sabido, foram encontradas algumas quando se fez o novo cemitério ao norte da capela, e já outras o tinham sido pelo arroteamento dos terrenos em frente da mesma capela. Em Avô, na parede dumas casas que ficam entre a farmácia e a ponte sobre o Alva, há incrustadas duas lápides discoides que têm gravadas cada uma sua cruz, lápides que se colocavam na cabeceira dessas sepulturas.

No concelho de Oliveira do Hospital encontram-se com frequência.

Nestas sepulturas antropomórficas, como a sua conformação indica, os cadáveres eram deitados ou simplesmente vestidos com a sua melhor roupa ou embrulhados a mais num lençol. O uso do caixão nas povoações rurais só se veio a generalizar depois da legislação que no século passado criou os cemitérios e regulou os enterramentos. Nas arrecadações da maior parte das igrejas e capelas ainda se encontram, meios apodrecidos, esquifes e tumbas – estas dum emprego mais recente – que se utilizavam na condução dos cadáveres.

Se, como disse, eles eram na maior parte das vezes embrulhados num lençol, este era mais ordinariamente substituído por um cobertor de lã, principalmente nas regiões em que a criação de rebanhos tinha um grande desenvolvimento, como outrora no alto concelho.

Introduzido este costume na época das sepulturas individuais, continuou-se na dos enterramentos dentro das igrejas, vindo até aos princípios deste século. Generalizado o caixão para encerrar e transportar os mortos, aquele costume perpetuou-se sob uma dupla forma. Nas regiões em que se utilizava o lençol de linho, como no baixo concelho, aonde esta planta têxtil se cultivava com

abundância e aonde ainda se encontram habilíssimas mãos de tecedeira, ele continuou a envolver o morto dentro do caixão, vindo algumas vezes e nalguns lugares a ser substituído por uma larga toalha estendida sobre o cadáver. No alto concelho, como o cobertor de lã é por sua natureza espesso e grosseiro, permaneceu na sua função primitiva, a de resguardar da terra, embrulhando a própria urna, semelhante às das outras regiões.

Não se vá julgar que por causa deste hábito ela seja diversa.

É esta a razão desse uso que parece desarrazoado, que hoje se pratica unicamente como um rito, um símbolo de ternura pelos que se vão, e que outrora era uma necessidade.

Pouco a pouco há de ir desaparecendo.

Mas não se lhe apresse a morte. Não são unicamente os grandiosos feitos do passado que se devem comemorar e guardar como as mais finas flores da raça. Ao lado dessas grandezas estava a vida pequenina e quotidiana, de nobilíssimas e cristianíssimas virtudes, também cheia de beleza. Saibamos entendê-la e amá-la nas tradições que a perpetuam.

BERTA MARIA

Jornal de Arganil, 1931.04.15.

O MEU CANTO EM LOUVOR DA CASA

O encanto da velha casa onde se nasceu, da casa que foi dos avós, um antigo solar, ou simplesmente um humilde lar!...

Não posso compreender esta gente da cidade que todos os anos, todos os meses, muda de casa; pobre ou rica, toda ela me parece *gente sem eira nem beira*, vagabunda que nunca chamou sua a uma parede, que nunca junto de uma árvore lembrou um dos avós que a plantou.

Tenho uma velha casa numa prega duma serra, lá longe. É humilde. Não a trocava por todo o ouro do mundo.

A casa onde se nasceu, a casa com que se sonha quando se está longe, tem, para cada um de nós, uma história antiga e humilde, que só cada um de nós entende. Fala-nos nela a doce voz daqueles que já desapareceram, adoráveis fantasmas de quem se amou, vêm de novo enfeitiçar-nos e as lembranças de quando se era menino de novo revivem.

A pedra do limiar já está tão gasta!

Qual foi o longínquo avô que a lá pôs, e primeiro a atravessou? Que é feito do perfume das flores de laranjeira da primeira noiva que entrou na casa nova e acendeu o fogo novo na lareira nova?

Casa fundada para perpetuar o sangue, para vincular a terra, bendita sejas!

Quantos berços abrigaram gerações novas? Quantas tumbas se fecharam entre o clamor da casa?

Pobres avós já nem sequer se sabe o seu nome, mas o seu sangue ainda está nas nossas veias e a nossa vida passa pelo caminho que foi o seu, as nossas melhores qualidades foram suas e seus foram os nossos traços físicos, a beleza do corpo e a beleza moral.

Aqui na cidade os pobres estendem a mão e pedem uma esmola banalmente. Lá longe, nessa casa que se ama, os mendigos, à porta, pedem pelas almas daqueles que um dia àquela porta deram esmolas, lhes deram esmola. E recolhendo-a no alforge têm expressões que enternecem.

– Que Nosso Senhor console no céu aqueles que lá tem, como o senhor me consolou na terra.

E citam às vezes um nome, de quem nos foi tão caro e nos desapareceu tão há pouco, que se volta para dentro a chorar por quem aquele pobre pediu, a quem tinha *consolidado na terra* aquele pobre.

São eles, os mendigos, a melhor tradição da casa. Em cada nova festa de batizado e de casamento eles vêm, pedindo bênçãos para a nova vida, para a nova dona. E nos acompanhamentos fúnebres choram, em grande grita, sinceramente, a *mãe dos pobres* que para sempre os deixou.

Construir uma casa e embalar um berço é edificar para a eternidade, perpetuando-se na terra e nos seus.

De mão em mão, através de gerações, passa a candeia da vida e da tradição, e as virtudes cristianíssimas da raça vão-se renovando em novas primaveras.

Correio de Coimbra, 1934.11.28.

EXCURSÃO MARAVILHOSA DA ESCOLA PAROQUIAL DA SÉ NOVA

Já o conselheiro Acácio, com profundez e argúcia, definiu uma excursão como – deslocação de pessoas duma terra para a outra, com regresso à primeira. As vantagens porém que todos os pedagogos lhes encontram e pelas quais as aconselham, resumiu-as magistralmente um meu velho amigo da aldeia, barbeiro de ofício e curandeiro por vocação, formado no universal conhecimento do Chernoviz, mestre afamado: – a mudança de ares faz bem a todos os indivíduos, fisicamente considerando as coisas, e abre as inteligências curiosas e amigas de procurar as razões da organização universal. São palavras textuais que muito me apraz de aqui registar, tanto mais que ainda me não tinha aparecido ocasião de as dar a público, como mereciam.

Por isso mesmo os meus pobres garotos da 3.^a e da 4.^a classe fizeram também a sua excursão. Como o cofre da liga dos amigos da escola não é nenhuma dessas antigas arcas, cintadas de ferro e de três espessas fechaduras, retheadíssimas, e se resume num pobre mealheiro de barro, gracioso e humilde, ela não podia ser levada muito longe. E para encanto dos petizes melhor foi assim.

Queria-se um lugar com vida e aspeto diferente da cidade, e com certas recordações históricas, lugar aonde se pudessem lembrar as diversas noções ensinadas e, principalmente, aonde as crianças pudessem saltar, correr, em plena liberdade e alegria, aonde se passasse um dia bom, um dia único na sua pequenina vida de garotinhos pobres. Estava à mão – Montemor.

Inútil é procurar descrever essa maravilha suprema que a excursão foi. Só notas apagadíssimas poderei dar.

O comboio partia às 9 e 45 mas prudentemente, antes das 9, fui para a estação. Encontrei já uns quatro ou cinco em conflito

aberto com um empregado que lhes não permitia correrias, mais que legítimas, no vestíbulo, de pavimento liso e àquela hora despejado. Como cidadão pacífico que sou, não me pus abertamente de lado da justiça, isto é, a favor dos pequenos, para não entrar em guerras infrutíferas, e limitei-me a vir com eles, cá para fora, a esperar os restantes.

A tomada do compartimento da carruagem foi digna de nota e ainda mais a compra de exemplares do *Senhor Doutor* e do *Papagaio* que um vendedor teimava em lhes vender e eles em os comparar, pagando eu tudo, como tive de fazer, e V. Ex.^{as} fariam, se estivessem no meu lugar.

A maior parte deles nunca tinham feito viagem tão grande, e tudo os deslumbrava. De estação para estação era um descobrir contínuo de maravilhas, mas nenhuma tão notável como aquela que Pereira trouxe, nada menos, nada mais, que a morta, a sempre lembrada e chorada torre de S.^{ta} Cruz: a mesma terminação bolbosa, os mesmos fogaréus, o admirável galo que, como é sabido, cantou três vezes antes de se enterrar na manga do jardim. Um bocadinho mais pequena mas de resto... Tanto foi o entusiasmo que até a restante gentinha da carruagem, a tal barulho, quero dizer, a tão escachoante alegria do inesperado sucesso, foi também à janela...

A torre porém ficou em pé, o que ainda hoje me admira, tanto mais que tal espécie de torres pertence ao género das plantas sensitivas, caindo, como as flores do verbasco, quando se sentem magoadas.

Do apeadeiro de Montemor para a vila ainda é distante e, se não fossem as cegonhas, aves nunca vistas, em cinco minutos aquela dúzia de pares de pezinhos lá se punham.

Os burros dos ciganos, animais pacíficos, arrebitaram as orelhas e dispuseram-se a fugir mas a tropa parou.

Oh! as cegonhas, aqueles ninhos largos, aqueles bicos a debruçarem-se indagando o que de tão desacostumado se passava por baixo...

Dali a pouco tinha-se feito a distinção, a mais perfeita de que sábio seria capaz, entre cegonha e milhafre, voo e mais costumes duma e doutra.

Meio dia a dar e nós na vila.

Os estomagozinhos davam também horas e bem adiantadas que eram! Eu, para os arreliar, afirmei que nada havia na povoação à venda que se comesse. Foi um desânimo desmedido como na retirada dos dez mil. – Nem haverá ao menos uma loja que venda pão? gemia o Zé Pereira desalentado.

Ora um almoço bom, estava à espera deles. Correu bem, alegre, ficando os estômagos cheinhos, como papo de pardal em farta seara. E alegres como pardais marcharam à conquista do castelo, daquela fortaleza de dilatadas muralhas e numerosas torres. Nem um cantinho ficou por rebuscar. Pelos adarves mimaram os velhos gestos de guerra e recordaram as conquistas dos primeiros tempos, tanta é a erudição e os retalhos de alma antiga que nas suas almas andam.

Ao vir lá de baixo, do poço do abade João, eles tomaram a dianteira e sozinho tive de subir a encosta. Mal da minha alma! quando vinha a sair duma porta, dei-me com larga porção de mortos estendidos em farto e fresco relvado! Tinham morrido num ataque ao castelo, segundo me afirmou um dos *cadáveres*, mas todos ressuscitaram, não estivesse ainda a pairar sobre aquele lugar a alma benfazeja do mencionado abade.

Aqui, baixinho e pedindo segredo, não vá a gente de Montemor ouvir, nenhum dos meus rapazes acreditou na velha história de maravilha do abade que antes do Padre Nosso todo o menino montemorense aprende, como Schema Israel, e até à morte fica a rezar.

Que lástima grande, porém, não existirem na verdade as velhas arcas do ouro e da peste! Por mais fundamente que estivessem sob os alicerces, eles as trariam à luz, sem o pesar sequer de espalharem na terra a pestilência de horror que uma delas conteria.

Procurámos na igreja dos Anjos o túmulo de Diogo de Azambuja, o que construiu o castelo de S. Jorge na Costa da Mina, andámos a ver a cultura do arroz, e à beira rio comovi-me com a tristeza de dois burros que desoladamente viam reduzir a um estado lamentável todo o relvado, aonde exerciam domínio e donde tiravam proveito, e aonde a petizada organizou uma série de saltos mortais, muito de ver.

Que se pode contudo comparar à viagem de regresso, pelo rio e pelo canal até à estação de Alfarelos?! À ponte de Montemor metemo-nos num amplo barco e começamos em larga descoberta de ilhas, ilhéus, e baixios, dobrando até o cabo Bojador que, como o célebre, também faz um bojo. Mas aquele canal de águas paradas com folhas e flores aquáticas à tona d'água, juncos grossos como dedos, ramos a pendurarem-se das margens, rãs, tira-olhos, e sempre o campo baixo, com boizinhos a lavar, grupos de gente do trabalho que os meus pequenos saudavam alegremente e alegremente eram correspondidos!...

Senhores, o Mário Luís, que é erudito e tem a coleção do *Pim-Pam-Pum* e do *Senhor Doutor*, de alma tão entusiasmada

que ia, resumiu todas as suas impressões e as dos companheiros, sobriamente, completa e magnificamente: – Isto é melhor que os Piratas de Shanghai. O prestígio das fitas de aventuras, dos contos de entusiasmo, tudo ficava atrás e abaixo daquela aventura vivida.

Levávamos já uma hora de barco, quando julguei conveniente desvendar o segredo de certo embrulho que desde a vila nos acompanhava; apareceram uns pãezinhos que não vinham sós, bem entendido. Durante uns minutos certo silêncio reinou no barco.

Cansados de corpo e alma atiraram-se para os bancos do comboio que os trouxe a esta cidade de desencanto.

E eu, mal que aqui cheguei, fui buscar o mealheirinho, que comprara em velhos tempos no Espírito Santo, e agitei-o. Nada... o som costumado e bom das moedas de cobre tinha desaparecido, daquelas moedas que se transformavam em papel, lápis e livros.

No pequenino bojo está escrito o nome dum deus antigo, dos antigos povos do extremo ocidente da Europa, o titular de milagres financeiros – SALAZAR. Mas o prestígio do nome do Deus não restitui ao pequenino barro o som alegre que tanto me encantava.

Talvez ainda aqui o ponha no Largo da Feira dos Estudantes e uma bandeirola ao pé, e na bandeira um letreiro dizendo assim:

O vós que ides passando lembrai-vos de mim que estou vazio chorando.

Correio de Coimbra, 1935.06.29.

LOUIS GOLLET E OS PRESENTES DA RAINHA SANTA ISABEL A S. TIAGO DE COMPOSTELA

Gillet era para mim exclusivamente o grave autor da *Histoire Artistique des Ordres Mendicants* e do volume IX – *Histoire des Arts* – da *Histoire Nationale* dirigida por Hanotaux, e nunca me lembrei de pensar que pudesse ter outro género literário a não ser o da arqueologia artística.

Quando, há poucos meses, vi numa livraria o seu último livro *Cathedrales* e na cinta de reclame, com que certos livreiros estrangeiros enfaixam as suas publicações, o nome dos grandes edifícios, S. Tiago de Compostela, Assis, Reims, Chartres, recordando-me daquelas obras e dos elogios com que a crítica francesa as recebera, percorrendo só ligeiramente o capítulo que trata da basílica de Assis, artigo de bom resumo de estudos arqueológicos, logo o comprei.

A minha amiga, a Doença, que repetidamente e sob tão vários aspetos se me apresenta, atirou-me para a cama uns três dias e ofereceu-me assim ocasião de o ler.

Esperava encontrar, nas trinta e quatro páginas dedicadas ao grande edifício galego, qualquer coisa de novo, que mesmo fora essa a esperança com que o adquirira, e, pobre de mim, todas elas se enchiam exclusivamente com as impressões literárias das festas tradicionais daquela igreja, em prosa que o autor tentou que fosse sonora, tintinibulante, e que no fundo só cansa e enerva pela mediocridade de visão, que ficando na superfície das coisas, dá a impressão de anotações de espectador banal e inculto, o que na verdade ele não é.

Notas escritas muito certamente para revista ou jornal literário, que deviam aí ficar para sempre perdidas, prova clara do

valor excessivo que certos eruditos dão a tudo quanto escrevem, julgando-se mestres em todas as artes, e que só tem paralelo naquela inconsciência com que às vezes se editam postumamente banalidades que os autores se tinham esquecido de inutilizar.

Arqueólogo de mérito é literato de segunda ordem como ainda mais se sente no artigo consagrado à catedral de Chartres, aonde se esqueceu da sua ciência para fazer mera literatura, não se recordando que é perigoso tratar certos assuntos pelo mesmo modo que consagrados já o fizeram, não se lembrando da lição de Huysmans, posto que o cite, que se era arqueólogo de valor ínfimo, como escritor porém tinha verdadeiro merecimento.

Não acabei de ler o livro, tão grande foi a desilusão que sofri e, para novamente lhe pegar e me interessar pelos capítulos ainda não lidos, tive de cair de cama todas estas semanas.

Procurei certa página que anteriormente me despertara interesse, aquela em que se fala nos paramentos oferecidos pela rainha *Santa Isabel*, no capítulo intitulado, *La Messe des Geants*.

«A peça principal, diz ele, é naturalmente a Missa solene do dia imediato, a festividade de S. Tiago no interior da catedral.

«Mas que Missa! Uma festa de gala, um acontecimento, uma verdadeira grande ópera! Imagine-se primeiramente o cenário imponente duma catedral espanhola: a grande nave românica uma das mais augustas do mundo seguindo-se-lhe a fortaleza do coro, a paliçada sombria dos cadeirais capitulares, dominada pela bateria dos tubos dos órgãos, e fechada de alta grade de cobre; na parte fundeira a abside, o baldaquino de Churriguera, teatral, obra desmedida barroca e sobre dourada, erguida até às abóbadas por *putti*, filhos de titans (anjos Picasso, um Picaso “Bébé Cadum”) e no fastígio do qual o cavaleiro de Clavijo, semelhando Perseu, caracola na sua eterna carga; uma gruta flambeja por baixo dele, fornalha de velas, e ao centro, o Apóstolo de pedra, resplandente como um ídolo sob uma capa de prata, ergue-se por cima do seu túmulo.

«Lá dentro, distribuído por estas duas partes da cena, o clero composto dumas cinco dezenas de pessoas, bispos, cónegos, chantres, dignitários, maceiros, diáconos, subdiáconos, acólitos, todos com um incrível vestuário, lhamas de ouro, casulas dum cetim rosa passado, mantos de tafetá branco como os dos templários, deslumbrante luxo sagrado quase igual ao de Toledo, sebastos e bordados executados pelas mãos duma santa e rainha, Santa Isabel de Portugal, e pelas damas da sua corte, num tempo em que as rainhas fiavam.

«A liturgia é complicada, solene e pontifical, como um cerimonial de palácio de Bizâncio, com saudações para apresentar um livro, bispos dourados conduzidos ao trono com ciriais e incenso, evoluções rítmicas como as dos coros das tragédias antigas, subidas e descidas, genuflexões de sombras luxuosas, em contra luz, nos degraus do altar mor de prata, iluminado como um grande fogo».

Nesta literatura falsa fica só com algum interesse para nós a alusão aos bordados e aquela que os executou e dirigiu.

Liminarmente – sem investigações livrescas quer na Legenda da Rainha Santa sobre que espécie de doações ela haveria feito na peregrinação ao túmulo do apóstolo, quer nas referências atuais aos paramentos antigos, como por exemplo num volume editado o ano passado na coleção Labor, acerca da antiga paramentaria espanhola – pode-se dizer com toda a segurança que tal afirmação não tem a mínima consistência, e só não espanta por nos lembrarmos que, muito certamente, não veio à cabeça do autor investigar em que século teria vivido S.^{ta} Isabel, e a escreveu fiando-se nalguma informação banal e achando que tal notícia iria realçar o brilho da sua prosa, seria um cabuchão precioso a incrustar-lhe, evocativo, legendário.

A razão clara da impossibilidade de se usarem no ano de 1933, data do artigo, vestes litúrgicas executadas no princípio do séc. XIV está nos limites da resistência do tecido e no corte das vestiduras, de desenho tão diverso duma para outra época.

Se ainda se conservam alguns paramentos medievais, mesmo alguns anteriores àquele século, posto que numa raridade extraordinária, deve-se isso a que têm sido conservados como relíquias de algum santo, com imenso cuidado, ou a algum acaso que os fez esquecidos em lugar reservado.

Por experiência sei quanto o uso, mesmo só o uso nas grandes festas, lacera as velhas sedas. Gasta mais um paramento uma breve missa solene que cinquenta anos de museu.

Numa grande casa do norte do país vi preciosas casulas e dalmáticas do séc. XVIII, bordadas a ouro e matiz, de tonalidades lindíssimas, conservadas em velho baú da época, num admirável estado de novas, porque algumas talvez nunca tivessem servido, sendo a residência habitual dos possuidores antigos Paris e Lisboa e conheço-as iguais com um uso moderado em estado lamentável. Que dizer então de sedas de tão velho tempo!

O corte da paramentaria dos períodos medievais é bem diferente do atual, como se pode ver nas esculturas contemporâneas

de que Coimbra conserva bons exemplares; mesmo que aquela sé guardasse desenhos particulares e arcaizantes a evolução fatal, mesmo desses, através das idades os alterava de modo a não poderem ser usados nestes séculos imediatamente anteriores ao nosso, em que não havia a mania arqueológica de hoje; nem muito menos o desgaste natural de todas as coisas não deixava chegar até nós um número deles que pudesse revestir um número diminuto sequer de figurantes litúrgicos.

Se alguém, como eu, também veio a ler este livro, e se entusiasmou com a parte transcrita, desiluda-se, aquilo não passa duma nota sonora, brilhante e falsa.

Correio de Coimbra, 1935.09.14.

GUIDO BATTELLI

Deste ilustre professor florentino temos, sobre a nossa mesa de trabalho, um discurso erudito e ao mesmo tempo elegante de frase – *Il Linguaggio Misterioso del Nostro Battistero*, discurso inaugural da sala de conferências do paço episcopal de Parma nos fins do ano passado.

No breve tempo que um discurso consente, descreveu, com talento e graça, a simbólica do batistério de Parma, recorrendo e aduzindo trechos dos velhos autores medievais.

Termina com o que poderíamos chamar a estética poética do monumento e donde recortamos as últimas palavras:

«Fiel aos desejos dos antepassados que, com grandísimos sacrifícios, o construíram, através de gerações inumeráveis, das mudanças de instituições, de ideais e costumes, o nosso batistério não cessou um dia sequer de repetir, até mesmo aos mais duros ouvidos, os seus ensinamentos cristãos, as suas palavras de eterna verdade. Porque, Senhores, tudo passa, tudo se muda aqui em baixo, à exceção da palavra de Deus. A verdade é una, eterna, imortal, como una, eterna e imortal é a Fé».

*

Se não apareceu já nas montras das livrarias italianas, deve estar a sair um novo volume seu – *Tredici Artisti* – do qual, há três meses, o *Corriere Emiliano* publicava um extrato e que a redação do jornal, numa breve introdução que lhe fazia, anunciava: «Não é um livro de erudição nem de crítica formal, mas de poesia, de aguda penetração psicológica, de fina sensibilidade artística. É um artista que fala de artistas».

*

No 25.º aniversário de Páscoli (do qual, não há muitos meses, se publicou aqui *A Poesia* numa brilhante tradução da Ex.^{ma} Senhora D. Flora de Oliveira) trasladou-lhe igualmente para a língua portuguesa o poemeto, *Solon*, saído em elegante folheto.

Lembrando a fina sensibilidade do poeta podemos repetir:

*Morre o valor do herói que o carro
arremessa contra os inimigos
murcha o seio de Ródopi e o olhar do timoneiro.
Mas não morre o canto que entre os acordes
da lira espalha o candor das asas.
E o poeta até que não morra o bino, vive imortal.*

Correio de Coimbra, 1938.01.15.

AO DE LEVE IMPRESSÕES DA MONTANHA

Do que temos visto anteriormente poderá talvez concluir-se que a serra do Montemuro – pelas suas grandes altitudes e admiráveis pontos de vista, donde se alcançam os maiores relevos do País, e pelas virtudes sociais e morais dos seus habitantes, entre os quais o tipo do Portugal Velho, do verdadeiro português cem por cento, como agora se diz, é, ainda confortante realidade – representa um capital desconhecido e desaproveitado que importa valorizar por todos os meios,

Tirando algumas páginas magníficas de Abel Botelho nas *Mulheres da Beira*, nem a literatura nem a investigação científica versaram ainda os numerosos temas que ali se oferecem à nossa consideração; à parte os pastores da serra da Estrela, que para a li emigram todos os anos, desde o S. João ao S. Bartolomeu, com o fim de aproveitarem as ricas e vastas pastagens do alto da serra, ninguém sabe que ela existe senão no mapa.

É preciso fazer uma larga propaganda das possibilidades turísticas das nossas zonas montanhosas para que os Portugueses não vão deixar lá fora, em prolongadas vilegiaturas, o dinheiro que com melhor êxito poderiam gastar cá dentro; é preciso que à transumância determinada pela necessidade de apascentar os rebanhos se sobreponha outro fenómeno semelhante, de que nos fala Aufrère, orientado por preocupações estéticas e turísticas.

As montanhas devem receber no verão os homens de recursos que passam o ano inteiro na cidade – os intelectuais, os funcionários públicos, a gente do negócio e até os que andam sempre maçados por... nada fazer – para os restituírem depois à cidade mais cheios de energia e de saúde, mais desintoxicados moralmente, mais alegres de viver e mais tomados de admiração, sobretudo, por este pequeno Portugal onde nasceram. Porque

se já ninguém desconhece a sua importância no tratamento de certas doenças físicas, não menos indicadas estarão elas para proveitosas curas de altitude moral e retiros espirituais do mais acendrado patriotismo.

No estado atual das coisas, nem todos poderão ter de entrada as comodidades que o progresso exige, mas a ninguém faltará aquela imprevista receção, aquele generoso e simpático acolhimento que teve na serra o nobre Jacinto, de que nos fala o Eça.

Por mim, apenas direi que esta primeira excursão ao Montemuro mais radicou o meu desejo de voltar. E cá voltarei para o ano, se Deus quiser.

Correio de Coimbra, 1938.11.05.

SENTIDA HOMENAGEM À MEMÓRIA DO PROF. DR. VERGÍLIO CORREIA NO PRIMEIRO ANIVERSÁRIO DO SEU FALECIMENTO

Alguns amigos e antigos colaboradores do nosso saudoso Director, Dr. Vergílio Correia, foram no passado domingo à sua campa, em sentida homenagem à memória daquele que em vida sempre foi uma lúcida inteligência e um homem bom, na aceção mais pura da palavra.

Nesta homenagem singela, a que já nos referimos, o sr. padre Nogueira Gonçalves, conservador do Museu Machado de Castro proferiu as seguintes palavras:

«Trazem-nos aqui a saudade e a amizade. Há um ano que nos despedimos do sr. Dr. Vergílio Correia num apartamento doloroso e inesperado. Parecia não se poder dar crédito ao que os olhos testemunhavam e, decorrido um ano, parece ainda impossível que tão rapidamente se tivesse passado duma vida exuberante para a quietude do grande sono. Sentimos hoje o mesmo espanto de então e a mesma mágoa transborda dos corações, temperada só daquela resignação que o tempo e a consideração das coisas irremediáveis nos dá.

Deixou-nos há um ano, deixou-nos porque se não pode dizer que faleceu; passou só de uma vida intensamente ativa para a grande quietude; ficou vivo em nós pela sua lembrança e pela saudade.

Homem bom, que espalhava larga beneficência, por forma enternecida e discreta, com um coração compreensivo da miséria; amigo leal que depunha na amizade o coração aberto; recordam-no hoje os pobres que tão variadamente socorreu, recordam-no

os amigos aos quais tão dedicado foi; vive na recordação da família, vive no agradecimento dos pobres, vive na saudade dos amigos. Para nenhum destes morreu!

*

Também não morreu para a grande vida da humanidade, a vida do espírito.

Só os que não têm valor soçobram de vez. Aqueles que foram os cimos nalgum dos ramos científicos, que foram espíritos criadores, são os pontos altos das montanhas; como estes que por dezenas de léguas chamam as atenções, também os grandes valores intelectuais ficam, na vida do espírito, os pontos de referência contínua, os marcos miliários que exprimem o caminho que a inteligência percorreu. A humanidade não os esquece porque são eles que lhe dão a consciência do seu valor intelectual, da grandeza que teve no passado, o valor que é, e lhe são a garantia de contínuo progresso.

Também o sr. Dr. Vergílio Correia não morreu para a Ciência!

Não morreu tão pouco para Coimbra, para a sua região, para o seu distrito.

A terra não tem valor só por si, o valor vem-lhe da sua integração na vida humana, pelas múltiplas formas que é capaz de o ser.

O sr. Dr. Vergílio Correia estudou-a com amor; integrou-se pela inteligência na vida do povo, através da etnografia regional; integrou-se na profunda vida humana da região pelo estudo da pré-história e pelo estudo das formas mais representativas dessa vida, as das artes plásticas.

Percorreu as suas estradas quando era novo, quando por ele passava a primavera da vida e a primavera do espírito nas grandes vias do conhecimento; voltou quando a inteligência tinha amadurecido em conhecimentos, deixou-as quando tinha atingido um nível superior e ia fazer as grandes sínteses. Tombou-lhe, das mãos a pena quando elaborava o largo esboço da Arte distrital e o fazia por forma tão superior e por maneira tão elegante como até então não o tinha feito.

Percorreu as suas estradas geográficas e as estradas do tempo.

Escavou e sondou as jazidas paleolíticas, percorreu as diversas estações das últimas idades da pedra e dos metais, indagou, estudou a grande era romana, como nas inscrições de Midões, nos restos de Bobadela, no polígono da cidade velha de Antanhol, na in-

terpretação de Emínio e acima de tudo trazendo à luz a portentosa Conímbriga. Dedicou-se à época dos Bárbaros e à evolução da arte medieval. Ocupou-se da arquitetura, da escultura e dos restos picturais. E continuando nos grandes caminhos do tempo e do espírito, estabeleceu os quadros dessa primavera da arte coimbrã que é a do Renascimento; e de escalão em escalão, de grandes estradas aos caminhos perdidos, todo o seu cultíssimo espírito percorreu, em todos deixou rasto luminoso, em todos se afirmou o primeiro.

Como os grandes rios marcam nos terrenos as fases da sua evolução; deixam após si os homens que foram grandes pela inteligência traços tão fundos e tão característicos que nem a ação desagregadora do tempo os podem desgastar e apagar. Marcou tão intensamente o sr. Dr. Vergílio Correia na arte distrital que nunca no distrito o seu nome poderá ser esquecido; todos aqueles que tratarem da arte dele hão de forçosamente encontrar o seu nome e as suas penas escrevê-lo-ão dezenas de vezes.

O seu nome não morrerá para Coimbra!

*

Morreu do sr. Dr. Vergílio Correia o episódico: essas pequenas coisas que cada um guardava dele e que era a interpretação para cada indivíduo da sua pessoa; apagou-se aquela alegria comunicativa, os seus entusiasmos pelas ideias generosas, pela descoberta intelectual; perderam os amigos o encanto da sua convivência; desapareceram todas essas coisas que fazem o comum da vida, tudo quanto se recorda em primeiro lugar ao lembrarmos-nos de alguém!

Para muitos o sr. Dr. Vergílio Correia é morto, porque para esses, de bom coração mas de pequena cultura, no sr. Dr. Vergílio Correia só era vivo o episódico.

Como vem surgindo, com a madrugada, da escuridão da noite o majestoso recorte das serras, dum sepulcro surgem mais nítidas as figuras que o tempo parecia ter levado. Quanto mais se afundar no tempo e na terra, mais a figura científica do sr. Dr. Vergílio Correia se destacará.

Poderá parecer, e frequentemente se dá, essa ilusão, que os novos conhecimentos, a maior exatidão nos conjuntos, colocarão de lado os cabouqueiros duma ciência que depois seguiu larga trajetória.

Ilusão! Estamos numa era, não de simples indagação científica, mas de início de verdadeira construção científica; abriu o século

passado os caboucos, assenta este século as fortes pedras basilares, forma a grande estrutura arquitetónica; as épocas futuras só farão o seu preenchimento.

Os nomes dos homens raros que estão a construir o grande edifício da inteligência permanecerão, como ficaram os dos iniciadores das ciências antigas, como aconteceu com os da filosofia.

Não vimos hoje aqui comemorar o primeiro aniversário do passamento dum homem que nos foi querido, vimos acima de tudo comemorar o primeiro aniversário da nova vida dum grande cientista. Temos hoje lágrimas nos olhos, havemos de ter, quando a vida for mais avançada, o orgulho legítimo de nos reunirmos junto dos restos de quem será considerado um dos primeiros na escala dos valores humanos, e sentiremos o orgulho de o ter tratado de perto e de lhe ter guardado uma saudade indelével, uma veneração comovida; essa saudade, essa veneração que neste momento lhe depomos com lágrimas no seu túmulo.

Diário de Coimbra, 1945.06.05.

O INVENTÁRIO ARTÍSTICO DA CIDADE DE COIMBRA

Acabo de receber o primeiro exemplar do Inventário!

Entre as poucas alegrias completas que me têm sido dado registrar na vida, esta é uma delas. Digo-o com franqueza por ter a certeza que o volume tem algum mérito.

Escrevi-o por encargo da Academia Nacional de Belas Artes e julgo que não desmereci da confiança que ela depositou em mim, que o meu nome não parece mal posto ali a par, como se encontra no rosto do volume, com o daquele que foi o do grande sábio, nome que perdura e que mais se avivará com o tempo, o do saudoso professor Dr. Vergílio Correia.

No telegrama que acabo de enviar ao distintíssimo professor, ao sábio presidente da mesma Academia, Senhor Doutor Reinaldo dos Santos, exprimo esse mesmo contentamento e o agradecimento por me ter proporcionado realizar esta obra.

Saibam quantos...

*

O inventário do distrito devia ficar num só volume, conforme o que se tinha resolvido inicialmente para a publicação dos trabalhos de inventariação: tantos volumes quantos distritos.

Cedo porém o malogrado prof. Dr. Vergílio Correia verificou que o distrito de Coimbra se não poderia enquadrar em tais limites, mesmo que fosse resumida ao estritamente essencial a matéria das fichas, e vendo ainda mais que a cidade, propriamente dita, tratada mesmo desse modo, dava larga matéria de impressão. Por isso mesmo foi fazendo o inventário dos concelhos, deixando para último a cidade.

Assente finalmente publicarem-se dois volumes, combinou comigo dividir-se a cidade, ficando ao encargo de cada um certa parte. Infelizmente sobreveio o seu prematuro falecimento. Fui eu que realizei o inventário da cidade integralmente. Deixou ele escrita a maior parte da introdução que o distinto presidente da Academia completou, pela forma brilhante que é peculiar aos seus escritos.

A matéria do outro volume, o dos concelhos, deixou-a pronta; está-se neste momento a tratar de a acomodar a volume e dentro de meses aparecerá, para utilidade dos verdadeiros estudiosos, para honra da Academia, para glorificação do seu nome.

*

Deu-me o volume de Coimbra tantos trabalhos, proporcionou-me ao mesmo tempo tantas pequenas alegrias íntimas por descobrir e verificar coisas de história da Arte, que é com vivo prazer que o folheio agora.

Organizam-se os outros por concelhos e freguesias e dentro deste quadro se descrevem as espécies várias que são assunto deles; havia porém nesta cidade um agrupamento que tudo convencia a ter conta, que essa divisão paroquial ia fragmentar, que era da Universidade e dos seus vinte e dois colégios; resolveu-se fazer a distribuição das matérias por forma diversa, por categorias, o que produziu: fortificações, sés, igrejas-colegiadas, mosteiros e conventos, universidade, colégios universitários, inquisição, hospitais, casas e quintas, ruas, arcos, aqueduto e fontes, capelas, cruzeiros, registos, povoações.

Antecedem cada pequena monografia de inventário, umas breves notas históricas do edifício, só com aqueles elementos que esclareçam a época, fases de construção e seu conteúdo. Sendo o fim da obra o de inventário, o descritivo do edifício foi feito em sua função e não de monografia geral. Termina cada uma destas resenhas por uma nota bibliográfica, mas na qual só se mencionam aquelas obras que tenham interesse para o fim em vista; história do edifício, bibliografia do edifício são coisas diferentes de história e de bibliografia das vidas que passaram por ele, das agitações intelectuais, económicas, etc., dos que dentro dos seus muros viveram.

A parte fotográfica é muito extensa e só por si representa um magnífico álbum e propaganda de primeira ordem da cidade, que a recebe inteiramente de graça. Para os próprios naturais dela e

para os que nela já residam há longo tempo vem trazer revelações de motivos artísticos que nem suspeitavam que existissem.

A maior parte das fotografias foram executadas, de encomenda da Academia, pelo falecido e distinto fotógrafo que foi o falecido Manuel Abreu, acabando esse conjunto documentário o sr. Abílio Hipólito. Fotografias especiais são do grande fotógrafo lisbonense Mário Novais, que veio expressamente fazê-las. Há ainda outras, em resumido número, de Marques Abreu, Beleza, Portugal, etc.

Divide-se a parte do álbum em duas partes, uma de introdução, ilustrando o capítulo, *A Arte na cidade de Coimbra*, outra distribuída de modo a acompanhar o texto e, por isso mesmo, formando cadernos intercalados entre as folhas do mesmo texto.

Há um nome que desejo salientar, o do funcionário superior da mesma Academia, o sr. Eduardo Faria, a quem se deve a hábil e elegante paginação das estampas e que prestou em Lisboa uma cuidadosa assistência gráfica durante a impressão do volume. Testemunhar-lhe publicamente os meus agradecimentos é um ato de justiça.

*

Novamente digo: revejo-me no livro!

Nesta época de festas e presentes delas, não é ele um pequeno valor que se faz à cidade.

E para que conste...

Diário de Coimbra, 1947.12.22.

A PARRA E AS UVAS

Rua de decrépitos loureiros liga a estrada, onde corre a vida agitada de hoje, a recanto com traços dum mundo longínquo e bem diverso.

Um acaso de caminho, rápido olhar à carta regional, provocado pelo espesso maciço de árvores a assinalar o sítio, fizeram-me tomar contacto com o mosteiro que só conhecia da leitura da crónica da congregação.

Pequeno, tão modesto nos edifícios como nas receitas. Havia sido reduzido, nos últimos tempos monásticos, a residência dos inválidos e convalescentes da congregação e, por vezes, de isolamento dos díscolos. Veio o Cartismo e foi vendido.

Para mim, naquele dia quente já do tempo das vindimas, além da surpresa, senti verdadeiro prazer na frescura do terreirinho que dois enormes freixos ensombravam. A um topo, grande cruz, quase surgindo do solo como as árvores. Ao outro, a austera fachada do templo, cortada de três reduzidos arcos do átrio e da janela do coro. Em continuação, a breve fiada das estreitas janelas da hospedaria.

Voltei as costas ao edifício, dirigindo-me para o lado livre. Descia o monte, em rápido desnível, para apertado, pequeno e bem ensombrado vale. Rochas sobrepostas, revestidas de musgos e de giestas duras a saírem dos interstícios, formavam escarpados. De alto a baixo, amontoando-se crespamente no fundo, sobreiros de duras folhas e de troncos descarnados recentemente, dois carvalhos na periferia, arbustos vários e tufos de queiró em pontos abertos; pequeno bosque abandonado às tendências da Natureza e às furtivas depredações dos pobres. Penumbra, frescura; repouso para o espírito.

Voltei ao convento. Ao lado do portão pendia a corrente da sineta, como nos velhos tempos. Toquei... alguém havia de aparecer.

– Os senhores ainda não vieram; só lá para o fim do mês, no resto das vindimas.

O garotinho, descalço, presos os calções por fita posta à tiracolo, camisita aberta, o resto dum cacho de uvas na mão, era seguido do cão da quinta, modesto podengo de aldeia que, depois de duas ladradelas, seu modo de cumprimentar, me veio fazer festas, como a pessoa que se adivinha amiga.

Entrei para o pátio, atulhado dos trastes da lavoura, delimitado da parte oposta por muro baixo, deixando a vista livre sobre o rio. Assentava o edifício antigo em breve cumeada de colina secundária daquele extenso monte por onde corria a estrada que eu trouxera. Se tinha a um lado a aspereza do monte e a matazinha do recôncavo, pelo outro debruçava-se sobre um dos mais paradisíacos trechos da terra portuguesa.

Como fora amável lembrança dos monges destinar aos inválidos e convalescentes da congregação tal lugar.

Pela esquerda, como que saltando o muro da cerca, a vegetação da mata contornava o esporão da colina e estendia-se mais rara, formada de carvalhiços, de medronheiros baixos e matos esgarçados. Atenuava-se para a direita a inclinação, descaindo a vertente em socalcos cultivados, que cordões de vinha debruavam, até se perder na larga lezíria, onde verdejavam os últimos milhos.

O rio, largo e manso, deixava correr as águas tão tranquilas que pareciam as de um lago. Um ou outro choupo, salgueiros, motas de verdura definiam o seu curso.

As mesmas lezírias continuavam, planas e verdes, na outra margem. Distanciava-se a colina fronteira, pontuada de casais, revestida de vinhas até meia encosta que oliveiras marginais dividiam.

O garoto, no bom desejo de ser prestável, foi dizendo o nome dos sítios e acrescentava o dos proprietários, ficando espantado de me serem inteiramente desconhecidas essas pessoas que considerava do maior respeito.

– Bem se vê que o senhor não é daqui!

Através das crónicas sabia a história duma daquelas vinhas. A perspicácia do garotinho ajudou-me e foi-me fácil identificá-la com a que ainda era conhecida por *vinha dos frades*. Pertencia também à casa, sendo a que se reservava para um vinho especial.

– Um que os senhores levam engarrafado, sabe?

Pelo século XIV uma D. Aldonsa deixara-a em testamento ao mosteiro, para que em dia de S. Mateus, santo com quem eram as

suas devoções, cada um dos frades tivesse por pitação um cacho de uvas, dos mais formosos e maduros que a vinha produzisse.

Santo e enternecido pensamento de mulher que, atendendo à vida austera, quisera que, ao menos um dia no ano, houvesse um raio de sol, uma alegria pura na mesa parca, mais pobre que a dum cavador do tempo.

Aos frades a aproximação do dia de S. Mateus, em plena época das vindimas, trazia-lhes um antecipado jubilo.

Nessa manhã o ofício divino ia mais depressa, fugindo-lhes o espírito, a cada passo, para o louro cacho.

O refeitório parecia-lhes outro, mais radioso. Alinhavam-se as duas mesas gerais segundo as paredes dos lados, a de honra, a travessa, do prior e dignidades, cortando a linha do fundo. Sentavam-se só dum lado, voltados ao meio, em bancos corridos, tendo por encosto o muro nu e frio.

Quando chegavam, já a magra tigela de caldo fumegava em cada lugar, com a caneca da água em frente. No fundo, junto á ministra, poial de divisão com a cozinha, estavam, mudos e quedos, os braços cruzados, as mãos metidas nas mangas do hábito, os dois frades que, por escala, serviam.

Em dia de S. Mateus, no rosto dos que esperavam e dos que entravam espelhava-se um ar de festa. Em frente a cada tigela, ao lado da caneca, em prato da humilde louça de Coimbra, coberto o fundo de larga folha de parra, verde e luzente, pou-sava graciosamente o cacho de uvas. Era uma galanteria aquela folha; parecia até que era a mão benfazeja de D. Aldonsa que através dos séculos apresentava a encantadora oferenda a cada um.

Rezado o latim da oração inicial, pegavam na colher e comiam a sopa com os gestos lentos do povo; distribuíam os auxiliares o prato já feito da comida geral; lia-se na tribuna a prosa monótona que a regra prescrevia; e por todo esse tempo os olhos dos frades não desfitavam aqueles cachos, enlevo da sua alma reclusa.

Mudos, a cabeça baixa, metidas as mãos nas mangas do hábito, aguardavam que o abade tomasse o prato com as uvas e o colocasse em frente. Riam-se os olhos a todos, cada um fazia o mesmo, pegava no pedúnculo do cacho com a esquerda, levantava-o a meio e ia tirando bago a bago.

Que delícia aquele extraordinário na monótona ementa do ano! O próprio leitor espaçava as frases, deixava cair lentamente as palavras, circunvagando o olhar encantado. Oh! o dia de S. Mateus...

Chegou o caseiro, homem no vigor da vida, de rosto prazenteiro, que naquele dia de setembro, excepcionalmente quente, andava a dirigir as vindimas.

Mostrei-lhe desejo de visitar o convento. Conversámos, contei-lhe a história da vinha e das uvas, que ele conhecia de tradição mas que julgava simples anedota.

Interpretou o meu interesse pelo seu modo de ver as coisas e eu, para o não desgostar, tive de o acompanhar às novas instalações agrícolas; examinei a grande adega arejada e limpa, a coelheira modelo e fui mesmo levado a expor-me às picadas das abelhas do longo renque de colmeias móveis.

Mostrei interesse, posto que à sobreposse, e cansei-me a subir e descer, tanto mais que o calor pós-meridiano era ainda insuportável fora de telha.

Deixou-me. – Que visse tudo à vontade no rés-do-chão, pois que o andar de cima estava fechado e os senhores levavam sempre a chave.

A parte baixa encontrava-se, de algum modo, em meio abandono. No claustro havia ainda campas com letreiros dos amigos habitantes, como também no capítulo; o refeitório era lugar triste como as outras pequenas quadras. Certo sentimento supersticioso obrigava os proprietários a ocupar só a parte alta, que tinha sido modernizada e tornada confortável.

Claustro pequeno, de três breves arcos a cada lado, modesto chafariz a meio, aonde continuavam a cair fios de água de uma a outra das taças sobrepostas.

Entrei no refeitório e sentei-me num recanto, logo à entrada, em velho mocho de madeira pintado em cada face das armas da antiga ordem.

Era quadra pequenina, quanto bastava para a dúzia de frades para que o mosteiro fora fundado, número que religiosamente se conservara até à extinção. Nunca crescera de mais uma unidade, pelo medo que sendo eles a representação dos Apóstolos, aquele supranumerário não viesse a ser Judas.

Vinha a luz do fundo, de duas frestas deitadas, que se abriam acima da mesa travessa, a do abade.

Temperatura agradável e luz amortecida, em contraste com o sol de fora. Era bom ali estar e reviver o passado. Uma certa lassidão invadiu-me os membros; fechei mesmo os olhos para melhor evocar essa época tão radicalmente desaparecida que, se volta a haver frades, não mais ressurgirá o meio social da antiga monarquia, o quadro em que se moveram e que lhes empresta a poesia que encontramos nestas evocações.

Deixei-me ir a uma cerra modorra, um passo quase para um breve sono, dir-se-ia.

Pareceu-me sentir ou me veio mesmo o odor da cozinha conventual, do magro caldo verde e da singela pitaça, sem carne, próprio das mesas dos pobres, em que não há estímulo à gula.

A larga fatia de boroa pousava ao lado das tigelas. Não era engano meu, estava a ver os serventes a distribuir o prato de legumes. Alguns dos frades levavam aos lábios a caneca da água, pegando-lhe com as duas mãos, lentamente, como se fora um rito.

Um ou outro dos mais velhos recusava o magro prato e acrescentava:

– Para os pobres da portaria.

Metiam as mãos nas mangas do hábito, apoiavam o dorso à parede, descaíam a cabeça e ficavam a escutar as palavras que vinham monotonamente do púlpito do leitor.

Mas, meu Deus, em frente de cada um estava o lindo cacho de uvas da tradição! Onde me encontrava e em que dia!...

Percorreu o prior, dum relance de olhos, as mesas. Pegou no seu cacho de uvas, levantou-o com os mesmos gestos religiosos com que na missa tomava a patena, e colocou-o diante de si; mais lentamente do que seria de costume, foi tirando bago a bago até ao último.

Nenhum dos frades seguiu o exemplo!

Voltou a olhar à roda, juntou as mãos, cruzou os dedos e apoiou-as na borda da mesa nua, sem toalha. Aguardou de cabeça baixa.

Nem um, um só dos frades tinha tocado nas uvas! Em frente de cada continuava o cacho intacto e esplêndido, verdadeira tentação. Não me foi possível conter; toquei no braço do frade próximo e perguntei: – Porque não comem as uvas? Ele, sem se mover, sussurrando as palavras: – Não sabes que o novo administrador, na sua mania de reformas, supressões e novidades nos nossos tradicionais costumes, omitiu a folha de parra que, desde D. Aldonsa, sempre acompanhou as uvas?

Na verdade, faltava aquela terna nota de verdura, aquela como que gentil mão de D. Aldonsa a estender a cada um o cacho de uvas da sua vinha. Pensando bem, todavia, era, em certo modo, uma medida higiénica e acertada; além de que não devia constar que, em qualquer época, desde essa longínqua e bem lembrada D. Aldonsa, os frades comessem a folha!

Eles também, forçoso é reconhecê-lo pela sua clausura, afastamento do encanto familiar, secura de alma que as práticas de

ascese lhes acabavam por dar, não sentiriam a ternura que aquela folha representava.

Comentei, para comigo, com aquela facilidade que se tem em qualificar os atos dos outros: – Teimosias de frades velhos, piores e mais irracionais que de crianças!

Voltou o abade a relancear os olhos pelas mesas. Tocou a campainha, levantaram-se, rezando as orações do estilo.

Saiu em primeiro lugar, da mesa travessa, e logo os dois assessores; vieram depois os frades mais velhos, que ocupavam a parte superior das mesas laterais: tomavam pelo meio, em fila, e seguiam sem desviar o olhar ou parecerem lamentar as uvas.

Ao frade meu vizinho, que ficou para último, voltei a falar: – Mas vocês nunca comeram as folhas!

– Bem se vê que és um leigo, sem meditação. Não vês que desapareciam hoje as parras e no próximo ano acontecia o mesmo às uvas! A tradição guarda-se integralmente para que não venha a desaparecer aos poucos.

Tomou lugar na cauda da fila e já se sumira quando ainda o ia a interrogar.

Ficou solitário o refeitório.

Senti uma carícia nas mãos. Voltei-me; era o cão do caseiro que, tendo simpatizado comigo, me seguira e se sentara com a cabeça apoiada nos meus joelhos.

Seus olhos bons pareciam dizer: – Isto é um apólogo; não vês que eu próprio deixo que me tirem todas as naturais liberdades, me ponham uma coleira, me acorrentem, só não abdicó do direito de ladrar!

– E também de morder quando podes, acrescentei.

Diário de Coimbra, 1959.05.24.

UM NOVO ASPECTO DE AGRADO EM ARGANIL

BREVES IMPRESSÕES DE VIAGEM

Conheço Arganil desde 1912, quando ali fui fazer exame de segundo grau e ali passei dois dias. Essa velha imagem gravou-se-me na memória como a ideia fundamental, para mim, da vila. Desloquei-me; passaram-se anos sem lá voltar e, mais tarde, como agora, só de viagem, e não mais que por minutos ou horas.

Fora disso, Arganil é para mim a «Comarca» e o «Jornal», percorridos a correr; as duas estimadas Redações que me perdoem.

Pois, há dias, o automóvel esbarrou com obras, e tive o prazer de percorrer a velha rua, uma rua como tantas, sem especial aspeto, transformada: um piso renovado com gosto, trânsito desviado, andando-se-lhe, no momento, a colocar candeeiros, recipientes para ajardinamento, creio que bancos; isto é, a transformar uma rua sem interesse, uma rua comum, num largo de verdadeiro agrado, um centro de convívio, uma sala de receber, um lugar de gosto para visitantes, como tenho encontrado noutras vilas, principalmente no Norte.

Mas a rua-praça, a rua centro social, não é ponto isolado, integra-se num percurso.

E demorei, e fui duas vezes dum ponto ao outro, da Igreja ao Parque, ao Jardim do Hospital.

Começa esse percurso na Igreja, antiga, de grande aspeto, bem conservada, com a torre isolada, num ponto destacado e original, a convidar a fotografá-la e dali a tomar novas outras fotografias, segue pelo novo arruamento, a entrar na praça que o recuo do edifício camarário produziu (mas já sem a pimenteira da minha antiga recordação, nem do outro lado, na farmácia, os jogadores de xadrez) e continuar para o Parque e Mata do Hospital.

E da segunda vez, tanto agrado senti com o percurso, que me sentei numa mesa do Café do Teatro, a tomar uma «bica» e a encantar-me com a sombra.

E voltarei, posto que sempre sem grande demora, pois que também me fica à mão o museu arqueológico e a biblioteca e, para completar, os novos amigos.

Jornal de Arganil, 1986.08.28.

REFORMAS ORTOGRÁFICAS

Deverei esclarecer liminarmente que – não sendo mestre da língua portuguesa e que os meus conhecimentos gramaticais não passam daqueles que recebi tanto na instrução primária como ainda na secundária – não venho levantar a voz contra o acordo ortográfico que se pretende, nem propor soluções.

Limito-me a expor o meu caso.

Há ainda, e felizmente, muita gente (e Deus a conserve) que teve a sua iniciação ortográfica na ominosa época anterior à reforma de 1911, tendo aprendido a empregar letras dobradas em imensas palavras.

O grupo, porém, de que faço parte está, sem dúvida, muito diminuído.

Fiz exame do primeiro grau ainda na época do vigoramento das letras dobradas e de outras aplicações. E fui aprovado, como de justiça, pois que não dei um único erro no ditado, o que bem difícil era de acontecer, como se irá verificar, no seguimento desta exposição.

O exame do segundo grau, que me mereceu uma distinção, foi já na segunda época, a da simplificação.

Não sei como, na passagem dum ano para outro, me adaptei tão bem! Maravilhas da infância!

E, conforme a essa reforma, continuei a escrever pela vida fora, tendo sempre à mão um vocabulário ou um dicionário, para acudir a dúvidas e evitar erros.

Nesta idade, verdadeiramente avançada, em que a gente do meu tempo tem bisnetos, terei de proceder a nova acomodação, parece.

Aprenderei; pois que até à última hora é tempo de aprender.

*

A reforma de 1911 foi elaborada por distintos gramáticos portugueses, a que outros consultados deram o seu parecer.

Vagos ecos, que a minha pobre memória de hoje guarda, me lembram que igualmente se gritou.

E dizia-se que alterar a forma de escrever uma língua que levava séculos a formar-se, desde os Cancioneiros, a tornar-se verdadeiramente erudita, pelo esforço dos clássicos, pela erudição dos setecentistas, pela pena dos grandes nomes do último século, não era mais que igualar, pela escrita, um professor universitário, (um Lente!) às sopeiras das Repúblicas coimbrãs.

E mais horríveis coisas que a memória não guardou!

Pois é essa *ortografia das sopeiras* que hoje denodadamente se defende!

Eu, porém, ousava propor (e me perdoem gregos e troianos), como homem que gostaria de reviver a infância e a quem a recordação de pessoas e coisas traz uma saudade sem limites, eu que sou patriota e continuo a passar pelos olhos os escritos nacionais, desde a remota época em que as palavras já lididamente portuguesas nos aparecem como esquecimento dos escribas da alta Idade Média entre o latim dos documentos, passando por Fernão Lopes, aos Brandões, aos sócios da Real Academia da História, até Herculano, repito, propunha – dizia eu – que se regressasse a essa ortografia, à do meu primeiro exame, à ortografia da época portuguesa.

*

E vou exemplificar, para que todos vejam o acerto do seu uso.

Escreveu na sua «Grammatica Portugueza» o douto Epiphanio (Lisboa, 6.^a edi., 1884, pág. 143) que as consoantes que se podiam dobrar eram: – b, c, d, f, g, l, m, n, p, r, s, t.

Irei dar um ou dois e ainda quando, muito, três exemplos de cada letra.

bb) – abbade, rabbino.

cc) – accentuar, occultar, acceitar.

dd) – réddito.

Ff – affavel, affixar, offerecer.

gg) – aggressor, aggravo.

ll) – elle, cabello, gallo.

mm) – gomma, commum, immenso.
nn) – penna, anno, ennastrar.
pp) – mappa, Agrippina, Philippe.
r e s) – (são ainda comuns).
tt) – attençaõ, letra, attributto.

Letras que se não liam

ah – ahi, sahir.
ch – anarchista, christão, schema.
ac – acção.
dh – adhesivo.
pt – diptongos.
th – theatro, temas, synthese.
ct – fructa, lueta, auctor.
pç – corrupção, presumpção.
sc – schema, sciência.
pt – escriptos.

Letras formando novo som

ph – hyphen, phosphoro, philarmónica.

Já não falando no – y – que certa gente está a substituir pedantemente nos – iii – do seu nome; nem no – k – (quilómetro).

Introdução inteiramente nova, em 1911, foi a regularização dos acentos das palavras.

Até ai, por todos os séculos anteriores, o seu uso foi caótico.

Reduzi-la? Suprimi-la?

Regulamentá-la mas como?

Se há a acentuação, digamos, oficial, de fácil compreensão, praticamente registada nos dicionários da língua, há, também a de diversas regiões do País; além da tendência corrente de tornar graves todas as portuguesas. Será escusado exemplificar.

Lembrarei o que se dá com certos nomes de terras: Paramos, perto de Espinho, que não é mais que páramos, isto é, significando largos campos planos (falando ainda os pregadores em – páramos celestiais): Cesár por César, etc...

Letras, fechadas por abertas: côrgo por córgo, castêlo por castelo, Parada de Estêr por de Estér, Rôssas por Róssas, etc...

Acrescem leituras defeituosas por gente de fora da região; já ouvi Cója por Côja, Avó por Avô.

Há pronúncias locais, originadas provavelmente na conformação do aparelho fonador: coalho por coelho, sam por som; na ilha da Madeira; trapacho por trapiche, freio por frio.

Ou ainda certas formas de pronunciar o – l – final, com o seu plural: role-roles por rol-rois; anele-aneles por anel-anéis.

A verdade é que, antes de 1911, a acentuação era irregular mas acabava-se de sair das escolas com pronúncia correta.

Todavia, se na escrita corrente (correspondência, jornais, revistas, livros) se poderia ir à máxima simplificação, nos livros escolares do ensino primário e secundário deveria ser obrigatória uma desenvolvida acentuação, pois que se tratava duma iniciação fundamental.

E ainda nos dicionários, tal qual se usa nos bilingues, colocar a leitura dos vocábulos entre parêntesis ou, melhor, dá-la com os «símbolos fonéticos» de uso científico.

Na minha longínqua infância, ainda andando na terceira classe, compraram-me o *Diccionario Prosodico de Portugal Brazil* por António José de Carvalho e João de Deus (10.^a, ed., Porto, 1909) que custou mil réis (1.000 rs.), que continha a pronúncia de cada palavra. Está velho esse exemplar; ainda o guardo.

Mais outras considerações havia a fazer. Isto é o bastante para que se atenda ao que se censura, ao que se propõe sem verdadeiros conhecimentos, se contesta, por contestar.

Não venho, de forma alguma, nem ninguém iria atender (sei-o bem!) à minha voz trémula. como trémula está a caneta (que já não é aquela que custou um vintém quando fui para a escola), esta caneta Parker que, nem por isso, escreve melhor.

Peço desculpa, tanto a gregos como a troianos, mas ousou dizer: *e se nós deixássemos a solução deste caso aos competentes?*

É que me recordo, através da bruma dos anos, da complicação daqueles compêndios de gramática, os do Epifânio, do Vasconcelos, mesmo dos comuns, como Ulisses Machado, que teve milhentas edições e que parece andar ainda na mão dos escolares.

A Comarca de Arganil, 1986.08.28.

RECORTES DOCUMENTAIS

Recortar nos jornais notícias do momento e guardar os mesmos recortes é fazer arquivo de documentação histórica.

Para o compreender, será suficiente desdobrar um dos números de A COMARCA DE ARGANIL.

Logo se encontrarão notícias dos factos reais salientes. Nas páginas seguintes, a correspondência das freguesias e das suas Comissões de Melhoramentos, não só das que constituem a comarca como as das regiões envolventes; e ainda dos lugares onde se exerce a atividade dos homens naturais da Serra no comércio e indústria. E vêm de longe, da América como da Austrália e Macau.

Só as notícias dos melhoramentos permitirão, em anos futuros, elucidar da benemerente ação das comissões atuais.

Mas há ainda mais: as notícias da história antiga local, como as da secção «Há 50 anos» ou as recolhidas dos livros das atas dos organismos das freguesias.

Nada mais fácil que essa colheita, nos dois jornais da vila e nos outros de menor tiragem.

Recortam-se as que interessam, colam-se em cadernos ou em folhas soltas, em papel mais ou menos do mesmo tamanho, quer só pelo cimo ou totalmente; escreve-se ao lado o nome da publicação em que saíram, com o número e a data da mesma. Formam-se depois álbuns ou singelos cadernos, tal como seria próprio das Comissões de Melhoramentos, ou em pastas, que muitas vezes não passarão de papel grosso dobrado. E guardam-se cuidadosamente.

Mas há outra forma de colecionar e de grande interesse regional: guardar a série anual dos jornais locais. E depois (e isso é essencial), no fim de cada ano, mandar encadernar o conjunto ou fazer-lhe uma singela brochagem.

O valor dessas coleções praticamente o conheço, pelo manuseio das coleções do século passado.

Seria essa prática um dos cuidados das bibliotecas municipais. A cultura geral está a desenvolver-se e a procura de livros pode ver-se pela frequência às bibliotecas fixas ou itinerantes que a Fundação Gulbenkian tem espalhado.

Sem esses meios de conservação (tenho, como outros, perguntado) para que escrever para jornais notícias históricas, como essas que vão sair do Convento de Vila Pouca da Beira, se um mês depois da publicação ninguém as guardou ou delas se lembra!

Colecionismo, a começar pelo já antigo dos selos, é, manifestação de cultura.

Encontro-me de idade, quase da mesma que A COMARCA tem! Que numerosa série de notícias que nela saiu e de que eu me lembro igualmente: uma vaga lembrança do regicídio, a implantação do novo regime, a primeira grande guerra, a miséria subsequente e a pneumónica, o assassinio de Sidónio Pais, a «noute sangrenta», as lutas coloniais, a vinda do Estado Novo, a guerra da Espanha, a segunda guerra geral e tudo o mais que está a decorrer, não falando em coisas menores; bastará dizer que nasci na época, em que se viajava nas velhas «deligências» e hoje em aviões!

Procurem-se as coleções dos jornais locais e ver-se-á o valor que têm.

Desde rapaz tenho feito recortes; agora velho distribuo-os pelos estudiosos jovens e verdadeiramente interessados. Colecionar é preparar história.

A Comarca de Arganil, 1987.11.05.

OURIVESARIA

UM TURÍBULO

O turíbulo, cuja reprodução fotográfica acompanha este artigo, pertence à igreja do Piódão, sede duma freguesia perdida entre serras, nas faldas da Estrela, à sombra do castro do Colcurinho e sua sucedora em povoamento daqueles ermos. Encontrei-o entre coisas inúteis, detrás de um altar.

Modesto, como a igreja para onde foi adquirido originariamente, ou para onde mais provavelmente foi levado em data tardia, limita-se a ser uma simplificação dos bem trabalhados turíbulos do século XIII, encomenda das catedrais ou das grandes colegiadas, de que nos chegaram preciosos exemplares. Deles conserva as linhas mestras, sem os seus levantados ornatos; unicamente sulcos rudimentares em linhas paralelas ou em zig-zagues, lhe cortam a lisura do latão. O opérculo, a parte superior, reproduz, como nos grandes modelos, os baldaquinos de imitação arquitetónica que nos portais da mesma época albergavam os eleitos santificados, como tetos parciais da radiosa Jerusalém celeste. A caldeira, a parte inferior, não se ajusta perfeitamente ao opérculo, parecendo a um olhar desprevenido que tivesse vindo doutro turíbulo. Julgo o contrário. Estudando-se com cuidado as linhas do ajustamento duma outra parte, dando-se um desconto à imperícia do artífice e aos amolgamentos que na sua vida de incensário sofreu, vê-se que elas são concordes, ficando unicamente salientes os pequenos quartos de esfera das quatro faces do opérculo; querendo o operário com ausência daquelas linhas curvas na caldeira dar-lhe mais, a ela toda, a aproximação de meio globo, como sendo forma que melhor albergasse o brasido.

O turíbulo apresenta quatro faces (de três é a forma corrente hoje, como outrora era também) tendo lugar para cinco cadeias: quatro de sustentamento geral e a restante para se levantar a tampa.

O pé é uma substituição posterior. O primitivo era mais curto e, posto que pudesse ser poligonal, deveria ter sido circular, como insinua o conjunto das linhas da caldeira.

Pouco sei da sua história e pouco posso presumir; tal qual como na vida dos humildes, entre os homens.

No livro das visitasões da igreja do Piódão encontrei pelo terceiro quarto do século XVIII (não posso precisar o ano por se me terem extraviado em viagem os apontamentos tomados) que o visitador episcopal ordenava que se lhe pusessem umas cadeias novas e que fosse mandado concertar *naquelas partes em que se achava quebrado*.



Turíbulo da igreja de Piódão

Até quase ao fim do século passado continuou a servir, ficando então ao abandono e no esquecimento.

Não sei quando foi criada a freguesia do Piódão, isto é, quando foi desmembrada da de Lourosa, da qual fazia parte apesar da enormíssima distância que separa as duas sedes. Deveria ter sido depois do século XVI.

Nem hoje nem em recuadas épocas era de costume haver turíbulos nas simples capelas dos povoados. Este do Piódão não deveria ter estado ali desde o século XIII; é mais provável que tivesse ido da matriz de Lourosa quando aquela freguesia foi cria-

da. Era esse um caso vulgar outrora como ainda hoje é. E como prova documental de tal costume pode-se aduzir a doação de vários objetos do culto que Fr. Luís de Sousa traz na *História de S. Domingos* (2.^a parte, liv. III, cap. XVII), dos frades dominicanos de Guimarães aos de Vila Real que viviam «com extremos de pobreza», cuja carta de doação, de 7 de janeiro de 1426, transcreve e onde se encontra especificada cada coisa, entre as quais aparece: – «... *et vnum thuribulum cum vase thuris de cupro...*»

Pouco importará certamente que o turíbulo tenha ou não pertencido à igreja de Lourosa, contudo para mim – que estudando o passado procuro reviver a vida humilde, compadecer-me dos sem cessar renovados sofrimentos do par humano, e que por cada coisa em que toco penso na mão que a fez, naqueles que por sucessivas eras a foram amaciando, deixando o sulco das suas vidas – é-me agradável e salutar pensar que, em velhos tempos, pelas arcadas das naves de Lourosa, errou o fumo de incenso evolado deste turíbulo como manifestação da mesma fé que eu guardo, e que ele, modesto, humilde, é como que a ligação de vidas humildes à minha, ele, que já incapaz de servir, encontrou as minhas mãos que lhe pegaram com carinho.

Ilustração Moderna, volume 7(58), 1932.

A CRUZ DE AZEVICHE DA SÉ DE COIMBRA

A cruz processional de azeviche que agora se guarda no museu arqueológico desta cidade, para onde foi do tesouro da sé, tem sido classificada como trabalho indo-português, posto que erradamente.

Estudada antes que o fossem os *azabaches* compostelanos, ou pelo menos ao mesmo tempo dos primeiros ensaios de Keller e Drury Fortnum, pois que não sabemos a data do aparecimento destes na «Archeological Journal», e só os conhecemos pela citação de Ferrandis no volume «Marfiles y Azabaches Españoles», era muito natural que se lhe desse aquela procedência.

Como diz este A. a indústria artística do azeviche tinha-se de tal modo perdido em Espanha que nem sequer era conhecida a sua existência histórica ou que as esculturinhas lavradas naquela matéria pudessem ter sido fabricadas em S. Tiago do Compostela.

A utilização industrial desta matéria para pequenos objetos, cujo estudo fica nos limites da ciência etnográfica, vem dos tempos proto-históricos; porém a sua transformação em matéria artística deu-se em volta do santuário de S. Tiago, principiando aí, pelos fins do séc. XIII a lavrarem-se em azeviche pequenas recordações de peregrinação.

No séc. XV a indústria estava muito desenvolvida, tendo grande pujança a corporação dos azevicheiros.

O séc. XVI vê estender-se aquela indústria a toda a província galega e até mesmo aos vales das Astúrias, donde era importado o azeviche.

Em Portugal há jazigos seus mas não é sabido se também seriamos fornecedores dele, ainda em bruto, para S. Tiago.

Pelos fins do séc. XVI e principalmente no princípio do século seguinte esta indústria entra em decadência pela falta de peregrini-

nações, afugentadas pelas guerras de religião. Os azevicheiros, não tendo uma venda abundante dos seus produtos na cidade, começaram a percorrer as feiras circunvizinhas e a estenderem-se cada vez para mais longe, vendendo não só as antigas obras privativas das peregrinações como outras de adorno popular, caindo mais e mais na produção destas e nomeadamente de figas, que foi quase exclusivamente a do séc. XVIII.

No documento de fiança de Leonor Afonso, por o defunto seu filho Diogo Pires, de 23 de abril de 1520, publicado por Viterbo, encontram-se como testemunhas «Fernam Rodriguez e Fernam Dazeual, azeujcheyros».

Segundo nos disse pessoa competente, há mais nomes de indivíduos da mesma profissão noutros documentos já publicados. Nunca tomámos nota disso por considerarmos o azeviche matéria mais de etnografia do que de arqueologia artística.

É possível que aqueles nomes não tenham nada com a grande indústria compostelana ou, quando muito, sejam de negociantes de rosários, colares, anéis, figas, etc., como os atuais vendedores ambulantes dos mesmos objetos em diversas massas, quer lavrados por eles quer importados daquele centro.

Os objetos artísticos de «azabache» que se encontram disseminados pelos mais variados países, como Itália, Suíça, Alemanha, Escócia, etc. e quase sempre em maior quantidade que na região original, representam não só S. Tiago, quer como peregrino quer como cavaleiro atacando os mouros, e são nas tradicionalíssimas conchas que se complicam ordinariamente de pequeninos relevos, mas também imagens de outros santos, cruzes processionais, instrumentos de porta-paz esculpidos de diversos mistérios cristãos.

A cruz da Sé de Coimbra pertence à série galega e é mesmo citada por Ferrandis a pg. 251.

Sendo o azeviche muito quebradiço, dum trabalho difícil, só pela lima e pelo torno, não admira que os ornatos sejam dum desenho sintético e sem grande relevo, e que se aproximem em certo modo dos trabalhos dos séc. XVI e XVII do nosso país, executados por artistas indianos que tinham por si a sua tradição artística e matérias duras que os levaram a um trabalho parecido. A classificação antiga da cruz não era feita no ar.

Estamos a escrever este artigo não tanto para falar da origem compostelana da cruz, como por se nos terem deparado documentos que a datam e fornecem indicação da primeira solenidade em que ela serviu na sé coimbrã.

Num livro de receitas e despesas da conezia da «Obra» que começa em julho de 1677 e termina em julho de 1689, há intercaladas nas contatas de receita do ano de 1681-82, sem que se lhes possa precisar o mês, as seguintes notas:

Fl. 204 «Aqui se despendem uinte e sinco mil rs. que entregou o Doutor João de Azeuedo, que cresseraõ do segundo Aluara da Crus de Azeuiche per ser gasto o mais no braço da Reliquia de S. Theotonio, e entregando-se ao s^{or} Bispo os ditos 25\$ como tambem os trinta e sinco que faltauaõ p.^a o d.^o Aluara foi seruido S. Ill.^{ma} dizer que tudo daua a obra e assim se faz aqui som.^{te} a despesa dos uinte e sinco mil rs. Que não entraõ na despesa da Obra.»

A fl. 216 «acressimo dos 25\$ que o s.^r Bispo aplicou a obra que uaõ lancados fol. 204. – Carrega em Recibo quatro C.^{tos} e uinte e sinco rs. que cresseraõ do gasto dos 25\$ que entregou o D.^r João de Az.^{do} de acressimo do segundo Aluara da crus de Azeuiche, que entregando-se ao s.^r Bispo Conde foi siruido applicallos a obra. – 00\$425».

Porém na despesa de março de 1682, sob a rubrica «Soma na Santa» encontra-se:

Fl. 62, v.^o «lam – Comprou um arrátel de lam p.^a hua almo-fada que se fes p.^a a caixa da crus de Azeuiche hum tostaõ – 00\$100».

Na mesma página: «Carpintr.^o – Pagou a M.^{el} de Alm.^{da} Carpintr.^o.....

«Ao mesmo de hua caixa de pao que fes p.^a a cruz de Azeuiche e Caualos duzentos rs – 00\$200».

Na conta de abril na despesa de «Serralheiro», a fls 64, vem ainda: «Mais ao mesmo de duas machafemeas de joelho p.^a a caixa da Crus de Azeuiche oitto uintens – 00\$160».

E assim temos que no tempo do bispo conde D. fr. Álvaro de S. Boaventura, por acordo entre ele e o cabido, se adquiriu esta cruz, servindo pela primeira vez em sexta-feira de Paixão, como tudo leva a crer, na Adoração da Cruz, ficando até aos últimos tempos a ser utilizada anualmente em tal solenidade.

De outras cruzes é sabido que se empregavam na liturgia dos defuntos e na do tempo de penitência.

A reprodução fotográfica mais fácil de se encontrar é a que vem no volume dedicado a Coimbra na coleção «A Arte em Portugal».

Correio de Coimbra, 1934.12.22.

A CUSTÓDIA DE PAMPILHOSA DA SERRA

Aparecerá notícia, e ainda fotografia e classificação desta peça de ourivesaria, no volume do inventário artístico do distrito de Coimbra, a publicar em breve.

Escrevendo este artigo, desejo principalmente trazer à luz o bom desenho do meu colega e amigo, senhor padre Augusto Nunes Pereira, pároco duma das antigas vilas do senhorio episcopal, de Coja. A prioridade de revelação para o mundo da arqueologia pertence ao ilustre professor que procede àquele trabalho, senhor Doutor Vergílio Correia.

Não veio esta custódia à exposição de ourivesaria nacional de 1940, aonde ocuparia um lugar de destaque, porque a inventariação artística, que já ia muito adiantada e que foi causa de se poderem admirar nesta cidade peças de tão elevada categoria, ainda não tinha atingido aquele concelho.

Posto que só a conheça pelo desenho do senhor padre Nunes Pereira, creio poder garantir a sua regular qualidade artística, como também, confrontando-a com peças do mesmo tempo e da mesma proveniência de centro de fabrico, atribuí-la ao coimbrão.

*

Está integrada no tipo de ostiário circular, abrigado num templo de duas colunas por banda, e de cobertura cupuliforme.

Gozou de grande favor, este arranjo arquitetónico no fim do século dezasseis, acabando por se tornar característico, entre nós, do século seguinte, tendo predomínio sobre os outros tipos de custódia e: só se deixando vencer pelo de irradiação pura, no século dezoito quando, passada a fase de raios estilizados em formas retas e onduladas, veio a de tipo solar.

Na segunda metade do século dezasseis, época a que a custódia pertence, encontram-se nesta diocese de Coimbra vários tipos, originados não só nos primitivos relicários donde o género de custódia se desprende, como também na pesquisa duma fórmula que harmonizasse a ostensão eucarística com os variados recursos económicos dos agregados religiosos, desde a modesta igreja de mero curato à catedralícia.

Sendo frágil a hóstia, é necessário ampará-la em primeiro lugar por aro metálico duplo, o qual se tem limitado quase sempre ao espaço inferior, em crescente lunar. As correntes de ar e outras causas que pedem um seu maior resguardo, levaram a encerrá-la numa caixa guarnecida de vidros. Em volta destas exigências fundamentais, acrescidas da finalidade de exposição solene e de transportabilidade nas procissões, os artistas engenharam-se em diversificar cada exemplar quer recorrendo a tipos diferentes quer a disposições secundárias: dos elementos arquitetónicos ou dos temas decorativos.



Custódia de Pampilhosa da Serra

Veio já da época gótica a forma de pé alto, copa volumosa, ostiário ladeado de elementos de suporte da ostentosa cobertura superior. O gótico e a renascença traduziram estas partes à sua maneira: foram os suportes representados, naquele, por pilaretes

compostos de aglutinamento de contrafortezinhos, rematados de flechas e de florões, por colunas no renascimento; aonde um colocou acastelamentos de baldaquinos muito floreados, outro levantou ordens decrescentes de tambores recortados de arcaturas, para acabar de se fixar na nobre forma de estirpe clássica, a cúpula.

A caixa que forma o ostiário variou neste tipo.

A de tubo cilíndrico, vertical (uma das fórmulas de relicário que se adaptou à custódia) que em certos países nortenhos atravessou todo o dezassete atingindo o limiar do dezoito, ficou entre nós no manuelino, mostrando-se, para o fim deste, na custódia da Sé de Évora (hoje modificada), custódia que deve pertencer ao decénio de 31-40.

Nesta segunda metade do dezasseis, o ostiário em forma de caixa aparece, nesta diocese, com um plano hexagonal irregular, acantonado de seis colunelos, com as duas faces das frentes maiores recortadas em arco (como na de Folques) ou em quadrado (como na de Covões). Na de Mira, do último quartel, de formas classicistas, a caixa é retangular tanto em plano como de alçado.

A forma do ostiário que foi preferida e que se generalizou de tal modo que parece ter-se tornado definitiva, foi a circular. Mostra-se, por exemplo, na da igreja da Rainha Santa Isabel Cercada de ornatos salientes, acabou por se transmitir ao século imediato, em meio de leve irradiação, estilizada em formas retas e ondedas.

A cobertura que, na primeira parte desta segunda metade de quinhentos, nos aparece, da mesma forma que nos sacrários, em sobre. posição de lanternins, fixou-se na cúpula, que o dezassete continuou, interpretando-a até às fantasias do seu final e primeiros anos do seguinte século. A parte inferior do mostruário, imediato ao pé, tomou neste tipo a forma da copa dos cálices, e em cálice, do fim do dezasseis ao começo do dezoito, se empregou. Cálice este que não era destinado, como vulgarmente se julga, e mesmo usa, para a celebração das missas festivas, mas para a guarda do Sacramento de quinta para sexta-feira santas; ficando desta forma, a peça com duplo fim: o de custódia-ostensão e de custódia-guarda.

O tipo de custódia das igrejas modestas nesta época foi o de ostiário circular independente e completado de elementos salientes, como nas de Vila Nova de Poiares, Foz de Arouce, Pombeiro e uma adquirida há tempo pelo Museu Machado de

Castro; usando-se leves ornatos para as mais pobres e lâmina repuxada e ligeiramente acabada a cinzel para as igrejas de economia superior.

A ampla irradiação solar, isenta de colunas, foi outro tipo, iniciado neste século e que teve a sua pujança logo no princípio do dezassete, concorrendo nas peças aparatosas com o mais nacionalizado, o de colunas.

*

É, a custódia de Pampilhosa da Serra, em folha de prata repuxada, com a cinzelagem própria deste trabalho, e inteiramente coberta de ornatos; processo mais usado nas pecas ricas vulgares porque as de prata maciça cinzelada eram raras.

Mede 63 centímetros de altura e pesa 2,830 Kg.

Há uma série de peças no distrito, incluindo algumas do Museu Machado de Castro, com grandes afinidades entre si, de oficinas afins se não da mesma oficina, a que parece dever pertencer esta também; todavia como só a conheço pelo desenho do senhor padre Nunes Pereira, nada posso afirmar sem um cuidadoso exame direto. Deve tratar-se de peça que faz honra à cidade distrital e que a valoriza como centro de fabrico na segunda metade do século dezasseis.

Escrevendo segunda metade do século, sinto fugir-me a pena para maior rigor cronológico e datá-la do último quartel. Falta-me, para isso, o indispensável exame direto.

Encontram-se nela certas formas e alguns ornatos, até a própria profusão destes, que são mais caraterísticos do começo da segunda metade, contudo as formas construtivas do mostuário, como o dispositivo das colunas, o clássico da cúpula, devem-na levar para mais tarde.

Deu-se, na ourivesaria da segunda metade e em certos centros de fabrico, o mesmo que no manuelino, prolongou-se para além da sua época própria; chegando este a aparecer, posto que com abundantes elementos ornamentais renascentistas, em peças datadas de 1549.

As causas foram as mesmas: por um lado desagrada sempre ao público comprador a peça desadornada, não compreendendo a beleza harmoniosa das grandes linhas construtivas e das superfícies bem dispostas; por outro, os artistas sentiam necessidade de variar, dentro do mesmo tipo, as formas secundárias, recorrendo mesmo àquelas que iam envelhecendo, sendo até sugestivo exa-

minar como intercambiavam certas formas, como as das bases ou dos nós destas espécies, e como, com limitado número de volumes elementares obtinham tantas variedades globais.

Dentro dum período há sempre as fórmulas fundamentais que permanecem as mesmas dum extremo a outro; outras que ressurgem inesperadamente, parecendo já dever ter esquecido de todo; continuando, ao lado das espécies da última hora, as antigas; devendo-se contar ainda com os centros progressivos e os estacionários.

Todas as formas de arte dão exemplos e para todas se exige prudência na classificação.

Correio de Coimbra, 1944.04.08.

PRATAS QUE FORAM PARA O ALGARVE

O nome do bispo conde D. Afonso de Castelo Branco, que presidiu á igreja de Coimbra entre anos de 1585 e 1615, ficou largo tempo memorando como grande construtor e muito esmoler.

Entre os escudos episcopais que ornam frontarias, o seu, com bélico leão rompante (de ouro sobre azul) é bem conhecido dos estudiosos cidadãos.

Rico pela família, além dos proventos episcopais, podia ter o gosto das edificações. Teve ainda, por coincidências fortuitas do tempo várias oportunidades de lançar a primeira pedra a diversos edifícios.

Por confusão com o mero ato litúrgico, ao qual presidia honorificamente, já se escreveu que subsidiara edifícios para os quais nada concorreu. Um deles foi o do Colégio Novo. Aqui, até mesmo lavrou uma acta em que se declarava que o bispo tinha procedido à cerimónia por convite dos crúzios e não por ter jurisdição neste domínio da congregação.

Outro foi o colégio dos jesuítas, com os quais tinha as mais amistosas relações.

Fez igualmente o mesmo ao convento novo de S. Francisco e é possível que concorresse com largas esmolas dos fiéis cristãos (como se encontra escrito uma das portas), pedidas por todo o país, ele foi feito.

Aqueles que subsidiou dum modo especial deixou-os marcados com o seu brasão. O grande convento de Santa Ana, que hoje está desnaturado e de antigo só conserva o claustro e abóbadas do refeitório, foi levantado com o auxílio de D. Duarte de Castelo Branco, conde do Sabugal.

Por isso o leão das armas familiares era encimado já pelo chapéu eclesiástico já pelo elmo de nobreza secular. Destinava-se às velhas freiras de Santa Ana, desaninhadas do antigo ao pé da ponte, e às de Semide, que seriam fundidas numa só comunidade; deram-se estas mal e, passados breves meses, voltaram para o seu retiro entre montes; tal qual mais tarde, no séc. XIX, as Ursulinas da Pereira que, vindo para aqui, saíram para o de S. José dos Marianos (hospital militar), por não poderem viver com a pequena comunidade das agostinhas que ainda ali restava.

No mosteiro de Celas mandou levantar o grande coro, que se anda agora a restaurar, o dormitório novo (hoje sanatório) e as hospedarias.

Em Santa Clara-a-Antiga fez um arco muito decorado, que ainda lá se vê, para abrigar o túmulo de prata da Rainha Santa que igualmente mandou fazer à sua custa; não tendo sido nunca inaugurado o arco, sendo-o o túmulo muito mais tarde, quando se deu a passagem para o mosteiro novo.

Auxiliou ainda a reparação das calçadas de acesso à cidade. A fonte da Sé Velha tinha o seu brasão, como igualmente o tem a parte que resta da antiga e imponente sacristia da mesma igreja.

Renovou o paço episcopal, datando desse tempo o aspeto geral que mantém, salientando-se nele a linda varanda que os Monumentos consolidam agora.

Quando faleceu deixou muitos tecidos e pratos à Sé. Publiquei, em 1944, a relação destas no meu livro «As Pratas da Sé de Coimbra no Séc. XVII».

Posto que fizessem um número avultado, não deveriam ser de categoria, e isso explica que nada hoje se possa identificar com a relação, à exceção dum turíbulo esférico que se encontra na secção respetiva do Museu de Machado de Castro. Em contraposição conservam-se de outros bispos do mesmo século, e às quais me referi no mesmo livro, peças em maior número, algumas de elevada categoria como certas do bispo D. João Manuel.

Deixei ali um capítulo intitulado: «Objectos de prata que foram para o Algarve, por morte do bispo conde D. Afonso de Castelo Branco que dali tinha sido bispo».

Fiz a relação delas em onze ementas, conforme a de 1615.

Passado algum tempo tive o prazer de receber uma carta do sr. Padre José António Pinheiro Rosa (a quem oferecera o meu livro), com uma relação das peças que no inventário da Sé de Faro de 1630, tem a designação de «vieram de Coimbra». Encontram-se aí

na maior parte as da minha relação: um cálice pequeno dourado, gomil e bacia dourados, galhetas pequenas com o seu prato, uma cruz de altar dourada, uma cruz peitoral, um porta paz

Este distinto investigador julga que tudo isto deveria ter sido transformado. Não espanta, pois que deveriam pertencer a tipos correntes e muito simples, de uso, como as de Coimbra o seriam também, e eram estas as pratas que mais vezes se substituía, já por terem muito uso, já quando se queriam fazer peças aparatosas ou de certa categoria usual e havia necessidade de metal para elas.

Não é inútil repetir mais uma vez que a peça lavrada, de aparato, foi rara em todos os tempos e que as enumerações fornecidas agora, pelos inventários religiosos ou civis, eram constituídos na maior parte por espécies simples.

Diário de Coimbra, 1947.02.10.

PAISAGEM E HISTÓRIA

AS ORIGENS DE ARGANIL

I

Vai longe o tempo em que, para aqueles que representavam no momento o mais alto nível de cultura histórica, o principal cuidado, investigando as origens duma povoação, era procurar o que chamamos hoje as suas origens míticas. Através dos escritores latinos, buscavam semelhanças de nomes que pudessem sugerir que os Hércules, os Geriões, nas suas viagens, tivessem aportado e passado pela região, ou ainda, quando as ambições não eram tão desmedidas, procurava-se, nos geógrafos clássicos, o nome dos povos que teriam ocupado o território e apregoava-se eruditamente que a povoação tinha sido fundada pelos túrdulos, pelos vetões, etc.

A ciência histórica fez-se mais erudita e mais modesta. Encontraram-se e aprofundaram-se as origens pré-históricas, estudou-se a etnografia, indagaram-se as relações entre o homem e o solo. De tudo isto surge, agora, uma verdade mais sugestiva, mais intensa que todas as epopeicas fantasias de outrora.

Pensava eu nisto, há semanas atrás, visitando, numa tarde maravilhosa do fim de outono, certos pontos dominantes da vila condal, na companhia de bons amigos, que tendo-o sido de meu pai, quizeram fazer reverter na minha pessoa a mesma amizade. Do Mont'Alto, de S. Pedro, das barreiras do Saibro, atrás da Senhora da Salvação, foi-me possível tomar um breve e inicial esboço da geomorfologia local, considerada na sua adaptação à vida humana, dentro dos períodos históricos conhecidos e oscilações de civilização.

Se naquele pouco tempo não pude estudar todos os aspetos, vi o suficiente para poder organizar este esboço.

Há, ali, duas formas de terreno, às quais se tem de dar uma grande importância: um vale e uma colina.

Vai-se aquele alargando da vila para o rio Alva, ao mesmo tempo cavado nas aluviões terciárias e formando uma planície aluvial plana.

Drena-lhe as águas o sulco médio da ribeira de Folques. Limita-o a poente a linha de níveis mais elevados que a estrada do Sarzedo revela; os terrenos mais duros em que esta linha assenta e que tornaram mais difícil o desgaste lateral, um deles que se mostra pelos afloramentos de arenitos a S. Pedro, preservaram os mantos aluviais que naquela linha correm esses terrenos mais sólidos.

Ao lado oposto, na linha que começa atrás da capela da Senhora da Salvação, dominam os cortes verticais das aluviões. O jorrimento superficial das águas pluviais que fez, para nascente, o declive para aquele lado, permitiu a criação daquelas formas. Deu-se aqui o socavamento das barreiras pelas águas do vale e, perdida a base, caíram em blocos de fratura vertical, como ainda se mostra nos que se estão a destacar, produzindo aquele aspeto impressionante de perpendicularidade.

A ribeira alarga-se para a foz, coadjuvada aqui pelo rio no arrasamento dos terrenos, criando conjuntamente as terras da Alagoa, outrora alagadiças, como o nome do local indica.

Ficou assim formado um terreno maravilhoso para a cultura, um *agro* de rara equivalência na região limítrofe, completado por terrenos secos de planalto, especialmente os da zona de S. Pedro.

Passado o estágio da humanidade da vida de caçador, chegando-se ao neolítico e à vida sedentária e agrícola, o local deveria ter sido aproveitado. Não tem havido pesquisas de pré-história da região envolvente, não conhecemos estações, mas elas aparecerão quando surja um estudioso. Só na zona de S. Pedro se têm encontrado avulsamente, mas duma época muito mais baixa, fragmentos de tijolaria pertencentes à romana.

Aos lados da morfologia cavada, os vales, propícios aos alimentos, tinha o homem, em luta com as feras, os outros homens, as inclemências do tempo, necessidade de sítio naturalmente defensivo, aonde estabelecesse os seus abrigos.

Montes dominantes, havia muitos em volta, mas elevação que unisse as condições de fortificação natural à proximidade de águas e do terreno de cultura da grande baixa, só existia um, e isso bem se vê da vista sobrevoante tomada do Mont'Alto: era a

colina que hoje se chama o Paço (grande e pequeno, que até à abertura da estrada transversal era um só).

Posto que seja um maciço aluvional, ficou com uma feição de colina de vertentes escarpadas, porque foi formado pelo socavamento realizado pela ribeira de Folques e pela dos Amandos, operando elas, aqui, à maneira já mencionada nas barreiras do Saibro.

Desprendendo-se a colina das alturas da serra da Aveleira, enquadrada pela ribeira de Amandos e pela outra ao lado da Lomba da Nogueira, que se vem reunir à mais forte e de maior poder erosivo, a de Folques, depois que a sua linha de festo percorre declives violentos, abranda e estabelece a larga plataforma do Paço.

Temos assim, produzidas pela natureza, as condições próprias ao estabelecimento de um regular grupo populacional. Veremos, agora, como ele se poderia ter produzido.

A Comarca de Arganil, 1946.11.29.

II

Maior interesse que responder à pergunta exigindo o tempo em que se estabeleceram aqui os primeiros homens, tem esta outra: por quais vicissitudes passaram os sucessivos habitantes da colina e cultivadores do *agro*?

Parece que a vida devia ter decorrido ali serena, e contudo não teria tido aspetos diversos daqueles que nos são conhecidos de outros pontos convenientemente já estudados: repercutiu os sucessos que abalaram o centro do país.

Nada por enquanto sabemos dos tempos pré-históricos na zona envolvente, mas é de supor que fosse ocupada pelas mesmas populações aborígenes e de invasão e que tivessem existido as mesmas culturas pré e proto-históricas da região beiroa.

Para a época romana, de que tem aparecido, como ficou dito, fragmentos de tijolaria, junto a S. Pedro, resta saber a que qualidade de agregado populacional pertenceriam. Deveria ser pelo menos uma *villa*, isto é, grande granja da época. É de crer que o grupo humano preponderante a este tempo, fosse o da baixa, em contraste com o da colina. A grande era da paz romana tinha

trazido segurança às populações que gozavam do governo imperial. As colinas eram o ponto seguro nas épocas incertas das lutas, como tantas seriam nos últimos tempos da idade do ferro; os restos dos castros lusitanos ainda coroam as alturas por toda a parte e mesmo um concheço neste concelho. As planícies são os lugares de habitação nos tempos tranquilos.

Como se chamaria o local? Nada se sabe; falta a sua menção nos itinerários, não há inscrição que o revele; quanto se diga, não passa duma invenção mítica. Perdoem-me todos aqueles que, na melhor das boas fés e do mais puro bairrismo, julguem e continuem persuadidos de coisa diferente. São essas criações dogmas de fé regional e, portanto, intangíveis para os crentes.

O nome de Arganil deve ser muito antigo. Por natureza própria do vocábulo, vê-se que uma designação revelando o género da topografia local, não como de altura, de colina, mas de terreno baixo, significando *agro* ou campo, como vamos ver.

Os nomes de lugares que têm como radical o *agrum* clássico, são numerosos. Encontramo-lo sem elementos complementares em *Agro*, ou com definitivos, como *de Boi*, *do Banho*, *de Bouças*, *do Cabo*, *Maior*, *Monte*, etc.; ou com sufixos, como em *Agroal*, *Agrolongo*, *Agrelo*. Paralelamente, aparecem em formas em que o *R* mudou de lugar, fenómeno linguístico conhecido pelo nome de *metátese*: *Argo* e *Arga*, com definitivos *do Monte*, *de Cima*, *de Baixo*, ou por formas compostas, *Argela*, *Argainha*, *Argomil*, *Argoselo*, *Argueda*, etc.

A este segundo grupo pertence *Arganil*, com o radical *Argo*, o sufixo *il*, que significa qualidade, e o infixos médio, sem significado algum, requerido só por uma instintiva boa elocução.

O nome, pois, de Arganil, é designativo dum campo, e esse campo era a baixa da ribeira, a jusante da vila, com o espraio da foz; não designava um agregado populacional, mas, sim, um pequeno território com qualidades individuais, isto é, terreno próprio para cultura.

Este nome surgiu em tempo em que não havia povoações pequenas nem grandes que pudessem apadrinhar a região, numa época que se tivesse seguido o duradouro despovoamento; quando estivesse inteiramente obliterado o nome de qualquer agrupado de categoria antigo que tivesse assentado no vale ou em qualquer das alturas circunvizinhas; quando, para se designar o novo sítio de repopulação, se tivesse de recorrer a um termo geral da linguagem. Foi um fenómeno que se deu em outras localidades e algumas hoje de importância citadina.

A época em que teria sido aposto, é incerta, apesar de que o devesse ter sido muito recuadamente. Só é lícito afirmar que, na segunda reconquista, Arganil já designava o sítio atual. Entre a época clássica e esta segunda reconquista cristã, o centro do país foi tão diversamente assolado, em tão variados tempos e por tantos povos, que as ocasiões de despopulação e regresso de atividades não faltaram. Na região próxima do granito, em que as construções são duradouras e os próprios rastros perduram mais, há ainda bons traços da época romana, como também da visigótica e da moçárabe, atestando que todas as culturas, como todas as lutas, por ela passaram.

Como, porém, se teria dado a passagem, da bacia para a colina, do nome de Arganil?

Depois dos escassos séculos do domínio romano, em que, repetirei, a civilização e a paz abarcaram uma larguíssima zona em volta da concha mediterrânica, só com lutas nas extremaduras do Reno, Danúbio e Eufrates, em que as cidades do interior não tinham necessidade de posição defensiva ou de cerca de muralhas (vindo estas só com o estremeção das invasões), em que se viajava com segurança, desde a Ásia anterior às praias hispânicas do Atlântico; depois dessa época maravilhosa, surgiram as incertezas de todo o momento e buscarem-se os lugares que por si mesmo já davam uma natural defesa.

Batizada a terra baixa, como ficou dito, num período determinado de abandono, com o nome genérico de Arganil, quando a população começou a avultar e se começou a formar o agregado, este, como por instinto, foi-se reunindo no único ponto que existia com as condições de vida e de segurança que o momento exigia. Ficando a ser a cabeça o lugar de domicílio dos proprietários e cultivadores do *agro* fértil, chamou a si da mesma forma instintiva, o nome regional; aonde está o abrigo, o *fogo*, aí está o ponto vivo da terra, da vida humana.

Desconheço a topografia duma outra povoação, denominada também Arganil, na freguesia de Cardigos, para daí tomar razões paralelas que ilustrassem o que afirmo da vila condal. Entretanto, lembrarei um modesto caso, sem complicações históricas, neste mesmo concelho, o da povoação do *Agroal*, na freguesia de Pomares.

Agroal é a natural designação dos terrenos que a envolvem, formados pela confluência da ribeira do Sobral e a da Moura; fixado o grupo de habitantes na parte mais alta do *agro*, mais seca e menos própria para a cultura, apropriou-se este ponto do nome genérico.

Um dos elementos que concorreram para que a população se fixasse no sítio atual de Arganil, encontra-se nas condições de natural defesa das reconquistas cristãs, quando chegaram à zona do Mondego. Foram dois momentos esses, o da primeira reconquista, no século nono e décimo, e o da segunda, no século onze. A grande linha de serras, desde a ligação da Estrela até às pequenas alturas ocidentais, desde o Açor à do Espinhal, era uma barreira opondo-se a um avanço em linha reta. Este maciço só se integrava no território cristão pela conquista do circuito.

Numa e outra época, as condições tático-topográficas impunham os pontos de Avô, Coja, Arganil, Arouce (Lousã), tendo a demarcá-los, já numa função mais complexa, as fortalezas de Seia e de Miranda do Corvo. Aqueles pontos dominavam passagens e protegiam agros férteis.

Para a segunda reconquista, os elementos históricos já são mais elucidativos. Nela encontramos em Arganil os dois elementos de repovoamento: o senhor da terra Pedro Uzbertes e o mosteiro de Arganil com o abade Goldrofe.

O lugar da fortificação, com a torre de menagem e a pequena cerca, assentava no lugar do Paço, aquela propriamente do Paço-pequeno, esta estendendo-se para o grande. A vila atual era simplesmente o arrabalde; Arganil, por antonomásia, era o castelo, o Paço. Com os tempos de sossego, o arrabalde predominou sobre o Paço e Arganil ficou a ser o arrabalde.

São estas as grandes linhas das origens de Arganil; se faltam os dados documentais para lhe dar rigor cronológico que seria para desejar, abundam as formas paralelas doutros lugares europeus que servem de prova segura por analogia. Cada vez mais a história recorre a um complexo de ciências e se liberta do exclusivo meio informativo antigo que eram os meros elementos escritos.

A Comarca de Arganil, 1946.12.06.

O ROMANO-GÓTICO EM PORTUGAL A CAPELA DE SÃO PEDRO, EM AVÔ

Ao Arquitecto sr. Jorge Segurado

Por uma manhã de abril, fresca e perfumada, nas minhas férias de Páscoa, fui outra vez àquela meiga capelita.

Em todo o mês de setembro visitei-a inúmeras vezes, e todas as que o meu deambular me levava para os lados de Avô, para a região do granito, onde as portas são graciosamente chanfradas e as janelas, de vez em quando, se abrem em sorrisos manuelinos, não podia passar sem, torcendo um pouco o caminho, a ir ver e ao seu São Pedro, que tem o jeito de quem chora.

O céu muito azul, tinha ligeiros farrapos de nuvens brancas. Águas enchiam, com a sua chalice, o valezito por onde eu seguia. E como fosse o tempo do esflorar das cerejeiras, perguntava-me qual o noivado, que tinha tantas flores, tão brancas, tão imaculadas!

Na pequena várzea da Foz da Moura os melros cantavam. Um sorrir claro vinha da Senhora das Necessidades, no alto do Colcurinho.

Rociei de leve a fachada barroca da igreja de Pomares¹, atravesssei a ribeira por uma ponte mansa, e ao seu cabo, uma cruz

¹ O edifício atual foi começado a construir em 1691, como o atesta a data gravada na frontaria, junto à porta, e o assento de óbito de 7 de dezembro de 1691, que diz: «... está sepultada no adro da igreja velha e que vem a ficar dentro da noua para a parte direita». Em 21 de dezembro do mesmo ano já se encontra: «...esta sepultado dentro da igreja noua». (Tomo 2.º do Registo paroquial de Pomares: no Cartório do Seminário de Coimbra). Por os assentos de óbito de algumas freguesias, podem-se reconstituir antigas igrejas e mesmo localizar o seu mobiliário; porém, com Pomares não se dá bem isso. Por eles somente se pode dizer que era duma só nave (a atual tem três, de que aparece menção logo nos assentos de 1692), uma abside, tendo uma porta ao norte

enorme, rudemente lavrada, abençoou-me paternalmente; na frente um pequeno edículo de alminhas, meio desconjuntado, sorria.

Passada ainda mais uma povoação, comecei a subir o caminho torcido, até ao mutilado e trágico cruzeiro de Anceriz².

De longe vinha um esparso chocalhar de rebanho.

Segui à direita, por todo o viso do monte, entre tristezas de pinhal, paralelamente à ribeira da Moura, e fui dar à familiar capela, ao pé de pacíficas oliveiras, a um cantinho dum largo.

É muito pequena, de pouca altura e grande simplicidade; parece a vovó das capelitas que o nosso povo ainda ergue suavemente, à beira dos caminhos e no aconchego dos povoados.

Tem uma só nave e correspondente abside quadrangular, a que nos últimos anos do século passado ou primeiros deste, juntaram, em continuação de seus muros, uma sacristia, que deu à construção aquela forma desgraçada de dois corpos iguais.

Na fachada, olhando o poente, abre-se a porta de um só arco em ogiva. A seus lados há duas frestas pequenitas, a desigual altura do solo, tapadas interiormente.

A meio da parede norte está outra porta, com a verga em semicírculo, e tão exígua que só tem 1,70 de altura.

No topo da nave, ladrilhada de largas pedras de granito e de teto singelamente apainelado e muito baixo, abre-se o arco triunfal, semicircular, bastante largo e com pilastras curtas, pintado atualmente a vermelho.

No altar muito pobre, simples tábuas aplainadas e cobertas grosseiramente de tinta que está a cair, a imagem de S. Pedro do século XIV, da estatuária medieval coimbrã, estatuária de que tenho encontrado exemplares interessantes, dos quais me ocuparei mais tarde.

Não é a representação do *Pontifex maximus*, que sentado na cadeira gloriosa, a cabeça alta e coroada da tiara, o símbolo do seu poder – a chave – erguido masculinamente vai dar a bênção

e outra ao ocidente com um alpendre suficientemente espaçoso para lá se abrirem sepulturas. Dessa antiga igreja resta unicamente uma arcada românica na sacristia, em cujo preenchimento se abre a porta que faz a comunicação desta com aquela. As arestas das pilastras e do arco são chanfradas, e sob as impostas há uma roseta sexifolia e outra quinquefólia.

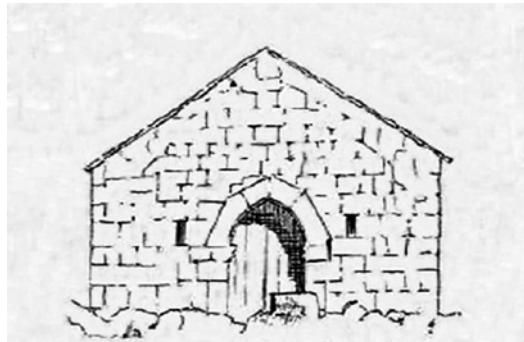
² Nos quatro lados da base o canteiro insculpiu os símbolos da paixão e num gracioso regionalismo, em lugar dos *dados* tradicionais pôs essa airosa *piorra*. Foi junto a este cruzeiro que a quadrilha de João Brandão, para se livrar das justiças de Arganil, veio simular a morte do Ferreiro, dando uma descarga no seu cadáver. Vid. Joaquim Martins de Carvalho – *Os assassinos da Beira*, Coimbra, 1890, pág. 10.

urbi et orbi, como no São Pedro, que o sr. A. Gonçalves publicou na *Estatuária Lapidar*, ou como o que o arquiteto sr. Jorge Segurado nos mostrará em breve; mas o humilde apóstolo, descalço como na iconografia medieval se representavam os apóstolos, segurando lassamente o evangeliário e a chave, de barba encaracolada e cabelo fazendo coroa, o rosto entristecido, quase num choro. O pecado antigo de negar o Mestre, tortura-o ainda ali, na paz da altura.

Outrora houve mais dois altares na capela, provavelmente um de cada lado do arco cruzeiro. Fala neles o termo da visita da igreja de Avô no ano de 1744, em que se mandavam retirar.

«O m.º R.º Parroco no termo de quinze dias fará demolir os Altares que estão na dita capp.^a, de S. Ildefonso e de N. Snr.^a da Pied.^e vt.º não estarem ornadoz, nem haver q.^m os orne; e a Imagem de S. Ildefonso fará collocar no Altar do Glorioso S. Pedro»³.

Santo Ildefonso já se não encontra na capela. Procurei-o inutilmente por Avô e pela vizinha Anceriz e todos a quem me dirigi desconheciam tal imagem. Em 1775 ainda ali se encontrava, porque na visita desse ano, em virtude do estado da capela, eram mandados retirar os *santos* para a igreja paroquial. Desapareceu porventura quando do maior abandono daquela. A Senhora da Piedade não seria mais que alguma gravura, e por isso o visitador não faz a seu respeito recomendação nenhuma.



Avô – Fachada da capela
(Des. de Jorge Segurado, sobre apontamentos do A.)

Iluminando o altar, há do lado da Epístola uma pequena fresta horizontal, a única que agora, depois do tapamento interior das

³ Livro das Visitas, f. 73 v.º – Arquivo da Irmandade do SS.^{mo} de Avô.

de poente, ilumina a capela; mas abertas as portas, a luz e ar lavado da serra inundam-na; pois se ela é tão pequenina!

Ainda do mesmo lado do altar abre-se a porta para a sacristia, que, como a outra que faz a comunicação desta com o exterior, foi feita à imitação da lateral da nave, e para cuja abertura desmancharam quase metade da parede do fundo da abside⁴.

Quando da construção daquela dependência, altearam todo o corpo da capela cerca de meio metro, o que nitidamente se conhece pela diversidade de silharia.

As paredes de granito só exteriormente são revestidas de silhars em fiadas horizontais irregulares.

A ornamentação é nula. Somente as arestas das portas e arco triunfal são chanfradas, sendo os chanfros no arco cruzeiro côncavos. As impostas deste e da porta poente têm simples molduras.

Não há um florido capitel, cachorros ornados (o friso assenta diretamente sobre as paredes), singelas cruces a brasoná-la, nem até na empena da frontaria se levanta airosa uma sineira. É rude e austera como convém a uma serranita que vive isolada, fora dos caminhos onde passa o viver quotidiano, sem olhos lindos que a namorem.

*

A sua história...

Não sei que mãos piedosas a fizeram erguer.

Os documentos que pude encontrar são somente do século XVII para cá, desde o começo da sua má ventura.

O tombo velho da igreja paroquial, que ainda pelos meados do século XIX serviu para dirimir a questão da sua posse entre Avô e Anceriz, como mais adiante direi, desapareceu.

Do tempo em que ela foi acarinhada pelos povos em volta, das antigas romagens litúrgicas, restam somente leves indicações nos documentos encontrados, a tradição no povo, e a visita atual das freguesias de Avô e Pomares, pelas ladainhas menores nos três dias anteriores à quinta feira da Ascensão, e no dia do Apóstolo, em que, no largo onde se fez outrora uma pequenina feira, se baila no pó e no calor de junho.

⁴ Em Avô, por influências vagamente eruditas, pretendeu-se nas modificações de algumas capelas, imitar o estilo da sua construção: além de S. Pedro, na do Mosteiro abriram umas horríveis portas com arcos pseudo-ogivais, muito interessantes...

DAS LADAINHAS

Dezoito freguesias, no dizer de testemunhas coevas, *com estremada devoçam*, como diz um visitador, com a sua cruz e o seu clero, na quinta feira depois do domingo de Páscoa, vinham terminar aqui a melopeia queixosa das Ladainhas⁵.

Eram as de ao pé – Avô, Anceriz, Pomares, Feira, Alvoco... as de mais longe – Midões, Seixo do Ervedal... e outras, até dezoito⁶.

Não se sabe quando começaram a vir. Um velhinho que encontrei em frente da capela, e que, encostado ao seu cajado, me contou a história daquela velhita, como a ouvira, criança, à lareira, disse-me que nem os *antigos* (o velhinho antigo!), o sabiam dizer. Já em 1758, o vigário de Avô, Caetano de Sousa, dizia que vinham *por costume antigo que excede a memória*⁷.

O mesmo se dá com o motivo que levou no mesmo impulso de fé, as dezoito freguesias para a capelita.

Ouvi algumas vezes, por aquela região, a lenda que se conta como tendo dado origem às procissões, e que no fundo talvez contenha alguma verdade.

Havia sete anos (todos dizem sete, até um ror de léguas, no Seixo) que o céu tinha aquela cor baça e nuvens prenhes o não manchavam, uma gota de água não caía.

Nas ribeiras fundas, cheias de lés a lés nos anos abençoados, mal passava entre rochedos, brancos como ossadas, um silencioso

⁵ As *Notícias das Igrejas do Bispado de Coimbra* (Biblioteca Nacional de Lisboa) a f. 238 do tomo II, dizem: «Ha mais outra capella de San Pedro na mesma distancia a que por antigo voto sam obrigadas a vir como de presente vem em romaria dezoito freguezias na primeira quinta fr.^a depois da Paschoa». No relatório do vigário de Avô, Caetano de Sousa, para as *Memorias Paroquiais de 1758*, vem o mesmo número. Para não esfacer o pouco dessas notas que se refere à capela de São Pedro, transcrevo integralmente: «Fora desta villa quasi hum quarto de legoa se venera em sua Cappella o Principe dos Apostolos o senhor Sam Pedro, achasse esta fundada em lugar alto, espaçoso, que se lhe se descortina largas distancias, he huma das mais antigas e frequentada Romaria porque todas as sextas feiras de Mayo vam a ella em prociçam as Cruzes desta villa, Pomares, e Anceriz, e por costume antigo, que excede a memoria na primeira quinta feira depois de Domingo de Paschoa se ajuntavam naquella Cappella dezoito freguesias em prociçam, e como sucedessem algumas desordens por virem de duas e tres legoas de distancia o Excelentissimo, e Reverendissimo Senhor Bispo Conde deste Bispado commutoulhe o votto a algumas das mais distantes, e em este dia no mesmo sitio se fás huma pequena feira, franca». *Memorias Parochiaes de 1758* – T. V, f. 939. Torre do Tombo. [T. V, 64, p. 937-942.] Devo a cópia destes dois documentos ao distinto arquiteto, sr. Jorge Segurado, a quem apresento os meus agradecimentos.

⁶ Os seus nomes vão-se perdendo na tradição, donde só pude colher aqueles.

⁷ Nas há pouco citadas *Memorias Parochiaes*, loc. cit.

fio de água. À sua beira havia muito que os moinhos não cantavam as suas canções do milho humilde, do trigo loiro. Mas nem tão pouco nos outeiros aspas brancas rodavam ao vento. As searas mal tinham erguido nos primeiros anos as espigas prometedoras, já um sol maldito as queimara. Que pois se havia de deitar nas moegas?

Uma esperança nova vinha com o inverno e com o inverno sempre se ia.

E a terra desolada era uma floresta de braços erguidos, de mãos erguidas; as igrejas estavam cheias; as mães choravam.

E foi de ver como se lembraram de ir ao São Pedrinho com as invocações litúrgicas das Ladainhas⁸.

Vezes e vezes pelos caminhos empoeirados passaram lentas e doridas as multidões para a capela; vezes e vezes na pequena nave os sacerdotes entoaram: *Ut nobis indulgeas... Ut fructus terræ dare et conservare digneris... Ut congruentem pluviam fidelibus tuis concedere digneris...* e vozes gemeram – *te rogamus audi nos*.

Crianças choravam pedindo o peito, mas para que a sua dor também comovesse Deus, só completas as preces, as mães lho davam, – disse-me o velhinho.

E o Senhor, pela intercessão do Apóstolo, ouviu-os: as primeiras águas caíram, e vieram outras, e mais e mais...

Aquelas freguesias continuaram a ir agradecidas a São Pedro, que talvez ficasse desde aí, com aquele jeito de quem chora.

Quer esta lenda tenha algum fundo de verdade ou não, parece-me certo que estas ladainhas tiveram princípio nalguma calamidade pública, e foram continuadas por voto que se fez.

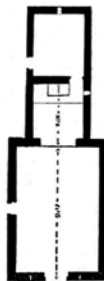
Como é sabido, as fomes e pestes que por vezes invadiram o nosso país, provocaram da parte do povo, das câmaras, das colegiadas, procissões penitenciais, e não raro se lhes juntava o voto de as repetir anualmente.

Estas a São Pedro, posto que próximo das Ladainhas maiores ou de São Marcos, são-lhes distintas; as de São Marcos têm o seu dia fixo – 25 de abril, dia em que já no século IV, em Roma, havia súplicas especiais; distintas também das Ladainhas menores, que desde o século V antecedem a festa da Ascensão⁹.

⁸ O culto daquele santo tem fundas raízes na alma do nosso povo. Em Portugal são numerosas as capelas e igrejas que lhe são dedicadas. Quando percorri, na Câmara Eclesiástica de Coimbra, os livros de registo de licenças para bênçãos de capelas, encontrei inúmeras da sua invocação e dela são também dois dos nossos mais velhos santuários – Balsemão e Lourosa.

⁹ Mortier, *La Liturgie Dominicaine*, Desclée, s.d.. vol. V, págs. 167 e 168.

As de São Pedro realizavam-se na quinta feira depois do domingo de Páscoa, como o dizem testemunhas, já atrás citadas, que as viram desenrolar, que muito provavelmente tomaram parte nelas.



Planta da capela

Não eram, indubitavelmente, por isso, deslocação do dia daquelas outras, deslocação impossível de se admitir se atendermos que eram dezoito freguesias que deveriam ser concordes nisso; como impossível de admitir é, que só para satisfazer ao carácter processional e estacional das Rogações, se viesse de tão longe, como do Seixo do Ervedal, onde perdura a sua lembrança.

Tiveram, pois, princípio nalgum facto que documentalmente não sei qual fosse; talvez o da falta de chuvas por algum tempo, como diz a tradição.

A existência de um voto é certa. O já citado vigário de Avô, Caetano de Sousa, em 1758, refere-se-lhe, dizendo que o Prelado conimbricense o comutara a algumas das freguesias mais distantes; mas não acrescenta a causa por que foi feito, nem tampouco diz quais fossem.

Aquela comutação foi o primeiro passo na decadência das ladainhas que a falta de documentos não nos deixa acompanhar.

Em 1775 há uma nova referência.

O visitador no arcediagado de Seia, a 11 de novembro daquele ano, ordenando reparações na capela que estava bastante arruinada, como se verá adiante, diz:

«Constame q̃ a capella de Sam Pedro de entre as moutas desta freguesia he munto antiga, e a ella concorrem com estremada devoçam os povos destas vesinhanças e indo muntos delles com sua crus em prociçam a dita capella repetidas vezes no ano»¹⁰.

¹⁰ *Livro das Visitas*, f. 32 v.º – Arquivo da Irmandade do SS.^{mo} de Avô.

Não obstante aqui haver uma certa confusão com as ladainhas das sextas feiras de maio, das freguesias de Avô, Pomares e Anceriz, de que já vamos falar, vê-se que então ainda iam bastantes, talvez todas as não dispensadas.

A maior deserção deveria começar depois desta data, em virtude do estado da capela. A parede norte encontrava-se arruinada, bem como o telhado, e não se podiam lá celebrar os atos do culto.

Quando viesse o ano de 1815, em que o visitador a interditou (já o anterior citado, o de 1775, tinha declarado que o ficaria se, passados dois meses, não fosse composta), bem poucas seriam as freguesias, se ainda algumas eram, que lá fossem; e depois deste ano o abandono foi total.

Abandono causado não somente pelo seu estado material, mas ainda mais pela censura imposta.

Avô, quer-me parecer, já há tempo que não ia a São Pedro na quinta feira da semana pascal.

Num livro do arquivo daquela igreja – *Titulo das obrigações assim do Parroco, Beneficiados, Thizoureiro, como dos Parroquianos: e dos uzos e costumes desta Igr.^a e Colegiada da Villa de Avô*, escrito em 1817, não encontrei referência a estas ladainhas, não obstante no capítulo *Lembranças dos uzos e costumes desta Igr.^a pelos mezes do ano – Maio*, falar dos pontos terminais das procissões das ladainhas menores, sendo um deles São Pedro, na terça feira, pelos seguintes termos:

«Nas Ladainhas gerais vão na segunda fr.^a á Snr.^a do Mosteiro, na terça a S. Pedro, e na quarta ao Altar do Apostolo S. Thiago na capella do Mosteiro, onde se dizem as preces.

«Adverte-se que a capella de S. Pedro esta arruinada, e suspensão, e p.^f. este impedimento nesses dias que era costume ir a S. Pedro, se vai á Capela de N. S. dos Anjos»¹¹.

Alma Nova, 25-27, III Série, v. III, Lisboa, janeiro-março de 1925, p. 29-30.

¹¹ Não posso afirmar com certeza que todo o livro seja escrito em 1817, mas o que não datar daquele ano pouco posterior será. Dada a sua importância, resolvi em setembro, vê-lo cuidadosamente quando me fosse possível fazê-lo com mais vagar; o que ainda me não foi possível.

CONCLUSÃO

É a única referência que encontrei de S. Pedro ser um dos lugares das estações das Ladainhas da Ascensão, o que era natural.

Apesar de não ter dados alguns, estou em crer que pelo menos algumas das igrejas filiais da de Avô, também ali iriam nesses dias.

Além destas procissões na semana pascal e a de Avô pelas Ladainhas menores, havia outras, todas as sextas feiras de maio, de Avô, Pomares e Anceriz, como diz padre Caetano de Sousa¹ e o livro de usos e costumes da Colegiada².

As das duas últimas freguesias teriam desaparecido com o interdito, e as daquela outra, mudadas também para a Senhora dos Anjos, ir-se-iam com a extinção da Colegiada, com a extinção de tanta coisa linda que o século que passou ia levando consigo.

Pelo meado daquele século, em data que me não foi possível precisar, recompôs-se a capelita e voltaram as cruces de Avô, Pomares e Anceriz com as Ladainhas; mas em lugar de ser no dia tradicional, o dia do voto, começaram a ir no dia das Ladainhas menores, Ladainhas que, como é sabido, são preceituadas pela liturgia romana.

Anceriz abandonou em breve, e agora somente Avô e Pomares até ali trazem o canto queixoso das invocações dos santos.

DA CAPELA

Os visitantes do antigo arcediagado de Seia, na sua linguagem simples, deixaram aqui e além, pelos termos de visita da igreja de Avô, pequenos fragmentos da litania de pobreza e abandono material que a meiga capelita vem arrastando desde não sei se pouco depois da sua edificação.

O de 1712, Dr. Manuel Moreira Rebelo, Protonotário Apostólico e Provisor do Bispado, é o primeiro a falar-nos dela:

«E porque a fabrica he tão bem obrigada a ornar a cap.^a de São P.^o ordeno se mande em tr.^o de tres mezes reformar o forro della, e os mordomos mandarão consertar as paredes do corpo da mes-

¹ *Memorias Parochiaes*, loc. cit.

² «Maio – Todas as sexta-feiras Ladainha com Missa á Capella de S. Pedro». Seguidamente em letra diversa «achão-se mudadas p.^a a Capella da Snr.^a dos Anjos». Loc. cit. no texto um pouco anteriormente.

ma cap.^a e retelhala em forma q̃ nella não chova e se consertará o Calix da Igreja pertencente á fabrica naquella parte em q̃ está cobrado ao q̃ tudo se satisfará sob pena de quatro mil reis»³.

Os mordomos de S. Pedro e o fabricário da capela mor da igreja, simplesmente não se importaram com o que ordenara o visitador, o que era muito vulgar então e ainda hoje.

Na visita seguinte, a de 1715, o Dr. Domingos Francisco Nunes, como nada se fizera, diz:

«Tambem se ordenou na passada q̃ o forro da Capella de S. P.^o a q̃ he obrigada a fabrica da capella mor desta Igr^a se reformase ao que se não deo comprim.^{to} antes se me fes queixa estava chovendo no altar e por isso se não podia dizer missa nelle pello q̃ mando ao R^{do} fabricario com pena de quatro mil reis q̃ dentro de tres meses mande reparar o dito forro e o telhado p.^a q̃ não chova nella»⁴.

Não obstante vir, como já na anterior, a ameaça da multa, a capela continuou como estava.

Ora, em 18 de maio de 1717, o visitador, o mesmo da de 1715, mas então Prior da Colegiada de São Tiago de Coimbra, encontrando-a no mesmo estado, escreve no livro das visitas:

«Como já nas passadas fosse mandado se reparease o forro e telhado da cap.^a de S. P.^o por estar de man.^a q̃ no altar se não pode dizer missa por chover no altar e o R^{do} fabricario o não mandase fazer estando a seo cargo o ei por condemnado nos tres mil reis cominados no cap.^o da passada e sob a mesma em dobro lhe m^{do} q̃ dentro de tres meses m.^{de} cumprir o d.^o cap.^o»⁵.

O pobre prior de São Tiago leu mal, não viu que eram quatro mil réis o que se dizia nas duas outras visitas.

³ *Livro das Visitas da Igreja de Avô*, fl. 44 v^o. Um pouco anteriormente, em 1656 o visitador Manuel Soares de Gouveia, vigário de São Miguel de Coja deixou-nos uma nota interessante de como se tratavam algumas capelas. «Feseme queixa q̃ nas Ermidas se malhava e recolhiam as novidades couza m.^{to} indegente, e p.^a se stranhar, pello q̃ mando pena de Ex.^{nam} e de q.^{tos} reis p.^a a confr.^a do s.^{or} que nenhã pesoa malhe, nem recolha tractos alguns nos d.^{tos} lugares q̃ so forão erigidos p.^a os fieis nelles orarem, e não p.^a servirem de Eiras, e çeleiros». (Liv. cit. fl. 4). Uma página linda como se vê. Factos frequentes outrora e hoje; livros de visitas de outras igrejas têm-me dado coisas semelhantes, e não é raro ficar-me entristecido a olhar para escombros de pequeninos santuários, por esta região da Beira, que parece querer dizer adeus aos santos que venerou.

⁴ *Livro das Visitas*, fl. 46 v^o.

⁵ Livro citado, fl. 50.

Desta vez presumo que se concertou: só em 1774 se lhe torna a aludir.

Este estado da capela não era somente produzido pelo desleixo.

A igreja paroquial desde alguns anos, andava em construção. Haviam-se lançado derramas pelo povo; os rendimentos próprios dever-se-iam consumir inteiramente; nada restaria para se aplicar às capelas. Isto é-nos confirmado pelo cônego da Sé de Coimbra, João da Costa Saraiva, que em 1718 louva o zelo dos paroquianos de Avô, e por ver que se tinha gasto muito com ela, dispensando-os de a mandar soalhar logo⁶.

Não se torna a falar em São Pedro senão em 1744.

Vinha em visita o Dr. Manuel Rodrigues Teixeira, Vigário de Maças de D. Maria, Comissário do Santo Ofício, Juiz dos Resíduos, Chanceler e Vigário Geral.

Foi até à capela, viu bem tudo, ordenou:

«Necessita a Capp.^a do Glorioso Appostollo Sam Pedro de ser rebocada e cayada, e tambem rebocado o tecto della para melhor rezistir aos temporais = de se fazer hum retablo novo em que o mesmo Sancto esteja com decencia = De hum frontal de madr.^a pintado de hũa banda com boas pinturas de festa e pella outra com as proporsionadas para o tp.^o de Advento e Quaresma, e de ser consertada a vestimenta de setim com estolla e manipullo = de hum cordam de boas linhas = De trez pallas de linho bem emgomadas; e tambem necessita o caixam dos ornam^{tos} de ser concertado: a cujas despesas esta obrigada a Fabrica da Capp.^a mor desta Igr.^a; e por isso m.^{do} que o Rev.^{do} fabricario dela no termo de trez meses por conta da m.^a Fabrica ponha em ex.^{cam} o referido mandando-o fazer; e q^{do} a isto falte; o R^{do} Parroco sob de obd.^a findo o dito tr.^o de conta com o theor deste cap^o a Meza da Justissa Ecclesiastica para contra elle se proceder como parecer justo. O m.^o R.^{do} Parroco no termo de quinze dias fará demolir os Altares que estam na dita capp.^a, de S. Ildefonso e de N. Snr.^a da Pied.^e v.^{to} não estarem ornadoz, nem haver q.^m os orne: e a imagem de S. Ildefonso fará collocar no Altar do Glorioso S. Pedro»⁷.

Estou em crer que nada do que se ordenou nesta visita, se fez: nem retábulo, nem frontal, nem paramentos (agora não tem

⁶ Idem, fl. 552.

⁷ Idem, fl. 75 e v.^o.

nenhuns). Os altares laterais desapareceriam quando da quase ruína em que a capela esteve e a camada de tinta que a imagem tem a deformá-la, parece-me ser posterior.

Foi então que se começou a acentuar a sua decadência. Algumas freguesias, como disse, foram dispensadas de ali irem com as Ladainhas, e outras foram-se dispensando. O próprio edifício arruinava-se.

Do seu estado de miséria diz-nos claramente Inácio José Gomes da Silva, Prior de Santa Comba Dão.

A 11 de novembro de 1775 vai em visita a Avô, e carinhoso, enternecido pelo passado da capelita lá do alto, escreve no livro de visitas:

«Constame q̃ a capella de Sam Pedro de entre as moutas desta freguesia he munto antiga, e a ella concorrem com estremada devoçam os povos destas vezinhanças e indo muntos delles com sua crus em prociçam a dita capella repetidas vezes no anno: esta capella acha-se com huma parede arruinada e por consequencia nececitada de caibrada e tilhada para nella continuar a antiga devoçam destes povos e nella se celebrar o altissimo sacrificio da missa, e como nam tem rendimento algum para a sua rey-deficaçam e esta freguesia tanto se entereça em que presista e se nam estinga esta devoçam e concurso das vezinhas e no que respeita no mais esta soficiente paramentada mando que o R.^{do} Parocho perpondo primeyro na Ig.^{ra} ao povo a percizam q̃ ha desta obra a seu consentimento proceda com dois homens bons e de sam consciencia avaliando-se primeyro o importe da dita obra proceda a finta e coando os mesmos repugnem o Juis da Ig.^{ra} requerera ao D.^{or} Provedor desta comarca com theor deste Capitulo que o dito Reverendo Parocho lhe dará para que o mesmo retissimo menistro mande proceder a dita finta para que se conserve a devoçam o que se executara dentro em dois meses e coando assim se nam execute fique suspença a mesma capella e o R.^{do} Parocho para conducir os santos da mesma capella para a sua Igr.^a aonde os colocarão em logar decente o que tudo espero faça pelo seu zello e coando por falta de telha se não conclua a obra da dita capella nam he minha intenção q̃. neste caso fique suspenso contanto que havendo telha nova ella se neste tempo se conclua»⁸.

⁸ Idem, fl. 93 v.º e 94.

Não sei se o pároco, o juiz da igreja, ou aquele outro *re-tíssimo ministro* fizeram alguma coisa, mas presumo que não. Presumo que ninguém se importou que, passados os dois meses dados para a compor, ficasse suspensa; nem o pároco também teve o incômodo de transportar os santos para a igreja.

1815, o interdito...

«Porque as Capellas do lugar da Moura, de São Pedro, e do Santo Christo, situadas nos suburbios desta Villa estão incapazes dos seus fins e de se celebrar nellas o augusto Sacrificio da Missa tanto em razão dos estragos dos edeficios como da falta dos Paramentos indispensaveis: ficam suspensas athe que sejam reparadas e paramentadas com a devida decencia do qual julgará o Reverendo Arsipreste do Districto»⁹.

O livro das obrigações e dos usos e costumes, em 1817, dá-a ainda como interdita, e alguém, mais tarde, põe-lhe uma nota dizendo o mesmo.

Continuou assim por anos: abandonada de todos, sem ninguém que se recordasse do seu passado, em que havia lágrimas.

Aquele velhinho que encontrei junto dela, tinha tristezas no olhar ao contar-me daquele tempo em que ela não tinha telhado, nem portas, as silvas cresciam lá dentro, e os garotos que pastoreavam vinham brincar com a imagem.

Pelos meados do século último, em ano que não pode determinar, um José das Neves, de Anceriz, condoído daquela miséria, pôs-se a pedir pelos povoados serranos para a recompor, o que conseguiu.

Como ficou dito, voltaram as cruzes de Avô, Pomares e a de Anceriz pelas Ladainhas menores. E foi de ver como os desta última freguesia olhavam para os de Avô e lhe iam gritando que a capela era deles, muito deles – eles a tinham composto. Ora os de Avô não gostaram, e vá de começarem rixas, de pegar no São Pedro e tentar levá-lo para a sua igreja, eles que o tinham criminosamente abandonado.

Como durante alguns anos se repetissem as desordens, as justiças de Oliveira do Hospital e de Arganil, a que pertenciam respetivamente Avô e Anceriz, tiveram de intervir, e à face do tombo velho, agora desaparecido, declararam ser a capela de

⁹ Idem, fl. 111. O visitador era o R.º José da Costa e Silva, prior e arcepreste de Nogueira do Cravo, a que Avô pertencia. Atualmente é sede de Arciprestado.

Avô. Os daquela outra, muito dignos, voltaram costas, desceram a ladeira, e nunca mais Anceriz voltou a São Pedro.

*

Era já um pouco para a tarde. A capela oirava-se: um ramo acariciante de oliveira punha-lhe uma sombra rala, no alto da frontaria, e outra menor bordava a porta velhinha. As serras enterneciam-se pouco a pouco. Pinheiros, de em volta, extáticos, rezavam. E uma paz, um sossego, pairava brandamente.

Olhei-a enternecido, recordei-lhe o passado.

Ladainhas da Páscoa, ladainhas de maio, que lindas não seriam!

Dezoito freguesias a soluçá-las, dezenas de vozes numa súplica grandiosa ao Senhor; o sol a cantar nos vestidos, no latão das cruces, talvez naquelas flordelizadas da Feira e de Avô, tão simples e tão graciosas.

Tudo se foi. Agora só duas lá vão.

Ó párocos de Avô e Pomares, meus doces amigos, continuai com a tradição meiga.

As vozes desses serranos, vozes doridas como as litanias, continuem a gemê-las; os seus fatos negros a ir chorar à capela antiga; e a plangência arrastada do canto, a soar uníssono com o ramalhar dos pinhais por onde passam.

Alma Nova, 28-30, III Série, v. III, Lisboa, abril-junho de 1925, p. 63-64.

O COUTO DE AVÔ

O couto de Avô só foi para a posse dos bispos e cabido da Sé de Coimbra em 29 de março de 1240 (era de César, 1278) por contrato oneroso entre D. Sancho II e o bispo D. Tibúrcio, prelado que tão grande interferência teve na deposição daquele soberano.

Quando aquele contrato se realizou o descontentamento deste bispo – e bispo da cidade que então era capital do reino – era grande por causa do estado geral do país, cuja culpa se atribuía ao rei, mais agravado ainda com o casamento que este fizera com D. Mécia Lopes de Aro, de quem era parente, e de cujo impedimento não pedira dispensa.

A 10 de novembro daquele ano, partia D. Tibúrcio para ir tomar parte no concílio que Gregório IX resolvera fazer em Roma, não tendo passado de Palência, sua pátria, pela guerra que ao Papa faria Frederico II. As queixas dos bispos demoraram, por isso, um pouco mais.

Nas lutas entre o conde de Bolonha e o seu infeliz irmão, o rei D. Sancho, os habitantes do couto sofreram imenso com elas, sendo mesmo arrasado o castelo.

Essas vexações andam narradas na bula. «Etsi a quibuslibet», que o quinhentista Pedr'Álvares Nogueira interpretou mal, e a qual tentámos comentar no seu bom sentido, num estudo sobre o castelo de Avô, publicado em 1933.

É possível que a isso tudo nos venhamos a referir mais demoradamente; agora, só transcreveremos o que do couto se encontra nas «Inquirições de D. Diniz», que acabámos de encontrar numa pública forma, passada na Torre do Tombo para a sé conimbricense, no ano de 1780.

Vem no livro primeiro das «Inquirições» a folhas 6, verso.

JULGADO D'AVÓO E DE COJA

Dom Gabriel Juiz d'Avóo, e Martim Vermuiz d'Avóo, Meem Gonçalves, Gonçalo Joham, Pero Dominguez d'Avóo, Dom Marcos Juiz de Coja, Domingos Meendes de Coja, Duram Domingues, Joham de Côja todos jurados, e perguntados dixeram que todo o Julgado de Côja, e o Julgado d'Avóo com todos os seus Termhos, e com todas sás Aldeyas som Coutos per Padroes da Se de Coimbra, e disseram que Rey dom Sancho Tio deste Rey deu a See de Coimbra Avoo por cambio, e disserom que lho coutou, e assi disserom que estes Julgados ambos com todos seus Termos som coutados per Padroes, e disserom pero que de Coja dão a El Rey colheita, e disserom que tragem hy os Bispos seus Juizes, e seus Moordomos, e seu Taballiom. Perguntados se em estes Julgados faz alguem honra per que os Senhores do Couto hajão mháao paramento disserom que nom; e pero disserom, que todos estes Julgados jazem em Termho de Sea, e disserom ainda que tragem com este Julgado de Côja bem quatorzo Aldeyas por honra os Bispos de Coimbra.

A Comarca de Arganil, 1935.12.13.

O CONCELHO MEDIEVAL DE AVÔ

I

Não é necessário alinhar fotografias, não é preciso desdobrar a carta regional para que veja o largo trato de vales e montanhas como se o terreno estivesse na minha frente, não tenho de fechar os olhos para que a sua imagem se torne mais distinta; flutua no espaço com os contornos, a cor de todas as horas e de todas as estações, ouço os ecos vários, envolve-me o perfume dos seus pomares e o cheiro acre dos matos, ouço o balido dos rebanhos e até românticamente, me parece que a revoada de pétalas que o vento leve da primavera levanta das cerejeiras floridas me envolve.

Tenho a região em frente, ainda mais do que passasse na larga estrada da Beira, entre as Vendas da Esperança e de Galizes, me fosse debruçar nas Varandas de Avô.

Demarco daqui, diante desta folha em que escrevo, o velho termo: pelo norte, o fundo sulco do Alva, como base geométrica, por sul os altos cimos das elevações do Açor, a riscarem o céu.

O cordeamento dos seus antigos limites abarcava as freguesias de Avô, Anceriz, Pomares, Piódão, Aldeia das Dez e, atravessando o rio, recolhia Santa Ovaia, a dos canteiros. Partia dos vales baixos e rapidamente escalava as regiões onde as oliveiras já não crescem e a neve se demora.

Sensivelmente à foz do ribeiro entre Vila Cova e Anceriz, a uma cota um pouco inferior a 200 m., a linha divisória tomava alento e, envolvendo esta povoação, atingia pouco depois os 400 m. e ainda os 586 m., quando encontrava a carreira que vinha de Coja. Conquistava o primeiro cimo, destacado, varrido dos ventos, dominando a terra chã e as montanhas, no Pisco (773 m.). Corria ao cabeço da chama (779 m.), vendo no fundo

vale o traço da ribeira da Moura e os povoados metidos no sulco, Barrigueiro, Sorgaçosa, Casarias. Seguiu pela estrada na divisória das águas; da Fonte Raiz galgava, um pouco além da Relva Velha, a 931 m. e repousava entre nova linha de separação de bacias, a do Alva e a do Ceira. Voltando-se a nascente, caracolava nas cidades, aonde naqueles invernos transatos de que falavam os velhos o lençol branco perdurava por largo tempo. Por essa estrada que lhes seguia paralela, carreira irregular e desabrigada, passou o poderoso duque de Bragança em gelada noite da semana da Paixão do ano de 1449, desviando-se do infante D. Pedro, nas vésperas de Alfarrobeira.

Na Fonte Espinho (1.041 m.) abandonava esse traçado alto (1.277 m. no Tojo, 1.340 m. no Açor) para ir buscar ao vale do Ceira nascente (à Ceira, como ainda ali se denomina) as povoações do Tojo, Fórnea, Malhada Chã. Vinha encontrar, ou antes, cruzar, cerca da cota 1226, essa estrada da Covilhã, para a abandonar de vez.

Fazia nova escalada ao pico do Gondufo (1.339 m.), escorregando logo de seguida a 1.136 m. a 1.021 m., até ao fundo do vale do ribeiro do Piódam, cortando-o em cota baixa, cerca de 450 m. Novamente trepava, galgando com violência ao pico do Colcurinho (1.242 m.); a esse pico que é marco miliário para o qual os olhares dos naturais se voltam quando passam nas estradas longínquas que sulcam as serras de Mucela, Buçaco, Caramulo...

*

Novamente me coloco em imaginação no aberto campo visual daquele troço da estrada da Beira, novamente a memória desencanta as imagens antigas, novamente as curvas das encostas se desdobram, o boleado dos montes se avoluma, se recorta no céu claro, no céu sem nuvens, a linha alta, ondulante e forte, do pano extremo.

Região acidentada, socavada, aonde os elementos da Natureza criaram um solo rude, que só a tenacidade, a robustez de braço, o esforço sem limites do homem faz dar magro pão; terra que atrai e repele, que fascina e desencanta, que se ama sem limites.

Vejo-a viva e sinto que se não define pelas linhas dos cumes mas pelos desmedidos sulcos de sombra das depressões.

O vale determinante, vale eixo do antigo domínio senhorial de Avô, é o de Pomares. Segue talhado como entre escarpas desde

a antiga vila ao fundão de Pomares e ao Agroal; aí se desdobra, à direita, pelo da Moura, caminhando aos cimos desertos; à esquerda, pelo do Sobral Magro, com o duplo talhamento da Mourísia e Souto da Ruiva

Para nascente há o vale aberto da Aldeia das Dez, que sulcos vários cortam em direção ao Alva.

Começo de vale em forma de bacia imensa é o do Piódão, demarcado de três pontos acima dos mil metros, Colcurinho, Açor, Gondufo. A parte do vale no sector de transporte fluvial já não pertencia ao senhorio, era, tal como hoje, de Vide.

A bacia do Ceira entrou para aqui esporadicamente, se não foi uma simples anexação eclesiástica à freguesia do Piódão, na sua criação no séc. XVI ou XVII.

São estes vales como mãos abertas na parte alta, circos a receberem largamente as águas do céu; logo abaixo, estreitos, ravinas fundas, canais de simples transporte; formas estranhas, parecendo incompreensíveis.

Diário de Coimbra, 1956.02.02.

II

Como se cavou, perguntei a mim mesmo várias vezes, tomado de espanto, nos caminhos a sulcarem os fundais, pelas noites escuras em que demandava casas familiares, como se formou este modelado na rocha dura do pré-câmbrico, depois dos enrugamentos que lhe levantaram os estratos até ocuparem posições quase perpendiculares; perguntava quando seguia em dias claros os rudes traçados viários que acompanham as linhas das alturas que demarcam as bacias.

A razão deste modelado vi-a nítida, recordando as ventanias que correm de portela duma serra a portela de outra fronteira; as nuvens levadas de ventos impetuosos, a desfazerem-se em chuvas torrenciais, a baterem nos cimos, ladeando-os e seguindo como tempestade indomável, a talhar rochedos, a soltar dilúvios de águas que, de fragas a fundões, caem com soturno estrondo, arrastando as poucas terras dos altos, cavando os baixos, transformando-se em escavadora de gigantesco poder. Senti-a, recordando os flocos de neve e a tombar sem descen-

so, amontoando-se, assentando por dias e semanas, diluindo-se nos vales, permanecendo largamente nos altos, acima dos oitocentos metros de nível.

Escusado é buscar outra razão da que se me anteolhou, mas tenho de a ir procurar para além de alguns milénios de milénios, para o pleistoceno, para a época das grandes glaciações, em que se deu o aparecimento do homem, para essa época em que na parte média e final se desenvolveu a cultura do paleolítico.

Estes vales não são mais que o produto de circos glaciares, tal como algumas pessoas desta região viram nos Pirenéus, muito principalmente no de Gavarnie, de que tantas delas me têm falado.

Não eram glaciares encaixados como os que deram origem aos vales em berço de Manteigas, do covão de Loriga e outros, nas geleiras suspensas, mantendo-se a certo nível, formando possante zona de alimentação, produzindo contínua e abundante escorrência de águas, em fios, em cascatas, formando barrocos, ribeiros, tomando volume no seu termo, à saída para os vales de transporte.

*

Volto às minhas recordações, tanto antigas como às de poucos dias.

Vejo-me sentado num morro que o riacho da Moura contorna, entre as Casarias e Sorgaçosa, a percorrer com a vista esse espaço dum circo morto, o que os meus olhos melhor decoraram em tão longos anos já. Da plataforma da Moura, aonde a vinha e a oliveira já se não dão habitualmente, parece-me ver tombar e fundir os gelos da última glaciação. Descortino os traços do último escavamento. A água em turbilhão revive em imagem, a remover as pedras, a socavar as vertentes, a fazer descair os caos de pedras que o gelo estalara e fragmentara. Rugido contínuo nas épocas glaciares, fragor nos grandes degelo dos finais dos períodos, na remoção dos grandes calotes que cobriam os altos, cheias inauditas a invadir as saídas. Volto-me para jusante e creio que ouço o bramir da torrente, a revolver as rochas, a escavar o duro, o fundo vale de transporte que, da Sorgaçosa ao Agroal, parece talhado por poderosa relha de arado de gigante.

Vinham as águas encontrar aqui nova corrente, mais volumosa, saída de outro grande coletor. Turbilhonando, criaram neste ponto mais largo espaço. Provinha a nova corrente do circo paralelo, o do Sobral, formado pelos dois covões, o da Mourísia e o do Souto da Ruiva.

Vejo na recordação as atuais vertentes, ásperas, tal como outrora as via, cobertas de giestais nas partes elevadas, que eram colchas de ouro no florescimento da primavera!; terrenos de milho, em combros, traçados como linhas de nivelamento preenchidas a verde; casas escuras, aglomeradas em povoados como os rabanhos; vida de hoje ainda mas a transformar-se.

Seguia o montão das águas do Agroal a Pomares, aonde um período deixou depósitos, arrastados depois em grande parte, entalado entre escarpas, primeiro do duro xisto e em seguida do granito, ia lançar-se no Alva, junto da vila de Avô, criando as formas que deram o modelado que a época medieval aproveitou para a implantação da fortaleza.

*

Contíguo ao circo do Sobral, separado pela linha de cume que parte do Colcurinho, delimitado pelas cristas do Açor, seguido pelas linhas do Açor, cavava-se novo circo, compreendendo três grandes covões, o do Piódão, o de Chãos de Égua e o do Gondufo.

Caíam as águas imensas dos dois primeiros no fundão do Souto Escuro e seguiam, vendo levantar-se à esquerda, da parte do Colcurinho, a escarpa de alucinante pendor; juntavam-se no Cide às do terceiro e continuavam, cavando, descendo prodigiosamente, de nível a novo nível, para encontrarem na Vide a grande corrente que vinha da Estrela.

Essa outra ribeira, pequenina como hoje é, nem nos grandes desgelos atuais poderá dar uma vaga imagem do que foi na longínqua época quaternária. Já não eram geleiras suspensas que a mantinham, mais os glaciares encaixados de Loriga e Alvoco da Serra, permanentes, espessos, arrastando fragmentos de rocha que lenta, lentamente, cortavam os leitos que agora se veem encurvados como berços.

Esse covão do Piódão, visto do ponto do cemitério, e rememorado pela visão de rapaz que foi criado em terras mais planas, fascinado pelo vigor da montanha, pelos pendores que se elevavam dum jacto, a linha das cristas recortando circularmente o céu, planos denegridos, escavados nos cimos, fraguados ingentes, abrigando-se soutos nos valeiros, milheirais coleando nos fundos, água clara escoando-se e cantando, que visão de tempos primeiros do mundo, e que enternecedora recordação também!

*

Invadia o Concelho de Avô, como foi dito, a parte alta do grande circo das nascentes do Ceira, recolhendo aí algumas povoações para a freguesia do Piódão.

É preciso ter descido das portelas junto do Pico do Tojo (1277 m.) e ter no pano do fundo os de Cebola (1409 m.) e Silva (1129 m.) para se avaliar a grandeza do covão da Malhada Chã e o escarpado do da Fórnea, ter seguido da Fonte Espinho pela linha dorsal do monte, em direção à Castanheira, e lançar os olhos para Covão do Tojo e o da mesma Castanheira, colocar-se ainda no fundo da bacia de receção, do estrangulamento final, no Porto da Balsa, para se sentir o poder imenso das águas no modelado do solo. Este sítio do Porto é tão sugestivo da sua função das eras glaciares que na região lhe chamam o fundo do vaso de noite do céu. As águas juntas nas grandes épocas dos degelos, em fragor e violência de tempestade, cavaram o canal que se segue, abrindo caminho em terrenos duros, entre os quais aparecem os quartzitos da zona de Fajão.

Ficou por isso este rio Ceira rio mais desolado de todos os que nascem na Serra da Estrela; até à foz em poucas veigas sorri e se alarga.

*

Em espírito e saudade percorro a linha dos cimos da serra do Açor e recordo e reúno as imagens que em tantos anos e tão diversos anos de vida recolhi; rememora aquelas serranias desmedidas, enraizadas em milénios, a desafiarem as tempestades de hoje.

Aquelas cordas de montes, com ermos e povoados, vegetação e homens, nas estações do ano e horas do dia, tempos calmos e de festa, não são para serem vistas por simples turistas. É necessário tê-las no sangue, senti-las na alma, terem-nos sido a vida e amparo; é necessário estender a vista nos altos, alargar os braços e procurar nos traçados cardinais ou ramos que de todos os pontos trouxeram o sangue que circula nas próprias veias, o sangue daqueles que cavaram a terra, guardaram os rebanhos, teceram nos teares dispersos, os que foram letrados, desempenharam os cargos dos concelhos medievos, dos que estenderam a mão e daqueles que dispunham de largos capitais, é preciso ter o sangue de todos os que variada, complexa e secularmente

amaram a serra, essa serra que tomou no conjunto o nome da estrela que guia o pastor, a Vénus clara, a Vénus celeste, que foi deusa e continua a brilhar nas manhãs rosadas e nas tardes escarlates, parecendo dominar os cimos e ser chama, chama a mais clara e a mais pura.

Diário de Coimbra, 1956.02.05.

III

Alturas desmedidas e neves, fundões, vales apertados e cimos de rochas à vista, matagais nas encostas, soutos abrigados nas dobras dos montes, sobreiras entre fragedos e nenhuma terra! Como se adaptou e viveu o homem antigo? Era pouca a gente, a vida precária, incessante o labor.

Caçou o homem do paleolítico nas regiões livres de neves, atravessando as altas portelas, entre gelos e ventanias, em busca de novos espaços. A gente de neolítico pastoreou. Na proto-história iniciaram-se as escavações mineiras, ocuparam-se certos cimos, como o castro do Colcurinho que foi romanizado, cavaram-se grandes levadas, exigidas pelos trabalhos de mineração.

Percorreram as linhas das alturas, procuraram ligações através das passagens elevadas os homens da reconquista, num tempo em que a cordilheira traçava uma cortina abaluartada entre cristãos e muçulmanos.

Fundou-se o castelo e estabeleceram-se esculcas. Os *pastores da serra*, como diz um documento, firmaram direitos e obtiveram cartas régias e senhoriais.

No tempo de D. João III, segundo o inquérito do começo do seu reinado, viviam no concelho 225 moradores, que se deve entender por fogos. Poderá ser que se fosse omissa algumas unidades, num ou noutro casal que hoje se inclui na designação de dispersos.

Os escrivães das comarcas que procederam a este trabalho não passavam das vilas.

Era aí que obtinham as informações. Havia contudo gente que conhecia o termo como as suas mãos, pequenos oficiais públicos, arrematadores das rendas, arrecadadores de diversos direitos, dando informações exatas.

Passados séculos, justamente há cem anos atrás, um outro inquérito, mas oficioso, anterior aos recenseamentos acusava 1.058 fogos no conjunto das seis freguesias que formaram a vila e termo medievais. O oitavo recenseamento regista porém 2.145 fogos e 56 povoações, fora isolados e dispersos.

Aumentou neste centénio a população para o dobro. Foi ocupado o solo capaz de cultura, esgotaram-se as possibilidades da terra, intensificou-se a emigração e, se toda a gente que é daqui natural voltasse num dia, não havia casas para a albergar. São às centenas, são aos milhares, pela capital do País, por além-mar, pelo Brasil, dispersos por toda a Terra, ocupados em todas as atividades os que daqui procedem, os que conservam a saudade destes lugares da infância, os filhos e netos deles e que só conhecem este largo trato da Serra pela evocação que dela lhe fazem os maiores.

Todavia nesse tempo de D. João III podia-se considerar o concelho quase despovoado. Nessa relação são mencionadas em primeiro lugar as sedes de freguesia: Avô com 59 fogos, Anceriz com 43, Aldeia 49, Santa Ovaia 30, Pomares 20. O Piódão ainda não era freguesia; aparece em meio da pequena série de povoados mas só com 2 fogos.

Os lugares encontram-se distribuídos não pelas freguesias respetivas mas por visão de conjunto de quem delimitava de longe o termo e o percorria em imaginação, seguindo de nascente a poente.

Começa pelo Casal do Colcurinho 2 fogos, seguindo aos Chãos de Égua 5, Piódão 2, Souto da Ruiva 3, Sobral 8 (talvez o Magro), Gramaça 4, Vale de Maceira 5, Barroivina 1 (que deverá ser a Barroja), Casal da Moura 5, Casal das Poças 1, Valado 2, Casarias 2, Sorgaçosa 2, Barrigueiro 3, Foz da Moura 2, Figueira 1 (que não sei identificar e que, pela orientação dada ao elenco, deveria ficar ou em Pomares ou já em Avô).

As outras terras ainda não existiam; escusado é imaginar omissões.

Encontram-se mencionadas, incluindo as próprias sedes de freguesia, 4 povoações para Aldeia das Dez, 1 para Anceriz, 4 para Avô, 2 para o Piódão, 9 para Pomares, 1 para Santa Ovaia.

Tenho escrito Pomares; ora tal nome não aparece; o que ali vem é «em o lugar do fundão». Não pode todavia haver dúvidas que é de Pomares que se trata e que Pomares é nome anterior ao inquérito. O escrivão era um estranho que passava, não conhecia as terras, escrevia o que lhe ditavam e frequentemente

o que lhe parecia ouvir. Teriam dito: – lá em o lugar do fundão de Pomares –, qualificando e bem o aspeto topográfico, e o bom do homem só entendeu e escreveu – fundão! Deus tenha sido propício á sua desgraçada alma!

*

Escrever a história do concelho medievo que sugestivo não seria! Contar como a Natureza gerou e conformou o solo, como o homem veio e dominou e fez sua a terra, de era em era, das épocas obscuras aos claros tempos modernos. Ir verificar como, depois do séc. XVI, aqueles povoados cresceram, os fogos aumentaram, as culturas se transformaram, e dos tempos dos centeios e gados se passou ao milho grosso, as cavadas se foram reduzindo e os combros verdes se multiplicaram até não haver mais humílima nascente a aproveitar. Tão fácil que parece e contudo que difícil, que longo tempo não era necessário despende!

Direi a concluir e a imitar os clássicos: descanse a pena e ambição não levante voo a buscar cuidados que não cabem no curto tempo que resta de vida.

Diário de Coimbra, 1956.02.06.

A CAPELA DE S. LOURENÇO E A DA S. MATEUS

Poucos dias ainda há que, vindo duma das vilas próximas, ocupei o mesmo banco duma das camionetas de carreira de um negociante duma das tribos ciganas da cidade. Conhecia-me porque, quando fiz o inventário artístico da antiga gafaria, estive a examinar a casa em que vive e que foi outrora a capela de S. Lourenço, tendo-me recebido então com muita amabilidade. Perguntou-me agora pela história local, dando eu os esclarecimentos que no momento podia dar.

A identificação que fiz das duas capelas, e principalmente, da segunda, é uma novidade no campo da topografia histórica local.

Vou repetir o que deixei escrito nos verbetes do Inventario Artístico da cidade, que no momento já se encontra na tipografia mas que ainda demorará a aparecer.

S. Lázaro era o nome tradicional da gafaria de Coimbra, a da fundação do segundo rei português. Reformada em dois períodos do século XVI, ainda mostra restos muito apreciáveis e forma um conjunto já raro na Europa.

Adiante de Santa Justa, na Rua Figueira da Foz, para o lado de baixo, encontra-se um caminho em rampa, o qual se continua por uma parte plana até ao rio, hoje já cortada pela avenida em construção: é a Azinhaga dos Lázaros.

Na terminação da rampa, à mão esquerda, fica a gafaria com o seu portal manuelino, o pátio ladeado dos restos das casas dos gafos, capela de S. Lázaro, cozinhas, enfermarias dos homens e das mulheres, restos das casas dos despachos e ainda mesmo o velho poço. Toda esta parte não nos interessa no momento.

À mão direita, bem visível mesmo da rua superior, fica em primeiro lugar a capela de S. Lourenço, perpendicular à azinhaga

e quase encostada à barreira. A primeira impressão é a duma casa qualquer; mas examinada, nota-se o corpo principal e a capela-mor. Se a porta como também as janelas são simples e incaracterísticas, o arco da capela-mor indica que a construção, depois de trasladada para aqui no século XVI, sofreu uma reforma e ampliação.

A seguir à frontaria desta capela de S. Lourenço há um portão de quinta e um muro ladeando a azinhaga, o qual nada indica ao transeunte e contudo engloba a parede lateral da capela de S. Mateus. É necessário entrar o portão (precauendo-se dos cães de guarda) para se ver a porta, de verga direita, e ainda fechada por meio de batentes de madeira, almofadados. Esta capela, mais desnaturada que a anterior e também mais pequena, ficava paralela à azinhaga e perpendicular à de S. Lourenço.

Economicamente eram dependentes de S. Lázaro.

O local primitivo não era o que agora têm; encontravam-se mais aproximadas do rio e deviam estar esparsas; a necessidade da deslocação, provocada pelo assoreamento fluvial, fez que se agrupassem à casa para a qual contribuíam com certas receitas.

Elas aí estão tão mortas como o hospital, parecendo que a doença dos antigos habitantes se pegou aos edifícios e que vão lentamente morrendo do mesmo mal.

A capela de S. Lourenço chegou a ter, no meado do século XVII, uma irmandade («hum aniverçairo pelloos confrades da Hermida de S. Lourenço»), hoje foi necessário que viesse a elaboração do Inventário Artístico da cidade de Coimbra para que pudesse ser reencontrada com a sua «parceira». Da mesma data encontrei notas do culto em S. Mateus.

S. Lourenço evoca uma página da história, pedindo uma outra crónica que virá a seu tempo.

Diário de Coimbra, 1946.08.02.

A CAPELA DE S. LOURENÇO AOS LÁZAROS

Vir evocar, neste ano de sessenta e sete, uma capela de S. Lourenço e, para mais, tratar dela como existindo, é referir-me a alguma coisa de desconhecido na cidade.

Na Rua da Figueira da Foz, ultrapassada a igreja de Santa Justa, nota-se à esquerda, do lado do rio, uma pequena mas violenta descida que é a ladeira dos Lázaros. Conduzia à gafaria fundada por testamento de D. Sancho I. Deixei escrito no volume do inventário artístico da cidade que nada é sabido dos primeiros edifícios da mesma, nem se poderia saber se teriam ocupado este mesmo sítio ou, como era mais provável, se estavam mais aproximados do rio, nas ínsuas dependentes da instituição, pois que se acreditava no século XVIII que haviam sofrido essa deslocação as capelas de S. Lourenço e de S. Mateus.

Neste momento, pela elevação do terreno pelos aterros da Fernão de Magalhães, completados de outros marginais para o fim de grandes construções, os edifícios da gafaria, que ainda em grande parte existiam na altura em que redigi o volume do inventário, estão a acabar de desaparecer.

Irei indicá-los rapidamente. Descida a ladeira, encontrava-se à esquerda, para sul, o largo portão de entrada, em cuja verga se esculpia o brasão do Venturoso e duas esferas armilares. Entrando, tinha-se à direita a enfermaria das mulheres, para a esquerda a dos homens. Vinha o pátio com a capela encostada ao morro, o poço, e a sul a fiada das pequenas casas de habitação dos gafos, que no século XVIII eram em número de onze e de que ainda me foi permitido reconhecer sete. Cada uma possuía piso térreo e um andar, com porta naquele e janela neste; pequena chaminé emergia do telhado.

Ainda lá está a capela, sobreposta duma casa de habitação, já desaparecido o alpendre, vendo-se da avenida o portal manuelino.

Regressando ao terreno onde acaba a ladeira e começa a azinhaga dos Lázaros que daí seguia ao rio, em frente do portão referido, tinha-se para norte, as duas capelas: a de S. Lourenço e a de S. Mateus. Aquela, desafeta, modificada, que encontrei naquela altura a servir de residência de ciganos, vê-se ainda encostada à barreira e disposta paralelamente à mesma; a de S. Mateus, que lhe era perpendicular, já foi demolida.

A capela de S. Lourenço é incaraterística, posto que relativamente ampla, com corpo e capela-mor, de aberturas retangulares. Quando redigi o volume foi minha convicção que tanto esta com a de S. Mateus não passavam de reconstruções no mesmo sítio, para onde D. Manuel mandaria trasladá-las de pontos dispersos, mais aproximados da veia do rio, às quais estariam anexos bens e que, por isso, havia necessidade de as conservar.



Frontaria da capela com indicação do antigo arco

Numa visita a S. Mateus, na altura da demolição, nada de verdadeiramente antigo ali notei.

Igualmente, nada da época anterior ao que a construção aparentava se via na de S. Lourenço. Há uns anos atrás, a 3 de maio de 1963, passei por ali e reparei que aos lados da porta tinham caído as argamassas e tinham ficado à vista cantarias anteriores, as quais não eram mais que os pés direitos e uma aduela de

arranque do arco. Haviam, no século XVIII, se já não no XIX, para se obter maior espaço em altura, cortado o arco e introduzindo as cantarias da modesta porta retangular. A antiga entrada, do começo do século XVI, manuelina, era de simples arco apontado, sem impostas, as arestas chanfradas, como se indica na fotogravura junta. Foi-me, pois, dado o prazer de verificar que as conjeturas de anos atrás vieram a ter confirmação.

O Despertar, 1967.03.02.

SANTO ANTÓNIO DOS OLIVAIS (1)

Palavras na sessão comemorativa do primeiro centenário da freguesia, em 29 de maio de 1954.

Arrastado pelo tempo, grande parte do que foi nitidamente grande desaparece. As ondas dos séculos, a avançar e a refluir nas praias da recordação humana, vão destruindo e apagando nobilíssimas recordações; todavia, as areias a que se reduzem ficam a perpetuar através de longas eras, as ações dos velhos povos.

O que é modesto, porém, o que breve aragem poderia levar de vez, nem sempre se afunda nos pegos do esquecimento: – quando certos dos seus valores foram de alto quilate, as próprias ventanias os fizeram lançar mais fundas raízes no espírito, no coração, na gratidão dos homens.

Aqui em Santo António, encontramos uma demonstração disto a que poderíamos chamar axioma.

Um século conta a freguesia de Santo António dos Olivais. Comemorar cem anos de vida é para um homem motivo de orgulho; um século, todavia, de organização administrativa não é ancianidade, tem de se considerar uma primavera!

Que estou, pois, a dizer? A enaltecer uma madrugada como se fora um pleno dia, a dar as honras de vida heroica a quem encarreira os primeiros passos!

O ano de mil oitocentos e cinquenta e quatro não marcou, com pedra dourada, um nascimento; colocou na cúspide de uma pirâmide de oito séculos de recordações, duma pirâmide em que havia como pedra fundamental um facto singelo e sem eco, a

coroa de consagração dessas mesmas tradições. Quando nasceu a freguesia, já o seu nome por sete centénios havia alastrado pela Europa, sido levado pelas nossas navegações através do Atlântico, pelo Índico e para além do Pacífico, a abraçar a Terra. Novas gentes, sob desconhecidas constelações, quando a esperança, a necessidade de conforto as levavam a invocar Santo António, era o nome desta terra de Santo António dos Olivais que pronunciavam, porque não foi o santo que deu o nome à terra, a terra é que foi madrinha para o nome do santo!

As palavras, pois, que venho trazer à comemoração centenária não passarão dum apagado louvor das milenárias gerações que habitaram o que hoje é a freguesia.

*

Ao raiar o século XIII chamava-se já o sítio, e não podemos saber desde quando, Santo António ou Sant'Anton (*locus qui santus antonius appellatur*). Era o António ou Antão eremita, que bem em ermo tinha esta sua capela!

Santo António, hoje um bairro da cidade, ainda modesta aldeia junto a humilde convento no começo do século último, no século XIII era um ermo longínquo, atirado contra a serra, parecendo votado de sua natureza ao esquecimento.

Todavia!

Todavia reparemos na sua configuração. Vejamos como é ao mesmo tempo um elo corográfico e um cimo; como a Natureza destinou este sítio a crescer, a espalhar-se, tal ramaria de árvore frondosa e forte.

Descem gradualmente nesta região do Mondego, das altas elevações as linhas dos cumes para as planuras, seguindo traçados mais ou menos ondulantes, até a um último ponto dominante, donde como que escorrem por todos os lados a irem-se esconder nas aluviões férteis que as águas inundam.

Diário de Coimbra, 1973.06.06.

(2)

Vêm morrer pela altura dos Tovins as grandes ondulações laterais dos terrenos antigos, do forte e largo maciço da meseta peninsular; rochas mais recentes, da época terciária, se lhe encostam; acaba o desdobrar do seu pregueado em curvas mais brandas e de alturas cada vez menores. Desses mesmos Tovins despega-se uma linha de cimos que, elevando-se em São Sebastião, tem o ponto dominante na igreja de Santo António. Corre depois pela Cumeada ao Penedo da Saudade, descai à garganta dos Arcos e sobe, para o alto do antigo castelo. Ergue aí a cabeça como se fora a despedir-se das serras que deixou e a olhar o rio em que se vai perder, quer deslizando pelas linhas do morro da Sé Nova quer pelas da antiga alcáçova real.

Regressemos agora às eras perdidas na lembrança humana, aos tempos em que o homem na aurora da civilização ainda não jungira os bois ao arado, não fazia reproduzir as sementes por sua indústria, era caçador, levava vida duríssima e meia errante. Transportemo-nos com ele à beira rio.

Desejando transpor as alturas que vão do Roxo ao Agrelo, em busca de novos campos de caça, dois vales húmidos, o de Coselhas e o do Calhabé, o conduziam, com forte condicionabilidade da feição topográfica, por pistas que o pé traçara nas funduras ou nas meias encostas, na direção de quebradas, até à região de Santo António, como nós, que todos conhecemos a região vemos claramente. Era pois essa condicionabilidade geomorfológica a destacar o ponto dominante de Santo António dos Olivais. A prova atual pode tirar-se inversamente, colocando-nos nas alturas mencionadas e tentando descer para a cidade. São sensivelmente os caminhos trilhados hoje, como sempre o foram nos tempos históricos; as gerações renovam sem cessar as pegadas das mais antigas, porque o mesmo espírito e os mesmos condicionamentos regem a vida humana.

Por centénios sem conto, por milénios insondáveis, as linhas de trânsito vinham-se dividir na base do pequeno morro da igreja; cortava ao lado para nordeste a principal, descia a calçada, a outra voltando ao noroeste.

Santo António nunca foi pois um ermo perdido; marcava um ponto dominante nas naturais linhas de trânsito.

E sempre, por todas as eras, o morro arredondado se impôs também ao espírito religioso dos homens. São os altos, naturais

assentos de santuários, pontos que o homem consagrou à divindade; parecem-lhes que aproximam de Deus a sua natureza humilde e efémera.

Antes da capela de Santo António eremita que se teria erguido neste cimo?

Se as gerações humanas o tempo as leva como poeira, como poeira que o vento dispersa sem rasto; aos montes, o desgaste das chuvas os vai corroendo e, com a natural erosão, se vão também os traços que os homens aí gravaram.

Todavia a consideração dos cultos dos primitivos nos faz crer que este foi um daqueles lugares sacros que se afundam nas idades, na eterna alma religiosa das populações que aqui demoraram.

A transição dos séculos XII-XIII não foi um começo; mesmo segundo a crença cristã, será de presumir que luso-romanos e visigodos aqui possivelmente teriam já rezado o Pater.

Iluminados agora por estas novas considerações, reparemos, de cada vez que a vida nos levar a um dos múltiplos pontos de vista das alturas que cercam por léguas a cidade, reparemos na morfologia do terreno citadino, e veremos que, o sítio de Santo António se destaca, se individualiza, se impõe como cimo sagrado, tal as gerações passadas o consideravam e o impuseram às presentes.

Diário de Coimbra, 1973.06.07.

(3)

A grande mãe, a Natureza, o tinha consagrado desde as origens.

E agora volto a perguntar a mim mesmo. Que comemoramos hoje? Um século duma vida? Também não só oito séculos, como principiei por dizer, mas milénios incontáveis e insondáveis.

*

Neste pequeno e destacado alto cuja adoção cultural se afunda numa espessa noite, existiu nos primórdios da nacionalidade uma ermida dedicada ao eremita Santo António, como já dissemos.

Junto deveria haver um abrigo, tugúrio para o pobre eremitão. Seria coisa pequena e pobre, como tantíssimas que hoje vemos longe das povoações.

Pertencia ao cabido catedralício como lhe veio a pertencer a outra capela, modesta também, apesar de timbrada dos brasões de Fernando e Leonor Teles, que se erguia no vale, em ponto mais baixo, em sítio húmido e escondido, a do Espírito Santo.

Marcava aquela um cimo, como esta um recovo de vale penumbroso, como ainda a de São Romão, ao fundo da ladeira, junto ao murmúrio do ribeiro, sagrava a passagem baixa da estrada de NW, e cuja tradição vem de velhíssimos tempos.

Eram e são estes pequenos santuários marcos simbólicos da tomada de posse da terra de Deus.

Vieram os primeiros franciscanos por 1217-18; gente modesta, mendiga por voto, sem apresentação e sem ciência, como, diz a *Vita: litteras quidem nescientes*.

Não foi grande impressão produzida, apesar do que se poderia julgar e do que anda escrito. Não, não foi. Frades pobres, pobres mendigos de Deus, chocavam e nada mais: intonsos, rotos, iluminados só dum clarão íntimo.

Cedeu-lhes temporariamente o cabido, a capela e o tugúrio. Aspeto de celas não havia, tal qual acontecia com S. Francisco, em cuja vida e em cuja época de heroica miséria se estava.

Poucos anos se demoraram. E se não fosse o novo António, o novo frade, a sua passagem talvez se tivesse perdido na tradição.

*

Um dia, por 1219, vieram outros frades, uns cinco; vinham guiados por uma alucinação que ocultavam nos corações; vinham de passagem. Deveriam ter estado em Santo António; a sua lenda nada diz. Queriam esta coisa infantil e estupenda, a um tempo, alucinatória e heroica: serem mártires de Cristo! Partiram para Sevilha, seguiram para Marrocos. Foi gente que passou.

E passariam de vez e perder-se-ia o seu rasto no imenso território marroquino, pois que de Ceuta teriam seguido a estrada costeira até, depois de léguas e léguas, atingirem a região de Chauia, donde penetraram mais dentro e mais fundo no País, chegando à cidade imperial do sul, a Marrocos (coisa estonteante para quem se debruce num mapa pormenorizado e adivinhe o ambiente muçulmano), mártires ou dispersos perder-se-iam mais

uma vez se não desse o eterno milagre português, de não haver um palmo da Terra que, por acaso, por aventura, não tivesse sido calcado por um pé lusíada.

Encontrava-se lá homiziado nada mais que um infante de Portugal, D. Pedro, o irmão do rei D. Afonso II. E por ele os seus ossos voltaram à terra que lhes tinha dado abrigo, e porque capelão seu era um monge de Santa Cruz, as relíquias vieram para o mosteiro aonde vivia Fernando de Bulhões.

A Fernando identificar as relíquias, os frades mendigos dos Olivais, o ideal franciscano de inteira renúncia, seria obra de momento. Era a mesma alma lusíada de aventura, de amar o desconhecido, que, como se lançaria nas navegações e na penetração do orbe, procurava o mundo eterno, a divindade, pela renúncia, pela doação total de si.

Diário de Coimbra, 1973.06.08.

(4)

Iam os franciscanos dos Olivais à portaria de Santa Cruz, a pedir. Num dia qualquer, de qualquer estação, um dia como tantos que o ano traz, de chuva impertinente ou de sol radioso, manhã ou tarde, veio da cidade mais um companheiro.

Facto simples, diário, sem significado, passaram frades, caminhantes vários nessa estrada, estreita carreira de bois, da qual ainda nós, os mais velhos conhecemos trajetos.

Era um caminho entre muros e verduras, assombrado das ramarias das quintas, que saía do terreiro de Santa Cruz, pelas Figueirinhas, à Fonte Nova, a fonte do antigo bairro judaico, e que cortava pelo assento das casas, do lado poente da avenida Sá da Bandeira e, passando, como todos nós passámos ainda, pela parte posterior ao antigo Ninho, vinha desembocar ao sítio dos Arcos, que então ainda não existiam.

Encontrava aí a estrada que descia das portas do Castelo. Era agora mais arejado o trajeto, havia mais sol, o terreno porém escalvava-se: oliveiras, terrenos de mato rasteiro, magras culturas, estendiam-se pelas vertentes da Cumeada. Da garganta dos Arcos subia-se à Eira das Patas, aonde séculos depois seria o mosteiro e cortava-se a Celas.

Caminho longo de quem ia para afastada e pobre aldeia.

Nesse dia indiferente, nesse dia como tantos que temos visto correr, vinha pois com os frades mais um companheiro; mais um com vocação de mendigo, diria quem bem colocado na vida os visse passar.

Traziam os franciscanos uma alma nova, era mais um prosélito da sua ideia. Radiosa vinha a alma do companheiro, realizara mais uma quimera de tantas que a juventude forma. Que alcançara nem ele mesmo sabia dizer! Elevara-se espiritualmente, descendo mais na renúncia da vida! Breve chegariam ao colo da colina, ali aonde começava a povoação do século passado.

A capelinha e o rude abrigo erguiam-se no alto do pequeno morro, como se a terra a elevasse com mãos divinas para veneration dos que passavam.

Que estação, que mês, que dia seria o do momento! Talvez no verão de 1220.

Esse dia indiferente como tantos, foi todavia um dia único, que só uma vez passou nesta terra dos Olivais!

Diz a *Vita*: «et mutato uocabulo antonius ipse sibi nomen imposuit». Mudando o nome antigo tomou o de António.

E foi a terra que deu o nome ao santo! O de Fernando desapareceu e os Olivais deram-lhe o seu nome, o de António! Fernando veio chamar-se António à capela onde se batizam e tomam o nome cristão os que à sombra do morro do antigo Santo António (Antão) dos Olivais nascem.

Dia único na indiferença da rotação dos tempos. Quem poderá conhecê-lo ao certo! Porque, em cada ano, no dia aniversário não haveriam de abrir-se num desdobrar rápido de pétalas todas as rosas, os sinos serem vibrados pelos anjos, como nas histórias antigas, e um momento de plena felicidade correr pelas almas! Dia único! Único e breve, que passou desconhecido; como tudo quanto é belo e amável e que só a saudade reconhece tardiamente e o chora como um bem que não poderá voltar.

*

Conservou-se pouco tempo o santo, António, o dos Olivais, nesta terra de Santo António dos Olivais.

Como tinham passado os mártires de Marrocos, passou o que havia de ser santo mas pregador, e até os próprios e pobres frades saíram, que em 1247 foram para o seu convento novo, junto à ponte do Mondego.

A capela ficou novamente só com o seu ermitão, o pobre homem ou família que tinha a chave, como hoje, em qualquer capela de perdida aldeia.

Diário de Coimbra, 1973.06.09.

(5)

A passagem de toda aquela gente foi um caso episódico, como réstia de sol em dia chuvoso, que alegrou mas se esvaneceu.

Todavia nem tudo se perde do que é espiritualmente grande e se vinca na alma dos povos.

Passaram os mártires, passou António, passaram os frades e, no sulco que vincaram ficou a semente da tradição, prestes a germinar, crescer e florir em novas primaveras.

Iam constando em Coimbra os sucessos do franciscano português e, quando veio a notícia do seu falecimento, o ambiente de apoteose de que vinha cercada tornou naturalmente esperada a da sua glorificação, que veio em 1232.

Fácil é adivinhar o entusiasmo que nesta cidade haveria; basta recordarmo-nos do que provocaram as recentes canonizações de portugueses.

Dois lugares havia em Coimbra em que tinha vivido o santo: o mosteiro de Santa Cruz e a capela de Santo António dos Olivais, onde ainda se conservavam os frades. Uma capela da igreja daquele tinha por titular o santo António eremita, no sítio atual da primeira à esquerda; nos Olivais era o próprio oratório-conventual que o nome de Sant'Anton patrocinava.

Num e noutro lado deixou de se invocar o nome do homem do ermo como titular para passar a ser o do pregador; António por António. Em Santa Cruz fez essa transformação a infanta D. Constança; nos Olivais teriam-na feito os franciscanos.

O principal santuário antonino foi sempre o dos Olivais. Saíram os frades mas a devoção ficou e foi sempre crescendo.

No fim do século XV reformou o cabido a capela, da qual restam ainda a porta principal e os muros laterais. Em 1536 encomendou ao estatuário João de Ruão o templete do Santo Cristo, que ergueu na base do morro.

E foi este templete como que o monumento que marcou o fim da fase primeira do que haveria de se ser sede de freguesia – o período eremitério.

O segundo período é o monástico.

Em 1540, por interferência de D. João III, o cabido cedeu a capela e a cerca aos franciscanos capuchos da província primeiramente da Piedade e depois da Soledade.

Veio deles o aspeto pitoresco ao sítio e deles ficou o conjunto construtivo.

Encerrou em 1834 o período monástico. Pela venda dos bens conventuais deveria parecer que tudo iria ruir ou, quando muito, voltar ao período de eremitério.

O milagre secular dos Olivais ia-se renovar e iniciar-se o magnífico período do presente, o que hoje comemoramos, o paroquial.

Não há muito, dias antes do Reverendíssimo Pároco me ordenar que viesse dizer estas palavras, encontrei, por feliz acaso, documentos de 1843, nos quais o vigário geral da diocese, o ilustre helenista Lopes de Moraes, corroborava eclesiasticamente o despacho real que concedia licença para se entregar ao presbítero João Mendes Garcia a igreja e a sacristia de Santo António dos Olivais, para a beneficiar, de modo a se poderem celebrar nela os ofícios divinos.

Restaurou-se o culto e, sem se poder adivinhar, preparava-se, onze anos antes, em certo modo, a criação da freguesia.

*

De novilúnio a novilúnio, de solstício a solstício, de século a século, o sítio de Santo António dos Olivais foi ascendendo.

Por tempos tão obscuros e tão vastos que pareciam sem fim, a vida dos primogénios como a das épocas históricas por aqui passou.

Quantas gerações teriam lavrado a terra, tratado das vinhas e das oliveiras; a amarem, a sofrerem, a esperarem dias bons!

Quando nos aparece a primeira notícia do sítio já aqui a vida era velha de milénios.

Diário de Coimbra, 1973.06.10.

(6)

Cresceu a povoação à sombra de uma capela que demarcava um ponto no largo termo dos Olivais; e porque por aí passara uma modesta figura de franciscano, o seu prestígio subiu e tutelou uma região e uma freguesia.

Comemoramos hoje um centénio de organização administrativa; mas podemos dizer que comemoramos milénios de vida paciente e fecunda. Deixou a povoação, nesta centena de anos, de ser um povoado distante da cidade e tornar-se um bairro dela. Cresceria a cidade para Santo António dos Olivais ou os Olivais buscariam o grande núcleo? Como árvores fortes, estenderam os ramos e entrecruzaram-nos, produzindo uma sombra comum.

Centénios, milénios hão de vir a suceder-se; somos nós as minúsculas areias das praias imensas da história; recebemos a vida transmitimos a vida; leva-nos o contínuo rolar das ondas do tempo. Nós que comemoramos um centenário preparamos a comemoração milenária da freguesia; aurora ela é hoje, será então um pleno dia triunfal.

Do aquilão e do meio dia, dos pontos da aurora e do ocaso virão a essas comemorações os que daqui forem naturais e andarem dispersos, como levas de povos que regressem à pátria natural. E, se fora possível, de séculos infindos viriam também infindos espíritos juntar-se à apoteose do sítio em que sofreram e amaram.

Diário de Coimbra, 1973.06.12.

O GERAL DE SANTA CATARINA A AULA AUGUSTINIANA E DOS QUODLIBETOS

Quem passe agora na Praça 8 de Maio e através do rasgão entre a Câmara e a igreja, feito nas correntes obras de restauro de Santa Cruz, repare, no fundo do espaço vazio, para a parede e a simples janela manuelina que nela se recorta, mal suspeitará que a pequena quadra, que para traz fica, é uma arqueta guardando grandes recordações históricas não só do agregado coimbrão como até nacionais.

Neste jornal, em artigos sucessivos nos ocupámos desse estreito espaço, os quais subordinámos a três epígrafes, *A capela românica de S. João de Santa Cruz*, *A capela manuelina de S. João das Donas*, *Breves notas das transformações da capela de S. João das Donas*, que saíram em 1936 nos números 749, 750, 751, 752, 754, 755 e 756 e no corrente ano nos 758, 759 e 791.

Era desconhecida a quadra e nem os arqueólogos do século passado nem os do presente sabiam ou mesmo procuraram determinar a localização, em relação à igreja, da antiga capela românica, da capela das Donas, do geral de Santa Catarina, acontecendo-nos a nós, durante muito tempo, o mesmo. Se em 1934 não tivéssemos reconstituído a igreja crúzia do século XII, a românica, através de poucos restos existentes, delimitando com certo rigor, pelo menos nas partes principais, o percurso dos alicerces, não poderíamos chegar com segurança às conclusões daqueles artigos.

Estabelecida esta primeira base, foi outra, sobrepondo-se àquela, o estudo dos primeiros tempos do mosteiro para a obrazinha que está a sair dos prelos, completada depois pela interpretação do precioso contracto, não executado, de Boytac com D. Pedro Gavião, que comentámos, período por período, na parte que diz respeito à capela de S. João das Donas (que pedimos que não

se confunda com a sua sucessora em funções, do outro lado da igreja, S João de Santa Cruz, hoje um café, lembrando ainda que o nome oficial daquela era também S. João de Santa Cruz), trabalho cheio de dificuldades, para prova do que, ainda, para os incrédulos, deixámos uma parte do documento que não nos interessava no momento e a que podem tentar fazer o mesmo.

Já o cronista crúzio, D. Nicolau, fazia identificações erróneas, posto que em certos manuscritos, como os de D. José de Cristo, se encontrem informações curiosas mas que a estreiteza do local, unida à lembrança das solenidades aí feitas, era causa de grande dúvida e mesmo até objecção de aparência sólida a tal identificação. O contracto de Boytac traz porém uma certeza completa pela delimitação exatíssima da capela das Donas, paroquial do isento.

Dissemos nós – e nada vamos acrescentar de novo porque estas resumidas linhas não passam duma relembração, indicação para o que há meses escrevemos – dissemos que construída naquele ângulo que a parede terminal, da série norte das capelas românicas que formavam nave colateral, fazia com o corpo avançado do pórtico, a capela românica de S. João, que reconstruída nas obras manuelinas, tentada a sua ampliação ainda no decurso delas, pelo desaparecimento do convento feminino, na reforma de D. fr. Brás de Barros, e levantada ao sul a nova sede da paróquia crúzia, ela ficou por algum tempo abandonada até que na transferência joanina da Universidade e estabelecimento dos colégios ou gerais dentro do mosteiro, o de S. João Batista é o de S.^{to} Agostinho, ela fez parte deste último, transformada na sua sala principal, a de S.^{ta} Catarina, aonde se faziam as Augustinianas e Quodlibetos; aonde tomou o grau de mestre em Artes D. António, prior do Crato.

A história que ainda teve depois da extinção dos gerais universitários em S.^{ta} Cruz, até à sua degradação a casa dos foles, não a abordámos, que modesta é e sem brilho. Poderá ser, se um dia retomarmos o estudo daquele canto monástico, que alguma coisa venhamos a dizer de curioso.

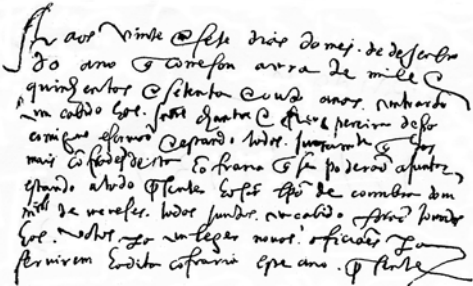
Mero acaso mas feliz foi o de, no tempo em que a Universidade comemora o seu quarto centenário, termos encontrado um dos seus primeiros assentos na sua mudança para esta cidade. Das casas do reitor D. Garcia d'Almeida nada resta, de S.^{ta} Cruz está aquela sala e a representação iconográfica da fachada dos gerais de S.^{to} Agostinho, a que ela pertencia, nos desenhos de Carlos Magne, como identificámos.

Correio de Coimbra, 1937.12.06.

QUESTÕES DE CRONOLOGIA

Percorrendo, anos atrás, o livro de atas da Confraria do Santíssimo Sacramento da Sé de Coimbra, que vai de 1541 a 1630, dei-me com uma acta de vinte e sete de dezembro de mil e quinhentos e setenta e oito em que se declara estar presente o bispo conde D. Manuel de Meneses, vindo a apparecer, entre as assinaturas, a sua que é bem característica.

Ora já era falecido em tal mês; foi ele um «dos senhores e fidalgos que morreram na batalha» de Alcácer Quibir (4 de agosto de 1578) para onde acompanhara o rei na qualidade de enfermeiro-mor.



Aos vinte e sete dias do mes. de dezembro
do anno e comeseu anno de mille
quingentos e setenta e oito anos. estando
em cabido hos . snors chantre & frco . pereira de ssa
comiguo escrivao & estando todos . Juntam^{te} q hos mais cõfrades
desta cõfraria q se poderã ajuntar
estando a todo p'sente ho sõr
D. Manuel de Meneses

A ata, na parte que tem interesse para este caso cronológico e que vai reproduzida em gravura, diz o seguinte:

Aos . vinte & sete . dias do mes . de dezembro . do . ano . q
comesou a era de mill & quinhentos . & setenta & oito . anos .
asentarao em cabido hos . snors chantre & frco . pereira de ssa
comiguo escrivao & estando todos . Juntam^{te} q hos mais cõfrades
desta cõfraria q se poderã ajuntar estando a todo p'sente ho sõr

bpõ de coimbra dom M^{ell} de meneses . todos juntos . em cabido foraõ tomados hos votos pa enleger novos officiaes pa servirem . ha dita cõfraria este ano . p'sente.

A acta a seguir, datada de *çinquo dias do mês de janrº do ano q comesou a era de mill & quinhentos & setenta & outo anos* trata da confirmação de dois dos antigos *andantes* e nomeação de mais dois novos, pela mesa eleita em 27 de dezembro.

Parece que se está em frente de grande disparate e fica-se com vontade de corrigir a ata de dezembro, colocando-a em 1577.

Na verdade pertence ela a esse ano mas sem que tivesse havido disparate algum da parte do escrivão.

É um caso da *Era do Nascimento*, era que se empregava ainda com frequência no séc. XVI e da qual este livro dá exemplos numerosos.

O começo do ano não foi sempre em 1 de janeiro.

Nos documentos portugueses, bem como na epigrafia, encontram-se exemplos dos dois mais vulgares princípios de ano: em 25 de dezembro e em 25 de março.

No primeiro caso (era do Nascimento) o ano de 1578 tinha seu princípio em 25 de dezembro da era vulgar de 1577; no segundo caso (era da Encarnação) aquele mesmo ano de 1578 começava (no método florentino que era o mais espalhado) em 25 de março de 1577, isto é, nove meses e sete dias antes do nosso modo usual, ou (no método pisano que parece não ter sido seguido na Península) só em 25 de março de 1578, retardando-o assim três meses menos sete dias.

O uso da era da Natividade prolongou-se muito; conheço eu exemplos do séc. XIII, mas como casos esporádicos.

Até à vinda do regime republicano principiavam-se as atas públicas: Aos... de... do ano do Nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo...

Não se tratava da era do Nascimento como começo do ano mas só como contagem dos anos.

O conhecimento dos usos, processos e regras cronológicas é de absoluta necessidade para quem tenha de tratar de documentos e coisas antigas.

Não há muitas semanas, a folhear vários trabalhos arqueológicos alheios, dei-me com a descrição duma peça que tem uma inscrição que termina: FOI ACABADA NA ERA DE 1534.

O A. (sabedor aliás) vendo escrito ERA tomou inadvertidamente aquela data como sendo da era hispânica, sem reparar que havia já um século que se não empregava, e datou-a do «último quartel

do séc. XV», não obstante o estilo artístico reclamar contra tal atribuição.

Por outra obra sua, na qual se refere à mesma peça, vê-se que veio a notar posteriormente o lapso.

Novidades, 1939.09.17.

A CAPELA DE SANTA COMBA

Ainda o «Borda de Água» continua a afirmar que o dia 20 de julho é consagrado a Santa Comba, mas há anos já que a sua capelinha de Valemeão se fechou. Se o seu culto se mantém no ofício litúrgico do clero, no povo fiel apagou-se e só a gente que vive em volta da fonte acende ainda neste dia uma pequenina lâmpada em frente ao baixo-relevo. Estive na fonte e na capela há dias. Não direi que me entristeci com o estado atual das coisas, porque o dia era magnífico e o vale tinha verdadeira beleza e desde longo tempo me habituei à evolução dos locais do culto.

Subindo à breve colina que separa o Valemeão do de Coselhas compreendi a razão da capela. O Valemeão, assim chamado ou porque era, como é, de mediano tamanho, ou por ser vale que está no meio de outros acidentes topográficos, é um cavado secundário da colina que se despega na garganta dos Tovins e vem morrer na parte citadina. Ora, nessa depressão, que se forma um pouco antes de Celas e que se vai abrir no Vale de Coselhas, levanta-se pequeno acidente de terreno, cuja breve linha de cume vai demarcando um sugestivo caminho que termina no morrozinho da capela. Quase abrangido hoje pela cidade, outrora, antes da fundação do convento de Celas, era ponto remoto, quer se fosse pelos caminhos perdidos que os atuais representam em certa parte, quer se atravessasse ao breve colo das Almas da Conchada e se procurasse o fundo dos vales ou se seguisse a meia encosta. Tomando este último caminho, encontrava-se, muito antes do morro da capelinha, a fonte da santa.

Aparece-nos pois o seu culto ligado aos tipos das estações religiosas dos lugares altos, cavernas e fontes.

Os princípios da devoção à adorável Columba (pomba) surgem-nos num nevoeiro longínquo, em forma paralela e como que

fundindo-se com outros similares europeus, como já o notou, no séc. XVI, D. Nicolau de Santa Maria.

De positivo sabemos que nos princípios do séc. XII o clero de Santa Justa-a-Antiga (no Terreiro da Erva) foi buscar ali uma ossada que se identificava com os restos mortais de Santa Comba, a qual passou para Santa Cruz, existindo até à poucos anos uma epígrafe dessa época em São João de Santa Cruz (o atual café) e guardando-se ainda a ossada no santuário crúzio.

A capela foi reformada nos primeiros anos do século XVII. Ficou pequena, com singelo alpendre sobre colunas, porta em arco, campanariozinho ao lado, modificado mais tarde. Para a pequenina gruta descia-se da sacristia.

Comove pensar-se que ali, pelo menos por oitocentos anos, houve um culto e que inúmeras pessoas levaram ao modesto recinto as suas mágoas e alegrias, as suas derrotas e esperanças e que, na quietude religiosa do interior e na repousante paisagem de fora encontraram um eco às suas íntimas preocupações.

Profanada a capela, já sem o alpendre, despojada, vai acabando de morrer aos poucos. Só na fonte o baixo relevo, do primeiro quartel de seiscentos, mostra o martírio da santa, atada em cruz a uma árvore e cercada de soldados, e no tanque, lavrado em concha circular, cai a água pura da lenda.

Diário de Coimbra, 1946.07.24.

A ANTIGA FREGUESIA DA PEDRULHA

Voltei ali num dos primeiros dias do maravilhoso verão de S. Martinho deste ano. Não saíra de casa com esse destino mas quando passei na estrada, em direção ao norte, veio-me o desejo de ir ver a capela de S. Simão que se destaca num alto, à esquerda, e que é sugestiva pela sua posição. No regresso, antes da curva que contorna o montículo, notando um velho caminho, agora disfarçado pelos cortes de alargamento da estrada, deixei o carro e subi.

A estrada carreteira foi ladeando o monte e, quando eu procurava uma aberta nos muros para cortar a direito, deparou-se-me a igreja. Para ela me dirigi, dominado pela situação destacada do casario e pela larga paisagem que dali se domina.

Havia uma luminosidade de alegrar a alma, céu límpido, sem um farrapo de nuvem. Para o lado de Alcarraques e Trouxemil, os montes escavados do calcário branco; a poente, as colinas cobertas de pinhais, fazendo fundo ao plaino do Mondego, ainda com a graça da folhagem do outono; à direita, cortando com nitidez o azul, a imponente massa do Caramulo.

É a terra relativamente grande, com a feição de todas as do baixo vale do Mondego, nem rica nem pobre, casas recentes e outras remotas, mostrando alpendres e janelas de avental retangular.

Naquela hora a povoação estava meia deserta. Às portas os velhos, para os quais já não são os trabalhos duros dos campos, entregues a pequenas tarefas, casas comerciais solitárias, só crianças aos grupos, donde se destacava uma ou outra para me seguir, invadidas daquela curiosidade infantil de tudo quanto é novo e lhes parece estranho.

Ao fundo de cada ruazinha aparecia, como tela emoldurada pelo casario, a paisagem distante, sempre variada, varrida daquela luz magnífica, significa o encanto do outono a despedir-se.

Fui anotando pormenores. Dois registozinhos de azulejos; o consabido cruzeiro, de coluna dórica a suportar uma cruz de ferro, com letreiro mutilado, erguido em meio de terreiro em declive; pequenos nadas que são o encanto do curioso.

Já teve a povoação a vaidade de ser sede de freguesia e continua a desejar a voltar a sê-lo.

Primeiramente foi curato filial de S. João de Almedina, tendo registo paroquial próprio, começando os assentos em 1572, mais tardiamente foi elevada a freguesia independente, mas a sua vida foi sempre precária. Em 1845 tinha sessenta e quatro fogos. É verdade que as vizinhas, abstraindo das citadinas, também não eram providas de muitos; assim Eiras contava 161, S. Facundo que ainda então esteve independente, 83, Antuzede 69, S. Paulo de Frades 192, etc.

Além da povoação da Pedrulha de 61 fogos, havia outro na Quinta do Joaquim da Cruz, outro na Quinta do Loreto e ainda outro na Quinta da Maria da Conceição, e era tudo quanto a freguesia contava, um lugar e três quintas.

Já naquele ano a freguesia estava como que anexa à de Santa Justa, indo ali um padre, sem encargo paroquial, dizer missa aos domingos e dias santos.

A igreja destaca-se da povoação, para o lado do nascente. É relativamente ampla, de bom traçado. Crava-se na frontaria o brasão de armas do bispo conde D. Miguel da Anunciação (o perseguido do Marquês de Pombal), que são as dos Cunhas dos condes de Povolide, tendo em chefe as do mosteiro crúzio, a cruz adorada por dois anjos.

Ficou-lhe a torre incompleta, sendo rematada de modesto campanário. O interior agrada, mostrando retábulos do mesmo século dezoito e imagens da mesma época e dum certo nível artístico.

Diário de Coimbra, 1946.11.18.

HISTÓRIA DE SINOS

Não é para fazer literatura que escrevo este artigo. Não falarei, pois, da poesia dos sinos no campo, tanto à hora do entardecer ou ao romper da manhã, como no alegre repicar dos batizados ou no plangente dobrar nos funerais. Deixarei tudo isso aos poetas que ainda haja à maneira antiga, de alma saudosa e enamorada das coisas.

Farei hoje uma simples intrigazinha dos campanários citadinos.

Lembrei-me desta conversa, amena por ser feita entre pessoas conhecidas (como leitores do «Diário») e bimbalhante por tratar de sinos, e propus-me escrevê-la há pouco, passando na Rua das Covas quando os sinos da Sé Velha tocavam.

Pobres sinos estes que de longe vieram e bem longe estaria de pensar, quem os encomendou, que aqui viriam a cair. Também correm seus fados os sinos, digamos à velha maneira.

Para começo de história recuemos aos tempos pombalinos.

Suprimida a Companhia de Jesus e tendo ficado ao abandono a igreja respetiva, foi esta atribuída ao cabido catedralício que para ela passou. É caso conhecido suficientemente para que seja necessário recordá-lo.

Trouxe o cabido para a sua nova igreja a maior parte dos seus trastes, o que era natural, sem contudo deixar inteiramente desguarnecida a velha sé, como a tempo poderei esclarecer.

Os jesuítas deviam ter algumas ventanas das torres desprovidas ou seriam ocupadas por sinos de pequeno tamanho em relação aos grandes, que os cônegos resolveriam substituir. Vieram alguns da igreja de baixo, um deles foi o chamado *sino balão*, aquele que está na torre do poente, voltado para o Arco do Bispo.

Deveriam ter ficado outros na sé, como se verifica pela menção dos que ali havia e dos que as legendas respetivas daqueles que se encontram na igreja do largo da Feira, identificam.

Uma vez que foi demolida em parte a velha torre (que se levanta no ângulo do claustro, encostado aos terraços da Universidade), desapareceram os sinos que tinham ficado.

Instalou-se, na abandonada sé, a Misericórdia até ao ano de 1778, no qual regressou à sua antiga igreja sobre S. Tiago.

De 1785 a 1816 veio ocupá-la a Ordem Terceira que não encontrou sinos. Também não os tinha.

Mandou fundir três e fê-los assentar sobre a Porta Especiosa, em suspensões de madeira, sob breve telheiro.

Ora a ordem tinha abandonado a sua capela da Senhora da Conceição da Ponte, depois de graves desinteligências com os frades do convento de S. Francisco, e, cheia de carradas de razão, passara à igreja de S. Cristóvão, que ainda era paróquia, transitando daqui para a sé.

Aplanadas as dificuldades, regressou, no ano citado, à sua velha e saudosa capela, levando os sinos. Instalou-os no quintalinho, pela parte traseira da mesma capela, no baixo e singelo campanário que ainda lá se encontra.

Passando, em 1837, para o edifício do Carmo, voltou a mudar os sinos, colocando-os na torre do norte, aonde os examinei, conservando na do sul um grande do antigo colégio.

No campanário da Senhora da Conceição estão agora dois, que devem ser os do convento, mudados daquele campanário que se vê entalado na frontaria da sua velha igreja, agora desafeta. As respetivas legendas enunciam-no com clareza.

Mas a Sé Velha ficará sem sinos!

A mudança da paróquia de S. Cristóvão (que era no sítio do Sousa Bastos) não originou a trasladação dos que ali existiriam.

Os sinos atuais, que todos nos conhecemos no campanário que havia sobre a entrada principal e que agora tocam no campanário novo junto à sacristia, vieram do colégio destruído de Tomar (no sítio da Penitenciária). Um é de 1699, os outros dois de 1794, encontrando-se um destes fora das ventanas. As legendas identificam a proveniência com clareza.

Enfim, triste sina de gente badaleira por natureza; apesar do seu volume, do bojo e peso, andaram nas mais variadas bolandas.

Outros sinos da cidade tiveram semelhante fadário. Ficarão para outra vez, se a vierem a ter.

Para terminar, uma história não das suas deslocações mas das suas afinadas vozes e estas traduzidas em linguagem de bom entender.

No princípio deste século só restavam freiras, e bem poucas, nos conventos de Santa Clara, Ursulinas e Santa Teresa. Os sinos contavam a vida de penitência que cada grupo levava.

Diziam o destas últimas:

Penitên-ci-a

Penitên-ci-a

Mais gárrulos, sorrindo para o sol e para a vida, corrigiam os de Santa Clara:

Nem tan-ta

Nem tan-ta

Os das Ursulinas, como bem educados do seu brilhante colégio, conhecendo o ponto exato das coisas e da regra da vida, interpunham-se:

Nem tanta, nem tão pou-ca

Nem tanta, nem tão pou-ca

A findar, como ámen ao cabo da reza, darei uma nota de fina graça. Quem contava a história, sorrindo, era o velho bispo conde Correia de Bastos Pina.

Diário de Coimbra, 1947.02.24.

COLÉGIOS UNIVERSITÁRIOS FRANCISCANOS

Quando se deu a supressão das ordens religiosas, no século passado, além de dois conventos franciscanos, o de S. Francisco da Ponte e o de Santo António dos Olivais, havia os seguintes colégios franciscanos: de S. Boaventura da Baixa (casa Reis e Simões), de Santo António da Pedreira (Asilo da Infância Desvalida), de S. Boaventura da Alta (Instituto de Antropologia), de Santo António da Estrela (palacete do Dr. Ângelo da Fonseca), de S. Pedro dos Borrás (Asilo de Mendicidade).

Tantos colégios para uma ordem mendicante contrastam com o número reduzido dos que pertenciam às ordens ricas e poderosas. Para que era necessário mais do que um? perguntaram-me há dois dias. Vou responder, como prometi.

Já no Inventário Artístico da Cidade de Coimbra (que está a acabar de se imprimir) deixei uma breve resenha das subdivisões da ordem em províncias, em Portugal, para explicar a diversidade destes colégios.

Não posso ser aqui mais extenso, estes artigos têm de ser, forçosamente pequenos, para não cansarem os leitores e, sendo destinados a vulgarização, não podem ter a extensão como se fossem escritos para revista especializada.

S. Francisco quisera a sua ordem dotada da pobreza dum mendigo, isto é, sem ter nada como próprio (*sine próprio*), como se dizia na fórmula da profissão. Sonho fácil de realizar enquanto se tratava dum pequeno grupo, arrastando porém às maiores dificuldades (sobrecarregando gravemente a economia dos povos e dando aos frades uma vida muito precária) quando o número era avultado.

Ainda na sua vida se esboçou uma reacção contra este desnudamento. Um dos principais propugnadores duma atenuação desta

rigidez foi o grande Fr. Elias, cabeça superior, homem digno de presidir a outra ordem de finalidade mais elevada.

Estavam lançadas as bases das principais dissensões na ordem: claustrais, de regra atenuada, e observantes que intentavam viver e reconduzir a ordem à austeridade que diziam primitiva.

Seria longo historiar, mesmo em resumo, todas essas lutas, nem sempre fáceis de compreender, tantas foram as ramificações e novas fundações e feitas às vezes em virtude de razões que a nossa mentalidade moderna não entende.

Para justificação disso aduzirei palavras de outros e sejam dum próprio franciscano, para que se não julgue que interpreto malevolamente as coisas, sejam as de Fr. Manuel da Mealhada, religioso de S. Francisco na província da Soledade, em livro impresso nesta cidade, no ano de 1764, com as licenças do paço, da inquisição e da ordem, falando de certo grupo de capuchinhos: «principiou em huma extravagancia, e hoje se vê tão dilatada, que conta 37 provincias. Uzão de habito vilissimo, corda grossa, capelo piramidal, e daqui se chamão Capucinos, e Barbonios, ou Barbadinhos, por uzarem de barba comprida. Foi seu Author Matheus de Basci... Este vendo hum dia huma Imagem do Serafico Patriarca com a sobredita forma de Capelo julgou que todos o devião uzar assim, e principiou a uzar delle sem dar parte aos Prelados».

Tantas divisões acabaram por dar à ordem uma perfeita desordem. Espíritos superiores quiseram reconduzi-la à unidade. Júlio II tentou-o mas só Leão X, em 1517, conseguiu enquadrá-la em dois grandes agrupamentos, de *claustrais* e *observantes*, ficando os ministros gerais a serem escolhidos entre estes últimos.

Em Portugal constituíram-se duas províncias, a de *Portugal dos claustrais* e a de *Portugal da regular observância*. O convento de S. Francisco da Ponte e de Santa Clara ficaram ligados àqueles.

A *regular observância* teve divisões sucessivas, não só por aumentar o número dos conventos como também pelas tendências separatistas dos antigos grupos que tinham ficado sob este domínio.

No tempo de D. João III repartiu-se a província em duas, a *de Portugal*, ao norte do Tejo, a *dos Algarves* ao sul do mesmo rio.

Os *recoletos*, ou da *observância mais estreita*, conseguiram na segunda metade do século, erigir-se em província, a *de Santo António*, repartindo-se em duas no século XVIII, ficando aquela designação para a do sul do país, e a *da Conceição* para a parte da Beira e do Minho.

As casas que procediam da fundação espanhola de Fr. João de Guadalupe constituíram-se ainda mesmo antes que as outras, no próprio ano de 1517, em *província da Piedade*, que no fim do séc. XVII se repartiu também em duas, sendo a *da Piedade* destinada ao sul do Tejo e a *da Soledade* para o norte.

A *terceira ordem da penitência de S. Francisco* teve um ramo regular, isto é, com conventos.

Tudo isto é mais complexo que esta enumeração parece indicar, mas aonde iria se quisesse ser minucioso!

O convento de S. Francisco ficou aos conventuais. O dos Olivais pertenceu primeiramente à *Piedade* e depois da divisão à *província da Soledade*.

S. Boaventura da Baixa, que albergou inicialmente os colegiais franciscanos da observância, ficou adscrito por último à *observância dos Algarves*, chamados *pimentas* ou *xabreganos*. Para S. Boaventura da Alta vieram os da *província de Portugal*, os *venturas*.

Santo António da Pedreira teve os recoletos da *província de Santo António*. Santo António da Estrela albergou os da *Conceição*.

S. Pedro da Sofia, teve os *terceiros*, ou *borras*.

Os colégios franciscanos tiveram pouco brilho, como era natural tratando-se de casas de pobreza; raros frades desta ordem chegaram ao ensino.

Diário de Coimbra, 1947.04.14.

CASAS DE FRESCO

Para este tempo que faz, parece-me a propósito falar das antigas casas de fresco da cidade.

Outrora, como hoje, por julho e agosto, abatia-se uma onda de calor e, tanto nas casas pequenas, só dotadas de um ou de dois andares e de pouco fundo, como nos largos edifícios monásticos e colegiais, vivia-se oprimidamente.

O rio era uma saudade de água; a do aqueduto, partida e repartida em anéis e penas (para empregar as velhas medições divisionárias) mal gorgolejava nas fontes, desde a da Feira até à de S. Bartolomeu, passando pela da Sé Velha.

Feliz de quem tivesse, na sua quinta dos arredores, duas árvores frondosas e uma fontinha estilando um fio leve e sedutor.

Tinham-no, por obra da natureza, os colegiais de S. Bento.

Desça-se para a mata do Jardim Botânico, e no cavado do vale, entre frondações que outrora não existiam, encontra-se a capelinha quadrada, de cobertura arredondando-se em cúpula, dedicada a S. Bento.

Estava abandonada mas, nas obras que correm, cuidou-se do seu restauro.

Entremos. «Graça tamanha!» digamos também à velha maneira.

Recorta-se, no piso, um tanque quadrado que recebia as águas da goteira de parede lateral. Um nicho alberga um S. Bento mutilado. Em redor das paredes dispõem-se bancos de pedra e um lambril de azulejos de motivo solto, do princípio do século dezoito, acaba a graça da linda quadra.

Sentemo-nos. No breve retângulo das águas reflete-se o santo, refletem-se os azulejos e a nossa imagem também. Cai, lá fora, grande solheira e, nesta espécie de gruta, metamorfoseia-se o tempo; parece que celebramos um velho rito em adoração ao génio local das águas!

Tinham também casa semelhante os Marianos, na mesma colina e na sua cerca, agora do hospital militar. Encontra-se em mau estado e serve de casa agrícola. Mostra ainda azulejos e deixa ver o seu bom ar antigo. As freirinhas de Santa Clara, dentro da clausura, com a abundância da água (que corria dos delfins nos quatro tanques dos ângulos do claustro e que ia para a cozinha) fizeram a sua casa de fresco no andar alto do mesmo claustro e chamaram-lhe – fonte da Rainha Santa.

Felizes também os Loios e os Jerónimos que tinham as suas quintas nas vertentes da Cumeada.

Acabavam as aulas e parte dos colegiais ia para as moradias que ali tinham. Não existiam aí casas de fresco mas as suas fontes, nascendo no talvegue dos respetivos valezinhos secundários, têm um certo arranjo que recebe graça dos azulejos breves. Diziam os dos Loios, moralizando, que o descanso se deve tomar como água, moderadamente; os dos Jerónimos perdiam-se em largas considerações dos dísticos latinos, que o pintor azulejista estropiou em parte.

Voltando das fontes às casas de fresco, reparemos num sugestivo recanto, à quinta da Rainha.

Voltem V. Excelências a cabeça para a direita quando ali passarem de carro, descendo. Em frente a um tanque, uma pequena construção quadrada, uma meia esfera cobrindo-a, uma porta e duas janelas, e dentro havia uma pequenina bica que corria.

São estes os arranjos principais, mas toda a quinta tinha um tanque e ramagens assombrando e dando, pelo menos à tarde, um certo bem estar.

Não me referirei ao recanto que tem primazia sobre todos, porque esse deixo-o para ser visto e gozado pelos leitores: esta deliciosa quinta de Santa Cruz, aonde vim escrever.

Diário de Coimbra, 1947.07.07.

GIL VICENTE NOS PAÇOS REAIS DE COIMBRA

Os paços reais foram mortos pela universidade; a sua recordação está praticamente obliterada e os próprios edifícios de tal modo transformados pelas sucessivas adaptações que só um conhecedor deles e da sua história pode reconhecer o plano real na grande carcaça.

Os paços antigos, que vinham da alta idade média, não eram grandes e encontravam-se à parte no norte da cerca primitiva. Foi o *rei venturoso* que os mandou renovar. Conhecemos o estado da sua construção pelos anos de 1522, quando foi medida e avaliada a obra feita, por causa da morte do arquiteto Marcos Pires.

Deu-se-lhe seguidamente um rápido arranjo, ficando no entanto incompletas certas obras do projeto inicial, e vendo ainda outras protelado o acabamento para anos mais tardios.

Foi no paço real que se veio acolher D. João III, fugindo à peste, e ali passou parte do ano de 1527 e 1528.

Lá se acomodou com a grande comitiva, distribuindo-se certamente pelo modo que as divisões tradicionais indicam: aposentos dos infantes para a parte do colégio de S. Pedro, aposentos do rei na parte central, aposentos da rainha nos gerais.

A parte central abrangia a grande sala, transformada hoje na *sala dos capelos*.

Estão à vista as janelas manuelinas que davam para o pátio. Nas obras de renovação do pavimento, em que o revestimento da bancada dos doutorais foi deslocado temporariamente, foi-me possível estudar a orgânica da sala do paço manuelino.

Além da grande parede longitudinal e dos complementares arcos transversais, lançados para o sustentamento do pavimento, tive ocasião de examinar e tomar nota de diversas aberturas, deitando para o exterior, na parede norte.

Pude ver, em certo modo, rediviva na minha imaginação a grande sala das festas e solenidades reais e imaginar o que teria sido o espetáculo geral dos autos que Gil Vicente aí representou.

As figuras dos senhores, da grande burguesia, do alto clero, que por ali passaram encontram-se nos quadros de Cristóvão de Figueiredo e Garcia Fernandes que a cidade ainda possui, ou nas graves figuras de pedra que Chanterene ou o Ruão esculpiram.

Ali se representou a *Comédia sobre a divisa de Coimbra*, dando nesta o grande comediógrafo uma poética e bem livre interpretação dos símbolos do enigmático brasão citadino. Remata a comédia:

*Venha a mui alta princesa serena,
e diga contando a sua antiguidade.
Eu assentei aqui esta cidade;
e eu sou Coimbra; e vem de Colimena.
Tomei por divisa a queste liam
e a questa serpe, por que fui livrada;
e o calez do meio he cousa errada,
porque ha de ser torre com hua prisam.*

Representou-se também a *Farça de Almocreves* e a *Tragi-comédia pastoril da Serra da Estrela*.

Foi ocasião desta o “parto da serenissima e mui alta rainha Dona Catarina Nossa Senhora e nascimento da ilustrissima Infanta Dona Maria”. A *Serra da Estrela* o diz:

*Sendo Rainha tamanha,
veio cá à Serra embora
parir na nossa montanha
outra Princesa d’Espanha,
como lhe demos agora:
ua rosa imperial
como a mui alta Isabel,
imagem de Gabriel,
repouso de Portugal,
seu precioso esperavel.*

Que não há dúvida também é que o parto se deu no paço;
di-lo o meu auto:

*Lá em Coimbra, estav'eu
quando a mesma Rainha
pariu mesmo en cas d'in Rei
Eu vos direi como foi:
Ella mesma benzaa Deos
estava mesma no paço.*

Considerações sobre os autos não os farei, que é meter-me em terrenos alheios, melhores mãos há para pimponear elegante e erudita pena.

Ficando no meu caso e ofício, fazendo minhas as palavras do eremitão, findarei transcrevendo as suas justas reclamações:

*Agora quero eu dizer
o que aqui venho buscar:
eu desejo d'habitar
nua ermida a meu prazer,
onde pudesse folgar.*

*E queria-a eu achar feita
por não cansar em fazê-la;
que fosse a minha cela
antes bem larga que estreita
e que pudesse eu dançar nela;
e que fosse num deserto
d'enfindo vinho e pão,
e a fonte muito perto
e longe a contemplação.*

*Muita caça e pescaria,
que eu pudesse ter coutada;
e a casa, temperada:
no verão que fosse fria
e quente na invernada.
A cama, muito mimosa,
e um cravo à cabeceira;
de cedro a sua madeira;
porque a vida religiosa
queria desta maneira.*

*E fosse o meu repousar
dormir atee tais horas
que nam podesse rezar
por ouvir cantar pastoras.*

... ..

*Irmãos pois deveis saber
da serra toda a guarida
prazavos de me dizer
onde poderei fazer
esta minha santa vida?*

Diário de Coimbra, 1947.08.04.

UM SINO E UMA CAMPA

Não escrevi a palavra *campa* com o significado que o substantivo anterior pareceria dever indicar, o de sineta; não tem pois o alegre bimbalar, meio carrilhonado, de campanário rústico, aquela alegria de repique a batizado ou a festa do padroeiro, quando flores atapetam as ruas e o povolêu as invade em franca alegria.

Ligam-se os termos por outro modo. É o sino encomenda duma abadessa no seu último ano de vida, parecendo já sonhar com a campa sepulcral que teria no ano seguinte.

Esclarecendo, direi romanticamente, como há um século atrás ainda mal não parecia escrever num jornal desta cidade: espargue o sino os ferais sons por entre os goivos da funérea campa.

– Bonita frase, na verdade, minha senhora. Assim pensaria V. Excelência naqueles tempos em que me emprestou o Soares de Passos, como bíblia *de sentimento e de melancolia*; era eu menino quase moço, não pensando que tão cedo viessem estes fios de prata a sulcar o azeviche do cabelo, V. Excelência conservava uma alma de juventude e de romantismo, posto que a cabeça graciosa fosse tomando aquela fina brancura... meu Deus, que seja ainda por muitos anos!

Digo com pena, já não espargue; sino e campa estiveram juntos por umas décadas, o tempo separou-os e em pontos diversos recordam a Madre Abadessa D. Teresa Jacinta Frazão.

Vou contar.

Novamente dirigirei os meus passos para aquele burgo de Celas.

Por causa duma abadessa também, a do emblema da coroa de espinhos, o fiz há tempos, e dela deixei duas mal alinhadas regras neste jornal.

Lá volto com gosto para ter o prazer de sentir aquele ar antigo que o bairro da cidade ainda tem e que por poucos anos será

para *outeiros* do bom velho tempo passado, só por saudade, que também não eram para mim: não sou poeta, não sou guloso, nem enamorado ou namorado, não toco guitarra e a minha alma é dura e severa como o meu exterior, anel nunca tive, nem já terei... escusam de se fazer!

Reparem comigo naquelas ruas irregulares, todas puxando para o mosteiro, o jeito de aldeia de viver honesto e recatado, as boas casas seiscentistas com avental retangular, para o largo terreiro precedendo o mosteiro.

Já as monjas não aparecem na larga varanda, as gelosias caíram e os cavalos não escarvam o chão, a roda está abandonada, não há lacaíagem indicando as melhores casas do centro do país; nem freiras, nem aquele manjar branco, arredondando-se em seio de adolescente com o biquinho tostado, seiozinho de noviça, pálido e sem amor.

Vou entrando. Deixarei hoje a linda estrela da abóbada da igreja sem um olhar. Empurro a grade. Já repararam na linda fotografia que se faz da igreja através da renda que ela forma? É necessário aguardar que a rotunda tenha certa luz.

Estou no coro. O longo cadeiral do mestre Coelho de Portalegre está deserto, sem monjas e sem latim. Agora só em certos domingos, quando a igreja se enche, a graça e a juventude o invadem timidamente; não são já monjas, é a primavera...

Repare-se no chão entre a grade e o cadeiral. As campas de madeira mostram letreiros das últimas abadessas. São em dois renques. Vejam o do lado direito, estando-se voltado para o altar-mor. A segunda campa comemora duas tumulações. A primeira epígrafe indica D. Teresa Jacinta Frazão, falecida a 21 de agosto de 1808. Tinha sido abadessa trienal, não o sendo no momento da morte. Levou para a sepultura o pavor das invasões francesas.

Da campa nada mais tenho a dizer.

O sino...

Lembram-se daquele velho caminho, todo às curvas, acompanhado de muros baixos, da alegria das culturas campestres, que levava de Celas a Santo António?

É hoje uma estrada regularizada, rua qualquer da cidade.

Já vemos os arcos da escadaria do santuário antonino. As capelinhas dos Passos pararam na subida e descansaram nos patamares. Ao lado da frontaria recorta-se, frágil e leve, a torrezinha. É ali que mora hoje o sino da abadessa. Um letreiro diz o nome dela e aclara o ano de 1807. Foi José de Argos que o fundiu.

Que agradável de subir a lanceira escada, aberta para cortejo desgarrado, alegre e rumoroso!

– Meninas, vão devagar!

O terreirinho é uma beleza e o recanto sobre o vale oferece bancos.

Decai o sol, há uma aragem fresca, um nevoeirinho levanta-se sobre o grande vale do Mondego. As serras para o lado do Buçaco tornam-se mais sombrias e diluem-se em longínquos planos as da Lousã. Um doce mistério paira, enfeitiçando a natureza, deixando um apaziguamento no tempo e no espírito.

O sino da abadessa toca! Tem um som estranho e de saudade, na saudade da noite que começa. Não me furto a pensar: – é a voz da mãe transmutada em som de bronze; enclausurada, solitária, com o coração amortecido e sem amor, não deixou na terra quem fosse rosto do seu rosto, voz da sua voz, e é o sino que para além da morte a prolonga com voz sua, saudade da sua vida.

Diário de Coimbra, 1947.09.02.

IMAGEM DA SENHORA NA CAPELA DO ESPÍRITO SANTO

Vamos à romaria também, sigamos o exemplo da gente do campo que inunda a cidade e vai ao Espírito Santo.

Terminaram as minhas obrigações da manhã de capelão desta colegiada de S. João de Almedina; até que o sineiro toque para o ofício da tarde tenho tempo; o céu de maio, riscado de nuvens brancas, é um convite.

Deço sempre com prazer esta ladeira do castelo, costas voltadas à cidade. Da Rua de Entremuros desembocam ranchos palreiros. Deixo-os passar, que a minha romagem é de um solitário e quero ir venerando santuários do caminho.

Vem larga matinada de pássaros da quinta de Santa Cruz, as altas árvores lançam frescura; quinta bem cerrada, *hortus conclusus*, só dos frades e de quem tiver nobreza de quatro costados e dobrões nas algibeiras. O Senhor das Maleitas, que já avisto, me perdoe a má língua, mas a verdade é que, capelão pobre e do povo, nunca me foi permitido ir ver o seu tão nomeado *jogo da bola*.

Lá estão o pedintão da capela de S. Martinho, opa vermelha, lenço de quadrados, bandeja na mão, encostado à porta. Dizem que tem sociedade com o santo e assinatura na taberna. Pobres que andais de joelhos em volta do Santo Cristo não lhe escapareis.

Deixem-me procurar no bolso da minha velha sotaina uma moeda para o milagroso S. Sebastião, aqui neste desamparo os arcos, para que as setas lhe sejam mais leves. São três reais do Senhor D. José, que Deus lá tenha em descanso!

Nos degraus da portaria e da igreja do mosteiro de Santa Ana gentinha estende os farnéis. Os colegiais de Tomar estão a ver quem passa.

– *Benedicamus Domino*, fr. José! que tendes tanto jeito para frade como eu para capelão...

As crianças da aldeia ficam-se pasmadas a olhar para as estranhas capelas que para elas são as arcas de água que marcam as nascentes do aqueduto.

Sentar-me-ei nos degraus da cruz de Celas, para ler este meu companheiro que é o Santuário Mariano. Cá diz, falando do Espírito Santo: «he o caminho alegre pela grande variedade de flores, de que he todo alcatifado; pelos grandes olivae que nelle se levantão; e pelas estendidas vistas e largos horizontes que delle se descobrem».

Tal como hoje, tal como sempre será, apesar duma freira dum convento da cidade, que tem o espírito profético do futuro, dizer que do castelo até Santo António e para além ainda se hão de ver um dia ruas largas todas ladeadas de casas, e bairros mui fremosos (sic).

Reparemos bem para o caminho já andado, para esta dilatada estrada carreira até ao santuário e consideremos se não se tem de concluir que isto não passa de ditos de freira!

Seguirei agora a vereda encostada ao muro dos frades antoninos, que muito me espanta de não ver com a sacola mendigando entre os romeiros, e cá me encontro no Divino Espírito. «O sitio he aprazível e muito vistoso no verão pela sua frescura... aonde se pode louvar muyto a Deos pelo que tem de devoto, e de solitario, e todo muyto a proposito para a contemplação».

*

Não vou mais adiante! O vale umbroso e cantante de águas é o mesmo que descreve o bom frade mas a capela está demudada. Ou me aconteceu o mesmo do monge de Bernardes, dormir um século ou mais, o tempo correr, as coisas modificarem-se, ou então esquecido a esta sombra, o Santuário Mariano aberto, ter sonhado que em tempos de D. Maria me achava.

Não descerei, a capela é hoje casa de habitação, poucos traços guardando do antigo, só a um recanto, ao lado externo direito, nasce uma fonte sob pequena construção de abóbada, e a água murmura nos tanques da parte oposta.

Não será de balde, todavia, a minha romagem, continuá-la-ei com o bom do frade. Diz ele: «Nesta Ermida, que he formosa, e dilatada, se vé à parte da Epistola no Altar collateral hua Imagem da Mãe de Deos, a quem invocão com o titulo da Saude, a qual está encostada a hum quadro, aonde se vé somente pintada huma cortina, por onde se mostra que lhe serve de sitial, e nella pintado

o titulo de Nossa Senhora da Saúde. A Imagem da Senhora tem quatro palmos de estatura, he formada em pedra, e ainda que não seja tão antiga como a Ermida, mostra ser obrada ha muytos annos. Tem sobre o braço esquerdo ao Menino Deos, e na mão direyta huma rosa, que lhe oferece: vestem-na de roupas de seda para mais veneração, e tambem e põem manto».

Aonde agora vos irei encontrar Mãe, Senhora e Rainha?

Dei esmola a S. Sebastião, à capela de S. Sebastião me hei de ir, talvez sejam passos acertados.

Levantam-se num alto e um dia, para mais tarde, dela, tão cheia de dolorosas tradições coimbrãs, ainda aqui hei de escrever.

Quando organizei o Inventário Artístico da Cidade, ali fui encontrar uma deliciosa Virgem com o Menino, do fim do séc. XV. É de pedra e de altura sensivelmente a que o frade aponta; grande manto, de finas e bem estudadas pregas, envolve-a em largas voltas; cai-lhe da cabeça delicado véu, mas a fina coroa que lhe devia cingir a fronte já não existe, porque foi serrada, certamente para lhe applicarem uma de prata; o menino, no braço esquerdo, brinca com um pezinho.

A sua graça é tanta que não comove só os estudiosos de arte do passado, mas entra pela alma de todos que nela pousarem os olhos. Esteve na exposição que as Noelistas organizaram de imagens da Virgem, em dezembro de 1947, e a todos prendia.

Disseram-me que não havia muitos anos que tinha ido para ali. Chamam-lhe também Senhora da Saúde. Concorde com a descrição do frade; só não tem a rosa na direita, mas não seja isso causa de dúvidas, encontrava-se ela envolvida de tecidos e é costume do nosso povo colocar flores de papel nas mãos das imagens, mesmo naquelas que nunca foram dispostas para isso, acabando eu mesmo de encontrar no distrito uma Virgem do século XIV de tal modo vestida e acrescida de coisas, que inteiramente se transforma o acionado verdadeiro. Para a igreja de Santo António foi o Espírito Santo, para aqui viria a Senhora da Saúde. Creio ser esta. Talvez alguém o saiba com inteira certeza.

Aqui termina a minha romagem, e abençoada foi ela, que encontrei a imagem da mais bendita entre as mulheres, da mais compassiva entre as mães. Graças sejam ao frade que me guiou.

Diário de Coimbra, 1948.05.24.

COIMBRA MONUMENTAL VISTA DE TRÊS VARANDAS

Não te guiarei, *benévolo leitor* (seja-me permitido, nesta velha cidade, usar dum antigo e costumado tratamento), caminhando de igrejas a palácios, de amplos edifícios a breves pormenores; levaria tempo, enfadar-te-ias da minha companhia e das minhas monótonas palavras; desejo dar-te apenas uma breve impressão, o suficiente para guiar o teu esclarecido espírito, ressurgindo figuras e ambientes do passado.

*

Não se tem falado da Senhora da Esperança, lindo ponto para ver Coimbra. É aí que, em espírito, te levarei de começo.

Olhemos em roda. Que monumento a própria Natureza ergueu para berço desta cidade!

Para a direita, no fundo, a serra da Lousã, da ponta do Espinhal ao Trevim, é uma ténue gaze azulada, perdendo-se no céu. Mais cá, os montes duros, encerrando os apertados meandros do Mondego e do Ceira, atenuam a sua rudeza nesta luz de saudade que é a de Coimbra, que tudo, banha e tudo transfigura.

Os vales alargam-se e aparece, repentinamente, numa curva, o rio e, ao mesmo tempo, nascem as *ribeiras do Mondego*.

Ele segue e segue com ele, desdobrando-se, esta divina graça. Não a posso traduzir por palavras; se até mesmo as éclogas dos bons tempos antigos a não souberam exprimir; que acompanhem o rio os olhos enamorados da beleza e que sintam o que não se sabe dizer.

A melhor de todas as colinas que vêm morrer ao Mondego foi escolhida para cidade e algum deus a revestiu do manto do casario, tão claro, tão alegre, que mesmo um cardeal de Roma, quando a viu, lhe pareceu que ela se estava a rir.

Coimbra é hoje outra, bem outra desse tempo. Daqui se vêm os novos bairros a estenderem-se pela Cumeada, ligando-a a Santo António, se vê como ela desce e se vai alargando para o plaino do Calhabé. À esquerda, os olivais de Montarroio, que quase todos encerrava Santa Cruz em sua larga cerca, deram lugar a maciços de construção.

Nesse velho século em que o cardeal a viu, era um riso de botão abrindo, hoje é largo campo, cada vez mais prometedor.

No pululamento de edifícios destacaremos só aqueles que verdadeiramente te poderão interessar, erudito leitor, pelo seu mérito monumental.

As suas velhas muralhas, cujas subestruturas remontam ao século nono, quase não mostram mais que breves restos das fundações, na maior parte dos pontos. Vemos daqui a linha que seguiam, por este lado, através da rua descendente da Couraça de Lisboa; à Estrela destaca-se a base da torre sanchina, como forte esporão de ponte, e mais adiante emerge do, casario a severa torre-porta de Almedina; daí iam subindo pelo outro lado da colina até chegarem ao ponto alto do castelo, que acabaram de arrasar até aos caboucos nestes dias passados; destaca-se daquela parte a torre do Anto e, mais abaixo, essa sugestiva casa manuelina, que é a de Sub-Ripas, e que assenta num troço de velhos muros.

Não é inútil recordar esse abraço que as cortinas davam; é nesse campo murado que ainda se levantam as mais velhas construções.

Os paços universitários, maciços alegrados da grimpada da elegante torre setecentista, repousam nos alicerces e guardam vastas quadras da alcáçova, que vem do século nono, e que a época manuelina reconstruiu com maior grandeza. Aí ficou a capela régia, de Marcos Pires, aberta de airoso portal. A biblioteca, forte e elegante, é o mais rico e raro santuário que a época de D. João V poderia dar aos livros; esplendendo de ouros, talhas, pinturas e acharoados. Da ampla e severa sala dos capelos só se destacam os elevados cumes.

Produz a Sé Velha uma mancha escura entre o alegre casario.

Ameada e disposta como fortaleza rudimentar, evoca o grande bispo afonsino, D. Miguel Salomão, e o arquiteto auvernês que a traçou,

Roberto, com Bernardo e Soeiro que a levantaram. Edifício românico complexo, dentro de modestas dimensões! Mostra ao lado o claustro do primeiro gótico, que D. Afonso II custeou.

Mais acima estende-se a varanda graciosa, de arcarias e colunatas do Museu, que por centénios foi paço episcopal.

Perto, mas escondida, mal se notando, fica a igreja do Salvador, de arcarias românicas, entremostrando a sua torre sineira, torre de fortificação, em que a porta se rasga a grande altura.

Avassalando o dorso oposto ao da alcáçova, estende-se pesadamente, o conjunto que foi o colégio da Companhia. A sua igreja, hoje sé-catedral, domina o largo da Feira com a bem estudada fachada protobarroca e mostra, no interior, uma composição arquitetónica perfeita.

Em nível baixo, descaída na encosta, a longa fachada alicerçada nas muralhas, a Misericórdia encerra o claustro clássico, de arcadas e colunas, que Terzi traçou para o colégio dos cruzios

Apontarei, antes de partirmos daqui, o sítio da igreja do arrabalde, a de S Tiago, do românico final, que lembra no centro do país o grande apóstolo.

*

Acompanhar-te-ei, amável leitor, a outro ponto, nada perguntado de naturais e forasteiros, só buscado de pintores e dalgum isolado. A Conchada é o melhor miradouro para a outra parte da cidade como também é, dos terrenos vagos sobre a Casa do Sal, para a melhor perspectiva dos campos, que alastram para o horizonte, em manchas degradantes de finas azulíneas.

Recorta-se, no fundo a cidade alta, aparecendo agora em toda a sua beleza a fachada norte da antiga alcáçova. Os fortes botaréis manuelinos destacam-se e, apesar do mau enquadramento que lhe dão as construções universitárias, erguidas posteriormente, a sua beleza não diminui; o que tem de sugestivo, o passado régio, redivivo na nossa imaginação.

Melhor que do primeiro lugar, vemos estender-se a larga frontaria do colégio da Sapiência, hoje Misericórdia, e a seu lado, escurecido e nobre na sua patina, o paço de Sub-Ripas, que João Vaz ergueu na primeira metade de quinhentos. Aí, mais que a nenhuma outra parte, te gostaria de acompanhar, curioso leitor: ao seu portal manuelino, ao pátio da casa de cima, para percorremos, um por um, os numerosos medalhões que a ornam, e que a tornam casa única, mas que a Fazenda Nacional se recusa a adquirir, nem sequer querendo saber se é baixo o preço pelo qual a poderiam salvar!

Não é todavia para esta parte alta que te quero pedir de novo a atenção, é para essa rua que foi monumental que ainda tem um nobre nome, o de Sofia (sabedoria), Santa Sofia outrora, e

que se vai transformando em artéria moderna, mas fazendo desaparecer o passado, a única coisa que daqui lhe procuramos.

Os velhos colégios conventuais modificam-se. O de S. Pedro dos Terceiros Franciscanos teve a sorte de ver recentemente renovada a sua igreja.

S. Tomás, em frente, reconstruído como palácio de justiça, guarda o claustro quinhentista. A Graça mostra a primeira igreja renascentista de Coimbra. Guarda, o do Carmo, intactos, a igreja e o claustro, que são ainda a nota dominante da rua, obras de Fr. Amador Arrais no final do grande século coimbrão. O templo conventual de S. Domingos vai acabando de se desnaturar. S. Bernardo, S. Boaventura perdem-se.

Na extremidade levanta-se sempre, a lembrar a História pátria, a comover pelas tradições, a encantar pela arte, a igreja de Santa Cruz.

Linda visão que dá, vindo-se do norte, quando se avança na grande rua, pela fachada austera de Boitaca, o portal de Castilho e Chanterene!

Entrados na Igreja, a meia luz e o silêncio preparam-nos para a admiração do púlpito e dos túmulos reais; no recorte dos arcos do claustro o resplendor solar reaparece e nos azulejos e nos sepulcros e nas inscrições ressurgem as figuras de Teotónio, de Telo e Peculiar, de Afonso e Sancho, Portugal e Coimbra quando a reconquista passava definitivamente além Mondego e além Tejo.

Deixemos tão belas recordações, nas quais nos íamos esquecendo. Chamam-nos à direita os mosteiros franciscanos. Santa Clara, mergulhada nas aluviões, nave austera de trezentos; S. Francisco mostrando ainda as frontarias seiscentistas; Santa Isabel, levantada na colina da Esperança, alonga a igreja e os dormitórios de Turriano, e, para além da igreja, alastra o magnífico claustro, encanto setecentista, que Mardel deveria ter traçado.

Aonde iremos, atencioso leitor, se já destas duas varandas foi apontado o que é mais digno de ser visto, os marcos primários da arte coimbrã?

Iremos a Santo António dos Olivais. Desejo-te mostrar no caminho o mosteiro de Celas, fundação duma princesa e, como todas as grandezas antigas, decaído; guardando sempre a linda estrela quinhentista da abóbada da igreja e o delicioso claustro, com figurações de Cristo e dos santos lavradas nos capitéis. É ele do tempo do senhor rei D. Dinis, o das cantigas de amor e de amigo.

Santo António agrada e sem que nunca enfade. Não é só a graça das construções franciscanas é, acima de tudo, esta paisagem, com os pendores de montanha cobertos de pinhais, olivedos e casarios branquejando, estas escapadas da vista para as serras distantes, perdidas nos fundos.

Enche a tua alma desta beleza serena, desta luz de saudade que é a alma também da paisagem de Coimbra, para que se te não torne tão triste o que vou dizer.

Viste Coimbra de longe, sentiste a sua graça, o perfume do seu passado. Tomaste dela o que ela tem de melhor e de mais puro. Fica por aqui, não a queiras ver de perto.

Vieste procurar só o passado e o passado de Coimbra há um século que o andam a enterrar; foi-se com o último hábito de monge. Não há ano algum que o coveiro-tempo lhe não lance mais uma pá de terra.

Por tudo te peço: – não subas à Alta. Um dia, muito mais tarde, os olhos que agora se estão a abrir nos primeiros sorrisos achá-la-ão agradável, tal como os que a viram nos séculos XVI e XVII, depois dos grandes colégios erguidos; para ti, e para mim também, a Alta morreu. Há, um livro que é o inventário orfanológico deste passado, chama-se Inventário Artístico da Cidade de Coimbra; tão novinho que é, já marca muita sepultura e, com ele aberto, se podem esfolhar saudades por esta colina. O passado artístico de Coimbra, a sua beleza, que deveria ser eterna e só eterna é na paisagem, cada dia se reduz; Coimbra será um dia tal qual um museu de breves salas esparsas em hostis ambientes.

Diário Popular, 1948.07.06.

AS ANTIGAS URSULINAS DE COIMBRA ERAM FREIRAS DE VOTOS SOLENES OU CONSTITUÍAM UMA SIMPLES ASSOCIAÇÃO SECULAR?

Pelo decreto de 5 de agosto de 1833 proibiam-se os noviciados monásticos de qualquer instituição ou natureza, condenando-se deste modo a vida conventual a um natural estiolamento e ao consequente desaparecimento quando se verificasse o falecimento da última freira. Este foi o regime a que as secções femininas ficaram sujeitas. O decreto de 30 de maio de 1834, de supressão das ordens religiosas, referia-se às masculinas.

Todavia, esporádica e ocultamente, num ou noutro convento feminino admitiu-se gente nova e fizeram-se profissões religiosas com votos perpétuos!

Lino d'Assunção, em *As Últimas Freiras*, descrevendo a visita ao convento de Santa Teresa desta cidade, deixou escrito: «à vista dos véus brancos e pretos que vi no mosteiro, deveras, deveras, não haverá ainda lá profissões?»

Eu próprio não tenho dúvidas que as houve. Como, por que forma e com que autoridade foram realizadas é que não sei, posto que o possa adivinhar em certo modo.

Se a última profissão oficial que ali se fez foi a de Maria de São José, a qual tomou o hábito em 1831, a verdade é que se teriam de dar outras posteriores para poder sair para o exílio, com o advento do regime republicano um certo número de religiosas professoras e... voltarem algumas de novo.

O processo seria este: obterem autorização do Governo para admitirem simples auxiliares do coro e lá dentro e em época julgada oportuna fazerem-lhes o noviciado e receberem-lhes a

profissão solene com a conivência dalgum dos confessores e dalgum dos capelães. Tenho encontrado bastantes destas autorizações para admissão de simples auxiliares.

Não julgo nada provável que as profissões se fizessem alguma vez com autorização dos prelados diocesanos. O vigário geral Lopes de Moraes oficiava, em 1843, à superiora do Lourçal: «estimo muito que admitissem a menina como auxiliadora no serviço do coro; mas recomendo-lhe e se é possível mando que se não desviem um ponto dos termos da portaria do Governo, em que lhes foi concedida a licença, e nada de solenidades que tenham cheiros de admissão de noviças, porque com isso além de poderem passar por grande desgosto fazem grande mal a seu Instituto».

*

As Ursulinas, que começaram o instituto na Pereira e depois o passaram para o convento de Sant'Ana e a República encontrou em S. José dos Marianos (hospital militar), beneficiaram dum equívoco, como se vê dum officio do referido dr. Lopes de Moraes.

O grande humanista dr. António José Lopes de Moraes foi, no período constitucional e na ausência do bispo fr. Joaquim de Nazaré (ferrenho miguelista, que se ausentara de Coimbra a 7 de maio de 1834), o primeiro vigário geral de nomeação pontifícia e de confirmação da rainha; os anteriores tinham sido simplesmente impostos pelo governo liberal. Tomou conta do governo da diocese em 1842; falecendo o bispo Nazaré (1851) foi eleito vigário capitular. No ano seguinte foi promovido no bispado D. Manuel Bento Rodrigues, (1852-58). Seguiu-se-lhe D. José Manuel de Lemos (1858-70) e a este o conhecido Bastos Pina.

Lopes de Moraes, dotado duma inteligência lúcida, culto, foi homem de grande envergadura moral.

Em officio á Rainha datado de 12 de março de 1843, respondendo à portaria de 6 do mesmo mês, em que se lhe ordenava que declarasse o que lhe constava de ter havido noviciados e profissões nalguns dos conventos da diocese de Coimbra, o vigário geral expôs o que se passava e se referia ás Ursulinas que ainda estavam em Pereira do Campo. Daqui extrato, modernizando ligeiramente a ortografia.

«Há em Pereira, lugar desta diocese, e distante duas léguas desta cidade um colégio de educação de meninas, que está de baixo da direção de mestras perfeitamente seculares, e esse

sujeito à jurisdição do Ordinário. As educandas pagam ao colégio certa soma anual para seu sustento, enquanto existem nele; as mesmas porém são sustentadas pelos fundos do colégio, e oíço que recebem além disso uma ajuda de custo, como compensação do seu trabalho. Destas mestras eram escolhidas certas, que sem deixarem de ser mestras mas que só queriam ser filhas do colégio e contempladas na distribuição dos réditos, as quais eram admitidas, depois de passarem por uma sombra de noviciado, a professarem a regra de Santa Úrsula, sem que todavia a semelhante profissão ficasse ligado voto algum solene. Durou esta prática até 1834, em que parou só porque depois da chamada profissão se denominavam Religiosas de Santa Úrsula.

«Constou-me que pelo seu instituto (que eu não vi ainda) podiam ser admitidas 30 religiosas e 20 leigas, e que por longo tempo as mesadas dum grande número de educandas juntas com os fundos do colégio chegavam para a subsistência de uma tão grande comunidade».

Continua o vigário geral a dizer que em 1841 estavam as religiosas reduzidas a treze, quatro das quais se encontravam entre-vadas. Pediram que mais algumas fossem admitidas a professar.

Governava o vigário geral anterior a Lopes de Moraes, que informou serem suficientes só mais três noviças, Maria Rita de Figueiredo, de trinta anos, Constantina Cândida da Silva Campos, da mesma idade, e Isabel Augusta Teixeira Beltrão, de dezoito anos. Depois de vários trâmites, a Rainha, por portaria de 23 de agosto de 1842, autorizou as três a serem admitidas à profissão.

Lopes de Moraes acrescentou: Talvez lhe faltasse o tino necessário para desviarem desta função o aparato do costume e que não conviesse às circunstâncias do tempo, mas nunca poderá dizer-se que houve manifesta e criminosa infração do art. 1.º do Decreto de 5 de agosto de 1833, porque nem houve profissão religiosa ligada com votos solenes, nem para aquilo mesmo que se fez faltou a licença régia».

*

Lopes de Moraes equivocou-se nitidamente, bem como a Rainha e ainda o governador civil por cujas mãos passaram os documentos. As Ursulinas eram freiras de votos perpétuos como as outras; só as destacava a finalidade do instituto, a de educação e ensino.

As suas constituições o diziam claramente, como vejo no exemplar que tenho em frente: *Regra de S. Agostinho e Constituições*

das Religiosas de S. Úrsula, Coimbra, 1755. Dois regulamentos dados pelos bispos de Coimbra, depois do fatal decreto de 1833, impressos em Coimbra em 1862 e 1856, nenhuma alteração trazem às constituições que altere o caráter de votos, o mesmo se deixando ver da *Memória sobre a fundação e progresso do Real Colégio das Ursulinas da Pereira*, Coimbra, (1850). As três noviças admitidas a professar, como acima ficou dito, aparecem no obituário da casa com a designação de religiosas tal qual as outras anteriores.

Para completa ironia deparou-se-me num tratado deste século, um tratado de todas as ordens religiosas da igreja católica, em que há um capítulo dedicado às de Santa Úrsula, que tem o mesmo nível que todas as outras, uma lista alfabética dos mosteiros de ursulinas existindo em 1900, em que aparece COIMBRA!

Afrontando os princípios liberais, com autorização régia, tendo a rainha como protetora, educando as filhas dos mais estrénuos defensores da Carta e de tudo quanto ela simbolizava, as estimadas, aplaudidas e protegidas ursulinas faziam profissões e levavam a vida de freiras, daquelas freiras que se queria extinguir.

Diário de Coimbra, 1953.05.24.

EM PROCURA DO PAÇO MEDIEVAL DOS SENHORES DE CARVALHO

Condenado o ato principal de violência e crime, suspende-se o juízo sobre os comparsas da tragédia de D. Maria Teles, tantas e desmedidas ambições, despeitos, ódios e intrigas andaram à mistura naquele reinado do Formoso.

Vinha D. Maria de sangue real, pois que sua quarta avó, D. Teresa Sanches, era filha bastarda de D. Sancho I, não falando na sua ascendência até Fruela II, rei de Leão.

Seu pai, Martim Afonso Telo, fora mandado matar à traição na tomada de Toledo, por D. Pedro-o-Cruel, o de Castela. Órfã, ficou sob proteção do seu tio conde de Barcelos, D. João Afonso Telo.

Veio a casar, e bem, conforme a sua nobreza, com Álvaro Dias de Sousa. Enviuvou e permaneceu na corte, sendo da casa da infanta D. Beatriz, filha de D. Inês de Castro.

Diz de D. Maria o historiador Fernão Lopes que era formosa e muito graciosa e que tinha grande casa de donas e donzelas, camareiras e outra gente miúda, sendo agradável a todos. Ficou-lhe um filho, que foi mestre da ordem de Cristo, D. Lopo Dias de Sousa.

Foi D. Maria motivo e ocasião do rei D. Fernando ver D. Leonor em casa da infanta.

D. Leonor era, como igualmente diz Fernão Lopes, louçã e de bom corpo; o rei, reparando na sua formosura e graça, deixou-se prender por ela e, cego de todo, levou-a, como é sabido, ao trono.

D. Maria e o conde D. João Afonso Telo tiveram grande parte no erro do rei; a ambição dominou-os, era a grandeza da família que se lhes anteolhava, como na verdade veio a verificar.

O que se seguiu de todos é sabido: D. Leonor dominou e, rainha, protegeu os seus.

Passou o tempo, adaptaram-se os grandes e esqueceram os pequenos, e a vida seguiu o seu curso normal.

O maior do reino veio a ser o príncipe D. João, benquisto dos reis, estimado dos fidalgos e do povo, grande cavaleiro, aprimorado em justas e torneios, caçador de monte como nenhum outro. Conta o mesmo Fernão Lopes a sua luta com o urso, as suas perseguições a javalis, a fereza dos seus cães Bravor e Ravês, e faz referências complacentemente aos açores, falcões, gaviões, galgos e podengos, que para todo género de caça o príncipe tinha.

Não obstante duro de braço, deixou-se prender nas graças de D. Maria, a irmã da rainha. Casaram mas não publicamente, isto é, trocaram as palavras de presente, perante testemunhas, o que era bastante ao tempo, e isto mais por ardileza de D. Maria que por vontade dele, que a desejava, segundo parece, mas sem o vínculo legal.

Não agradou o casamento aos reis. D. Fernando conformou-se. D. Leonor, esquecendo-se do que devia à irmã, resolveu perdê-la, temendo-se do futuro: não havia herdeiro masculino e a coroa poderia vir a cair em D. João. Leonor, que passara sobre todas as considerações morais e sociais para dominar, poder-se-ia ver decaída.

Armou-se hábil conluio: fez-se entender a D. João que D. Leonor gostaria de o ver casado com a princesa D. Beatriz, lamentando o boato que corria do seu casamento com D. Maria; acabou por se lhe insinuar a infidelidade desta e que, por isso, «bem a poderia matar sem prasma». Não faltaram festas e atenções a entontecê-lo, como na visita ao rei, em Alcanhões, aonde chegou a ousadia de João Afonso Telo (irmão da rainha e de D. Maria!) em lhe oferecer uma cota de armas, um bulhão e uma faca de mato, que se não era uma insinuação tudo o parecia indicar, pois que com esse bulhão é que praticou o crime.

No dia seguinte partiu enlouquecido em direção a Tomar, não aceitando o convite que o mestre de Cristo, filho de D. Maria, lhe mandou fazer para jantar. Esta recusa confirmou os receios que andavam no ar e o mestre mandou recado à mãe que se acautelasse.

De Tomar seguiu paro o Espinhal; cerca da meia-noite partiu para Foz de Arouce, passou por Almalaguês e veio aprear-se junto do antigo mosteiro Santa Ana, do lado de Santa Clara. Revelou aos seus ao que ia. Passaram a ponte e junto da Couraça disse o infante a um dos homens: «Vos sabees esta cidade e as emtradas e sahidas della melhor que outro que aqui vaa, por que estevestes ja aqui no estudo: Dona Maria pousa nas casas Dalvoro Fernamdez de Carvalho, emcaminhaae per tal logar, por hu possamos hir a ellas, mais apressa e fora de praça que seer poder. – E el respomdeio que assi o faria: e emtom os levou aa Igreja de Sam Bertolameu, domde naçe huuma estreita rua, que

dereitamente vay sahir aas portas daquellas casas: e elles alli, esteve a guia queda, e disse comtra o Iffante: – Estas som as casas que «vos demamdaaes».

Era já madrugada e encontravam-se à porta de serviço do paço. Saiu uma mulher para ir lavar roupa e eles entraram. Não conheciam a casa e, para mais, era irregular, feição comum da Idade Média, apresentando recâmaras e recantos. Entraram numa sala aonde estavam algumas mulheres a dormir, e à qual sucedia um pomar de laranjeiras. Informaram-se da situação da câmara de D. Maria, souberam que estava trancada e não tinha outra porta.

Contar a tragédia que se desenrolou, com o arrombamento, o espanto, as recriminações, o frio assassinato, as vozes de dor, o borburinho, para quê? Bastantemente conhecido anda tudo isso, e não é esse o nosso fim. Indagar a situação da casa foi o que nos propusemos.

O assassinato, segundo as deduções de Braamcamp Freire, dever-se-ia ter verificado em novembro de 1379.

*

Sigamos ordenadamente o inquérito da situação da referida casa.

Ficava próxima de S. Bartolomeu. Esta igreja encontrava-se no sítio da atual mas com orientação inversa da presente, isto é, a porta principal abria-se no ponto oposto; todavia o eixo não deveria coincidir rigorosamente, pois que o da presente igreja ultrapassa em direção norte o extremo da posição litúrgica, a linha de NE-SW; temos de fazer girar essa linha de eixo de modo a ficar sensivelmente em posição perpendicular às casas do Adro de Baixo, as que fazem esquina para a Rua dos Esteireiros. Todavia esta indagação de posição rigorosa não é necessária para o problema de momento.

Vindo o infante e os companheiros da Portagem e Couraça deveriam ter estacionado cerca da antiga frontaria. Para onde seguiram?

Temos de estabelecer, em grosso, dois sectores, ambos limitados pela Rua dos Esteireiros: o do sul, para o lado da Portagem, e o do norte, que inclui o bloco do bairro até às Azeiteiras e Praça Velha.

O primeiro é fácil de eliminar pela consideração que vindo eles da ponte encontravam a casa antes de chegar à igreja.

Resta o segundo.

O infante procurava entradas secundárias, como conseguiu; afastou-se deliberadamente da fachada principal e entrada nobre do paço; queria proceder cautelosamente, como assassino que não deseja luta.

A casa procurada não era uma casa qualquer; era de Álvaro Fernandes de Carvalho, a dos senhores de Carvalho, no atual concelho de Penacova, que já desde o séc. XII residiam nesta cidade, pois que os antepassados daquele, Domingos Feirol e D. Belida, foram sepultados na Sé Velha, família que tantos combatentes veio dar às nossas lutas em Marrocos. A fachada principal não podia estar voltada a um beco, deveria dar para rua de categoria ou para praça ou largo de certo relevo. Foi sempre esse costume, como se vê das casas nobres que restam.

A melhor rua que saía então de S. Bartolomeu deve estar representada pela dos Estereiros. A casa não deveria ficar aí, pois que o caminho seguido pelo infante não era tão fácil de encontrar que não necessitasse de guia, e se na mesma rua se levantasse bastaria ao mesmo guia levantar a mão a indicá-la.

A outra rua de importância era a das Azeiteiras; a praça de categoria a do Comércio, a velha praça, guardando ainda hoje casas da época manuelina e posteriores.

O caminho que tomaram é indicado por Fernão Lopes: «e emtom os levou aa Igreja de Sam Bertolameu, domde naçe huuma estreita rua que dereitamente vay sahir aas portas daquellas casas».

Essa estreita rua deverá estar representada ou pelo beco dos Prazeres ou pela travessa da Boa União. As traseiras da casa dos Carvalhos dariam pois para o largo atual do Romal. Quem aqui se colocar, com uma carta da cidade, olhar em volta, percorrer e calcular as áreas ocupadas pelos blocos de construção, é levado a pensar que o paço dos Senhores de Carvalho se deveria situar no bloco que é limitado por este largo, ramo ascendente das Azeiteiras, Praça Velha, Prazeres e novamente o Romal. A frontaria voltar-se-ia ou para as Azeiteiras ou para a velha praça, hoje do Comércio.

Lembraremos a quem quiser confrontar espaços ocupados por antigas casas nobres, o próximo Paço do Conde, o dos condes de Cantanhede, que ainda guarda arcarias góticas do séc. XVI inicial.

Temos assim uma grande zona limitada. Dentro de certa probabilidade podemos colocar nela o paço que procuramos.

Todavia poderemos ir mais longe, podemos restringir mais o terreno, mas já com menos probabilidade, como simples hipótese de estudo.

A parte de maior densidade desse bloco é a do ângulo da Praça Velha e das Azeiteiras; aí se encontram os restos do grande hospital real ou da Conceição, o hospital ordenado por D. Manuel para concentrar as pequenas e agonizantes fundações espalhadas pela cidade.

Como em Lisboa se implantara o hospital de Todos-os-Santos na praça cardeal da cidade, igualmente em Coimbra ficou no grande centro cívico ao tempo, aonde acorria e pulsava a vida local.

O sítio, é bem de ver, não seria terreiro devoluto ao tempo da função manuelina, deveria estar ocupado por casario.

Ocorre pensar paralelamente ao que se deu mais tarde, quando se pensou em instalar a inquisição, em que foram lembradas algumas casas, como a do conde de Cantanhede, a de Sub-Ripas e ficou no antigo colégio das Artes.

Para diminuir as dificuldades das expropriações não teria surgido a ideia de aproveitar uma grande casa da praça, e neste caso a dos Carvalhos? Pela narrativa de Fernão Lopes vê-se que a habitação era complicada de pavilhões, reentrâncias, hortos, o que naturalmente obrigava a um alastramento por amplo terreno.

Nesta zona do ângulo (ocupada pelas casas Martas, Condes, etc.) nada se nos deparou, quando elaboramos o inventário artístico da cidade, que fosse anterior a D. Manuel, porque tudo teria sido renovado na época hospitalar.

*

Não passa tudo isto de hipóteses mais ou menos fundamentadas e verosímeis; só a indagação documental nos arquivos das extintas colegiadas de S. Bartolomeu e S. Tiago poderia fornecer elementos diretos ou simples referências, como nas confrontações de casas foreiras.

Se não fica problema esclarecido fica levantado pelo menos.

A vinda dos estudos gerais para Coimbra, no século XVI, originou o predomínio da burguesia universitária, que primeiramente se ligou à nobreza medieval e acabou por se lhe substituir. Não só os velhos paços se obliteraram como os próprios nomes dessas famílias caíram no esquecimento. Não admira que hoje desconheçamos a quem pertenceram as casas que existem e se certas linhagens regionais as tiveram na cidade.

*Boletim Comemorativo do Décimo Quinto Aniversário
do Ateneu de Coimbra, Coimbra, 1955.12.*

A QUINTA DA RIBELA

I

AS GALERIAS

Larga curiosidade tem despertado a galeria que se estende sob o terreno da avenida central de Coimbra, entre o mercado e a quinta crúzia. Desde gente intrépida, meia metida na água que corre, chegando ao ponto mais alto, até aos curiosos que se limitam a olhar para o fundo sulco aberto para as novas canalizações, incluindo o difícil trabalho fotográfico executado pelo hábil e sempre dedicado à documentação e reportagem, o distinto Varela Pècurto, que já fez larga exposição na sua casa da Portagem, a cidade inteira, passando a pé, de automóvel ou de qualquer outro, tem comentado e proposto explicações que vão de simples condutas de água às de maior fantasia.

Sejam permitidas ao meu modesto saber duas palavras.

*

As galerias encontram-se sensivelmente na linha do talveguedum vale, o qual se abre do rio Mondego e toma uma linha ascendente até à quinta de Santa Cruz, onde se desdobra num ramo para nordeste que chega a Celas, à Fonte de El-Rei, e outro pequeno, para o lado da Penitenciária. Na parte fundeira, essa linha passa ao lado do Mercado, atravessa sob Santa Cruz, segue à parte posterior da Rua da Moeda, pela vala que é a Runa antiga e, como esgoto, se vai lançar no rio.

Naturalmente um vale tem vertentes ou encostas donde escorrem as águas das chuvas e habitualmente se há nascentes, a essa linha se dirigem os excedentes das mesmas, seguindo

com maior ou menor velocidade, conforme o seu volume e a inclinação desse talvegue. Creio que isto é comumente sabido por doutos e indoutos. Todavia para citar bibliografia facilmente acessível, peço que se procure e leia o artigo «Vale», na «Enciclopédia Portuguesa e Brasileira» o qual toma dez colunas do tomo XXXIII, de páginas 828 a 833, largamente elucidativo.

Talvez não seja necessário tanto, bastará abrir os olhos e o entendimento ou, quando muito, procurar aquele pequenino compêndio de Geografia dos tempos de menino.

Naquela quinta que, nos tempos dos frades se denominava Ribela, corria muita água, como se vai dizer, e não era sem razão que tomara esse nome, espalhado ainda na mesma aceção de pequena ribeira, por todo o País, como ao lado da vila de Penacova acontece.

Mas se água havia em Coimbra, e em verdadeira abundância, era nesse vale.

No alto, do lado do Norte, começava a corrente na fonte de El-Rei, em Celas, que, no século XVIII e reinado de D. José, em 1761, foi dotada de ostentoso espaldar, mas diminuída hoje no seu caudal. Logo a seguir a Fonte da Rainha, da qual ainda eu próprio vi o seu grande jorro a emanar no terreno hoje do Instituto Maternal.

A parte alta do vale era atravessada por uma linha de águas aproveitada para abastecer o aqueduto que a dava abundantemente à Alta da cidade, colégios e paços, descendo o seu excedente à fonte do adro da Sé Velha.

Nessa linha alta, transversal, ainda muitos dos conimbricenses se recordam das guaritas a proteger as nascentes, e especialmente duma pela parte posterior à Penitenciária.

Já o duque de Coimbra, o Infante D. Pedro, no fim do primeiro terço do século XV, tentara essa recolha de águas, para restaurar o aqueduto da época imperial romano, de que havia ainda furos e restos de bases dos pegões, o que só o rei D. Sebastião, em 1570, fez executar, com oposição dos crúzios, aos quais os terrenos e as águas pertenciam, como já haviam procedido naquele outro século. Para Santa Cruz ficou água em abundância, permitindo a Frei Gaspar da Encarnação lançar nesse alto as escadarias e tanques da quinta de recreio, como a fonte chamada «Sereia» pelo povo o demonstra.

Bastará lançar os olhos ao aqueduto, aos comumente chamados Arcos do Jardim, para se avaliar que tal obra não era destinada a dar passagem a um fiozinho de água mas a grande levada.

A fonte da Nogueira ficou lembrada nas crónicas do mosteiro. Pela parte posterior das casas da avenida, em diversos pontos, brotam choros de água.

A razão dessa abundância é simples; dá-se, naquela parte alta, o contacto das rochas calcárias do Liássico com os arenitos que vêm do norte e passam para sul do rio e seguem até Tomar, rocha mole mas densa que obriga a água a circular na zona do contacto e a atira para aquela outra.

Próximo do Mercado há a bem conhecida Fonte Nova, que foi a «fonte dos judeus», pois que se encontrava na extremidade do bairro judaico, já referida no começo do século XII. Estava ao lado de cima da rua que vem do Corpo de Deus. No ano de 1945, ao fazer-se um desmonte no terreno daquele outro lado, cortou-se a veia, caindo do alto um forte jorro, límpido, a encantar o olhar, tanto mais que se estava no fim dum período de seca que já durava havia quatro anos.

Ao lado do Mercado, cravada no muro da escola comercial, há a pequena e decorativa fonte da Madalena, que deixa cair ao nível do passeio um leve choro.

Mais abaixo notar-se-ão os tanques do Jardim da Manga, centro outrora dum claustro crúzio, secos ou coisa parecida mas que tiveram a sua boa época.

Do lado oposto, onde se vê o terreno com árvores e erva, era o sítio da antiga torre; refere o cronista ter havido, encostado à mesma torre um elefante de pedra a fazer de fontanário.

Outra fonte, e grande foi a do claustro do mosteiro, a fonte de Paio Guterres. Foi ela a razão que levou o fundador de Santa Cruz a comprar ao cabido catedralício e a pedir ao rei as «almuinhas», as hortas, que ali possuíam para o local d mosteiro. Chamava-se ao sítio os Banhos Reais, o que levou o ilustre Dr. Vergílio Correia a pensar que ali tivesse existido um balneário romano da cidade de Emínio e que eu, em critério próprio, julgo ter-lhe sucedido um da época muçulmana.

Já depois da fundação de Santa Cruz, em 1145 no vale ainda havia casas, com andaimes e poço.

Como se vê, o vale era de grande riqueza de águas.

E esse curso da Ribela, que a seu meio juntava suficientes águas para fazer mover moinhos, passava sob o mosteiro; do reformador quinhentista, Fr. Brás de Braga, diz um cronista inédito: «Fez a abóbada da Sota, que vai por baixo do mosteiro do tijolo».

Continua essa sota ou runa sob o largo de Sansão, e segue pela parte, como foi dito, posterior da Rua da Moeda, indo cair

ao Mondego. Neste momento, estando-se na avenida Fernão de Magalhães, ou no largo das demolições, vê-se o espaço estreito que ela ocupa, posteriormente aquelas casas, as quais fazem desaguar ali, diretamente os seus esgotos.

A entrada de Coimbra, vinda do norte, antes da abertura quinhentista da Sofia, era pela Rua Direita; e, na Idade Média, atravessava-se o regato por um pontão, ao desembocar aquela rua no largo. Refere uma bula papal um confronto entre serventuários do mosteiro e da sé, tendo mesmo caído um ou mais frades para a água.

E agora, os prezados leitores estão a adivinhar o volume das águas que desciriam pelo talvegue da Ribela, já não só nas épocas pluviosas, como normalmente.

Deve-se recordar que todos esses terrenos da avenida pertenciam a Santa Cruz e que eram de cultura agrícola. As águas iam bater nas vastas construções monásticas, as quais com as anexas cortavam o vale, da vertente norte à do sul, formando uma espécie de dique. Necessitavam de serem protegidas e não era uma vala a céu aberto que seria eficaz, só um forte encanamento o seria.

Mas a galeria não era uma só; teve variantes e ramos complementares. Foi o que se viu naquelas obras que os Monumentos Nacionais executaram proficientemente, a fim de se evitar a inundação da igreja.

Fácil de julgar é que a uma primeira canalização se sucedessem reparações ou mesmo obras de maior categoria.

Escuso de tentar explicar mais.

Falta ainda falar das passagens inferiores e superiores no atravessamento das propriedades crúzias pelos caminhos públicos. Serão motivo de novo artigo.

Diário de Coimbra, 1980.11.04.

II

PASSAGENS SUPERIORES E INFERIORES

Nenhum outro assunto mais atual que este; passagens deste género todos as desejamos quando não existem, todos as agradecemos e utilizamos, nesta época de intenso movimento nas estradas.

Passagens superiores nas ruas da cidade, grande parte dos atuais habitantes as conheceram, como aquele alto e largo arco que, ao cimo da ladeira do Castelo, cortava a rua, a ligar o hospital dos Militares ao do Castelo, lançado no século passado, a seguir à passagem dos dois edifícios à jurisdição da Faculdade de Medicina.

Está na lembrança comum o Arco do Bispo, partindo dos anexos do paço episcopal (hoje museu) para os da Sé Nova.

Ainda continuará por algum tempo o do Arco Pintado e aquele perto do campo do União.

Outros há que já não são simples ligação de duas casas mas que se encontram rasgados em moradias. Assim se vê na Rua de Sobre-Ripas como ao fundo da Rua do Loureiro. O Arco de Almedina é, porém, a antiga porta da parte cercada de muralhas da cidade, dominada da torre militar, defensiva da entrada.

Bastantes outros existiram na cidade antiga.

*

As propriedades de Santa Cruz, do mosteiro ao alto do Vale da Ribela, eram cortadas a pouco acima dos edifícios conventuais pela estrada, ou melhor, pelo caminho que vinha de Montarroio, atravessando à Manutenção Militar, para seguir à Rua do Corpo de Deus. Era um dos caminhos utilizados por quem vinha do Norte ou do Nordeste, o qual partia do vale de Coselhas, para as Almas da Conchada, descia a antiga Rua Ocidental de Montarroio, cortava o vale e, já do outro lado, encontrava o estreito caminho (o de Entremuros) que das Figueirinhas ia ladeando o morro citadino e chegava à Ladeira do Castelo, e que, ultrapassando-o, desse ponto da Fonte Nova ou seguia acima, à Rua do Colégio Novo ou ia para a Rua do Corpo de Deus; isto é, daquele ponto da Fonte Nova continuava a irradiar e a servir diversas zonas citadinas.

Cortava, pois, transversalmente a quinta, dividindo-a, ficando na parte de baixo, a menor, a «Horta», e a «quinta da Ribela» pela grande extensão superior.

Tratando-se duma linha de trânsito intensa em certos dias e a determinadas horas, era de toda a conveniência para a vida do mosteiro que houvesse uma passagem privativa de um para o outro lado. Não é conhecido o ponto exato em que ela se abriu, podendo-se vir a encontrar ocasionalmente alguns traços.

Será de notar que a superfície do vale tenha oscilado muito durante os séculos. Se do alto até próximo do mosteiro era inclinado e formado de terras móveis, não só naturalmente como

pela utilização agrícola, produzindo-se escavações do mesmo com o transporte dos materiais; ao fundo começava a zona de depósitos desses elementos carreados, cuja massa ia aumentando com aqueles que o rio ia atirando para esse lado. Através desse volume de depósitos cortava caminho o traçado da Runa, da qual se falou no artigo anterior.

O estudo do carreamento dos materiais para essa zona que forma, dota a Baixa, dando o assoreamento geral, pode-se estudar da alta e extensa varanda dos Gerais universitários, reparando no esporão que a Estrela faz e na enseada fluvial e seu enchimento até ao promontório do Pio, isto é, do cemitério.

Queremos dizer: há pontos que ainda se encontrarão no antigo nível, mas outros, pelas obras da avenida central e da grande praça da República, tão sobre-elevadas foram, e muito em certos lugares, que bastará lembrar, segundo gravura antiga, se subiam do plano do terreno antigo para a arcada da Quinta de Santa Cruz por treze degraus.

*

A outra passagem dava-se entre o edifício monástico e o seu colégio de St.º Agostinho ou Colégio Novo. Fora este construído no fim do século XVI, nos terrenos que pertenciam ao convento desde o primeiro Rei, que lhes dera a zona da Porta Nova.

Esta situação tinha a vantagem de aproximar os alunos das aulas da Universidade mas afastava-os do mosteiro, com o qual era necessário manter relações contínuas, apesar da aparência duma vida independente, com reitor próprio e mais elementos administrativos.

O convento não dispunha de outro local mais acomodado. A quinta da Ribela, já pelos inconvenientes da sua situação, os da humidade e de falta de conveniente exposição solar, não oferecia espaço desafogado.

Em 1604 mudavam-se do mosteiro os alunos e mestres para o novo edifício.

Não só a diferença de nível, que não era pequena, como o necessário atravessamento das ruas intermédias, que diariamente serventários e mais elementos monásticos teriam de fazer, obrigou a um caminho privativo, porém duro e só praticável a gente no vigor da vida.

Partia da zona da Horta, já fora do edifício, seguia em escadaria ao ar livre, aos ziguezagues pela encosta, onde é a zona

alta do mercado; ao chegar à Rua da Misericórdia, próximo do entroncamento com a que vem do Corpo de Deus e junção das Figueirinhas, passava subterraneamente, tendo aparecido há um ou dois anos uma câmara caiada que formava um patamar. Um acaso fez com que a visse. Ia a passar; os técnicos responsáveis estavam interditos com o achado; expliquei e os trabalhos prosseguiram. Subterraneamente, pois ia ter a uma torre militar que se levantava à esquerda, em frente da esquina do Colégio Novo; do segundo piso desta transpunha-se, em passagem superior, por um arco, o arco de Santo Agostinho ou do Colégio Novo, a rua para o edifício colegial. Tinha este arco, a um e outro lado, um nicho, com as esculturas dos Santos Agostinho e Teotónio, o que desenhos do Mestre António Augusto Gonçalves mostram.

Essas duas esculturas foram levadas para a igreja Penalva d'Alva (Oliveira do Hospital) e colocadas na frontaria, nos remates médios da mesma. O arco e a torre foram demolidos em 1888. Nas paredes da casa em que a torre se transformara foi encontrada a lápide da *Civitas Aeminiensis*, a qual tirou as dúvidas de a atual Coimbra ter sido a *Aeminium* clássica.

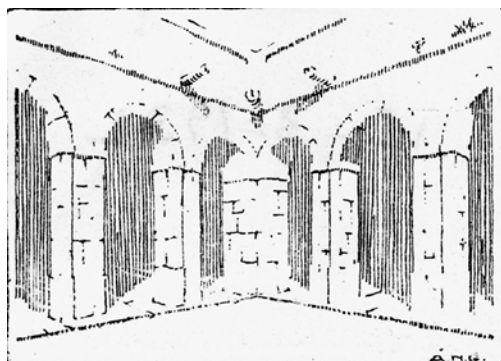
Diário de Coimbra, 1980.11.11.

O CONVENTO DO DESAGRAVO DO SS. SACRAMENTO, DE VILA POUCA DA BEIRA

Das duas visitas que fiz a este convento, conservo da primeira alguns desenhos, da segunda pequenas fotografias. Olhando agora para uns e para outras sinto renascer a antiga impressão de abandono e de tragédia, e vejo diante de mim erguer-se a sua pobre fábrica, o *túmulo branco e profanado*, como fiquei a chamar-lhe.

E ele era mais que um túmulo, era um cadáver a desfazer-se. O soalho dos corredores e das celas estalava debaixo dos pés, e era necessário adivinhar os caibros inferiores para passar só por eles. O claustro de pequeninas arcadas, do módulo de estatura de fino noviço, tão pequenino que erguendo eu os braços tocava no fecho do arco com a mão, estava ao abandono.

Só, no centro, se erguia um loureiro, muito fino e muito alto, a procurar o sol acima dos telhados.



Claustro

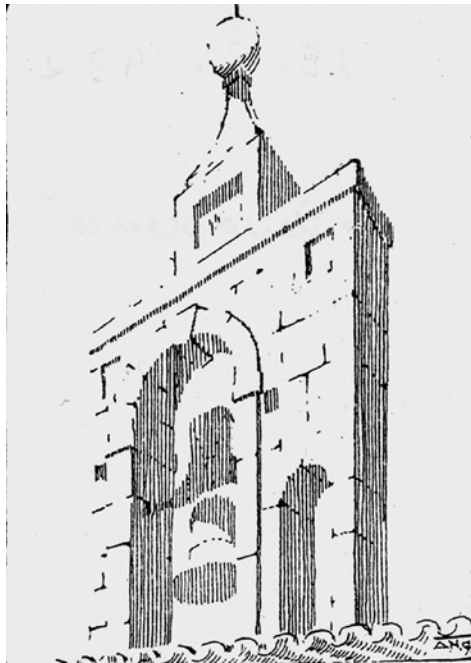
Era a agonia do edifício no seguimento da agonia acabada da comunidade que em tempo chegava a tais apuros que as religiosas se tinham alimentado de *leitugas e saramagos*, como escreveu o bispo conde D. Manuel C. Bastos Pina.

Que amarga e pungentíssima tragédia isto não revela!

Hoje está tudo morto e bem sepultado, e até o próprio edifício se esqueceu do velho tempo, renovando-se numa nova ordem...

Não sei quando lá acabou a última freira. Em 1875 o bispo já alegado descrevia desta maneira a vida que ali se levava:

– «...tivemos ocasião de observar e admirar a abnegação e a dedicação sublime e quási sobre-humana, com que aquela devota comunidade, de quatro religiosas professoras e dezasseis pupilas, preenche cabalmente todas as obrigações do seu austeríssimo e santo Instituto: e não se compreende nem se acredita hoje no século, que estas senhoras, quasi todas velhas, e com quatro doentes e de todo impossibilitadas, levem a abnegação e a piedade a ponto de cumprirem com máximo rigor as obrigações todas do seu santo Instituto».



Campanário do Claustro

«Além do serviço do coro, que é muito pesado e a diferentes horas do dia e da noite, e a que assistem todas, estão duas, que se revezam, constantemente de joelhos, de dia e de noite, em adoração ao SS. Sacramento. Cuidam dos diversos guisamentos e alfaias empregadas no culto divino: e nesta parte é muito para admirar o asseio e boa ordem que mantêm em tudo; o esmero das roupas brancas, todas de muito trabalho; o arranjo dos paramentos, alguns mui ricos e a maior parte consertados e preparados por elas; as muitas flores artificiais que fazem, e muito delicadas, para adornar a Igreja, que é um verdadeiro primor de asseio e de elegância. Além disto, carregam com todo o trabalho da enfermaria, da botica e da roda; cultivam e tratam um pequenino jardim; fazem por si só o serviço da cozinha e do refeitório....

«E, para descansarem e se confortarem de tantos trabalhos, fadigas e vigílias, têm apenas, para habitação, uma casa em país frio, exposta aos rigores do norte, húmida, muito velha, crivada de buracos, e sem conforto de qualidade alguma, a não ser a enfermaria; – para alimentação, comida de magro todo o ano, jejum quase sempre, e pão e água para a ceia: – para vestuário, um hábito de burel sobre o corpo, atado na cinta com um cordão de S. Francisco, e um pano preto por cima da cabeça e da cara, tanto de verão como de Inverno; para dormida, uma pequena cela com uma grande cruz de madeira, algumas tábuas nuas postas sobre dois bancos, uma coberta de burel, e um cepo com uma cavidade no meio, onde reclinam a cabeça; – e para distração e recreio, a penitência e o silêncio contínuos!»

Renascença: Ilustração Católica, 1932.03.15.

O CONVENTO DE VILA POUCA DA BEIRA

I

Visitamos este convento em ano pouco posterior ao de 1925.

Era pároco da freguesia pessoa de certa cultura, que ficamos a lembrar com simpatia, o padre António Gouveia Esculcas, amável, estimado tanto pelo povo como pelos melhores níveis sociais da região.

Fizemos fotografias que, mais tarde (15-6-1936), haveríamos de publicar na revista ilustrada de Lisboa, «Renascença», acompanhando-as de ligeiro artigo.

Tivemos ainda a boa sorte de vir a encontrar certos documentos que, agora, serão, essencialmente, o fundo e o motivo desta fragmentária história monástica. Servimo-nos delas ainda para uma ligeira nota introdutória da resenha da freguesia no volume do «Inventário Artístico de Coimbra».

Daremos inicialmente um seu resumo e publicaremos em seguida a sua cópia; resumo para a leitura corrente de grande número de leitores, reprodução documental para quem queira mais completa informação.

A 19 de agosto de 1780, o bispo conde D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho mandava passar licença para se fundar um convento de religiosas em Vila Pouca.

Havia já a rainha D. Maria I concedido licença para o mesmo fim, a pedido da câmara, nobreza e povo local, documento que não conhecemos.

O número das religiosas seria, inalteravelmente, o de trinta e três. Seguiriam estas as constituições do convento do Desagravo da antiga vila do Lourçal; às quais nos referiremos em capítulo próprio.

Câmara e povo ofereciam, para a implantação do mesmo, a capela de São José, com tudo o que à mesma pertencia, seu adro e terrenos de cultura envolventes; para dotação, dezasseis mil cruzados, representados em fundos empregados já em propriedades, em empréstimos, em censos e ainda em doações condicionais, logo que as obras fossem iniciadas e que se haveriam de empregar em bens de raiz.

Para a sustentação das religiosas e seus dotes estabeleciam-se cômguas anuais e vitalícias de quarenta ou de trinta e cinco mil réis cada uma, cômgrua que continuaria a ser entregue ao convento no primeiro ano a seguir ao falecimento de cada uma.

As religiosas, na sua entrada dariam cinquenta mil réis e levariam um pequeno enxoval a determinar.

Poderiam ser admitidas mais duas religiosas para serviços auxiliares, que só pagariam metade das outras.

O mosteiro seria de proteção real e de sujeição aos prelados da diocese de Coimbra.

A aceitação de noviças pertenceria à comunidade, com consentimento episcopal.

No ano a seguir, o de 1781, em dia não mencionado – e que teria sido entre 8 de março e 7 de outubro, as datas entre as quais foi exarada a provisão – declarava o bispo ter escolhido para fundadoras as duas religiosas do convento do Louriçal, Soror Maria de Santa Catarina e Soror Maria Bárbara, cuja eleição havia tido beneplácito régio; verificando-se, porém, que eram insuficientes para o trabalho que a instalação conventual exigia. Por essa razão, o bispo concedia autorização de entrarem no Louriçal quatro educandas como noviças, a instruírem-se na regra, princípios monásticos dali, e para irem colaborar com aquelas.

*

De nova provisão episcopal, de 27 de maio de 1791 deduz-se que o edifício do convento ia em bom andamento, e que se havia conseguido uma casa para residência provisória das religiosas, dotada de capela capaz do culto monástico e obrigações inerentes.

Pela mesma provisão dava-se licença de saírem do Louriçal para o hospício de Vila Pouca, a Madre Maria Bárbara e Madre Maria do Lado que ia em substituição da primeiramente nomeada Madre Maria de Santa Catarina, falecida. Acompanhariam estas fundadoras duas outras, Soror Maria da Sagrada Família e Soror Maria de Santa Rita.

Ao mesmo tempo, obtido já o beneplácito régio, permitia-se que a abadessa do Lourçal pudesse admitir e lançar o hábito a quatro noviças com destino ao novo convento, as quais, depois duma breve instrução naquele mosteiro, iriam acabar o noviciado neste da Beira.

Nomeava o bispo como primeira abadessa a Madre Maria Bárbara.

Estando, pois, preparado o hospício, foi autorizada a entrada. Para orientar a condução das religiosas, entregava-se esse encargo ao cônego José Simões.

Para capelães e confessores das religiosas deparam-se-nos dois nomes, padre José Henriques de Carvalho, pároco reservatário de Almalaguês, a 10 de janeiro de 1795, que seria o primeiro, e o padre Francisco Marques Correia e Seixas, de Couto do Mosteiro, a 19 de abril de 1844.

Na história dos começos do convento é necessário vincar um nome, o de uma modesta mulher do povo, Genoveva do Espírito Santo, a «tia Genoveva», (que veio a falecer a 31 de dezembro de 1821), a qual, movida duma fé ardente, se lançou a pedir para a construção do mesmo.

Dever-se-ia ter obtido alvará régio, como era regular ao tempo. Duma provisão de 2 de julho de 1793, deparou-se-nos notícia a autorizar esse peditório pelas freguesias da diocese de Coimbra.

Genoveva atravessou duas vezes o Atlântico, para ir à corte, no Rio de Janeiro, tendo obtido o patrocínio da rainha D. Carlota Joaquina.

Esta entregou-lhe joias pessoais que foram aplicadas na custódia por ourives do Porto.

Esta é uma peça em estilo neoclássico. Encontrando-se já executada, limitou-se o artista a subdividir as joias e, sem outra alteração, ali as cravou. Entre as mesmas há um grande e excecional topázio. Encontra-se no Museu de Coimbra.

Contam-se diversos episódios das viagens da tia Genoveva, como o de um negociante que, duvidando da empresa, prometeu dar-lhe, quando o edifício se encontrasse na devida altura, a telha para o cobrir, promessa que cumpriu.

A Comarca de Arganil, 1987.11.17.

DOCUMENTOS

I

Vão-se reproduzir as cópias dos três documentos fundamentais para a história do convento. Transcrevê-los-emos tal qual, mas regularizando a ortografia e dando-lhes ligeira atualização.

*

Registo da provisão de licença para se fundar hum novo convento de religiosas em Villa Pouca da Beyra deste bispado.

Dom Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho por mercê de Deus e da Santa Sede Apostólica Bispo de Coimbra Conde Arganil Senhor de Coja e do Conselho de Sua Magestade Fidelíssima Etc. Fazemos saber que a Câmara, Nobreza e Povo de Villa Pouca da Beyra deste bispado nos representou que, havendo Sua Magestade sido servido pela provisão que ajuntavam, conceder licença para no sítio chamado S. Joze, junto à dita Villa se fundar hum convento com o número certo e inalterável de trinta e três religiosas de coro, do mesmo instituto e observância do Real Convento do Sanctissimo Sacramento da villa do Louriçal, e dependendo também de licença nossa. Offereciam para o terrado ou plano do convento e igreja a mesma cappella de São Joze, com tudo o que lhe pertencia de imagens, paramentos e alfaias, com o seu adro e terreiros a ella contíguos, para cerca e pomar e hortas, as fazendas a ella também contíguas com águas bastantes, das quais humas haviaio sido doadas e outras compradas com esmolas de pessoas devotas. Para princípio do fundo do mesmo convento offereciam dezasseis mil cruzados, dos quais huma parte se achava já empregada em fazendas, e outra em juros, outra em censos e outra em doações condicionais para entregar-se dando-se princípio à obra, e se empregar em bens de raiz estáveis; cujo fundo se fazia ver do mapa, que igualmente ajuntavam; e se augmentaria muito mais, dando-se principio à dita obra.

E pelo que tocava ao sustento das religiosas ou aos seus dotes, se estabelecia em cõngruas anuais e vitalícias de quarenta ou trinta e cinco mil reis cada uma, com as seguranças necessárias de fiadores e hypotecas, para evitar as falências, que podiam acontecer. Com a condição porém que esta cõngrua se continuaria ao convento o primeiro anno depois da morte de cada respectiva

religiosa; e cada huma dellas na sua entrada daria cinquenta mil reis de esmolla para as despesas da igreja, sacristia e convento, e levaria um pequeno enxoval, que se determinaria ao parecer das fundadoras e consentimento nosso. O qual dote e condiçoens expostas se poderiam alterar nas primeiras trinta e três religiosas que entrassem, como também se poderia dispensar na idade que requeria o estatuto do convento do Louriçal, e em outras circunstâncias e condiçoens que nelle se observão. E outrossim poderião admitir-se duas outras religiosas barbatas com meyo dote, meya esmola e meyo enxoval. Com condição ultimamente de que este convento seria da protecção real e de sogeiçao ordinária nossa e dos mais prelados deste bispado existentes «pro tempore», assim como era outro qualquer convento da mesma sogeição e nossa jurisdição, observando-se em tudo os estatutos e costumes do Real Convento do Louriçal; com a excepção somente de que a aceitação das novissas pertencia à comunidade com consentimento nosso e dos mais prelados «pro tempore» existentes; pedindo-nos finalmente lhe facultássemos a referida licença para a fundação mencionada.

E visto por nós seu requerimento e o louvavel zello dos supplicantes em promoverem huma obra tão meritória, e o justo e útil fim a que a mesma e dirige; depois de ouvido o Doutor Promotor, que não teve dúvida, e mandarmos proceder a outras diligências tendentes a validar a presente fundação, e à sua estabilidade e segurança, das quaes não resultou impedimento; e visto outro sim constar dos requisitos que, por Direito e constituiçoens se requerem para semelhantes fundações.

Havemos por bem conceder licença para se dar princípio à obra conforme a planta que approvamos, ficandonos reservado immediatamente tudo o que de futuro pertencer a esta função, e principalmente no tocante à igreja que será revista a fim de ver-se se está conforme, para se dar licença par nella se celebrar o angustissimo sacrificio da Missa e mais funções sagradas.

Esta provizão se cumprirá como nella se contem.

Dada em Coimbra sob nosso sinal sello aos dezanove dias do mez de agosto de mil setecentos e outenta annos e eu Theotonio Mendes de Carvalho escrivão da Camara a escrevi – Francisco Bispo Conde.

A Comarca de Arganil, 1987.11.28.

II

Registo da provisão para aceitação de quatro noviças para o novo convento de Villa Pouca da Beira.

Dom Francisco de Lemos de Faria Pereyra Coutinho, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, Bispo de Coimbra, conde de Arganil, Senhor de Coja, e do Concelho de Sua Majestade Fidelíssima, Etc...

Fazemos saber que havendo nós concedido licença para na villa e freguesia de Villa Pouca da Beira fundar-se hum convento do instituto que observa o do Santíssimo Sacramento da Villa do Louriçal, tendo accedido para o mesmo fim faculdade regia, e sendo posta em effeito esta pia obra, procedemos a elleger para fundadoras as duas religiosas do dito Convento do Louriçal Soror Maria de Santa Catharina e Soror Maria Bárbara, por nos constar do seu espírito, talento e virtudes para semelhante emprego, cuja elleição teve o régio beneplacito, que Sua Majestade se dignou participar-nos. Porém considerando nós como as duas referidas religiosas não podem bem cumprir com o trabalho e estabelecimento da nova fundação, e que precisamente tem necessidade de outras para as diversas occupaçoens e ministérios della, concedemos licença para que no convento do Louriçal possam entrar quatro educandas destinadas a noviças para o novo convento de Villa Pouca, que deverão ser aceitas na forma que no sobredito Convento do Louriçal se pratica, affim de que instruindo-se ahi na regra, na observância e nas máximas do Instituto por todo aquele tempo que as fundadoras referidas ainda se demorem possam depois ser úteis auxiliares da sobredita nova fundação. Pelo que ordenamos à Prelada do mesmo Convento do Louriçal observe esta nossa providência e rezolução e a faça cumprir. Dada em Coimbra sob o nosso signal e sello das nossas armas, aos (espaço em branco) de mil sete centos e oitenta e hum.

Theotonio Mendes de Carvalho Escrivão da Camara a escrevi – Francisco Bispo Conde – Lugar de sello – Provisão pela qual Vossa Excelência he servido conceder licença como no Convento do Louriçal possam entrar quatro educandas destinadas noviças para o novo Convento de Villa Pouca afim de nelle se instruirem na forma que nella se contem. Para Vossa Excellencia ver – E não se continha mais em a dita provizao a que me reporto. Coimbra, era ut supra.

Theotonio Mendes de Carvalho.

Como atrás foi dito esta provisão está lançada, sem indicação do dia do mês, entre uma de 5 de março de 1781 e outra de 7 de outubro do mesmo ano.

A Comarca de Arganil, 1987.12.03.

III

«Registo da provisão de licença para sairem do convento do Lourçal para o hospício de Villa Pouca as religiosas fundadoras.

Dom Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, por mercê de Deus e Santa See Appostolica Bispo de Coimbra, conde de Arganil, Senhor de Coja e do Conselho de Sua Magestade Fidellissima Etc.

Fazemos saber que, intentando a Camara, Nobreza e Povo de Villa Pouca da Beira fundar por sua devoçam hum convento de religiosas conforme o Instituto do Convento do Santissimo Sacramento da villa do Lourçal deste bispado, nos suplicaram a nossa faculdade ordinaria, tendo já precedido a de Sua Magestade Fidellissima.

E anuindo nós à sua supplica, depois de mandarmos examinar o sítio e commodidade do terreno para a fundaçam, fomos servido conceder-lhe a licença pedida e a de lançar-se a primeira pedra no edificio segundo os rittos da Santa Igreja, e que se procedesse na conformidade dos sagrados canones e das constituições do bispado na averiguaçam do dotte que se devia constituir e applicar para a subsistencia e manutençam das religiosas do mesmo novo convento.

E porque alem da quantia ou congrua anual, com que cada huma das religiosas deve concorrer na entrada para o seu sustento, nos consta achar-se já estabelecido hum fundo suficiente para a conservaçam do edificio e despesas do culto divino e das pessoas necessarias para o servisso da comunidade, não só pelas doaçoes já verificadas mas também pellas esperanças bem fundadas de promessas serias de pessoas pias e devotas da nova fundaçam, e por outras doaçoes condicionaes à residencia das religiosas fundadoras no mesmo novo convento.

«Dezejando nós condescender com os rogos e instancias das mesmas religiosas fundadoras afim de hirem dar principio à fundaçam no hospício para isso destinado, cuja residencia atrahirá

talvez outras pessoas devottas a concorrerem com esmollas assim para aumento de maior fundo, como para se concluir mais brevemente o edificio do novo convento, que continua dependente da nossa ultima approçam.

E tendo-nos constado, pela revista a que já mandamos proceder, que o dito hospicio se acha preparado com tudo necessario para accommodação das religiosas, e com capella decentemente ornada para a celebração dos officios divinos e culto do Santissimo Sacramento, por tanto concedemos licença para sairem da clausura do Convento do Louriçal as reverendas Madres Fundadoras nomeadas e destinadas por Sua Magestade, a saber: a Reverenda Madre Maria Barbara, já muito antes nomeada, e a Reverenda Madre Maria do Lado, agora nomeada por novo aviso régio para substituir o lugar da Madre Maria de Santa Caterina falescida. E ordenamos que acompanhem as duas ditas fundadoras as religiosas Soror Maria da Sagrada Familia e Soror Maria de Santa Ritta, professas no Convento do Louriçal por permissam de Sua Magestade com a clausula que verificando-se esta fundação deveriam hir para o novo convento de Villa Pouca, para o qual foram aceites conforme o termo que assinaram no acto da sua profissão.

E como Sua Magestade, a fim de que logo no mesmo hospicio se dê principio aos divinos louvores em dezagravo do Santissimo Sacramento, permite em virtude do referido aviso, que a reverenda Madre Abadessa possa admitir e lançar o habito no Convento do Louriçal a quatro noviças destinadas para o Convento de Villa Pouca; ordenamos que assim o execute com aquellas que elegerem as reverendas Madres fundadoras, as quais depois de alguma breve instrução no mesmo Convento do Louriçal acompanharão as fundadoras para o Hospicio de Villa Pouca aonde continuarão o seu noviciado.

E porque tanto as duas fundadoras como as duas religiosas professas, logo que sairem da clausura do Louriçal, já se não podem considerar sujeitas à reverenda Madre Abadessa daquelle convento, e devem ter Prelada a quem estejam subordinadas, lhes nomeamos a primeira fundadora a R. Madre Maria Barbara, e lhe damos por virtude desta mesma provizao toda a jurisdiçam competente e necessaria, enquanto não mandarmos o contrario, rezervando a nomeaçam das mais officiaez da comunidade para o dia da entrada no hospício.

E confiamos muito do seu ardente zelo, religiam e virtudes fará logo que entrarem no hospicio se ponhao em observancia

aquelles actos do culto divino e da religião que comodamente se puderem fazer, conforme o permitirem as circunstâncias do lugar, do tempo e do pouco número de religiosas, regulando-se em tudo pelos estatutos e observancias que se praticam no Louriçal; com poder de, conforme lhe ditar a prudencia, nas que se não poderem praticar, enquanto não houver maior numero de religiosas ou se não recolherem ao novo convento, no qual se lhe faram estatutos, que serão por nós approvados e confirmados.

E para que o egresso da clausura do Louriçal se pratique com a decencia devida cometemos e recomendamos a conduçam e transporte das religiosas, até entrarem no hospicio, para onde hiram via recta ao cuidado e prudente direcçam do muito reverendo José Simoens, conego capitular da nossa Sé, julgando como julgamos superfluo recomendar-lhes a modestia, recolhimento e ezemplar religiosidade com que se devem portar, porque estamos bem persuadidos da escrupulosa e delicada exactidão com que praticam as virtudes religiosas proprias do seu estado.

Esta provizam se cumprirá como nella, se contem, da qual huma copea se juntará aos autos da fundaçam que se guardam na nossa Camara e a propria se remeterá à R. Madre Abbadessa do Louriçal, para a fazer ler em comunidade e depois se executar.

Dada em Coimbra sob nosso signal e sello, aos vinte e sete de Mayo de mil sete centos noventa e hum annos. Theotonio Mendes de Carvalho Escrivam da Camara a escrevy – Francisco Bispo Conde – Lugar do selo – Provizam de licença para sahirem do Convento do Louriçal para o hospicio de Villa Pouca as religiosas fundadoras e as mais nomeadas, tudo na forma que se contem – Para Vossa Excellencia ver».

A Comarca de Arganil, 1987.12.05.

CONSTITUIÇÕES

As constituições dadas ao convento foram impressas. Há muitos anos já que examinámos o volume e tomámos as notas que vamos utilizar.

Trata-se de um volume de 230 páginas e mais duas sem número, cujas folhas, depois do aparamento do encadernador, ficaram

nas dimensões de cm. 21x15,3, em papel proveniente da fábrica da Lousã, com as datas de 1818 e 1821, conforme indicam as marcas de água.

Lê-se no rosto, em capitais: CONSTITUIÇÕES E LEIS, / por que se hão de governar / as / religiosas / do / Convento do SS. Sacramento / de / Villa-Pouca da Beira / da / primeira regra de Santa Clara / da / jurisdição ordinária do Ex.^{mo} Senhor / Bispo de Coimbra / Coimbra, / na Imprensa da Universidade. 1822.

Ora o volume não foi impresso só com a intenção de Vila Pouca mas principalmente para o de Louriçal, tendo-lhe unicamente substituído o rosto, pois que o convento era considerado como que uma extensão daquele outro.

O primeiro capítulo abre com uma «breve notícia da origem e fundamento deste convento» mas essa notícia trata só do Louriçal, e nunca mais aparece o nome daquele que vem no rosto.

Vamos copiar o índice das mesmas constituições, empregando a ortografia corrente, e terminando com uns dois extratos do texto, aqueles que mais interessarão ao comum dos leitores.

I. Breve notícia da origem e fundamento deste convento.

II. Prelado, número de religiosas, regra que hão de guardar e nomeação de lugares.

III. Do exame das pretendentes e de tudo o que se deve observar até professarem.

IV. Da obediência.

V. Da pobreza e bens temporais.

VI. Da pobreza no vestir e nas celas.

VII. Da castidade e a cautela que deve haver em mandar e receber cartas.

VIII. Da clausura e da forma de se entrar nela.

IX. Do silêncio e moderação no falar, assim dentro como fora do convento.

X. Do ofício divino.

XI. Da oração conventual e exame de consciência e do lausperene.

XII. Da confissão, aliviação e sagrada Comunhão.

XIII. Da comida, abstinência, jejum, bênção, graças e lição da mesa.

XIV. Da disciplina, cilício, trabalho corporal e recreação.

XV. Da vida comum e igual que se há de guardar entre todas.

XVI. Da caridade com as enfermas, e dos sufrágios para as defuntas e benfeitores.

- XVII. Da obrigação da Madre Abadessa.
 XVIII. Da Vigária do Convento.
 XIX. Da obrigação da Porteira e sua companheira.
 XX. Das Discretas.
 XXI. Da Escrivã.
 XXII. Da obrigação da Sacristã.
 XXIII. Das qualidades que há de ter a Mestra de Noviças e do que pertence ao seu ofício.
 XXIV. Do que pertence à Vigária do Coro.
 XXV. Das obrigações das zeladoras, enfermeiras e mais ofícios.
 XXVI. Das substituições dos ofícios e precedências.
 XXVII. Das eleições.
 XXVIII. Das visitas e do que nelas devem observar as religiosas.
 XXIX. Do modo com que o Visitador se há de haver nas visitas.
 XXX. Dos poderes e obrigações do Visitador.
 XXXI. Do Capítulo conventual e das culpas que nele se devem dizer.
 XXXII. Das culpas e penas.
 XXXIII. Da culpa leve e sua pena.
 XXXIV. Das culpas mais que leves e suas penas.
 XXXV. Das culpas graves e suas penas.
 XXXVI. Das culpas gravíssimas e suas penas.
 XXXVII. Explicação das penas gravíssimas.
 XXXVIII. Do poder da Abadessa para impor e relaxar as ditas penas, e do que deve observar impondo-as ou relaxando-as.
 XXXIX. Do modo por que se há de fazer a eleição de Abadessas e das mais oficiais.
 XL. Diretório do que pertence às Noviças e casa do noviciado.
 XLI. Advertências sobre estas constituições.
 Forma da profissão que hão de fazer as Noviças.

A Comarca de Arganil, 1988.01.09.

UM EXTRATO DAS CONSTITUIÇÕES

Limitar-nos-emos a transcrever, e ainda atualizando a ortografia, o capítulo VI, que será aquele que mais interessará:

Da pobreza no vestir e nas celas.

Porquanto as Religiosas, que já em vida andam amortalhadas, devem, com frequente lembrança da morte, abraçar toda a mortificação e pobreza nos vestidos, mandamos que neste convento os hábitos sejam de burel pardo e claro, e a roda não exceda de 14 palmos até 15, o comprimento seja o que baste para cobrir os pés, sem arrastar pelo chão, as mangas sejam do comprimento do braço e a maior parte da mão estendida. Do mesmo burel serão os escapulários, mais curtos que os hábitos um palmo, e neles terão a insígnia do Santíssimo Sacramento (própria divisa deste convento), em cuja forma e matéria se guardara o costume comum, sem admitir singularidades. Os mantos que poderão usar contra o frio, sejam do mesmo burel, sem pregas, nem mais roda que a precisa. Não poderão ter para seu uso mais que dois hábitos, dois escapulários e um manto. O cordão seja de esparto, sem conserto curioso. A matéria das toalhas seja de pano de linho, sem goma; a forma do sobrequeixo, como costumam as freiras da primeira regra, sem crespos; e nenhuma tenha mais touca do que a juízo da Prelada lhe forem necessárias. O véu seja de pano de linho, tinto de azul celeste; e tenham três, dois para o uso quotidiano, cuja largura pode ser de pano e meio cada um, outro para a comunhão, que pode ter dois panos. Usarão dos lenços que a Madre Abadessa lhe permitir, conforme as suas necessidades. Trarão alparcas ou sandálias de couro, sem talão nem salto, e poderão, quando a necessidade o pedir, usar de socos, exceto nos dormitórios e coro. Os pés andarão descobertos, e só em caso de manifesta necessidade poderá a Abadessa dispensar, e que os cubram somente com algum pedaço de burel.

As túnicas interiores sejam de estamenha branca, e tenham duas para o seu uso; e, além das túnicas, terão duas envoltas ou mantéus de estamenha parda ou pano grosseiro, e dois ou três panos de linho interiores, do qual em outro género de vestir não usem (...).

*

Em cada cela haverá uma barra para deitar-se e um cepo para a cabeceira, as cobertas que a Madre Abadessa julgar necessárias e dois lençóis de estamenha. Com as achacadas poderá dispensar, que durmam em enxergão com travesseiro todo de palha. Dormirão vestidas com os hábitos, como é costume nas religiosas da primeira Regra. Haverá uma banquinha tosca, com

uma gaveta aberta, em que possam ter a roupa do seu uso. Terão mais alguns livros espirituais com a aprovação do seu confessor; breviários que não sejam de muito custo; papel, tinteiro, penas, linhas, agulhas, dedal e tesoura; uma esteira grossa em que se sentem; candeia, vassoura e alguma coisa em que por ordem da Abadessa se ocupem no trabalho de mãos; uma cruz de pau, o crucifixo e uma pintura de Nossa Senhora, devota, sem guarnição, molduras, nem outro ornato precioso; uma caldeirinha de barro ou estanho para água benta; uma disciplina e dois cilícios.

Nada mais do sobredito se permitirá nas celas, exceto a alguma achacada, ou por qualquer coisa necessitada, que representará a sua necessidade à Madre Abadessa, a qual com o parecer de duas Discretas, poderá dispensar nesta constituição quando o pedir assim a necessidade.

A Comarca de Arganil, 1988.01.16.

OS ÚLTIMOS TEMPOS

As notícias que possuímos das diversas aplicações que têm sido dadas ao edifício conventual são-nos conhecidas muito fragmentariamente.

Lançando-nos a escrever estas notas tivemos por fim dar principalmente ao público os três documentos da fundação monástica.

E, se continuamos, é simplesmente por pensar que poderemos vir a sugerir a alguém que possa tomar a seu cuidado desenvolvido estudo dos edifícios e das diversas funções que tem desempenhado.

A sucessão dos diversos destinos e acidentes parece ter sido: adaptação a hospital civil camarário, Posto Agrícola do Alto Mondego, tendo havido nesta altura um incêndio que só em parte o prejudicou, arrendamento às religiosas Doroteias para um colégio, entrega à Junta de Província da Beira Litoral, com destino a uma colónia infantil de meia altitude.

*

Da adaptação a Hospital Civil Municipal nenhuma nota possuímos.

Recorda-nos, pela única visita que ali fizemos, que havia sido adaptada e ampliada a esse fim a ala nascente.

Certamente existirão, em arquivos oficiais e particulares, diversos elementos documentais.

*

Com o Posto Agrário do Alto Mondego encontramos-nos nas mesmas circunstâncias.

Funcionou seis anos, acabando por ser extinto em 1935.

Segundo outra nota tomada, em 5 de setembro de 1928, o posto fizera na companhia «Mundial» um seguro na importância de 100 000\$00, abrangendo as casas (sem as paredes e o terreno), móveis, roupas, louças, vidro e trens de cozinha, bem como as máquinas e alfaias agrícolas. Depois do incêndio o seguro continuou a manter-se mas somente sobre a parte do prédio que fora poupada. Encontrámos ali o distinto engenheiro agrícola que o estava a dirigir; pessoa culta, muito amável e gozando da simpatia geral.

Deu-se o incêndio pelas onze horas da noite de 30 de Setembro de 1935.

A igreja foi atingida, não sabemos em que extensão, passando o culto paroquial, que ali se exercia, para a antiga.

Esta, que tinha sido bastante descuidada, voltou a ter cuidados. Há poucos meses, passando na estrada geral, verificamos que lhe tinham renovado os telhados.

O incêndio, além da igreja, estendeu-se pela parte velha, salvando-se, porém, a que havia sido adaptada e ampliada a hospital.

Temos nota que houve uma indemnização, a qual teria sido entregue à Câmara Municipal e que, pensamos, deveria ter sido empregue nas restaurações.

Em outra nota, registamos a notícia que, por edital de 17 de outubro de 1935, a Comissão Administrativa da Câmara Municipal de Oliveira do Hospital, da qual era presidente o dr. Agostinho Vaz Pato de Figueiredo Martins, em virtude da resolução tomada no mesmo dia, abriu concurso para arrendamento do edifício e terrenos anexos, para o fim do edifício ser aplicado a um colégio de ensino de indivíduos do sexo feminino.

*

COLÉGIO DE NOSSA SENHORA DA PAZ – O edital referido seria o começo de execução de negociações encetadas anteriormente.

A 11 de outubro já tinham ido as Madres, tanto a Superiora como a Geral das religiosas Doroteias ver Vila Pouca, tendo regressado satisfeitas no dia seguinte. A 16 foram a Tuy falar com a Madre Provincial.

As religiosas que se encontravam no colégio de Póvoa de Varzim, Madres Alice Moura, Maria Justina Camilo e Júlia Prudêncio Ferreira de Sá, fizeram propostas de arrendamento, tendo-se lavrado escritura a 11 de novembro de 1938, como representantes da referida Superiora Provincial do Instituto de Santa Doroteia.

No dia 9 de março do ano seguinte, o de 1939, que era uma segunda-feira, chegaram aquelas religiosas a Vila Pouca, hospedando-se em casa do dr. Mesquita, onde estiveram até ao dia 13, mudando-se para uma dependência conventual.

Algumas dessas religiosas voltaram para a Póvoa, vindo outras em sua substituição.

Iniciaram, a 15, a catequese das crianças locais, e que haveriam de estender às freguesias vizinhas de Lourosa e de Santa Ovaia.

Em julho viera uma imagem do Coração de Jesus, organizando-se uma festa com as crianças, e acompanhando as mesmas religiosas os cânticos a violino e violoncelo, o que indica o nível das professoras.

Em outubro começaram as aulas, com reduzido número de alunas, terminando o ano com seis internas e outras tantas externas, algumas delas gratuitas.

Esse pequeno número desanimou, e a Provincial pensou em encerrar o colégio.

Continuou, porém, em 1938 e 1939, mas a frequência não veio a ser suficiente.

Naquele ano de 1939, a 13 de dezembro, as religiosas deixaram definitivamente a vila.

*

Noticiava *A Comarca de Arganil*, a 3 de julho de 1952, a tomada de posse do edifício pela Junta de Província da Beira Litoral, para a instalação duma colónia infantil de meia altitude; tendo ido, a 28 anterior, para esse fim o prof. dr. Bissaya Barreto a Oliveira, e seguidamente a Vila Pouca, acompanhado do encarregado das obras da mesma Província, para dar início aos trabalhos necessários.

A Comarca de Arganil, 1988.02.20.

O TEMPOS POSTERIORES

Pelo decreto de 1834 foram suprimidas as ordens religiosas e nacionalizadas as casas e bens.

Se os frades foram simplesmente expulsos e ficaram sem recursos alguns, às freiras foi lhes permitido conservarem-se nos conventos até à morte da última professa, e em meio de enormes dificuldades económicas, como seguidamente se verá.

*

O ilustre bispo conde D. Manuel Correia de Bastos Pina fez em 1875 visita às freguesias do alto distrito de Coimbra, publicando, em opúsculo solto, a «Carta do Bispo de Coimbra ao seu Cabido sobre a visita pastoral de 1875».

Limitar-nos-emos a alguns extratos, por agora, posto que esperamos, mais tarde, reproduzir todo o texto que se refere a Vila Pouca.

Escreveu ele: «No dia 24 fomos pernoitar às hospedarias do Convento do Desagravo do SS. Sacramento de Vila Pouca da Beira (...) e naquele lugar nos demorámos bastantes dias, visitando a Igreja do Convento e as das freguesias circunvizinhas.

Em todo esse tempo tivemos ocasião de observar e admirar a abnegação e a dedicação sublime e quase sobre-humana, com que aquela devota comunidade, de quatro religiosas professoras e dezasseis pupilas, preenche cabalmente todas as obrigações do seu austeríssimo instituto. E não se compreende nem se acredita hoje no século que estas senhoras, quase todas velhas, e com quatro doentes e de todo impossibilitadas, levem a abnegação e a piedade a ponto de cumprirem com máximo rigor as obrigações do seu santo instituto».

(Bastante adiante): «Além disto, carregam com todo o trabalho da enfermagem, da botica e da roda; cultivam e tratam um pequenino jardim; fazem por si só o serviço da cozinha e do refeitório, porque nem podem nem lhes é permitido ter creadas; cozem o pão e a broa para o convento e para a hospedaria, onde vivem o padre confessor e os creados da lavoura; varrem, e lavam as casas, que estão muito limpas e aceadas; e para todas estas cousas chega-lhes o tempo e a saúde!».

(Mais adiante): «Um pouco mais remediado hoje, ainda vive de esmolas; e em tempo já chegou a tais apuros que as religiosas se alimentavam de leitugas e saramagos!».

Pedimos nós atenção: «Se alimentavam de leitugas e saramagos!».

*

O bispo conde pediu um subsídio ao Governo, que obteve. Por ofício de 23 de junho de 1875, da Secretaria de Estado dos Negócios Eclesiásticos e de Justiça, assinado por Luiz de Freitas Branco, era-lhe comunicado que «em despacho de hontem foi concedido às religiosas do Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento de Villa Pouco da Beira o subsídio de noventa mil reis para o actual anno economico de 1874-1875; e que nesta data foram dadas as ordens convenientes para, pela Repartição de Contabilidade d'este Ministerio, se fazer effectivo o pagamento da sobredita quantia».

Pouco mais sabemos da vida conventual.

A 12 de agosto de 1852 havia sido passada provisão para presidir à eleição da abadessa do «Convento do Desagravo do Santíssimo Sacramento de Vila Pouco da Beira» o padre Paulo da Soledade, confessor do mesmo.

A última religiosa professa deveria ter falecido por 1889. A 5 de julho desse ano tratava-se de organizar o inventário pela Fazenda Pública, conforme ofício respetivo da repartição em Coimbra.

*

A vida conventual não se extinguiu. Ficaram as religiosas chamadas Pupilas.

Depois da supressão eram proibidas novas profissões.

Os conventos, porém, na esperança de poderem retomar a vida antiga, admitiam essas pupilas, mas a verdade é que elas faziam o noviciado e pronunciavam votos particulares.

Essas continuaram, posto que em grande desamparo. No fundo, eram verdadeiras religiosas, seguindo rigorosamente a regra.

Nada pessoalmente sabemos do que se deu com as mesmas e se permaneceram no edifício por largo tempo.

A seguir àquele ano, foi adaptado a hospital e reconstruída e ampliada a ala do nascente.

Teriam permanecido numa das partes restantes, como cremos?

A última a falecer foi a Madre Maria da Glória, a 8 de Setembro de 1938, contando oitenta anos de idade, que vivia com uma irmã, D. Jesus, a qual tinha um filho sacerdote.

Foi sepultada com o seu hábito monástico.

Algumas Religiosas Doroteias, que ali tinham um colégio, incorporaram-se no cortejo fúnebre.

Agora, a findar, recordemos piedosamente o seu nome, como o da última representante dum alto e nobilíssimo sonho.

A Comarca de Arganil, 1988.01.30.

RIO ALVA

I

VISÃO ROMÂNTICA

Rio, que és minha saudade, minha meninice e juventude redivivas, novamente meus caminhos se cruzaram contigo. Teu murmúrio rejuvenesceu-me. Em tuas águas, correndo como em teus primeiros tempos, límpidas e espalhando cores de madrugada, acabei de mergulhar minhas mãos; da concha que delas fiz, para mais te sentir meu, caíam fios leves, como os fios perdidos do afastado tempo em que ria à tua beira. Ris também e cantas, alegre e bom; fazes-me esquecer o tempo; volto a sentir-me pequenino e descuidado. Abandono as mãos às tuas carícias e parece-me ver espelhar-se em ti a água límpida de todos aqueles olhos que me ameigaram, a quem quis bem, que foram a minha vida e são minha saudade.

Quero subir às tuas nascentes, deslizar com tuas águas, recordar tuas margens, reviver em ti.

*

Nascido da neve pura

Longínquo mês de maio, dia luminoso e ainda frio, céu limpo de nuvens e de raro azul. Toucava a neve os Cântaros, espalhando brancuras pelos recovos e avessadas. Rochedos claros, ervagens alastrando-se nas conchas das naves. Nem homens nem rebanhos: silêncio de mundo que surgisse da noite imensa, acordando a vez primeira e ainda sem voz. Nessa madrugada adivinhei o nascimento dos deuses antigos.

Corria a vista dos cimos que tinha ao alcance e rememorava os outros, seguindo do Curral do Vento aos Cântaros, ao Malhão da Torre, pela linha que traçava de memória, que ora se elevava a cumes ora corria em assentadas, pela Fraga das Penhas, Corgo das Mós, à Fraga das Varandas, linha alta e ondulante, de separação de águas. Vi, com meus olhos de mortal, as urnas dos deuses, transmutadas em neve a desfazer-se, a criarem para poente os leves fios do Alva, entornando-se para nascente, no fundo e longo vale do Zêzere, e, a nordeste, estendendo-se na palma aberta do Mondego, que nas gotas primeiras tem os primeiros soluços de menino.

Tão augural a hora, que guiei a leste o olhar, em busca da deusa epónima da serra, que sem dúvida devia estar presente, a Estrela do Pastor, o brilho diamantino da Vénus eterna. Inútil buscá-la no fulgor da manhã adiantada; já não a podia descortinar abre os píncaros brancos, leve, imaterial, tão bela como no tempo em que aparecia aos gregos do Arquipélago, nascendo das águas encrespadas do leve sopro dos zéfiros, sob um céu de rosas desfolhadas.

Desviei a atenção para o rio que vem da alva da madrugada e da alvura da neve.

Onde procurar aquela fonte primeira, choro da terra ou neve a liquefazer-se, que pudesse dizer que era sua origem, a irisação das gotas desnevasdas sorrindo à luz? Filho da serra, dos Seixos alvos que espalham mil fogos ao sol nascente, não possui aquele ponto geométrico em que se diga que aí é nado.

Para reconhecer as fontanelas quase estancadas no verão, deleitando a vista a primavera, é necessário remontar seus percursos, tomando daquele ponto em que já é adolescente e seguir depois até aos mais diversos e cimeiros, ora cortando pelo Vale da Perdiz até às alturas da Fraga das Varandas, a tocar na linha das neves que já para o lado oposto destilam águas para o Mondego, ora pela Fervença ascender violentamente ao Corgo das Mós, já a limitar com o Zêzere. Todas essas águas deslizam, límpidas e frias, murmurando a descair entre rochas, juntando-se acima da povoação do Sabugueiro; mais uma milha andada, nos limites ainda do lugar, vem-se-lhes unir a torrente do Covão do Urso, saída dos regatinhos que saltam ligeiros da linha que, de cerca da Fraga das Penhas, segue para além do Curral do Martins e que, nas vertentes do levante, derrama águas para o berço do antigo glaciário do Zêzere.

Aí no Sabugueiro, à sombra dos olorosos *sambucus*, foi batizado com nome feminino de *ribeira do Alva*.

Diário de Coimbra, 1960.02.17.

II

RIO FEMININO

Do Sabugueiro à Ponte das Três Entradas segue a corrente na infância e guarda o nome indeciso, de quem não sabe que virá a ser: *ribeira d'Alva*. Inquieta, salta e desce, como cabritinho patudo, de fraga a penedo, para ir retouçar em terrenos planos, cobertos de erva. Do Sabugueiro à Senhora do Desterro, Ponte de Jugais, Vila Cova descai na mesma violência que trouxera, descendo dos 1.070 m a 790 e 353 m.

Acima daquela ponte, a ribeira do Carriço veio avolumá-la, com o poderoso contributo das águas das lagoas e agora das represas.

Em apertado vale corre de Vila Cova-a-Coelheira a Sandomil, recebendo ribeirinhos secundários que acolhem as águas do termo das freguesias de Valezim e Sazes; nomes que me andam na memória desde a infância, vales que em vão me convidam quando sigo na estrada da Beira e volto o olhar a sul.

Sandomil posta num remanso do rio, com ponte de arcos, larga várzea e, ao afago das águas, uma modesta capelinha.

Numa tarde, velha de trinta anos, subi a rude ladeira, dir-se-ia escarpa, a uns 400 metros acima do rio, até às Corgas, e remirei os Santos curadores, Cosme e Damião, da era manuelina. Aí me tomou a tarde. Ao lusco-fusco, entre cão e lobo, por duro caminho, cheguei a Penalva.

E que recordo do passeio dessa manhã, em sentido contrário, à beira do rio? Imagens soltas, impressões diluídas: várzeas, folhagens e águas espelhando o céu; uma ponte, fora dos caminhos novos, perdida entre leiras, de robustos pilares trapezoidais e isolados, sustentando fortes troncos, lançados de um a outro.

Penalva e o pelourinho em frente da antiga casa da câmara, ressuscitando um passado, na margem final da Idade-Média. Como em fotografia meia apagada, vejo a larga vertente oposta, o caminho para a Carvalha, estendendo-se pelo Formarigo aos Merujais e, cá em baixo, as Caldas de S. Paulo, com o poço de água sulfúrea, a veia borbulhante cortando o rio. Revejo aqui umas velhas poldras, espessas e irregulares, mais fortes no revolvimento das águas, extenso remanso da toalha até a um açude, enleando na curva as terras do *senhor Alfredinho*, com grande rebanho e hostil cão da serra.

Vêm-me a seguir retalhos de paisagem: sabugueiros pendendo sobre as águas, um muro de ínsua, por onde cortei caminho, a ponte da Rapada e leito fluvial, cavado de marmitas.

Novo elo, várzea larga e S. Sebastião da Feira. Para mim a Feira, como abreviadamente se diz na região, é a ponte medieval, de dois olhais, remodelada na Idade Moderna.

Dois passos e está-se na Ponte das Três Entradas; sítio, por um lado, áspero, sugestivo por outro, fundão onde torrentes antigas se encontravam com fragor. Recordam-se ainda as palavras do rei D. Carlos, encantado com a forte beleza do poderoso vale.

Deixa aqui o Alva de ser ribeira e passa à categoria de rio.

Vem-lhe pela esquerda a ribeira da Vide, leve fio de água marulhando no torcicolado vale, entre altas e ásperas vertentes.

Foi no pleistoceno a grande conduta dos glaciares encaixados e das geleiras suspensas. É necessário conhecer os sulcos transversais e os primários, que a diversa ação dos gelos formou, vales hoje cheios de verdes combros, escalonando-se encostas acima, que a enxada e o braço duro do homem criaram na dureza dos inóspitos xistos e granitos, para compreender essa ribeira, que de entrada parece tão hostil.

Já, tempos atrás, me referi ao do Piódão, que desce de covões delimitados por cristas cerca de 1250, 1350, 1360 metros.

Tem de se ir ao extremo do que ocupou o glaciar de Alvoco da Serra, que, como goiva, golpeando perpendicularmente, afundou nos altiplanos da Estrela; ao de Loriga, e romper por veredas e subir ao vale suspenso que das Penhas do Gato (1.768 m), cortando pelo Rodeio Grande, Chafariz de El-Rei, se curva para a Penha do Abutre (1819 m), circo primário que alimentava o glaciar inferior.

Conservo na memória velha excursão que o entusiasmo da juventude me levou a fazer. Era por agosto e, quando o sol descaía, partimos ligeiros da Vide. Subia-se sempre, costeiras mais ou menos duras, ascensão sem fim, a noite a avançar, as léguas a alongarem-se e o compasso das pernas a enfraquecer. Onde se encontraria essa Portela de Arão, ponto de descanso! Vejo agora na carta e revivo essa subida, a que hoje chamarei essa escada: dos 297 m iniciais passava-se pouco depois aos 733 e aos 890, que recordo como um descanso que se fez, vendo as estrelas a sorrir ironicamente; uma assentada depois, ladeação de um ponto elevado (1.000 m) atingindo essa Portela aos 977.

Hoje, segundo creio, pode-se fazer o trajeto por a estrada municipal.

Ribeira de Alva, ribeira da Vide, fragmentos de recordações, como aquelas folhas secas, encontradas entre as páginas dos velhos compêndios, restos de preocupações escolares, que se tomam com cuidado, não se vão perder desfeitas, e que trazem remoçado esse tempo: passam fugazmente trechos vivos, como farrapos irisados de nuvens, batidos de uma luz que, no fundo, é só saudade. Colocam-se de novo no mesmo ponto, como quem guarda um valor novo, o ouro das recordações, a única realidade que agora é possível apertar contra o peito.

Diário Coimbra, 1960.03.01.

III

VELHAS PONTES E ESTRADAS MORTAS

Duas pontes medievais, duas interrogações para mim há trinta anos.

Hoje, depois da recolha de tradições, exame do terreno em passos principais, aparecem-me como elos, colocados em fundos vales, de largos traçados viários, de carreiras que iam depois por lombas sem fim, atravessando aqueles altos colos em que a neve demorava por dias, em rigorosos invernos, onde o vento cortava como navalhas.

Há trinta anos, levemente mais, que as vi pela primeira vez!

Ponte de S. Sebastião da Feira, baixa, de dois olhais, sobre o Alva.

Ponte de Alvoco de Várzeas, cortando a ribeira da Vide, alta, um decorativo olhal dominando as águas, outro menor para o lado da povoação. Datam do século catorze, consolidadas posteriormente, aquela, no século dezassete, por mandado régio.

Na Feira afigurava-se-me natural a construção: ligando a um e outro lado povoações, posto que pequenas. Em Alvoco, entre vertentes mais desertas, só para levar à Vide, parecia não ter equivalência com o esforço económico que tal obra exigiria, em tão velhos e tão pouco abastados tempos.

Pontes medievais só se encontram a servir estradas de longo percurso. Eram obras custeadas pelas receitas locais dos reis, completadas de fintas sobre os pequeno concelhos vizinhos. Raras vezes aparecem os senhores particulares a subvencioná-las; caso

excepcional é a de Ucanha, com torre militar a defendê-la, pelo abade de Tarouca; típica é a de Góis; custeada pelo rei, ao tempo que o donatário da terra erguia o palácio e capelas.

Para onde levariam aquelas duas? Perguntei várias vezes, seguindo na estrada da Beira, da Catraia do Marrão a Torrozel, ao descortinar o vale do Alva, ao fundo da riba, tendo na frente o maciço luminoso da serra sem par, e à direita a cortina mais escura que daquela parte corre às alturas do Açor, se aprofunda para a de Cebola, se vai estendendo para a Lousã. Adivinhava para além do bloco imenso, para além da ininterrupta cortina, a Beira Baixa, os campos abertos para nascente e sul. Como seguir para lá, indo deste lado, em tempos antigos, perguntava a mim mesmo. Contornar a Serra, pelo norte, que tempo perdido não seria!

O homem primitivo solucionou, atalhando: mediu dum olhar a fundura dos vales, a altura dos colos e, tomando ânimo, seguiu. De tanto passar ficou uma pista; vieram as mulas, procuraram-se curvas menos duras, formou-se o caminho de almocreve; os bois lentos, robustos e pacientes, jungidos a carros, exigiram certos lacetes e, do seu milenário passar, cortaram-se em profundidade, na rocha, os dois carris, como tantos daqueles que segui em novo. Levantaram-se simultaneamente as catraias, os lugares de descanso em pontos altos. A estrada, as estradas ficaram definitivamente abertas. Passou por elas a vida de todos os dias, caminharam exércitos, deslocaram-se povos, até que veio o século dezanove, com a nova viação, e elas morreram de vez; milénios de vida e, apesar disso, daqui a uns anos, será impossível reconhecê-las, nem se levantará sequer o problema da sua existência. Sigamo-las.

Acompanharemos a primeira. Vinha da estrada da Beira o trânsito transversal, cortava à Feira, atravessada essa ponte, subia a alto da colina. Prosseguindo pela linha divisória das águas, ia ascendendo de centena a centena de metros, por cima da Carvalha, já nos 600, perto dos 1000 quando se encontra o caminho de Sazes, no topo, de encontro à Serra, a cortar a Loriga.

Longas léguas, sem parar, sem amparo da direita ou da esquerda, sem um povoado: só os homens e o caminho.

Que linda vista, todavia, se gozaria! Posso ver e examinar esse traçado, por uma fotografia panorâmica que fiz, há anos, da encosta fronteira, dum ponto abaixo do Senhor das Almas. Enquanto preparava a câmara, dizia um velho, a recordar seus bons tempos: – Que bom seria ir por ali, em boa mula, por fresca manhã. Contestava o netinho, modelado nas novas ideias: – Mas sem automóvel que importava que o sítio fosse bonito!

De Loriga ia contornando a montanha até Alvoco da Serra. Podiam os viandantes repousar entre verduras, na frescura do vale, que vinha logo ladeira tão seguida, tão íngreme e sem descanso, que de 680 metros ia atingir os 1350. Pela parte da tarde, o sol a bater nas costas, seria de morrer. Mas já se viam novos horizontes; a estrada baixava por Unhais da Serra e, conforme a intenção que se levava, ou se descia para o Paul ou, por Tortosendo, se chegava à Covilhã.

A vida que decorria nessas estradas antigas mal a podem imaginar as gerações deste século. Não foram só os meios de locomoção que se modificaram, foi a economia, a orgânica social, a mentalidade dos indivíduos. Não só os reis ou os grandes titulares, mas igualmente a pequena nobreza e a burguesia rica se faziam acompanhar de numerosos serventuários e de grande récu de muares. Seguiam em cavalos ou mulas; em mulas com cadeirinhas individuais, postas de lado, ou em liteiras suspensas, as senhoras. Cada muar levava duas malas ou baús de carga e um a meio ou o que calhava de ser. A criadagem grande parte do caminho seguia a pé. Misturavam-se-lhes os viandantes individuais, os almocreves, os bufarinheiros, mendigos sem número, frades mendicantes, gente sem eira nem beira, clérigos vadios que, de capela a igreja e de convento a mosteiro, levavam vida irregular, pedintões para todas as obras pias e santuários e que viviam conseqüentemente da bandeja das esmolos: a grandeza e a vérmina, o trabalho e a mandria, as nobres empresas e as vis degradações.

Os carros eram os de bois, para os transportes duros; deles é que ficaram os carris na rocha áspera. Formava fiadas, frequentemente, de vinte e mais, como numa outra estrada de alturas em que ouvi falar meus avós. Por todas essas impossíveis estradas passaram as coisas mais pesadas e volumosas, não se sabe bem como, ou melhor, direi, pelo músculo do boi, pela força de ânimo do homem. Em tempos atrás, examinando o altar-mor da Sé da Guarda, que contêm centenas de figuras e larga a arquitetura, pensei naquele outro caminho, na distância, nas multiplicas dificuldades de transporte de Coimbra até ali, no século dezasseis, e quase não queria crer no que meus olhos atestavam.

Diário de Coimbra, 1960.03.16.

VELHAS PONTES E ESTRADAS MORTAS

Regressarei à ponte de Alvoco de Várzeas e à outra estrada, que arrancando da grande, a da Beira, cerca de Santa Ovaia, aqui vinha atravessar a ribeira, passava à margem esquerda e acompanhava o curso de água até à Vide.

Podia-se escolher o trajeto, conforme o termo e não tendo em atenção o caminho, que era áspero qual a direção que se tomasse.

Costearia o monte ao lado da ribeira, até à Barreosa, cortando para o lado da Teixeira de Baixo, onde não tocava, e subindo, subindo sem descanso, atingia os mil metros na zona das Pedras Lavradas; descia e, já na Erada, podia voltar a escolher os caminhos de toda a Cova da Beira.

Ou, na mesma Vide, tomando por ponto muito menos procurado, firmavam os viandantes o bordão no xisto duro, tomavam ânimo, curvavam o dorso e, pela vertente que as cavalgadas iam também martelando, dos 300 metros, tendo à direita a ribeira do Piódão, sem torcer, seguindo o festo da montanha, já perto dos 1.000 metros, ladeavam o pico do Gondufo, vendo à esquerda num covão as casas e os milheirais de Balocas, depois o vale das Teixeiras e, descendo violentamente como tinham subido, iam descansar às tabernas de Sobral de Casegas; já no vale do Zêzere escolheriam ir para o Fundão ou Covilhã. Era o caminho mais regional, de almocreves e gente de cargas.

Não andei nesses caminhos; cortei-os só num ou noutro ponto, guardei a recordação desses retalhos e a visão da serra, das paragens dos altos, das perspectivas imensas, a perderem-se na azulínea do horizonte.

O que não posso reviver são as paragens nas catraias dos mesmos altos; vencidas as subidas, os membros cansados, a garganta seca. Não passavam de tabernas banais: uma sala com balcão e repartimento atrás, contendo a cozinha e um quarto ou câmara; chão de terra batida, vigamentos nus, alvenarias a descoberto, aquele cheiro a vinho e a desmazelo que ainda hoje, nas aldeias, anuncia aos burros dos moleiros o sítio de parar e encostar-se a uma sombra. Juntavam-se-lhes, certas vezes, currais, que não eram piores que a casa principal, e serviam para todos os fins.

Ainda hoje, conservadas pela força das coisas, há tabernas dos altos, nas estradas modernas, que dão a sugestão antiga.

Num ponto corográfico em que, por certo, milenariamente, tem demorado, mais braça adiante ou ao lado, uma taberna, lanço

sempre os olhos ao sítio, à parreira da porta, à fauna. Melhor é passar em dia de mercado na vila vizinha.

Na estrada da Beira, no alto da serra de Mucela (São Pedro Dias) é esse o ponto.

Quem não se recorda! Conheci-a mais desnudada, com tугúrios a envolve-la, o *Espanhol* cheio de bazófia, contando como se defendera duma quadrilha de ladrões que lhe atacara a casa, mostrando orgulhoso o rifle, e... não passando ele de ser, segundo dizia a má língua da região, o recetador da mesma.

Catraias e fontes dos altos a gemerem um fiozinho de água entre seixos alvos, à sombra de penhas, a erva a revestir dois palmos em volta, cheiro das urzes, giestais largos, cabras saltando entre penedos, de chocalho a avisar o pastor, o olhar agressivo dos cães de guarda, almocreves coleando atalhos ao longe, o ar leve, a imensidão!

Tudo passou, já não há vista que possa descortinar essas estradas e catraias antigas; tive a sorte de ainda examinar escombros, de poder reviver essa vida sobre os seus traços quase apagados.

Desdobro, às vezes, as cartas topográficas, parado nos altos, a reconstituir os percursos; vai o sol descendo, sem eu dar conta, e quando dou por mim parece-me que a sombra que avança é a mesma que apaga aquela vida, donde creio ressurgir.

Diário de Coimbra, 1960.03.29.

V

O RIO E A ESTRADA DA BEIRA

Tenho na memória todo o curso fluvial: brando e límpido no Verão, a rolar turvo no inverno, levando as terras marginais, em surdo eco de tempestade.

Revivo a fita da estrada, torcicolando por linha de cimos, desde a Ponte de Mucela a Torrozelo.

A estrada, essa percorria-a menino e infante, revejo-a agora, e uno as recordações do tempo em que a vida era descuidada às observações serenas do presente.

Rio e estrada, duas gratas lembranças e dois campos de observação.

A estrada foi condicionada pelo rio. Ia-se nela, outrora, lentamente, em velhas diligências, dando tempo ao conhecimento dos companheiros e dos sítios. Segue-se hoje tão velozmente que só dois pontos se retêm: o da partida e o do termo.

Mesmo pouco atentos, o olhar e o raciocínio, fica a impressão, tomada de certas e largos trajetos, que, subindo, sempre se teve à direita um fosso, bem visível umas vezes, outras fácil de adivinhar, havendo elevadas serras para além dele; ao passo que, para a esquerda, se foi vendo espriaiar o terreno, com as serras a maior distância, diluindo-se no azul certas delas, de tão afastadas. A estrada marca, para o lado do norte, a linha de partição de águas com a bacia do Mondego.

Do sul, desde Vila Cova-a-Coelheira, não se vêem ribeiras mas só regos e córregos, que, todavia, na milenária época dos antigos gelos escavaram funda e violentamente o solo. Essa escarpa, margem direita do rio, operou como muralha de choque e serviu de guia à corrente que, poderosa, metida entre duras rochas, as corroeou em profundidade, formando lacetes, que cada vez mais se apertaram desde o Sarzedo ao fim, ao Vale de Corças. Falha geológica nas zonas iniciais, de granito e xisto, em que o rio se intercalou de princípio e que completou pelo regime de degelos na grande época da escavação.

Acompanhá-lo-emos pela estrada, mas agora descendo em direção à capital do distrito, a começar naquela varanda única sobre a Estrela e os vales, que se encontra junto a Torrozelos. Sempre o Alva à esquerda e, para ele, descendo violentamente as encostas, até que, pela Venda da Esperança, a estrada se afasta um pouco, e assim vai até à Moita e Pombeiras, dando lugar a córregos, como o de Pinheiro, o de Mouronho, o que da Venda da Serra corre paralelo à alinação montanhosa da Moita, oblíqua ao sistema.

Chega a estrada à Catraia dos Poços e uma outra, transversal, dela arranca, agora voltada a norte, que vai dar ao antigo porto fluvial da Raiva, no Mondego. Essa estrada separa, para a direita, as vertentes do mesmo Mondego e deixa o outro lado, entre ela e a da Beira um triângulo de ravinamentos, as terras secas da Casconha, permitindo alguns sulcos para o Alva. De um destes, alguns dos leitores se recordam, pelo menos aqueles nascidos na região e que nesta cidade vivem, que são bastante numerosos.

Esse revivo-o intensamente e recorde os caminhos a cortarem-no e a subirem o festo das vertentes, que percorri entre solidões de pinhas. Vai ele do Lufreu, pelo Cavaleiro, passando ao Lagar

do Meio, sítio de esperas e aparecimentos fantásmicos, entre as altas encostas de Paradela e Ombres, povoações guindadas a alturas, prosseguindo em forte talhamento na rocha antiga, até ir morrer no Alva acima das Moendas do Vimieiro, ali onde vivia o cabanal, que nos passava na barca concelhia.

Mas regressemos novamente a Torrozel. Nunca é demais percorrer a estrada em que a infância e a juventude traçaram sulcos. Revive-se e as imagem há muito esquecidas renascem, o que é grato a quem se vê embranquecer.

Para a direita estendem-se ondulações claras, vales abertos na parte de cima, a mais próxima, mais fundos junto a esse Mondego que corre distante. É o do Cabril, que ao lado do Ervedal encontra o de Seia.

Uma rede de filetes que drenam o concelho de Oliveira do Hospital e o de Tábua e que, fundidos no principal, que corre de S. Paio de Gramaços, se vão lançar em sítio ermo, abaixo de Sevilha, com o nome de rio de Cavalos. Ainda a ribeira de Tábua e uma série de outras, cada vez de menor extensão, até já se entrar no concelho de Penacova.

Tudo isso são quilómetros de profundidade, representando muitos hectares de terrenos cultivados, manchas sem fim de pinhais, em contraste com a parte oposta, bordadura escarpada, caindo da estrada para o Alva, para esse Alva que está no sangue e na alma dos que nasceram ou viveram junto dele. Deram-lhe origem as águas torrenciais dos glaciares e das geleiras suspensas; esgotadas as neves, reduziu-se ao sulco pobre que hoje é, mal dotado e sortido de terras.

Diário de Coimbra, 1960.04.15.

VI

COUTOS ECLESIAÍTICOS

Parte o Alva, já considerado rio, da Ponte das Três Entradas. Segue um vale aberto, claro do granito que o forma, pontoadado de moradias, os combros de verdura a escalonarem as vertentes. Do norte debruam as alturas os casarios de Santa Ovaia e de Vila Pouca, que recordo em imagens destacadas e que não

consigo lembrar no todo. O flanco oposto, esse está-me vincado na memória, de tão variadas vezes que o contemplei da estrada que desce das Vendas; mesmo aquela carreteira, ascendendo lentamente de Avô para Aldeia, a percorri num velho dia, seguindo a sina de desvendar as pegadas antigas, na vã esperança dum achado arqueológico.

Avô é uma ponte, uma igreja e um castelo, como diz o antigo ditado. No patamar que as águas formaram na confluência da ribeira de Pomares, o alto e elegante pelourinho, torcido como se fossem varas enfaixadas de castanheiro. Do seu termo, seus ribeiros, covões e das mortas geleiras já, neste diário, me ocupei anos atrás.

Deixam em breve as águas o granito claro, para entrarem de vez no escuro xisto. Adeus alegria de vale, folhagens variadas; apertam-se as encostas, rebordam-no as cinzentas oliveiras e, mais para o alto, desdobra-se a tristeza de pinhais.

Vem uma aberta com Vila Cova, a terra de arruados antigos e moradias novas, alegres e espaçosas; a praça com o pelourinho, a velha casa da câmara e a Misericórdia; numa encosta o convento, num alto a igreja; a ponte mirando-se nas águas e seus olhais invertidos no espelho das águas.

Faz a corrente brusco cotovelo, cujo festo da parte de dentro foi cortado nos tempos dos glaciares e permitiu várzeas entre a ponte e Digueifel.

Seguindo-se na estrada que, depois da povoação, passa no colo da colina, é bom parar nesse ponto alto e lançar a vista a nascente, seguindo o curso que o rio traz, levá-la para longe, até à serra da Estrela, coberta de neve até à primavera, toucada de nuvens, e depois deixá-la circunvagar pelos cimos que, de norte, seguem de Vila Pouca a Lourosa, até Pinheiro.

E não se vá diretamente a Coja mas desça-se ao rio para, no sítio idílico da ponte do Barril, cortar à margem direita.

Novamente se atravessa a veia das águas na ponte dos três altos olhais e se está em Coja.

Pararei eu e procurarei ficar sozinho, para que novas águas, as da ribeira transversa, me tragam recordações, algumas delas que, sendo só minhas, só a mim me não parecem banais. Demorar-me-ei na praça, em frente as antigas casas: nomes de arcaica ressonância, de terras que se afundam em férteis vales ou dominam das cristas, soam com timbres vários, com aqueles timbres das vozes mortas que os pronunciavam num tempo meu que já vou julgando antigo.

Se alguém seguir a estrada e for ao Pisão, escalar a montanha em direção à Cerdeira, para as alturas, a cortar já para o vale do Ceira, terá uma visão única, a dum antigo circo que as geleiras formaram e ficou como testemunha dum passado que poucos poderão compreender. A visão de conjunto pode-se obter da linha circundante dos altos, da linha boleada dos cumes que o capelo das neves mais poupou, ou dos seus povoados, da Monte Frio, da Relva Velha, da estrada florestal que atravessa acima do Enxudro. As encostas descem e declives tão violentos que, às vezes, parecem querer atingir a vertical. A sensação máxima do circo arcaico consegue-se na povoação dos Pardieiros, colocada no fundão, vendo-se erguer de todo os lados os rebordos do covão gigante.

A Benfeita demarca o emissor deste covão principal.

Tenho ainda nos olhos a última visão desse, que direi, abismo. Arfava o motor na subida sem fim, e cada vez mais funda, mais gigante, se apresentava a concha; circundava-a a estrada e parecia a meus olhos, habituados a certas imagens, ver surgir as neves antigas, cobrindo e amassando-se nos altos, dissolvendo-se nos rebordos, passarem a torrentes, a rolares com fragor.

Desça-se, porém, e voltemos ao rio que corre cada vez mais encaixado na rocha primária.

Acompanha-o a estrada, mas à distância, aproveitando plataformas altas, ora cobertas de pinhal ora desnudadas, trajeto ermo até Secarias. Para norte entremostam-se casais, na zona baixa, e, pelas cumeadas, povoações.

Ao lado contrário passam retalhos da cortina das serras. A corrente corre triste, ladeada por vezes de nesgas de ínsuas. Acaba por se perder ao fundo, apertada em rochas, num cabril do duro seixo do silúrico, o qual, vindo do sul e tendo formado o Mont'Alto, corta para nordeste, esqueleto do muralhão transversal que é a serra da Moita, e se vai perder adiante da Carapinha, no sítio de outro Cabril, na passagem de antiga carreira para o Covelo, onde conheci na infância cenográficos blocos, agora reduzidos a brita, segundo dizem.

Emergindo do Alva da apertada passagem, encontra o seu último sorriso, o alargamento de vales, lezírias, verdura, em frente ao Sarzedo. Foram as águas tumultuosas da ribeira de Folques que ajudaram a cavar o agro arcaico. Foram por esta zona os pláceres auríferos, submetidos à fazenda real, que lhes nomeou administradores.

Sarzedo! Tenho passado a seu lado e isso nada me diz. Sarzedo é para mim uma manhã longínqua em que, por fantasia de ju-

ventude, desci a pé, da estrada da Beira até à Vareja e cortei à larga plataforma onde assenta o povoado. Era verão e manhã avançada; caía duramente o sol, mas ali, entre hortas e milheirais, demorei os passos. Corria a água das noras sobrepostas a poços, sombreadas de pedaços de pomar e de parreiras: era aspeto novo e diverso do que encontrara no caminho anterior. Verdura e frescura foi a impressão que por todos estes anos tenho guardado.

Vai o rio entrar na Casconha, terra triste, mas terra que a cada passo recordo, terra que, nesta cidade, outros sem cessar lembram.

Uma vaga de recordações parece-me vir. Pousarei a pena, pois que ela não saberia dizer o que nem tento traduzir em palavras. Quem pode unir espuma de ondas correndo na areia, farrapos de nuvens esgarçadas, fazer brilhar de novo o ouro dos poentes de outrora? que tais me parecem essas lembranças!

Diário de Coimbra, 1960.06.10.

VII

TERRAS DA RAINHA D. LEONOR

Entra o Alva nas freguesias de Pombeiro e S. Martinho da Cortiça e toma a direção de poente, formando lacetes, fundamentalmente encaixados na rocha antiga. O seu mais duro trabalho de escavamento encontrou-o aqui. Se cortou perpendicularmente a muralha da serra da Moita, não pode vencer o alto dique das serras de S.^{ta} Quitéria e de Mucela. Costeou-as. Varridos os espessos depósitos do mioceno, de que as altas plataformas de Mucela e de S. Martinho mostram restos, talvez retomando orientações obliteradas, seguiu conseqüentemente ao rio Mondego, aonde este, logo a seguir, agora mais avolumado de águas, foi cortando, lenta, lentamente, como broca poderosa e tenaz, na rocha dura. Tão apertados ficaram esses lacetes do Alva que a porção ístmica de um deles foi aproveitada, no século quinze, por dois túneis, a formar queda para mover rudes pisões, os conhecidos Furados. Dali à foz poucas povoações se aproximam da veia: alcandoram-se nos altos, entre secas terras de cultura, pinhais e raros olivedos, vinhas agarradas ao magro solo. Em baixo,

o engenho e o esforço sem medida dos homens conquistaram ao talvegue e alinharam pelas margens alguns palmos de areia e lodo, onde hoje se cria o melhor milho da região. Estevais, urzes, matorrais variados revestem as ladeiras mais íngremes e afastadas de povoado.

Terra triste, grata porém aos que lá nasceram ou viveram.

Tanto o é hoje como o foi no século catorze. Só outras eram as espécies vegetais. Não havia pinheiros. Nos vales subiam soutos, pelas chapadas estendiam-se sobreirais e carvalhos, mantos de giestas nas lombas mais suaves, do lado do Carapinhal e da Sanguinheda. A urze crescia livre, abatida periodicamente com as giestas, em grandes cavadas, para a sementeira do centeio.

O lobo e o urso, o javali e o zebro ocultavam-se entre moitas, nos vales fundos; corriam as feras pelos barrocais, assaltando homens desprevenidos que se aventuravam, em viagens noturnas, por desertos tratos de caminho; danificavam as culturas as outras espécies.

O povo, escravo da terra, vivia parcimoniosamente, mal alimentado e pior vestido, não passando do saio de escuro burel, atado na cinta, das camisas de grossa estopa, ligado espiritualmente às duas freguesias de S. Salvador de Pombeiro e de S. Martinho da Sanguinheda.

O povoamento era escasso e algumas aldeias de hoje não passavam de casais, não existindo outras.

Poucas terras de cultura desde o alto de S.^{ta} Quitéria ao rio, do rio aos limites com Farinha Podre.

Era região de caça grossa e não raro se juntariam, de muitas léguas em roda, nobres, acompanhados de numerosa peonagem, para as clamorosas montarias.

Percorrendo, nestes últimos anos, as terras da Bairrada, perguntámos a nós mesmos, nas leves ondulações de Vilarinho e Paredes, que motivo teria levado Martim Lourenço da Cunha a trocar com o rei aquelas férteis terras pelo áspero domínio de Pombeiro. Hoje sabemos: foram as perspectivas das corridas atrás dos javalis, dos ursos, lança na mão, o cavalo aos corcovos, mastins soltos, os toques das buzinas, o grosso alarido, o alali final e, à noite, os jantares sem fim, não menos rumorosos que a própria batida.

Era a vida superior do bruto fidalgo medieval combater em campo e correr montes. Lá o contam e elogiam os velhos historiadores. O austero Fernão Lopes descreve complacentemente as montarias do infante D. João, nomeia como dignos de registo, tal

como aos nomes dos nobres, os dos seus ferozes alões, Travor e Bravez, e descreve um dos maiores lanços de caça do mesmo.

*

Pobre Flor de Altura! Esplendorosa de beleza, desejosa de dominar, de entontecer, amiga de festas, veio para tal meio. Uma flor no matagal! Pobre D. Leonor Teles!

Ela que viera das idílicas veigas do Minho e Galiza, das pequeninas cortes amáveis e galantes que formava a numerosa nobreza rural, encontrou-se entre quem?

Certamente, o marido era trovador e enamorado mas não havia aqui aqueles paços que se aglomeravam, podendo-se falar de um a outro; aqui distanciavam-se léguas, servidos de ásperos caminhos. Ficavam os Góis na sua vila afastada, os Farinhas na sua honra de Farinha Podre, os Cunhas, senhores de Tábua andavam quase sempre na corte, pelos seus outros domínios, ou nos castelos de que eram alcaides. O resto era a pequena nobreza de um cavalo e de uma lança, composta de fidalgos que, se não tomavam a rabiça do arado, dirigiam diretamente as culturas, pouco menos rústicos que os serventuários, não passando da capacidade económica nem da cultura intelectual dos bons proprietários regionais do século passado.

Por vezes, a atravessar a estrada da Beira faria parar a mula e os seus, e ficar-se-ia à sombra das grandes carvalhas a observar os ranchos de gente vária, que naturalmente se formavam para se defenderem de qualquer eventual assalto. Ansiosamente esperava que o acaso lhe deparasse alguém da sua condição com quem falasse.

De Lisboa, aonde ia ver sua irmã Maria trazia os olhos deslumbrados.

Aí, a sua juventude o seu porte naturalmente elegante, ligeiramente altivo, a sua tez de leite e rosas, o timbre alto e cantado do seu rir atraíam as atenções e ela via-se cercada de tudo quanto lhe deslumbrava a alma e os sentidos. De regresso, nos ásperos e solitários invernos de Pombeiro, sentia umas saudades que eram de morrer.

A corte chamava-a com todas as seduções. Era nova e dotada de ilimitado desejo de dominar.

O rei Fernando também era novo, e o cognome de Formoso veio definir o que aureolava essa juventude. Basta ver a sua gentil cabecinha coroada nos torneses da cunhagem de Lisboa.

Ele enfeitiçou-se loucamente e ela abriu asas à ânsia de dominar, de ser a primeira do reino.

Pombeiro e a corte, que distância entre uma e outra!

Terras ásperas daquém e além Alva que culpa não teriam tido, que razões não teriam sido para tal desvairamento!

Diário de Coimbra, 1960.08.28.

VIII

PRIMEIRO SENHORIO DE POMBEIRO

Tonalidade diferente dos anteriores artigos vai ter este: frio, do documental, monótono. Não era nossa intenção escrevê-lo, pois que outros paralelos se tinham oportunamente proporcionado; tivemos de aceder a um pedido que se apoiava em recomendação que não podíamos desatender, a de velha amizade cimentada na infância. O pedido era o da própria terra, a recomendação era a sua lembrança nunca esquecida, relativamente à margem direita do rio.

Agradará todavia a muitos leitores, bastantes deles nesta cidade, numerosos fora dela, àqueles que tenham raízes nas freguesias de Pombeiro, S. Martinho, Carapinha, abrangidas pelo senhorio, e nalgumas das envolventes, Paradela, S. Pedro d'Alva, S. Paio do Mondego, e talvez ainda em outras.

Será pois uma romagem pelos limites.

*

Ao primeiro de janeiro do ano comum de 1126, a rainha D. Teresa doava a Randulfo Zoleimas uma herdade chamada Souto Seco e Pombeiro (*quam vocitant Sauto Sico et Palumbeiro*).

Souto Seco era nome que correspondia ao atual da Casconha, limitado aqui às freguesias de S. Martinho da Cortiça e Carapinha, às terras do senhorio da margem direita do Alva. Para esclarecimento, diremos que S. Martinho se chamou primeiramente S. Martinho da Sanguinheda e que a da Carapinha foi extratada desta no princípio do século dezassete; que, nos fins do século quinze, a parte alta de S. Martinho, abrangendo a Carapinha,

formou o pequeno concelho da Sanguinheda, em que se estabeleceu um morgadio, do qual encontrámos ultimamente nova documentação; que, no primeiro quarto do mesmo século dezasete, o prior Nuno da Cunha, um bastardo da casa senhorial, mudou a igreja do sítio antigo para o do presente. Complicações históricas estas que requeriam largo arrazoado, que o limitado espaço do jornal não permite.

*

[Sem li]mites mas por forma tão simplificada que parecerão vagas indicações a desconhecedores da região, das suas tradições e história. Todavia é possível interpretá-los com rigor.

Começava a nordeste a divisão, dum ponto sensivelmente comum às freguesias de Carapinha, S. Paio e Covelo. Partia daí para poente, separando Carapinha de S. Paio; depois S. Martinho de S. Pedro d'Alva, de Paradela, de Friumes, de S. José das Lavegadas; passado o rio para a margem esquerda e circundando por sul, Pombeiro, de S. José das Lavegadas, da Várzea, de Arganil; voltava a cortar o rio, a nascente, e ia dividindo S. Martinho do Sarzedo, e a Carapinha ainda de Sarzedo, de Mouronho e do Covelo, a acabar no ponto de início. A linha deverá decalcar, sem diferenças sensíveis, as atuais divisórias paroquiais.

Sigamos as palavras do documento. Ao nascente começava pela lomba de Asna Brava, tomando por norte pelo caminho público que ia a Asena (nome que não sabemos identificar, talvez mero sítio hoje) e depois por Lufreu (*ad orientem per illam lombam de Asna Brava et inde venit ad aquilonem per illam viam publicam qua vadit ad Asenam et inde per Loifredem*).

Não tinha princípio em Asna Brava (Ázere), na confluência com o Mondego. Mas muito acima (podendo esse nome ser então o de todo o ribeiro, hoje de S. Paio), na lomba, talvez aproximadamente por altura da junção dos vales da Estrela de Alva (S. Pedro) e do Vale da Ovelha (Carapinha). Dentro desta pequena zona ficará o ponto geométrico que só poderíamos determinar indo ao sítio com gente local. Chegando ao caminho que vem daquela última povoação, seguia-o, não nitidamente para norte, mas para o lado do poente, até Lufreu (S. Pedro), onde não chegava a tocar mas, como hoje, a uma encruzilhada; daqui seguia o caminho do Cavaleiro, povoação que não existia e que, atravessada pelos limites, veio a ficar dividida entre S. Pedro e S. Martinho.

A divisória ia de Lufreu a *Paradela (et inde per Loifredem et inde ad Paradelam)*. Temos igualmente de repetir: não tocava propriamente nesta sede de freguesia. Quer dizer, continuava do Cavaleiro para Cortiça (que não existia) e que igualmente veio a ficar repartida entre S. Martinho e Paradela. Da Cortiça, onde passava a antiga estrada da Beira, seguia nesta pelo sítio da Quinta e da Sobreira (povoações igualmente partilhadas entre aquelas freguesias). Ao Marco do Concelho cortaria para o vale das moendas do Cardal (Paradela), remontaria a veia do rio Alva, dividindo de Friumes, até acima da Ponte de Mucela, ao vale que vem de Sabouga, incluindo Moura Morta à esquerda, que foi civilmente de S. Martinho até ao século passado. Daí tomava para a região alta da Chapinheira. Deduz-se do documento: *et inde ad paradelam et inde per illum errugium qui vocatur Savauga usque in illa portela de Campelo*. Esta portela de Campelo é a região da Chapinheira; aqui se estabelece a divisão das freguesias de Pombeiro, S. José das Lavegadas e Várzea (hoje Vila Nova do Ceira), tendo havido casas habitadas nos três sectores da povoação.

Desta portela seguia pelo monte de Santa Quitéria, não pela linha de cume mas além dela, desenvolvendo-se depois para sudeste, de modo a ir abranger a povoação de Servo (Pombeiro), cortando depois para Casal do Frade, onde atingia, nesta direção, o limite do senhorio e tocava na freguesia de Arganil (*in illa portela de Campelo et inde ad illam lombam de ecclesia et inde ad illum sautum de Zofeid*). A lomba da igreja deverá ser o monte na sua primeira parte, e o souto de Zofeid ficaria perto ou mesmo no vale do Casal de Frade. Poderá ser que ainda por aí exista este nome muito modificado.

A divisão entre Arganil e Pombeiro tinha sido feita ou simplesmente reconhecida, não muito anteriormente, por Fernando Pais e Paio Ramires. O documento reporta-se-lhe: *et inde quomodo diviserunt Fernandus Pelaiz et Pelagius Ramiriz inter istam populationem et Arganil*.

De cerca do Casal do Frade seguiria conforme a corrente do ribeiro, em direção ao Alva, no entanto por além daquele, isto é, pela lomba da sua margem direita, a lomba entre Priados e Priadinhos (*per cima de Priados et inde per illam lombam inter Priados et Priadinos*).

Caía no Alva, deixando os sítios de Cadavais e Maladão a Arganil. Remontaria a corrente do rio até aos limites da freguesia do Sarzedo, passando à margem direita antes da Vareja, em

direção do alto da serra da Moita, de modo a ficarem dentro da circunscrição os dois Avelares.

O documento nesta zona não pode ser mais abreviado, limitando-se a dizer que na lomba de Priadinhos ia à selada de Asna Brava e aonde se tinha começado (*et Priadinos et inde ad illam seladam de Asina Brava et inde unde primitier inquavimus*). Quer dizer, cortando ao alto da serra, seguia por ele, fazendo separação da freguesia de Mouronho e da atual do Covelo (estrutada de Ázere no século dezassete).

*

Conhecemos alguns tratos divisórios como quem neles andou descuidado em rapaz, principalmente os que decalcam caminhos; outros só de longe os avistamos, como não há muito aconteceu em relação ao ponto inicial; de outros fica-nos perdida a sua vista, diremos, como que remotamente, em velhos anos.

Todavia o traçado, segundo as linhas essenciais, poder-se-á considerar seguro.

Alguns pontos históricos ficam renovados. O senhorio de Pombeiro foi desde os primórdios, anteriormente já à nacionalidade, pelo menos há oito séculos, independente do de Arganil e não separado dele no meado do século catorze, como correntemente se diz e nós próprios o escrevemos.

Poderá, com alguma probabilidade, decalcar uma divisão da época da primeira reconquista, dos séculos nono-décimo, pois que, tanto nela como na segunda e definitiva, desde os fins do século onze, a zona acima da corda das serras que parte da Estrada e vai à da Lousã foi a fronteira da monarquia leonesa com muçulmanos e teria merecido atenção e cuidado aos governantes.

Diário de Coimbra, 1960.09.04.

IX

AO VALE DAS CORÇAS

Seguindo descendentemente na Estrada da Beira, do alto da serra da Moita à ponte de Mucela, atravessa-se na maior dimensão

a zona que no referido documento da rainha D. Teresa é indicada pelo nome de Souto Seco, a parte do senhorio de Pombeiro na margem direita do Alva, e hoje uma zona da região natural chamada Casconha.

Regiões naturais e senhorios raras vezes coincidiam; do mesmo modo que concelhos medievais e freguesias, como neste caso do Alva se viu para a freguesia de S. Martinho da Sanguinheda e o senhorio da mesma Sanguinheda, tendo os dois sítios que a igreja paroquial ocupou pertencido ao território de Pombeiro

A parte de Souto Seco parece ter acabado por ficar por longos anos num ramo daquele a que D. Teresa o cedera. Quando se voltou a reunir a Pombeiro não sabemos. Não sabemos igualmente se as razões que levaram Martim Lourenço da Cunha a questionar com o rei a posse de Pombeiro, que acabou de obter por composição, se baseavam naquele outro documento, pois que se encontra Souto Seco em posse de certos Cunhas.

*

Partiremos da região desse esquecido Souto Seco e dum ponto divisório de bacias fluviais, de territórios medievos e de vias de trânsito: da Catraia dos Poços.

Segue transversalmente, para a esquerda, uma estrada, a que já anteriormente nos referimos, que se não sobrepõe mas que representa a velha carreteira que ia ao Porto da Raiva, no Mondego, a esse porto fluvial que teve grande importância nos transportes comerciais antigos, a que recentemente encontramos referência num processo sobre fornecimento de mercadorias que por ali transitaram, folheando um dos nossos velhos jurisconsultos.

A estrada da Beira segue à Ponte por certa linha de cimos mas a verdadeira crista topográfica é aquela que vai à Cortiça, ao sítio da Cumeada e a Paradela. Junto à capela de Santo Amaro, ponto mais acessível a quem passe na estrada, domina-se larga bacia, rara pela vastidão e pelos pontos dominados, diremos, rara pela sua posição táctico-topográfica. Isto explica que, nas vésperas da batalha do Buçaco, o duque de Wellington aí tivesse momentaneamente estabelecido seu quartel general. Da linha que se estende da capela ao extremo da Cumeada ele tinha sob o olhar os caminhos que o invasor poderia seguir: o da estrada da Beira em que se encontrava, o de S.^{ta} Comba por S.^{to} António do Cântaro ou pelo Buçaco e ainda esse desconhecido do inimigo, o de Mortágua em direcção à Portela do Boialvo.

Ponto dominante este como de passagem o da Ponte de Mucela. Lançados os seus arcos no fim do século treze, por ordem de D. Dinis e execução do seu tesoureiro, foi mandada guarnecer por Junot, na primeira invasão, para ter garantidas comunicações e prováveis retiradas, como na última foi mandada cortar pelo comando anglo-luso.

Atrás fica Mucelão, atravessado de filões metalíferos, explorados no século dezanove.

*

Pormenorizando a imagem, como que tomada do alto, a da zona final do rio, que temos formada na memória, tão real como fotografia aérea, a pena quer rememorar todos os recantos, a recordação evocar cada terra, cada passo de outrora em seus caminhos.

Fujamos, que é necessário findar esta evocação romântica, seguindo a estrada para o alto da serra, só lembrando de cada lacete o que cada vez se avista em maior amplitude.

Cava-se e encurva-se cada vez mais o rio, as povoações ocupam altas plataformas, geralmente cem metros acima do álveo.

Pela esquerda, antes que os aclives da serra a tornem desabitada, nos vales curtos, onde a agricultura favoreceu de terra mais funda e de alguma água, estabeleceram-se pequenos centros que deles tomam nome: Vale do Tronco, de Conde, Maior, do Meio. Remonta à primeira reconquista (sécs. IX-X) Friúmes, como já quilómetros antes acontecera a Mucela, que tomou o nome de um possessor moçárabe, um Iben Mucella.

Pela direita as encostas que arrancam do rio são mais altas e escarpadas. Paradela afasta-se e alcandora-se a duzentos e tal; a funda ribeira que vem de Lufreu destaca-se, separando-a de Ombres. Laborins ainda é povoação do Alva mas Paredes considera-se do Mondego, posto que com Miro à esquerda balizem, como grandes povoações o termo da bacia.

A passagem final sobre o Alva era em Vale das Corças numa ponte medieval, acima da nova de que vimos, numa margem, um grande maciço de alvenaria e, em Miro, pedras sigladas que haviam sido trazidas de seus restos.

*

Rio: sonho e recordações redivivas!

Aparece à nossa lembrança como paisagem de outono, lavada de luz meiga e clara, de planos tão amortecidos que os últimos, os das montanhas distantes, não são mais que leves pinceladas que, na tarde, vão passando aos tons de pérola, às cores de saudade e de ternura.

Em longínquo dia e afastado caminho desdobrámos uma das cartas do Centro para estudar a região que o carro atravessava. E, abrindo-a, veio-nos aquele traço azul a demarcar seu curso; alheámo-nos do fim que levávamos e seguimo-lo. Cada polegada recordava sua paisagem, ora ridente ora severa. E julgámo-nos a caminhar ao lado das margens, a reatar o antigo e solitário diálogo com a terra do seu vale, a rever a gente que, levada já da morte, contudo, sentíamos viva em seus vultos e na sua voz. Já não seguíamos uma estrada estranha, passávamos através das imagens de outrora. Só acordámos do sonho quando elas se tornaram mais vivas e os olhos se afogaram em saudade.

Diário de Coimbra, 1960.10.16.

A CANONIZAÇÃO DAS SANTAS RAINHAS

I

O culto particular das freiras de Lorvão e dos fiéis cedo deveria ter começado e não repugna acreditar que imediatamente se seguisse à morte da fundadora e da irmã.

No século XVI, pela segunda metade, era já costume fazerem-se comemorações litúrgicas, no dia 17 de junho por D. Teresa, a 11 de abril (se não foi equívoco, como um velho escritor notou, escrever-se III-Idus-Aprilis por III-Idus-Martii-13 de março, que é o dia corrente da comemoração) por D. Sancha, decorando o templo, celebrando solenemente a missa de Todos os Santos e havendo sermão panegírico em certos anos.

O Cardeal D. Henrique interessou-se (como abade geral da congregação), mandando a Lorvão o Abade de S.^{ta} Maria de Tamarães, por carta datada de Évora, de 9 de agosto de 1574, dando o mesmo conta do mandato por outra de 19 de outubro. D. Sebastião, por sugestão do mesmo cardeal, escreveu de Sintra, em 11 de janeiro de 1575, ao bispo de Coimbra, para que fizesse investigações e exame das virtudes e milagres das mesmas. Procedeu o bispo a algumas diligências, como se vê da carta de abril do mesmo ano. Rei e bispo ficaram na batalha de Alcácer. Todavia o processo não parou.

Corria o ano de 1595 quando se iniciou uma inquirição a sério dos milagres e santidade, pelo dr. Lourenço do Espírito Santo, geral da congregação de S. Bernardo. Foi continuada por fr. António da Conceição, reitor do colégio de S. Bernardo de Coimbra, em 1599, e acabada no ano seguinte, servindo de secretário a este o historiador fr. Bernardo de Brito. Foram ouvidas umas trinta e

três testemunhas. Era abadessa D. Catarina de Albuquerque, de cerca de noventa anos, que já tinha assistido à trasladação dos túmulos, como ficou dito, e priorisa D. Leonor de Noronha.

Deu-se no ano de 1617, a 7 de julho, que era dia de sexta-feira, pelas onze horas do dia, uma intempestiva abertura do túmulo de D. Teresa, obra de curiosidade bem feminina e monástica.

Rompendo-se a parede intermédia ao coro e igreja, para a colocação do altar da Senhora do Rosário, lembraram-se as freiras de ver os restos mortais da sua fundadora. Os operários levantaram um pouco a tampa e elas, estando só presente o confessor do convento, acabaram de a arredar. Fez um relatório do acontecimento a religiosa D. Madalena de Vasconcelos Silveira, que devia ter sido muito inteligente, como se deixa ver da forma como examinou e descreveu o facto, e ainda dos seus depoimentos na inquirição de 1634. Esse relatório foi anexo ao processo de beatificação, para demonstrar o estado do cadáver.

Se a inquirição do final do século XVI igualmente se juntou ao mesmo processo geral de beatificação, aquela que foi verdadeiramente a iniciadora do chamado processo primário foi a de 1634.

A abadessa de Lorvão, D. Inês de Noronha, e mais religiosas pediram ao geral autorização para dar começo às diligências próprias do processo de beatificação e canonização, que lhes foi dada a 12 de janeiro de 1634. Seguidamente requereram ao cabido sede-vacante para que procedesse à inquirição de testemunhas sobre a vida, santidade e milagres da rainha e da infanta. O cabido despachou a 15 de fevereiro e deputou para esse fim o arcediogo e provisor do bispado dr. Bento de Almeida, tendo-lhe passado a comissão a 4 de março. O procurador do mosteiro foi o próprio confessor, padre João de Almeida.

Os actos da inquirição iniciaram-se em Lorvão no dia 7 de março, sendo ouvidos os primeiros depoimentos no dia seguinte. As religiosas deram os seus às grades e os seculares na capela de S. Sebastião, antiga paroquial, hoje desaparecida. As testemunhas seculares da cidade de Coimbra foram ouvidas na sé e as religiosas de Celas às grades do seu coro. O total das pessoas que depuseram foi de cento e noventa e oito, número que se encontra mais elevado em certos lugares, por se não atender que algumas prestaram declarações mais que uma vez.

Notícias de Penacova, 1953.01.24.

II

A 10 de agosto lavrava-se auto de estar finda a inquirição.

Foi mandada para Roma, sendo aí traduzida para latim por Domingos de Carvalho. Sabemos que este trabalho estava acabado a 24 de setembro de 1640. Proposto à Congregação dos Ritos, teve por introdutor ou ponente o cardeal Sachetti. Falecendo este, o caso parou.

No pontificado de Clemente IX (1667-1669) tomou o mesmo encargo de patrono o cardeal Delcio, sendo assinadas as comissões para se introduzir a causa em 4 de outubro de 1667, passando-se cartas remissórias a 10 de dezembro, ao bispo de Targa, que não chegaram a ser expedidas. A 24 de fevereiro de 1666 tinha-se já certificado a exatidão duma cópia da mencionada tradução conservada no arquivo da Congregação.

O verdadeiro impulso só havia de vir mais tarde. No mês de julho de 1695 chegava a Roma o dr. Bernardo de Castelo Branco, com letras régias, e como postulador da beatificação de D. Teresa e D. Sancha como de D. Mafalda. Era romano pontífice Inocêncio XII. Foram passadas novas letras remissórias no mesmo ano. O bispo conde D. João de Melo, como juiz delegado para a causa, deu sentença de constar o culto imemorial da rainha e da infanta, a 16 de março de 1698.

O romano pontífice Clemente XI, pela bula *Sollicitudo pastoralis officii*, de 23 de dezembro de 1705, confirmou o culto, declarando-as bem-aventuradas.

Facilmente se presume o entusiasmo que tal facto deveria causar em toda a congregação portuguesa de S. Bernardo. O mosteiro laurbanense pensou em dar aos restos das novas santas um lugar mais condigno. A abadessa D. Bernarda Teles de Meneses mandou fazer duas urnas de prata lavrada, que foram encomendadas ao ourives portuense Manuel Carneiro da Silva, que custaram oito mil cruzados e foram pagas em 1715. Parece que além do mosteiro concorreu para a despesa das mesmas toda a congregação; o que é muito natural que se tivesse dado, atendendo tanto à devoção como à despesa.

Neste ano de 1715, depois de várias diligências entre o geral da congregação, fr. António do Quental, e o bispo de Coimbra, D. António de Vasconcelos e Sousa, procedeu-se às trasladações, em meio de grandes solenidades, com a presença de várias dignidades eclesiásticas e da câmara de Coimbra.

A 19 de outubro foram abertos os túmulos, para reconhecimento dos restos mortais e sua colocação nas novas urnas. Foram estas colocadas no mesmo altar em que tinham estado os túmulos, o do Rosário. Duraram as festas de 19 a 21 (domingo a terça). No último dia o bispo celebrou de pontifical; à tarde foram as urnas transportadas solenemente para a capela-mor, ficando a de S.^{ta} Teresa à esquerda e a de S.^{ta} Sancha à epístola.

Pensaram as religiosas, ainda nos fins do primeiro quartel do século, numa mudança das mesmas urnas, para o seu antigo altar. Ficavam-lhe mais próximas da grade do coro. Parece que tinham preparado já uma tribuna de talha com dois grandes nichos, onde elas repousariam apoiadas nas mãos de anjos.

A igreja foi reconstruída (1748-1761) e por forma magnífica. As urnas ocuparam novos altares na capela-mor, equivalentes aos lugares antigos.

Notícias de Penacova, 1953.01.31.

**VIDUAL
ELEVAÇÃO A FREGUESIA
DAS POVOAÇÕES
DE VIDUAL DE CIMA E DE BAIXO
(19-OUTUBRO-1815)**

I

Não conheço Vidual. A sua situação foi-me indicada, há largos anos atrás, seguindo de Pampilhosa a Unhais, em viagem rápida, como o momento exigia.

Passado o Cabril e a ladear a albufeira de Santa Luzia, fui olhando para montes e vales, naquele encanto de serras que é sempre o meu.

Iam-me indicando as povoações que à distância se descortinavam, e retendo seus nomes.

Ficou-me um grande desejo de ver em pormenor a região; mas hoje, velho como me encontro, terei de ficar com aquela recordação, revendo-a na consideração das cartas geográficas, como as que tenho em frente, as de 1/100.000. Possuo destas dois exemplares, a de 1886, a primeira do levantamento cartográfico do País, que me permite reconstituir velhos traçados de caminhos e outros elementos transformados ou desaparecidos. Ali vejo o rio de Unhais com o afluente do Vidual, descendo das alturas da Rocha, dos 1186 metros de altura, e descaindo naquele, um pouco acima de Vidual de Baixo e seguindo para o Vale Grande.

Mas, na edição de 1974, aquela cor azul com que se marca a albufeira ocultou já o nome de Vidual de Baixo e estende-se ao de Cima, seguindo pela direita o vale do Unhais até perto da freguesia deste nome.

*

Se agora escrevo, é para dizer aos leitores regionais que Vidual, isto é, o de Cima e de Baixo, foi criada freguesia, por alvará de D. João VI, em 19 de outubro de 1815, há 173 anos.

Até essa data era uma simples povoação da comenda da Ordem de Cristo, a de Santa Maria da Covilhã, constituindo uma zona encravada em outras freguesias, e que, pela distância à sua sede, deveria ter sido dotada dum modesto capelão, de funções restritas, como simples delegado do pároco de Santa Maria da Covilhã.

*



Elevados os Viduais de Cima e de Baixo em freguesia, com pároco próprio, padre Manuel Dias Fernandes Branco, procurou-se organizar a Irmandade do Santíssimo, com seus estatutos, e ainda a dotação que lhe competia, paga pela comenda, relativa a obrigações cultuais.

Conservam-se os estatutos e, junto aos mesmos, o alvará concedendo aquele subsídio, passado pelo Rei, como comendador perpétuo da Ordem de Cristo.

É nesse alvará que se elucida: – «Eu El-Rei... faço saber... que tendo eu sido servido, por alvará de 19 de Outubro de 1815, crear na igreja de Santo António do mesmo lugar um curato...».

Data esta memorável que conviria gravar numa lápide, a inserir na parede frontal da igreja, para ficar a esclarecer perpetuamente; bastando dizer:

VIDUAL FOI ELEVADA A FREGUESIA POR ALVARÁ RÉGIO A 19-10-1815.

*

As datas que os documentos de Vidual – criação da freguesia em 1815 e a do subsídio, de 1823 – apresentam dificuldades, em relação à retirada para o Brasil da família real e às invasões francesas.

Em 1807, a 27 de novembro embarcava D. João VI com a corte, já encontrando-se Junot no País.

A 16 de março de 1816 falecia a Rainha D. Maria, no Rio de Janeiro; D. João, que até aí só se intitulava Regente, tomou o título de Rei.

Em 1808 saiu Junot mas em 1809 deu-se a invasão de Soult tendo de se retirar nesse mesmo ano; para vir seguidamente Massena, expulso em 1811, passando a fronteira a 4 de abril.

D. João com a corte só voltou em 1821, desembarcando a 3 de julho.

Ora, no alvará, diz o Rei que criara a freguesia em 1815.

Não iam, certamente, os documentos de pequeno interesse para a assinatura real no Brasil. Eram de despacho da junta governativa, em nome do Rei.

No alvará citado, e que se vai reproduzir, já a assinatura é pessoal, traçada em grandes letras: Rey.

A Comarca de Arganil, 1988.10.18.

VIDUAL CRIAÇÃO DA SUA FREGUESIA (1)

Passemos ao exame do livro dos estatutos.

Trata-se dum pequeno caderno em papel almaço, nas dimensões (depois de cortadas pelo encadernador e dobradas em livro) de 20,5 cm. por 30 cm., papel de fabrico da Lousã, formando duas séries, uma com a marca de água – LOUZÃ / 1811– numa das meias folhas, acompanhada do escudo real, e na outra série só com – LOUZÃ / 1817, sem o brasão.

Em folha que lhe anexaram, na qual se pedia licença para a organização de estatutos, e que corresponde às folhas numeradas

3 e 4, o papel está com a marca de água – GIOR°. MAGNANI – tendo acima um escudo de fantasia, com emblemas difíceis de entender, que são uma composição arquitetónica dominada dum a águia, e ainda completado o escudo dum a coroa: na outra meia folha, só a palavra – ALMASSO.

Serve de capa uma folha de pergaminho comum.

O texto dos estatutos é traçado por letra de bom corpo, por quem estava habituado a estes trabalhos.

*

Tem o livro vinte e seis folhas numeradas, e rubricadas pelo desembargador eclesiástico da Guarda; com a data de 17 de dezembro de 1817 como abertura e, por encerramento, a de 18 do mesmo mês e ano.

Como folhas 3 e 4, as já referidas acima, foi anexado o requerimento do pároco e fregueses a requererem a conservação do Santíssimo num dos altares da «Igreja novamente erecta», esclarecendo, «para cuja sustentação e decente ornato tem já os paramentos necessários e se acham os suplicantes obrigados a sua conservação por escriptura pública junta aos autos da erecção desta Parochia»; pedindo-se ao mesmo tempo a erecção da irmandade e autorização de se organizarem os respectivos estatutos.

A fl. 2 é preenchida, em letras garrafais, com o título – «Compromisso da Irmandade do Santíssimo Sacramento erecta na Igreja de St.º António do lugar do Vidual».

Todavia, posteriormente, anexaram-lhe nova denominação, como se vê dum a folha colada no fim, na qual se relacionam as Missas pelos irmãos vivos e defuntos, em que é denominada – Irmandade do Santíssimo Sacramento e dos confrades de Nossa Senhora das Dores.

Já no referido requerimento inicial se previa que lhe poderiam ser anexadas outras irmandades ou títulos.

A 19 de outubro de 1817, o bispo da Guarda delegava no seu Provisor para se dar à execução. Este, a 25 seguinte, concedia licença ao que se requeria.

Segue-se o texto. Não procederemos à sua cópia, pois que não difere do género comum usado em tais casos.

Começa por uma introdução, que se denomina – Prefação, a explanar as costumadas considerações religiosas, entremeadas das citações latinas de hábito.

Divide-se em capítulos e parágrafos.

O cap. 1.º diz: «Nos os Moradores desta nova Parochia dos lugares de Vidual de sima e de baixo tendo accordado erigir nesta nossa Igreja a Irmandade da Sanctissimo Sacramento para consolação de nossas almas, queremos que seja collocado em hum dos Altares della, aonde por escriptura publica junta aos autos de ereção desta mesma Parochia nos temos já obrigado e de novo e por este obrigamos à sua substação (sic) com a possivel decência».

O cap. 2.º traz as condições para a admissão dos irmãos de um e de outro sexo. O 3.º, com os seus cinco parágrafos, refere-se aos officiais da mesa e suas obrigações: juiz, escrivão, tesoureiro, dois mordomos e um andador. Trata o 4.º, dos dias em que a mesa se deverá reunir. O 5.º, da entrada dos irmãos. O 6.º, dos anuais. O 7.º dos sufrágios por vivos e defuntos. O 8.º, das obrigações dos irmãos.

Termina com o cap. 9.º: «Se algum Irmão cahir em pobreza, não podendo satisfazer o anual, reqd.º à Meza, se lhe perdoará; e se algum estando enfermo não tiver meios de ocorrer às suas necessidades, requerendo a ella, será socorrido do modo possível e conveniente».

Seguem-se as assinaturas dos irmãos, que preenchem a fl. 12 e às quais voltaremos.

*

Tendo o promotor eclesiástico dado parecer favorável, foi passada provisão; a qual diz

«O Doutor Domingos Pires Centurio (?) conego prebendado na Santa Sé Cathedral da Cid. e da Guarda e na mesma e todo o seu Bispado Examinador Synodal, Dezembargador da Meza Episcopal, Provizor e Juiz das habilitaçois de genere, vita et moribus e patrimonios por Sua Ex.^a Rm.º:n». Etc.

E, com o formulário costumado, aprova os estatutos, terminando: «Dada na Guarda, sob meu signal e sello das Armas de Sua Excellencia Reverendissima a vinte e oito de dezembro de mil e oito centos e dezessete anos».

Assinatura do mesmo, com o brasão episcopal, mal impresso, sem legenda alguma.

*

As assinaturas dos irmãos merecem uma especial referência, pois que revelam um bom nível de instrução das duas aldeias, Vidual de Cima e de Baixo, encravadas em ásperas serranias,

sem ensino oficial, na transição do século XVIII para o XIX, que causa verdadeira admiração.

São vinte os irmãos que assinam diretamente. De cruz só onze! E seriam todos (os que o fazem com a sua letra e de cruz) os chefes de família da nova freguesia, pois que, naquela época o seu espírito regional, não se pode imaginar coisa diversa. A proporção é de notar.

São, como era natural, assinaturas irregulares mostrando diverso grau de capacidade.

Registaremos os nomes dos que assinaram, empregando porém a ortografia atual.

O Cura Manuel Dias Fernandes Branco, o P. Manuel José Nunes, José António Fernandes Branco, Bento Nunes, José Francisco, José Joaquim de Oliveira, Tomé Pires, João Bernardo, Manual Francisco, José Rodrigues, José Domingues, José Rebelo, Francisco João, Manuel Dias, Teotónio João, José Antunes, Manuel Rebelo, António Nunes, Pedro José de Mendonça e um mais, de letra indecifrável.

A Comarca de Arganil, 1988.10.20.

(2)

III

Criada a freguesia e ficando-lhe como sede a capela de Santo António, era necessário dotá-la das espécies próprias ao culto, agora que tinha categoria de paroquial.

Como curato desanexado da comenda da Covilhã, da Ordem de Cristo, que lhe ficava como padroeira, a esta impendiam os encargos correspondentes à construção e reparação da capela-mor, bem como de tudo o que era necessário ao exercício cultural; ao que se juntava a sacristia e a residência paroquial. A parte do corpo da igreja e o adro eram da responsabilidade dos paroquianos.

O mestre da Ordem de Cristo, que neste caso era o rei D. João VI, que havia regressado ao reino em 1821, a requerimento dos paroquianos, por alvará de 28 de novembro de 1823,

regularizou o custeamento dos encargos relativos a despesas menores e repetidas anualmente, denominadas guisamentos.

O documento, que anda reunido aos estatutos, é escrito em duas meias folhas de papel, nas dimensões de 23,5 cm por 37,5 cm. Numa das folhas há a marca de água IOHNSTON & MOLINEAUX / 1820; e na outra um escudete de fantasia, tendo como móvel do mesmo uma corneta curva suspensa duma fita, sobreposto duma coroa aberta composta de três flores-de-lis, e em baixo o monograma I & M.

*

Diz o alvará:

«Eu El Rei, como Governador e Perpetuo Administrador que sou do Mestrado, Cavallaria e Ordem de Nosso Senhor Jesus Christo, Faço saber que os Moradores do Lugar de Vidual de Cima, termo da Villa da Covilhã, Me representarão que tendo Eu sido servido por Alvará de dezenove de outubro de mil oito centos quinze crear na Igreja de Santo Antonio do mesmo lugar hum curato, pago pela Commenda de St.^a Maria da Covilhã, de quem ficou anexo, e estabelecer Fabrica para a ditta Igreja, igualmente paga pella Commenda, percizavão os Supplicants que também lhe mandasse contribuir com a cera necessaria e azeite sufficiente para a lampada do Santissimo Sacramento, na forma practicada com as mais Igrejas da referida Commenda; pelo que me pedião houvesse por bem assim o mandar. O que visto, informação que precedeo do Provedor da Comarca da Guarda e respostas do Doutor Procurador Geral das Ordens e Dezembargador Procurador da Real Fazenda, que tudo Me foi presente em Consulta do Meu Tribunal da Meza da Consciencia e Ordens: Hei por bem e Me praz fazer Mercê de Ordenar que a Commenda da ordem de Christo de St.^a Maria da Covilhã, a que pertence a Igreja dos Supplicants de St.^o Antonio do lugar de Vidual de Cima, concorra annualmente com quatro cantaros de azeite para conservar sempre aceza a lampada do Santissimo da ditta Igreja, trez almudes de vinho, dous alqueires de trigo e huma arroba de cera para guizamentos; para o que requererá primeiro no ditto Meu Tribunal Assentamento das referidas penções; e este se cumprirá sendo passado pela Chancellaria da Ordem, e será registado nos livros da Igreja e

do Tombo da Commenda para a todo o tempo ficar constando. Lisboa vinte e oito de Novembro de mil oito centos e trez: Rey».

Na base da página:

«Alvara por que V. Magestade Há por bem fazer Mercê aos Moradores do Lugar de Vidual de Cima, de que a Commenda de St.^a Maria da Covilhã, da Ordem de Christo concorra annualmente com quatro cantaros de azeite para a lampada do Santissimo da Igreja do ditto lugar, trez almudes de vinho, dous alqueires de trigo e huma arroba de cera para guizamentos, como acima se declara.

Para V. Magestade ver».

*

Seguem-se diversos registos, dos quais só extratamos as partes que no momento interessam.

«Lavrou-se assentat.^o a fl. 24 do L.^o 1 do Bispado da Guarda. Pg. 250 v.^o.

«Registado a fl. 123 do L. 4.^o respectivo da Chancellaria da Ordem de Christo. Lisboa 12 de Janeiro de 1824.

«Cumpra-se. Covilhã, 24 de Maio, de 1824.

«Fica registado no Livro do Tombo desta Igr.^a S. Maria Maior da Covilhã. 29 de Março de 1825.

«Ficou averbada no livro respectivo, a fl. 10 v.^o destinado para sem(emelhantes termos) em virtude da Regia Pro(visão) da Meza da Co(marca) de 8 de Maio de 1826. Covilham 23 d'Agosto de 1826».

A Comarca de Arganil, 1988.10.25.

UM CONFLITO PAROQUIAL NO SÉCULO XVIII

Figuras curiosas as nossas, de arqueólogos na aldeia! Vimos com a boa resolução de descansar, abandonando os livros e as velhas preocupações, e de nos entregarmos a uma larga bucólica com o sossegado descuido de pastor virgiliano em volta de nós a vida é simples e dura, do passado pouco existe porque o passado foi modesto como é o presente, – eu sei lá! – há milénios que tudo se resume em cavar, procriar e morrer; e, apesar de tudo isto, mal ainda chegados procuramos indagar como nas antigas eras se viveu na região.

Com que alegria se encontra um bárbaro ornato em pedra, um lacerado livro com nomes desconhecidos e contas erradas! Tudo isso foi o passado, e olhando para a terra que calcamos, afeiçoada por centenares de gerações, sentimos que indagando e falando dos homens e das coisas que o formaram, por mais modestas que sejam, lhe damos aquilo que os seus homens, construindo, cavando, plantando, procuraram – perpetuar-se.

Ora uma velha e banal história da região onde estou.

*

A primeira vez que encontrei nas minhas investigações (e já bem velhas!) a família de Manuel de Abreu e Gusmão foi num assento de Batismo do ano de 1663 em que sua mulher, D. Maria de Gouveia, serviu de madrinha.

Pela dezena de nótulas que a seu respeito colhi é-me permitido traçar-lhe um perfil pouco favorável. Sendo, possivelmente, de família nobre e rica, essas circunstâncias de nascimento e fortuna só lhe serviram para melhor exercer prepotências e fazer nascer em volta de si ódios e rancores, que se nunca originaram vin-

ganças foi só por que nunca o permitiu o medo que ele inculcava e a mediocridade de ânimos em que se tinham gerado. Mesmo pondo de lado o depoimento do medíocre P.^e André de Coimbra, que, como adiante se verá, não se pode deixar de não considerar parcial, há outros índices para provar o que afirmei; um deles, bem modesto mas que apresento como típico para quem conhece a vida de aldeia, é a completa ausência de apadrinhamentos nos batismos dos filhos dos cavadores da localidade.

Residindo na povoação da Cortiça, naquela parte, que pertence à freguesia de Paradela, era contudo natural de Riba de Mortágua, aonde tinha um irmão, Miguel, com quem se conservou em boas relações em toda a sua vida.

Posto que um assento de Batismo dum seu filho dê sua mulher como natural da Cortiça, não tenho a certeza disso, como não sei também se esta seria a causa da sua vinda para ali. Não encontrei o assento do seu casamento; de 1663 a 1684 não se me depararam indicações a seu respeito, posto que conheça os nomes de alguns filhos que lhe nasceram entre aquelas datas; e se me apareceram alguns Gouveias da freguesia de Paradela não me parece que fossem seus parentes, ao passo que com esta característica encontrei um Dr. Manuel de Gouveia, de Braga, e o P.^e Pedro de Gouveia, vigário de S. João de Areias.

Nessa época a povoação da Cortiça, embora pequena, era de alguma importância, porque ali se subdividia a grande artéria vial do centro do país, a estrada da Beira; e ainda hoje, apesar do seu incêndio total durante as lutas liberais, conserva disseminados por construções modestas restos importantes de cantarias de edifícios do século XVIII. Esta localização da aldeia fornece variadas razões para que um desconhecido ali tivesse estabelecido residência, mesmo sem que fosse levado a isso pelo matrimónio com senhora natural dali.

A vida de Abreu e Gusmão no último quarto do século XVII pouco nos interessa. Nasceram-lhe filhos e filhas, e conforme os costumes da época, foi colocando estas em conventos, talvez por sugestão de parentes que já tinham professado na ordem beneditina, aqueles em casa de outros parentes dos grandes meios, para que se educassem e se colocassem conforme a sua estirpe.

É o século XVIII que nos dá da sua vida o curioso caso que tomei por título deste artigo.

A 8 de dezembro de 1703 faleceu-lhe uma filha de nome Bernarda que estando no convento de Lorvão, sem ainda ter professado, ali adoeceu e donde veio, por conselho médico, para a

casa paterna. O prior de S. Martinho da Cortiça (freguesia a que pertencia, como ainda hoje pertence, a outra metade da Cortiça) P.^e Severino de Sequeira Lima, grande amigo de Manuel de Abreu, e padrinho de um dos seus filhos, e ministro de Batismo de outro quando ainda era prior de Mouronho, tendo-lhe administrado os últimos sacramentos, e afirmando o pai que ela tinha escolhido para sepultura a igreja de S. Martinho, estava disposto a fazer a encomendação, acompanhando para esta igreja o cadáver.

O vigário de Paradela, P.^e André de Coimbra, tinha ido para a actual S. Pedro d'Alva assistir à festa da Sr.^a da Conceição. Ali soube do falecimento e da hora em que se havia de realizar o enterro. Não podendo obstar a que o cadáver fosse levado para igreja estranha resolveu passar pela Cortiça para ver se lhe pediam licença, o que não sei se pela legislação do tempo era requerido, nem tão pouco posso verificar isso por não ter aqui livros onde investigue tal coisa. Ali encontrou tudo disposto para o funeral. João Ribeiro e José Cortês da Estrada, que diversas fontes me dão como lavrador abastado, prudente e exercendo na região um certo domínio moral pela sua fortuna e pelas suas larguezas, chamaram à parte o P.^e André e tentaram-no convencer que fosse para casa «porque nem o prior nem o pai da defunta tinham tento de lhe pedirem a tal lisenssa». O prior de S. Martinho sabendo disto foi ter com o P.^e André para lhe dar explicações e vendo que não o convencia, para acabar com mais razões, tira a sobrepeliz e a estola e coloca uma e outra coisa aos ombros do vigário de Paradela e deixa-lhe o Ritual nas mãos para que fizesse a encomendação.

O pobre P.^e André estava longe de esperar tal desfecho, e não era isto que queria mas pura e simplesmente o enterro em Paradela.

Depois da atitude do prior Severino nem se sentia com vontade de reclamar, nem tinha cara para acompanhar o cadáver a S. Martinho. Despiu as vestes litúrgicas e tomou o caminho de casa. Poucos momentos depois seguia para a igreja de S. Martinho o acompanhamento fúnebre de Bernarda.

Manuel de Abreu e Gusmão não se manifestou depois, mas nem por isso o P.^e André de Coimbra ficou tranquilo. Se é verdade que daquele tinha bastantes agravos anteriores, também sabia que ele se não incomodaria com isso, nem teria escrúpulos de cometer violências. P.^e André juntou mais aquela desconsideração às outras que já tinha, – como de Manuel de Abreu não permitir que fizesse ofícios fúnebres (como era ou aquele julgava que era de seu direito) a um filho que morrera em Braga, nem a outra

filha que falecera no convento de Semide, também ainda não professa – e ia rememorando nas horas em que mais sentia desejos de retaliações, a ocasião em que Abreu e Gusmão apontara uma espingarda ao P.^e João Rodrigues, e não esquecia que «com todos os mais Curas tinha tido estorias por nada».

A 26 de outubro de 1705 faleceu outra filha de Manuel de Abreu, uma Maria, de 15 anos de idade, que também foi para S. Martinho. O vigário de Paradela limitou-se a acrescentar melancolicamente ao fim do assento de óbito: «Dis seu pay que esta Maria e Bernarda; que escolherão a sepultura ambas porem não as justificou por testemunhas o que devia fazer sem duvida».

Quinze anos depois, em 1720, morreu o P.^e André de Coimbra e foi sepultado na capela mor da igreja de S. Sebastião de Paradela; dois anos depois Manuel de Abreu e Gusmão foi-lhe fazer companhia no mesmo lugar da igreja que não quisera para sepultura dos filhos; em 1735, certamente já muito velhinha, foi descansar junto ao altar da Sr.^a do Rosário, D. Maria de Gouveia.

Sob o mesmo teto, na mesma terra, ficaram unidos a descansar eles que na vida tão desunidos foram por motivos que nos parecem mesquinhos; e hoje, sem uma letra a marcar as suas sepulturas, são unicamente conhecidos de mim que indiferentemente traço estas linhas das suas vidas.

Correio de Coimbra, 1932.09.17.

CRUZES DE TRÁS-OS-MONTES

Tinha-se posto uma tarde fresca, boa, num dos últimos dias do agosto ardente deste ano. No cruzamento de estradas junto à igreja de Mateus, na indecisão de caminho a tomar, segui os restos da via-sacra e, metendo-me por terrenos da Casa dos Urros, foi esperar que o fim da tarde viesse, sentando-me num muro em frente das últimas cruzes estacionais que memoram o Calvário.

Com a doçura da luz vespertina e as cruzes, saindo dum pequeno soco piramidal, de rijo granito, tão grandes que se me encostasse a elas e estendesse os braços encontrava espaço para me crucificar, recordou-me um desses adoráveis casos de que as crónicas conventuais estão cheias e que lera numa dum dos velhos reinos de Espanha.

Tocava o sino no claustro, noite adiantada, para que as luzes se apagassem, mas sempre sob a porta dum velho frade, a quem as boas vontades davam fama de santo, continuava uma claridade que, espalhando-se no tijolo do corredor, formava um alo macio como azeite derramado.

Devo já dizer, para evitar rivalidades, que isto se passava num convento de Agostinhos.

Ora, santo Deus! magoava ao Prior tão grave infração à regra e, para sua maior atribulação, vinda dum frade tão macerado por austeridades, tão afeiçoado à oração, já lustre e esperança de futuro santo ao convento, que ainda não tinha nenhum filho de profissão nos altares.

Mordia-lhe fundo tão enorme desgosto e, sem forças para se dirigir diretamente ao culpado, foi indagar do ecónomo o quantas vezes a mais que os outros Irmãos religiosos aquele seu fradinho buscava azeite para a candeia. Qual, porém, não foi o seu pasmo em saber que havia longos anos se não despendera com ele nem tanto como uma lágrima pequenina de criança! E noite, em frente

da cela do culpado, meio iluminado da claridade que escorria sob a porta, o padre prior meditava. Não se e conteve: abriu violentamente a porta; o religioso estava ajoelhado em frente dum crucifixo, orando. A mesma luz macia, que cá fora se espalhava lavava as paredes como luz de unção divina, estendendo-se pelo chão somente a sombra do orante, como tapete de veludo. Mas, maravilha, não havia candeia, não havia vela, era o Cristo branco marfíneo, que espalhava tal claridade. Aquela claridade de dulcíssima bênção celeste.

Pois naquela tarde a terra de Trás-os-Montes também me pareceu que perpetuamente se ungia duma luz espalhada de todos os cruzeiros que a cada passo nos abrem os braços: cruzeiros de caminhos, cruzeiros abençoando as povoações, recebendo todos os seus lamentos pelos Senhores dos Aflitos e Senhoras do Socorro que os ornaram urvalmente, cruces de Via-sacra que ladeiam estradas e coroam alturas.

De todos aqueles que mais impressivamente me ficaram a lembrar, aqueles diante dos quais mais longamente me ficava parado, foram estas últimas; todas sem exceção fragmentadas, completamente abandonadas, como larários que a velha fé e o antigo amor tivessem abandonado. Mas as cruces altas, de largos braços, que restavam tinham um poder imenso de evocação; e facilmente se me apresentava como teriam sido magníficos os cortejos dos fiéis que, desde o século XVII (a mais recuada época de que as pude datar) até perto da atualidade em que aquele exercício religioso se começou a praticar exclusivamente dentro das igrejas, as seguiriam pelos acidentados caminhos, com lamentosos cânticos; e como esses pobres cavadores, pelos seus sentimentos sinceros e pela encenação tão parecida, repetiam-se e se aproximavam, saltando séculos, da comemoração dos primeiros cristãos jerusalemitanos da lamentável tragédia cristã.

Em Mouços, sobre a crosta desnudada do granito do monte, dominando serras e vales, numa paisagem magnífica dos cimos, batidas do vento e abaladas dos anos e do desamparo, encontrei algumas verdadeiramente impressivas na solidão, com o cemitério ao pé e a igreja a formarem um conjunto magnífico.

Senti a piedade pelas coisas que um dia foram amadas, tiveram horas boas, e que vão entrar no pesado esquecimento secular, quando reconheci que as duas cruces que se encostam à igreja de S João de Arroios eram o começo de outra *via-sacra* que ia terminar num alto próximo, junto a uma capelinha sem interesse aonde pude notar perdidas entre o mato, deslocadas, as bases

pequenas, do formato duma pirâmide truncada de base quadrada, aonde as cruzes termináveis se incrustavam

Um dia fui ter a Tojais para ver dois quadrinhos da segunda metade do século XVI, e mais que eles, me encantaram as últimas cruzes que se encostavam às casas baixas, de duro granito, fundamente patinado pelas ventanias, chuvas e neves que, como senhoras daquele serro, aí haviam de passear nos duros invernos trasmontanos. Mas a povoaçãozinha, com os seus pequeninos campos, arvoredos e rochas, que graciosa e boa para umas horas de esquecimento, de extática quietude!

Pois no alto, entre giestas rasteiras, desgarradas, cortando-se no azul magnífico, levantavam-se, três cruzes. Era assim, tal qual, o Calvário, na cidade judaica, nas tardes da primavera, entre o tempo que o Senhor foi descido da cruz e aquele em que ela, com as dos ladrões, foi tirada e lançada ao lugar donde a desenterraria S.^{ta} Helena. Sentei-me em frente e recuei no tempo...

A *via-crucis* da cidade de Vila Real é uma lembrança somente, que é perpetuada pela capela do Calvário.

Mateus, graças à piedade dum sacerdote ilustre, teve a sua restaurada mas a maldade e a estupidez vieram inutilizá-la.

Mas a que mais pensativo me deixou, a que mais me fez lembrar da transitoriedade da vida humana, de tudo quanto é produto da acção humana, foi aquela cujas pobres ruínas encontrei no lugar do Assento, junto à igreja da freguesia de Valongueiras, ao lado do gentílico santuário de Panóias.

Pobre desejo insaciável de tornar eternas as suas obras e a sua memória! Incompreendido e desamparado está o santuário de Serapis e dos deuses Lapitais; desamparado e quase incompreendido está o caminho da cruz! Vai longe o entusiasmo de C. G. Calpurnio Rufino, e afastada que está a fé dos que ergueram as cruzes estacionais, posto que essa mesma crença não esteja interrompida e o mesmo exercício piedoso se continue dentro da igreja!

Vinha vindo a sombra da tarde e eu, sentado no mais alto rochedo, junto das escavações rituais, como velho monge, pus-me a meditar no desejo grande dos homens, como o de Prometeu, de animar as suas obras de uma chama divina de perpetuidade, e que esse esforço se resume no perpétuo rolar para os cimos da pedra de Sísifo, no eterno derramar das ânforas das Danaides; o tempo, como na fábula de Saturno, insaciavelmente vai nivelando, varrendo, os homens, as suas obras e a sua recordação!

Que importa! Se esquecidas, deslocadas e desaparecidas estão essas antigas cruces, se marcam quanto é efémero aquilo que é humano, têm contudo grande poder sugestivo, uma nobre beleza, e deram-me um dos mais lindos comoventes aspetos que guardo daquela região.

Correio de Coimbra, 1933.09.23.

A CAPELA DOS FERREIROS

Desde setembro de 1924, data da minha primeira visita a Oliveira do Hospital, tem-me esta capela merecido uma certa atenção.

Levantei-lhe, em anos diferentes, a planta e alçados, estudei-a num agrupamento das igrejas e capelas do distrito que serviu de assunto numa conferência na Escola Livre das Artes de Desenho, de Coimbra, que está para publicar, e tenho aqui agrupadas bastantes notas a seu respeito.

Um desses apontamentos, a que só farei uma ligeira referência naquele estudo, tem um certo interesse e merece que venha a público.

Foi tomado dum manuscrito que encontrei no arquivo da Câmara Eclesiástica, ainda então no Seminário, e que hoje está incorporado do Arquivo da Universidade.

Tem o seguinte título na capa de pergaminho: *Livro a donde estão – carregados todos os bens – maneis e de raiz pertencentes a Igr.^a Matriz e mais – Cappellas da Freg.^a de – Oliveira do Hospital.*

O termo de abertura foi feito pelo visitador episcopal a 3 de junho de 1776. O pároco encerrou-o, a fls. 19, com a seguinte rubrica: *e por me ter de triminado em vezita fis esta disquiriçam, que assinei aos vinte e quatro de Julbo de 1776. O Vigr. José de Almd.^a Leitão de Vaz.^{os}.*

Como indica o título, este arrolamento abrange a igreja parochial com as capelas nela abertas e as das povoações que constituem a freguesia, sendo bastante curioso para a história local.

Como só nos interessava a capela dos Ferreiros, só copiamos a parte que lhe dizia respeito, e que se segue.

Fls. 7 v.º «Bens moveis e de rais pertencentes a cappella chamada dos Ferreiros de que he Administrador Costodio Luis de

Abreu da Gama morador em Canas de Senhorim Bispedo, e Comarca de Vizeu».

«Bens moveis

«Dois casticaes de estanho com hu – § fsl 8

«ma crus do mesmo estano, e Imagem do S.tº Cristo.

«Toalhas de Altar 5

«Hum Frontal de madeira pintado de cores.

«Hum par de Galhetas de estano com o seo prato do mesmo 1

«Hum Calis de prata com sua patena com alguma parte dourado 1

«Vestimentas homa de cor branca e outra rouxa 2

«Alvas 2

«Amitos 2

«Veos de cobrir dois, hum branco e outro encarnado 2

«Huma Meza de corporais 1

«Duas Bolças de meter os mesmos de cores 2

«Huma cortina de chita que cobre o retabolo do Altar 1

Fls. 8 v.º «Hum Caixam aonde se metem os trastes da mesma cappella 1

«Bens de raiz

«dizem estão obrigado a mesma cappella o Morgado de Touris e como o Administrador nam he daqui mas sim destante mais de tres Legoas nam pude avirguar o seu rendi.^{mo}.

«Despezas que elle agora tem de mandar fazer, e de concorrer com os gastos da 2.^a cappella, e juntamente mandar dizer cento e des Misas. Estas despezas estão detriminadas por capitulos de Vezita, e as obrigacoens das Missas são do Registo do Provedor da Comarca da Guarda a quem tambem pagao o rezisto. e nam sei de mais despezas».

Voz de Oliveira, 1935.08.16.

O CRUZEIRO DE NOSSA SENHORA DE GUADELUPE EM VILA REAL

Daquele dia em que fui à S.^a de Guadalupe, só e ignorante dos caminhos, por breves montes e vales, pouco mais duma hora da povoação em que estava, guarda a minha memória poucas coisas: um regato palreiro despedaçando-se em fragedos, escuros casebres, uma figura de rapariga, de grandes olhos, perdida em larga cisma, e acima de tudo, dominando quanto se chocara com a minha sensibilidade, um retalho dos fundos duma paisagem que eu, em pequenino, tinha visto num velho quadro de Igreja, um quadro ingénuo, de pobre pintor. Numa volta da estrada eu vi, eu vi como outrora, uma larga serra, quase tapando o céu, uma ermida entre arvoredos, e mais cá, como a abençoar a terra e as romeirinhas nuvens, que o vento impelia, os braços duma cruz sobre hastil de procissão. Senhor Deus, até pensei: – falta só ao alto o Cristo, alado como um serafim, raios vermelhos caindo das suas gloriosas mãos, dos seus pés luminosos, nos pés e mãos da figura curvada, desfalecendo de ventura inefável, do meu bom padre S. Francisco. E parei, encostei-me a um muro e esquecidamente fiquei a olhar, a sonhar, a reviver o quadro de lembrança antiga.

Eu conhecia já a capelinha pela monografia e fotos dum grave autor. Mas uma coisa é meditar a ciência que os livros trazem, outra é ir com esta pobre alma ávida de sensações, como mendiga de beleza, procurando o pão, o sal e o vinho que só ela sabe colher.

Linda ermida, com a graça daquele século XV das obras de Vila Real, de elementos arcaicos, como aquela cornija modilhoadada, ar cândido, evocativa de figuras e legendas; um arcaz de memórias que o passado nos legasse, encantado entre arvoredos, como nos velhos contos.



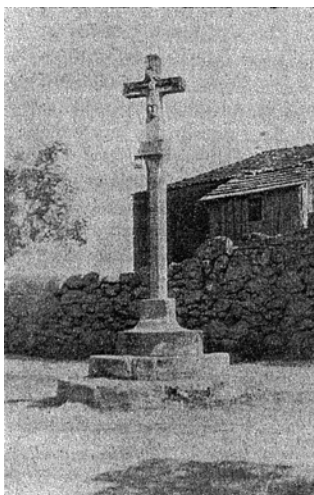
Vila Real – Capela de N.ª S.ª de Guadalupe (séc. XV)

Largos brasões nas paredes e pavimento, breves inscrições com nomes de desconhecida gente, farrapos esquecidos de antigos orgulhos, gritos estéreis de grande desejo de sobreviver.

Tomei notas, fiz desenhos e esquemas, e esperei que o sol se voltasse mais para poente, lavasse da sua doirada luz a parede norte para a fotografar e fotografar também o cruzeiro que a poucos passos fica, rente àquela velhíssima estrada que arranca lá do fundo do vale, da ponte dos Piscais, ponte que toda a gente ateima em que seja mais velha que os moiros, nada mais nada menos, que dos romanos, e que eu (todos me absolvam que grande pecado é afirmar, segundo me fizeram sentir, tal coisa) nem medieval considero.

Aqui o tenho, nesta gravura ao lado, tal qual o vi nesse dia. De tão namorado que dele fiquei, ainda agora me comovo só de ver a sua linha em estampa. Havia largos dias que eu passeava a região, encantado das novas terras e usanças. Seguiria nas planuras, entre o casario, restos de vias-sacras, formadas de grandes cruces de granito; sentara-me nos cimos, nos blocos desnudados de rocha, dominando vastidões, ao seu pé; e, entre matos crescidos, ao redor de velhas capelas, reconhecera à beira de caminhos, agora não trilhados, bases piramidais, restos mutilados de outras.

Cada uma me dissera coisas estranhas de renovado encanto, mas aquele, aquele do século XV...



Vila Real – Cruzeiro de N.^a S.^a de Guadalupe (séc. XV)

O que nele é verdadeiramente digno de interesse é o Cristo, pelo arcaísmo extraordinário que representa, e que é irmão gêmeo dum outro que encima a parede do nascente da capela-mor da ermida. Os braços estendem-se horizontalmente e ao centro da travessa da cruz. A cabeça, coroadada, inclina-se levemente para a direita. Uma auréola discoide, recortada em forma de crisma, tem um sabor de bem mais recuada época, tal como aquela espécie de saio, descido abaixo dos joelhos, que entre nós atingiu nalguns exemplares os princípios do século XIV, e que em breve se transformou em véu diminuto. Os pés estão sobrepostos.

Descontando a pouca perícia do escultor, reunida à dureza do granito, que bem explicam a horizontalidade dos braços, a rigidez de todo o crucificado, a falta de conveniente modelação, há provas inconfundíveis de atraso artístico, de vegetação, em que toda a província tra-lo-montana estava.

A beleza do cruzeiro, apesar da sua modéstia, vem-lhe disto mesmo: da reunião de traços arcaicos às linhas do dia, não esquecendo a sua admirável integração na paisagem.

Almanaque de Santo António para 1935, p. 284-286.

A CAPELA DE S. COSME, DAS CORGAS

Já se passaram nove anos, e nove anos são bem pouco numa vida ordinária mas para mim, olhando agora os esquemas e as notas tomadas, em maio de 1927, no vale do Alva, esse tempo dá-me a impressão dum espaço largo e fundo que separa a minha vida de doente, que agora levo, dum tempo de alegria e de entusiasmo, sol que se pôs.

Em treze de maio, dia de grande trovoadas, se a memória me não atraiçoa, encontrava-me em Sandomil a rebuscar os seus restos arqueológicos.

O pároco, que muito amável foi comigo e me acompanhou pela vila, disse-me que nesse momento se andavam a fazer obras numa capela, com aspeto de muito antiga, numa povoação da freguesia, no Casal ele S. Cosme, junto às Corgas.

Era tarde, o céu ainda estava muito carregado, e eu tinha alguns quilómetros a andar até à povoação aonde me encontrava hospedado.

Podia ser, na verdade, que a capela fosse de interesse arqueológico e que, com as obras, tudo se perdesse; pelo menos eu tomara alguns apontamentos, e alguma coisa ficava assim guardado.

Do vale do Alva até à capela dos santos físicos, Cosme e Damião, a subida é dura, e a diferença de nível, grande.

Recordam-me umas alminhas, em granito, graciosas, de que não tomei apontamento.

Um petiz guiava-me e as suas pernitias, novas e elásticas, galgavam a altura com a facilidade de quem encontra aqueles caminhos os mais normais de todos.

Depois de muito subir encontrei a capelinha em começo de obras, obras que justamente revelaram a disposição antiga.

Tinha naquele momento uma nave retangular a que se juntava a capela-mor, retangular também. As paredes do corpo

do edifício ficavam a desigual distância do arco cruzeiro, e as obras tinham por fim afastar uma delas até se obter simetria.

A demolição começada revela aos lados do arco cruzeiro, semicircular e chanfrado, o começo de outros dois menores, que seriam a abertura de duas capelas laterais e, à parte da epístola, entre o arco da capela-mor e o começo do que fora dum absidíolo, indícios do arranque de outro perpendicular àqueles, sinal seguro de arcos divisórios de naves.

Facilmente se adivinhava o traçado primitivo: o corpo da igreja era de três naves, divididas por duas arcadas, terminando cada uma em sua capela: a mor com as duas colaterais, de arcos redondos e planta quadrangular.

Devia ter havido um tempo em que esteve em ruínas e, quando se recompôs, fez-se menor, dispensando-se as capelas laterais, e dando-se-lhe só uma nave.

Os restos indicavam o princípio do século dezasseis.

Pessoa muito amável, que ali morava junto, numa linda quinta, e que dirigia com muito carinho as obras, tinha intenção de deixar à vista esses restos.

No maciço que formava a mesa do altar estavam, a servir de frontal, azulejos relevados, do começo do século de quinhentos. E da mesma época eram as sepulturas dos dois santos médicos.

Meses mais tarde vi num jornal dum concelho vizinho que tinha aparecido durante as obras, um cadáver mumificado, vestido de vermelho, causando isso um certo alarido, e declarando-se que as autoridades de Oliveira do Hospital iam tomar conta do caso. Não sei o que se passou e, se nada se deu, melhor foi, pois que nada havia a fazer a não ser – tornar a cobrir de terra os restos fúnebres.

Como se acaba de ver, a capela tinha maior amplitude, e o cadáver, segundo me pareceu do relato do jornal, deveria ter sido sepultado dentro dela, e aí, ao abrigo do ar e da humidade, não se decompôs, mumificou-se a tal estado que, mais tarde, na ruína da capela, quando as chuvas penetraram no antigo solo resguardado, já um pouco o alteraram.

Percorrendo as antigas crónicas conventuais, encontram-se exemplos numerosos, que mesmo nessas épocas, se não tomavam como factos, por si só, de qualquer proteção sobrenatural ao finado.

Fui ainda às Corgas, povoação triste mas fértil. Regressei tarde, pela noite tépida, vagarosamente por caminhos irregulares.

Voz de Oliveira, 1936.06.05.

UMA GRAVURA ANTIGA DUM AUTO DE FÉ

Poucas semanas há que, nas montras das livrarias citadinas, apareceu um pequeno livro de Louis Bertrand – *L'Espagne*.

De reduzido volume, ilustrações em todas as páginas, oco-gravura, leve de apresentação, leve de prosa, agrada, distrai e não enfada. Sem ambições, não passa fundamentalmente duma espécie de artigo de magazine, impresso independentemente para espíritos curiosos e sem gosto para aprofundar os assuntos.

Comprei-o como se adquire uma coisa graciosa e inútil e que, mal chegados a casa, reparando nela com maior demora, nos obriga à pergunta: – mas para que comprei isto?!

A páginas cinquenta e três vem, reproduzida em pequeno tamanho, uma gravura antiga com um auto de fé. Cena viva que só do natural podia ter sido tomada. Duas fogueiras ardem, uma em meio da combustão, com grande brasido, larga chama, fumo denso e, pendendo, no fulgor da luz, o condenado a rechinar; para além desta uma outra está quase a acabar e no poste alto a mancha dos restos humanos, carbonizados, mutilados, contorcidos; num outro plano, mais cá, nova pira se ergue, de troncos cruzados em várias camadas, um oficial da justiça amarra o prisioneiro ao poste, e já um outro lança o lume ao monte, erguendo-se os primeiros rolos de fumo; outros penitentes com frades que levantam cruces e os consolam enchem o primeiro plano.

Em volta das fogueiras fica um semicírculo de terreiro que a ardência dos fogos e os oficiais da inquisição mantêm despejado da gente que densamente se aglomera com curiosidade e impiedosa.

No fundo de longuíssima praça levanta-se um palácio, ao pé do qual já rareia o gentio, e mais para traz, subindo uma colina, aparecem as casarias da cidade sobrepujadas por linhas rígidas de construção conventual; à direita está o mar coalhado de naus que, nos limites do horizonte, parecem somente pontos.

Pois bem, nada disto é Espanha, o palácio são os Paços da Ribeira com o pavilhão de Terzi e a admirável fachada clássica que o terramoto derrubou, a praça é o velho Terreiro, e o mar é o da Palha, o estuário do Tejo.

A gravura não me era desconhecida e, sem a ter registado, creio ter a certeza de mais do que uma vez a ter visto, recordando-me bem um desses lugares.

Fui buscar o tomo XV de *Lo Stato Presente di Tutti I Paesi, e Popoli del Mondo Naturale, Politico e Morale con nuove asservazioni, e correzioni degli antichi, e moderni viaggiatori... scritto in inglesi del signor Salmon, tradotto in olandese, e francese, tedesco ed ora in italiano. In Venezia. Presso Giambatista Albrizzi q. Gir.* Encontrei a páginas 188 a gravura em folha separada, de desdobrar, e nela a legenda: *Maniera de bruciare quelli che furono condannati dalla Inquisizione.* Era fundamentalmente a mesma, só mais simplificada e de desenho menos correto, sem o vigor e a grandeza de encenação da outra.

Compreende-se facilmente esta diversidade.

A gravura reproduzida em *L'Espagne* é a da edição inglesa, ou de outra obra, da qual fosse tirada para ali, pois que, bem entendido, o autor como utilizou o texto de vários viajantes fez o mesmo para as gravuras dessas partes.

Na tradução italiana não se empregaram as chapas originais por causa das legendas; foram encarregados diversos artistas de as reproduzir, as quais deviam ter sido, Felicita Sartori para as ante-portas dos frontispícios, Giuseppe Filosi nas lâminas de ilustração e Isak Tirion, que os gravou em Amesterdão, para os mapas. Estas assinaturas encontram-se, uma ou outra vez, nos primeiros tomos, os do Oriente, nos últimos volumes desaparecem.

Ao passo que o primeiro era um bom artista, o segundo deixava a desejar e compreende-se o seu emprego pelo preço inferior que levaria, do qual se indemnizava simplificando os originais.

*

Esta espécie de geografia universal é valiosíssima pelo interesse vários, para diversas ciências, que possui. Cada país, além da literatura que o descreve, tem a sua carta, ilustrações dos usos e costumes e frequentemente alguma flora e fauna, aparecendo nesta por vezes seres fantásticos como, por exemplo, os animalejos estranhos que ali se afirma terem sido encontrados nas montanhas da Suíça, entre os quais há um dragão de desenho chinês.

Para nós, caminheiros do Oriente, os tomos que àquela parte do mundo se referem são dignos de atenção.

Se a denominação geral da obra é a que atrás demos conforme o rosto, nas gravuras dos frontispícios aparece indicada por outro nome – *Storia Moderna di Tutti Popoli del Mondo* e deveria ser este aquele pelo qual era mais conhecida; o próprio encadernador imprimiu a ouro na lombada – *Istor. Modern. del Mond.*

Começa pelos países de Levante: China (vol. I), Japão e algumas ilhas da Malásia e Micronésia, Tonquim, Cochinchina e regiões limítrofes (vol. II), Sião, terras vizinhas, Bornéu com outras ilhas da Malásia (vol. III), Índia e países circunvizinhos (vol. IV), Pérsia, Arábia, Nova Zembla, Sibéria, descendo até à Pérsia (vol. V), Turquia com regiões aquém da Pérsia e Egipto (vol. VI), Turquia da Europa, ilhas do Arquipélago, Cândia, Moreia e Polónia com a região dos cossacos zaparogas (vol. VII) Rússia, Suécia, Noruega, Dinamarca, Gronelândia (vol. VIII), Europa Central (vol. IX e X), Países Baixos e Suíça (vol. XI), Inglaterra (vol. XII), Suécia e Irlanda (vol. XIII), Espanha (vol. XIV), Portugal e o resto da Espanha (vol. XV), França (vol. XVI e XVII), Itália (vol. XVIII, XIX, XX 1.^a e 2.^a parte).

A obra não está aqui completa: no último tomo prometia-se a continuação da Itália com o grão-ducado da Toscana e parte dos Estados Pontifícios, e faltava ainda o Novo-Mundo que ao tempo (séc. XVIII) já tinha larga bibliografia deste género acompanhada de bastantes ilustrações e mapas, alguma minha conhecida desde os tempos de criança que a folheara curioso na biblioteca dum dos meus tios.

O sucesso desta tradução italiana foi grande sem dúvida, ainda se publicavam os tomos da segunda dezena e já se reimprimiam alguns dos primeiros, como se vê da coleção que tenho em frente que vai do ano 1738 ao de 1754.

*

Portugal não fica mal representado nestas Cortes universais.

O frontispício é uma alegoria ao país de equilibrada e graciosa invenção e bem executada, com o Torreão dos Paços da Ribeira e o Tejo e as suas naus, no embarcadouro pipas do nosso vinho, um açafate das nossas frutas e a nossa gente.

Em folhas desdobráveis tem a carta corográfica com uma outra alegoria à madre Lusitânia a quem as diversas partes do mundo que sujeitara homenageiam, e seguem-se-lhe: uma vista geral de

Lisboa tomada do Tejo, os Paços da Ribeira com o seu Terreiro, entrada do porto com os Jerónimos e nos primeiros planos Santo Amaro, a igreja e mosteiro Jerónimo, a torre de Belém, os hábitos das ordens de cavalaria portuguesas, um auto de fé.

Ao país são consagrados doze capítulos. No quarto *Descrizione della Provincia di Beira* vem a notícia coimbrã: «Coimbra o Conimbra é posta sopra un'eminenza a capo di una bella pianura alla parte settentrionale del fiume *Mondego*, trenta leghe a Settentrione di *Lisbona* e sei a Levante dell'Oceano. É sede di un Vescovo suffraganeo di *Braga*, ed ha una Università la piú famosa del *Portogallo*, ed un Tribunale dell'Inquisizione. La Città comprende sette Parrocchie, cinque Conventi di uomini, e quattro di Donne, sedici collegi, una Casa di Pietà, (del medesimo Instituto che quella già descritta di *Lisbona*) un Ospitale, e cinque mila famiglie di abitatori. Il Ponte è di marmo fino di ventinove Archi, i quali sono fatti in due ordini, uno sopra l'altro; e forma una strada coperta, per cui il popolo passa senza esser esposto all'aria. L'Università fu fondata nel 1290. dal Re *Dionigi I.*, e portata quindi a *Lisbona*: ma il Re Giovanni III. la stabilì quivi di nuovo nel 1553., e d'allora si considera come suo fondatore. Il Collegio dei Gesuiti è riputato il piú bello che abbia la Società, ed è a meraviglia grande. L'Acquedotto che porta l'acqua nella città, è stimato anch'esso. La Cattedrale e le altre Chiese, e Monisterj sono ben fatti, molto adorni e belli; ma le case private, e le strade non sono molto deliziose. Come la Città è parte sopra un lato di un monte, così le strade non sono universalmente piane; ma quella che si chiama la *Calzada*, dov'è il Collegio dei Gesuiti, é bellissima. Cinquanta sono i Professori dell'Università, e gli Studenti quasi tre mila. Si conta, che abbia d'entrata circa quattromila lire l'anno. La campagna intorno a *Coimbra* è all'estremo deliziosa, e ben piantata con vigne ed Ulive».

Acabava de folhear os volumes que dizem, respeito ao oriente quando me chegou o número de 12 do corrente das exposições e conferências de arte e março do jornal *Beaux-Arts* e, na lista arqueologia que deveriam ter lugar nessa semana, encontrei: *Dimanche 14 mars Musée Gimet – Antonio Tenreiro et ses voyages en Iran et en Arabie au commencement du XVI.^e siècle*, par Sir Denison Ross – 15 heures.

Correio de Coimbra, 1937.07.27.

LOUSÃ

COMEMORAÇÃO CENTENÁRIA DA PRIMEIRA VIAGEM TURÍSTICA À SERRA

De ano para ano o interesse turístico desta vila tem aumentado por mais difundido conhecimento das suas belezas naturais de montanha, um conjunto excepcional de variados e imprevistos acidentes topográficos.

Com as facilidades que um centro da importância da Lousã possui, que cada dia aumentam – como no momento presente a criação duma estância de repouso como é a Quinta da Alfocheira – brevemente será um ponto turístico de primeira ordem e verá cada ano crescer o número dos visitantes.

A comissão municipal de turismo, na sua inteligente ação de propaganda, e em comemoração grata e saudosa daqueles primeiros que fizeram verdadeiro turismo à sua serra e registaram as impressões num interessante folheto que mereceu várias reimpressões, organizou no domingo passado uma excursão que, pelo número de pessoas e pela situação social de cada uma – uma representação magnífica das atividades intelectuais e económicas do centro do país – marcou.

Partiram de Coimbra cinco camionetas e bastantes carros ligeiros, transportando 150 excursionistas aproximadamente.

No elegante edifício da Câmara Municipal da Lousã foram recebidos pelo ilustre presidente da Câmara, vereadores, senhoras, duas bandas de música e muito povo. Subiu-se ao salão nobre, um salão amplo e bem decorado, sob uma chuva de flores.

O ilustre presidente da Câmara, sr. Dr. Pedro Mascarenhas de Lemos, secretariado pelo sr. Coronel Pina Lopes, presidente da Casa das Beiras, e pelo s. Coronel Gaudêncio Trindade,

comandante de Artilharia 2, deu as boas-vindas aos excursionistas, e num discurso elegante rememorou a viagem, cujo centenário se festejava, do Dr. Adrião Forjaz de Sampaio, falou da região, sua indústria e beleza, sendo muito aplaudido. Usou da palavra seguidamente o sr. Coronel Pina Lopes.

As camionetes tomaram o caminho da serra, uma ascensão admirável para os cimos, por uma estrada toda em curvas, desvendando a cada volta novas belezas austeras, impressionantes, duma serra magnífica de braveza, forte, obra titânica dos elementos por séculos de revoluções e persistência de esforço.

No alto, deslumbramento de paisagens de cimos; em todas as direções como dorsos imponentes de animais fantásticos que parecia irem retomar a marcha interrompida, alargavam-se no horizonte, perdiam-se na distância. Um ar fino, bom, o ar puro das serras aligeirando os corpos.

O olhar procurava as serras conhecidas, a Estrela, o Colcurinho, Serra do Açor, Caramulo, Buçaco, etc., um mundo de elevações em planos infinitos.

À sombra do marco trigonométrico falou da serra e dos homens, com verdadeira elegância o sr. Dr. Amorim Girão, e o sr. Dr. Raul Miranda fez uma lição de geologia e de adaptação da gente ao solo, ótima por todos os títulos, e que será pena se não for publicada.

Regressou-se e no parque frondoso da Quinta da Alfocheira foi servido o almoço que decorreu animado, trocando-se afetuosos brindes.

Na visita ao castelo e ermidas da Piedade o sr. Dr. Vergílio Correia, ilustre professor universitário e diretor do Museu Machado de Castro, fez uma conferência sobre o interesse das velhas fortificações e possibilidade de restauração.

Apesar da fábrica de papel estar nesse dia parada, a sua visita não foi menos curiosa, valorizada como foi pela erudita palestra do sr. Álvaro Viana de Lemos que deu sobre a história da fábrica e fabricação do papel, no momento e outrora, indicações do mais alto interesse.

A este estudioso e publicista de mérito se devem as palavras de introdução à reimpressão que a biblioteca pública da Câmara da Lousã mandou fazer da *Uma Viagem à Serra da Louzã no mês de Julho de 1838*, pelo dr. Adrião Pereira Forjaz de Sampaio, e da qual foram oferecidos exemplares aos excursionistas que agora tão amavelmente foram conduzidos aos mesmos pontos por caminhos bem mais fáceis.

O sr. Viana de Lemos, nessa introdução, conseguiu, no limitado número de páginas que lhe era forçoso não ultrapassar, dar uma série de notas valiosíssimas acerca do autor da Viagem à Serra da Lousã, dos excursionistas, do proprietário de então da fábrica e que ali os levara, João José de Lemos, da serra e campos da Lousã, fábrica de papel, Trevim, castelo e ermidas, que completam o volume e fazem necessária a sua consulta quando se tiver de tratar daquela vila.

Os excursionistas vieram encantados com a região e pela forma como foram tratados.

Pelo *Correio de Coimbra* apresentamos ao ilustre presidente da Câmara, sr. Dr. Pedro Mascarenhas de Lemos, os nossos agradecimentos, e a promessa da nossa entusiasta propaganda de tão maravilhosa região.

Correio de Coimbra, 1938.07.23.

O CENTENÁRIO TURÍSTICO DA SERRA DA LOUSÃ

A «boa e sincera propaganda da Lousã e das suas privilegiadas condições turísticas» que a respetiva Câmara Municipal e a Comissão de Turismo fizeram com a excursão realizada em 17 de julho do último ano, em comemoração centenária da excursão de 1838, teve agora o seu complemento, com a publicação das palavras proferidas por três professores universitários e por um erudito publicista, neste volume que fica um bom contributo para o estudo da Lousã.

Nesta publicação as palestras têm a mesma ordem por que foram proferidas. Abre o volume a do sr. dr. Amorim Girão (*Aspectos Geológicos e Geográficos da Serra da Lousã*) e, lendo-a agora, já passados tantos meses, ainda se nos comunica o entusiasmo com que foi proferida, o entusiasmo com que falou das serras e especialmente daquela: «Para os que passam, como nós, a maior parte da sua vida na cidade, a trabalhar quase sempre à luz artificial e a respirar, dentro de quatro paredes, os produtos tóxicos da própria respiração – que é como quem diz: a beber água estagnada – as viagens à montanha devem constituir um desintoxicante admirável, de salutareos efeitos não apenas de ordem física, mas sobretudo de ordem moral».

A lição de geologia e a adaptação do homem à terra e seu agente transformador, do sr. Dr. Raul Miranda (*Paisagem Geológico-Geográfica da Serra da Lousã*) renova-se e é agradável recordar certas das suas partes: «E assim o Homem, elemento ativo, modificador da superfície terrestre, vai a demonstrando pela energia que dia a dia dispensa, ser o grande transformador que não descansa e está sempre pronto a recomeçar, como o Sísifo da lenda, imprimindo aspetos variados e sempre novos às regiões que habita e sobretudo, tornando mais humana a paisagem geográfica

que ele espiritualiza pelo Amor, que irradia à sua volta, como o melhor perfume que pode suavizar as amarguras e inebriar de luz a Natureza rude».

São editadas a seguir as palavras que, na tarde, à sombra das românticas ruínas, o sr. dr. Vergílio Correia (*O Castelo da Lousã*) proferiu e cujo sentido geral se resume: «Paisagem, História, Folclore, Arqueologia, tudo se conjuga para tornar este local privilegiado como meta de excursões turísticas. Bem fez portanto a Câmara da Lousã promovendo a romaria turística em que colaborámos. Actuou com inteligência e coração.»

A última palestra é do sr. Álvaro de Lemos (*A Fábrica do Papel da Lousã*), de história da fábrica e de evolução do processo de fabricação do papel e da qual destacamos os seguintes períodos pelo seu valor de resumo histórico.

«Os mais antigos *engenhos* de papel portugueses, de que nos chegou notícia, foram os seguintes:

«O 1.º, em Leiria, fundado em 1441 por Fernão Rodrigues e João Gonçalves, talvez para abastecer de papel as imprensas que, ao tempo, haviam naquela cidade onde os judeus imprimiram muitas obras notáveis.

«O 2.º em Alcobaça, fundado em 1537 por Manuel de Góis, irmão do cronista Damião de Góis, certamente sob a influência da indústria holandesa, pelas estreitas relações que os Góis tiveram nos Países-Baixos.

«O 3.º, em Alenquer, fundado em 1565.

«O 4.º, o da Lousã, fundado entre 1710 e 1715 por italianos, com participação do Estado. Sabe-se que um dos seus proprietários era José Maria Otoni e que dirigiu a construção e instalação, por parte do Estado, João Neto Arnaut.

«Nunca mais, desde então até ao presente, deixou esta fábrica de laborar. Com alternativas de progresso e decadência foi passando por várias mãos, por venda ou herança.

«Em tempo do Marquês de Pombal, não estando próspera a empresa e não tendo sido satisfeita a dívida, tomou o Estado conta da fábrica que explorou alguns anos, sem grande sucesso. Depois, foi adquirida em hasta pública por uns comerciantes de Lisboa, sendo dirigida por Amorim Viana.

«Em 1821, passou a pertencer à firma Pereira & C.^a de Coimbra, em cuja sociedade entrava J. J. de Lemos, que, em 1833, ficou seu único proprietário. Conservou-se na família Lemos, nas duas gerações seguintes, até que se juntou, em 1889, com outras fábricas, para fundar a Companhia do Papel do Prado».

*

Veio este volume mostrar com clareza que «teve a comemoração uma feição *sui-generis* de sinceridade e elevação que em todos deixou agradabilíssima impressão e bem marcou a linha de conduta do turismo lousanense: – Não só interesses materiais, mas de cultura e sentimento, num grande ambiente de verdade, simplicidade e sinceridade».

Correio de Coimbra, 1939.05.20.

A PONTE DA MUCELA

Quantas recordações se não vão levantar na memória de muitos dos leitores deste diário (tenho a certeza), vendo o título desta crónica!

Desde menino e moço, o nome da ponte tem-me soado aos ouvidos, na conversa com os mais velhos, muitos dos quais já se foram. Não que o sitio dela fosse ponto de reunião, mas só por se encontrar num caminho dos mais frequentados, que ao mesmo tempo foi estrada de invasão do país.

Os antigos meios de locomoção, vagarosos, tornavam o caminho, não o simples traço a ligar o ponto de partida ao de chegada que hoje se percorre velozmente, mas o espaço meditado e revisto que se gravava na memória da mesma maneira que os das terras em que se viveu na meninice. As velhas diligências (que hoje nos parecem terem tido tão pouca monta), as horas infindáveis que nelas se passavam, o andar monótono das mulas, davam tempo a tudo se ver e de tudo os viandantes se cansarem.

Partia-se, ainda alta noite, da Serra por excelência, faziam-se não sei quantas mudas pelo caminho e de descida em descida, caía-se no descanso da Ponte da Mucela. Aí estava o velho Caetano, que mal conheci, e cujos herdeiros ainda mantêm o nome e a estalagem.

E agora podem começar as recordações; digam: *numa ocasião...* Sim naquela vez, na ida ou na volta de férias, que deixaram que a diligência seguisse a grande curva do Vale do Tronco e atravessaram a direito pelo mau caminho de Mucela... Continuem, que tenho ouvido muitas variantes.

*

Essa ponte, alta e forte, que tem desafiado as enchentes, viu muita coisa, de velha que é.

Existiu outrora um letreiro (conta um dos nossos mais autorizados cronistas), o qual dizia que fora principiada no ano de 1298 pelo tesoureiro de D. Dinis, Pero Salgado.

A região que a cerca de mais próximo, apesar de não guardar traços do passado, afunda-se nas idades. Pertencia ao mosteiro de Lorvão, à comenda de Cristo de S. Pedro d'Alva, aos Cunhas de Pombeiro, ao priorado-mor do mosteiro de Santa Cruz e mais tarde à Universidade, além de pequenas inclusões de outros senhorios, que muitos foram a comer-lhe as parcas rendas, que na parte da comenda já não era na razão do décimo mas do sétimo!

Um documento do século décimo (ano de 946) refere-se a Mucela. Na abertura dos caboucos da casa do falecido padre Eduardo Augusto Rodrigues, perto da ponte, encontraram-se alguns morabitinos de ouro dum dos reis Sanchos. Mós manuais foram achadas não longe.

A passagem por aqui das tropas de Massena, em retirada, já foi historiada proficientemente pelo sr. coronel Belisário Pimenta, que publicou um desenho antigo com um arco cortado, o do lado de Coimbra.

A ponte foi feita com segurança e, se não fora a mão do homem, chegaria até agora quase intacta. Sensivelmente da mesma época da foz do mesmo rio Alva, quilómetros abaixo, no sítio do Vale das Corças, perto da aldeia de Miro, e dela só resta um grande bloco de concreto, na margem direita.

É de quatro arcos; dois grandes lançados sobre o leito propriamente dito, com forte pegão e proeminente talha-mar, suportando a força da corrente nas enchentes; os dois menores ficam meio soterrados no areal.

O perfil antigo era diverso; plano sobre os dois arcos maiores, descia em rampa para o lado da povoação. Foram as obras públicas que puseram a nível o pavimento e lhe deram maior largura pelo acrescento de cachorros laterais.

Diário de Coimbra, 1946.08.17.

A PONTE MEDIEVAL DA REDINHA

Quantas vezes, passando na estrada de Lisboa em frente a esta vila, não formulei o desejo de vir examiná-la!

Mais do que a graça do local, cheio de águas e verdura, que os restos da igreja manuelina, colocada em posição cenográfica, era o passado que me atraía, não o da retirada dos franceses na terceira invasão, mas o dos templários, com a doação que lhes fez a rainha D. Teresa dos territórios que abrangiam esta vila, em 1128, vila onde eles fundaram uma igreja.

Que restaria desses primeiros tempos de repopulação?

Enquanto a velocidade do carro me arrastava, ia pensando que talvez já nada existisse, tal como tenho visto em outras terras, tão velhas na história, tão novas nas edificações!

O acaso, o grande amigo dos estudiosos, acabou por me levar ali, no intervalo de duas passagens de camioneta, o tempo suficiente para ver e para desejar voltar.

O traçado dos novos caminhos, rigorosos no estudo dos níveis, lançados por forma diversa das avaliações espontâneas antigas fez com que muitas povoações ficassem de costas voltadas para a grande circulação. A quem passa na estrada moderna fica oculta a velha vila, o pitoresco dos seus arruados, as suas casas de janelas de aventais retangulares, a capela da Misericórdia e a da Ordem Terceira, o pelourinho e, acima de tudo, a ponte medieval.

Galga esta, em três arcos baixos, a corrente de águas abundantes; dois fortes pegões repartem aqueles, convenientemente robustecidos de esporões.

Aquilo que logo chama a atenção é o rigoroso aparelho das cantarias, que é a graça das construções utilitárias civis. Algumas siglas marcam-na. O seu exame não deixa dúvidas; está-se em frente duma construção da época afonsina, contemporânea do primeiro rei, obra dos hábeis arquitetos do século doze coimbrão.

Este século doze foi uma época brilhante na arquitetura de Coimbra. Houve um período inicial, o condal, do qual não temos um edifício inteiro, mas só restos em Coimbra (na igreja S. Pedro e de S. João de Almedina), em Montemor-o-Velho e Sepins. Eram, nesta época dos condes, os artistas mais imperitos, o acabamento da obra dos canteiros mais grosseiro, gostando de encher os capitéis de figuras animais.

Por 1130 vieram novos homens constituindo uma oficina que logo tomou conta das obras principais; era um grande mestre, Roberto, do centro de França, e canteiros peninsulares. Produziram a primitiva igreja de Santa Cruz e a Sé Velha. É a época (segundo ao último quartel do século) a que pertence a ponte de Redinha. Canteiros da segunda geração destes, evolucionados, fizeram as obras menores, como S. Tiago, espalharam-se principalmente em direção do sul.

Este movimento de artistas, deslocando-se por oficinas ou indivíduos, movimento de homens e de técnicas que hoje seguimos pelo escalonado que têm no tempo e no terreno, é convenientemente expresso pela letra da antiga dança dos pedreiros na festa do Corpo de Deus em Penafiel, que li há bastantes anos pela primeira vez no primeiro volume do *Minho Pittoresco*, de J. A. Vieira.

Diz o mestre e os oficiais alternadamente:

*Eu também fiz um convento
Na cidade de Leiria,
Todo de pedra lavrada
E toda a pedra à esquadria*

*Nós fizemos um palácio
Na cidade de Coimbra,
Todo de pedra lavrada,
Pois estava coisa linda*

*Eu também fiz uma ponte
De noventa e cinco arcos.
Toda medida à régua
E dividida em compassos.*

O que mais me entusiasmou junto da ponte, nos brevíssimos minutos que me foi possível demorar junto dela, não foi a sua ancianidade. Foi sim reconhecer mais um ponto geográfico da expansão da arquitetura românica afonsina, completando o quadro da sua evolução e das suas modalidades.

Diário de Coimbra, 1946.10.07.

TEARES RURAIS QUE PARAM

Li há pouco em *A Comarca de Arganil*, a terminar uma notícia necrológica, um esclarecimento que, na sua singeleza, tem tanto valor como as largas e laudatórias inscrições dos grandes, porque exprime o mérito da artificiania popular: «a extinta foi uma tecedeira de fama».

E foi, corroboro daqui, porque conheci bem a Maria Delfina Barca, que morreu no lugar da Cortiça, com sessenta e cinco anos de idade.

A Cortiça fica naquela típica região natural, chamada a Casconha, que se atravessa na estrada da Beira, da Ponte da Mucela até um pouco antes da serra da Moita.

Subida a grande ladeira do Mucelão, passadas as Barreiras Altas, aonde se anda a fazer novo corte, e chegados à Sobreira, atingindo-se nesta povoação o cimo do Viso, depara-se-nos no pano de fundo das colinas, alongada no alto, dominando a curva que leva a S. Martinho. A povoação antiga, guarda ainda fragmentos de arquitetura domiciliária do século XVIII, restos que ficaram do grande incêndio que a lavrou numa ponta a outra, pela *queima da pólvora*, nas lutas liberais.

Parou aqui agora mais um tear, como tem acontecido a tantos naquela área cascã – a das freguesias de Paradela, S. Martinho da Cortiça, S. Paio, S. Pedro d'Alva e Travanca.

Casconha, terra de médias alturas e seca, barros vermelhos, coberta de pinhal e oliveiras, com magras culturas, viu desenvolver-se a do linho e conseqüentemente a fiação popular e a tecelagem nos modestos teares só de duas perchadas de liços.

Não é necessário esforço de imaginação: estão vivas na minha memória, como em aguarela acabada de momento, as imagens recolhidas na infância e na juventude, de tantas vezes que assisti às manipulações do linho, de tantos tempos que passei na região.

Largos tapetes verdes a crescerem ou salpicados da leve mancha azul delicada, diluindo-se, da flor que se multiplica aos milhares por todo campo.

Tardes quentes em que, à sombra das casas, se ripava o linho e, estendida ao sol, a carroça se abria, deixando cair a semente.

Canta ainda aos meus ouvidos, como às crianças a saudade do soar dum búzio, a corrente do Alva espadanando na roda do engenho e o matraquear dos cilindros estriados maçando as fibras, o som macio das espadelas e o levemente metálico da assedagem nas puas do sedeiro. Velhas fiando às portas, conversando e molhando nos lábios o linho, dedos ágeis a girarem fusos.

Revolteiam as dobadoiras; no largo relvado dos estendais das margens do rio, as meadas coram.

Posso contar os teares, percorrendo na memória uma comprida e conhecida rua estendida na cumeada duma colina, e vejo ainda os rostos, uns de idade que a morte já levou, outros murchos agora do tempo e que então eram rosas abrindo. Teciam o linho branco, florido às vezes de palavras meigas, feitas em levantes: «Amizade, Lembrança, Saudade».

Desdobram-se ainda aos meus olhos as colchas de cores vivas, lavradas dos eternos motivos populares, saídas dos teares das melhores tecedeiras, daquelas às quais compete o grande elogio «foram tecedeiras de fama», como esta Delfina Barca, a Ludovina do Ribeiro e quantas outras na larga terra da Casconha!

Os teares vão parando, a gente nova já nem fia, nem tece.

As técnicas de preparação da fibra e da tecelagem, modificaram-se, complicando-se, produzindo mais e melhor, por preços acessíveis; com os acabamentos aconteceu o mesmo.

São inúteis romantismos de ressurreição desta artificiania popular. A gente que se ocuparia neste ofício, encontra na região, ou em estranhas, melhor em remuneração em trabalhos diferentes.

Só restaria ainda que aquela terra produzisse linho em rama e em quantidade e que fosse colocado convenientemente nos grandes centros de fabrico, a não ser que viesse a lembrança, a algum capitalista de largo empreendimento, de montar aqui oficinas. Duvido que tal aconteça; hão de parar os teares, os dedos ágeis deixarão de segurar os fusos e as terras não mais se florirão da delicada cor, nem as arcas hão de recolher mais o tecido um pouco grosseiro, de imaculada brancura, rescendendo a ervas aromáticas. Nem teares populares nem os sábios mecanismos industriais...

Diário de Coimbra, 1946.11.04.

A COROA DE D. AFONSO HENRIQUES

Não, não é daquela coroa esplendorosa e mítica das atas das cortes de Lamego que venho escrever. Não lembrarei o que ali se conta, essa maravilha de efabulação com que se queria que tivesse sido aclamado o primeiro rei. E, contudo, bem o merecia.

A coroa, grande, de ouro, cheia de pedras preciosas, arrancava de velha estirpe; tinha sido dos godos e no vale umbroso, longínquo, parecendo inacessível como cela dos Deuses, entre as decrépitas paredes do mosteiro laurbanense, aureolada de sonhos como taça do Santo Graal, guardava-se até que os sinais divinos indicassem o eleito em cuja frente ela haveria de pousar.

Mas não, não falarei dela. Não direi como Lourenço Viegas, estando o rei em trono, fez a nobre fala. Não repetirei o grito dos três Estados tomando D. Afonso para seu legítimo Senhor e só com eles exclamarei: *vivat domimus Rex Alfonsus et habeat Regnum*.

Alçamento do rei em Ourique, aclamação em Lamego, criações da Pátria num momento em que ia perecer e que, da mesma forma que deixara nos *Lusíadas* o seu testamento de feitos e grandezas, queria proclamar que só nela residia o poder de criar e levantar os seus governantes, que não foram pactos com Castela nem bulas pontifícias que lhe deram a independência.

Não, não falarei na coroa de Almacave, deixá-la-ei envolvida na bruma lendária, sugestiva como antevista no mais deslumbrante sonho, irredenta entre as muralhas da quimera.

*

Levantadas, dum túmulo humilde, as cinzas do rei fundador, para outro nobre e espetacular que lhe deu o seu mais magnífico sucessor, o culto pela sua memória começou a tecer os fios

auriluzentes da lenda, e um dia mesmo lhe havia de querer dar como cimo de consagração o título que a Igreja reserva para os seus escolhidos pela fé.

Não dera mestre Nicolau à estátua fúnebre do rei uma coroa; deixara-lhe a fronte nua, pensando como homem da Renascença que era, que fossem para as eras góticas, que findavam, os baldaquinos, os anjos incensando, esses atributos que cercavam as representações antigas.

A piedade dos monges, as ingénuas crenças patrióticas das suas almas, que nisso se assemelhavam às dos mesterais e das pobres mulheres que frequentavam os ofícios divinos da igreja, doíam-se de verem o grande Afonso e o primeiro Sancho sem o maior atributo que lhes competia.

Breve o tiveram.

Conta Santa-Maria, não sei se repetindo o que achou escrito em Mendanha ou se menos provavelmente o interpolando, que, em lugar do elmo, dois anjos colocavam uma coroa na cabeça real.

No fim do século dezasseis um escritor estrangeiro dissera o mesmo.

Como no presente século se não vê a coroa nem os anjos, nem disposição arquitetónica tumular que indicasse ter lá estado, já se pensou e escreveu que deveria ter sido engano dos cronistas. Estiveram mas como adjunção posterior; anjos certamente de madeira e coroa de metal.

Um outro escritor, no fim do século passado, lamentava que se tivessem imposto coroas de metal às figuras dos dois reis.

Gravuras da mesma época mostram essas mesmas coroas.

Não eram estas as do século dezasseis e dezassete, mencionadas pelos cronistas, e os anjos já tinham desaparecido.

As últimas mostravam ser do tipo do século dezoito, bolbosas quando aquelas deveriam ter sido abertas, sem os arquilhos superiores.

*

Com a coroa aposta à estátua tumular deu-se um facto que, na ordenação costumada destas coisas, é de estranhar. Não foi transmutada ideologicamente de objeto simbólico e de adorno em objeto que tivesse sido de uso próprio do rei.

Repito, é de estranhar, tanto mais que se deu no mosteiro tal metamorfose, com outras espécies. Para não tocar em certas

coisas, referirei só algumas ligadas com o culto dos Mártires de Marrocos. A casula, cortada num tecido medieval e mourisco que andaria junto com os ossos, foi tomada como sendo do uso pessoal dum deles que era sacerdote; a campainha de confraria, a que se deu no século dezoito uma nova pega, é de crença popular que também foi do uso dos mesmos protomártires franciscanos.

Nas coisas patrióticas e nas hagiográficas os exemplos abundam por toda a Europa.

Pareceria que aqui, no caso da coroa, a mesma tendência levasse a metamorfose. Não se verificou o que se pode chamar a lei da formação das lendas, provavelmente em virtude de duas razões: ser a coroa das falsas cortes de Lamego apresentada como uma joia rara e as coroas que estiveram na cabeça das estátuas serem pobres, talvez que todas elas fossem sempre de latão, como o era a última; terem-se substituído pelo tempo fora e faltar a característica da velhice que é requerida para a formação lendária.

Diário de Coimbra, 1947.05.26.

O CÂNTARO QUE SE PARTIU

Realizei finalmente, e com que prazer o escrevo!, um dos desejos da minha juventude: fui a Santo António do Cântaro.

Quem me ler, conhecendo a terra e a região, sentirá pasmo! Pois que terá o humílimo lugar, que apenas seis fogos compõem, estendendo as modestas casas a um só lado da estrada carreira, e pousado no começo do dorso da colina secundária que se despega da serra do Buçaco, na parte do nascente? Que terão aqueles montes baixos, cobertos de escuro pinhal, encerrando magras culturas nos vales fundos, que se não veem numa vista sobranceira e de conjunto?

Fazia aqui um descanso a estrada que vinha de Coimbra, depois de gastar, segundo Bautista de Castro, quatro léguas a cortar por Eiras e Botão, a subir ao Galhano, a descer a serra.

Habituados aos transportes modernos não fazemos ideia do que seria outrora, pelos meses ardentes, aquela travessia, ou, no inverno, o que a pobre gente, batida do vento e chuva, envolvida de nevoeiro, perdida naqueles descampados, sofria.

Adivinho-o eu, que na juventude, com saúde, prazer da descoberta e imprevidência certas vezes, passei as serras natais nos colos das alturas, entre tempestades e, nas longas encostas, penei sedes.

Parava aqui a estrada sem um abrigo no inverno, sem uma fonte espalhando frescura no verão.

Daqui partia, seguindo num viso, uma linha ondulante em alturas médias de 250 metros, gastando uma légua, durante a qual se viam povoados mas só na distância, até Freirigo, riachozinho subafluente do Mondego, seco no verão. Começavam nele as subidas brandas. Numa légua chegava-se ao Barril e noutra ao Criz. Tinha-se já a luminosidade das terras do granito. Por Casal de Maria, São Joaninho, Tondela, Sabugosa, Faíl, ia-se ter a Viseu.

Era um caminho mais curto, substituído pela estrada moderna que por norte rodeia o Buçaco e nos mostra, à direita, dali até Mortágua, o enovelamento de vales e alturas médias que a antiga cortava.

*

Pois lá fui, a Santo António do Cântaro. Que alegria tive ao ver a humilde capela e o humílimo povoado! Tantos anos a namorar aquele ponto, de outros pontos de alturas paralelas que marcam a Casconha, entre Alva e Mondego, ou dos níveis de mil a mil e duzentos metros das minhas serras, e só agora, levado do Inventário Artístico, realizei sonho tão velho!

É a capela um edifício modesto, reformado em vários tempos. As partes mais antigas devem remontar ao princípio do século dezasseis, à época manuelina.

No altar de colunas torcidas e pâmpanos, lavrado no começo de setecentos, há uma deliciosa escultura de Santo António, do século quinze; não é o frade acarinhando o Menino, não é o franciscano a apontar com a direita os peixinhos que se alongam na peanha, não; é um santo de místico encanto, de hábito apertado da corda e uma capa longa a roçar o chão, segurando em frente um livro que a esquerda suporta e a direita ampara por cima; e não é o menino, não são os peixes, é um missal que candidamente apresenta aos viandantes.

Precede a capela um alpendre, outrora sempre patente, e no qual, à direita e no fundo, se destaca um nicho num maciço quadrangular, o nicho do cântaro da água sempre renovada e sempre fresca.

O testamento de Bartolomeu Domingues, 1215, faz crer que foi ele o primeiro instituidor da albergaria com as três camas sempre prontas e o cântaro sempre cheio nos meses de julho, agosto e setembro, com púcaro para se beber. Todavia ele devia ter só dado nova modalidade à fundação de seu pai Domingos Feirol, um homem do século doze, tendo o bispo D. Vermudo aplicado à mesma albergaria a terça da igreja de Carvalho, no último quarto do mesmo século doze, por contrato com D. Belida e seus filhos Gonçalo Fernandes e Bartolomeu, por lhe não bastarem as rendas iniciais e ser muito frequentada de peregrinos. No ano de 1314 confirmou a união e regularizou as obrigações para ele bispo e para o cabido, com o senhorio da terra, D. Estêvão Anes Brochardo. Correndo o de 1364, Álvaro Fernandes de Carvalho converteu essas obrigações de harmonia com o cabido catedralício.

É esta a albergaria de Carvalho, da qual falam os velhos documentos. Carvalho, a pouca distância, é a sede da freguesia e o assento do solar dos Carvalhos, cujos representantes tiveram diversos capitães em África; sendo um deles, homónimo de outros, Álvaro de Carvalho, governador de Mazagão ao tempo do memorável cerco de 1562; e foi ainda senhor de Carvalho, o maior dentre os da família, aquele estadista que teve o título em primeira mão, de marquês de Pombal, e que em quatro grossos volumes mandou fazer o tomo das suas terras de Carvalho e Cercosa.

*

Procurei o cântaro. Era pela tarde dum destes dias calmosos os que setembro trouxe. Há que tempos que o último se teria partido, desaparecido o púcaro e os raros caminhantes locais o não procuravam, nem aquele albergue, que hoje deve estar representado pela casa dos mordomos, no adro, em frente e à esquerda da capela!

A evolução económica do século dezanove, melhorando a vida, quebrou elos incontáveis do passado.

Que piedosa e amável ideia, esta das albergarias, espalhadas pelas estradas, levantadas nas vilas, multiplicadas nas cidades. Correspondiam a quadros económicos em que os nossos bisavós viveram e que já ninguém compreende.

Quem vinha molhar a boca sequiosa na água límpida do cântaro perene, quem se estendia nos humildes catres, aonde só um grosseiro cobertor era lançado da enxerga de palha, frequentemente cheio de vermina?

Todos aqueles que não tinham direitos senhoriais ou privilégios a impor, ou ainda boas moedas para dar. Talvez eu e tu leitor, se outrora vivêssemos, com outros de género bem diverso.

Não era só a gente modesta, pequenos lavradores e carreiros, almocreve e os que demandavam feiras, os que traziam litígios nas comarcas e no isentos senhoriais vários, os trabalhadores transumantes, os que faziam viagem dumas horas ou de um dia, os romeirinhos a agradecer ou pedir a santo de longe cura ou proteção; era uma turbamulta, achacosa de corpo e alma, num tempo em que a terra era de poucos e estava agravada de vários tributos e em que todos os meios eram bons para livrar dela as mãos, quer fosse meter-se frade de ordem modesta quer lançar-se numa pedintaria para si ou colorida com o título de andador de santo; por aqui passavam os mendigos, os ichacorvos, os antões,

os mamposteiros de ordens pobres, de hospícios, de capelas, de si mesmos, contra os quais frequentemente nas constituições diocesanas se levantavam ameaças; eram hábitos humildes e verdadeiros de frades, eram opas, gabinardos, véstias, balandraus diversamente coloridos, esfarrapados e sujos, eram marafonas fugidas às correições, eram criminais de toda a ordem que andavam a monte, salteadores que procuravam presa, muitos até com bons nomes de costado.

Quem pode adivinhar hoje a farrapagem humana que corria outrora numa das principais estradas do Reino?

Nos meses de inverno, quando o gado humano se empilhava nas quatro paredes do abrigo solitário, a albergaria de Carvalho, batida das rijas nortadas lavada das águas diluviais, exalava, quando de madrugada se abria a porta, um fartum animal de entontecer; no verão, apagada a sede, estremalhavam-se as gentes, sob as carvalhas que cercavam a ermida, a jazerem pesados sonos de muito cansaço do calor e do caminho. As velhas do lugar, ossudas e tismadas, bradavam que seria uma caridade fechar a albergaria e quebrar o cântaro, porque os maus exemplos dos que passavam desmoralizavam a mocidade.

*

Regressei da serra e quis ir dizer a Domingos Feirol que o cântaro já era quebrado e que ninguém passava na estrada.

Fui ali à Sé Velha. Ia sem medo de engano; sabia muito bem que ele e sua esposa D. Belida estavam deitados num túmulo simples, arcaz pousado na terra, cá fora da igreja, entre a porta Especiosa e o transepto, encostado àquele único contraforte hoje livre.

Cheguei. Levava o discurso preparado para que o desgosto que ia dar não fosse excessivo. Bem lancei os olhos em redor: nem túmulo, nem campas, nem letreiros; tudo – pedras, letras, ossadas – o tempo varrera.

Voltei. Quebrara-se o cântaro, desfizera-se o túmulo, só ainda na serra, venerado da gente dos seis fogos, Santo António, humilde e gracioso, aperta contra o peito o livro das bênçãos e dos milagres.

Diário de Coimbra, 1948.10.30.

VIANA

Viana desperta e desperta como Vénus Anadiomena resplendente de beleza, emergindo das águas, entre véus de nuvens abrindo-se e rosas a despetalar-se do alto, do olímpico e divino céu.

Para de comovido o coração; a cena do começo dos mundos repete-a meus olhos, nesta madrugada que é única de beleza, entre tantas que vi nascer o dia, que vi estremecer a terra para a vida e a vida desabrochar.

Abriram-se de manso os montes, alastrando-se em curvas delicadas, de berço de embalar o dia; os flocos irisados esgarçaram-se, subiram no céu e, leves, prenderam-se no cimeiro das encostas; flexuoso desliza o rio, aplanam-se a terra e ela reverdece dum tapete vivo, a escorrer frescura, pontuado do casario. O mar, aquele mar que levou a alma aventureira de Viana ao longo trato do comércio de antanho, rola o velho canto e as barcas lá vão, perdendo-se na leve bruma matinal.

Vénus acordou de todo, a beleza de entontecer nasceu e, encantado da sereia, não contei mais o tempo; é aqui, agora o sei, o rio e o vale do esquecimento.

Parem! gritei, remos da minha vida, que esta e aquela primavera eterna aonde as ninfas e os deuses viveram, esta é a beleza sem par que minha alma sonhou.

*

Nesta límpida madrugada de domingo e de maio, enquanto os sinos nas múltiplas torres de Viana espalham um som de festa, não me canso de circular em Santa Luzia e de levar, do mar à terra, dos montes às nuvens esgarçadas, o meu olhar enlevado.

Desce o rio da parte de levante, surgido de uma curva entre montes, alargam-se estes e ele espraia, enleando-se as suas águas

nas salsugens do mar. Vincam a linha do céu, para o lado do quadrante da terra, as alturas cimeiras dos montes, e nos cumes ásperos, apontam os restos dos muros castrejos.

Não é necessário grande poder de imaginação para adivinhar estes povoados com a vida antiga, animados dos homens de que o museu nos dá uma imagem no guerreiro calaico, vestidos do saio, com pequenos escudos, de longas lanças de ferro e com as espadas curtas.

Não é necessário grande poder e imaginação para recompor a cena do Exército romano, guiado por Caius Junius Brutus, na grande arrancada de conquista, atravessar os montes e aqui (como a minha reconstituição histórica, baseada em razões tático-topográficas, julga mais provável) vir encontrar o rio. A mesma paisagem de maravilha os deslumbrou, e as suas almas duras, esquecidas dos guerreiros que dos altos os ameaçavam e temiam a um tempo, sentiram que um encantamento os enleava e que era o Letes do esquecimento, a correr manso, que tinham a seus pés.

*

Vamos descendo para o plaino das aluviões, que o mar outrora alagava, deixando ilhotas e formando esteiros, de que ainda resta como testemunha, a lagoa periódica das Azenhas do Dom Prior.

Foi este aspeto lagunar que não permitiu a fixação das populações neste ponto excecional.

Se, por isso, os foros antigos da povoação se têm de procurar na citânia de Santa Luzia, mais ricos e duradouros os conseguiu depois.

O largo comércio deu-lhe a riqueza; a colmeia humana enxameou na estreita faixa entre a montanha e o rio. Alongaram-se irregularmente as ruas, entrecruzaram-se os becos, cresceram as casas, levantaram-se os palácios, vieram à babugem da riqueza os conventos.

Sigamos à deriva do tempo, ao acaso da fortuna, percamo-nos nas ruas e ruelas e, do Carmo a S. Domingos, alonguemos os passos.

O que verdadeiramente é novo para os olhares esclarecidos, e que os livros não indicam, é a variedade das casas típicas e antigas, formando um conjunto impressionante.

São da época manuelina (cuidado com as imitações já patinadas), de vãos simples ou divididos por mainel, só de curvas singelas ou alastradas armações.

Trouxe a Renascença pilastras e medalhões.

Guindou-as o século XVII a um nível monumental. Cunhais e ombreiras de portas e janelas avolumaram-se de almofadados, as vergas tomaram a forma de arco adintelado, frontões salientando-se do remate das aberturas, sacadas de fortes bacias e mísulas.

O de setecentos alteou-lhe pilastras, deu-lhes fortes cornijas e levantados pináculos, curvou-lhes remates, estendeu-lhes fachadas de rara imponência.

Pouco a pouco, no arquivo da memória, vai-se formando a série cronológica e evolutiva da casa vianense e crescendo o entusiasmo por uma cidade que guarda ainda um conjunto raro de residências, quando elas vão rareando por todo o País.

*

Voltemos à parte alta, vamos deambular pelas casas circulares, arcaicas, de remoto passado e de viva história, para Santa Luzia.

Esperemos que a tarde vá caindo e uma bruma leve suba, envolvendo a terra e a história, no encanto de uma saudade. Formulemos um voto a Árturus que acaba de abrir a pupila de ouro na seda esmaecida do céu: não voltar; para que esta recordação perdure, para que esta emoção, como um tecido do tempo, se não esgarce com o uso, para que esta lembrança viva, como vive o que, uma vez só, se amou.

Diário de Coimbra, 1950.05.24.

EGA

Que é hoje Ega na região próxima a sul do Mondego? Uma povoação do tipo das sedes paroquiais do concelho de Condeixa, uma região fértil, abrindo o espaço verdadeiramente rico do rio dos Mouros, logo que este deixa os estéreis calcários a seguir a Conímbriga-Condeixa, e se continua por Belide e Figueiró, até às aluviões fundas do grande rio. Uma região de milhos e hortas, de pomares e de arvoredos que procuram a água, nas partes mais baixas; de largos tratos de oliveiras invadindo as meias encostas e de pinheiros alargando-se pelos terrenos desprotegidos.

Mais uma vez lá fui; não para ver as pinturas da igreja, não para olhar para as pedras ornadas. Para que, pois? Para a história, para reviver a ocupação da zona alta dos domínios dos templários.

*

Soure, Ega, Redinha e Pombal são, para os investigadores da reconquista cristã, os nomes que evocam os cavaleiros professos e a ocupação e colonização a sul do baixo Mondego na primeira metade do séc. XII.

Este rio era o fosso, o limite, para além de cuja margem esquerda pouco se aventuravam os homens da cultura agrícola. Para baixo ficava o vasto campo incerto, aonde as correrias dos muçulmanos punham um arrepio. E todavia sentia-se a necessidade de descer mais para sul, para aproveitar os campos fundos, onde os riachos traçavam curvas divagantes.

Soure, junto á confluência do Anços e do Arunca, em vales que se vão alargando, foi a primeira a chamar a atenção. Mostrando, em meio de terrenos aluviais, uma breve elevação que termina a

pequena colina em que assenta a vila atual, indicava o sítio para a reduzida fortaleza de proteção.

Nisso não se fazia mais que confirmar o julgamento de povos antigos. Largos traços deixaram aí os romanos; menores, mas os suficientes para marcar a presença, os suevo-godos; da primeira reconquista outras referências há; na definitiva e no governo de D. Teresa são conhecidas as séries de tentativas de fixação humana no seu solo e os seus revezes.

Em 1128 foi doada aos templários e uma vida nova começou.

Esta doação incluía o território para sul que os mesmos cavaleiros ocupassem e arroteassem.

Todavia esse repovoamento foi difícil. Antes da conquista de Santarém e de Lisboa (1147) só uma parte da terra de Ega estava cultivada, tudo para baixo era maninho.

Assim se explica que o castelo de Pombal só tardiamente fosse fundado por Gualdim Pais. Nem Ega, nem Redinha tiveram fortalezas, apesar do que vulgarmente anda escrito.

Soure foi a fortaleza inicial, residência primeira dos homens do Templo, posto que certamente, no fim do séc. XII, eles sentissem necessidade duma residência-fortaleza mais vasta e mais a sul dos domínios altos, em posição mais castreja, e alargassem, na transição do século, a de Pombal.

Soure tinha passado, nos direitos civis e eclesiásticos, em «pleno jure», para o seu domínio; os episcopais de Ega, Redinha e Pombal provocaram longas e largas desinteligências.

*

Domina o vale e a povoação de Ega o paço dos comendadores. Quadrado, pesado, levantou-se numa elevação, formado duma reserva de arenitos. Tem a aparência duma fortificação, visto de longe; dá-lha não só o seu ar geral, como o relativo escarpado das pequenas vertentes, e ainda o seu isolamento. Na parte mais acessível, de menor pendor, aconchega-se a igreja. Descem do ponto desta os arruados da povoação, marcados de restos de casas nobres.

Foi o paço atual levantado no princípio do séc. XVI. Tem largo pátio central; três alas em U resguardam-no, sendo o último lado fechado por um muro em que se abre o portão de entrada. Pouco conserva de antigo e isso só nos corpos de nascente e sul; janelas de verga recortada e uma só delas em arco duplo e colunelo ornado. Foi seu arquiteto Marcos Pires.

Que existiu ali anteriormente a este tempo? Nada sabemos, porque faltam os verdadeiros documentos, os restos materiais. Todavia aquela posição deveria ter sido ocupada sempre pela residência dos comendadores, e não seria de espantar que ela tivesse no início uma certa feição rudimentar de afortalezamento.

Em cortes recentes do terreno encontraram-se sepulturas em série, mas nada vimos donde se pudesse deduzir a sua época.

Diário de Coimbra, 1951.10.16.

IGREJA CONIMBRICENSE

Encadeiam-se os factos históricos nas camadas do tempo, como nas camadas geológicas se sobrepõem os traços dos seres vivos. Centénios dominam centénios, a memória dos acontecimentos e os nomes dos indivíduos passaram sem rasto, e todavia o presente é obra sua, porque nas estratificações humanas se afundam as raízes da alma deste.

Assim se verifica com a nossa Fé.

Quando apareceu obscuramente, entre os templos dos deuses locais, contrariando debilmente a organização da religião luso-latina, um grupo de fiéis dum deus crucificado? quando se estendeu, bracejou pela região do Mondego, se organizou com um bispo a presidi-lo?

Cedo deveria ter sido, muito provavelmente na primeira geração cristã da Península.

As razões não as dão os documentos, mas produzem-nas um certo determinismo geográfico.

Conímbriga-Condeixa assentava no trajeto da grande estrada costeira que, da cidade de Olisipo, por Scallabis (a capital do *conventus* entre Tagus e Durius), Emínio-Coimbra, ia à sede do *conventus* acima do Durius, Bracara. Era a grande estrada militar que demarcava, em certo modo, a penetração, de sul a norte, dos exércitos da conquista romana.

Partiam dela, nesta zona do Mondego, estradas menores, carreiras, sem empedrado, mas de grande trânsito, como a da Beira que conduzia para o norte da muralha natural dos montes Hermínios. Desta se subdividiavam outras, como fazia a que por toda a idade-média até ao século passado levava à Covilhã, isto é, ao sul dos mesmos montes, tendo traçados a níveis de 800 a 1.200 metros.

Estas e outras carreiras formavam o entrelaçado de ligação com as grandes vias consulares.

Queremos dizer, a zona do baixo Mondego, a zona de Conímbriga e Emínio, incluía-se nos grandes trajetos militares, comerciais, de trânsito de toda a ordem, ligando-se à Galécia, a toda a Lusitânia, projetando os seus tentáculos para as províncias dos portos mediterrânicos, para as vias transpirenaicas. Gente diversa a buscava e a percorria.

Ao contrário do que se presumia e se procurava e mesmo se inventava nos tempos passados, sabe-se hoje que a grande expansão do cristianismo no Império não se fez espetacularmente por intermédio de santos-taumaturgos senão em raros casos.

Foi operada por agentes de toda a ordem, pelos fiéis modestos e apagados, comerciantes, militares, escravos, gente de nada. Foram eles as pedras obscuras, os obreiros sem nome que assentaram a fé, prepararam a vinda dos catequistas, os diáconos e diaconisas; sanaram, consolidaram o terreno, formaram o estrato de base para a igreja episcopal se instalar, alastrar, florescer.

Penetrou a fé cristã nas cidades pelos *vicus rectus*, de seu primeiro e direto acesso, pelas estâncias modestas; e, muito antes que ela fosse dona e senhora nos átrios e peristilos, assentou nos corações dos pobres e desprezados, que exerciam ofícios nas acanhadas lojas adjacentes e envolventes dos mesmos palácios.

Essa esperança, essa consolação dos humildes, esclarecia em primeiro lugar os desprezados: eram as escravas que seguidamente transportavam essa luz aos *matroui*, às almas femininas, aos espíritos mais delicados; enquanto a água cantava nos tanques e o sol declinava e deixava os pórticos dos ninfeus e viridários, falavam dum Cristo humilde e bom, mais acessível que as importações orientais das religiões de iniciação e mistérios.

No mesmo momento em que no átrio o dono da *domus* fazia as ofertas no larário, nos *cubiculi* e *celae* recônditas ou nas *exedrae* mais íntimas, uma estranha, que entrara por um *posticum* dum *vicus* escondido ensinava outras preces e acendia outras esperanças.

É de esperar que achados materiais aclarem o que os documentos não dizem e que se possa ir penetrando mais nos primeiros tempos do cristianismo conimbricense.

Passado o período romano, já no ocaso dessa civilização, sob o domínio suevo, fulge o nome de Lucêncio, o primeiro nome de bispo conhecido, revelado pelas atas dos concílios de Braga. Não foi o primeiro da série episcopal, outros tinha havido; uma série se fechava com ele, ao mesmo tempo que se iniciava a dos tempos bárbaros.

A sede, Conímbriga-Condeixa, estava bastante decaída e Emínio-Coimbra começava a levantar-se e a dominar; os visigodos aqui cunharam moeda. Guardando os bispos Conimbriga como sede, deram categoria honorífica à outra cidade, Emínio, aparecendo-nos um Possidónio, que se assinou como eminiense. Facto análogo a outros recentes, tal como no momento se começa a dizer: bispo de Leiria e Fátima.

As guerras e as devastações, despovoamentos e precárias repovoações, tudo passou pela região do Mondego. Impossível seguir neste artigo essas danças.

Acentuaremos que, na primeira reconquista deste território, entre os anos de 878 e 990, veio para a antiga Emínio o nome de Coimbra, facto de grande importância em todos os campos, e aqui se afirmou a sede episcopal.

Perdida a cidade e a região, conquistou-a Fernando Magno em 1064, e, restaurada a sé e o cabido, veio Paterno renovar a série episcopal, agora sem fim.

Correio de Coimbra, 1951.10.26.

O CONDE DE CASTELO MELHOR E O BUÇACO

Que estranha sugestão, a da figura do conde decaído de grandeza e fugitivo, me veio nesta suave tarde de outono, enquanto descia vagarosamente os caminhos da costa do Sacramento!

Tarde divina, sem sombra de dúvida! Sol dourando as altas ramagens, penetrando agora mais fundo, agora que as folhas, se começam a despegar. Encanto do fim de estação e doçura do primeiro declínio da própria vida!

Já os arroios despertaram breves sussurros ainda só, prenúncios dos clamores que não tardarão a elevar-se.

Reverdecem os musgos e as heras enlaçam-se mais viçosa aos velhos troncos.

De momento a momento desprendem-se folhas mortas, revolteiam na luz dourada, descrevem curvas planando na meia sombra e caem rápidas, perdendo-se no chão húmido.

Refúgio de almas enlevadas seria este, o do Buçaco, mas não; só foi de monges prófugos da vida e daqueles que a vida rejeitava e ali se acolhiam ou eram mandados retirar.

Rememoram alguns refugiados os modernos monógrafos do sítio, todavia não fazem caso do terceiro conde de Castelo Melhor, Luís de Vasconcelos e Sousa.

*

Um golpe de Estado, provocado por ele próprio e pelo seu grupo, colocando mais simbólica que realmente o governo nas mãos do débil mental que se chamou Afonso VI, elevou-o, entregando-lhe o poder absoluto.

Nos poucos anos que esteve à frente dos destinos da Nação até que novo golpe de Estado dirigido pela camarilha do infante

D. Pedro, o atirou não simplesmente para desfavor mas para uma precipitada fuga, a buscar um exílio protetor – se houve erros políticos, o País engrandeceu-se diplomática e militarmente. Basta lembrar a campanha do Alentejo com as batalhas do Ameixial, de Castelo Rodrigo, Montes Claros.

A grandeza desses anos e de todos aqueles que durou a nobre luta da restauração avalia-se não pela leitura dos sucessos políticos mas muito principalmente pela correspondência dos diversos governadores de armas do reino e, acima de tudo, pela visita às fortalezas das fronteiras.

As fortificações militares do tipo abaluartado deste século 17 superam tudo quanto a idade média deixou; tipo raciocinado, complexo, de cerca magistral com seus baluartes e cortinas, de obras exteriores, em que entravam fossos, revelins, contra guardas, caminhos cobertos, tenalhas, obras cornas e coroadas, complicando-se com o acidentado do terreno, tornando o traçado das praças irregulares um dos maiores problemas de engenharia militar. Irregularidade de traçado que tornava perplexos os engenheiros contratados no estrangeiro e que, na sua chegada, pareciam deixar entrever competência inferior à que na verdade tinham a acabavam por demonstrar.

A prática destas fortificações criou um sistema português que teve o grande teórico em Serrão Pimentel, que deixou o volumoso *Methodo Lusitanico*, publicado em 1680.

É necessário examinar miudamente as praças desde Almeida e Elvas até às simples fortificações limitadas aos reparos de baterias isoladas, para se sentir a grandeza da nossa segunda metade de seiscentos, a melhor página da defesa do solo contra os estrangeiros.

*

A saída do conde para o exílio (onde haveria de prestar ainda grandes serviços a pátria) não foi fácil.

Não sabemos se todas as peripécias que se apontam foram verdadeiras, todavia o caso do Buçaco bastaria para dar verosimilhança às outras.

Sabendo-se na corte que se refugiara nesta mata ao abrigo da clausura, foram enviados duzentos soldados de cavalo para o procurarem e prenderem.

A mata não era nem é grande, nem em 1667 o emaranhado dela seria impenetrável.

As buscas foram infrutíferas e tal foi o desânimo, se não o medo de sofrerem graves castigos de quem os mandara, que resolveram incendiar a própria mata.

A resistência que encontraram nos monges a tão tresloucada solução é fácil de imaginar; o desatino não se consumou.

Veio mais tropa mas as novas buscas nada deram.

O conde encontrava-se escondido dentro da mesa do próprio altar-mor!

O altar já não é o mesmo; a mesa respetiva é hoje aberta e abriga uma deposição de Cristo na sepultura, em boas figuras de barro.

Diário de Coimbra, 1952.11.16.

A PEDRA DE DIGHTON E A DESCOBERTA DA AMÉRICA PELOS CORTES REAIS

O entusiasmo quinhentista pela Índia fez perder interesse às descobertas para o ocidente; os próprios cronistas, igualmente suggestionados, só tiveram olhos para a parte donde o sol nascia.

Foram as discussões do século passado sobre prioridades de navegações que despertaram a curiosidade e provocaram o estudo das nossas viagens para o norte do continente americano.

Escreveu, com razão, o eminente historiador Fortunato de Almeida: «A empresa de Cristovam Colombo, sem nenhum fundamento novo por ele cogitado, só pode encarar-se como um episódio de todo o sistema de tentativas dos portugueses para ocidente. Há factos que podem considerar-se perfeitamente averiguados e certos, que provam não só que as tentativas para oeste não cessaram, mas ainda que os portugueses chegaram ao continente americano, pelo menos meses antes da partida de Colombo, para a sua primeira viagem».

A descoberta da Terra do Labrador deve-se sem dúvida a João Fernandes Labrador e a Pedro de Barcelos no princípio de 1492.

A da Terra Nova, a João Vaz Corte Real, que foi da casa do infante D. Fernando, com-donatário da ilha Terceira desde 1474 e da de S. Jorge desde 1483, tendo falecido em Angra do Heroísmo no ano de 1496.

As viagens dos Cortes Reais à Terra Nova, à Ilha dos Bacalhaus, tomou um novo aspeto desde que o prof. Edmundo Delabarre leu na pedra de Dighton o nome de Miguel Corte Real.

Encontrando-se nesta cidade a estudar um simpático rapaz luso-americano que pertence à sociedade de defesa da pedra, é oportuno lembrá-la neste diário.

*

A pedra, ou antes o rochedo de granito que aflora das águas, encontra-se no rio Taunton, a vinte milhas do Oceano, no estado de Massachussetts.

Em 1638, um grupo de pessoas de Dorchester comprou aos índios as primeiras parcelas de terrenos nas duas margens do rio Taunton.

A pedra foi descoberta casualmente em 1680 por John Dauforth que copiou alguns dos seus desenhos.

O primeiro artigo a seu respeito parece ter sido escrito em 1690 por Cotton Mather de Boston, que atribuiu aos índios os desenhos e letras.

Ninguém fez qualquer leitura, aceitável ou não. No fim do século dezoito, tanto o conde Gebelin, de Paris, como a seguir Stules atribuíram as inscrições aos fenícios.

No ano de 1837 a pedra foi adquirida por Thomas Deane que no mesmo ano a vendeu a Neils Aruzen, de Fall Rives que a julgou de grande valor para os estudos dinamarqueses, cedendo-a em 1860 à Sociedade Real de Antiguidades do Norte, de Copenhaga. Vendo esta que as inscrições se não podiam referir à Dinamarca, cedeu-a em 1889 á Old Celoy Historial Society of Taunton, em cuja posse se encontra.

Edmundo Burke Delabarre, professor de Psicologia na Universidade de Brown, que tinha uma casa perto da pedra, examinou-a inúmeras vezes, até que a 2 de dezembro de 1918 descobriu as primeiras letras inteligíveis e a data de 1511. A 27 de fevereiro de 1919 declarou ter lido claramente GIG e CORTER e finalmente V. DEI DUX IND. No ano de 1928 publicou o notável livro «Dighton Rock», com fotografias e desenhos.

*

João Vaz Corte Real, a que já nos referimos, foi o descobridor da Terra Nova ou Ilha dos Bacalhaus cerca de 1465, tendo recebido depois do regresso daquelas paragens, aonde tinha ido por mandado do rei, a ilha Terceira nos Açores como codonatário com Álvaro Martins Homem.

Em 1500 o filho Gaspar saiu do Tejo e navegou até cerca do paralelo norte 60, impondo nomes portugueses às terras descobertas, Canadá, Terra do Labrador, Baía da Conceição, etc. e trouxe consigo cinquenta e sete indígenas.

Voltou a partir para as regiões árticas a 15 de maio de 1501. Não regressou.

Partiu à sua procura, no ano seguinte, o irmão Miguel. Teve a mesma sorte e só passados quatro séculos é que a descoberta da pedra de Dighton veio revelar o segredo: naufrago, devia ter-se tornado chefe dos índios – *dux Indorum*.

O rei D. Manuel mandou em 1503 dois barcos em procura dos irmãos, cujas pesquisas não deram nenhum resultado.

Um outro filho de João, irmão portanto de Gaspar e de Miguel, Vasco Anes Corte Real, quis continuar as buscas mas o rei não consentiu.

Vasco Anes herdou os privilégios e direitos dados aos irmãos como donatários da Terra Nova de Corte Real, título que passou na família.

O título desapareceu mas podemos dizer que Miguel tinha tomado posse e deixara o documento exarado não na ilha mas numa pedra do continente: *Miguel Corte Real, voluntante Dei hic dux Indorum*.

Pensam os portugueses e luso-americanos fazer da pedra um monumento, integrando-a num grande conjunto, encontrando-se já fundada a «Miguel Corte Real Memorial Society Inc».

O nome dos Cortes Reais, que mal aflora nos compêndios escolares de história, necessita de completo destaque, pois que, depois da descoberta da pedra de Dighton, se pode afirmar categoricamente que foram eles que descobriram a América.

Diário de Coimbra, 1953. 03.29.

AS QUE MORRERAM CEDO (MEDITAÇÃO DA PRIMAVERA)

Novas florações revestem neste momento a terra. Estua de vida a natureza inteira. A própria alma como que renasce. Cresce o desejo de viver, de viver em madrugada contínua, em dia sem ocaso.

Em vão exalta a natureza a vida. Sob os pés clama o pó dos que passaram que as flores hão de murchar, se hão de cerrar os olhos, por mais clara que seja a luz que na sua água resplandeça.

Debalde, por milénios, tem a medicina, sob o signo do misterioso caduceu, misturado no simbólico geral os simples que cada geração descobre e aplica com nova esperança.

Sem resposta ardem em frente das imagens dos taumaturgos círios e correm lágrimas.

Nasceram as rosas para se desfolharem. Mas no seu pó novas rosas se abrem, perpetuando o amor, transmitindo a vida, renovada em graça e em gentileza.

Emudeçam os desesperos, sequem-se as lágrimas, ocultem-se as velhas saudades – clama cada nova primavera. E só os que sofreram sem remédio guardam compaixão pelos que passaram e cedo partiram.

*

Numa destas manhãs de maio, radiosa, passei no vale do Cértoma, no espraçamento de Tamengos e Curia.

Impregnado de frescura, mancha alegre formada dos mais variados cambiantes de verde, entrava na alma como risada de criança.

Para a direita erguia-se, recortada no céu, a povoação de Aguim. Vincava-se o perfil da torre e o maciço das casas.

Apesar da alegria que emanava da terra e descia do alto, recordei aquele leteiro que há muito vi e piedosamente guardei

na memória: «A morte cortou em flor os dias venturosos de D. Maria José Pereira e Costa (1815-42)». Vinte e sete anos e a vida a abrir-se esplendorosa! «Foi chorada de parentes e estranhos» continua. Quem poderá hoje garanti-lo, porque nunca se sabe nem de parentes nem muito menos de estranhos... Enlouquecedoramente o foi daquele que ela levaria no olhar, do marido. Ao lado da grande casa mandou ele construir pequena capela, para que, romanticamente aí a tivesse, trasladada do ponto primeiro; ao lado da sua vida permanecesse a razão dela, a sua saudade.

Para retábulo colocou formosíssima composição renascentista, com os Santos Físicos. Lá está Cosme, vestido de loba e coberto de barrete como doutor do tempo, aberta a caixa de remédios. Lá está Damião, segurando o vaso da uroscopia. Três escribas, de gorro, escrevem. O quê? Os evangelhos, as receitas, comentam a inanidade do esforço humano, das lágrimas e das súplicas?

Dorme Maria José, esquecida, levada do tempo, arrastada nas ondas dos que inelutavelmente passaram; de gestos suspensos estão os santos físicos na capela fechada; em vão continuam a procurar o que hão de lançar no papel os três escribas.

Cá fora a primavera cada vez mais esplendorosa!

*

Escuso de tentar explicar. Nunca por lá passaram. A estrada é uma dessas antigas e mortas, conhecida só da gente local. Assenta a aldeia em solo escuro, coberto de pinhais. Sítio triste para viver, bom para ser esquecido de todos, só lembrado de mágoas, camiliano no fundo. Passados os alegres campos do Marnel, subida a ladeira de Arrancada, como quem vai para as alturas das Talhadas ou corta ao fundão do Alfosqueiro e vai buscar depois os cumes caramulanos, antes de A-dos-Ferreiros, num desvio encontra-se Pereiro. Habitações humildes no geral, uma só maciça e espaçosa, em meio abandono, capela dependente, metida num vasto pátio. O sítio é triste, e mais triste se faz pelo ar de decadência da casa.

Sineirita no ângulo da empena, linhas harmoniosas de seiscentos, âmbito de alguns passos e é esse o santuariozinho. As paredes porém revestem-se duma fiada, mais ou menos densa, mais ou menos esgarçada, de ex-votos, velas de todos os tamanhos, fitas, tranças pequeninas e louras, maiores e escuras, e o mais que é de estilo. Provas são dos cuidados e angústia de pobres mulheres: a doença, a morte a rondar, olhos de pequeninos

a fechar-se; pobreza e abandono, males sem remédio e lágrimas impotentes. No altazinho a Senhora das Necessidades. Não se pode imaginar como é encantadora, apesar de não ter saído de mãos de mestre. Aspeto concentrado, o menino quase a escorregar do colo, mas de boquinha agarrada ao seio que a Senhora, com os lindos dedos, comprime. Paineis de vida, esperança para as pobres mulheres que, de seios secos, a miséria na arca, a casa nua, veem esmorecer de pura míngua aqueles que o seu ventre deu á luz. Não se pode adivinhar o que é a vida dos pobres, dos farrapos do corpo social, o que vai no coração dessas mulheres cobertas de chitas gastas, os pés descalços.

Resta-lhes uma só esperança. Repare-se um dia para esses ex-votos, com ternura e compreensão, e entender-se-á.

No chão da capelinha, aonde tantas angústias ajoelharam, estende-se uma campa, a de D. Maria Mascarenhas Bandeira Teles de Mancelos Pacheco (1838-55). Dezassete anos, meu Deus! Uma vida que abria, um himeneu que mal começava, a graça, a formosura, como flor, a fecharem-se.

Mandada gravar na campa pelo marido uma quadra singela, ingénua, querendo dizer muito, traduzir toda a mágoa, e não passando daquela modéstia de quem mal rima dois versos.

No altar a Senhora dá o seio e dá vida ao Menino, das paredes pendem os ex-votos das mulheres que de longe até ali se arrastaram suplicantes, no chão, sob a campa, no sudário da terra, aquela que em vão ali entrara confiadamente a primeira vez.

E cá fora, como vi tudo tão formoso! Até os tojeiros, até as urzes floridas, até o verde-escuro dos pinheiros parecendo moço!

*

Não sei se repita, nesta primavera que proclama a alegria de viver, nesta hora em que sobe a encosta da colina em que vivo a fragância das árvores em flor, não sei se diga o que há dias ouvi, o que me levou a escrever esta antítese à estação: – felizes as que vão novas; tiveram alegria, conheceram o amor, levaram da vida o mais ideal, o mais puro.

Não o direi convicto. Tudo na terra clama que a vida é um ciclo a completar e se deve viver em toda a plenitude.

Diário de Coimbra, 1957.05.24.

CASAMENTO DE D. DUARTE I NA IGREJA DO MOSTEIRO DE SANTA CLARA

Nesta altura do matrimónio do rei dos Belgas com D. Fabiola de Mora y Aragón veio-me à lembrança o do nosso D. Duarte I com D. Leonor, irmã de D. Afonso V, rei de Aragão.

Celebrou-se, na igreja do mosteiro velho de Santa Clara.

Sabemos o que se passou por uma carta do infante D. Henrique ao pai, D. João I. Parecerá clara a narração a quem de longe conheça os lugares, mas certas vezes difícil de interpretar a quem saiba de cor cada palmo do terreno. Há mesmo confusão de nomes, como o do titular de uma igreja.

Aguardava, nos pequenos paços da Rainha Santa, anexos ao mosteiro, a chegada dos infantes e da nobreza, não só o Príncipe mas ainda D. Leonor, que viera antes, ocupando aposentos afastados entre si.

A fidalguia divertia-se. Dançava-se; a infanta tocava manicórdio e bailava à maneira de Aragão. Corriam-se toiros e, se D. Duarte não saía das envolvências da cidade para a caça, os outros organizavam batidas aos javalis, pelos montes afastados.

O infante D. Pedro viera das suas terras acima Mondego e no dia 15 de setembro de 1428, quarta-feira, estava em Avelãs de Caminho.

D. Duarte e D. Henrique foram ao seu encontro. Talvez não fosse por simples ato de cortesia, mas para dar tempo e ocasião de se preparar em Coimbra uma receção ao Príncipe, de modo a considerar-se sua entrada solene. D. Pedro veio recebê-los fora da povoação.

Aí dormiram Duarte e Pedro, que Henrique veio vindo para baixo.

Foram jantar a Botão, aonde chegou D. Afonso, conde de Barcelos, que trazia a estrada de Viseu.

Vieram de vagar, dando tempo ao tempo. Só no sábado, dia 18, pela parte da tarde, acompanhados de muita fidalguia que se fora juntando, se aproximaram da cidade. A uma légua desta, vieram ao seu encontro D. Henrique, os arcebispos de Lisboa e de Braga, o bispo de Coimbra, nobreza basta e o povilêu do costume. Pouco depois aparecia o arcebispo de S. Tiago de Compostela e o bispo de Cuenca. Mas à entrada do arrabalde da cidade, mais ou menos, ali onde foram as portas de Santa Margarida, esperava-o o bispo de Ceuta, revestido de pontifical, organizando-se uma procissão cortejo até Santa Cruz, a cuja entrada foi recebido com as cerimónias litúrgicas. Partiu dali para os paços de Santa Clara, visitando solenemente D. Leonor. Intermediamente, no percurso, aparecera D. Fernando. Os Infantes aposentaram-se em lugares diversos, convidando-se mutuamente depois.

Continuaram os divertimentos; era gente nova, dançando-se principalmente.

Na terça determinou-se que o casamento se celebrasse no dia seguinte, 22 de setembro de 1428.

A igreja era dividida, como ainda hoje se pode ver, em duas secções, por muro e abóbada que formava o coro alto, o do túmulo da Rainha Santa, espaço estreito. A parte da cabeceira era destinada ao povo e tinha entrada privativa a norte, isto é, para a rua; a outra era a do coro monástico, com porta a sul, para o claustro. De cada lado uma escada dava acesso ao coro do túmulo, podendo-se passar através delas duma secção para outra.

O casamento celebrou-se na parte das freiras, tendo sido armado um altar encostado ao muro divisório. Alcatifas e tapeçarias de alto valor, postas a um e outro lado.

A infanta aguardou na casa do capítulo do claustro, acompanhada de suas damas.

Celebrou o bispo de Coimbra, o chantre de Évora fez a alocução.

Veio D. Duarte do paço, acompanhado dos quatro Irmãos. Subiu ao coro alto do túmulo e aguardou, acompanhado de D. Fernando e D. Afonso. Os outros dois, Henrique e Pedro foram ao capítulo buscar D. Leonor. Chegada ela, desceu D. Duarte, para a parte das monjas, onde estava, como disse, o altar. Não sei que teria dito o chantre de Évora, sem dúvida as banais palavras de sempre.

Tudo correu como era de esperar.

A futura rainha é que teve, muito naturalmente, pequeno desmaio, o manto era pesado, havia muita gente e calor.

Não saíram da igreja os recém e bem casados juntos; o estilo era outro. Saiu D. Duarte com toda a gente masculina, voltando para o paço da Rainha Santa. D. Leonor ficou com as altas damas e monjas. Só à noite a foram buscar, com toda a solenidade, indo ela a cavalo. Setenta escudeiros levavam tochas, donas e donzelas acompanhavam, nos trezentos passos, que tantos seriam dum lugar a outro.

Dançou-se e cantou-se.

Veio D. Duarte. Serviu-se aos noivos a pequena refeição de cerimónia. D. Pedro levava a toalha. D. Henrique o confeitoiro, D. Fernando a fruta e D. Afonso o gomil de vinho.

Acabada a refeição todos se retiraram.

Os noivos, porém, permaneceram no paço; em novembro ainda aí se encontravam.

Poderia descrever mais pormenorizadamente mas isto, apesar de retrospectivamente se fazer, é reportagem para jornal e a máquina está à espera.

Expansão, 1961.01.

TRADIÇÃO E ARTE EM S. JOÃO DE VER

O valor duma terra aquilata-se não só pelo presente como também pelo seu passado. Tal os indivíduos, cujo mérito se afere por eles próprios e por aquele outro que a família representa na atualidade e teve anteriormente.

A terra que se lavra, outros, em inúmeras gerações passadas, a revolveram e tiraram o mesmo pão. No sítio de nova casa, geralmente, uma antiga, tugúrio ou palácio, abrigou esperanças e incertezas, prosperidade e declínio.

S. João de Ver, nova como realização dum progresso que está patente, assenta porém num passado milenário.

O trajeto que melhor se conserva da estrada romana que de Emínio (Coimbra) seguia a Cale (Gaia) atravessava-a: parte de Mala Posta, por Souto Redondo, e segue a Vendas Novas.

A sua paróquia é mais velha que a Monarquia portuguesa. A igreja sede renovou-se não se sabe quantas vezes. E, como testemunho da vitalidade cristã da freguesia, mais uma vez se vai acomodar à população, acrescida hoje de muitos fogos, e aos tempos modernos no seu gosto arquitetónico. Pouco do recheio atual se poderá aproveitar.

De época anterior resta um trecho do seu antigo altar-mor, recolhido na capela de Santo André da Giesteira, o qual contém relevos a narrarem a vida de S. João, além de cenas da Paixão do Senhor. Mas o que destaca esta capela (esta capela que a tenacidade do pároco e a generosa dedicação dos habitantes locais vão melhorar grandemente) são duas pinturas em tábua, duma qualidade que desde a capital do distrito até ao limite norte do mesmo, nesta corda marítima, só aqui se encontra, as de S. Pedro e de S. Tiago, dos meados do século dezasseis. Não saíram das

mãos de grandes mestres nacionais do tempo mas, nem por isso, o seu valor deixa de ser grande.

Construção domiciliária de muito mérito e rara na mesma zona é a casa da Torre, com o lindo portal e a ampla varanda de colunas,

As capelas que examinámos possuem variado mérito artístico. Todavia todas testemunham um passado de fé, e representam um patrocínio certo dos seus titulares: Senhora da Hora, S. Bento, Santo André, Santa Rita.

Em boa hora irão colocar a primeira pedra daquela igreja que atestará para o futuro a solidez de crenças, o progresso económico, o bairrismo da época magnífica que decorre.

Candeia Acesa, 1966.01.

BISPOS CONDES

Aos bispos de Coimbra pertence, por direito próprio, o título de condes de Arganil.

Vem-lhes este título do fim do século XV. A carta de concessão, dada por el-rei D. Afonso V a D. João Galvão, encontra-se datada de 25 de setembro de 1472. Todavia, no ano anterior, aquele bispo assinava-se conde de Santa Comba Dão, sendo desconhecido o diploma justificativo; o que poderá ter explicação em simples concessão verbal, que, ao lavrar-se o documento referido, se fixou no nome da vila do Alva.

O rei diz o motivo: – os grandes e muitos extremados serviços... e em especial em a filhada das nossas vilas e da cidade de Arzila e Tânger.

Ora o soberano deu meramente um título, não doou terras, não deu subsídio particular, isto é, não passou de uma honra pura. O senhorio de Arganil tinham-no os bispos desde 1385, por troca das suas terras de Belmonte e S. Romão com Martim Vasques da Cunha.

A empresa de Arzila fora sido organizada como uma cruzada; o rei não podia dar títulos eclesiásticos, deu o que estava em sua mão, um título civil a um defensor do Reino, que religiosamente, tinha aqui o significado de Defensor da Fé.

Quem seja lido nas antigas crônicas e compreenda o espírito de cada época sabe que a ida a Arzila se fez em cruzada e em desafronta do desastre de Tânger, pungente espinho cravado na consciência nacional.

Testemunho apreciável ao simples olhar dão-no essas portentosas tapeçarias chamadas de Pastrana, com o desembarque, o cerco e o assalto de Arzila e a tomada complementar de Tânger. Na legenda da primeira lê-se que o rei saíra – a fim de combater contra os mouros, pela fé de Cristo – e, ao lado da bandeira e do pendão real, vê-se repetidamente, em bandeiras, pendões

galhardetes, a cruz da cruzada (que também era a de S. Jorge), a cruz vermelha cortando o pano branco.

Em posse de Portugal ficavam Ceuta, Alcácer-Ceguer, Arzila e Tânger.

A execução das tapeçarias apresenta-se como o cumprimento dum voto á Pátria. Mas havia ainda um mártir pela Pátria e pela fé: o Infante Santo. Seu capelão e cronista, na lamentação da sua morte, exortava os Senhores que não ficasse em branco o famoso livro de seus honrados nomes, exclamando – por Deus, não mostreis desconhecimento contra quem vos deu vida e que por vós estendeu os braços e se deu em mãos de vossos inimigos por vossa rendição. Trata-o como um mártir da fé, e o mesmo fez o infante-das-descobertas quando vieram as entranhas: a missa da Batalha não foi a de defuntos mas a do comum dos mártires, e, ao serem colocados no túmulo os monges cantavam o responso litúrgico igualmente dos mártires.

Os painéis do mosteiro de S. Vicente são os do Infante Santo e não comemoram propriamente a vinda das entranhas ou dos ossos; não são, não foram, de retábulo de capela mas painéis votivos da adoração civil de toda a Nação àquele que estendeu os braços e se deu em mãos de inimigos pela salvação do ideal comum. Os painéis com as tapeçarias formam um conjunto de sentido pátrio como também artístico.

Comemorando e continuando o feito dos Grandes que entraram na campanha do resgate, existe um título, o de conde dado aos bispos conimbricenses, pois que, foi de vontade real que – ele dito bispo e por seu respeito e memória todos os seus sucessores, bispos de Coimbra, se chamem e intitulem condes da vila de Arganil.

O título de conde de Arganil é o único dos títulos portugueses que não necessita de verificação e confirmação do conselho da nobreza, pois que é inerente ao cargo.

O senhor D. Francisco Rendeiro ficou automaticamente o 26.º titular. O seu título e tratamento é – BISPO CONDE.

Ao senhor D. Ernesto de Sena de Oliveira, que não passou a bispo residencial de outro lugar, foram, segundo a vontade do chefe da nobreza, conservadas as horas de conde (sem designação de terra) e o seu tratamento é – ARCEBISPO CONDE.

Diário de Coimbra, 1967.08.24.

AS IGREJAS-COLEGIADAS DO ALTO DISTRITO A SEGUIR À IMPLANTAÇÃO DO REGIME LIBERAL

À imitação dos cabidos catedralícios em que, ao contrário dos conventuais, havia a vida independente dos seus membros e não a encerrada dos mosteiros, foram-se organizando pequenos grupos de clérigos, entre dois a nove e excepcionalmente a pouco mais, que rezavam as horas canónicas em comum e dividiam entre si as obrigações eclesiásticas e próprias da igreja.

Nos últimos tempos, os clérigos que as compunham eram designados genericamente por «beneficiados», o pároco que presidia, por «chantre», «reitor». Havia um tesoureiro, pois que as receitas, que só excepcionalmente eram avultadas, e a administração e distribuição dos reduzidos bens, tinham de ser regularizadas.

O número dos componentes, nos começos do século XIX, tempos anteriores à extinção, era pequeno; posto que fosse o mais comum o de quatro; no momento ainda era menor, pois que as perseguições políticas levavam ao abandono das funções, ficando só o reitor. Havia diferença entre o número que lhes fora instituído e os que «residiam», então entendendo-se esta expressão pela assistência coral nas igrejas.

Viviam de dízimos, de alguns foros, dos passais e do ocasional que era o chamado «pé de altar».

As colegiadas do país foram extintas por decreto de 1 de dezembro de 1869, à exceção de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães. Nessa altura, as colegiadas, pela extinção dos dízimos, que lhes eram a principal receita, tinham suspenso o seu exercício, ficando só o pároco.

Temos em frente uma relação, em forma de mapa, reduzida portanto, organizada por ordem ministerial de 17 de março de 1837.

Resumiremos esses breves dados das da diocese de Coimbra, no alto distrito, anexando-lhe as que se encontravam na zona de maior expansão de *A Comarca de Arganil*, excetuando a cidade distrital.

*

S. GENS DA VILA DE ARGANIL – Era de quatro beneficiados que tinham sido suspensos, havendo no momento só o pároco que recebia «o resto do rendimento que existe por conta da cômgrua». A cada beneficiado pertencia a importância anual de 81\$600 rs., sendo o total de 326\$400 rs.; isto proveniente de dízimos, foros e passais.

VILA DE AVÔ – Composta de pároco, tesoureiro e dois beneficiados. Havia só dois, o pároco fora suspenso. Este recebia 300\$000 rs., o tesoureiro 44\$470 rs., os dois beneficiados 55\$310 rs., mas o total da receita era de 499\$780 rs.

SANTA MARIA MAIOR DA VILA DE GÓIS – Era de quatro beneficiados, havendo só três mas «nenhum residia por falta de rendimentos». Pertencia a cada um 150\$000 rs. no total de 600\$000 rs.

VILA DE SEIA – Se o seu quadro era de quatro beneficiados, só dois continuavam. Pertencia a cada um 130\$000 rs., sendo a receita de 520\$000 rs.

S. SILVESTRE DA VILA DA LOUSÃ – Quatro beneficiados, que deveriam de receber cada um 110\$000 rs., sendo a receita de 440\$000 rs., só de dízimos, mas «deixaram de residir» em 1834; hoje não se sabe se existem.

*

Havia as seguintes colegiadas na diocese, segundo a mesma lista e conforme desta ordem. Na cidade: S. Pedro, S. Salvador, S. Cristóvão, Santa Justa, S. Bartolomeu, S. Tiago e S. João de Almedina. Nas vilas: Figueiró dos Vinhos, Pedrógão Grande, Arganil, Góis, Avô, Seia, Lousã, S. Miguel de Penela e Santa Eufémia da mesma, Pombal, Abiul, Soure e Santa Maria da Alcáçova de Montemor-o-Velho.

A Comarca de Arganil, 1986.05.13.

PIÓDÃO CRIAÇÃO DA FREGUESIA DO ANO DE 1676

Julgam pessoas várias que para se obter notícias antigas dum lugar, basta chegar ao respetivo arquivo distrital e perguntar, surgindo-lhe logo um rio de informações.

E, aos verdadeiros inquiridores quantos maços de documentação eles passam; como se passam meses e anos sem que nunca se descubram as notícias que se desejavam e se procuravam.

Vêm outras vezes, por mero acaso, folheando códices diversos dos que seriam os próprios. Assim aconteceu com a notícia do Piódão. O sr. dr. António Correia Góis, organizando um estudo de despesas do Cabido de Coimbra e das freguesias do padroado do mesmo Cabido, encontrou a seguinte nota que teve a gentileza de me facultar e de me autorizar a publicar, o que faço, atualizando a ortografia e desdobrando abreviaturas.

«No ano de 1676 se fez uma filial no lugar do Piódão, arce-diagado de Seia, com invocação da Senhora da Conceição, obrigação de fabricar pelos fregueses. Primeiro cura o P. Manuel Nunes Gouveia; agora Bartolomeu Alves, agora o P. Manuel de Vasconcelos.»

Há, pois, trezentos e treze anos (313) que Piódão é freguesia.

Nesse mesmo ano de 1676 começou o registo paroquial, com os assentos de batismo e, no ano seguinte, com os de casamentos e de óbitos.

Livros estes que se podem consultar e estudar no Arquivo da Universidade de Coimbra, secção onde se dão facilidades de consulta.

O registo paroquial foi imposto e começou em virtude das prescrições do concílio de Trento. Mas a data de início em cada freguesia foi diversa.

Assim, no antigo concelho e freguesia geral medieva de Avô, aconteceu o mesmo; aqui em Avô, para batismos em 1567, casamentos em 1573, óbitos em 1695; em Anceriz, 1612; Aldeia das Dez (que foi criada freguesia em 1543 e que deveria ter sido a primeira a ser separada) tendo os batismos desde 1634; Santa Ovaia, 1620, também com os batismos; Pomares, 1633; Piódão, como ficou dito, 1676; Moura há poucos anos.

A população não só da sede, como de toda a nova freguesia, deveria ter sido muito diminuta.



No tempo de D. João III, no ano de 1527, Piódão tinha só dois fogos, que deveriam corresponder, quando muito, a umas dezasseis ou vinte almas. As povoações que se lhe vieram a juntar não passariam de modestos casais.

Segundo a tradição, o assento primitivo do lugar do Piódão foi no sítio a que ouvi chamar, quando criança, e hoje não sei que denominação terá, Piódão Velho, ponto que se encontrava, vindo de Aldeia e passando o colo das Portas do Inferno, na zona baixa, para o lado do Norte. Segundo a recordação duma visita ao sítio, já quando rapaz, mas cerca duns sessenta anos atrás, estendia-se uma breve rua pela crista do morro, descaindo as casas, que eram pequenas, retangulares e já reduzidas a alicerces, a um e outro lado; havendo no começo, à esquerda, fragmentos de telha, pelo que deduzi serem sinais de capela, povoação que me pareceu não aparentar alta época. Nunca mais lá voltei.

A imagem da titular da igreja e da paróquia, Nossa Senhora da Conceição, é de calcário, de oficina coimbrã, dos fins do séc. XVI, isto é, anterior à criação da freguesia e indicando ter pertencido a capela que antecedeu a criação da freguesia.

Inconsideradamente colocaram a imagem na parte de fora da igreja, num nicho do alto da frontaria, exposta às chuvas violentas, às neves, que na povoação permanecem por dias seguidos,

dando-se lentamente a desagregação própria desse calcário coimbrão e sua perda total.

Esse testemunho da tradicional devoção da freguesia, desde época remota, centro dos corações, esperança e confiança das almas amarguradas, deve ser descida e colocada de novo no nicho da esquerda do altar-mor, onde a vi quando menino. É a mais antiga, digamos analogicamente, habitante da povoação; é necessário que volte à contemplação dos descendentes que a adquiriram e, por séculos, a contemplaram.

*

O nome de Piódão vem de – pio, Pia – como aumentativo. Se o radical – pio – em masculino, aparece poucas vezes na topografia portuguesa (Pio, Pião, Piões, Pioco, Pioledo, Pioto), já no feminino – pia – é de grande extensão, tanto no singular como no plural, como Pia e Pias, ou com sufixos (Piadela, Piães, Pianos, Piagem, Piores). Pio – significa recipiente côncavo, como a pia dos lagares.

E veja-se a conformação da geomorfologia local.

Vista a zona do alto, na travessia dos novos caminhos, surgem o conjunto duma vasta bacia de receção de águas, seguida de apertado canal de transporte das mesmas até à Vide, onde se lançam no rio de Alvoco, afluente do Alva.

Uma linha de altos cumes cerca essa bacia de receção das águas: partindo do Colcurinho (1.244 m. de altura) e seguindo para sul, desce a pouco mais de mil metros, no colo das Portas do Inferno elevando-se logo a 1088 m., para atingir a cota de 1280, ao encontrar a linha geral da cordilheira que vem de nascente, da Estrela, para, no vértice de S. Pedro, ir aos 1342 m., e com cotas equivalentes se vai fechando a concha, na altura correspondente à linha de água que em sentido contrário desce para Chãs de Égua, encerrando-se a pia de receção.

Concha de vertentes ásperas, de duras sugestões antigas que, na lendária e infundada interpretação popular, a de deportados para ali, que teriam mandado dizer à família que se encontravam – no pior do Mundo.

Ilusão, porém. O Piódão situava-se ao lado de uma das linhas de trânsito, aquela que ligava a Estrada da Beira ao Fundão e zona ao sul da Estrela, cujos carris aprofundados na rocha bem demonstram. Por aí passavam levas de gente a pé, com ou sem carga às costas, montada em jericos e cavalos, almocreves com

uma ou mais muares, a gente-bem ou mendigos, entremeada de fiadas de carros de bois, destinados às mercadorias pesadas, os quais, segundo tradição familiar vinda de minha bisavó materna, formavam séries de vinte carros, certas vezes; conjuntos que se explicam pelas dificuldades do acidentado da Natureza e perigos dos assaltos. Será de lembrar que na Catraia da Moura foi quase surpreendido o Ferreiro pela gente de João Brandão,

Partia esse caminho da região das Carvalhas da Maria Marques, descendo ao Alva, que cortava em Coja, seguia paralelamente à atual estrada e subia violentamente pela Portela da Cerdeira, até às alturas entre a Relva Velha e a Moura, continuava pelas que vão seguindo os pontos altos do Piódão, pela serra do Açor, para ir, quilómetros depois, descair para sul, ao Sobral, Casegas, dirigindo-se ao Paul (cuja Filarmónica ia abrilhantar as festas do Piódão, apesar da distância) e entrava na Cova da Beira, indo a Tortosendo e Covilhã. Caminho este bem marcado na carta dos Serviços Geodésicos e Cadastrais, publicada em 1886, folha 14. Foi o caminho seguido pelo infante D. Afonso, nas vésperas de Alfarrobeira, quando impedido em Serpins pelas forças do infante D. Pedro; o mesmo que, no século passado tomou, nas lutas dos marechais, o marechal Saldanha, numa noite, desaparecendo misteriosamente aos adversários que o cercavam, indo surgir a Coimbra.

Piódão não estava, pois como não está, segregado da civilização; não era o – pior do Mundo!

E hoje, pela propaganda turística, em ilustrações de grande expansão, vai sendo conhecido no Mundo inteiro.

Seria sugestivo que se cravasse na frontaria da igreja uma lápide com a gloriosa data em que a freguesia tomou personalidade:

A freguesia do Piódão foi criada no ano de 1676.

Com esta sugestão e a de ser descida a imagem da Padroeira, que, no volume do Inventário Artístico de Portugal – do Distrito de Coimbra, é reproduzida na estampa XL, com a sua linda coroa de prata, obra de escultura de certa categoria dos artistas quinhentistas de Coimbra; para que se não diga que – erro cometido, disparete para sempre.

A Comarca de Arganil, 1989.01.14.

PINTURA

UM QUADRO DE ANDRÉ GONÇALVES

Numa das salas de pintura do Museu que não posso especificar neste momento, porque achando-me em Trás-os-Montes e andando-se num novo arranjo daquelas salas (que devemos dizer de passagem que era muito necessário e que ficará regularmente perfeito) não posso verificar em qual tenha ficado – um quadro mediano da Anunciação com moldura do século XVIII, cortado na parte superior e inferior em semicírculo, naquela saliente, nesta reentrante.

A Virgem que estava ajoelhada, rezando, ao ouvir a saudação, volta a cabeça e o busto; e deste movimento o pintor tomou partido para o arranjo dos panejamentos. O anjo, que já poisa no solo, ainda tem nos vestidos o vincado e a flutuação que o voo rápido lhes deu.

Já lá vão anos desde que o notei e que imediatamente o fiquei a considerar uma cópia dum outro da Anunciação, muito maior, enquadrado nas arquiteturas do altar da Capela da mesma denominação no Seminário.

O do Museu é dum desenho fraco, como obra feita rapidamente, e dum colorido claro e apagado, nada tendo das cores profundas do outro, bem reveladoras de obra italiana a seguir aos Carraches, período caluniado que aguarda a sua reabilitação, e que teve distintos práticos, senão ilustres mestres, como se virá a demonstrar quando acabem as prevenções que o neoclassicismo e depois o romantismo formaram.

Podendo ser simplesmente obra de pintor que em Coimbra tivesse estado e que se entusiasmasse quando chegou o do Seminário, e que o tivesse copiado, como ao princípio julguei, constitui porém um problema de difícil solução.

Na sacristia da igreja do Colégio-Novo, hoje Misericórdia, encontram-se cinco telas assinadas por André Gonçalves pintor olisiponense, quatro pequenas e uma maior, que o seu formato indica terem sido inicialmente dos altares da mesma igreja. Todas, à exceção duma, com a apoteose, ou como então se diria, com o triunfo dos santos dos Agostinhos, entre os quais aparece o arganilense S. Goldrofe.

As menores estão assinadas do mesmo modo: **And. Glz. 1757**; a maior, **Andre Glz. F. Lx.^a 1757**.

Além destas há uma outra sem assinatura, representando a Sagrada Família, numa antiga capela do andar superior do claustro do mesmo colégio, que deve ser do mesmo pintor. Está no retábulo do altar, o qual é de boa talha do século XVIII. Toda esta antiga capelita é um amor: teto do século XVII com um friso mimosíssimo, de génios e cartelas do mesmo século, e sobreportas do XVIII, não falando nos azulejos.

Ora um dos quadros da sacristia, o que representa a Anunciação, é uma cópia perfeita, nos mesmos coloridos e na mesma intensidade, do quadro do Seminário, com exceção da figura do anjo S. Gabriel, que por si só é uma revelação. André Gonçalves, ao anjo do quadro do Seminário, substituiu um outro ajoelhado, graciosíssimo, que tem um colorido diverso, o costumado dos seus quadros: claro, alegre, mas embaciado. É uma figura que imediatamente se nota como originária de outra maneira, de outra estirpe artística, que está para o restante do quadro como este está para os outros daquela série da sacristia.

Não deve causar espanto que este pintor se lançasse assim numa cópia dum outro artista. Era isso para ele caso vulgar, bem como para outros pintores portugueses da mesma época, não só por terem grande admiração pelos artistas italianos, mas também para puderem fazer obra relativamente barata.

No mesmo Museu há, entre outros dele, um Nascimento que é mais uma cópia, agora de Sebastião Conca. Os Missais saídos da Impressão Régia, de Lisboa, durante o século XVIII e princípio do XIX trazem em gravura (de que houve chapas diversas, abertas por vários artistas) este quadro.

André Gonçalves, tendo de o meter num espaço quase semicircular, amputou-lhe a parte superior às arquiteturas e fez pequenas modificações requeridas para o caso. O anjo que no alto desdobra a filacteria é aquele que no de Conca agita o turí-

bulo. O seu colorido claro e fraco não deixa ver, como bem se nota na gravura, o encanto da iluminação partindo do Menino como foco, processo que vinha do sempre enternecido Corrêgio, que se não o inventou pelo menos o divulgou, dando-lhe todo o vigor e encanto.

O grande quadro da Descida da Cruz que se encontra na sacristia do antigo convento crúzio, e que se atribui ao mesmo André Gonçalves, é obra que está no mesmo caso do Nascimento.

Já o conde Raczyński, no século passado, dizia dele que lhe fazia lembrar a famosa pintura de Daniel de Volterra. Faz mais que lembrar, é uma cópia do Descimento que se guarda na igreja da Trinitá dei Monti, de Roma, à exceção do grupo lamentoso da Virgem desfalecida com as santas mulheres que o pintor lisbonense substituiu. Uma ou outra figura aparece modificada ou suprimida.

Como simples curiosidade direi, sem que daí queira tirar qualquer conclusão, que vi um Canon Pontifical, edição feita em Urbino no ano de 1727, que tinha nas capas o conhecido *super-libros* do mosteiro de Santa Cruz, indicando que tivesse vindo dali, onde havia uma gravura do quadro de Volterra. Certamente mais que um cônego regente deveria ter notado a semelhança.

É caso embaraçoso saber ou simplesmente conjecturar, como é que André Gonçalves viu e copiou a Anunciação do Seminário. O aparecimento no grande quadro de Santo Agostinho da sacristia do Colégio-Novo, do lugar da sua fatura – *Lisboa* – afasta liminarmente a hipótese do artista ter vindo a Coimbra executar as telas, todas datadas do mesmo ano.

Do quadro da capela da Anunciação, ou da Encarnação como a encontrei denominada em antigos inventários do Seminário, nada é conhecido.

Prudêncio Garcia em *Alguns apontamentos para a história do Seminário de Coimbra* que publicou na revista *Instituições Christãs* (refundindo e ampliando a memória manuscrita, que ainda existe no arquivo daquela casa, de António Inácio Coelho de Moraes) nada diz desta tela apesar de falar nas várias andanças que houve a respeito da do altar-mor da igreja, da qual se não sabe também qual fosse o pintor, posto que se tivessem pedido preços a alguns distintos da Itália, como Conca.

Podem-se, na carência absoluta de documentos, propor duas soluções.

Ou era quadro que andava desgarrado em Lisboa, a que se não dera aplicação, que André Gonçalves possivelmente até te-

ria no seu atelier; ou, dadas as relações daquele pintor com os crúzios de Coimbra e destes com o bispo conde D. Miguel da Anunciação, antigo crúzio, e todo devotado ao seu velho mosteiro, como é bem conhecido, André Gonçalves retiraria do navio que de Itália (donde tanta coisa veio para o Seminário de Jesus, Maria e José, nomeadamente de Bolonha e Roma) o trouxera a Lisboa, no tempo que executava a encomenda das pinturas para o Colégio-Novo, copiando-o com todo o cuidado no já mencionado da sacristia daquele edifício, e dele fazendo um desenho que teria aproveitado mais tarde no do Museu, que não sei donde proviera, e que já estive no Instituto.

Quer tenha sido ou não assim, devemos registar a filiação direta na Anunciação do Seminário, a do Colégio-Novo, e em grau menor, mas em grau menor só no colorido, a que está no museu arqueológico da cidade.

Correio de Coimbra, 1933.08.12.

MAIS UM QUADRO DE ANDRÉ GONÇALVES QUE SE IDENTIFICA

É sempre grande alegria para o investigador de velharias ver as suas opiniões confirmadas quer pelo encontro de novos documentos quer pelos estudos dos outros que, partindo de pontos diversos, vieram ter às mesmas conclusões; como é também ver resolvido inesperadamente um problema que há muito o trazia preocupado, sem que lhe pudesse dar uma solução completa.

No último agosto publicamos neste jornal, nesta mesma secção, um artigo intitulado – Um quadro de André Gonçalves. Tratava-se duma tela da Anunciação que se encontra no museu arqueológico desta cidade, na última sala que se visita no andar superior, aquela que fica junto à galeria do bispo conde Castelo Branco.

Estabelecendo como usual para aquele pintor o hábito, tão generalizado entre os nossos artistas do séc. XVIII, de copiarem quadros e gravuras dos mestres italianos, não só por o grande conceito, ou melhor, veneração profunda em que os tinham mas também para realizarem obra relativamente barata, citámos, como exemplos mais à mão, o quadro do Descimento na sacristia da igreja de Santa Cruz, inspirado e largamente copiado dum de Daniel de Volterra, daquele que se guarda na Trinitá dei Monti de Roma, e um Nascimento, do Museu, cópia dum outro de Sebastião Conca.

Fizemos notar a semelhança da Anunciação do Museu com uma outra do retábulo duma capela interior do Seminário, salientando que aquela é dum colorido com vigor menor e dum desenho mais desleixado; e ligando a do Seminário de Jesus-Maria-José com a que se conserva na sacristia do Colégio-Novo, assinada por André Gonçalves e datada de 1757, que, fora o anjo S. Gabriel,

é duma identidade perfeita com a daquela casa eclesiástica, estabelecemos o mútuo parentesco e demos como provável, quase certo, pintor do mediano quadro do Machado de Castro o artista que acabámos de citar.

Tratava-se de procurar a filiação e a ordem por que foram executadas. Confessando que isso constituía porém um problema de difícil solução, avançámos a medo que tanto a do Museu como a do Colégio-Novo deviam ser cópias da que é guardada no Seminário, e, para conciliar a fatura da segunda em Lisboa com a estada nesta cidade desta última, propusemos, à falta absoluta de documentos, duas soluções plausíveis.

Hoje, muito inesperadamente, encontrámos a solução perfeita, que nos mostrou que tínhamos trilhado um caminho bem aproximado do verdadeiro, e que nos permite atribuir com relativa segurança a tela do Seminário ao mesmo André Gonçalves.

Devemos, antes de mais nada, notar que, pela monografia do cônego Prudêncio, nada se sabe da capela da Anunciação, e que os quadros italianos com a Anunciação, dos sécs. XVII e XVIII, têm uma composição tão aproximada que não é possível guardar a sua imagem perfeita de memória, e que, podendo-se reter e discriminar numerosas maneiras picturais, se não pode fazer o mesmo com as várias ordenações das figuras, nem mesmo que se tenha uma memória privilegiadíssima. Faz-se isso com as mais típicas, e somente com aquelas telas dos grandes mestres dos períodos mais impressionantes.

Tínhamos esquecido completamente um quadro da Anunciação, em mosaico, da capela de S. João Baptista, em S. Roque de Lisboa. As reproduções das pratas e o conjunto da capela, em que se vê o Batismo, são numerosas e a cada passo nos caem sob os olhos, mas as dos quadros laterais – Pentecostes e Anunciação – nunca se encontram, pela dificuldade que há em se obter delas boas fotografias. Numa publicação recente encontrámos uma bellissima reprodução daquela linda obra de Massucci, executada por Moretti, que nos veio trazer a solução definitiva do problema das três Anunciações de Coimbra.

O original não é a tela do seminário desta cidade; o original veio efetivamente de Itália, mas era em Lisboa que estava e se guarda – é o mosaico de S. Roque, não falando no cartão de Massucci, que bem certamente já não existe.

Pouco a pouco se vai vendo com mais clareza o reinado de D. João V e o valor das obras artísticas realizadas por sua ordem, e quanto foi grande o impulso que as artes tiveram, se nota a

beleza rara das boas obras do século de setecentos, tão caluniado e tão incompreendido, e que é duma arte elegante, requintada e sábia.

É vulgar quase se chorar de comoção diante de uma bárbara pedra medieval, obra rudimentar na sua época, e passa-se desdenhoso e cego por sugestivas ordenações arquiteturais, pratas finamente lavradas, esculturas regulares daquele grande século.

As três pinturas de que tratámos no nosso artigo anterior, e cujo estudo concluímos neste, mostram mais um aspeto da influência exercida pelas obras italianas, encomenda do faustoso D. João V.

André Gonçalves, na última década da sua vida, quando chegaram os mosaicos de S. Roque, entusiasmou-se grandemente com eles, como provam as três cópias da Anunciação que se conservam em Coimbra.

De idade, pintor mais para obter efeitos picturais do que para detalhes, copiara-a, possivelmente empregando nas coisas secundárias de enchimento os seus discípulos, na tela do Seminário, com bastante fidelidade no desenho e colorido, posto que desprezasse certas minúcias e se desleixasse nalgumas linhas. Acrescentou-lhe um Padre-Eterno planando, ao alto, de inspiração ticianesca, que, repetindo-se nos outros dois, serve de boa assinatura. Este motivo, posto que se encontre nos primitivos, já usualmente tinha desaparecido da pintura italiana. André Gonçalves utilizou-o para encher o espaço superior que lhe pareceria desnudado.

A tela do Colégio-Novo, como já dissemos no outro artigo, só apresenta de diverso a figura do anjo S. Gabriel que, elegantíssima, é doutra estirpe pictural, não certamente de Gonçalves, atendendo aos seus hábitos.

A do Museu, pequenina, de tonalidade mais clara, a habitual ao pintor, é uma obra um pouco mais descuidada, posto que graciosa, encantadora.

Neste recanto pobre da Europa, velha terra de letrados mas sáfara em artistas de chama alta, estes reflexos da arte da sempre bem fadada Itália, as Anunciações de que acabamos de tratar, tomam um valor elevado para as almas comovidas, e, dos seus cantos de abandono, vão-lhes murmurando, como fontes esquecidas de parque abandonado, a sua reza humilde de graça e beleza.

A SÉ NOVA E A SUA BELEZA

OS CADEIRAIS

I

Mal eu pensava quando, no último artigo aqui publicado acerca da Sé Nova, prometia falar mais demoradamente das pinturas dos cadeirais, que o havia de fazer tendo ainda a vibrar todos os nervos pela superior emoção de descobrir e conhecer, por esse admirável prazer que as várias ciências dão àqueles que se lhes dedicam e com que pagam suficientemente as canseiras que se tem com elas.

Ainda me recordo do encanto que sentia, sendo aluno do Seminário, ao ver aqueles quadros. Os anos passaram (mas não muitos, que ainda não sou velho) o encanto continuou, e uma vez integrado na clerezia da Sé, com mais amor e carinho, e também mais inteligentemente, os continuei a contemplar e a procurar a beleza que o pintor lá deixou. Hoje sei-os de cor, e era capaz de começar a falar aqui como se em frente o tivesse, com a mesma emoção que teria se os estivesse a ver.

Há meses atrás uma pessoa amiga encontrando-me de madrugada, enquanto se faziam horas para o ofício coral, embevecido diante de um deles perguntou: – Mas eles têm assim tanto valor? E eu: – Mas muito, imenso; e ainda não sabia o que hoje descobri e me tem trazido encantado todo o dia.

Na «Descrição da cathedral de Coimbra e sua crasta» que em nota III publicou o sr. Dr. António de Vasconcelos no fim do volume de «A Sé-Velha de Coimbra», escrita no primeiro quartel do séc. XVII, chama-se a estes quadros – «admiráveis quadros de pintura romana». O cónego que fez esta memória descritiva não

quis com a denominação de – pintura romana – indicar como sendo a cidade de Roma o lugar de proveniência dos quadros dos cadeirais, hoje da Sé Nova mas vindos da Sé Velha com a mudança do cabido no séc. XVIII; quis somente contrapô-los à mediocridade da pintura portuguesa do séc. XVII, da época em que vieram (pontificado de D. Jorge de Melo – 1684 a 1704) ou quando muito fazer notar a sua origem italiana.

Desde os primeiros dias os atribuí a um artista estrangeiro, e desde logo também afastei a ideia da Espanha, apesar do brilho intensíssimo da escola de pintura do séc. XVII daquela nação e de nas crónicas conventuais aparecer muita vez a menção de esculturas e quadros vindos dali; para os dar incondicionalmente a Itália.

O séc. XVII italiano é complexíssimo, nem tudo é ecletismo, nem tudo é escola bolonhesa como nos apresentam os manuaizinhos de história de Arte, que só servem para dar noções erradas e estragar o gosto.

Vendo que as influências venezianas eram manifestas, diversas vezes me veio o nome dum pintor daquela escola, do século anterior, como sendo aquele que o autor dos quadros da série da vida da Virgem dos cadeirais da Sé de Coimbra, mais procurou imitar, seguir e tomar como mestre.

Nunca lho escreveria se não fosse o achado desta manhã. Digam o que quiserem, mas sem a viagem demorada de Itália, que eu nunca fiz nem farei, o conhecimento da pintura italiana é inconsistente – é nulo.

Tintoreto! Já ouviram falar em Tintoreto, nesse altíssimo pintor? Tenho aqui em frente reprodução das *Bodas de Caná* que hoje se guardam no *Uffizi*, de Florença e que são uma réplica em menores dimensões, pintada por ele, ou executada no seu atelier e talvez não toda das suas mãos, das *Bodas de Caná* que em 1561 pintara para o refeitório do convento dos *Crociferi* de Veneza, e que hoje se guardam na igreja da *Salute* da mesma cidade.

Pois, Santo Deus, as *Bodas de Caná* da série dos quadros dos cadeirais desta Sé são mais nem menos que uma cópia de metade do quadro de Tintoreto, daquela metade que fica à direita de quem para ele olha!

É mais possível que esta cópia fosse feita pelo quadro do refeitório dos *Crociferi* do que pelo do dos *Uffizi*; mas eu só tenho reprodução deste, e que segundo um A. que tenho em frente só se distingue do outro «por diferenças ínfimas na disposição ou no movimento das personagens, no partido do claro escuro, e

com menos acusada oposição entre as partes de sombra e luz». É também o que posso dizer da cópia de Coimbra, acrescentando porém que o seu estilo é mole e que a nervosidade de Tintoreto desapareceu. Tudo indica um pintor de segunda ordem, mas segunda ordem em Itália, porque se fora entre nós, teria um lugar de destaque, entre nós e nessa época em que pontificavam com tal fama que ainda chega até nós, pintores como a pobre Josefa de Óbidos; conceito este que pesará a certa gente.

O que devia motivar a preferência do desconhecido pintor dos quadros dos cadeirais da Sé de Coimbra por Tintoreto seria o seu colorido e a sua distribuição da luz. No resto, as almas dum e doutro estavam em pontos opostos. A de Tintoreto é cheia de febre, de energia, dum altíssimo poder dramático, ao passo que a do seu imitador do séc. XVII é suave, procurando as cenas líricas e as figuras plácidas de gestos suaves. Na série dos catorze quadros não há um assunto trágico, e será de balde que se procurará a Virgem junto da cruz ou com o Filho morto nos braços. Dá vontade de o arrancar à morte e lhe gritar: – Esquece Tintoreto e volta-te de corpo e alma para Paulo Veronez, alma alta, mas do género da tua, e encontrarás o teu caminho.

A descoberta desta manhã fez nascer em mim uma série muito grande de interrogações a que não poderia responder nas poucas horas que medeiavam, mas que necessitam de muito tempo para investigações.

Hei de nos artigos que farei seguir a este, descrever quadro por quadro, guiando assim os leigos e ensinando-lhes a ver, coisa que toda a gente que, por ter olhos, julga saber fazer, e para o que no fundo é necessário ter bastantes conhecimentos, até bastantes mais que os meus...

Correio de Coimbra, 1932.04.02.

II

O Sr. Dr. António de Vasconcelos em *A Sé Velha de Coimbra*, a págs. 212-218, fala-nos largamente dos cadeirais de que estamos a tratar, do local que ocupavam e das mutilações que a sua colocação obrigou a fazer na antiga Sé para que ficasse ainda largo espaço entre as cadeiras do lado do Evangelho e as do da Epístola.

Usando habitualmente o cabido o coro alto para o ofício divino, só nas grandes solenidades, como naquelas em que o bispo oficiava pontificalmente, vinha fazer coro em duas bancadas muito simples, colocadas na nave central, e que em 1582 tinham substituído bancos rasos.

No último quartel do século XVII, sendo bispo D. João de Melo, essas bancadas pareceram demasiadamente mesquinhas, nada em harmonia com os ricos paramentos que os cônegos naquelas ocasiões revestiam, com a pompa de toda ação litúrgica. Foram substituídas. As duas séries de cadeiras que a cada lado da nave se perfilaram foram feitas em madeira de angelim com embutidos de outra madeira mais clara, bronzes a ornarem-lhes os frisos e a vincarem as diversas curvas. O espaldar de rica talha, esplendente de ouro, enquadrou catorze quadros com a vida da Virgem, mandados vir de Itália, e que seriam o orgulho do cabido como no século imediato um cônego mostra, chamando-lhes – admiráveis.

Em breve tão ostentoso cadeiral, parecendo pequeno, foi acrescentado «por ter mostrado a experiência que em algumas funções nam cabiam no tal choro os Cônegos de See, e alguns das outras que se achavam hospedes». Foi de quatro o número das cadeiras que se juntou; uma em cada extremidade de fiada. Com as cadeiras mandaram-se fazer quadros para o espaldar, e nada pareceu mais acomodado ao número que os quatro Evangelistas. Se a nova talha que os teve de acompanhar pouco destoa da antiga, já outro tanto se não pode dizer *deles mesmos*, desses novos quadros; quanto os outros são lindos, estes são detestáveis e dignos de toda a abominação, e não sei se não hei de dizer que do mesmo modo se não sabe infelizmente o nome do pintor dos da série da vida da Virgem, infelizmente se sabe o do dos quadros dos Evangelistas.

Era um Manuel da Silva, natural de Lisboa, e que, morando em Santa Clara, se consorciou em 1710 na igreja da Sé com Jerónima Teles, também natural da cidade de Lisboa. Certamente muito trabalhador, sabendo talvez insinuar-se, ousado, exerceu, largamente a sua arte, e ninguém melhor do que ele soube glosar o mote: em terra de cegos quem tem olho é rei.

Em 1727, residindo então na Rua da Moeda, tal consideração (!) tinha adquirido que lhe foi entregue a douradura das molduras dos painéis e a pintura do tecto da capela-mor da igreja do convento de Santa Clara; tendo, para isso, de se rescindir um contrato com um outro pintor, chamado Gabriel Rodrigues, que

«tinha pouca perfeição da arte» como nos diz um dos documentos publicados por Prudêncio Garcia. Que tal não seria o talento e habilidade desse Gabriel Rodrigues que tão inferior ficava ao medíocre Manuel da Silva!

De 1720 a 1724 envernizou as quatro cadeiras novas, levando 1.200 réis por esse trabalho; pintou os quatro painéis dos evangelistas, a 5.000 réis cada um, tanto quanto levou por dourar as molduras dos mesmos quadros; fez mais painéis novos com retratos de pontífices para a sala capitular, retocou e concertou outros; e como nenhum trabalho lhe repugnava, prateou e dourou tocheiros, jarras, sanefas, pintou portas e janelas, grades, confessionários, caixotões, numa grande operosidade de artista universal, pagando-se-lhe por tudo a quantia de 662\$000 réis. Mas o seu talento não acaba aqui; foi também pintor de azulejos: em 1724 recebeu 158\$424 réis por azulejos para as galerias superiores do claustro da Sé.

Em 1772 o cabido mudou-se para a igreja hoje chamada da Sé Nova. Os Jesuítas, seus antigos possuidores, não tendo obrigação de ofício coral, apesar das insinuações que nesse sentido foram feitas várias vezes ao fundador da ordem, limitavam-se quase sempre a bancadas nos coros altos, ou se nas capelas-mores as mandavam fazer eram sempre de grande simplicidade porque serviam só para assistirem colegialmente a alguma maior solenidade.

O cabido levou um dos seus cadeirais; o mais aparatoso, o da nave. Fizeram-lhe algumas mutilações, pelas quais foram eliminados dois dos quadros dos Evangelistas, aqueles que estavam na parte mais próxima do altar. Foi pena só que os dois que restam, e que se encontram logo à entrada, não tivessem seguido o mesmo caminho. Obras duma grande inferioridade pictural, destoam imenso dos da série da vida da Virgem.

Mas basta de tanto falar em Manuel da Silva e nas suas medíocres obras. Se nisso insisti foi para que ninguém que seja desalumiado de conhecimentos artísticos vá confundir os seus dois quadros que ainda restam *in loco* (pois que os outros dois estão também na Sé Nova, mas na sacristia) com as obras que estão junto, fazendo atribuições erradas e juízos de nenhuma exatidão. Permita-se-me que os deixe de lado, não volte mais a mencioná-los, e que passe aos outros quadros, ou simplesmente – aos quadros dos cadeirais.

Deixem-me também acentuar, recalçando no que ficou dito no último número do *Correio*, que não se trata da obra de um mestre mas sim da de um pintor de segunda ordem, e que e apesar disso

de valor, e de tanto maior valor para nós quanto nós estávamos nessa época em funda decadência. Um dos seus quadros, como ficou dito, é uma cópia de um de Tintoreto; e creio bem que se dá o mesmo com os outros que lá há, de tal modo é sensível a falta de proporção, que nalguns se nota, entre a invenção, o admirável equilíbrio da composição, e a execução. Os erros de desenho são frequentes, certas figuras estão mal construídas, e o colorido é às vezes frouxo. Contudo, a impressão geral é soberba, e fica um verdadeiro encanto dentro da alma de cada vez que se parou diante deles, dando vontade de, através dos séculos, beijar as mãos pálidas e mortas que os pintaram, que para este canto entenebrecido da Europa mandaram adoráveis raios da luz que na longínqua Itália brilhava em todo o esplendor.

Correio de Coimbra, 1932.04.09.

III

Os cadeirais têm já história, viveram também, das vidas que por ali passaram, assistiram a dias esplendorosos da Sé, e a pequeninas lutas que até em si se refletiram. Hoje estão velhos, com as marcas profundas do tempo; as madeiras escurecidas e gastas, os bronzes perdidos, os ouros atenuados e as pinturas mortas. Necessitavam de uma reforma que lhes desse uma segunda juventude mas a Sé é pobre e nem pensar nisso, mesmo como sendo uma quimera, é dado. Sonhar num Mecenas como esses que ajudaram a reconstruir catedrais abaladas por essa guerra que começou quando eu tinha doze anos e que nas suas consequências ainda dura agora, agora que já estou meio velho, que outra grandíssima quimera! E contudo a despesa não era grande, e era serviço de Deus e da nação.

Sei bem, escusam de mo gritar, que há processozinhos que poriam as pinturas tal qual foram no dizer de certa gente. Guardem-nos bem e tão bem que até esqueçam, e ouçam. O que escureceu não foi propriamente a tinta, posto que com os anos sofresse alterações químicas, foi a camada de verniz que o pintor lhe deu para a preservar do contacto direto com o ar. Parecerá à primeira vista que nada seria mais fácil que tirá-lo e substituí-lo

por outro, e contudo só mãos experimentadas o poderão fazer... Há camadas muito ténues de tinta que seriam fatalmente arrastadas com ele, e é por isso que um restaurador nunca procura destacar completamente o verniz. Além disso a tinta está muito estalada e nalgumas partes caída, o que torna a operação mais difícil. Deixem-nos estar como estão. Basta que se lhe tire o pó regularmente com uma brocha macia. Mais vale assim que inutilizados por inábeis mãos, posto que dessem uma alegria alvar a muita gente que preconiza tais coisas.

O que é necessário é saber procurar a hora para os ver. Quando o sol próximo do meio dia entra pelas grandes janelas do transepto, batendo no chão, espalha uma luz difusa no coro; o verniz torna-se mais transparente e as modelações das sombras, que a outra hora parecem tintas unidas, revelam-se em grande parte, deixam adivinhar grandes belezas, e nalguns casos a visão torna-se quase boa.

Procure-se essa hora, e vá-se vendo:

No *Nascimento da Virgem* temos um quadrinho de intimidade e de grande encanto. É um daqueles que é bastante prejudicado pelo enegrecimento do verniz. Note-se contudo, S.^{ta} Ana, de idade, com o corpo quebrantado pelo laborioso parto, S. Joaquim e uma figura de juventude ao fundo.

Na *Apresentação* a composição é uma daquelas que é cara aos venezianos. No alto de uma escadaria o Sumo Sacerdote espera a Virgem, adolescente, que sobe; e sendo a linha do horizonte baixa, tornam-se ambos mais esbeltos, impondo-se ao espetador. Para lá da escada, confusos na meia luz, há rostos recolhidos pelo momento que passa. No primeiro plano uma rapariga dá a graça da sua juventude, o encanto dos seus gestos, o lindo nacarado dos ombros num grandioso escorço em que só leves faltas de desenho atenuam a beleza. A aragem fina da manhã inclina as árvores no jardim fechado do templo, e um belvedere de brancos mármore recorta-se puro e leve no azul desmaiado do céu.

No templo, entre altas colunas salomónicas de bronze, com um reposteiro verde, dum verde tão escuro que parece negro, formando o fundo, celebra-se o *Casamento da Virgem*. É o doce e augural matrimónio de duas juventudes que muito se amando, muito se querem dar? Não; é um protetor que toma por um juramento santo um lírio imaculado para defender. A Virgem, patrícia recolhida e altiva, estende a mão fina, e S. José, muito calvo e de idade, marcando-se assim bem o seu carácter de protetor, ajoelha e com a mão grosseira de artífice vai colocar o anel esponsalício,

que é tão fino, tão fino, e a mão tão musculosa que se diria que ia ser partido. Na direita sustenta a vara florida, e a capa, numa linda invenção de panejamento, enrola-se no braço.

Mas o maior encanto do quadro está na distribuição da luz. Destaca a Virgem, batendo-lhe em cheio e de frente, e passando entre o plano que Ela e S. José ocupam e o do Sacerdote, ilumina a alva de linho deste, dá um contorno firme ao Carpinteiro, e vai iluminar uma graciosíssima criança, linda promessa de vida, que brinca com um fruto, indiferente ao que em volta de si se passa.

Anunciação. Muito escurecida. O anjo e a Virgem semelham duas luzes leves numa noite escura. E contudo deixa adivinhar muita beleza.

O mesmo defeito na *Visitação*. Há um retalho de paisagem tal qual como numa tarde depois que o sol se pôs. No fundo da cena, uma rapariga com um açafrão à cabeça dá tanta graça ao quadro que só é para lamentar que não esteja mais bem construída.

O quadro a seguir está deslocado; devia ficar na outra bancada entre a Apresentação do Menino e o seu encontro no Templo.

É uma delicada composição triangular, disposição bem cara a este desconhecido pintor, representando a *Fuga* para o Egito, ou antes, o regresso desse país.

Aqui mais que em nenhuma outra parte é para lamentar o escurecimento da pintura. Quando a iluminação é boa advinha-se tanto fineza na paisagem, tão bucólica, tão sugestiva! No céu pálido nuvens largas coam a luz; o azulado das montanhas e a claridade das águas aparecem na distância. A cena é breve e terna; S. José inclina uma abada de frutos, e o Menino, quase adolescente, estende os braços para os tomar. A Virgem ao centro, pela sua atitude quase de repouso, dá um grande equilíbrio à composição. No ângulo inferior uma cabeça de burrita, muito apagada, procura as águas cristalinas que mal se notam.

Natal. Tão enegrecido que toda a beleza se perde, e é capaz de nos levar a juízos errados. Há uma cena que é linda e mal se vê: os pastores que vêm da noite negra e vão entrando pela porta meio aberta.

O mais lindo de todos é a *Adoração dos Magos*. A graça, a beleza, o encanto, habitam nele.

A efabulação é simples. A Senhora estava sentada diante dum casebre com o menino meio nuzinho no regaço, e voltada para o lado que nós ocupamos. Chegaram os antigos reis, esplendentes, no meio do tinir das lanças e alabardas da soldadesca; Ela desceu o pé direito do lugar donde o tinha, e o plano do regaço ficou

oblíquo para melhor apresentação do Menino, torceu um pouco o busto, mas a cabeça de linhas muito puras não se voltou e as pálpebras ficaram baixas. Nos magos vê-se ainda o movimento circular que tiveram de fazer para se colocarem em frente ao Menino. Um já ajoelha, refulgindo na capa preciosa. O rei negro vai a dar o último passo; os seus movimentos são duros como convém ao Senhor de países não civilizados, e na mão esquerda levanta ao alto o incensário que fumeja. O último rei ainda só vê o Menino de perfil mas já se sente rendido pela graça e beleza divinas.

Mas no quadro quem reina como senhor é a luz, dando o realce que a cada personagem é necessário para o efeito de conjunto, e fazendo vibrar a boa gama cromática.

Apresentação do Menino e o Encontro no templo, bastante escurecidos, onde há fragmentos bons.

E chegamos à cópia das *Bodas de Caná* de Tintoreto.

É uma sala vasta; no fundo duas arcadas abrem-se para um céu pálido. Alinham-se ao longo de uma mesa os convivas, dum lado os homens, do outro a graça feminina de adolescentes; Cristo e a Virgem ocupam a cabeceira, meio esbatidos na sombra. A linha do horizonte é alta e o ponto principal de fuga fica-lhes acima das cabeças, à altura dos rostos do friso humano que tapa as arcadas.

A efabulação pouco vale no quadro; é outra vez a luz que o enche. Não vem das arcadas, não vem das janelas que se vêem no muro, mas passa entre o serviçal que no primeiro plano enche de vinho uma taça, e iluminando um rosto de velho, derrama-se na toalha, faz vibrar os cristais, e batendo nos vestidos brancos, no colo nacarado das adolescentes, canta alto um hino à graça, à formosura, ao amor.

Para que do ângulo da mesa esta rapariga estende uma taça ao serviçal, só para que ele a encha? Não. O pintor quis com ela, com a harmonia do seu vestido encarnado e da sua echarpe azul obter um efeito de contraste, cortando em duas a brancura que se prolongava da toalha aos vestidos das donzelas.

Morte da Virgem. Acabou há horas, a palidez cadavérica acentua-se; junto da cabeça irradia uma leve claridade, e para o fundo do quarto a treva adensa-se; um largo reposteiro violeta, ao alto, é quase negro; os Apóstolos mimam diversos graus de dor. A invenção pictural dos dois que ficam em primeiro plano e que tapam com os seus vultos o escorço dos membros inferiores da Virgem, que seria grosseiro, é boa.

Assunção. A Virgem rodeada de anjos sobe no ar. Já se vêem as irradiações douradas da luz eterna. A terra fica muito em baixo, só dela restando algumas nuvens e um retalho azul da atmosfera.

Coroação. O Padre e o Filho sustentam uma coroa, mas não são eles que descendo os braços coroam a Virgem, é Ela que subindo, subindo, põe a cabeça lírial sob a coroa de ouro.

Correio de Coimbra, 1932.04.16.

RESTOS PROVÁVEIS DO PRIMITIVO ALTAR-MOR DA SÉ NOVA

Entre os numerosos quadros espalhados pela Sé e suas dependências, certos dentre eles podem agrupar-se em duas séries: uma tendo por suporte da pintura, madeira, e a outra, tela.

Na primeira colocamos a Circuncisão que se encontra na sacristia, a Deposição da Cruz, na capela fúnebre do claustro, o Nascimento, na Sala da Palmeira.

Estes dois últimos foram deslocados da sacristia no ano de 1929, numa nova organização dos serviços da sé.

Devemos-lhes acrescentar uma Última Ceia que durante muito tempo esteve na galeria do claustro, ao mau tempo, e que hoje, bastante danificada, se encontra na parede dum corredor.

O primeiro avantajase um pouco mais em tamanho aos outros que são sensivelmente de dimensões iguais.

*

Se neste momento nos ocupamos da outra série fazemo-lo somente para a arrumarmos e para que, assim posta de lado, ninguém se lembre, utilizando-a, de pôr dúvidas à série de hipóteses acerca do primitivo altar, que vamos fazer mais abaixo.

Pertencem-lhe dois quadros grandes, o Nascimento e a Adoração dos Magos, e dois pequenos com o mesmo assunto.

É digno de nota que o Nascimento menor reproduz o desenho da tábuia com o mesmo motivo da outra série; não sendo contudo da mesma mão, como o processo pictural o indica e os distancia no tempo.

Um dos grandes está no altar-mor, e ainda envolvido no seu primitivo emolduramento de talha, da época da Restauração, ao passo que o retábulo é do período de Pedro II.

O Dr. Martins de Carvalho, levado só pela maneira pictural, e muito certamente porque rapidamente olhou para ele – tanto mais que não nutria grande afeto pela arte do séc. XVII, pois que todo andava banhado do encanto do Renascimento que o seduzia e o prendia – considerava-o como tendo pertencido àquele retábulo, o que um exame levemente mais cuidado põe de lado.

Guardando parte da sua cercadura, está a Adoração, o parceiro daquele, no transepto, ao lado do Evangelho. Ao da Epístola encontra-se o Nascimento menor que corresponde à Adoração da capela de S.^{to} António.

Desde há muito que procurávamos saber qual tivesse sido a colocação primitiva deles. A lembrança de tomarmos as respetivas medidas e de as aplicarmos a determinados espaços colocou-nos no verdadeiro caminho.

Nunca considerámos as duas grandes telas como tendo pertencido a qualquer retábulo, mas sempre julgámos que tivessem feito parte duma decoração mural.

A capela de Nossa Senhora da Conceição, a terceira da direita, a contar da entrada, tem as paredes laterais revestidas de mármore só até meia altura, estando a parte superior a cal lisa, sem azulejo ou uma simples pintura de ornato, no género da que teve a abóbada, que ainda se nota através da caiação. O retábulo é de duas mãos, de muito desigual valor, como já dissemos mais que uma vez neste jornal.

Tal como antes de nós já se tinha dito, por ser essa a primeira impressão, nós também afirmamos que nunca se terminara a decoração da capela.

Não fizemos porém tal afirmação com plena tranquilidade de consciência, pois que certas manchas regulares, provenientes de desigual espessura de cal branca estavam a denunciar que ali já estivera incrustada qualquer coisa.

A exata correspondência de medidas do quadro do altar-mor e suas molduras às partes brancas da capela, trouxe-nos a certeza de que ele e a Adoração do transepto para ali tivessem sido executados e ali tivessem estado.

O efeito antigo da capela devia ter sido bom, e de riqueza: mármore diversamente coloridos, cores quentes das telas e o ouro das suas molduras; baixos-relevos policromados no altar, a pintura do teto com enrolamentos de acanto.

Devemos observar que no altar-mor, detrás dos anjitos – bem feinhos! – da parte superior da moldura do quadro e em volta desta, a preencher pequenos espaços, há fragmentos de talha que não pertencem nem ao altar nem à moldura, foram remendos apressados, com restos que andariam nas arrecadações.

Quando o cabido e bispo tomaram conta desta igreja e para ela se passaram, fizeram grandes obras de reforma, entre as quais está a ampliação da capela-mor.

Tendo renunciado à ereção dum altar de mármore viram-se obrigados a levantar novamente o antigo de madeira, fazendo-lhe na sua parte central algumas modificações para lhe adaptarem o trono e frontal de prata, no lugar do antigo trono de exposição do SS.^{mo} e, porque o quadro antigo com a Circuncisão, que ficava inferior, se tivesse danificado ou se não pudesse adaptar por variação das medidas em altura, tiveram de procurar um substituto.

Havia um outro com a mesma cena, que se guarda ainda na sacristia, e que deveria ter pertencido ao retábulo primitivo, mas as suas dimensões eram bastante menores.

Porém os dois que ornavam uma capela da nave adaptavam-se maravilhosamente. Escolheram aquele cujo assunto mais se aproximava do inutilizado e levaram o Nascimento.

Para que não se notasse tanto a mutilação da capela, tiraram o outro e colocaram-no no braço do cruzeiro, junto do altar de N.^a Sr.^a da Boa Morte. Mas como tanto uma tolice como uma obra ajuizada pedem uma ação de igual valor a equilibrarem-nas, a fim de que o espaço correspondente no cruzeiro tivesse parecido ornato, buscaram o quadro da capela de Santo António, fronteira à outra, cuja falta menos se notasse, e para ali o levaram.

Assim se alterou a disposição primitiva, que nos custou a encontrar.

Correio de Coimbra, 1935.07.20.

O primitivo altar mor da antiga igreja do colégio dos jesuítas, hoje Sé, erguia-se no extremo da nave, na altura dos púlpitos, e certamente aí esteve levantado desde o ano de 1639 até ao de 1698, data esta em que se patenteou ao público o cruzeiro e a capela-mor.

A primeira pedra da igreja tinha sido lançada no ano de 1598 e a do colégio em 1547.

Muitas vezes perguntámos a nós mesmos, se não existiria algum resto desse primeiro altar, tanto mais que o atual é duma época inconfundível e de pequeno espaço de anos, período de Pedro II.

Desde há muito tempo que andamos a supor que os quadros, tendo por suporte da pintura, madeira, lhe tenham pertencido.

O Ex.^{mo} Senhor Dr. Vasconcelos, num dos dois artigos, publicados neste mesmo jornal a 5 e 12 de março de 1932, acerca desta igreja, fundando-se no titular dela – o Santíssimo Nome de Jesus, deu ao quadro que tem por assunto a Circuncisão, a mesma proveniência, o que nos causou prazer, por ficarmos em boa companhia.

Além dos quadros há mais três baixos-relevos, com cartelas, grinaldas de frutos e cenas de simbologia eucarística, que pertenceram a um grandíssimo retábulo, certamente à parte do basamento, aos quais damos a mesma origem.

Dois estão colocados logo imediatamente abaixo do quadro do Nascimento no altar-mor e o outro encontra-se no museu arqueológico desta cidade, no piso superior, na sala de escultura do séc. XVII, para onde foi este ano duma arrecadação, na boa organização que se tem dado a esta e outras salas.

O do museu é o melhor, posto que já não tenha a dourada e pintura primitivas, como os outros dois. Representa o encontro de Abraão e de Melquisedech, ao passo que nos da Sé encontram-se num, dois exploradores da terra da promessa, com o enorme cacho de uvas tradicional e, no outro, sacerdotes levando a arca da aliança.

Deveria haver pelo menos um quarto que estabelecesse equilíbrio com o do museu, pois que os ornatos da cartela são diversos entre este e os outros dois, que os têm iguais entre si.

Quais são as bases para a atribuição da origem que damos dos quadros e das esculturas ornamentais?

Nem as há documentais nem são formadas sequer por um raciocínio de aspeto verdadeiramente sólido, como nos aconteceu na reconstituição do altar-mor e no de S.^{ta} Mónica, do séc. XVII, da igreja crúzia.

São porém as seguintes.

Tanto os quadros como os retângulos esculpturados encontram-se nesta igreja pelo menos desde o séc. XVIII, desde o tempo que o cabido para aqui passou.

O grupo dos quadros pelas dimensões de cada um e principalmente pelo conjunto geral, tanto mais que, ao menos, deveria ter havido um a mais, não falando nas arquiteturas de madeira, fizeram parte dum grande retábulo.

Os retângulos de madeira que, como já dissemos, pertenceram ao basamento dum retábulo, podendo-se apresentar paradigmas construtivos, pelas suas dimensões e seu número, também fizeram parte duma armação de medidas pouco vulgares.

Se não tivéssemos a certeza da existência duns e doutros nesta sé desde a época apontada, como temos, omitindo aqui as razões por brevidade, poderíamos dizer que tivessem vindo dalguma das grandes igrejas colegiais-conventuais desafetas e destruídas.

Por outro lado sabemos que não vieram da antiga Sé por motivos idênticos.

O quadro da Circuncisão leva-nos a admitir como facto incontroverso que os quadros pertenceram a uma igreja dos jesuítas, não pelo assunto que é corrente, mas porque nesse quadro aparece o nome do divino circuncidado – IESVS – numa auréola luminosa, ao alto da cena, em grande evidência, o qual um anjo voando aponta, ao mesmo tempo que desdobra, por cima de si e do nome, uma filacteria com a legenda – *Hoc est nomen eius*, o que não era costumado, e porque esse quadro é o maior da série, devendo ser o principal do retábulo, o que representaria o titular da igreja, que seria o Santíssimo Nome de Jesus.

As pequenas divergências de medidas dos outros devem provir da substituição das antigas molduras, feita pelo cabido, pelas atuais, aparando-se talvez as tábuas-suporte da pintura.

Os jesuítas antes desta igreja não tiveram grandes espaços destinados ao culto, a que estes quadros se acomodassem, nem neste edifício nem nas escolas menores da Sofia

Resta, como única solução, admitir que tivessem saído estes restos do primeiro altar-mor da igreja que é hoje denominada – Sé Nova.

Há porém uma certa divergência de cronologia, que é contudo solucionável.

No pé da mesa, pintada no quadro maior, o da Circuncisão, há uma data. O artista porém pintou insuficientemente o número das dezenas, deixando-nos em grandes dúvidas. Mesmo que avancemos essa data para o fim do século, ainda nos não dá a data mais acomodada, mas facilmente aceitável.

Em má ligação também com o edifício há um sino, datado de 1560, que esteve antes da construção das atuais torres em

qualquer campanário provisório, visto que, tendo os símbolos da Companhia, foi feito indubitavelmente para o colégio.

Fazendo este agrupamento, posto que sem grande aparelho crítico, fazemos trabalho útil.

As hipóteses sucessivas quer corroborando-se quer destruindo-se mutuamente, ou em parte ou totalmente, são o caminho da verdade, quando faltam documentos incontroversos, a estabelecê-la.

Se um dia aparecerem os nomes dos artistas pintores ou escultores desse primeiro altar, não ficarão os documentos que os revelarem, como temos tantos, sem a respectiva referência de obra; há pelo menos motivos para discussão.

Correio de Coimbra, 1935.07.27.

O RETRATO DE D. JOÃO VI NA SALA DOS CAPELOS

Na galeria dos reis desta sala só tem verdadeiro valor iconográfico a parte da série posterior a D. Afonso VI e é para ela que mais cuidadosamente reparo quando ali entro.

Entre todos, D. João VI chama especialmente a minha atenção; não pelas qualidades artísticas, mas pelo retrato moral quanto físico que a tela é. Um pobre homem, nascido para uma vida pacífica, como a teve o pai, o *Capacidónio* (que próximo aparece, meio esquecido num plano secundário no retrato da esposa), e que os tempos colocaram em meio de lutas violentas!

Inesperadamente surgiu-me uma ocasião de me ocupar do retrato. Folheando, há poucos dias, um livro de estudo eclesiástico do século XVIII, um tratado de teologia moral do divulgado Antoine, encontrei uma folha dobrada em quarto pequeno, manuscrita, com uma “Ode ao Rey, collocando-se a sua effigie a 23 de Junho de 1820 na sala grande da Universidade”.

Talvez que hoje dela só verdadeiramente interesse a data.

Estava ainda o rei no Brasil; no reino ia grande fermentação revolucionária que no agosto seguinte eclodiria no movimento vintista.

Regia a universidade D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho, já muito decaído da auréola de favor do tempo pom-balino, e a quem não se perdoara de todo ter feito parte da deputação a Bonaparte, não obstante a sua memória justificativa.

A ode não está assinada. Procurei nos jornais do tempo, aonde se publicaram tantas poesias similares, mas por infelicidade é este o ano dos mais mal representados nas coleções que examinei. Publicamo-la não só com curiosidade, como também como uma regular metrificação neoclássica.

ODE

*Monarcha para quem por mão de Apelles,
Ou de Phidias famoso,
Não desejamos aureos monumentos;
Que amor em nossos peitos
Os levantou melhores que em soberbo
Marmor, ou duro bronze
Que os chuveiros consomem pouco e pouco,
Os Aquilões derribão.
Bem o sabes, Senhor; que quando o Gallo
Sonhará delirante
D'entre nós arrancar Teu sceptro d'outro
Se immortal não reinarás
No Lusitano peito onde estarião
As douradas Effigies
Dos venerandos Reis; se até de Castro
Vimos com mágua as cinzas
E os ténues fios d'ouro, pelos evos
Té alli não profanados,
À descrição dos Notos, que suspensos
Ficarão, té que as nynphas
Aos peitos com ternura¹ os transportárão?
Então junto ao sepulcro
Do grande Rey por quem do Lenho Excelso
Fallando um Deus foi visto.
E partida a seus pés a Maura lança,
O braço Lusitano
As armas foi depôr e se enrolárão
As triumphantes Quinas².
Mas do iníquo Mavorte que poderão
As execrandas fúrias
Cont'aquelles, a quem do Rey que adórão
O amor, que o duro ferro,
Melhor o peito armara? Qual a nuvem,
Que, os ares abafando,
Em fogos se desata, e o som medonho*

¹ Sabe-se que os Franceses abriram o túmulo de D. Inês de Castro; e que no cádaver mirrado existiam bem conservados os cabelos, de que se ornaram medalhas.

² Junto a St.^a Cruz, em Coimbra, foram por esses tempos algumas tropas nossas desarmadas.

*Co'os bosques co'as montanhas,
A Terra faz tremer, mas em, surgindo
Das Eolias cavernas
Os Aquilões raivosos, derrepente
Se torna as ternas aureas;
Ante o Luso mil barbaras phalanges
Vimos volver ao nada
Como, do Polo Austral depois que Phebo
Os fogosos Ethontes
Para o Plaustro virou co'as rédeas,
A tenebrosa Juno,
Mal assoma no Ceo do claro Dia
A Leda Precursora,
De roxas violetas só procura
Ornar a umbrosa frente;
Vai-se augmentando a luz; e já prefere
As Sytereias rosas;
Mas em lhe apparecendo luminoso
O Monarcha da Esphera,
Os Astros afugenta c'os fulgores
D'aureo purpúreo manto;
Dest'arte, ó caro Rey, Lisia encontrarás,
Se bello como Aurora
Este caro Penhor a vinda Tua
Viera annunciar-nos.*

Diário de Coimbra, 1946.12.30.

A VIRGEM DO LEITE

O azevinho não teve este ano as bagas vermelhas, que tão bom efeito dão, contrastando com o verde brilhante da folha acerada, sobre a toalha da ceia, naquela noite única que é a do Natal.

Vim procurá-lo à montanha sagrada, às alturas que lhe são propícias, vim buscá-lo, fazendo romagem, à mata antiga dos mistérios.

Não o encontrei, meu menino. Lera para ti, pequenino, meu desconhecido, que há dias, na rua, estendeste as mãozinhas e o teu rostinho se encheu de um riso que me entrou na alma. Pareceu-te que o meu rosto severo era certamente aquele para quem és toda a vida e toda a razão dela.

Não poderia mostrar a teus irmãos a magia do escarlate das bagas encantadas, da folha reluzente, porque não sei aonde teu berço se aninha, mas enfloresceria aquele outro Menino que é o símbolo de todos os botões de rosa a abrir, como tu.

O azevinho este ano, ninguém me soube dizer porquê, neste dezembro não deitou as suas bagas.

Fui ainda à montanha sagrada, meu pequenino, não para recordar os monges mas para me encontrar a mim mesmo e regressar ao tempo que há muito é só recordação.

Levava o teu lindo olhar, os teus bracinhos abertos a apanharem o raiozinho do sol da vida, que se abre para ti, na tua madrugada encantada, e que, para mim, se vai fechando, para a noite sem fim.

Não busquei a memória dos monges; amaram a morte, sonho eu com a vida e cada vez mais.

Tomei os caminhos solitários, aonde era certo não encontrar ninguém; de caminhos desconhecidos a dédalos de carreiros mais me enfronhei na mata intacta, na penumbra fora do tempo, sob as altas árvores.

Dezembro, o céu coberto e parado, parado o tempo e o vento; solidão só, quietude na terra. Aonde as aves que na primavera voavam de fronde em fronde, o anseio de vida que tudo encontrava?

Caminhos e veredas atapetavam-se de folhas secas, sonoras sob os meus passos e perfumadas daquele odor que a flora morta deixa. Folhas, imensas folhas alastravam e cobriam ervas e sub-arvoredos, como a neve faz lá para diante.

Só o azevinho não me mostrava as suas bagas vermelhas. A gilbardeira acenava-me: – porque me não tomas, crescia eu em volta da tua casa, quando eras novinho e me colhias para brincar as bagas, vermelhas também. Mostravam os medronheiros os frutos redondos, a cair, a atapetar o chão, misturando-se por vezes com flores brancas, pequeninas e aos cachos. Também me sorriam desde esses longínquos anos...

Nem uns nem outros te queria trazer; são aceradas e lembram lanças as expansões foliares daqueles, são doces mas narcóticos os frutos destes. Queria, meu menino, trazer-te o ramo do tempo, rubro como um sonho de madrugada, de pequeninos espinhos, aqueles que a vida te destinará, apesar de tudo.

De estrada a vereda e a caminho, no ar misterioso e parado, por um silêncio tão completo que parecia que Branca de Neve e os anões viriam, que capuchinho vermelho passaria trémula, fui ter ao mosteiro. Era inevitável, todos os caminhos lá vão dar.

Entrei, já que tinha de ser. Fui lembrar coisas de outro género das habituais.

Sucederam às inquietações dos monges as da pobre gente do povo que por léguas largas moureja sob o signo da montanha.

Parei em frente do grande *Santo Cristo* do altar-mor.

Como revivera, numa tarde fria deste dezembro, na Pampilhosa, o conto doloroso de Fialho, *o Filho*, no próprio sítio em que fora pensado, o mesmo recordei em frente do crucificado, ao qual rezara por dez abandonados anos a pobre velha.

Eram estas ideias tristes, meu menino, e fui-me a outro, Menino também.

A câmara é pequena e escura. Afogada já no edifício estreito, por este tempo e tarde de dezembro mal lá se vê.

O quadro é ingénuo, técnica pobre, duma pintora seiscentista, a Zéfinha de Óbidos, e que, no seu bom engano de maternidade artística, o assinou desvanecida.

Deixou o Menino o seio da mãe, que ficou num adorável desalinho, para ir tomar o madeiro que o pai adotivo lhe apresentava.

Uma ingenuidade que deveria ser muito do agrado de freirinhas encerradas e fora da vida.

Não sei o que os monges pensariam; certamente nada.

Ficando abandonado o mosteiro, o coração das mães da terra em volta, descobrindo o quadrinho, de todo se foi para ele. Era a Senhora do Leite!

Atapetam hoje a mesa dezenas de fotografias, destas que se tiram nas feiras, fotografias de todos os miúdos que a terra em volta cria. Junto à tela, aconchegam-se seios votivos, moldados em cera, seios pubescentes dum peito que vai a enflorecer.

Mal vejo, na penumbra da câmara, a tela, os retratos, os ex-votos em cera; sinto porém palpitar os corações, vejo as lágrimas, ouço os lamentos em milhares de tugúrios que a sombra da montanha sagrada envolve.

Ser pobre é ter o mesmo coração daqueles que a fortuna protegeu. Nasceram os pequeninos, repousam em panos gastos, sob telha vã, entre a arca quase, vazia e a lareira murcha. Choram de frio e fome; os peitos estão secos, os remédios são caros e ineficazes, o homem não ganha, o trabalho mais extenua os corpos esqueléticos. Para quem se hão de voltar as pobres? Para quem também foi pobre, passou as mesmas penas, para a que lhe dizem toda poderosa.

Como caem em cada outono as folhas no solo da montanha, na mesa do recanto húmido e escuro caem os pobres retratos sem cessar; cada um foi trazido por um coração que sofreu.

Desce a noite, tenho de regressar. O meu sonho, meu menino, não me deixa; queria trazer-te, apesar de tudo, as bagas de magia.

Tomo a Costa do Sol, seguindo uma última esperança.

Solidão ainda, só o vento que se levantou geme nas altas copas, só a água do arroio de S. Silvestre manda um leve murmúrio; já não vejo os azevinhos perdidos na escuridão, mal noto o traço do caminho.

Ia a atravessar a porta fundeira, quando comigo se cruzou um casal. No xaile pobre adivinho o eterno pequenino que nos braços femininos sempre se agasalha. Não dormirá como tu, no aconchego de qualquer recanto rico dessa cidade, mas como tu sentirá os olhos cheiinhos de sono selados por uns lábios que terão a mesma ternura dos que nos teus se pousaram a esta hora, meu menino desconhecido que, há dias, me estendeste as mãozinhas e me sorriste.

Diário de Coimbra, 1951.12.18.

RECENSÕES CRÍTICAS

A SÉ VELHA NO «MANUAL D'ARTE» DE FABRE

O fim do ano trouxe-nos mais um livro de Arte – o de *A. Fabre, Manuel d'Art Chretien*.

Não se trata positivamente, só duma unidade a mais a juntar ao número já avultado de manuais de história de Arte até agora aparecidos e que são na sua quase totalidade duma insignificância notável.

Fabre tinha-nos dado nas *Pages d'Art Chretien*, uma série de estudos em que se revelava um grande conhecedor e em que tratava bem determinados períodos. Alguns dos capítulos desse livro, como – *A arte de construir, História da abóbada, Cúpulas do sudoeste*, na primeira parte dedicada à preparação românica, e ainda outros – *A genealogia das catedrais, O gótico do sul, Do neogótico ao moderno, De Giotto a Raphael, Os primitivos franceses*, toda a quinta parte consagrada à evolução da pintura religiosa de Ingres até às manifestações dos atuais grupos franceses, eram esplêndidas coordenações com bastantes pontos de vista originais, ótimos estudos preparatórios para a obra de conjunto agora dada à luz.

Não há nada pois para admirar que este manual tenha sido otimamente recebido e seja desde já adotado como compêndio de aula nos Seminários franceses e como nos nossos também, tanto mais que se fazia sentir a falta dum livro que abrangesse todos os períodos e formas de arte cristã sem sectarismos que relegavam para plano secundário ou simplesmente omitiam épocas que não estavam no gosto esotérico de admiradores românticos do goticozinho.

Apesar da sua ótima documentação bibliográfica, não admira que uma ou outra vez Fabre caia em inexatidões sobre um ou outro país, como por exemplo o nosso. Trabalhou sobre obras

francesas que têm de ser forçosamente incompletas sobre alguns desses países por, no nosso caso, faltarem obras fundamentais nossas.

Uma das suas mais peregrinas afirmações aparece-nos a páginas 103. Diz «*En Portugal, la petite cathédrale de Coimbra représente seule le style romain, mais elle a été très restaurée*».

Uma leitura desprevenida fará supor que se trata da admirável e nunca assaz louvada restauração feita sob a direção do eminente Professor Sr. António A. Gonçalves.

Mas não é assim.

Entre os livros consultados aparece-nos como é natural, a História de Arte de Michel, a que Fabre chama – *la plus bel ouvrage d'ensemble qui existe*. Foi essa a fonte e é aí no artigo de Enlart sobre a Arquitetura românica (Tom. 1, 2.^a parte, págs. 568) que vamos encontrar o sentido da frase citada.

«*En Portugal, diz Enlart, la petite cathédrale de Coimbra, fermée et canelée au dehors, sombre au dedans comme Saint-Victor de Marseille, représente seule le Style roman puré; ses tribunes et ses voutes rappellent Saint Serrnin de Toulouse, mais elle a été tres dénaturée. La restauration intérieure du XVI siècle a été si complète qu'elle a été suivie d'une nouvelle consécration*».

É pois às obras do século XVI que Fabre se refere que posto que alterassem um pouco a fisionomia da antiga Sé, não chegaram ao ponto que Enlart nos quiere mostrar, nem tão pouco originaram a sua sagração.

Esta realizada somente em 1681, a 31 de agosto, por D. Fr. Álvaro de São Boaventura, mas teve por único motivo não se encontrar sinal algum de sagração anterior.

As obras ali feitas desde o começo do século XVI até aquela data, não eram suficiente motivo canónico para que, tendo sido anteriormente sagrada, o fosse de novo.

Há mais uma ou outra inexatidão no mesmo género no volume de Fabre, o que não quiere dizer que ele não seja de grande valor e que não venha a ter uma grande difusão, várias edições e que não constitua um belo negócio para os editores – Bloud et Goy.

Correio de Coimbra, 1929.02.02.

A SÉ-VELHA DE COIMBRA

I

Ainda só há poucos dias adquiri a *Sé-velha de Coimbra*¹ do illustre professor sr. Dr. António de Vasconcelos. Ao voltar a última folha na leitura cuidadosa, ao mesmo tempo que entusiasmada, murmurei um *me poenitet* de sincero arrependimento por ter deixado passar tantas semanas entre o seu aparecimento e a minha aquisição. Sejam as pobres e pálidas palavras que se vão seguir, a justa penitência do meu desleixo, tanto mais censurável quanto as velhas coisas de Arte mais interessam à minha dispersa curiosidade.

A Sé Velha, o mais illustre monumento românico português, interessantíssimo não só como simples forma de Arte, mas também como canalizadora de gloriosas e antiquíssimas tradições, teve, agora na sua decrepitude, a grande sorte de ter como restaurador um mestre eminente e incontestado, e para a sua história um nobilíssimo escritor e mestre também incontestado. O seu vasto saber histórico, os seus conhecimentos paleográficos, epigráficos e litúrgicos, com a sua veneração pela antiga igreja – que o leva vezes sem conto a ir lá encerrar-se para «animado pela história que a ilustra, pelas tradições e lendas que a iluminam, pelas memórias singulares que a nobilitam, pelo sentimento religioso que a santifica» sentir a emoção divina da beleza que ela desperta – concorriam para tornar o illustre A. o seu mais hábil e enternecido historiador.

O livro realizado é por todos os títulos notabilíssimo. As conclusões históricas que contêm interessam de tal modo à história local e à história da arte portuguesa que tentarei destacar aqui algumas, posto que a minha prosa só o possa fazer pobremente e que seja pouco o espaço que o jornal me permite ocupar.

*

As dezassete linhas do *Chronicon Complutense* nos Port. Mon. Hist. que narram o cerco e a tomada de Coimbra por Fernando Magno, assumem tal grandeza pela enumeração dos Bispos, dos

¹ Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos — *Sé Velha de Coimbra*, Coimbra, Imprensa da Universidade, 1931. In-8.º: 17x23. 30 gravs. no texto e 29 lâminas.

Abades e dos nobres que rodeavam o rei e a rainha Sancha e dos milhares de sarracenos que saíram da cidade, que se sente passar nelas um verdadeiro sopro épico.

Conforme antigas tradições, que segundo o A. tem incontestável verosimilhança, entrados nela os conquistadores em fins de julho de 1064, o edifício cultural muçulmano que asentava no mesmo local que tem a Sé Velha, foi purificado e dedicado à Virgem Mãe de Deus; tendo sido nele armados cavaleiros muitos homens de armas que tinham acompanhado o rei Fernando, entre os quais o famoso Cid Campeador. Confirmando-as, apareceu na restauração do século passado, abaixo do nível do primitivo piso do atual templo, uma base de coluna de mármore e um pavimento de argamassa, «restos certamente desse anterior edifício (isto é, anterior à edificação atual do séc. XII), que remonta, pelo menos, ao período em que os muçulmanos eram senhores de *Medina Colimria*»; como apareceu também num fragmento de inscrição, indubitavelmente do século XI, «que deve ter sido colocado no edifício muçulmano em lugar bem evidente, quando este foi consagrado ao culto cristão».

Mas este edifício, segundo uma hipótese do A. que classifica de «muito verosímil, muito provável, quase certa», já deve ter sido a sé dos bispos colimbrienses, de Nausto a Pelágio, no período neogótico que vai desde a repovoação desta cidade, chamada então Emínio, no último quartel do século IX até à reconquista por Almansor em 987. Está a enunciá-lo claramente a carta de doação, feita por Martim Iben-Atumad e sua mulher Múnia Zulemem, a 12 de julho de 1086, em que se chama à catedral de Coimbra – *Sé Velha de Coimbra*. Epíteto que não se podia dar a um edifício construído a seguir quer à conquista de Fernando Magno, porque «estaria com a frescura e o polido da infância», quer à anterior de Almansor, que «com oitenta anos de existência ou ainda menos, nem era, nem podia parecer *velha*».

Note-se bem esta hipótese, só agora aparecida, e que é de imenso valor histórico.

Assim temos que o edifício destruído pelos mouros no ano de 1117, numa arremetida súbita e inesperada, durante o governo da rainha D. Teresa, e estando ela nesta cidade, e salvando-se a custo no castelo, devia remontar ao tempo em que os bispos de Conímbriga se mudaram para Emínio, tendo passado mais tarde a mesquita com a conquista de Almansor, e voltando à sua função primitiva com Fernando Magno e o bispo D. Paterno.

Sobre o seu altar depuseram cartas de doação o conde D. Raimundo e sua mulher D. Urraca como o viriam a fazer também o conde D. Henrique e a rainha D. Teresa. No seu adro foi sepultado, entre outras pessoas de várias gerarquias e fortunas que o cabido comemorava nos seus aniversários, a grande figura do moçárabe D. Sisnando.

Jazeu alguns anos por terra fazendo-se os atos litúrgicos pontificais nas várias igrejas da cidade, que se vieram por fim a fixar na de S. João de Almedina até à reconstrução que veremos na próxima semana.

Correio de Coimbra, 1931.12.12.

II

As interpretações do registo da fundação da Sé no *Livro Preto* têm sido até agora tais, que levaram um grande Mestre a escrever em 1929:

«As origens genealógicas da velha catedral, eliminadas abusões frágeis e quebradiças, reduzem-se a pouco mais do que isto: são ignoradas. O que sobre o assunto está divulgado são suposições, fraudes e futilidades, suscitadas pelas escassas informações do *Livro Preto*, que tem dado pasto a dissertações flutuantes e declamatórias, com que a curiosidade inconsistente se dá por satisfeita».

Esse documento medieval tem hoje a sua leitura e interpretação corretas «pela autoridade irrevogável», como qualificava o grande Mestre a que me referi, a do A. do livro de que venho a tratar.

O seu registo de nascimento fica assim certo; as suas origens de escola artística continuarão a ser discutidas, e tudo quanto se disse e virá a dizer se resumirá na sua filiação no grupo de Auvergne, quer direta quer indiretamente através de S. Tiago de Compostela.

*

Destruído, pelos sarracenos em 1117, o primitivo edifício da Sé de Coimbra, o bispo D. Gonçalo procurou reergue-lo e ainda chegou a despender algum dinheiro.

As receitas da Mitra diminuídas, e as longas lutas que teve de sustentar, impediram-no de realizar o seu intento; como outras lutas e preocupações vieram impedir também os seus sucessores, D. Bernardo e D. João de Anaiá.

D. Miguel Salomão foi eleito e confirmado bispo por 1162. O estado financeiro da Mitra e do Cabido era agora outro em virtude principalmente da sua enérgica ação de administrador no tempo em que foi prior do Cabido, desde 1155 a 1158. As lutas com o metropolitano bracarense haviam terminado. A nação portuguesa gozava da sua independência e o seu rei, D. Afonso Henriques, ia estendendo o seu domínio para além do Tejo. Havia segurança e havia recursos. D. Miguel Salomão empreendeu a reconstrução.

«Da leitura e recta interpretação das preciosas notas se vê, que foi encarregado, ao que parece, de delinear o projecto da catedral um architecto, que vivia em Lisboa, mestre Roberto; de dirigir a execução em Coimbra foi incumbido mestre Bernardo. Este superintendeu como mestre na obra durante dez anos, ao fim dos quais, falecendo, foi substituído por mestre Soeiro, que levou a construção ao fim. Durante esse tempo, mestre Roberto, provavelmente autor do projecto, fez quatro vezes a viagem de Lisboa a Coimbra, onde se demorava temporadas, a visitar e inspeccionar as obras, e a fazer as suas advertências, a dar as suas instruções, *ut melioraret in opere et in portali ecclesiae* – para que o edifício ficasse melhor, o mais perfeito possível, em toda a obra e particularmente no portal da igreja».

Ao mesmo tempo que levantava as paredes trazia artistas a lavar obras de prata e ouro para ornamento da Sé, e de dois deles nos ficaram os nomes Ptolomeu e Félix.

Despendeu enormemente, com alegria, com fé, com entusiasmo, deu, e deu quanto pôde.

O ilustre A. que venho seguindo, relaciona os gastos do bispo Salomão com a edificação, assim: «Para as obras de construção da Sé deu D. Miguel em dinheiro, durante o seu episcopado, 2.000 morabitanos, e depois de ter resignado a mitra ainda mandou mais 2.200. – Ofereceu, para trabalhar no serviço das obras, uma junta de óptimos bois, avaliados em 12 morabitanos. – Em alfaias de prata para ornamentação do altar e uso litúrgico despendeu 256 morabitanos. – A cruz de ouro puríssimo com relíquias preciosas, para se conservar permanentemente no altar da Virgem, custou-lhe 700 morabitanos, dando ainda para ela ouro no peso de 9 marcos e 1 onça e meia. – Era também muito rico o cálice

de ouro puríssimo, que mandou fazer por ordem do rei D. Afonso Henriques, mas pagou das rendas episcopais, o qual pesava 4 marcos, não ficando porém registo do custo. – Estendeu-se ainda a generosidade de D. Miguel à doação de vários outros objectos de utilidade litúrgica, sendo registados os seguintes: – uns *çocos* para servirem de sandálias nos pontificais, que custaram 2 morabitanos; quatro ornamentos ricos para as vestes litúrgicas, então conhecidas pelo nome *púrpuras*, de preço de 100 morabitanos; uma casula comprada por 25 morabitanos; quantidade de tecidos chamados *bracaes* ou *bragaes*, avaliados em 500 morabitanos. – Pagou a mestre Bernardo, durante os dez anos em que este superintendeu nas obras, 124 morabitanos, além dos alimentos quotidianos, e uma roupa em cada ano do valor de 3 morabitanos. – A mestre Roberto, nas quatro visitas que de Lisboa veio fazer à obra, por cada vez pagou 7 morabitanos, ao todo 28 morabitanos, e mais 10 pela estada em Coimbra, além dos alimentos para ele, para os quatro criados que o acompanhavam, e para quatro cavalgaduras do seu serviço. – Deu a mestre Soeiro, que sucedeu a mestre Bernardo, em cada ano uma roupa, um quinal de vinho e um moio de pão. – Cara a construção e polimento da mesa do altar-mor, com as colunas em que assentava, bem como dos pavimentos das três absides, feitas de pedras quadradas, deu 40 morabitanos. – Além disso, mandou fazer para a Sé um livro sacramentário e evangeliário, um cartulário, e muitas vestimentas de seda».

Além dos réditos episcopais gastos na construção, o ilustre A. conjectura que ela seria também auxiliada grandemente pelo rei D. Afonso Henriques com donativos pecuniários e levas de escravos que ali trabalhariam por sua ordem.

Em 1176 D. Miguel Salomão resignou o episcopado, vivendo ainda retirado no mosteiro de Santa Cruz quatro anos, durante os quais fez grandes dádivas de alfaias para o culto, o que mostra «que parte do templo já então se encontraria em estado de nele se realizarem as funções litúrgicas, embora a construção ainda continuasse a executar-se».

D. Afonso Henriques falece em 1185, e a 9 de dezembro desse ano, D. Sancho I e sua mulher D. Aldonça são coroados na nova Sé, «embora talvez ainda não perfeitamente acabada».

Principiada já entrada a segunda metade do século XII e concluída ainda antes do fim do mesmo século, ficou com uma grande unidade de estilo, donde lhe vem essa impressão forte de beleza. Só no alto, na lanterna do cruzeiro, aparecem os arcos cruzados anunciadores dum novo estilo, que tão bem se havia

de manifestar no claustro que no século seguinte lhe foi erguido ao lado, como veremos no próximo número.

Correio de Coimbra, 1931.12.19.

III

Lampérez y Romea começando a tratar, na sua monumental *Historia de la Arquitectura Española en la Edad Media*, do gótico em Espanha, lamenta que não estivessem bem depurados os escassos dados documentais que havia, para se fixar quais tinham sido os primeiros monumentos em que apareceu a abóbada de arcos cruzados, e com quais se inaugurou portanto a arquitetura gótica em Espanha.

O nosso caso é o mesmo. Sabia-se que Alcobaça começou a ser edificada por 1154 e que, segundo a opinião corrente, foi sagrada em 20 de outubro de 1222 (1); mas dizia-se que tinha decorrido um longo período, sem outra manifestação do gótico, até ao reinando do Bolonhês, ou até mais propriamente ao brilhante período dionisiaco. A boa documentação que o sr. Dr. António de Vasconcelos nos traz no seu livro, e a interpretação que dela nos faz, vem colocar em sequência de Alcobaça, no reinando de D. Afonso II, a construção do claustro da sé conimbricense. E lá se vai a bela ordenação de certos teoricisantes que queriam ver no claustro de Alcobaça (1308-1311) o modelo inspirador dos das sés de Lisboa, Évora, Porto e Coimbra. Sabemos a data tardia da construção do de Évora e do Porto; mas queira Deus que não apareçam documentos para o de Lisboa que o libertem daquela seriação, apesar das afinidades que parece mostrar com o de Alcobaça.

Não só não repugna aceitar a época que o ilustre A. atribui ao da Sé-velha se atendermos que a nave mais antiga do de Poblet foi construída de 1162 a 1196, e que se diz que a primeira pedra do de Tarragona foi posta em 1163, data que Lampérez y Romea não aceita fundado unicamente nos caracteres arquiteturais; como também não há outra forma possível de interpretar os documentos apresentados.

São eles, a carta régia de D. Afonso II datada de Santarém, 19 de fevereiro de 1218, a carta do mesmo rei datada de Coimbra,

de 15 de agosto do mesmo ano, outra de novembro de 1221, dada em Santarém, e o documento de D. Sancho II de 30 de março de 1240.

Logo que foi acabada a igreja propriamente dita pensou-se em lhe fazer o seu complemento natural, o claustro, tanto mais que desde épocas remotas se sepultava no recinto que o atual ocupa. Essa preocupação não era só dos bispos e do cabido, era também dos reis que, habitando na alcáçova, ficam sobranceiros à sé. Já D. Afonso Henriques dera para esse fim vinte e dois mil dinheiros de ouro, e D. Sancho I no codicilo ao seu testamento deixara dois mil morabitanos. Foi porém só D. Afonso II (1211-1223) que o mandou começar.

«Nos princípios do ano de 1218, quando se tornavam cada vez mais tensas as relações entre o rei e o arcebispo de Braga D. Estêvão Aires da Silva, fez D. Afonso II, a 19 de fevereiro, levantamento da importantíssima soma de 20.000 morabitanos *dos melhores*, e 19.000 soldos *dos velhos*, e ainda 2 marcos de prata menos uma onça e meia, do tesouro que tinha no mosteiro de Alcobça, e entregou-a ao prior da Ordem do Hospital, D. Mendo Gonçalvez, afim de ser paga em parcelas, segundo as requisições que ele rei fizesse enquanto vivo; e tudo o que ficasse por sua morte, seria empregado na construção da crasta da sé de Santa Maria de Coimbra. Concluída a obra, empregar-se hiam todas as sobras na compra de herdades e possessões, com cujos frutos ou rendas se ocorreria de futuro às obras de reparação e conservação da mesma catedral e claustro.

«Logo a 15 de agosto do mesmo ano, fez o rei retirar deste depósito, e entregar ao prior do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra uma primeira quantia de 3.000 morabitanos, para expensas com a construção do claustro e qualquer outra obra da catedral. Ia principiar, ao que parece, a edificação da crasta.

«Em 15 de novembro de 1221 fez o rei lavrar uma carta, autenticada com o seu selo de chumbo, em que declarou que toda aquela soma de 20.000 morabitanos etc, era destinada à obra do claustro; e, concluída ela, com os sobejos se comprariam propriedades para com os frutos se ocorrer *in perpetuum* à conservação do memo. Acrescentou mais, que tinham de se deduzir daquela soma os morabitanos que ele já então havia dispendido com a obra, e mais 6.000 que o prior de Santa Cruz dera para o mesmo efeito.

«Vê-se pois que nesta data o claustro devia ir adiantado; já nele estava gasta grossa importância».

As lutas entre o rei e o clero, posto que fossem violentas, não afetavam as boas relações daquele com o cabido coimbricense; devendo as obras do claustro seguir com regularidade.

«Por morte de D. Afonso II, ascende ao trono de Portugal seu filho D. Sancho II (1223-1248). Então já o claustro da sé de Coimbra devia estar muito adiantado, quase pronto, pois dinheiro não faltara até este momento; mas parece que ainda não se achava de todo concluído».

As antigas discórdias entre a coroa e a mitra de Coimbra voltaram de novo e continuaram-se por muitos anos. O dinheiro para o claustro que restava da doação de D. Afonso II continuava em poder dos hospitalários, e D. Sancho II que em 1240 intervieria para que ele tivesse a aplicação determinada, mudou de parecer. As letras apostólicas de 11 de julho de 1243 não obtiveram nenhum efeito «Somente chegou a resolver-se (esta questão) anos depois, no reinado de D. Afonso III, quando já corria a segunda metade do século XIII, arrancando-se então, com grande dificuldade, o dinheiro das mãos dos freires do Hospital, para se lhe dar o destino que o rei D. Afonso II determinara».

E remata o A.: «Estaria já a esse tempo concluída a crasta da sé? Creio que sim; suponho que o bispo e o cabido tratavam agora de reivindicar as sobras da quantia legada por D. Afonso II (as quais deviam ser avultadas), não já para construção do claustro, cujas obras deveriam ter terminado, mas para com o rendimento dessa importância fazerem face de futuro às despesas de conservação dos edifícios da crasta e da catedral, segundo a disposição do doador. Estou convencido de que o claustro ficou acabado antes de meado o século».

E que lindo que não ficou! É a mais sábia ordenação arquitetural de entre os nossos e dos melhores de todos os reinos da Península; amplo, liberto da estreiteza que a localização habitual lhe marcava, entre a linha da fachada e o braço do transepto. Nas suas naves abriram-se capelas fúnebres, onde se sepultaram nobres personagens, como a de S. Miguel onde veio a repousar o grande chanceler dos três primeiros reis portugueses, D. Julião Páiz; a desaparecida de Santa Catarina, onde se erguera o sarcófago historiado de João Vaz de Camões, corregedor da comarca da Beira e avô de Luís de Camões, que tinha estendida sobre a tampa «a figura do mesmo João Vaz armado ao modo antigo cõ hũa espada na mão, & aos pès hũ rafeiro deitado».

No século XVIII foi barbaramente mutilado para a sua adaptação a oficinas da imprensa da Universidade. A restauração que

dele se fez foi um milagre de intuição e de ciência, procurando-se nela, acima de tudo, reconstituir e conservar um documento, coisa a que se atende bem raramente entre nós, como lá fora também: saiba-se!

*

Não é minha intenção acompanhar mais o ilustre A. através do seu notabilíssimo livro. Fiquem estas pequenas e pobres notas a testemunhar perante os leigos o seu valor altíssimo.

Deixo sem referência, e que tanto merecia, além do capítulo, *A catedral nos meados do século XIII*, – que é um admirável estudo das igrejas e das muralhas coimbrãs daquela época, e onde há uma página de descrição da cidade que recorda a nobre prosa de Fr. Luís de Sousa na de Santarém – a última parte do volume com a restauração nos séculos XIX e XX, brilhantíssima, justíssima e necessária homenagem ao grande esforço, trabalho e canseiras do bispo conde Bastos Pina e do sapiente mestre sr. António Augusto Gonçalves.

Correio de Coimbra, 1931.12.26.

UM POETA DAS COISAS HUMILDES E DA HUMILDADE DAS COISAS

Em final de capítulo numa das suas mais harmoniosas poesias pôs o padre Nunes Pereira a mais linda gravura, como símbolo, que das suas mãos saiu: um coração numa fogueira.

Tão carregado de sentido, tão sugestivo, ela é que, de delicado ornato, se transfigura em tutelar, em imagem espiritual da sua dupla obra – poética e de artista das artes do desenho – e fico, como complicado brasão em antiga casa, ex-libris da sua atividade, murmúrio descansado e lindo de fonte escondida.

«Da Terra e do Céu» é um livro escrito pelo coração, de motivos novos, vozes de ouro partindo das coisas humildes, e incompreendidas de tanto andarem junto de nós, de tanto as trazermos sob as mãos, de tanto julgarmos que a beleza só está no que é raro, oculto, pouco tocado do comum dos homens. E a beleza está em

tudo, e tudo no universo tem uma voz de cristal que só os eleitos, os divinos contemplativos escutam, entendem e revelam.

Os seus versos são o canto da casa humilde, da casa da nossa comum serra, do viver leal e milenariamente antigo; e lendo-os, eu sinto que de novo voltam certas horas únicas de certos mortos que a minha alma chora, eu sinto o encanto de todas as vidas, humildes como sombras, que já passaram, e que não foram mais do que simples elos de cadeia, transmitindo secularmente a chama pálida que nos alenta, de todas essas vidas que, enquanto alumiarão a sombra da terra, repetiram maquinal e incansavelmente os gestos do eterno viver pobre, que sendo velhos, que arrancando lá do fundo das idades, desse recuadíssimo tempo em que o homem semeou o primeiro grão e reproduziu uma planta, têm a beleza eterna do tempo por que são a plasmação de incontáveis almas.

Tudo quanto há na casa, tudo quanto vive na alma da gente de humildade e bondade, tem uma canção no livro «Da Terra e do Céu», transmutado às vezes em símbolo, e formando poemas perfeitos de harmonia e de graça, como na «Canção do Moinho», que começa tão musical e sugestivamente:

*Bate-me a água nas penas
que tenho no coração,
A água bate-me e foge
As penas nunca se vão.*

– ou como esse rosário de quadras, «As Almas da minha Beira», evocativas, picturais, emocionais.

Outro encanto do livro do padre Nunes Pereira são as gravuras.



Tendo nascido debaixo dum signo de beleza, bem fadado, a sua alma harmoniosa procura outro modo de exteriorização, outro canto de delicadeza e de agrado.

E, buscando um processo, foi cair na gravura em madeira, não no desenho a imitá-la, reproduzido depois pelos processos mecânicos, mas no talhe direto da matriz para a impressão, obtendo por isso efeitos únicos, e formando uma maneira inconfundível, pessoal e incisiva.

As gravuras que ilustram o seu livro, completam os versos, por que ampliam a cadência emocional deles e fazem vibrar novas cordas da sensibilidade.

Há efeitos bons, de verdadeiro artista, de linhas, volumes, iluminação, dados com sobriedade e com justeza expressiva.

Procurando o segredo da dupla arte do padre Nunes Pereira, lembrei-me de certas histórias de maravilha que se contam de certos pintores, a quem os anjos vieram acabar figuras da Senhora e dos santos, e eu já me inclinava para elas, quando, fechando o livro, e olhando para a gravura da capa, adivinhei em que epifanias de beleza ele nasceu, as horas de eleição em que o autor escutou os cantos celestes, quando a noite começa de manso na sua viagem, as estrelas se vão acendendo na grande colcha azul que cobre a terra para o seu sono, e de todos os caminhos do mundo, de todas as lareiras da terra, dos rios, das flores e dos ninhos das aves, se ergue o perfume da vida, e vai subindo, subindo como nuvem esgarçada, aonde os escolhidos da beleza descobrem figuras de sonho e donde tomam a perfeita expressão dos homens e das coisas.

Ao nosso estimado amigo sr. padre Augusto Nunes Pereira, novel prior de Coja, agradecemos a oferta que nos fez do seu interessante livrinho.

A Comarca de Arganil, 1935.08.06.

LIVROS & REVISTAS

A LÍNGUA PORTUGUESA.

Volume IV, fasc. 3 a 8. – Lisboa, 1935.

Sendo este volume uma coletânea de estudos em homenagem ao Dr. J. Leite de Vasconcelos, facilmente se pode imaginar o interesse que tenha.

Entre os numerosos trabalhos que contêm, destacam-se quanto a nós, os seguintes:

Subsídios para a linguagens das salinas pelo diretor da revista, Rodrigo de Sá Nogueira, muito desenvolvido e completo, que, tanto como estudo de vocabulário, é uma resenha tecnológica da indústria do sal, nas diversas regiões salineiras do país completada ainda por um grupo de desenhos e boas fotografias.

Cardoso Marta n'Os *Autos Pastoris da Minha Terra*, fala das velhas representações populares da Figueira da Foz, que ainda hoje se realizam, e faz extratos do Auto do Natal.

J. Xavier Fernandes (*Um pouco de toponímia*) procura novas origens e faz a crítica das antigas hipóteses dos nomes das povoações: *Alcobaça* (vocábulo de origem latino-arábica; latim: Helcobatiae); *Bragança* (Bregança < Brigantia); *Chaves* (do ablativo latino Flaviis); *Grijó* (< Grejó < igrejola < eigreijiola < eigresiola < eiglesiola < eiclesiola < ecclesiola); *Leiria* (Leirena, nome medieval do rio Lena); *Monção*; *Peniche* (pennisculae); *Portalegre* (Pôrto-alegre).

Os mais remotos maremotos e terramotos por F. Falcão Machado.

«Assim, pois, diz o A. a interpretação de algumas lendas à luz da sismologia permite dar novos aspectos a alguns problemas históricos, como os dois que tratamos, e, da mesma maneira, cotejando as lendas com os sismos foi-nos possível atribuir aos séculos XVII-XVIII a. C. a data do mais antigo terramoto de que há memória».

Algumas dificuldades de «Os Lusíadas» por Cláudio Basto.

O trabalho de João Couto – *A técnica nas obras lavradas em ouro e prata*, baseado no que se tem escrito acerca de tal matéria e na observação repetida dos trabalhos de oficina da casa A. L. Sousa, L.^{da}, é de útil leitura para quem se dedique à evolução das formas artísticas daquelas matérias.

Cita as seguintes peças de ouro nacionais: a cruz de D. Sancho, a custódia de Belém, o relicário de D. Leonor, o cofre de filigrana que era da Graça, uma pequena coroa fechada, todas no museu de

Lisboa; o cálix de Évora, o de Coimbra do bispo D. João Soares, a cruz esmaltada da sé lisbonense, a cruz-relicário do tesouro das Necessidades, às quais acrescenta um etc.

Rocha Madahil (*A carta de couto de D. Afonso Henriques ao mosteiro de Pedroso*) transcreve a tradução daquela carta e escreve: «Um reparo importa fazer desde já: a carta de couto não pode ser da era de 1136 como na versão se datou; teríamos então o ano de Cristo de 1098, e Afonso Henriques nasceu em 1111 como é sabido.

«Será ano de Cristo de 1136, e, portanto, era de 1174?»

«O tradutor terá feito a redução da era, mas imediatamente manteve a designação primitiva.

«O caso tem paralelo entre nós e a solução que indicamos afigura-se-nos perfeitamente plausível.

«Outra hipótese ocorre: Fr. Leão de S.^{to} Tomaz atribui à carta a era de 1166. Ter-se á dado um erro de leitura a quando da confirmação filipina, ou mesmo na de 1676? Estará 1136 ou 1166?».

BROTÉRIA. – Volume XXI, fasc. IV, outubro-1935. – Lisboa.

O canonista Jombart (*O Divórcio*) estuda o divórcio como proibido pelas leis – eclesiástica, positivo-divina e natural, os seus efeitos sobre os esposos, sobre os filhos.

Serafim Leite (*Nóbrega em Portugal*) transcreve uma carta, de 31-julho-1548, do fundador da Província da Companhia de Jesus no Brasil, Manuel Nóbrega, que se formara nesta cidade e em Salamanca. Conta as suas pregações no bispado da Guarda (Covilhã, Pinhel, Sabugal...), página viva de costumes e crenças da época.

Armando de Matos, na *Heráldica Luso-Dinamarquesa*, transcreve a carta de fidalguia e brasão d'armas de Pedro Blens, dinamarquês, residente no Porto, dada por D. Pedro II em 1166, Parece serem desconhecidos presentemente na Dinamarca os apelidos Blens e Wosauten, representados no barão concedido.

GIL VICENTE. – Volume XI, n.^{os} 7-8. – Guimarães, 1935.

Alberto J. Braga continua o seu estudo, *O culto de S. Gonçalo na Baía*.

MOCIDADE PORTUGUESA – Lisboa. – Ano III, n.º 34. – agosto-1935.

Revista de feição magazinesca, de interesse para o público a quem é destinada.

Correio de Coimbra, 1935.11.02.

O INSTITUTO vol. 88, n.º 4. Coimbra, 1935.

Jordão de Freitas publica vinte documentos *Acerca da Concessão dos Breves Pontifícios para o Casamento da Princesa D. Maria com seu tio, o Infante D. Pedro* e antecede-os dum comentário.

Estava-se no ano de 1743, no 37.º ano do reinado de D. João V, catorze anos eram já passados que o príncipe herdeiro, D. José, estava casado, quando de novo se frustraram as esperanças de que nascesse um filho varão. A princesa D. Maria Ana Vitória de Bourbon dera à luz três filhas e, naquele ano, abortara pela quarta vez.

Os reis, D. João V e D. Mariana d'Áustria resolveram, para assegurar a sucessão do trono, que a filha mais velha de D. José, que tinha apenas nove anos e cinco meses, casasse com o tio D. Pedro, de vinte e seis anos de idade.

Além do impedimento de consanguinidade – que neste caso era múltiplo: pelo lado paterno no segundo grau atingente ao primeiro, e pela parte materna de quarto misto com o terceiro – havia o de idade, relativamente à princesa.

Apesar de se afirmar da corte de Lisboa que se desejava a dispensa do tempo núbil só para se poder fazer o casamento antes dela completar os doze anos «porquanto a coabitarem, cá se haveria todo o cuidado para não ser antes do tempo conveniente» houve dificuldade que Bento XIV concedesse o breve de dispensa, visto que, buscando-se nos arquivos da Secretaria dos Breves e nos registos da de S. Pedro, no período dos anteriores dois séculos, só foi encontrado um exemplo, o dos pais da princesa, D. José e D. Maria Ana Vitória «concedido por Benedito XIII que além de não conhecer o que fazia, sabemos de que vigor sejam as suas graças e a quantidade delas que se tem derogado». A principal dificuldade, porém, estava em a Princesa não ter ainda entendimento suficiente para dar o seu consentimento matrimonial, isto é, com o conhecimento verdadeiro de que o fim primário e intrínseco do matrimónio é a geração da prole, e sem que ele existisse era impossível a dispensa da idade.

Consultaram-se os melhores teólogos romanos «e duvidou sempre o Papa do seu poder na matéria».

Veio finalmente a dispensa mas unicamente só em dois anos e meio antes do tempo canónico, o que não desagradou ao Magnânimo «pois dificultozamente se fará uso do tal Breve antes que chegue aos dez anos a dita Snra.; não por falta de juízo, e

de prudencia (dela)... mas porque não se conhece por ora necessidade alguma de se receberem tão antecipadamente...».

São do maior interesse as *Cartas do Dr. Augusto Mendes Simões de Castro para o Arqueólogo Possidônio da Silva*, publicadas por Laranjo Coelho, tanto para o estudo da personalidade de S. de Castro, como para a história dos estudos arqueológicos no século passado.

Manuel Gaspar de Barros continua o seu bom estudo *Porque não se Fabricam em Portugal Adubos Azotados?*

Sob o título geral – Homenagem ao Dr. Afrânio Peixoto vêm reunidas as alocuções pronunciadas na assembleia geral do Instituto de 28 de maio de 1935: a do presidente da mesma sociedade científica, Dr. Costa Lobo, de fino recorte; a do Dr. Joaquim de Carvalho, da qual recortamos:

«A pujança do seu espírito tudo avassala! Por igual ele é o cientista da Medicina Legal, da Higiene Geral, da Medicina Preventiva, da Criminologia... o renovador da erudição e da crítica camonianas da *Dinamene* e dos *Ensaio camonianos*, de que tive a honra de ser editor num tempo em que podia dizer que também ensinava imprimindo os livros de outrem.

«A nossa Europa, fatigada e melancólica, nesta era cinzenta, sacrifica por demais ao especialismo bárbaro, ao tecnicismo estreito, à advocacia e à engenharia, para poder gerar mentes que abarquem a vida na plenitude das suas maravilhas. Afrânio Peixoto traz à nossa este espírito de universal curiosidade, de insatisfeito amor da beleza e da verdade, as irmãs gêmeas a que o nosso especialismo converte em dois seres irreconhecíveis e distantes.

«Honremo-lo, porque honrando-o veneramos o que de mais caro possuímos: a nossa linguagem, que a sua mente e a sua pena decoraram de novos sortilégios, dignidades e nobrezas...».

Segue-se o agradecimento do homenageado, que termina: «E é neste momento patético de minha vida, que a amizade me levanta, genuflexo, para abraçar-me, para me enaltecer, fazendo supor não sou apenas um mero português de além-mar, mas pertença à grei e, honrando-me dela, iludo-me quási a pensar que ela se honra de mim...».

A. Sousa Gomes (*dos Saudosos Campos do Mondego*) comenta as estâncias inesinas dos Lusíadas.

Correio de Coimbra, 1935.11.09.

OPUS DEI – An. IX, n.º 12. Braga, outubro, 1935.

Com este número completa-se o tomo nono da revista, fechando-o os índices de matérias e ideológica.

Revista de divulgação das matérias de teologia litúrgica, tem grande expansão entre o clero e fiéis; e grande auxiliadora da renovação piedosa destes tempos tem ela sido.

Continuam neste número os comentários sóbrios de *As Epístolas da Missa*. P.^e Martinho da Cunha n' *A liturgia dos enfermos*, expõe a história e a doutrina da Igreja na administração da sagrada Eucaristia aos doentes.

BROTÉRIA. Vol. XXI, fasc. 5. Lisboa, novembro, 1935.

Mariano Pinho no artigo *No cincoentenario da «Immortale Dei»* resume a doutrina desta notabilíssima encíclica de Leão XIII.

Paulo Durão, baseando-se na *Rerum Aethiopicorum Scriptores Occidentales Inediti* (XIV volumes anotados por C. Beccari, sendo o último editado em 1917) rebate algumas afirmações feitas acerca d' *A intolerancia dos Jesuitas na Etiopia*.

Jombart continua o estudo sobre *O divórcio*, mostrando o efeito dele sobre as nações.

Dr. Armando Vieira de Castro, em *A Aliança Inglesa*, estuda a sua génese, elaboração, a sua definição jurídica, o seu fundamento político, condicionalidade futura e estabelece algumas conclusões oportunas.

Domingos Maurício inicia o estudo de *Os jesuítas e a filosofia dos séc. XVI a XVIII*, dedicando o presente artigo a Pedro da Fonseca.

NAÇÃO PORTUGUESA. Vol. IX, fasc. III-IV. Lisboa

Cordeiro de Sousa (*O nascimento de D. Miguel*) publica documentos de algumas reparações no mobiliário de Queluz e outras despesas feitas por ocasião daquele acontecimento.

Sousa Ribeiro (*Camões nos Lusíadas*) a propósito de uma inepta apreciação dum escritor estrangeiro ao épico, escreve um curioso artigo.

Manuel Múrias, com a competência costumada, inicia um estudo subordinado ao título – *A Jornada de Ceuta e o Algarve de Além mar*.

Correio de Coimbra, 1935.11.30.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

O Instituto. – Vol. 88, n.º 5. Coimbra, 1935.

Do falecido Dr. Manuel Silva Gaio vem o artigo *Sub-Ripas* que é indicado como excerto dum livro em preparação.

Comenta e transcreve os documentos conhecidos que se referem a esta casa coimbrã: a doação (12-julho-1554) que ao licenciado João Vaz fez Bastião Gonçalves, com sua mulher, de uma torre das muralhas da cidade com um lanço delas, no sítio de Sobre-a-Riba, prazo da cidade, que confrontavam com a torre do prior do Ameal (Torre de Anto), casas de D. Felipe, Rua de Sobre-a-Riba e pardieiros do licenciado João Vaz; seguindo-se-lhe a apresentação e confirmação do contrato, processo camarário com sentença de 29 de julho de 1514. Só a seguir a esta data começou a obra, mas não se sabe em que ano.

Este artigo não traz nada de novo, posto que seja digno de registo.

Dr. F. M. da Costa Lobo publica *A Educação e o Problema Económico*, conferência de grande valor, de que tirou uma separata que já vimos numa montra de livraria.

Nação Portuguesa. – Vol. IX, fasc. V-VI. – Lisboa.

F. A. Oliveira Martins estuda *Pina Manique e as Instituições Científicas Portuguesas* determinando «os pontos dominantes que subordinam a actividade realizadora do Intendente: 1.º – Nivelamento social pela vulgarização científica, resultante do máximo aproveitamento das actividades intelectuais da elite dos desprotegidos da fortuna. 2.º – Valorização industrial, segundo o processo colbertista que, quase por completo, inspirou a doutrina económica do reinado de D. José e de D. Maria I, e que, como é do domínio comum, assenta sobre três princípios pelos quais o nosso Intendente se bateu com denodo: proibição da exportação de matérias primas, acompanhada da maior protecção aos produtos manufacturados pelo agravamento de direitos, restrição e proibição de certas importações».

Em *Notícias para a História da «Guerra Phantastica»*, Durval Pires de Lima trata da guerra de 1762, descrevendo o desastre de Miranda e publicando larga documentação que lhe diz respeito.

J. M. Cordeiro de Sousa, traz uma lista das Inscrições de *As Sepulturas de Santa Luzia*, antiga igreja de S. Braz, em Lisboa. A mais antiga das transcritas é a Lourenço Gil Freire, comendador do Hospital, neto do Bolonhês, falecido em 1342 (E. 1380).

Opus Dei. – Ano X, n.º 1. Braga, Nov. de 1935. Com este número entra esta revista no seu décimo ano. Publicação única no seu género no país, tem tido uma ação profunda e benfazeja. Desejamos-lhe urna vida larga e desafogada.

Entre a colaboração deste fascículo destaca-se a boa resenha histórica – *A Festa da Imaculada Conceição* por D. António Coelho.

Gil Vicente. – Vol. XI, n.º 9 a 11. Guimarães, 1935. António de Sousa Machado termina o estudo *Da Enfiteuse-Soluções necessárias*.

Alberto V. Braga continua com *O Culto de S. Gonçalo na Baía*, valiosa contribuição etnográfica.

Correio de Coimbra, 1935.12.28.

LIVROS NOVOS

Guia Histórica e Artística do Porto, pelo Dr. Carlos de Passos

Há longas semanas que este livro espera, à minha cabeceira de doente, um momento de melhor saúde para que diga algumas palavras do muito que, de justiça, lhe é devido.

Depois do Dr. Carlos de Passos ter escrito na coleção *Arte Portuguesa* um voluminho (Porto) sobre algumas igrejas daquela cidade, trabalho que refundiu e ampliou noutro, com igual título, nos *Monumentos de Portugal*, aonde prometeu uma segundo, dedicado à Renascença da capital do norte do país, depois de nos ter dado uma resenha histórica, viva, atraente, com ótima documentação fotográfica, dentro dos apertados limites da *Enciclopédia pela Imagem*, nada mais natural que se abalançasse a este trabalho de conjunto, tendo já reunidos tantos materiais. Completou-os com novas investigações nos diversos arquivos, donde trouxe notícias de valor para história e arte portuense.

Nas 320 páginas do Guia aglomeram-se sete dezenas de notícias monográficas, começando pelas das igrejas, e seguindo-se-lhes as das capelas, monumentos comemorativos, edifícios civis, casas particulares, e concluindo com a referência da Estação de S. Bento, num bom cansaço de erudito cicerone que aos estrangeiros acompanhasse numa minuciosa visita a sua cidade, elucidando, guiando, distraíndo, prodigalizando o seu saber, encarecendo na

medida justa as coisas e pessoas e na despedida lhes entregasse mais que uma lembrança do que viram, um maço de documentação para estudos seus.

Conseguiu um livro indispensável quer para quem viva na cidade e se interesse pelo seu meio, quer para o visitante simplesmente curioso ou para o erudito que investigue, compare e estude.

Folheámo-lo no Porto, em agosto passado, numa visita que a doença me não permitia que fosse demorada, cuidadosamente o lemos em Coimbra no fim do ano com muito agrado o percorremos agora.

Uma das suas qualidades mestras é a de tratar todos os períodos da arte portuense com a mesma serenidade e carinho. A mania romântica das coisas medievaescas, viva na erudição pequenina de boas almas, nada mais quer ver com digno de apreço senão o que fica para trás do século XVI. Para esses o Porto, de larga representação artística, resume-se, ou resumia-se, na Sé, Cedofeita e arquitetura de S. Francisco. O resto era o povo, numa boa intuição, que o amava e admirava.

Basta uma breve resenha, aproveitando só as construções mais completas, para sentirmos quanto lá existe de valioso para a história de arte portuguesa e necessário para o conhecimento da sua completa evolução.

Do românico tem Cedofeita e a Sé, das quais ainda há muito a dizer, a começar pela cronologia dos edifícios atuais.

O século XIV, além do resto das muralhas, chamadas fernandinas imponentes e decorativas, deixou, no seu final, o claustro catedralício moldado na tradição nacional, a começar no coimbrão ducentista, e a igreja de S. Francisco, arcaizante.

O quatrocentismo floresce no portal da capela de Santo António, naquela mesma igreja, aonde o manuelino aparece noutra capela, a de João Carneiro. Manuelina também, modesta e graciosa, é entrada da igreja clarissa.

O protobarroco do século XVII manifesta-se em interessantes exemplares: o majestoso S. Bento da Vitória, a igreja dos Carmelitas e o díptico – S. João Novo e Grilos, hoje seminário. Duas portadas barrocas, a principal de S. Francisco e a mais modesta do antigo convento de Santa Clara, fecham o ciclo.

O século XVIII tem ali um vigor e um esplendor excepcional e típico, de forte personalidade. A Misericórdia e os clérigos, com a torre esbelta – votivo círio pascal, enobrecendo, espiritualizando a cidade – no meado do século, às quais se vêm agregar a delicada, movimentada, fachada dos Terceiros do Carmo, a massa imponente do Paço Episcopal, e o distinto palácio do Freixo.

O neoclassicismo levantou o grandioso Hospital de Santo António, a igreja dos Terceiros de S. Francisco, a frontaria da Universidade, a Trindade.

O resto do século XIX completou a Lapa, a do coração do Libertador, ergueu a Bolsa, levantou estátuas e foi urbanizando a cidade.

Outra forma de arte de larga representação, ainda mal estudada, é a talha dos altares.

O século XVIII inundou as igrejas com o alucinação das suas linhas e o esplendor do seu ouro, reformando mesmo e substituindo as obras anteriores, até as tornar raras.

O Porto de tanto interesse, de tão boas obras e tradições, tem hoje o livro que necessitava, o que o esclarece e faz estimar.

Correio de Coimbra, 1936.03.14.

QUESTÕES DE CRONOLOGIA

Para ir entretendo horas longas de demorada doença que passei, até agora, em casa dum de meus tios, fui indagando, através dos seus numerosos livros, várias coisas de velha história.

Folheando com bastante cuidado os tomos 15 e 16 da «Historia Ecclesiastica» de Natal Alexandre (Paris, 1774), obra que outrora foi clássica e que se reeditou numerosas vezes, depararam-se-me várias datas, interessantes pela forma da redação, que copiei e das quais vou comentar algumas das mais típicas, pela curiosidade que elas possam despertar a quem não ande habituado a estes estudos.

*

A págs. 377 do tomo 15, tratando dum concílio provincial de Compiègne do século XIV menciona a era da Paixão, corrigindo-a para a vulgar, e acrescenta que «então na França o ano começava somente na Páscoa», no que se engana um pouco; aquela era usava-se ali bastante mas não tinha carácter geral e exclusivo.

O momento preciso em que se mudava o ano era bênção do círio pascal no sábado de aleluia. Um grande tratadista, entre os exemplos que dá, apresenta dois documentos dum notário de

Amiens, datados do mesmo dia, e deste modo: o primeiro «du samedi 5 avril 1549, veille de Pasques, avant le cierge béni», o segundo de «5 avril 1550, avant Pasques, après le cierge beni».

É muito provável que este uso de começar o ano neste dia proviesse do costume de se fixar ao círio pascal um pergaminho com o ano de Cristo, a indicação romana e outras notas cronológicas próprias do ano respetivo. A variedade de eras, desde as gerais, até às pessoais (como a dos anos do pontificado dos papas, e aquelas com que está datado o altar-mor da Sé-velha, a da idade de D. Sancho e a do reinado de seu pai, D. Afonso 1.º, tão luminosamente interpretadas pelo, Sr. Dr. António de Vasconcelos) e a variedade no começo dos anos (os mais vulgares dos quais, além do exemplo acima, foram: 25 de março, 25 de dezembro e 1 de janeiro) produzem, quando não vêm claramente enunciadas, graves erros.

Confusão, sem erro de data, aparece na pág. 386 do tomo 16, da mesma obra e edição, entre a referida era da Paixão e a da Natividade.

Narrando o que se passou na sessão segunda do concílio de Vienne, na qual foi promulgada a extinção dos Templários, começa por indicar a data.

«Die tertia Aprilis, anno millesimo trecentesimo duodecimo ineunte, qui tum in Galliis a Paschate ducebat initium: quod Bernadus Guidonis in Chronico Romanorum Pontificum, his verbis significavit: Anno Incarnationis Dominice jam mutato; non prout corrupte Raynaldus edidit, jam notato habita est Sessio secunda...».

O autor alegado por Natal Alexandre diz claramente a era que utiliza, a da Incarnação, que começava a 25 de março.

A confusão provém só desta coincidência extraordinária: no ano de 1312 as duas eras começaram no mesmo dia, a 25 de março, que nesse ano foi sábado de aleluia; e, portanto, para uma e outra era, em 3 de abril já estava realmente mudado o ano.

Isto é de muito fácil verificação e depois que, neste período de doença, para preencher as longas horas de leito, organizei tabelas de áureos números, epactas e letras dominicais desde o ano 1.000 até ao de 2.200 (ano em que espero morrer...), em brevíssimos minutos o consigo.

Nesse ano o áureo número foi 2, e as letras BA. Procurando o dia 14 da luação eclesiástica próxima do equinócio (que por esta época já fazia bastante diferença da luação verdadeira) e no calendário a letra A, que neste momento regulava, a seguir àquele dia, obteremos a Páscoa a 26 de março.

Um outro concílio provincial, o de Angers, aparece datado duma maneira nada clara, à primeira vista.

«Eodem anno 1279 (da era vulgar, a que o A. traz referidas todas as datas) Joannes Turonnensis Archiepiscopus Provinciale Concilium Andegavis celebravit die Dominica post festum S. Lucae Evangelistae...» (T. 15, pág. 365).

Se a festa de S. Lucas, como é muitíssimo provável, quase certo, era na igreja local celebrada no mesmo dia do calendário romano, a reunião eclesiástica teve lugar 22 de outubro, visto nesse ano a letra dominical ter sido A.

*

Ainda outro concílio provincial: «Anno Christi millesimo trecentesimo vigesimo, Guillelmus de Meloduno, Senonensis Archiepiscopus, die Jovis post Pentcosten Provinciale Concilium in Metropoli sua celebravit» (T. 15, pág. 383).

O ano de 1320 teve por letras dominicais F E, duas por ser bissexto, e o seu áureo número foi 10, o que dá o Pentecostes a 18 de maio e a quinta feira imediata a 22, data procurada deste concílio de Sens.

*

A notícia da morte do romano pontífice Nicolau IV aparece assim redigida:

«Obiit optimus Pontifex die sacra Parasceves IV. Aprilis, anno 1292, annum agens Pontificatus V.» (T. 15, pag. 74).

E na verdade através dos dados, áureo número 1, segunda das letras dominicais (F E) que lhe correspondem, verifica-se que o domingo pascal foi a 6 de abril e o falecimento no dia 4, sexta feira santa, estando, realmente, certa a nótula fúnebre.

*

Pelas circunstâncias de que foi revestido o assassinato dum Mestre Tomaz, muito dele se falou não só em França como também fora desse país.

Natal Alexandre dá-lhe um certo relevo, e julga conveniente marcar com rigor esse dia, e escreve: «Necatus est Magister Thomas 13. Kalendas Septembris anno 1133, quo litera Dominicalis E. diei 13, ante Kalendas Septembris respondebat. Die enim Dominica occisum certum est.» (T. 13, pág. 93).

A primeira verificação que procurei fazer, foi ver se, na verdade, ao dia 13 antes das calendas de setembro, 20 de agosto, corresponderia a letra indicada, notando logo que não era essa, mas sim o A. Procurando nas minhas tabelas, encontrei que ao ano de 1133, ano a seguir a um bissexto, pertence na realidade o A, donde se vê que o cálculo foi bem feito e que só houve um lapsus cálami ou, mais provavelmente, uma gralha tipográfica.

Como em casa houvesse uma outra edição da mesma «Historia Ecclesiastica», uma in folio de Ferrara, 1761, encontrei no tomo 7.º, pág. 42, 1.ª coluna, o mesmo erro, erro duma das primeiras edições, como parece deprender-se, e repetido depois indefinidamente.

*

Mais exemplos tomados daquela obra podia aduzir se isto não produzisse cansaço a quem por ventura venha a ler este artiguito.

Tenho aqui um grupo deles curioso em que a data é indicada só pela luação, assim, por exemplo: – no dia da lua depois da Ascensão do Senhor.

Desses farei outro pequeno artigo que, se poderá aborrecer a alguns, principalmente pelas intercalações latinas, para outros, pelo menos para os meus colegas, será motivo de distração.

Correio de Coimbra, 1936.05.16.

**BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL
DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS
NACIONAIS N.º 15 E N.º 16**

**S. SALVADOR DE TRAVANCA
IGREJA MATRIZ DA LOURINHÃ**

A obra que os Monumentos Nacionais têm realizado não deve ser olhada só pelo aspeto artístico, como conservação de documentos, mais ou menos valiosos, para o estudo da evolução de formas construtivas ou ornamentais, ou ainda este aspeto artístico

ligado com o aspeto turístico, há um outro que não deve deixar de ser posto em relevo e que, não obstante os Monumentos Nacionais não procurarem tal fim diretamente, não deixa de existir – o aspeto religioso.

As fábricas das igrejas estão pobres, não há receita de qualquer género para o culto a não serem as pequenas e raras esmolas dos fiéis, que podem ter muito boa vontade mas que, nas freguesias rurais, são pobres também; os encargos culturais, que competiam antigamente aos padroeiros, desapareceram com a revolução económica do liberalismo; os poucos bens que as igrejas possuíam foram desamortizados (e por leis que eram espoliadoras e por processos que as agravaram) e aqueles que ainda escaparam acabaram por serem leiloados; as confrarias, como acontece a todas desta diocese, são igualmente pobres e raras são aquelas que podem cumprir integralmente as obrigações estabelecidas nos seus estatutos; as igrejas ainda estão de pé e, em muitos casos, quando os edifícios são relativamente vastos e as freguesias pobres, estão de pé mas só Deus sabe por quantos anos, menos que os duma vida humana.

Não admira pois que os párocos lancem olhos para os Mon. Nac. (o único *padroeiro*, que lhes poderá salvar os templos) procurando ver se os das suas freguesias se podem enquadrar nalguma das categorias dos protegidos.

Algumas têm sido as igrejas que os Mon. Nac. levantaram duma ruína que já tinha afugentado o culto, numerosas aquelas que salvaram dessa ruína. A cada uma dessas categorias pertencem os dois edifícios destes números do Boletim.

*

A igreja de S. Salvador de Travanca, que pertenceu a um velho mosteiro – igreja medieval de três naves, com um sistema de ligação, de arcos e paredes transversais, de pequena representação no país, um sistema estável, duma rigidez aproximada do sistema de abóbadas edifício curiosíssimo, não só pelas suas características individuais, como pelas de grupo e de evolução de formas – teve as reparações, fundas, demoradas e caras, já costumadas em tais obras, e que se podem resumir: renovação integral da armação da cobertura e dos telhados demolições e reconstruções de paredes, lajeamento dos pavimentos, restauro e reconstituição das frestas, rebocos tirados ou renovados.

A igreja matriz da Lourinhã pertence a um grupo estremenho de grandíssima importância, grupo pré-batalhiano que nos esclarece as possibilidades artísticas do país no fim do séc. 14.º e nos indica como apareceu o talento de Afonso Domingues e os recursos dos seus auxiliares, e como puderam realizar a Batalha, considerada na sua primeira campanha artística.

Esta igreja, de três naves e de capela mor abobadada, viu-se reduzida no século passado ao mais degradante estado: «Em 1834 (ano memorável na história dos monumentos religiosos do nosso país) a Junta de Paróquia da Lourinhã, ante a necessidade de resolver com urgência certos problemas orçamentais, entendeu que devia pedir ao velho templo confiado à sua guarda o remédio dos incuráveis males que a afligiam. A telha musgosa da cobertura e os madeiramentos que a sustentavam foram então vendidos – e dispersaram-se pelos povoados mais próximos, em benefício de interesses particulares. Da nobre e majestosa Igreja sagrada no séc. XIV pelo mais ilustre filho da Lourinhã, ficou apenas, depois desse derradeiro ultraje, um vasto pátio descoberto e despresado, sem préstimo algum.»

Foi recoberta mais tarde e concertada deficientemente. «Na realidade à ruína legada e como que exibida com ufania pelo séc. XIX sucedera outra menos aparente, sem dúvida, mas não menos profunda e lastimável; e a Igreja continuou a sua longa e dolorosa agonia sob um telhado construído de tal modo que nem sequer impedia a acção erodente das águas pluviais em todas as paredes e na preciosa abobada da capela-mor.»

«Foi assim que a Direcção Geral dos Edifícios e Monumentos Nacionais encontrou, na sua primeira visita de estudo, a Matriz da Lourinhã. Com estranheza? Não; apenas com mágoa. Nenhum abalo de surpresa pode realmente sentir quem, à semelhança dos médicos empenhados em debelar uma epidemia, por toda a parte presencia os mesmos males. Portugal inteiro, há poucos anos ainda, era uma confrangedora necrópole de tradições espirituais, de recordações históricas, de valores artísticos: cemitério de monumentos, ultrajado por uns, menosprezado por outros, esquecido por todos. A Igreja da Lourinhã, apartada da comunidade paroquial e de facto eliminada do haver patrimonial da Nação, podia comparar-se, por seu e nosso mal, a uma velha árvore, descoroadada e já semi-morta, que espera num ermo o golpe de misericórdia dos lenhadores.»

Depois destes extratos do Boletim podemos concluir com as palavras do mesmo, afirmando que graças ao esforço dos Mon. Nac. «o Portugal monumental dos nossos dias já se não assemelha, de qualquer modo, ao que humilhadamente conheceram as gerações do último século.»

Correio de Coimbra, 1939.11.18.

LIVROS NOVOS

Carlos de Passos – **D. Pedro IV e D. Miguel I, 1826-1834.**
Porto, Livr. Simões Lopes, 1936. 16-24. 432 pgs.

Saturno devorando os filhos que gerou, é perene e veraz símbolo da velocidade do tempo, da poeira que a humanidade com os seus ódios é também.

Sobre as lutas liberais, que são d'ontem, já passou um século, os seus homens com as ideias que os norteavam, para aqueles que nasceram neste século, estão tão mortos como os dos mais longínquos períodos históricos; se os velhos as evocam ainda, se os mais novos as odeiam e as consideram como causas de calamidades presentes, utilizam todos fundamentalmente os seus ideais como um símbolo.

Singrando hoje a humanidade para novos rumos, combatendo-se as suas desunidas partes ferozmente por novos motivos, lançando agora o olhar para esse último período e encontrando-o relatado facciosamente pelo grupo vencedor, deseja-se conhece-lo integralmente dum lado e outro com as baixezas e as grandezas que comuns foram a ambos.

O livro do Dr. Carlos de Passos veio no momento próprio e na forma necessitada.

Não é a história dum bando; nem tenta reabilitar e inocentar um caluniado nem vituperar e condenar o favorecido; espírito independente que se não deixa enquadrar e cegar por partidos, combativo que tem frequentemente frases duras para as vilanias que pujavam dum lado e outro, narra-nos dum modo novo a história daquela época que tão retorcida tem sido.

Lemos com avidez o seu livro; quatrocentas e tal páginas de prosa máscula, intercalada de numerosas gravuras da gente da época, que completam e tornam viva a história.

Guardamo-lo como obra necessária a consultar em primeiro lugar, de guia, bem ordenada, clara e independente, no exame histórico dos anos de 1826 a 1834, da morte de D. João VI ao exílio de D. Miguel.

Correio de Coimbra, 1936.12.26.

**BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL
DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS
NACIONAIS N.º 7**

IGREJA DE S. PEDRO DE FERREIRA

Em complemento das obras de restauração, tem aquele organismo publicado números sucessivos deste boletim, de apresentação corretíssima como obra de impressão e como documentação dos trabalhos levados a cabo, e que, antes de serem considerados peças justificativas e elementos de estudo, nos aparecem como um mimo para os olhos e exemplares bibliográficos dignos de serem guardados com estima, explicando-se assim que, apesar da tiragem inicial ter sido grande em relação ao meio português, os primeiros fascículos se tenham esgotado, e se vejam os colecionadores na impossibilidade de os adquirir, como a nós nos acontece.

Cada número compõe-se duma breve monografia histórica e a resenha dos trabalhos realizados, e duma segunda parte, impressa em papel couchée, com fotografias dos monumentos antes e depois da beneficiação, planos, alçados e desenhos claros e corretos, documentando aqueles mesmos dois momentos.

Salientar o valor desta publicação é inútil para quem se tenha entregado seriamente aos estudos de história artística – ela impõe-se por si mesma; para os que a eles são alheios e que, dotados de cultura, se interessam pelo património nacional, nas suas diversas

modalidades, é porém necessário e é justo, *justo* significando obra de Justiça, isto é, acção de dar a cada um o que por direito próprio, e aqui por necessidade social, lhe é devido.

*

As fotografias do monumento reintegrado, vistas com demora, produzem impressão funda e fazem levantar na alma uma revoada de variadas emoções: beleza de linhas e volumes, recordações da gente e viver antigo, religiosidade, sentido perene da raça; pois que tudo guarda esse cofre austero, patinado, em que rijos contrafortes robustecem os seus flancos, ferragens recortadas em arcaturas cintam no levantar da tampa ou arrendadas, com delicadezas de recorte em arqueta de marfim, fazem espelho magnífico na entrada.

A restauração foi levada não só com consciência profissional de arquiteto e arqueólogo mas também com preocupações de certos efeitos cénicos, onde um pintor-decorador e – ousemos dizê-lo com justeza – um poeta se dessem as mãos.

O efeito obtido na fachada do poente, pela redução da altura da galilé incompleta, é magnífico, e basta confrontar as fotografias tomadas sensivelmente do mesmo ponto, antes e depois das obras, para o avaliar e sentir quanto a igreja ganhou em beleza, em qualidades cenográficas.

O interior renovado – sem o coro alto, o teto curvo desgraçoso e sem os retábulos dos altares em que havia dois do século XVII dignos de nota sendo porém os restantes medíocres, desimpedida a nave, desobstruída a abside, rebaixado todo o pavimento, com a luz tamisada que as restauradas janelas espalham, as paredes da nave única sulcadas pelas colunas que vão receber o travejamento, e no extremo a curva sugestiva da capela-mor, recortada na parte alta em arcaturas, cavada inferiormente em fundos nichos – impressiona fortemente como um cântico antigo de fé, patriotismo e de amor, que a raça há centénios compôs e hoje, ao ouvi-lo, o sangue reconhece como voz ancestral, voz sua, voz perene.

*

Esta valorização do nosso património material, intelectual e afetivo, que é a obra da restauração dos nossos monumentos,

era trabalho preliminarmente necessário para a elaboração da nossa história artística.

De Ferreira, através mesmo só dos planos, alçados, fotografias, tudo isto de boa categoria, podem-se tirar agora conclusões e formular hipóteses inteiramente novas, e mesmo determinar-lhe qualidades específicas que coloquem esta igreja como exemplar característico e ponto de referência de primeira ordem, que só é prejudicado pela ausência absoluta de datas do seu começo e acabamento e médias da ereção.

Notaremos só um ponto – os nichos da obra mestra de composição arquitetural que é a capela-mor.

São cinco, irradiantes, três de planta semicircular e dois em segmento de polígono irregular. Através da escala gráfica, podemos avaliar a sua profundidade em um pouco mais de um metro e em um pouco mais também de dois e meio a sua altura, dimensões que estão na passagem de capelas a nichos decorativos.

Qual teria sido a sua função primitiva, com que fim foram cavados no muro espesso?

Não nos repugna a aceitar que tivessem sido destinados a capelas, com o que não queremos dizer, de forma alguma, que aquela disposição seja um deambulatório rudimentar, pois que, andando usualmente nos grandes edifícios ligados o deambulatório e as capelas irradiantes da capela-mor, não são contudo órgãos correlativos.

Deambulatórios sem capelas anexas encontram-se, por exemplo, em Saint-Saturnin (Auvergne), Trinité de Caen, Morienval, St.^a Maria-do-Capitólio de Colónia, na catedral de Langres (onde aparece uma só, pequeníssima, no extremo do eixo); como variante podíamos apresentar o coro de Canterbury erguido em 1130 (modificado pelo novo de 1184) em que as capelas não são irradiantes mas lhe são juntas lateralmente formando os seus eixos com o geral linhas paralelas e concorrentes.

Capelas abertas diretamente para o santuário, quer se manifestem exteriormente, como em Chamalières-sur-Loire (igreja do Velay que se não deve confundir com outra do mesmo nome do Auvergne) coro este que podia possuir um deambulatório, pois que a sua largura abrange a das três naves, quer fiquem incluídas na espessura dos muros, caso próprio dos edifícios menores, como na igreja de Roffiac (na Haute-Auvergne), também se encontram numerosas.

Alguns arqueólogos de valor, como o grande tratadista Lasteyrie, iludidos pelos traçados de deambulatório com capelas, consideram

esta disposição como deambulatório simplificado. Já dissemos atrás, tal ideia não é justa.

Ao lado da fórmula mais corrente da igreja construída segundo um eixo aparecem em bem menor número as de rotunda circular ou poligonal e nestas as mais variadas combinações: sem capelas (como Tomar, Rieux-Mérinville), capelas salientes (Saint-Michel-d'Etraigues), capelas cavadas nos muros (Brevenoc) quatro capelas, uma a cada lado dum quadrado central (Sainte Croix-de-Montmajour), três em virtude do núcleo ser um triângulo (Planès); rotundas com naves concêntricas ou sem elas, enriquecendo-se às vezes com três naves de eixos retos e paralelos, a um lado e no oposto o coro, deambulatório e capelas (a destruída de Charroux), ou de três capelas na forma conhecida de capela-mor e absidiólas no lado contrário ao da entrada (Vera Cruz de Segóvia), enfim, um mundo de variantes.

Pela disposição das capelas nestas igrejas, pela pré-constantiniana forma dos *Martyria* de forma *triochora*, tradições romanas (Minerva Medica em Roma) – sem querermos de modo algum aduzir as formas da arquitetura de inspiração oriental (Bizâncio, Síria, norte da África) com abertura de grandes nichos na abside (de que poderemos citar, por ser exemplo latino, S. Marcos de Veneza) – tudo nos convence que os grandes nichos de Ferreira, mesmo que não fossem destinados a terem altares, se inspiraram nos santuários com capelas de eixo concorrente para o centro do semicírculo, no prosseguimento duma recuada e grande linha construtiva, sem intervenção alguma, repitamo-lo, do deambulatório.

São estas, é claro, ideias ocorrentes, exemplos buscados à pressa, para basear uma afirmação que consideramos certa e que melhor poderíamos alicerçar se por esta nóvula bibliográfica quiséssemos estabelecer doutrina. Servem tão somente para mostrar dalgum modo a necessidade que há para a história artística das restaurações bem dirigidas e da publicação de boletins, como este, que documentem os trabalhos realizados, forneçam material gráfico de estudo superiormente organizado.

Correio de Coimbra, 1937.06.19.

BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS N.º 8

O CASTELO DE GUIMARÃES

Contraste fundo há entre a fama deste castelo, que historiadores, arqueólogos, romancistas e a pequena literatura lhe criaram, e a mediocridade do seu valor militar.

Reparando nele, afastadas as sugestões históricas e românticas, e só vendo nele a fortaleza, tem de se reconhecer que é um dos menores de Portugal, e que há outros – de que ninguém fala, neste país em que se faz arqueologia abstraído das razões orgânicas dos monumentos, os quais são olhados só pelo seu aspeto pitoresco, decorativo – mais amplos, mais bem raciocinados, acomodados ao seu fim guerreiro, segundo as razões de tática medieval.

Como era prática corrente naquela época, o terreno tomava-se tal qual, sem que obras de arte o modificassem, e ele gizava a orientação dos muros e indicava a situação dos cubelos e bastiões. Se o *castellum* de Mumadona era mais do que uma torre isolada, uma torre de refúgio, seguiriam sensivelmente as fundações das suas muralhas pelo traçado das atuais. E nada mais do que esse traçado ficou dessa longínqua época. As datas que se tem dado às obras existentes são hipotéticas porque não há documentos sólidos, decoração a orientar as classificações nem a evolução das formas de defesa foi grande até que os progressos das armas de fogo as modificaram, nem tão pouco, no nosso país, essa evolução seguiu um movimento ordenado, em que tomassem todas as províncias, ao mesmo tempo, as novidades. As próprias variações do talhe das pedras nos paramentos nem sempre são guias seguros; as crónicas e os documentos indicam a maneira apressada e desordenada como as fortificações eram frequentemente levantadas ou reparadas, utilizando-se operários da mais diversa aptidão manual. Uma parte porém existe fácil de datar e que aparece frequentemente errada, a alcáçova. Mas isso é sina de certos monumentos vimaranenses, como a porta do capítulo da colegiada, as arcarias do claustro e a capela de S. Miguel; porque é prazer para os arqueólogos envelhecer os edifícios, principalmente quando há elementos arcaicos ou novos tratados

com rudeza, aliados ao do momento artístico, produzindo-lhes aqueles tal cegueira que nem reparam nestes, quando no fundo a nossa arte, fora dos centros vigorosos, é cheia de arcaísmos estruturais e decorativos.

Postas de lado as sugestões de órgãos de defesa que a imaginação de certos escritores criou, como *hourds* e outras coisas mais, fica o castelo reduzido, como principal meio defensivo, à resistência das suas muralhas; as torres nalguns pontos não desempenham a sua função de flanqueamento como lhes competia, o que não foi remediado na reconstrução da do S. e da NE; a cortina entre a torre da força e a do sul, para mais formando um ângulo saliente, fica desprotegida bem como a face da alcáçova; os pontos mortos são quase contínuos, e, para que os defensores protegessem a base da muralha, era necessário exporem-se demasiadamente aos projéteis dos atacantes, não possuindo aquelas órgãos apropriados e sendo até as seteiras dos adarves pouco numerosas e dispostas irregularmente. O comandamento da torre de menagem é praticamente nulo, ficando por isso só com o fim de último refúgio, e opunha aos sitiantes, como meios de defesa, a sua porta a altura regular e a estreiteza das aberturas.

Esta localização da porta tem sido dada como prova da torre ser da mesma idade da muralha, ou de parte da muralha fronteira, ou de nunca ter estado isolada, o que é erro. Não é preciso ter feito grandes pesquisas para se saber que tal situação é normal, quer a torre seja isolada, sem cerca, quer seja a de menagem duma fortaleza; os exemplos abundam no país e fora, e os tratadistas estrangeiros a mencionam com simplicidade, por ser facto muito usual.

*

Mas se o castelo de Guimarães é de segunda ordem, se outros há de maior valor arqueológico porque tiveram os *Monumentos* tal cuidado com ele e é o primeiro que aparece nesta série documental?

Como outros edifícios pequenos e de interesse reduzido, criou fora da sua beleza e interesse próprio de fortaleza, isto é, fora da sua categoria artística, uma beleza e um interesse histórico que sobreleva àquelas, tornando-se ele uma figura simbólica, heráldica dos primeiros tempos da nacionalidade. A sua imagem fica em cada um de nós, desde a escola primária, gravada com amor; foi à sua roda que fizemos circular os homens que fizeram a nação,

os feitos que erguiam a nossa alma infantil e a embalavam no orgulho da nacionalidade, lhe inspiravam os sentimentos de independência e de lealdade à palavra dada.

Podem os estudos posteriores mostrar a incerteza dos acontecimentos, a situação diversa dos factos, a posterioridade das edificações, não importa, a imagem infantil perdura, e sempre, para sempre e para todos, o castelo vimaranense há de ser considerado como uma das *quinas* do brasão nacional. Podemos estimar a consolidação de qualquer outro mas nenhuma outra agradeceremos tão comovidamente como esta.

*

As obras de restauração não se depararam com grandes problemas arqueológicos; a natureza do material fizera-o resistir às causas de destruição e só num ou noutro ponto as dúvidas poderiam ter surgido. Era necessário, porém, bom senso, e vê-se perfeitamente que se soube ter.

Como proteção ao monumento e para seu enriquecimento cenográfico, criou-se, como se vê da planta da figura 2, uma zona que engloba o resto duma muralha, o palácio dos duques e a capela de S. Miguel que uma fotografia deixa ver que está em vias de restauração, procurando-se reintegrar o piso natural do terreno para que os monumentos encontrem o seu meio primitivo.

As obras da torre de menagem foram acertadas; desentulhou-se o andar inferior à porta, repuseram-se os pisos no seu velho nível e cobriu-se, à altura do adarve, de forma adequada, consolidando-se convenientemente e, acima de tudo, puseram-se de lado as sugestões fantasiosas de certos apêndices.

As dimensões, no plano, desta torre obrigaram à construção primitiva dum pilar central para mais forte apoio dos pavimentos, o que não é caso muito frequente no país.

É de notar ainda a divisão inferior à entrada, para armazém, que se fora esse desentulhamento nos tempos românticos faria trabalhar as cabeças esquentadas dos literatos, alimentadas dos inverosímeis romances de assunto medievaesco, como as de certa gente nova com os policiais.

A sucessão de vários tipos de aberturas, segundo a ascensão dos andares, frequentes noutras torres portuguesas, aqui não se nota; à escuridão do primeiro, segue-se a uniformidade dos outros.

A ligação que se fez do adarve e dos beirais é correta, e era a larga fórmula do país.

Todas as restantes obras são perfeitas; e quando nos lembramos das megalomanias que em certos países se manifestaram nas restaurações similares, só temos a louvar o bom senso com que esta foi conduzida.

Correio de Coimbra, 1937.09.25.

**BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL
DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS
NACIONAIS N.º 9
IGREJA DE RORIZ**

Longas semanas tem esperado este fascículo a referência que lhe é devida. Ocupações novas, que me levam o tempo e me fazem esquecer a arqueologia, obrigaram-me a esta demora. Por momentos quebrou-se o encanto aziago e dei-me ao prazer de folhear com carinho este lindo álbum documentário e de mergulhar na sombra material e espiritual duma velha igreja.

O trabalho que se fez neste monumento foi de limpeza e de consolidação. Procurou-se arejá-lo, libertando-o das construções anexas, e colocá-lo num meio natural harmonioso. Às próprias edificações posteriores, que se lhe ligam por um ângulo, que foram do mosteiro, e hoje são de particulares, limparam-se-lhes as cantarias e deu-se-lhe o seu carácter antigo. Consolidou-se-lhe a abside, refez-se inteiramente a parede norte, empregando o mesmo material, isolou-se o campanário, restaurou-se a casa do capítulo ou sacristia, foi alargada a estrada de acesso e o espaço em volta da capela-mor.

Liberta, limpa e consolidada, a arca severa levanta-se do terreno forte que milhares de mãos de cavadores tem resolvido sempre com a mesma tenacidade, com as mesmas afeições fundas, o mesmo credo e o mesmo sentido da vida, e deixa ver que guarda dentro em si as suas almas simples, serenas e fortes.

Era uma joia antiga, martelada por rudes ourives, envolvida em ganga grosseira, que foi limpa e se encontra hoje polida, alegrando o olhar.

No seu terreiro alargado, parece que de novo se veem passar os velhos homens que a levantaram com sacrifício para deixarem uma memória de si *enquanto o mundo fosse mundo*, para que uma obra das suas mãos passasse muito além da efemeridade e modéstia da sua vida.

O interior foi liberto também. A capela-mor encontra-se desimpedida; as suas linhas severas enquadram admiravelmente o altar, fazem incidir sobre ele a atenção, e nesse conjunto equilibrado surge mais fortemente a ideia da ara do sacrifício, o valor do ato sacerdotal.

Foi conservado o coro alto e deu-se-lhe uma escada conveniente. Foi bem, posto que ele date, como indicam os cachorros, do fim do gótico. É discutida, pelos arqueólogos portugueses, a época em que estas construções começaram, e da confusão que fazem com a dupla função que se deu a estes apêndices (de coros altos e simples tribunas) fazem-nas avançar de mais no tempo.

*

Será de grande valor arqueológico esta igreja e bem empregado foi o dispêndio havido com ela?

Excetuando a concha da capela-mor, que é de plano poligonal retilíneo, e os contrafortes-colunas do exterior da mesma parte da igreja, que são levantados sobre um pedestal, nada mais se encontra verdadeiramente característico e privativo da igreja. A obra escultórica é dura, popular.

Contudo, no românico nortenho – essencialmente popular e modesto, de simplicidade estrutural e decorativa à exceção da abside e das aberturas e cornijas modilhonadas – as igrejas têm um valor não individual mas coletivo, um valor de grupo, de família.

Os monumentos como este precisam de ser reunidos em pequenos grupos para deles se tirar lição: lição de filiações ou aproximações com os grupos ou famílias vizinhas e com os exemplares típicos; lição de cronologia, pois que faltando dados privativos, individuais (como acontece com Roriz, que não podendo ser anterior ao meado do século doze, nada data a sua construção, nem os documentos anteriores ou as pequenas coisas publicadas depois da publicação deste fascículo

esclarecem) só do confronto dos exemplares do mesmo grupo se podem tirar conclusões; lição de conhecimentos técnicos e sua evolução; lição da curva que o românico nortenho seguiu.

Estes estudos não podem ser feitos com segurança senão depois da limpeza e beneficiamento pelo menos das mais importantes igrejinhas. O trabalho dos Monumentos Nacionais, valioso e necessário para a conservação das espécies arqueológicas, é basilar e indispensável para o grande estudo da história artística nacional.

Correio de Coimbra, 1938.02.26.

BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS N.º 10

FRESCOS

Neste fascículo ficou reunida uma seleção de 46 fotografias dos difíceis trabalhos de beneficiação e de recolha das pinturas a fresco de igrejas medievais.

O trabalho por sua natureza dificultoso mais ainda se tornou pelo estado destas pinturas.

Dalgumas igrejas do norte e do centro do país as conhecemos e a maneira como se encontram. Na maior parte das vezes podendo mesmo dizer-se, quase sempre, se encontram sob uma camada de cal que as ocultam inteiramente, e só quando o tempo faz destacar pequenas lascas se vêm subpostas manchas coloridas revelando-as, ou ainda quando a curiosidade natural, guiada pela ancianidade do edifício, nos leva a proceder a leves sondagens.

Frequentemente pinturas de épocas diversas sobrepõem-se.

Até à publicação, em 1921, de *A pintura a fresco em Portugal*, do Sr. Doutor Vergílio Correia, só havia uma ou outra ligeira referência, e nada deixava suspeitar que estas pinturas tivessem a extensão que, dia a dia, mais se lhe reconhece.

Naquela *memória*, apresentada ao primeiro congresso de história de arte de Paris, fazia-se referência especial aos frescos de

S. Francisco do Porto, da igreja de Barcos (Tabuaço), e da capela de Outeiro Seco, perto de Chaves, e juntavam-se reproduções.

Completando estas descobertas, vinha a menção de duas dezenas de igrejas das ordens de Cristo e de S. Tiago que documentos, que eram reproduzidos, indicavam como tendo sido ornadas por aquele modo pictural.

Foi esta memória que trouxe verdadeiramente ao meio intelectual do nosso país o conhecimento e o interesse por aquele processo artístico, outrora nele usado. A esta data, por iniciativa do mesmo A. e distinto professor universitário, algumas cópias a aguarela tinham sido feitas por Alfredo Cândido.

Lançado no caminho de tais descobertas, elas tornaram-se-lhe numerosas e, quando em 1924, fez a reedição dos *Monumentos e Esculturas*, pôde reunir ao primeiro grupo, um outro com Valadares, Taboado, capela da Nossa Senhora de Guadalupe.

Coimbra possui pintura deste género e delas ainda há ligeiríssimos restos.

A demolição de S. Cristóvão revelou coisa insignificante e, na restauração de S. Tiago, apareceram sinais delas. No século passado ainda se viam na capela-mor e na colateral da antiga S.^{ta} Justa; no absidiolo do evangelho de S. Pedro havia um resto de figuração (se a memória não nos atraíça no processo pictórico); na Sé Velha existem motivos geométricos na quadra das escadas que levam da igreja ao claustro, no seguimento da pintura que a igreja teve, que ainda se nota sobre a silharia da abóbada da capela-mor e na douradura dos capitéis, do princípio do século XVI.

A queda da torre de Santa Cruz trouxe outras mais antigas.

Os Monumentos Nacionais vieram em boa hora para salvar aquilo que aos olhos de todos parecia irremediavelmente perdido, em virtude de caiações, largas mutilações, descolorações, nenhum motivo intacto.

Teve de se recorrer a um artista italiano, em breve substituído por gente nacional que fora aprendendo e se tornara perfeitamente apta.

Aquelas pinturas que, a sua relativa solidez e integridade aconselhavam a conservação no mesmo lugar, foram limpas e fixadas; as fragmentadas, aquelas que em seu substrato se estava a destacar das paredes, as pinturas sobrepostas a outras, foram retiradas. Trabalho difícil, delicado, digno de todo o aplauso.

As igrejas enriqueceram-se, ficaram com maior interesse, o património artístico do país valorizou-se, preenchendo-se uma

grave lacuna de processo artístico, e quanto à história geral da arte portuguesa ganhou, impossível é por enquanto dizer-se.

O magnífico conjunto das estampas abre pelas reproduções fotográficas de Outeiro Seco (Chaves).

Não só a capela-mor como o próprio corpo da igreja inteiramente se cobriam de decoração figurativa.

O seu estado absolutamente ruinoso vê-se bem da fig. 2 que dá o conjunto. Salvaram-se bastantes fragmentos e alguns deles, iconográfica e mesmo picturalmente, valiosos.

A igreja de Bravães, já tão conhecida pela sua escultura, deu duas séries que estavam sobrepostas, a mais recente das quais foi destacada, e a primeira, limpa e fixada. Certas cenas anteriores tinham sido retomadas na segunda pintura e é sugestivo confrontar uma e outra figuração, como no martírio de S. Sebastião.

No mosteiro da Batalha foram tratados quadros murais do claustro.

Em Braga, a capela de Nossa Senhora da Glória, agregada à sé, mostrou depois da descaiação uma larga decoração geométrica, de ótimo efeito, sobre a qual tinham sido colocados, em vários pontos, motivos figurativos.

Da igreja de Gatão, em Amarante, veem quatro reproduções.

Ao lado das tábuas tem a nossa pintura primitiva uma série de frescos a valorizar esse período e a completá-lo.

A obra que já se realizou é grande e, feita sem espalhafatos, melhor merece a nossa admiração, e por ela (repetamos como o A. da parte literária que precede as estampas) «Portugal equiparar-se-á, assim, neste domínio cultural, às restantes nações europeias que as (pinturas a fresco) possuem».

Correio de Coimbra, 1938.04.30.

BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS N.º 11

S. FINS DE FRIESTAS

Neste número 7 do Boletim – de tão irrepreensível e completa apresentação gráfica que honra não só a repartição que o dirige como também as oficinas de impressão e de gravura que o executam – aparece uma igreja, e a primeira no boletim, do território entre Lima e Minho, território que até ao século XIV esteve sob a jurisdição do bispo de Tuy, e aonde a mitra e o cabido tinham propriedades que particulares e príncipes em várias épocas lhe tinham doado.

No grande cisma do ocidente, alguns cónegos que se declararam pelo pontífice romano Urbano VI, abandonaram a sua sé e vieram estabelecer-se em Valença, depois de 1381, elegendo por superior D. Turíbio que tomou a administração eclesiástica dos territórios tudenses em Portugal. Os vários sucessos posteriores até à separação legal da sua antiga sé não são para aqui.

Já anos atrás nos tínhamos lembrado de investigar se essa antiga sujeição não teria originado um grupo arquitetónico românico absolutamente separado do restante minhoto e, se concluímos por uma ligação maior de certas igrejas raianas com a arquitetura além-Minho, verificámos que as não podíamos considerar separadas da parte meridional da província minhota, mesmo certas igrejas formam linhas de parentesco dum extremo ao outro.

A solução do problema românico minhoto não será tão difícil como agora parece e a têm tornado aproximações sem bases que se têm feito. Atendendo às razões cronológicas que formão estratos sobrepostos de edifícios românicos que muitas vezes não serão representados por mais do que um exemplar, e sem relação a frequentemente dum ao outro, atendendo às condições económicas, à forma de propagação nos meios pobres e rurais dos novos modos artísticos que se faz da mesma forma que a água alastra num tecido, e considerando que, num país que não é centro artístico criador, se não dá aquela evolução de formas das regiões de grande vigor criador mas sim a sua sucessão, arrastando sempre grande companhia de formas arcaicas e que

as novas tomam aspetos arcaizantes, quem possuir regulares qualidades visuais encontrará a solução.

A igreja de S. Fins (ou Sanfins), com outras da região, tem grandíssimo valor por ser um exemplar que estabelecerá ligação das igrejas da província galega à minhota. Como a referência à sujeição da região acima do Lima à mitra de Tuy já sugestionou aos leitores que se não entreguem aos estudos históricos, as fronteiras nacionais na idade média não separavam a vida dos povos vizinhos como na forma actual. Infelizmente o estudo das igrejas rurais além-Minho não está em avanço superior ao das aquém; e não é aos edifícios mestres que teremos de ir buscar, como há a tendência, as chaves da solução.

Se outras razões não houvesse, estas eram mais que suficientes para justificarem a restauração da igreja; mesmo até eram razões que a exigiam.

O acerto com que se fez foi grande.

*

Casebres de diversa ordem e fins cercavam a igreja, só lhe deixando livre a parede sul da nave, e essa mesma inacessível. Algumas das suas paredes ameaçavam ruína como a abside e o cunhal sul (o que já se verificava em 1918 segundo as fotografias da *Arte Românica* de Marques Abreu) o qual teve de ser reconstruído.

Reconstrução, consolidação, libertação e limpeza são os títulos por que se pode repartir sempre a ação dos Monumentos nas igrejas beneficiadas.

Os casebres em ruína, acanhados e impróprios para o fim que se lhes dera, que se encostavam à abside foram retirados, e às construções que próximo estavam, abandonadas e destelhadas, depois de reparadas, deu-se-lhes o fim de sacristia e suas dependências, ficando amplas, arejadas, boas. À mesma linha destas foi trazido no lado norte o resto e arcarias abandonadas.

As casas particulares (restos dos antigos edifícios sucessores dos monásticos) foram separadas da fachada norte, ficando um adro protetor.

Dum edifício em ruínas, com a companhia fatal de plantas parasitárias inserindo-se nas juntas, alastrando pelos muros, envolvido em casinhotos pobres a esmorenar-se ou a caminho disso, desfigurado por obras mediócras, surgiu a igrejinha modesta mas airosa, grata ao olhar não só dos cabouqueiros do passado,

mas de todos, porque a todos, cultos ou incultos, emocionáveis ou frios, a graça que se desprende do monumentozinho há de encantar o olhar e aninhar-se numa prega do coração.

Apesar da sua modéstia, a arquitetura é equilibrada, movimentando-se por maneira feliz à parte do nascente; a escultura, cheia e expedita, tem personalidade e claramente mostra ligações de parentesco com monumentos tanto acima como abaixo do rio. No tímpano do portal do poente as insculpturas não são obra dos mestres escultores; obra popular de pobre canteiro da época posterior, e talvez bastante posterior, desejando ornamentar aquela peça e recorrendo aos velhos motivos populares, não acabando a sua obra como mostra a última linha serpentiforme que era o esquema dum motivo análogo ao da primeira zona inferior.

Correio de Coimbra, 1938.07.23.

BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS N.º 12

S. PEDRO DE LEIRIA

Talvez até agora nenhuma igreja das que os Monumentos Nacionais restauraram se encontrasse no estado de abandono que era o de S. Pedro de Leiria: o teto derruído, as paredes a aluírem-se e no seu solo um perfeito matagal; nem clero nem amigos de velharias se tinham incomodado com ela.

Se não se pode dizer que as obras dos Monumentos foram grandes, tão pequeno é o edifício, a sua ação teve de ser profunda, porque não havia um palmo da construção que não tivesse de ser tocado.

Consolidaram-se as paredes da nave e das absides, bem como as abóbadas destas; a armação dos telhados foi inteiramente feita de novo e coberta de nova telha; os pavimentos lajeados; numerosas cantarias foram substituídas; erguidas de novo as mesas dos altares; portal, frestas restauradas, rosácea e portas para aquele, para estas vidraças com a sua armação de chumbo; as paredes

rebocadas e as juntas dos paramentos de cantaria tomadas; reparação tão funda e extensa que, empregando as expressões antigas diria que os Monumentos Nacionais foram os segundos fundadores de S. Pedro.

*

Esta igreja não me era desconhecida, e quando isto afirmo não quero dizer que a conhecia só de fotografias e de ver o seu nome citado; conhecia-a porque me interessara quando organizei o meu livro sobre a arquitetura românica de Coimbra. Tomei apontamentos acerca das suas origens, visitei-a, fotografei-a e, se dela nada disse, foi que procurei, no meu livro, determinar as origens do românico de Coimbra e ela ser um monumento da sua expansão e não servir para o meu caso. Não a utilizei mas fiquei na resolução, que ainda conservo, de, em ocasião oportuna, a estudar independentemente, de determinar o que deve ela ao românico coimbrão e o que ela tem de independente, de privativo, que lhe dá a sua categoria e que faz com que no românico português se tenha de considerar uma secção leiriense, tanto mais que, sabendo-se documentalmentemente da existência de outras igrejas em anos que caem dentro do período românico, devem existir pelo menos pequenos fragmentos decorativos que determinem não só o território abrangido pela secção leiriense como aclarem os seus aspetos artísticos.

Não me detenho agora em exames e confrontos seus, porque mais cabidos serão no estudo futuro e com mais segurança serão dados.

A data da fundação, 1200, que na *Notícia Histórica* deste fascículo é dada, na fé de D. Nicolao de S. Maria, indicada com este rigor de ano, não é de aceitar. Em outros fascículos se tem recorrido à mesma autoridade. Como repetidamente se tem demonstrado, mesmo logo a seguir à publicação da *Chronica*, S. Maria não se pode utilizar sem reservas, mesmo quando as suas afirmações parecem alicerçadas. Do *Couseiro* deve dizer-se o mesmo.

*

Gostaria-se de ver nestes fascículos uma indicação cronológica dos trabalhos de restauração, pelo menos o do começo e o do acabamento.

Estas obras não são de menor interesse que as da construção. Hoje são recentes, o tempo passará e as restaurações hão de vir a ser velhas de séculos.

Correio de Coimbra, 1938.10.01.

LIVROS NOVOS

Dr. António Cruz – **Breve estudo dos manuscritos de João Pedro Ribeiro**. – Coimbra, 1938.

Para todos os que se dedicam ao passado – qualquer que tenha sido o interesse que os levou a folhear as velhas crónicas e os velhos documentos – este livro do Dr. António Cruz é valiosíssimo, por ser chave clara para o conhecimento dos manuscritos do grande mestre que foi João Pedro Ribeiro, e seu ficheiro metódico, ordenado, à disposição de todos os investigadores.

O Dr. António Cruz, funcionário superior da Biblioteca da Universidade, um novo com ótimas qualidades naturais de inteligência e trabalho, colaborador erudito de jornais e revistas desde o seu tempo de estudante, em boa hora entrou para aquela secção universitária como o atestam os oito volumes já publicados do *Catálogo de Manuscritos*, e ainda o *Catálogo de Manuscritos da Restauração*, além doutros trabalhos.

Como bom estudioso, não podia ter ficado indiferente aos manuscritos de João Pedro Ribeiro e considerá-los exclusivamente espécies a catalogar e contentar-se com a sua inserção simples no *Catálogo dos Manuscritos* aonde deixou o inventário geral das peças que compõem muitos deles.

Do interesse que lhe despertaram, da curiosidade erudita com que os manuseou já tinha dado provas na *Ethnos* em ótimo artigo – *Anotações e emendas de João Pedro Ribeiro à margem das suas obras* – e mais tarde na colaboração duma página dum jornal lisbonense dedicado ao grande diplomata português.

Na continuação desses estudos (íamos para escrever – para coroar esses primeiros trabalhos pedro ribeirinos – se não tivéssemos a certeza de que o Dr. António Cruz há de continuar a obra de valorização e publicação dos manuscritos) aparece agora o *Breve Estudo*, breve no juízo do autor, grande na realização, não tanto pelo seu número de páginas como pela qualidade de trabalho.

Na primeira parte traçou a vida de João Pedro Ribeiro como estudante e professor da Universidade, e a qual, pelo manuseamento dos seus manuscritos, muito aclarou e completou grandemente.

O segundo capítulo é dedicado ao *Exame dos Cartórios do Reino* que começado por 1783 havia de fazer dele o grande mestre que, nas suas obras, continua a ser de nós todos.

A lista dos cartórios que visitou é numerosa como se vê a páginas 33 e seguintes do *Breve Estudo*, aonde o Dr. António Cruz, à frente de cada um dos nomes dos cartórios, colocou, como guia, o número que tem na Biblioteca da Universidade os manuscritos onde o Mestre deixou cópias extratos, sumários e citações de documentos dali tornados. Coimbra – pela Câmara, cabido catedralício, colegiadas, conventos e colégios – têm uma larga representação.

O que resta desse exame aos cartórios agrupou-o, o A. do *Breve Estudo*, em três secções: a) sumários de documentos; b) extratos de documentos; c) cópias de documentos.

Destas cópias vem, da página 45 a 92, um índice, à exceção daquelas que foram publicadas por Ribeiro integralmente nas *Dissertações Chronológicas*, índice feito por ordem cronológica, com a breve indicação do seu conteúdo, e acrescido do número do códice e respetiva página em que o documento se encontra copiado, o que tudo representa grande e consciencioso trabalho, e que é um subsídio magnífico a todos os estudiosos do passado português.

Começam essas cópias no ano de 883 com a doação de Afonso III a S. Tiago de Compostela de bens junto a Coimbra e vão até 1805, em número dalgumas centenas.

João Pedro Ribeiro e as Cortes antigas do Reino forma o terceiro capítulo, e aí nos é dado um índice de documentos, elaborado no mesmo género do anterior.

Quanto sejam de estimar essas cópias vê-se pelo que o Dr. A. Cruz escreve: «A um século de distância, o trabalho de João Pedro Ribeiro mantém-se ainda nesta posição, honrosa para ele e lamentável para nós: é a única colecção geral de documentos relativos às antigas Cortes do Reino que possuímos. Vem de longe a tentativa de reunir e publicar todos os documentos relativos às Cortes e Gama Barros refere-se a ela largamente. Porém, até hoje, tornado público pela impressão não possuímos

mais do que o resultado das canseiras do Visconde de Santarém, que publicou os capítulos das Cortes de Évora, de 1325, de Elvas, de 1361, de Lisboa, de 1439, de Évora, de 1481-82, e de Lisboa, de 1398, e umas ou outras Atas dispersas, bem como capítulos sumariados».

No último capítulo agrupam-se alguns trabalhos de que existem os borrões ou originais entre os manuscritos legados à Biblioteca da Universidade pelo Mestre.

Em apêndice primeiro dá *Estudo de João Pedro Ribeiro sobre as Ordenações Afonsinas*; e em segundo larguíssimo apêndice reconstitui o cartório do mosteiro de S.^{to} Tirso de Riba d'Ave, utilizando as cópias, extractos, sumários a citações de documentos do século XI ao XV, coligidos pelo Mestre.

Se esta reconstituição foi feita, segundo o próprio Dr. A. Cruz, para documentação do processo de trabalho de João Pedro Ribeiro, se é valiosíssima visto que os originais do cartório desapareceram inteiramente, não mostra menos o cuidado que o A. do *Breve Estudo* pôs na sua elaboração, a sua decidida vocação para este género de trabalhos, o mérito grande que já tem e que bem mostra, por tudo, nesta sua dissertação de licenciatura na Faculdade de Letras.

*

Para a comemoração duplamente centenária que se irá fazer em 1940, já está a ser anunciado o aparecimento de várias obras dos mais classificados eruditos e sobre matérias de grande interesse. Nenhuma ocasião seria melhor que esta para a publicação dos inéditos pedro-ribeirinos e para a nova edição das suas obras que muitas bibliotecas não possuem e raro se encontram no mercado e quando aparecem os seus preços são absolutamente proibitivos para a maioria dos estudiosos. Ninguém melhor que o Dr. António Cruz poderia dirigir uma e outra.

Correio de Coimbra, 1938.11.12.

**BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL
DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS
NACIONAIS N.º 14**

SANTA CLARA DE VILA DO CONDE

«Reapossada, tanto quanto possível, dos seus altos pergaminhos históricos, bem como da nobre e severa religiosidade que quiseram imprimir-lhe os fundadores, a Igreja de Santa Clara de Vila do Conde é hoje, por certo, muito semelhante àquela que conheceram as freiras da idade de ouro do Mosteiro – sobretudo as que, nos ásperos tempos da observância, sob o jugo da temida abadessa D. Isabel de Castro, ali procuraram ganhar o Céu com os mais rudes trabalhos de penitência. Todas essas, se fosse agora repetido certo milagre atribuído a outra abadessa muito mais antiga, a famosa Berengária Ferraz, poderiam reatar ali, sem nenhum enleio ou constrangimento, o fio de orações que a Morte quebrou há tantos séculos». E, na verdade, no coro alto e no baixo sente-se que é assim.

Eram eles, os coros, uma ruína tão grande que obra de milagre a sua ressurreição lembra.

Na penumbra, na frescura, na sua religiosidade, parece que a hora em que ali se entra é uma de espaço entre as rezas das freiras e em breve elas vão chegar e recomeçar a salmodia interrompida. No superior, severo pela sua silharia remoçada e cortada de esguias janelas góticas, o candeeiro das trevas, dos quinze lumes, sem velas, parece dizer que as religiosas ainda não há muito mudaram o ofício triste da Semana Santa pelo aleluiático do tempo pascal que agora corre. E esquecidos da época, atirados para antigos tempos, sentimos passos e o roçar dos hábitos e do órgão, precioso nas suas linhas do século XVIII, já se solta o marulho confuso das primeiras notas. Engano, elas não vêm, jazem sob espessas lajens, mas o ambiente é tão sugestivo, tem tanto ar de promessa que se é levado a murmurar – outras um dia virão.

O interior da igreja, agora sem talhas medíocres ocultando trechos estruturais, sem escombros, decrepitude e miséria, com as suas linhas sóbrias, as três capelas abertas para o largo transepto, a nave-coro, dá uma impressão forte, sugestiva, dominante; contenta o artista admirando só as formas, contenta o

arqueólogo pelo plano que o espírito do ramo feminino da ordem mendicante impôs.

Os tetos apainelados, de velho castanho, foram conservados e restaurados, e os túmulos tiveram melhor localização; o de D. Brites Pereira, a filha do grande condestável, decorado de grandes escudos d'armas, ficou num dos extremos do transepto e, no lado oposto, o dos condes de Cantanhede, enfeitado de legendas de amor. Na capela dos fundadores, os quatro sarcófagos foram dispostos de modo a valorizarem-se e a poderem ser estudados.

O exterior – pela remoção do casario, isto é escombros, como se pode ver das fotografias com que Marques Abreu ilustrou os volumes de Mons. A. Ferreira, que afogava a nave-coro por norte, poente e sul, e ocultava as absides – aparece agora no seu nobre aspeto medieval, coroado da longa faixa dentada das ameias.

Reergueram-se arcarias do claustro e consolidaram-se outras e, como era inútil a cobertura do espaço das galerias, as colunas, em forma de balaústres, e os arcos abatidos, ora recortando-se no céu ora sobrepondo-se aos velhos silhares, adquiriram grande valor cenográfico. Com o aqueduto restaurado e restaurada a fonte dezoitesca do meio do pátio lajeado, a água novamente canta caindo no tanque, como no velho tempo.

Tão linda ficou a igreja, tanto prende e encanta, que dá vontade de lhe aplicar os versos do túmulo, que guarda, do conde de Cantanhede:

Pois que ño tenho poder
senhora, de me partir
de vos amar e querer
por vostro quero morir.
E moiro de ma dama.

Correio de Coimbra, 1939.04.29.

BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS. N.º 17

IGREJA DE PAÇO DE SOUSA

Esta igreja, como bem poucas outras de Entre-Douro-e-Minho tem grande importância na arquitetura do Norte, pela sua estrutura orgânica de cruzamento de arcos.

No seu traçado românico, veio inserir-se mais tarde uma lanterna e um transepto que só se desenha na parte alta.

O século XVIII ampliando-lhe a capela-mor deixou uma amostra curiosa de interpretação arqueológica que não é única no país.

A 9 de março de 1927, um grande incêndio destruiu a cobertura das naves, mobiliário e alfaias. Aos costumados danos do tempo, como desagregações, mutilações, deturpações, juntou-se o fogo, agravando-os.

A fachada, pela restauração, adquiriu a austeridade e nobreza antigas; tiraram-se os ornatos do século XVIII, voltou à rosácea o seu preenchimento de círculos tangentes, segundo os elementos primitivos encontrados, e a pesada torre que se apoiava sobre um tramo da colateral sul, foi desmontada e, em sua substituição, levantou-se outra, de carácter medieval, afastada da igreja, à parte norte.

A fachada do convento, hoje Casa Pia, avançava sobre a frontaria e uma galeria do claustro ocultava a parte sul da igreja; recuou-se a fachada, abriu-se a galeria claustral, consolidando-se as arcadas e dando-se arranjo ao pátio.

Os telhados reconstituíram-se, as frestas voltaram à forma primeira e o exterior retomou as boas linhas de outrora.

O interior restaurado tem nobreza, majestade, é fortemente evocativo pela sua luz coada, multiplicidade de arcos e robustez de formas.

Aqui, como sempre costumam fazer nos lugares em que há essa possibilidade, os Monumentos Nacionais procuraram dar ambiente à igreja pela modificação dos terrenos circundantes e criação duma zona protetora. Além do recuo da fachada conventual, o acesso foi modificado, o cruzeiro elegante, que se erguia ao lado da fachada foi levado para o alto que termina o caminho fronteiro à igreja.

Até a relíquia veneranda do túmulo de Egas Moniz, que a baldões andara a desconjuntar-se, foi reconstituída e assente na absidiola do evangelho, fazendo-se a trasladação das cinzas para o túmulo em 31 de agosto de 1929 com a assistência do Prelado diocesano e autoridades civis.

Correio de Coimbra, 1940.02.17.

DOUTOR MÁRIO BRANDÃO

**COIMBRA E D. ANTÓNIO REI DE PORTUGAL - I
- A EDUCAÇÃO DE D. ANTÓNIO. LIURO DA RECEPÇÃO &
DESPESA DAS RENDAS DA UNIVERSIDADE PER MANUEL
LEITAM Q COMEÇOU PER PASCOA DE 544 ANNOS.
SCRJUAM MANUEL TOMAS. UM DOCUMENTO ACERCA
DOS PREJUÍZOS CAUSADOS À UNIVERSIDADE
PELA TERCEIRA INVASÃO FRANCESA**

São, estes três volumes, mais um testemunho do trabalho sério e sólido com que, em 1924 (*O Colégio das Artes*), o já bem ilustre professor universitário, Sr. Doutor Mário Brandão, iniciou o estudo do que certamente será fim e coroa – uma história da Universidade, de que já deu um valioso esboço, até à reforma pombalina.

*

Documentos novos e inéditos acerca de D. António, rei único de nome, tinha largamente enfeixado o sr. Doutor Mário Brandão, uns que ainda tem inéditos outros já publicados, especialmente em *Alguns documentos respeitantes à Universidade de Coimbra na época de D. João III* e nas *Cartas de Frei Brás de Braga para os priores do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra*; o período de educação do prior do Crato era na maior parte desconhecido e o que estava escrito andava desfigurado ou inteiramente falseado; eram necessários conhecimentos

dos institutos por onde o *pretendente* passara, que o ilustre professor universitário possuía e é mesmo o único a deter; por tudo isso, a organização e publicação, digamos, impunham-se-lhe moralmente.

É um trabalho sério, muito bem ordenado, sóbrio e sólido; não é a especulação intelectual com uma figura que o momento de comemorações patrióticas pudesse tornar simpática.

Vai desde o casamento clandestino do pai, o infante D. Luis, até ao falecimento deste (1551) e a posse do priorado do Crato por D. António.

Nascido este da formosa Violante Gomes – que depois na clausura de Vairão e Almoester haveria de meditar tristemente no seu casamento desigual que não a elevara – mandado para a Vidigueira para a criação duma ama (Ana Borges), falto dos carinhos da linda *Pelicana*, aos próprios da ama foi tirado, entre os 4 e os 6 anos, para ser internado no mosteiro de Penha Longa, onde encontrou o primo D. Duarte filho do Piedoso, passando, por 1542, para o colégio da Costa, para o qual tinham transitado os estudos jeronimitas, onde teve por professor o poeta latino Inácio de Moraes, autor do *Conimbricæ encomium*. Com a saída de D. Duarte e a nomeação de Fr. Diogo de Murça para reitor da Universidade, o colégio caiu de categoria.

D. António passou por Tomar, pelo colégio de S Jerónimo de Coimbra, estabelecido provisoriamente nos Paços Reais – que o infante D. Luís achou pouco acomodado ao recolhimento e clausura em que queria ver educado o filho – até vir dar ingresso no mosteiro de Santa Cruz, em 1548, onde continuou os estudos, vindo a tomar o grau de bacharel a 16 de março de 1550 e o de licenciado a 14 de junho de 1551.

A propósito, o Sr. Doutor Mário Brandão, trata largamente dos estudos dos dois irmãos do duque de Bragança, D. Fulgêncio e D. Teotónio, e desfaz informações falsas que dá o cronista cruzio, D. Nicolao de S. Maria, tanto acerca destes como de D. António como de muitas outras coisas, porque foi triste sina para o mosteiro aparecer-lhe tal historiador como D. Nicolao.

A passagem por Penha Longa, Costa e finalmente Évora pouco influenciou no espírito do Prior do Crato; não assim Santa Cruz. O Sr. Doutor Mário Brandão escreve – «a amizade entre os crúzios e D. António foi sólida e verdadeira» e conclui o seu trabalho: «O Prior do Crato nunca esqueceu os crúzios. E como olvidá-los se os curtos anos passados junto deles, não obstante a severa disciplina conventual, foram dos mais tranquilos e felizes da sua

vida tão fértil em desventuras? Nada há, em boa verdade, como o infortúnio para se aquilatar da solidez de uma amizade – grande foi a que uniu os crúzios ao infeliz monarca, pois resistiu ao tempo, à ausência, a ameaças e castigos! Os religiosos de Santa Cruz não foram para D. António daqueles amigos “que vnz emporte” da desolada complainte de Rutebeuf – arrostando com os rancores do cardeal-rei ousaram receber e agasalhar o Prior do Crato, quando os esbirros o buscavam para o prender, e na sua heróica tentativa de defender a Pátria contra a conquista estrangeira, não encontrou partidários que com maior entusiasmo por ele empenhassem liberdade e vida».

*

O *Liuro da Recepta* é de grande interesse para o estudo da arqueologia artística coimbrã e especialmente dos edifícios do paço real na sua transformação na época manuelina, acabamento da joanina e modificação com a entrada da Universidade.

Este livro (junho de 1544 a fevereiro seguinte) vem ampliar o que conhecíamos pela avaliação da obra feita por Marcos Pires, e indicar o estado das obras no meado do século e, bem meditado e confrontado com outros, pode, a quem lhe dedique o seu tempo, dar a revelação do que foi o projeto do paço real manuelino.

Tem, a meu juízo, com o documento de Marcos Pires, o mesmo valor que, para Santa Cruz, possui o contrato com Boytac de 1513, documento admirável para a igreja crúzia românica e manuelina, que me tem dado elucidacões de primeira ordem.

Dava-se, na época a que o *Liuro da Recepta* se reporta, a transferência daquelas faculdades que estavam nos colégios crúzios para o paço que ficou a ser das escolas. Faziam-se obras para acomodação dos gerais, trazia-se o mobiliário que estava em Santa Cruz e mandava-se fazer novo, como a estante para o mestre do canto, obra do marceneiro francês Nicolau Leterado, avaliada por Pero Durão, francês, e João Afonso, mestre da carpintaria das obras reais, aos quais se veio juntar, com o seu parecer, o juiz do ofício na cidade, Bartolomeu Fernandes. Pero Durão tinha feito duas cátedras para duas aulas dos baixos do colégio de Todos os Santos. Não se esqueceu o relógio do serralheiro Pero Francisco e o sino correspondente de fundidor do Espinhal. A capela estava ainda cheia de calça; o transporte de duzentas carradas foi pago a 12 de julho de 1544.

Aparece-nos uma série de nomes de carpinteiros, pedreiros, serralheiros que é preciosa.

Em apêndice, vem três documentos das rendas universitárias, sendo de interesse as relações das provenientes dos bens do extinto priorado mor de Santa Cruz.

*

A preceder a devassa por motivo do roubo, feito pelos franceses, de certas preciosidades que tinham sido colocadas num esconderijo da capela, o Sr. Doutor Mário Brandão faz a narração da entrada do exército napoleónico nesta cidade, em 1810.

São páginas vivas, dignas de serem vulgarizadas e de não ficarem limitadas ao pequeno número de estudiosos a quem são destinados os livros deste género.

À devassa são juntos outros documentos.

Do ofício do marechal Wellington para o reitor (1-XI-1811) é oportuno destacar o seguinte período: «Sei ao mesmo passo, que o Pateo da Universidade hé o único lugar proprio que existe nessa Cidade para se fazer a parada, e Exercisio de tropas, e que por tanto, não ordenarei q se descontinue». Mostra isto que nessa altura o pátio não estava ajardinado, o que igualmente indicam gravuras antigas, e que fazer-se agora modificação do ajardina-mento não é ir contra aquilo que está feito desde o princípio do mundo.

Correio de Coimbra, 1940.02.24.

DOUTOR LOPES D'ALMEIDA

RELAÇÃO DE TUDO O QUE PASSOU NA FELICE
ACLAMAÇÃO DO MUI ALTO E MUI PODEROSO
REI DOM JOÃO O IV, C.^a, ATLÂNTIDA, 1939;
ULTIMAS ACÇÕES DELREY D. JOÃO IV, C.^a, ATLÂNTIDA,
1940; LIVRO 2.º DO REGISTO DAS CARTAS
DOS GOVERNADORES DAS ARMAS (1653-1657), COIMBRA, 1940

Este ilustre professor universitário e deputado da nação, que muito se tem dado aos estudos históricos da Restauração, iniciou com a *Relação* uma coleção em que se publicam de novo diversos folhetos, hoje muito raros, e de grande interesse para aquele período a que tanto se tem dedicado.

Descrevem-se neste opúsculo os preparativos, a conspiração dos nobres e a aclamação de D. João IV; tem por fim, como diz fr. Fernando de Menezes no seu parecer para a licença de impressão, divulgar-se «a ressurreição do valor, e brio Portuguez tantos annos com o Reyno sepultado, e que para sempre viva a memória dos que empreenderão, e effectuarão tão gloriosa acção, conservandolhe em seus descendentes a emulação de adquirirem (conservando) igual gloria à que seus maiores (ganhado) lhes deixarão, e em todo o Reyno a lembrança do que deve às casas dos valerosos libertadores da pátria».

Nas *Ultimas Acções* descrevem-se os derradeiros dias do Restaurador. São páginas vivas, intensamente sugestivas por nos trazerem usos e costumes e hábitos religiosos tão afastados da vida actual e da mentalidade deste século.

O Livro 2.º do *Registo das Cortes dos Governadores das Armas*, publicado de colaboração com o sr. Dr. César Pegado, é uma das mais valiosas publicações para a história da Restauração.

Contém uns 290 documentos que nos traçam, como que dia a dia, os vários acontecimentos desenrolados nas fronteiras do Alentejo entre os anos de 1653 e 1657.

Foi um período de pequenos sucessos, entre os quais se destacam o de Arronches e a tomada do castelo de Oliva, e aparecem em segundo plano os de Montijo, Albardeiros e outros; terminando pelos preparativos bélicos daquilo que havia de ser a perda de Olivença, sendo governador das armas do Alentejo o Conde de S. Lourenço, cujos primeiros atos, em sucessão ao Conde de Soure, se encontram aqui registados.

Este livro dá-nos uma série de notícias da vida de campanha que interessam não só à história militar como também serão curiosíssimas para os estudiosos de todos os géneros históricos.

Ocorrências de todas as categorias aí aparecem: deficiências na hospitalização dos soldados e entrega dos hospitais aos religiosos de S. João de Deus, atraso nos pagamentos militares, seleção de éguas reprodutoras, intrigas e inimizades entre oficiais, prisão de diversas pessoas como a do capitão-mor de Niza, do capitão Luiz Aureo de Melo e de outros, dificuldades de recrutamento de soldadesca, troca de prisioneiros, presas feitas em Espanha e a sua repartição, ou presas contra o estipulado como a presa do Serro que originou longas diligências, ou a que os moradores de Mértola fizeram no condado do Niebla, escusas de soldados pagos, subsídios diários em pão aos moradores de certas vilas da fronteira, etc., etc.

Aparece a fortificação de certas praças: em primeiro lugar a de Elvas, Olivença e Campo Maior e, em segundo as de Ouguela, Beja, Castelo de Vide, Moura; a dificuldade que na de Elvas havia com o aqueduto – os Arcos da Amoreira, e com o convento de S. Paulo.

Vem o nome de certos engenheiros das fortificações ou de auxiliares com indicações valiosas: Diogo de Aguiar, ajudante general, que tomou parte na tomada do castelo de Oliva, bem como o ajudante de fortificação António Rodrigues, e o tenente general Nicolau de Langres (que em 1655 nos aparece a ir ver e a dar o seu parecer acerca da fortificação de Moura e que encontramos nos trabalhos preparatórios do que havia de ser o desastre de Olivença) Santa Coloma, Francisco Dufour, Pedro Dias Villanova que trabalhava em 1653 nas fortificações de Campo Maior.

Correio de Coimbra, 1940.04.06.

CENÁRIOS DO TEATRO DE S. CARLOS

(PELO DOUTOR JOÃO PEREIRA DIAS) – LISBOA, 1940

Os encómios a certos cenógrafos do século passado (Cinatti e Manini) e as reproduções dalguns trabalhos nas velhas revistas ilustradas lisboenses, que uma ou outra vez se nos deparam

ao folheá-las em buscas de outros géneros, fizeram-nos receber com alvoroço esta obra do Sr. Doutor João Pereira Dias, que o cargo exercido, de Comissário do Governo junto do Teatro Nacional de S. Carlos, lhe permitiu escrever, em conclusão do trabalho paciente e minucioso da identificação das 2.272 peças, de grande número de pintores, de arrumação metódica e de fácil consulta, com ficheiro disposto por ordem alfabética das óperas e dos cenógrafos.

Uma resenha histórica da cenografia leva o leitor desde o teatro grego, através do medieval e renascença, até à atualidade, descrevendo a sua evolução, indicando teorizantes, práticos, processos, épocas e grandes centros europeus, com grande erudição. A mesma resenha, igualmente erudita, e que é de grandíssimo interesse para a arte nacional, faz o Sr. Doutor João Pereira Dias para a cenografia portuguesa antes da abertura do Real Teatro de S. Carlos, seriando, em rápidas notas biográficas, os arquitetos e cenógrafos teatrais dos três primeiros quartéis do século XVIII, completando-se este capítulo com o dedicado à cenografia no Teatro de S. Carlos.

Termina o volume com um álbum de estampas, no qual os eruditos e os artistas encontram uma documentação de primeira categoria para o conhecimento da evolução deste género de pintura, com as suas obras primas do século XIX e com as do declínio, a que se juntam reproduções de gravuras do século XVIII que se encontram em coleções particulares e no Museu das Janelas Verdes.

Obra valiosa por muitos títulos, sobressaindo o de ser a primeira no país a estudar tal ramo artístico e que ficará basilar pela probidade científica de que se apresenta revestida.

Correio de Coimbra, 1940.11.02.

**BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL
DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS
NACIONAIS N.º 22**

IGREJA DE SANTA MARIA DOS ANJOS

Tomou, a igreja dos Anjos de Montemor-o-Velho, maior relevo na arquitetura manuelina do distrito, pela sua restauração.

Datada de 1511, no fecho da abóbada da capela-mor (cujo desenho e legenda o p.^o Nunes Pereira publicou no diário *Novidades* – 8-X-1933) integra-se na primeira fase do manuelino coimbrão e em relação estilística com outras obras.

Mandada fazer pelo herói de Safim e fundador do castelo da Mina, Diogo de Azambuja, como se lê no fecho da abóbada e na inscrição do seu túmulo, para igreja conventual dos eremitas de S.^{to} Agostinho, foi sofrendo acrescentos e desnaturações e por último, depois da supressão das ordens religiosas, do inevitável abandono, obrigando agora os Monumentos Nacionais a trabalhos de responsabilidade e de estudo demorado.

Surgiu, concluídos estes, renovada e atraente como não parecia que pudesse vir a sê-lo.

Em lugar da fachada maciça, que englobava o portal da igreja e o da portaria conventual, aparecem-nos as velhas linhas das empenas, destacando-se, em valores diversos, aqueles portais.

A torre dos sinos, encaracterística debaixo das camadas de cal e desnaturamentos vários, tem novamente os finos colunelos a debruarem as suas esquinas e as arestas das ventanas, e estas erguendo-se duma cornija modilhoadada; disposição que os olhos perspicazes do P.^o Nunes Pereira já tinham visto e que apontara num desenho publicado na *Renascença*.

O interior, desobstruído, com o arco triunfal reintegrado, novo pavimento e com as frestas reaparecidas, retomou o velho carácter. A capela-mor, libertada do pesado altar, agora substituído por outro que andava deslocado, mostra a tessitura sóbria dos nervos da abóbada, com as suas represas e grandes chaves lavradas de o folhagens e, na parede norte, um arco policêntrico, docelando a arca sepulcral sobre que se alonga a estátua jacente do fundador, túmulo até agora deslocado, escondido e mutilado.

Nas paredes da nave recortam-se os arcos das capelas, de várias épocas e valor vários, restauradas.

O claustro com certas partes anexas que andavam em mãos de particulares, foi adquirido pelo Estado e reposto no conjunto monumental.

Necessitou de grandes obras.

Dá prazer vê-lo hoje vincado dos contrafortes que repartem as fachadas, cortado das arcadas sobre colunas e, no centro da praça arrelvada, o tanque quadrado donde se levanta a taça da água.

O lado sul da igreja, aonde se obteve uma zona de proteção, com o aspeto movimentado e vários dos contrafortes, capelas e telhados de formas diferentes, é cenográfico e convida ao desenho.

Se as outras restaurações feitas pelos Monumentos Nacionais merecem encómios, esta, pela forma por que foi realizada e por ser dentro deste distrito, em maior grau os merece.

Correio de Coimbra, 1941.07.25.

BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS. N.º 23

S. PEDRO DE RATES

A igreja paroquial de Rates é um edifício do séc. XII, compreendendo partes de duas fases de construção, em que os projetos da segunda, que deviam eliminar a obra antiga, tiveram de acabar por se acomodar à anterior, aproveitar parte e reempregar decoração.

A sua história está por fazer. Os documentos conhecidos, como a doação a Charité-sur-Loire, têm de ter uma crítica severa quer dos diplomatas quer dos historiadores; outros não conhecidos do mundo da arqueologia necessitam de ser convenientemente ponderados.

O que, porém, interessa no momento é a restauração.

A probidade com que foi realizada fica bem aclarada e justificada pelo exame das fotografias que mostram o edifício antes e depois de concluídos os trabalhos.

Não é necessário descer aqui a minúcias; a restauração da capela-mor é prova suficiente.

Posto que tivessem sido encontrados os alicerces e os elementos soltos, reempregados como alvenaria nas paredes demolidas, o alçado era grandemente complexo; e, se as ligações que ficaram nas paredes da parte reta davam algumas indicações, as dificuldades de restituição ainda não diminuía.

Só um grande estudo dos elementos encontrados, uma grande prática nas outras obras realizadas e qualidades naturais de intuição e vocação profissional podiam reerguer a obra destruída.

Todos os elogios que se façam à obra dos Monumentos são merecidas, e gratidão, mesmo, lhe é devida não só da parte dos estudiosos medievalistas como de todos que se interessam pelo património artístico nacional, por qualquer aspeto que seja encarado.

Correio de Coimbra, 1941.10.18.

OS BOLETINS DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS

Há pouco tempo ainda, recebi, por gentileza da Direcção Geral, três números aparecidos em 1940, que faltavam à minha coleção.

É consagrado um à capela de Orada, junto à vila de Melgaço, edifício do grupo miniense do século XIII.

Reconstituído o arco cruzeiro, feitos de novo os telhados, regularizado a solo e o adro, consolidado e liberto de pequenos acréscimos, apareceu com nova graça o formoso templozinho em que o próprio nome é musical e sugestivo.

S. Miguel do Castelo de Guimarães teve também o benefício necessário. Capela lendária, a que a tradição, à falta de documento autêntico para lugar mais provável, ligou o batismo do fundador da nacionalidade, posto que tenha sido levantada depois daquele facto.

A capela não vale só por si mas também pelo conjunto medieval de que faz parte e que os Monumentos valorizaram e tornam lugar eleito de evocação medievalesca: o castelo, o paço dos duques e a muralha; conjunto único no país.

O castelo de Pombal, não há muito fortaleza a acabar de ruir, dando pena ver da estrada quando se passava, é hoje um documento valioso, reconstituído com perícia, e um elemento de cenografia no pano de fundo que se desdobra na passagem de automóvel pela vila.

Limpo o terreno entre as cortinas e as barbacãs, liberta a parte interior, consolidada a torre de menagem, reconstituídas torres e panos caídos, completados outros, sempre com sobriedade, com prudência e com saber é um documento civil recuperado para a história da evolução da fortificação portuguesa, para a história militar e para a geral.

*

Os boletins dos Monumentos não são, como poderá parecer a quem os não tenha examinado com cuidado, um autoelogio à própria obra. Muito pelo contrário; são a exposição franca dum trabalho feito com probidade.

À parte a história do monumento dada em resumo, a literatura consagrada à enumeração do que se realizou limita-se a poucas páginas e ainda em forma sumária.

Faculta-se, a um exame severo de quem for entendido, um documentário de primeira ordem, constituído por planos, alçados, cortes, fotografias do estado anterior à restauração colocadas ao lado dos mesmos aspetos depois da obra de beneficiamento.

É o processo mais honesto e mais leal duma repartição do Estado por, ao exame do público, o seu trabalho.

A fotografia minuciosa, tomada com mero fim documentário, sem efeitos de luz a esconder defeitos ou a valorizar qualidades e os trabalhos topográficos, levantados com rigor, são depoimentos impessoais, os melhores documentos.

Folhear os números aparecidos é percorrer um documentário sério em que a obra dos Monumentos se justifica por si mesma.

*

Não tenho interesses de qualquer ordem ligados aos Monumentos Nacionais e, por isso mesmo mais livre me sinto para falar da sua acção restauradora. Se a louvo, sou levado a isso

só por justiça, se alguma vez tiver de censurar, ninguém poderá julgar que o faço por interesses contrariados.

Sigo com cuidado os trabalhos dos Monumentos por serem realizados em edifícios que são objeto do estudo que faço da evolução das formas artísticas do país.

Desde o primeiro momento simpatizei e aplaudi a sua ação e não me posso arrepender de tal atitude.

Tive ocasião, em 1940, de ver em série um grande número de edifícios que andavam a ser beneficiados e, por esse exame de conjunto, avaleiei, melhor que anteriormente havia feito ou que o poderia fazer se visse os mesmos edifícios interpoladamente, a obra grande que já é a dos Monumentos e quanto ela representa para o país.

Restauraram-se numerosas igrejas próximas de ruína, reintegraram-se outras, quase perdidas artisticamente na forma como se apresentavam, deram-se assim aos fiéis casas de oração que a sua pobreza não podia renovar, ressurgiram os castelos e entre eles, duma forma excecionalíssima, o de Lisboa. Dum extremo ao outro do país os Monumentos têm exercido a sua ação benfazeja, e o que só espanta é como se tenha podido fazer tanto num país em que estava tudo por fazer.

E tudo isto não é só depuração, consolidação e renovação de edifícios, é trabalho especializado para operários que o não tinham, é o aparecimento de artífices hábeis em técnicas esquecidas, é a valorização dos profissionais das artes menores, é uma subida de cultura intelectual do país, é ainda pão repartido a milhares de operários.

Tem feito muito os Monumentos; pode-se ir mais além e dizer ainda com justiça que têm feito imenso.

Muito ainda há a esperar deles mas não se pode esperar nem exigir o impossível; a sua ação está limitada pelas verbas orçamentais e apesar de toda a boa vontade dos dirigentes, as obras não podem tomar o andamento que seria da sua vontade dar-lhes.

Se pensarmos que os frades de S.^{ta} Cruz de Coimbra, no primeiro período de obras do século XVI estiveram fora dos seus dormitórios, abrigados provisoriamente em dependências insuficientes, durante dezasseis anos, quando essas obras eram feitas pelos rendimentos conventuais, não nos podemos espantar que os Monumentos sejam levados a demoras pois que os seus recursos são limitados orçamentalmente e de toda a parte se pede sua assistência.

Correio de Coimbra, 1942.01.17.

**BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL
DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS
NACIONAIS. N.º 24**

IGREJA DA ATALAIA

Sai um pouco tarde a referência a este boletim. Numa viagem à velha casa paterna, levámo-lo para ali ser lido com cuidado; por inadvertência lá ficou e, só agora, em nova visita o trouxemos.

Abre o Boletim com um artigo – A Reintegração dos Monumentos – aonde, a propósito de determinada crítica, novamente se expõem os princípios que têm orientado a restauração dos monumentos e se exemplificam com as obras realizadas.

Ninguém mais apto para dizer o que neste assunto deve ser feito que os próprios Monumentos Nacionais. Já são tão numerosos, variados e com problemas tão diversos, os edifícios restaurados, que a Direcção Geral tem elementos suficientes, os mais numerosos e os de melhor categoria que alguém possa possuir, para ensino próprio e alheio e para pôr em obra, possuindo a teoria e a prática do que é e deve continuar a ser a obra das restaurações.

Só quem lida diariamente com os problemas os conhece e sabe quais as soluções acomodadas. Só a prática dá a ciência, a ciência que não pode ser o resultado das lucubrações daqueles que só interrupta ou esporadicamente se ocupam desses assuntos, por mais qualidades que tenham, por mais afins que tenham sido os seus estudos.

*

A igreja da Atalaia, obra do primeiro Renascimento, com ligações com certa arte da região coimbrã, como o Sr. Prof. Doutor Vergílio Correia já elucidou, encontra-se, depois desta restauração, valorizada sob dois pontos de vista: o material, pela consolidação e reparos, e o artístico, pela vulgarização dos seus aspetos que o *Boletim* lhe dá e pela facilidade, através dele, de a confrontar com as obras do mesmo período.

Além das reparações gerais que seria fastidioso numerar, há digno de nota: a renovação integral dos tetos, obrigando-os a reocuparem os lugares primitivos, com realce perspético da

nave maior; a reintegração interna e externa do lindo polígono da capela-mor; a libertação das fachadas laterais. Em resumo: boa obra, sob todos os aspetos, como nos outros edifícios já restaurados.

Correio de Coimbra, 1942.06.06.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

DR. J. PINTO LOUREIRO – ADMINISTRAÇÃO COIMBRÃ
NO SÉCULO XVI

O ilustre diretor da biblioteca municipal, notável, historiador do município conimbricense, dá-nos neste volume os capítulos principais da administração num dos séculos mais curiosos e movimentados naquele em que, pela vinda da Universidade, a antiga vida medieval cidadina viu os caminhos em que passava, alterados, com novos direitos e consequentes atritos e lutas.

Salientamos e chamamos a atenção dos leitores para certas partes do volume que são dum interesse particular: a determinação dos lugares aonde se realizavam as audiências camarárias, com indicações muito interessantes acerca da torre de Almedina e do paço dos tabeliães com os lugares anexos, o longo e elucidativo capítulo de almotaçaria e, finalmente, toda a parte dedicada às relações camarárias com a universidade que abrange quase metade do livro, destacando-se aí a parte dos privilégios que esta e os colégios foram obtendo do rei, como açougues e feira franca.

Ler este livro é reviver e compreender uma interessante época cidadina.

*

Capitão Santos Conceição – **Soure**.

O distrito de Coimbra é um dos mais pobres em literatura monográfica; fora de certos trabalhos fragmentários e de vários valores relativos à cidade e já numerosos, para o resto a indigência é tal que na sua enumeração mal se passa duma meia dúzia. Espanta

tal penúria pois que a monografia não tem quadros rígidos; células certas a preencher mas dá possibilidades tais que cada um aí pode deixar o seu depoimento segundo a capacidade própria, a sua orientação profissional ou dos estudos individuais, a tendência peculiar ao seu espírito, em ver os homens e a terra.

O sr. capitão Santos Conceição, que já nos tinha dado um volume de Condeixa, apresenta-nos agora o concelho sourense. Revive a história local com a concisão que o quadro do livro exigia e faz-nos passar por cada uma das freguesias, dando indicações preciosas, destacando-se as das casas tradicionais, as dos notáveis e as linhas genealógicas. Os quadros do movimento demográfico, as notas dos usos, costumes e lendas são igualmente de notar.

Promete o autor um outro trabalho deste género sobre Montemor. Que não demore, será o único desejo dos leitores dos volumes de Soure e Condeixa.

Correio de Coimbra, 1943.02.13.

BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS N.º 27

IGREJA DE SANTA MARIA DOS OLIVAIS

Boa restauração e igreja digna de a ter.

Trata-se dum edifício do período dionisíaco, na transição do século XIII para o XIV ao qual foram encostadas lateralmente capelas no século XVI.

A sua situação fez com que se acumulassem lentamente grandes quantidades de terra em sua volta, principalmente para o lado da fachada principal e das laterais. O volume das terras removidas deve ter orçado por mil metros cúbicos; nalguns sítios a altura das aluviões atingia quase dois metros. Não só se saneou o edifício com essa remoção como se restituiu a beleza das linhas severas das antigas fachadas.

Visto do ângulo SO, tem agora uma apresentação cenográfica que encanta.

O carcomido portal sobriamente restaurado, cavando-se de sombra, e a larga rosácea, que o domina, cortada dos arquilhos radiantes, formam uma composição arquitetónica perfeita, que se levanta, com clareza de linhas, do adro que foi afundado e lajeado.

Na fachada sul, à qual se conservaram as capelas do século XVI foi restaurada e valorizada a grande e majestosa varanda de colunas dóricas, com vãos adintelados.

O lado norte, liberto das terras e de construções parasitárias, viu-se novamente enobrecido com a severa fiada de janelas e com o portal, semicircular duma só reentrância da mesma época do edifício.

O exterior da cabeceira, igualmente muito valorizado, produz uma agradabilíssima impressão com a capela-mor de altas frestas e de contrafortes em degraus e que é uma das melhores capelas do período dionisiaco.

O interior, aonde repousam alguns restos mortais dos mestres do Templo e de Cristo, é fundamente sugestivo. Suprimidos importunos acréscimos, como o coro, renovado o pavimento, inteiramente reformados os tetos e, acima de tudo a capela-mor rebaixada com as cinco grandes lancetas das frestas jorrando luz, abrigando, sob o severo aranhão da abóbada, o altar acomodado ao sírio e a grande Virgem com o Menino, que da penumbra da nave se vê destacar na auréola luminosa da concha absidal – é espetáculo raro e que é, em suma, prova manifesta da competência dos Monumentos Nacionais e motivo de aplauso à sua magnífica e grandíssima obra e que hoje já bem se patenteia a todos.

Correio de Coimbra. 1943.02.27.

BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS N.º 28

IGREJA DE SÃO TIAGO DE COIMBRA

Parece-nos que a melhor maneira de indicar a obra feita pelos Monumentos Nacionais no segundo período de restauração (1929

a 1935) da igreja de S. Tiago será transcrever a relação que o mesmo boletim nos fornece:

«Regularização e assentamento de todo o lagedo das naves, da capela-mor e suas colaterais, assim como da capela situada na nave do norte.

«Reparação e substituição de todas as cantarias mutiladas e eliminação de diversas molduras que tinham sido indevidamente reconstruídas nas fachadas e no interior da igreja.

«Reparação dos altares de madeira da capela-mor, bem como da capela transferida para a nave do norte, aproveitando-se para tal fim os altares existentes no Museu Machado de Castro.

«Construção e assentamento de um altar de pedra, próprio da época, na capela absidal do lado do Evangelho.

«Construção do coroamento e resguardo das empenas das naves, inclusive o assentamento da cruz terminal.

«Arranjo geral da capela da nave do norte, e reconstrução de uma das suas frestas.

«Arranjo e adaptação, para uso da sacristia, de uma antiga dependência, contígua à fachada do norte, e construção da passagem coberta que a liga directamente à Igreja.

«Reparação geral de todas as cantarias interiores e exteriores, incluindo a tomada de juntas.

«Construção de toda a armação do telhado, com estrutura condigna, apropriada à época, e cobertura de telha românica.

«Construção e assentamento de vidraças coradas, com armação de chumbo, em todas as frestas, janelas e óculo central.

«Reconstrução da soleira da capela absidal do lado da Epístola, pondo a descoberto a sua primitiva forma circular.

«Demolição de vários anexos construídos no antigo adro (lado do norte)».

O boletim completa-se com uma série de planos, cortes e alçados de perfeita execução e que são ótimos elementos de estudo para os arqueólogos.

A série de fotografias do estado em que os Monumentos encontraram a igreja e daquele em que ficou depois destas obras é igualmente preciosa, devendo-se fazer notar que estas últimas são maravilhosas, como arte fotográfica.

A breve parte histórica ressen-te-se de se basear numa obra antiga.

Correio de Coimbra, 1943.04.10.

**BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL
DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS
NACIONAIS N.º 29**

CASTELO DE LANHOSO

Se nalguns lugares se pode pensar na vocação dos sítios para determinadas construções, um desses é o rochedo em que assenta este castelo; isolado, de difícil acesso, uma cortina de muralhas envolveu-o e, no ponto mais dominante, ergueu-se o castelejo.

Aí foi cercada D. Teresa pela irmã D. Urraca; o castelo foi tomado e cativa D. Teresa. A História Compostelana refere o caso: *Archiepiscopus et Regina obsederunt ipsam Portugaliae Reginam in Castro nomine Laniosio, et castra usque Dorium protenderunt.*

As partes da construção que mais feriram o visitante são muito posteriores a estes sucessos; do castelo dessa época restam certos elementos nas bases, e mesmo aí são necessárias destrinças.

Os Monumentos Nacionais não quiseram fazer uma reconstrução total, mas só consolidar as partes levantadas e dar clareza ao traçado das muralhas; trabalho sóbrio, sensato, bem realizado, digno de elogios. A abertura duma estrada de acesso trouxe consigo o achado dum povoado proto-histórico e a recolha de diversas espécies arqueológicas.

O número do Boletim em que se justificam os trabalhos feitos foi bem organizado, como já o tinham sido os anteriores.

A breve parte histórica é baseada nos trabalhos vulgares de divulgação e não tem em conta os elementos gráficos do mesmo boletim.

Os mapas de planos e alçados, realizados com o cuidado e o desenvolvimento costumados, são elementos de estudo de primeira categoria.

A documentação fotográfica, dando-nos aspetos anteriores e posteriores às obras, não é de menor valor. Algumas fotografias destacam-se pela sua beleza; a da fig. 17 e a da 21 far-se-iam notar em qualquer exposição.

Correio de Coimbra, 1943.07.24.

PUBLICAÇÕES RECEBIDAS

*CARTAS ORIGINAIS DOS REIS ENVIADAS
À CÂMARA DE COIMBRA (1480-1571),
PUBLICADAS POR JOSÉ BRANQUINHO DE CARVALHO*

O distinto empregado superior da Biblioteca Municipal desta cidade, sr. Branquinho de Carvalho, acaba de editar o códice que contém os originais das cartas régias.

O interesse da publicação destas cartas, não só para a história municipal como para a arqueologia local e outros sectores históricos, é muito grande e bem sabido de todos aqueles que as conhecem dos resumos feitos por Ayres de Campos, aparecidos nos «Índices e Sumários».

O rigor da leitura, a ótima apresentação do trabalho, muito valorizado com notas e sumários, tornam o distinto bibliotecário credor de todos os estudiosos que às *Cartas* recorram. Os índices, ideográfico e onomástico, muito amplos, completam o trabalho e são as verdadeiras chaves das buscas rápidas e ao mesmo tempo exaustivas; trabalho similar do que tem feito para diversas espécies da Biblioteca Municipal, que por estes e outros trabalhos ocupa ela um nível cultural que a destaca entre os estabelecimentos científicos da mesma categoria.

Abre o volume com uma carta de D. Afonso V, à qual se seguem quatro de D. João II. Na terceira deste encontramos a grande preocupação que sempre foi para a cidade o rio Mondego; as enchentes tinham danificado a ponte e pensava-se em reparações.

Nas cartas de D. Manuel, além dos assuntos normais da vida do município, encontram-se duas coisas do maior interesse para o bem comum cidadão: o hospital real e a ponte. Acerca daquele só há uma breve nota dum as casas da câmara; a obra da ponte é mais bem documentada, aparecendo aí o arquiteto Boytac a tratar da ponte e dos boqueirões, o rossio à entrada da mesma ponte e o caminho da Couraça.

Com D. João III vêm novas preocupações. Além da peste, da estada do rei na cidade, o cuidado com o flagelo dos enjeitados, a obra do cais, vem ocupar o primeiro lugar a mudança da Universidade e os problemas que consigo trouxe: construção de colégios, pousada e mantimento dos estudantes, conflitos de

precedências, além dos numerosos e amplos privilégios que cada dia os colégios obtinham.

As da regente D. Catarina referem-se ao falecimento do Piedoso e, além do expediente normal, renovam o eterno motivo do rio, recomendando a execução do projeto do dr. Heitor Vaz para o seu desassoreamento.

O regente Cardeal D. Henrique continua a incidir nos mesmos pontos: conserto da ponte, encanamento do rio, marachões, e ainda os fatais privilégios universitários, como também reparações na torre do castelo e muros.

A ponte volta novamente com D. Sebastião, mas o assunto de capital interesse, nas cartas deste rei, é o aqueduto.

Como se vê destas breves indicações, foi um subsídio magnífico que o distinto bibliotecário veio colocar nas mãos dos estudiosos cidadãos.

Correio de Coimbra, 1943.12.25.

BOLETIM DA DIRECÇÃO GERAL DOS EDIFÍCIOS E MONUMENTOS NACIONAIS N.º 30-31

IGREJA DE SANTA CLARA DE SANTARÉM

Se algum qualificativo se deve dar à obra realizada pelos Monumentos Nacionais na igreja de Santa Clara de Santarém, o que mais bem aplicado será é o de ressurreição.

É uma igreja dos séculos XIII-XIV, bastante grande: três naves de sete tramos, transepto, cinco capelas absidais, duns setenta e tal metros de comprimento.

O abandono em que os Monumentos Nacionais a encontraram era completo: os ciganos tinham-na transformado em sua caravanseira.

Renovaram-se os tetos, consolidaram-se as paredes e os pilares, restauraram-se os arcos e as janelas, remodelou-se o pavimento.

A obra mais interessante e sugestiva foi a das capelas da cabeceira. O transepto tinha sido encurtado, suprimidas as duas

capelas extremas, reduzidas as intermédias, e a abóbada nervada gótica da capela-mor substituída por outras de caixotões.

A ressurreição desta parte foi felicíssima. Estendem-se, airosos os braços do transepto; os cinco arcos quebrados da cabeceira têm uma gradação simétrica e harmoniosa. Na capela-mor, abrindo o altar, encurvam-se e reúnem-se agora na chave central os oito ramos dos arcos da abóbada e as cinco janelas geminadas formam uma coroa de luz.

Para o poente, avança, em compassado movimento, a dupla fiada das arcarias, resplendendo na parede terminal a grande e airosa rosácea.

Reina agora ali um bom ar antigo! A sugestão é tamanha que se espera de momento a momento, que as figuras da realeza do fim do século treze e as do catorze avancem pela nave em cortejo, que até, a própria infanta Leonor Afonso surja rediviva do seu túmulo, lá do extremo.

É necessário confessar que a obra dos Monumentos Nacionais é verdadeiramente patriótica, motivo de orgulho para o país, perfeita em todos os sentidos.

Houve um achado de primeira categoria, o túmulo da infanta, do século catorze (e não quinze como se diz na introdução). As figurinhas dos frades e das religiosas são vivas e tal encanto estas produzem que se não pode arrancar o olhar da sua harmoniosa gesticulação e santa conversa.

Perdem os boletins pela introdução histórica. Lucrariam os M. N. em substituir a notícia por umas duas páginas esquemáticas, de simples notas históricas.

Correio de Coimbra, 1944.03.25.

O DR. VERGÍLIO CORREIA E O VOLUME «COIMBRA»

Acaba de me ser dado o prazer de ter nas mãos e de percorrer todas as folhas já impressas do primeiro livro de coletâneas deste malogrado professor e saudoso amigo. Com o mesmo prazer anuncio a sua próxima aparição. Trata-se dum volume sugestivo não só pelo nome ilustre daquele que esparsamente o escreveu,

não só por ser aquela escola superior que ele tanto valorizou que o edita, como também pelo assunto e pelo nome que apresentará no rosto: COIMBRA.

Foi nesta cidade que alvoreceu, em certo modo, o seu espírito para o largo caminho dos estudos que o consagraram; foi nela que percorreu a grande linha de cimos das suas investigações, e foi ainda na sua terra que repousou prematuramente a gentil cabeça. Com razão se iniciou a publicação dos seus inéditos e esparsos pelo grupo de trabalhos dedicados à cidade que ele muito prezou e a qual lhe soube corresponder com gratidão.

Abre o volume com uma página de saudade (*Coimbra cidade de Arte e Artistas*) em termos que são lapidares: «Coimbra é a mais rica das cidades de arte de Portugal, como é também a mais linda cidade portuguesa. Como em nenhum outro recanto do solo pátrio, aqui o homem soube, pelo seu engenho, acrescentar às belezas naturais um contributo estético que valoriza, pela expressão superior, diretiva e interpretativa, a paisagem e a História».

A marcha artística da cidade vai aparecendo ora em largo movimento, já em minúcias de investigação, ora em análise cuidada. Encontram-se referências à cidade pré-histórica, desenvolvida notícia do seu grandioso período romano, do qual o malgrado professor trouxe à luz tanta novidade. Vem o pré-românico e o largo estudo de certos aspetos do românico, especialmente da zona cemiterial envolvente da Sé Velha, guardando-se todavia certos estudos, desta época e de outras posteriores, que poderiam naturalmente aqui aparecer, para volumes de assunto mais cerrado.

Ao lado das visões largas da arte coimbrã, encontramos os agrupamentos monográficos, como os da Universidade e de Santa Cruz, colocando-se assim ao alcance dos estudiosos como dos simples curiosos da história da cidade trabalhos deste Professor que são fundamentais e que era já difícil de encontrar ou até de consultar.

Artigos e pequenos estudos que passaram quase despercebidos ficam valorizados nesta publicação de conjunto, e até mesmo arrendados de linguagem que a publicação jornalística tinha deixado em lugar secundário, pela sua forçosa colocação, sobressaem agora e aparecem-nos com um encanto novo. Num dos últimos artigos encontram-se estas linhas de antologia: «Nestas tardes de chuva da última semana, o Penedo da Saudade, húmido, tívio e solitário, esteve maravilhoso: horizontes esfumados, nuvens

baixas e esfarrapadas, a grisalha concha de olival reavivada, logo o pinhal sonâmbulo, os montes de além-rio, esta montanha de além-montes, sob veladuras ténues, próximas e distantes. Nos canteiros alinhados ou arruados, as flores tinham maior viveza – brancas, roxas, róseas, açafroadas, rubras. Embebida de água, a terra rescendia...».

E como este quantos outros!

Dois anos e dias após o seu falecimento, a notícia da publicação deste livro – COIMBRA – é a melhor notícia que posso dar a quantos guardam uma recordação saudosa do ilustre Professor e ótimo homem que teve o nome de Vergílio Correia.

Diário de Coimbra, 1946.07.17.

COIMBRA E «A ESCULTURA EM PORTUGAL», DO PROF. DOUTOR REYNALDO DOS SANTOS

O aparecimento do primeiro volume de **A Escultura em Portugal** deste distinto professor e presidente da Academia Nacional de Belas Artes é um facto que merece ser assinalado numa forma especial, porque representa um marco de primeira grandeza na organização da carta histórica da arte do país.

Podem-se repetir as palavras do preâmbulo: «A história da escultura em Portugal estava por fazer. Os estudos isolados sobre alguns túmulos ou grupos de imagens constituíam contribuição fragmentária, mais ou menos valiosa, para uma futura história deste capítulo das artes plásticas, mas não se integravam no quadro – inexistente – das correntes nacionais que tinham presidido à génese dos ciclos evolutivos nem discriminavam influência, afinidades e originalidade».

Posso continuar, por minha parte: qualquer tentativa que se fizesse no sentido de elaborar esse quadro de agrupamentos, de correntes e de evolução produziria um resultado que seria simplesmente débil.

Só as espécies tumulares eram mais conhecidas; a imaginária avulsa reduzia-se a um número que hoje se pode classificar de insignificante, bastando dizer que na Coleção do Museu, agrupamento de incontestável valia não estava representado um dos grandes mestres conimbricenses do século quinze.

O trabalho de inventariação artística, especialmente o do nosso distrito, que veio revelar um número muito elevado dessas esculturas dispersas, a coleção Vilhena, com cerca de um milhar delas, posta à disposição do sábio presidente da Academia, além de certos trabalhos de investigação pessoal que este mesmo fez, permitiram-lhe agrupar alguns milhares de reproduções fotográficas. Foi sobre esta documentação rica (completada de repetidas viagens para exame dos originais) que elaborou o quadro de escolas, agrupamentos, influências, evoluções.

O alcance, não já nacional mas internacional, que esta obra tem tornou-se patente nas conferências que o sr. Doutor Reynaldo dos Santos fez há tempos em Paris e em Madrid e ainda pelo interesse que os estudiosos estrangeiros mostraram não só por essa altura como já em outras reuniões posteriores.

Os fenómenos artísticos, sendo sociais, nunca são meros casos regionais; fazem parte dos grandes movimentos da humanidade, mesmo por muito acantonados que sejam os países em que eles se passem. O congresso internacional de história de arte a realizar-se em breve no nosso país, não só dará um valor maior a esta obra como consagrará de vez em Portugal como país de escultura, o que nunca se julgou que pudesse vir a acontecer.

*

Não me é possível dar um resumo deste magnífico primeiro volume, que é especialmente consagrado à escultura gótica, reservando-se para o segundo (a aparecer dentro de pouco) o manuelino, renascença e barroco; limitar-me-ei a uma breve sugestão no que diz respeito à arte que irradiou de Coimbra, que, para orgulho da cidade, é a maior e maior parte da que é referida. A **Escultura em Portugal** vem consagrar Coimbra e universalizar o seu nome, como centro de escultura, a par de tantas outras cidades europeias.

*

Tratando o sr. prof. Doutor Reynaldo dos Santos da escultura do século treze escreve: «neste ciclo de escultura tumular, já

francamente gótico, Coimbra representa o foco essencial, talvez porque a docilidade do calcário e as próprias tradições plásticas, mais requintadas, de que a Sé Velha fora centro, permitiam finuras de execução e de estilo a que o granito do Norte se não prestava».

A do século catorze, com uma representação mais extensa, é dividida não só por séries tipológicas, para melhor vincar a evolução e os grupos, como também por escolas, dando o primeiro lugar aos túmulos, pois que não só são as espécies mais bem documentadas e datadas como também apresentam os paradigmas mais típicos através dos jacentes e da decoração figurativa das arcas.

Depois dum capítulo de conjunto e de outros dedicados aos sarcófagos de Lisboa e aos túmulos de Évora, escreve o dos «túmulos de Coimbra e as irradiações da sua arte», colocando cada um no ponto próprio da escala evolutiva e de valores. Da estátua tumular da Rainha Santa afirma: «É certamente das mais belas figuras jacentes da estatuária medieval da Península e marca, entre nós, a renovação duma arte, cujos antecedentes a não anunciavam».

Passando à estatuária avulsa e depois de tratar dos capitéis de Celas (obra «impressionante pelo estilo e emoção»), faz o ilustre professor a destriça da obra de **mestre Pêro** e agrupa, obras de mestres anónimos, destacando o **Cristo Morto do Museu de Coimbra**: «Imagem rara, de que não conhecemos nenhuma comparável com a expressividade e estilo. Este espécime excepcional da nossa escultura do séc. XIV é uma glória da arte portuguesa».

A parte do século quinze é a mais sugestiva neste trabalho e especialmente em referência a Coimbra que como no século XIV, continua a ser, no século XV, «centro capital da escultura nacional».

O túmulo de Oliveira do Conde serve-lhe para discriminar a estatuária do mestre **João Afonso**, «cuja obra é uma das glórias da escola de Coimbra».

Ao lado deste mestre definiu um outro, o das **Alhadas**, cujo grupo de imagens «pode reunir-se em torno de uma pequena escultura que tomamos como protótipo, não porque seja a mais importante, mas porque é das mais típicas e pode servir como exemplo para a sua caracterização. Referimo-nos à Santa Luzia da matriz das Alhadas».

Vem depois o **mestre de Arouca**, dos S. Pedros, de Vilarinho, Ervedal, Coja, Meãs, Poiares, Ega, Outil, Alhadas, Travanca, Mira,

Cantanhede, S. Martinho de Árvore, etc. «Se a identificação do mestre de Arouca com o das Alhadas, cujas afinidades são impressionantes, for legítima, podemos dizer que esse escultor foi, a par de João Afonso e com mais larga fecundidade, a mais notável expressão da sensibilidade plástica portuguesa no século de quatrocentos».

A segunda metade do século é dominada por Diogo Pires-o-Velho, o mestre da Virgem de Leça de Palmeira e de numerosas obras agora identificadas pela primeira vez como a Senhora da capela da Esperança em Santa Clara e a Santa Ana de Oliveira do Hospital.

Impossível é tentar seguir neste breve artigo o sábio estudo; o que fica escrito tem só a pretensão de lembrar quanto a cidade ficou a dever ao ilustre presidente da Academia por este trabalho, que seria a consagração do seu nome se outros já, como foi o dos **Primitivos Portugueses**, o não tivessem feito.

O grande álbum de fotografias que o completam é igualmente trabalho de exceção. Foram todas feitas especialmente para ele, com os mesmos cuidados que se tratasse de retratos em atelier; este contributo de Mário Novais merece uma referência destacada.

Diário de Coimbra, 1948.04.04.

DR. VERGÍLIO CORREIA

Mais um aniversário, o quinto, do seu prematuro passamento e mais um livro póstumo perpetuando-lhe o nome e rememorando os seus vastos conhecimentos.

Não recordarei a sua figura, gentil, o aspeto sempre vivo, o olhar brilhante, a inteligência lúcida, a bondade de coração e a firmeza de princípios. Deixarei só umas breves palavras do seu novo livro.

É o segundo do conjunto a que se deu o título geral de *Obras* e que engloba os estudos gerais que tratam dum modo especial da Arquitetura.

Poder-se-lhe-ia estampar no rosto, *História da Arte Portuguesa*, porque nele se incluíram os capítulos estudados e escritos com a finalidade desse trabalho, como são os da arte visigótica, a arte

do século XV, a do ciclo manuelino, a do século XVI. Para ficar completa faltaram só os que tratariam do românico, do gótico até ao final do século XIV, da arte do século XVII e a do XVIII aos meados do passado.

Os estudos fragmentários, abrangendo grupos ou só de mero fim monográfico de coordenação de influências nas artes maiores ou de pesquisas nas menores ou mesmo artificianais tinham-lhe subministrado um fundo de conhecimentos, possibilidades de abranger, em lúcido apanhado e rapidamente, esses séculos que faltam ao conjunto da história, e que ele não escreveu por delicadeza de espírito... apesar de lhe ter sido proposto.

A encher o espaço entre o visigótico e a arte do século XVI, colocaram-se alguns estudos que foram e continuam a ser renovadores e que, como peças marcantes aqui se inseriram.

Um deles é o *contributo muçulmano na arte românica*. Aconteceu-lhe aqui o que é frequente em quem investiga e deduz e tem ideias criadoras; nascida a ideia, expô-la numa conferência, mas o espírito continuou o trabalho de descoberta e de identificação, o que lhe tinha parecido suficiente para um artigo; ultrapassou esse âmbito, podendo produzir um ensaio de boa categoria e, pensando nele e recolhendo materiais, fechou os olhos sem o ter escrito. Como fazer agora para apresentar nesta coletânea das *Obras* esse estudo renovador? Recolheram-se as breves páginas em que tratara mais desenvolvidamente por escrito desse problema. Não saiu à luz o ensaio, ficou a sugestão reveladora de ideias e impulsionadora de investigações.

A influência hispano-islâmica aparece ainda num outro capítulo que igualmente se foi destacar do trabalho monográfico, *portais de arcos lobulados*.

Fundamentais considero eu as cinco páginas dedicadas à *origem levantina peninsular do segundo mestre da Batalha*.

As ideias mestras para a solução de origem da escola arquitetónica de Huguet encontram-se ali. O amor da excentricidade, a falta de crítica artística e de compreensão dos movimentos naturais das correntes humanas têm insuflado a ideia da influência inglesa e de outras, e só pode haver uma, aquela que o malogrado professor indicou. Foi com prazer e com a consciência de se trazer uma certeza científica que se procurou formar, com dois extratos, o breve capítulo. Poderá aparecer, como é próprio da terra portuguesa, gente com ideias audaciosas; as cinco páginas aí ficam como marco entre descombros velhos e futuros, a definir uma posição e uma certeza.

Capítulo de caráter monográfico é aquele que trata da igreja de S. Tiago de Coimbra. Tivera eu já prazer em procurar que fosse publicado na revista *Museu*; maior prazer em o inserir nesta coletânea. Escrevera-o o malgrado autor e, como não tivera a oportunidade desejada, descuidosamente o deixava entre os papéis. Foi a primeira monografia da igreja e primeira em nível de indagação e de crítica, o continuará a ser.

Aos outros estudos, os essenciais, não me referirei; contentar-me-ei com repetir aquelas palavras conhecidas: falam eles por si e pelo autor.

Remata o breve prefácio pela maneira e com as palavras que reproduzirei a fechar esta ligeira nota: – O volume que se apresenta, posto em frente da bibliografia essencial do país, como visto também segundo o nível dos conhecimentos adquiridos neste ramo científico, não é de conteúdo vulgar e edita-se com essa firme certeza.

Diário de Coimbra, 1949.06.03.

OBED POR CAMPOS DE FIGUEIREDO

Surgiu com a Primavera o poema lírico-dramático de *Obed* e foi também como floração nova e rara que apareceu no panorama da poesia.

O seu nome tem a sugestão encantada das antigas figuras da literatura de Israel; são os nomes e é certo ambiente, mas a ideia mestra é velha como o mundo, mergulha na raiz dos tempos e acompanhará a humanidade em todo o infundo caminho que terá a percorrer. Uma vida desdobra-se noutra, cada homem que nasce é uma promessa; de apagados seios surgem os nomes que enchem o Universo, entre esperanças douradas nascem os que negros signos atiram à execração da história.

Obed – poema nasceu como nascem as cintilas correndo a luz em polidos planos, duma alma comovida, comovidamente a percorrer velho volume onde modesto artífice, superior pelo espírito à sua condição, anotara – *Booz gerou Obed de Ruth*; sentiu-se o

poeta a água clara que pode ter voz, percorridos os veios humílimos que secularmente a canalizaram até que visse o sol e cantasse em novos tempos: de Ruth veio Obed, vieram outros e veio o Maior de todos; de gerações ignotas veio o poema.

Encontraremos pois esse livro de Ruth posto em verso? Será a paráfrase moderna ao escrito do poeta israelita, mais uma tentativa de seleção e compreensão do que mais humano e fundo ali há?

O velho livro foi um pretexto, os nomes, a sugestão dum ambiente, a imitação dos hinos antigos, a inspiração para certas formas poéticas. Não é história reescrita em verso, é um canto novo sobre melodia mais velha que o livro, o canto de amor e de esperança, de perpetuidade, que de geração a geração se ampliara até ao herói.



Campos de Figueiredo

Fechem-se pois esses velhos livros que deram cerro ambiente, mas não foram decalcados, não dão a explicação: veja-se o poema em si mesmo.

*

O primeiro canto ou o primeiro ato, conforme o sentido com que o espírito o aperceber, é o plenilúnio de Ruth.

Soluça Ruth o morto amor, Noémia aceita resignada o fim: *«Tudo caminha / para a fundara escura desse abismo. / Eu sou o abismo! Eu sou o mar das lágrimas».*

A voz do coro ergue-se pura, e a esperança, que há-de ser a dominante do poema, redivive: *«há sempre um monte adiante de outro monte / e uma estrela no céu parado e mudo».*

Madrugada, passam os ceifeiros para *«ceifar o grão e reparti-lo»*: mais que chamamento da terra são a voz do sangue, símbolo da força eterna semeando e multiplicando, o apelo: *«também eu julgarei, ouvindo / cantar o rancho alegre dos ceifeiros, / que chamava por mim a voz de Deus».* O coro dá o sentido: *«serás o grão mais puro da colheita / e o pão, antes do trigo».*

A cena da ceifa é sóbria e bela, como o encontro de Ruth e Booz na noite de luar.

As últimas cenas fecham magistralmente este primeiro ato. Em volta da pitonisa que desvenda a vida do que há de ser homem com grandezas de herói e naturais servidões, junta-se a senectude de Noémia, tanto cheia de esperanças como de receios. Ruth transmissora de vida, da tradição, da memória dos que tinham passado, o coro que é a glosa da ideia que se vai desvelando.

A figura central do poema, Obed, enche o segundo ato com a sua vida estuante. Aparece Micol, a nova transmissora de vida, o caminho que levará ao Maior: *«Só ela foi o muro, / e os seus peitos, a torre! / E o seu ventre o futuro / da vida que não morre».*

A irregularidade do amor por Micol produz o drama que dá a oscilação de sentimentos que movimentam este ato: o desejo de vingança e luta amortecidos no herói, disputa entre Ruth, guarda da tradição e das leis da ordem, e o amor ardente da favorita.

O sentido do último ato pode resumir-se: *«a vida quer amor e o mundo paz».*

Ouve Obed voz sobrenatural: a belicosidade desapareceu-lhe, entoa hinos, como resgate dos erros surge o temor da perda de nova vida, as palavras dum profeta, vagas, anunciadoras de desventuras e esperanças, são o fundo emocional das últimas cenas. Micol chora e blasfema sobre o cadáver do filhinho, apaziguando-se sob influência do profeta: *«o Senhor julgará os fins da terra / ... Ele é que deu a vida e tirou a vida / quem leva à sepultura e dela arranca».* Da sua dor saem versos magníficos: *«Senhor, a minha alma escureceu / e os meus ossos partiram-se de dor / quando o meu filho abriu os olhos e depois os fechou... e nunca mais...».*

A última cena encerra com chave de ouro o poema: o canto dos anjos, o salmo de Obed, entretecidos da confirmação de sentido dada pelo coro, é uma admirável realização, cujo efeito total só poderá dar a representação convenientemente musicada.

A Primavera trouxe, na verdade, em floração nova, a da poesia, flor rara, o poema único no tempo atual – Obed.

O poeta Campos de Figueiredo, desde a *Carta do Desterro*, de 1916, percorreu longo caminho sempre ascendente, onde há obras, como o Reino de Deus, que foi traduzido em espanhol e francês e teve grande aceitação. *Obed* marca um cimo que virá a ter outro, o de *Santa Luzia*, não só prometido mas escrito que se denomina *mistério dramático*.

Diário de Coimbra, 1957.03.15.

URBANISMO

ALGUMAS VELHAS RUAS DE COIMBRA E A ORIGEM DAS SUAS DENOMINAÇÕES

Numerosos são já os verbetes que tenho das ruas de Coimbra, sem que, com eles, queira organizar qualquer estudo de conjunto ou fragmentário das vias citadinas; tomo esses apontamentos para serem unicamente auxiliares dos estudos artísticos naquilo em que haja probabilidade de os empregar e de, por seu intermédio, se poderem vir a aclarar pontos obscuros.

Só anoto a rua quando a denominação, com que me aparece, cedeu lugar a diversa ou a rua já não existe, quando é indicada a sua localização em relação a outras ou edifício importante ou lugar notável lhe ficam anexos e quando ainda o nome atual já aparece em recuada época.

Passando em revista um livro que pertenceu à colegiada das S.^{tas} Justa e Rufina que servia de registo diário do serviço dos beneficiados nos anos de 1648 a 1665 tendo por fim a repartição dos benesses entre eles, alguns verbetes tomei, aos quais pude apor a particularidade da origem dos chamadoiros de certas ruas.

Se nesta cidade alguns, que são antigos, mostram claramente a sua proveniência – como aqueles derivados dos edifícios colegiais e conventuais que a transferência joanina da Universidade foi ocasião de construir – muitos outros há que, apesar da sugestão fácil (Forno, Borrvalho, Carqueja, etc.) que provocam, podem ter outra origem como acontece no Terreiro do Marmeleiro, a quem deu nome não uma árvore daquela espécie mas um homem.

Quando há meses morreu a Maria Marrafa e houve quem lembrasse que se desse à rua, em que ela viveu, o seu nome, surgiram-me graves duvidas que a R. da Matemática não tivesse

tomado essa designação da impoluta, e austera ciência dos números mas sim de qualquer alegre vivandeira.

Rua de João Cabreira. Ainda existe e naquele livro numerosas vezes aparece citada.

Não me tem interessado a nobreza coimbrã e raros apontamentos acerca dela tenho tomado.

Por aquele livro vê-se que a família dos Cabreiras era numerosa e, se ali não encontrei mencionado João Cabreira, outros membros dela me apareceram. A 5 de novembro de 1652 foram os padres da colegiada dar a Extrema-unção à mulher de Manuel da Costa Cabreira que faleceu no dia imediato. A 22 de julho de 1664 sepultou-se António Dias Cabreira e a 18 de junho de 1655 um filho de Luís Cabreira «dentro na igr. na capella de seu tio da Sra da Conceição q he a Capella dos Cabaços».

Esta capela da Conceição, na igreja velha de S.^{ta} Justa, era a colateral à mor, do lado do Evangelho, que dava o nome à nave que lhe ficava em frente, nave aonde estava a pia batismal e uma porta travessa, não falando nas capelas que nela se abriam.

Ao passo que a capela-mor e a lateral da Epístola, chamada do Santo Cristo, por lá estar o milagroso crucifixo, ainda existem meio soterradas, servindo as partes superiores de oficina de serralharia do artista de arte e meu amigo, sr. Daniel Rodrigues, a da Conceição está destruída.

A freguesia tinha duas capelas do Santo Cristo, esta, na igreja, com confraria própria que todos os anos lhe fazia a sua festa, e a do Arnado, que era um simples templete aberto (charola) na época, do livro que é motivo deste artigo, e que passava anos sem ser festejado.

Beco do Patacão. Arco do Patacão. Debaixo do próprio arco havia uma lojzinha térrea aonde morava gente pobre.

No ano de 1659, mês ardente de agosto, o Patacão estava doente e de gravidade. «En os 24 do d. mes forão dar a S.^{ta} Uncão a D.^{os} da Costa o Patacão».

Terreiro do Marmeleiro. Não sei como era o verdadeiro nome do homenzinho, que tanto podia ser chamado Marmeleiro por alcunha como por lhe vir da sua família.

«Aos 12 (dez.-1655) enterraraõ os p^{es} desta igr.^a huã pobre q morava no terreiro do Marmelr.^o nas cazas mesmo do Marmelr.^o».

No ano imediato, o de 1656, a 23 de julho, foi sepultado um seu criado «An^{to} fr.^a q foi criado do marmeleiro».

Terreiro de Cristóvão Monteiro. Beco de Cristóvão Monteiro. Arco de Cristóvão Monteiro. Casas e anexos grandes deviam ser

os de Cristóvão Monteiro que deram origem a três designações diversas, lugares em que vivia gente a quem a clerezia de S. Justa presta socorros espirituais.

Corria o ano de 1652 e era o mês de agosto. No dia oito foi ungido e no mesmo dia morreu e foi sepultado Cristóvão Monteiro. Levaram o seu cadáver para a igreja do Colégio de S. Pedro dos frades terceiros, aquela igreja junto ao edifício do Asilo de Mendicidade, que lhe pertence e que está arrendada para oficina e armazém de mobílias, triste destino duma igreja grande, com um bom arcaboço arquitetónico e digna, por muitos motivos artísticos e religiosos, de melhor sorte.

Nos dias 20, 21 e 22 do mesmo mês foram os padres de S.^{ta} Justa àquela igreja fazer-lhe os ofícios fúnebres, pois que era de uso então, em Coimbra, os ofícios de dia terceiro, trigésimo e aniversário serem feitos em três dias consecutivos.

Bastantes notas de diverso género tomei do livro citado e, possivelmente, algumas me servirão para um ou outro artigo neste jornal.

Como os registos daquele livro não tinham fim oficial e serviam só para guia das distribuições pecuniárias e em géneros que pertenciam aos padres colegiais da igreja, eram feitos descuidadamente e por esse motivo mesmo se tornam mais curiosos pois que muitas indicações incidentais aí aparecem que não tinham lugar nos formulários oficiais.

Frequentemente não lembrava ao secretário o nome das pessoas e, para o substituir, punha a sua alcunha, indicava o parentesco com pessoa mais conhecida na pequena vida da paróquia ou dava indicações topográficas da sua residência.

Alcunhas pitorescas aí aparecem e dalgumas tomei nota. Entre as masculinas destacam-se:

Burro Pardo, Judas, Morte, Sangue Real, Pantana, Guita, Nabo, Bexiga, Perraxil, Cambulha, Zabumba, Fajardo, Boavai; das femininas, Corsa, Dourada, Barbada, Porca-sem-rabo, Marota, Sanhuda.

Estes e outros, outrora como hoje, quantos defeitos físicos e morais não exprimiam, que comentário acre muitas vezes não eram à vida dos outros e que questiúnculas e descomposturas sonoras, nas mais sonoras palavras, não originavam, até que o alcunhado chegasse a admiti-los como nome corrente!

Correio de Coimbra, 1936.09.26.

UMA VISITA DE FR. BRÁS DE BRAGA À COIMBRA DA ATUALIDADE

É tão extraordinário o que vou narrar que eu próprio julgaria ter sido vítima duma alucinação, se não tivesse a certeza de estar senhor dos meus cinco sentidos e de que na verdade acabo de falar com o grande reformador quinhentista do mosteiro de Santa Cruz.

Seria longo contar como o encontrei, às onze horas desta noite, em frente do edifício dos Paços do Concelho, procurando a portaria conventual; a série de hipóteses, dúvidas, até creditar plenamente que tinha em minha frente aquele venerável Fr. Brás, que em 1527 viera para a reforma conventual, que fora o braço direito de D. João III no estabelecimento da Universidade de Coimbra, o entusiasta promotor da criação de tantos colégios universitários, primeiro bispo de Leiria (1546), falecido modestamente no retiro conventual da Pena; e ainda as dificuldades que tive em lhe demonstrar que não era o séc. XVI aquele em que estávamos, mas sim o presente, as evoluções políticas e, acima de tudo, a transformação do seu convento, acrescido daquilo que para ele foi causa do seu maior espanto, a supressão das ordens religiosas em 34.

Desencantado e mais curvo, parecendo que repentinamente envelhecera séculos, pediu-me para o acompanhar.

– O formoso adro que ia em frente da igreja dos gerais de Santo Agostinho à porta de S. João, aonde os estudantes passavam conversando em grego e latim?

– Desapareceu, Senhor D. Brás; os estudantes são hoje outros e têm ideias diversas, pensando em tudo menos no grego e no latim.

– Mas certamente continuam a officiar em S. João os capelães?

Tive de lhe confessar a verdade, que a capela é hoje uma casa onde se vai beber a infusão de certo pó aromático que no seu tempo só era conhecido das gentes da Turquia e Mourama.

A R. Olímpio Fernandes pareceu-lhe um sacrilégio, com o desaparecimento da Porta do Carro e as hospedarias que ficavam por cima dela, logo à entrada, as transformações do antigo *terreiro do Galeão*, a queda da torre, o esfacelamento do claustro da Manga. Em frente ao mercado, recordou a antiga Horta, com o rico pomar de espinho e a água cantando nos tanques. Admirou a grande enfermaria (Brotero) que os frades fizeram em substituição da sua, a qual ficava na ala do claustro da Manga, no sítio dos Correios.

Olhando daqui, para a cidade alta, teve um sorriso malicioso e perguntou:

– Os padres da Companhia, que tão generosamente foram abrigados em Santa Cruz, na sua primeira vinda e que tão mal lhe pagaram também foram suprimidos?

– Pior que isso senhor D. Brás. Expliquei-lhe o seu amargo fim com o marquês de Pombal.

Voltámos à Sofia.

No ângulo recordou os seus colégios de S. Miguel e de Todos os Santos e perguntou quem dirigia o colégio das Artes.

Contei-lhe que os jesuítas o tinham ido estabelecer na Alta e que o edifício passara às mãos da Inquisição, acrescentando duas palavras dos autos de fé no terreiro de S. Miguel (casas do ângulo da Rua da Sofia).

– Houve então muitos hereges em Coimbra, depois que eu daqui saí?

– Não, senhor D. Brás; hereges propriamente ditos não houve nem o primeiro, porque o país nunca teve espírito filosófico e crítico, a Bíblia leram-na sempre os clérigos desatentamente e só no ofício coral, unicamente para receberem os réditos dos benefícios. Os professores faziam as lições sobre o grego e o hebraico, mas seguiam os sistemas tradicionais e não se afastavam das doutrinas consagradas, nem de longe pensavam numa crítica pessoal racionalista.

A Inquisição ocupou-se de casos de moral (e com bastante razão nalguns), de bruxaria e de pobres psicopatas; tinha uma missão político-religiosa, que era de manter a grei una.

Os próprios casos de judaísmo eram mais de observância de certos ritos que de indagação séria das bases da religião. António Homem era meramente um ritualista, Uriel da Costa foi movido

primariamente por um mero sentido íntimo, digamos ancestral, e não por virtude dum raciocínio forte.

D. Brás não me ouvia, olhava embevecido para a larga Rua da Sofia, a sua obra.

Seguimos. Apontei-lhe à direita o colégio de S. Bernardo, ou do Infante, como ele escrevia nas suas cartas, à esquerda, o dos franciscanos dos Algarves.

Olhou com gosto para a igreja do Carmo.

– É o colégio do bispo do Porto, o *colégio da alma*, como o senhor D. Brás escrevia, ao rei, do convento da Serra, ampliado por fr. Amador Arrais.

Em frente à Graça riram-se-lhe os olhos por encontrar um edifício com a fisionomia que lhe conhecera.

S. Domingos penalizou-o.

– Sempre me pareceu que o pobre Ledesma tivera um sonho demasiadamente grande: não pôde acabar a obra e o tempo destruiu o que fizera.

Riu-se em frente dos Borrás, contando-lhe eu a história das rivalidades dos pedristas e paulistas nos colégios da Alta e a vinda dos terceiros franciscanos para este.

O palácio de justiça deixou-o embevecido.

– Quem haveria de dizer que os colegiais de S. Tomás haviam de vir a ter tão boa fábrica!

Desiludi-o. Ia a explicar-lhe a modificação do conde do Ameal e a do Estado quando se deu uma coisa estranha. Fr. Brás desaparecera. Não como um fumo que se esvai lentamente, mas um incompreensível desaparecimento, total e instantâneo.

Vim para casa e sentei-me a escrever estas notas, para que não perdessem da viveza das impressões que me deixara a conversa tão inesperada.

Tenho de confessar, contudo, que me senti em parte desiludido. Tivera, ao princípio esperança de ouvir as críticas e violentas queixas dum homem do séc. XVI que encontrou desfeito, mais que o quadro material da vida do seu tempo, o da vida mental. D. Brás, homem palaciano soube guardar para si esses comentários.

Diário de Coimbra, 1947.03.10.

TRÊS OBRAS DO DESEMBARGADOR SUPERINTENDENTE

Deixar o louvor próprio a mãos alheias, esperançado nos vivos ou nos vindouros, é mais que arriscar-se a ficar desconhecido; pode ter-se a certeza que já a geração seguinte o não recordará.

Com grande razão espalhou o seu nome, qualidades, graças poéticas, por onde pôde e naquilo que fez, o Dr. Pedro Rodrigues de Almeida, desembargador honorário, superintendente das obras do rio Mondego e pertencentes à cidade.

Só o conheço pelas «epígrafes memoriais» que tão rebuscadamente redigiu e, perdoem-me os seus «manes», nenhuma curiosidade me leva a fazer pesquisas a seu respeito. Não requererei aqui, com boa cópia de razões, que o seu nome seja dado a qualquer artéria, antiga ou nova, próxima às suas obras, as quais vou lembrar. Contudo, já que toquei em tal assunto, direi que bem o merecia «a esta ínclita cidade, Atenas da Lusitânia, de que foi aluno», para empregar as palavras que ele estampou na Fonte Nova.

Deixando ironias, pode-se afirmar que ele foi alguém que procurou embelezar a cidade, no primeiro terço do século dezoito e que bem merece uma lembrança comovida.

Renovou um chafariz, dando-lhe certo aspeto largo e agradável, levantou um arco decorativo à entrada duma rua, e enobreceu uma rural e afastada fonte com grande brasão que era o do «augusto João V».

Acima do mercado assenta a *Fonte Nova*, deslocada do sítio que, até há anos atrás, ocupa na terminação da rua superior, no mesmo ponto da casa que se anda a acabar de construir.

Recorda-se ainda a cidade daquele límpido jorro de água caindo de alguns metros de altura, quando se cortava a vertente para

as obras, num tempo que se tinha seguido a uma seca de quatro anos; era e é o caudal desta fonte.

No século doze tinha o nome de *fonte dos judeus*, por ficar perto do seu bairro (a Rua do Corpo de Deus) e do seu almocávar ou cemitério que se estendia pela vertente até à do castelo, no apertado e declivoso terreno entre a Rua de Entre Muros e a muralha no alto, com túmulos agrupados nas partes menos enladeiradas e rareando nas outras.

Fados vários teve a fonte. No século dezassete andou perdida e, com razão, deixou gravado o desembargador que era «fonte nova na origem mas velha pelo tempo e como fénix renascida aparece» renovada por ele.

Mas para que a renovou? Ele o deixou gravado, com a ênfase literária do tempo: para ser «epígrafe memorial à posteridade, obelisco à majestade, láurea à cidade, decoro aos patrícios, útil abono ao povo». Não é ele porém que o diz, é mais poeticamente a fonte: «Em transparente lâmina de cristal o estampa a fonte».

Infeliz com o tempo e com os homens, o desembargador o começou a ser com o próprio canteiro; a legenda era extensa, o espaço do rótulo pequeno, foi ele apertando por conseguinte as letras e, quando já o fim se mostrava, de tal maneira abreviou e as amontoou que a última linha ficou indecifrável.

O conjunto arquitetónico não é desengraçado; um corpo central de pilastras dóricas suportando um frontão, acompanhado de duas aletas que pirâmides delimitam, o largo tanque a todo o comprimento, completada esta composição de rótulos barrocos com o letreiro, o brasão do rei e o da cidade.

O *arco* foi o *da Alegria*, à entrada da rua banal do tempo presente, outrora encantadora, debruçando-se sobre as ínsuas e o rio, caminho para a cidade, sem a Estrada de Beira a substituí-la e a prejudicá-la.

Era uma parede rasgada de arco singelo, ladeado de duas lápides, uma em português outra em latim, exprimindo o mesmo. Rematava o muro em linha horizontal e, acima, erguia-se um breve templete de quatro colunas torcidas, aonde se abrigavam medíocres esculturas da Virgem e de S. Sebastião. O resto da crista do mesmo muro coroava-se das pirâmides costumadas ao tempo.

Podemos dizer que se tratava duma interpretação modesta do princípio do século dezoito, do arco principal do aqueduto sebástico.

No muro da esquerda ainda se conserva a lápide em latim. O mesmo estilo redundante vai esclarecendo que a obra foi re-

novada «em majestade do rei, láurea de Coimbra, dos patrícios honra, da república resplanedor», terminando *modestamente*, «com o dedo da imortal fama a toda a idade louvavelmente o escreveu», empregando eu aqui os termos da que era em português.

A outra *fonte* é a do *Castanheiro*, no bucólico, por algum tempo ainda, vale da Arregaça.

Alastra-se acima da goteira, o brasão real e no remate lê-se ainda o ano de 1701 e o nome do desembargador que a mandou fazer, mas em abreviaturas de tal modo lançadas que são indecifráveis a quem não conheça as outras suas obras.

Diário de Coimbra, 1947.05.12.

A RUA DIREITA DE VISEU

Dilui-se na grande distância a linha recortada do Caramulo. É uma imagem antiga e familiar. Como outrora, localizo, para a minha direita, Viseu, que já não vejo daqui, por tão confusa que a sua posição topográfica fica a esta distância.

Olhando para a imagem renascida dos meus tempos de juventude, completada dos conhecimentos que as correrias me deram da larga concha que alastra entre Caramulo e a corda de serras que vai do Açor para o Trevim, entre a Estrela e a linha do Buçaco, Vidoeiro e Pombeiro, identifico posições, avivo lembranças e acabo por me fixar na de Viseu.

Que é Viseu para mim? Nem é a Sé, nem a Cava, nem os palácios e as igrejas setecentistas; é outra coisa mais rica em vida, é simplesmente a *Rua Direita*.

Vá-se até à Via Sacra. O aglomerado fica confuso nos pormenores e é difícil, para quem não viva na cidade, sem certos pontos de referência, demarcar todo o traçado da rua.

A cidade antiga reduz-se ao grande morro coroadado das torres da sé e da Misericórdia. A vida humana instalando-se ali e os caminhos de ligação do formigueiro humano, dela partindo ou por ela passando, tinham necessariamente de seguir aquelas regras que instintivamente o homem guarda, quer no traçado da pista, só para pé posto, o mais velho e o mais fundamental dos caminhos, no das mueres de carga, no dos carros rudes, quer finalmente nas sábias ondulações através das várias curvas de nível das estradas modernas.

Quem não conheça a região e olhe para um mapa do instituto geofísico e cadastral acaba por notar que a eminência viseense estava fadada pela natureza a ser o marco das encruzilhadas daquele conjunto de cimos médios que formam o planalto beirão entre as clássicas alturas serranas.

Deste ponto da Via Sacra, em que teoricamente nos conservamos, reparamos para o morro e para o seu ponto de acesso a sul, para o colo que se forma sensivelmente na interceção da Rua Formosa, às Quatro Esquinas, e liguemo-lo com a parte baixa junto ao rio, do largo do Arrabalde. A Rua Direita estabelece a linha que naturalmente costeia o mesmo morro, com aquelas irregularidades que o pé-posto segue, ladeando uma altura e ligando dois pontos.

Este traçado é fundamental; escusam de vir com eruditismos. É o traçado pré-histórico e, se a época romana o obliterou, as catástrofes múltiplas das eras bárbaras, que em toda a parte desfizeram as sábias urbanizações imperiais (como na Emínio-Coimbra aonde resido) voltaram a dar ao morro a sua natural simplicidade orogénica, e o viver primitivo a que as populações regressaram, reatando as épocas distantes, tornaram aos traçados naturais.

*

Rua Direita é mais um *vicus rectus*, de tantos da era clássica e dos rudes tempos medievais; acesso imediato e primordial das cidades.

Percorramo-la, ligeiros de espírito, curiosos da vida, encantados dos restos das construções e guardemos as suas fotografias como a melhor expressão da alma visienese.

Amável, a cidade estendeu-lhe uma *passadeira* ao centro e as lajens de granito são um convite delicado e polido a entrar.

Não tiro os olhos da passadeira! Arranca ela de longínquos tempos; demarcando o centro, é o vinco presente da pista natural duma rua estreita; por essa linha passaram aborígenes, romanos, gritaram os mouros balek! torna a tua alma atenta, e seguiram as gentes várias. *Arreda!* passando os senhores nas suas mulas, os homens dos carregos, o desocupado. *Com licença!* vai também por ela a minha curiosidade.

É hoje um dia sossegado; quebrou o grande movimento dos camponeses e da gente local, brincam crianças na passadeira.

Abre com casas modernizadas e estabelecimentos comerciais deste tempo, mas, já chegados à Rua de D. Duarte, a escapada de vista que esta dá, alegra a alma, a casa manuelina, recortando-se em torre, mostrando bases mais antigas.

Quanto mais progredimos mais toma a rua o aspeto antigo. Nas lojas acomodam-se os velhos mesteres, transbordando para

a calçada. Aparecem casas sugestivas; muitas portas e janelas mostram as arestas boleadas, indo dos fins do século dezasseis e avançando muito pelo dezassete; há largas cimalthas salientes vincando a linha do céu. Gente espreita e indagado curioso que ninguém conhece; os mais espertos dizem: creio que já vi esta cara.

A grande nobreza da rua está ali a poucos passos, é o grande palácio dos números 88 a 94, num magnífico recorte setecentista: aberturas de vergas altas e molduradas; aventais recortados e decorados, altos portais tão desenvolvidos que invadem a linha do primeiro andar; profundo vestíbulo, húmido e escuro, amplo para voltearem cadeirinhas e ostentosos balões femininos.

A rua estreita-se, as crianças abandonam a passadeira e um largo automóvel atravessa o espaço e faz esvoaçar as minhas imagens do passado.

Não posso anotar toda a rua; parece-me imensa, não pela extensão mas pelo seu poder evocativo. Fixo imagens à toa. Beirais avançando a deitar a água ao centro da passadeira; janelas pitorescas às vezes só pelo carcomido da pedra; gente dos ofícios e mulheres do povo; as crianças, sempre crianças.

A rua é cada vez mais arcaica e mais me atrai e até, deuses imortais! sinto que me vou fazer vadio dela para não mais a deixar.

Reparem naquele brasão (n.º 144) dentro de ornatos renascentistas; os balaustres torneados (n.º 150) dos séculos XVI-XVII; nestas escapadas para ruas estreitas que sobem ou descem torcicolando, a mostrarem construções que pedem mesmo que nos desviemos e vamos parar um bocadinho para que as senhoras mulheres nos espreitem intrigadas.

A linda porta (160) com dois óculos quadrifoliados, átrio tão gracioso do século dezoito, que parece entrada de capela; recanto com portão decorativo e janela ao lado para se ver o terreiro!

A rua vai infletindo para a direita e descaindo rapidamente de nível e sempre a passadeira, amável, a guiar.

Paremos; que linda janela aquela, toda a graça manuelina. Não saia, minha pequenina, que também fica na fotografia, completando-lhe a graça!

As portas de arestas arredondadas continuam a mostrar-se; a cidade está mesmo cheia delas. A vida é mais aldeã, as crianças sentam-se nas soleiras; há pobres estendendo a mão; a rua descai; a passadeira finda e o encanto termina.

Diário de Coimbra, 1947.09.29.

A SOFIA DE HOJE A QUINHENTISTA RUA DE SANTA «SÒFÍA»

Não é rua velha nem nova mas renovada. A supressão das ordens religiosas dera fim à sua função de artéria colegial-universitária. Decaída, deserta, parecendo mesmo que a sua largura tornava mais visível o seu abandono, conhecemo-la assim até há poucos anos.

Tem hoje um prometedor começo de nova juventude e, neste momento de transição, assistimos à morte da rua antiga e ao renascer duma outra, comercial e elegante.

Dois séculos a delimitam, o dezasseis e o vinte. É tempo de recordar o passado, traçar um breve *in memoriam* para depor, com os hábitos monásticos, as descoloridas teses de toda a ciência teológica dos mestres que por ali viveram, no abrigo húmido dalguma das sacristias que ainda conservam uma atmosfera já evanescente dos antigos colégios conventuais.

*

Nasceu a rua do pensamento largo daquele grande homem que usou o nome de Fr. Brás de Braga.

Vindo para reformar o convento crúzio, trazido por D. João III, o seu espírito rasgado não se limitou ao que se lhe pedia, a reintegração dos monges numa austera regra de vida, e até, apesar de lhes dar uma nova regra em que ainda transparecia muito da primitiva rufinense, o que mais o preocupou foi a construção de novos edifícios e a cultura das letras.

Extraordinário homem esse, mal julgado sempre, tanto por aqueles que agora o exaltam como pelos do seu tempo!

Espírito, visto hoje no conjunto da sua obra e nas melhores realizações dela, que temos de classificar de superior mas que tinha, como todos aqueles que se elevam acima dos limites comuns, certa descoordenação com o seu meio, vendo as coisas independentemente dos homens que elas tinham de enquadrar.

As dissonâncias foram muitas e nunca teve uma linha diretriz certa e contínua. Tendo feito uma grande obra saiu do palco da vida, por causa do fogo-fátuo que lhe oscilava sobre a fronte, de mal com o rei que o elevara, com os monges, com os cónegos da Sé para que fora escolhido, acabando no esquecimento duma cela conventual.

Colocando-nos do lado, sucessivamente, dos frades de Santa Cruz, dos de Grijó, dos de S. Vicente, dos cónegos de Leiria e até da Universidade, dentro do espirito fundamental que regia toda esta gente, somos obrigados a confessar que frequentemente errou e às vezes grandemente; mas com o espirito moderno, independente de preconceitos, examinando a sua obra em conjunto, temos de o admirar.

A Sofia é obra sua; por ela, pois, todo o nosso aplauso.

*

Quem vinha do norte de que modo entrava na cidade e chegava ao terreiro crúzio, ponto de irradiação pela Baixa e para a Alta?

Sabem-no todos tão bem como eu, mas recordemo-lo em comum, porque não há melhor conversa que aquela em que ninguém é completamente alheio ao assunto dela.

Percorrido o trato de caminho transversal ao vale de Coselhas, que antes das obras de levantamento do mesmo seria alagadiço no inverno, batia-se de encontro ao morro da forca, ladeava-se-lhe o sopé até alguns metros antes do atual palácio de justiça e, em vez de se continuar na mesma direção natural, cortava à direita, para o Arnado. Ainda conhecemos a capelinha, evolução dum cruzeiro de caminhos, que aqui demarcava sensivelmente o cotovelo.

Este traçado não devia ter sido originariamente assim porque está contra as leis dos naturais traçados viários; deve representar um desvio para o monte duma estrada que seguiria o meio das ínsuas, causado pelos fatais e multisseculares assoreamentos.



O nome de «Sôfia» dado a esta rua, é palavra grega que corresponde ao termo latino «sapiência» e ao português «sabedoria» derivando a denominação de nos então colégios de S. Miguel e de Todos os Santos, terem estado por algum tempo os estudos da Universidade

Velho deve ser o percurso que depois deste ponto seguia pelo caminho do Arnado ou da Figueira Velha, até entrar na Rua Direita, região já inteiramente cidadina. Era então esta rua muito outra; acesso direto, rua das principais da cidade, categoria que conservou depois da abertura da Sofia, tendo o próprio século dezasseis renovado muitas das suas casas. Seria, como a do Corvo de hoje, cheia de movimento comercial e ponto de residência da melhor burguesia.

Quem parasse em ponto dominante, vendo tal irregularidade, não deixaria de pensar que, se houvesse mão real que unisse aquele ponto do palácio de justiça ao largo de Sansão, encurtaria um inútil e longo caminho e prestaria grande serviço à cidade. Ficar-se-ia nesse bom desejo e ninguém daria um passo para o realizar se não viesse Fr. Brás, homem de ação, que só pensava em deitar abaixo e construir com largueza.

Podemos dizer hoje, sintetizando, que ele a mandou abrir para a construção dos grandes colégios universitários e residências de professores e de alunos.

No entanto as coisas não se passaram com esta simplicidade. Foi uma ideia que iria tomando corpo, aperfeiçoando-se aos poucos, conforme certas obras se iam projetando; e não deve ter sido só Fr. Brás a imaginá-la, outros ajudariam, como seria o grande arquiteto João de Castilho, que encontramos sempre em meio destas obras; a própria largura, excecional para o tempo, era mais provável que ocorresse a este.

Antes da vinda da universidade já se pensaria na rua. Ela é fruto natural dos colégios crúzios e teria sido esboçada quando se projetou o de S. Miguel, cerca de 1535. A vinda da universidade e a precisão das construções colegiais deram-lhe o incremento e foi-se completando conforme eles apareciam. Basta ver os contratos feitos pelos fundadores, adquirindo terrenos que pertenciam a diversos senhorios, porque se Santa Cruz deu muitos, nem tudo aquilo era seu. Percorrer as fases do levantamento dos grandes edifícios é assistir ao sucessivo andamento da rua, nada regular mas interpolado, como está a acontecer nas ruas novas que de dia para dia surgem na cidade.

O seu andamento, apesar de tudo, foi rápido; pode-se dizer que o meado do século dezasseis a viu pronta, como se pode provar pelo cotejo das datas das fundações colegiais.

*

Voltemos ao lado esquerdo de Fr. Brás, a um dos seus enganos!

A Sofia deve a sua qualidade de rua monumental a um deles.

Fr. Brás era frade e, apesar de erudito, viajado, inteligência superior e aberta, continuou a pensar em muitas coisas como frade que vê o mundo duma cela conventual. Era homem também, com aquelas fraquezas que o amor próprio dá, gostando que as coisas que criara tivessem sempre a primazia. Cometeu um erro e ajudou o rei a cometer outros.

Em vez de procurar que a universidade viesse como um corpo independente, procurou sujeitá-la, pelo menos em parte, ao mosteiro crúzio. As circunstâncias favoreceram-no; não havia casa acomodada para ela; Santa Cruz tinha os seus grupos de aulas ao lado da igreja, os colégios de Santo Agostinho e de S. João, tinha ainda residências colegiais á entrada da futura Sofia e da rua do Montarroio; o rei aproveitou-as e não atendeu como deveria às representações dos mestres.

Chegaram a estar no mosteiro as aulas dos grupos de teologia, medicina, gramática e grego. Nos edifícios de S. Miguel e de Todos os Santos por largos anos demorou o Colégio das Artes.

Parecia que todas as faculdades acabariam por vir para a Baixa e naturalmente as ordens religiosas procuraram-se estabelecer aqui e na grande rua aonde havia largo espaço para as construções.

A ida definitiva da universidade para os paços reais, na Alta, mudou o aspeto das coisas; a Sofia, de lugar de primeira cate-

goria, acabou por ficar ponto distante das escolas e incómodo portanto; as novas construções buscaram a companhia das outras que tinham procurado a colina, havendo mesmo um princípio de abandono da Sofia, como se deu com grupos franciscanos e os pedristas.

Apesar disso a Sofia ficou rua colegial e perdurou.

*

Percorramo-la agora, em passo ligeiro, para uma rápida vista da sua velha fisionomia. Partamos de Sansão e vamos examinando o lado direito.

Da esquina ao número 22, já tivemos ocasião de esclarecer tempos atrás, era o espaço do pátio de S. Miguel, dando acesso aos primitivos colégios de S. Miguel e de Todos os Santos, depois ao das Artes e finalmente à Inquisição que sucedeu a este.

Há a seguir um aglomerado de casas, até ao número 80, em que se não pode reconhecer a fachada daquele arcanjo. Só no alto dos números 64-72 se rasgam janelas do topo do lanço maior, obra da Inquisição.

O colégio de S. Bernardo, que se lhe segue, deixa ver, em dois terços do seu comprimento, a composição e, para quem saiba abstrair da obra moderna e das deturpações, este e o da Graça revelar-lhe-ão a severidade das construções monásticas e aquela que a rua tinha outrora.

O Carmo mostra a boa página arquitetural da igreja, enobrecendo a rua. Ela, com o claustro, é obra de D. Amador Arrais. Da primitiva, de D. Baltazar Limpo, fica lá para trás, quase desconhecido, o noviciado, com a ala das celas e uma linda galeria a arruinarem-se.

O da Graça mostra a primeira igreja completa do renascimento que se levantou na cidade e que deu o tema de ordenação interior aos arquitetos locais.

Paredes meias com o colégio, abre-se, agora renovada, a igreja dos terceiros franciscanos, ou dos Borrás, e o colégio respetivo mostra já uma fachada corrente nas construções domiciliárias cidadinas.

Antes de passarmos ao outro lado, reparemos na grande perspectiva da rua. Como deveriam pasmar os olhos daqueles que vinham do norte, de cidades modestas ou sem aquelas fachadas altas e severas, destacando-se, no fundo, um dos torreões da igreja crúzia, mais acima, a simples mas larga frontaria do Colégio

Novo e, bem no alto, os cubelos do paço real, dominados da agulha leve da torre universitária!

O tom monumental e quase uniforme da parte do nascente perde-se na outra fronteira.

O colégio de Santo Tomás está substituído pelo palácio de justiça e só o claustro conserva os traços fundamentais do tempo de Ledesma.

Desapareceram todos os edifícios que o ligavam à igreja do convento de S. Domingos. Ainda me recordo da abóbada em quartelas em que estavam as oficinas da Tipografia Académica. A igreja, nunca acabada, é o resto dum sonho que foi grande demais para as possibilidades de quem o teve.

Só à travessa de S. Boaventura nos encontramos com outro colégio e do mesmo nome, conhecido vulgarmente pelo dos Pimentas; a parte colegial está modificada e a igreja transformada em loja de vidros.

Seguem-se até à esquina para a Rua Direita só casas de habitação, algumas de bom carácter seiscentista.

Diário de Coimbra, 1947.10.05.

NA JUDIARIA DE COIMBRA

Neste último Sabat do mês de Hexevan da era da criação do mundo de cinco mil setecentos e oito – bendito e Eterno Deus de Israel – os meus olhos de mortal viram a sombra do grande arrabi da judiaria de Coimbra.

Bem pouco preparado estava para tal encontro.

Dia de maravilha esse: luminoso, tépido, a atmosfera pura como frequentemente acontece no outono, as distâncias nítidas e o ambiente vizinho dum encanto subtil. A luz trespassa-nos e convida-nos a gozar estas horas únicas que a Natureza dá antes de nos mergulhar nos sombrios nevoeiros e no horror do frio.

Eis-me por aí à toa, entregue ao prazer do momento.

Errando por Montarroio encontrei-me numa varanda natural, voltado para cidade velha, mais aliciante nesta luz dourada. Parei a olhar para a antiga judiaria, a Rua do Corpo de Deus.

Posição sugestiva, hoje que se vê poeticamente o passado, posição de deserddado seria outrora.

Passava a muralha pela parte de trás, servindo de base agora ao Colégio Novo. Deste ponto o terreno inclina-se violentamente, em escarpas sucessivas, até atingir as linhas demarcadas pela Visconde da Luz e pelo terreno onde assenta o café de Santa Cruz, a sacristia, etc. alongando-se pela antiga Ribela acima.

Havia um soalco levemente mais largo e nele se alcandoraram as casarias do gheto coimbrão, tendo dois acessos, um para o lado da Calçada e outro para a Fonte Nova; barricados estes, transformavam-se quase em fortaleza, bem precária contudo.

Pode ver-se longe esta modelação natural do terreno, por intermédio de certas linhas que servem como que de curvas de nível e que são: a do Colégio Novo, no alto, a da Rua do Corpo de Deus, a da parte traseira das casas desta, os diversos soalcos

dos quintais até ao ângulo inferior, que serve de esporão terminal aquele dorso da colina, formado pelo ângulo da Visconde da Luz e da linha da Rua das Figueirinhas. Representa esta (modificada pelos cruzios) uma estreita vereda que levava à Porta Nova e que nos serve hoje para avaliar rapidamente o declive do terreno.

Pode ver-se de longe esta modelação forte e nobre, sempre repelida de cristãos, nervo do comércio e progresso deles, lançada aqui, como quase em toda a parte, fora das muralhas, como primeira vítima oferecida aos invasores.

Desci ao vale por um caminho que representa um outro já multissecular. Fui ter ao sítio da Fonte Nova, Fonte dos Judeus no séc. XII e ainda assim chamada, já partidos, no ano de 1548. A fonte demorava outrora no prédio novo do começo da avenida, acima do mercado. Recordamo-nos todos como, durante as obras em que o veio da água foi cortado, caía do alto um jorro, cristalino e abundante, numa época final de quatro anos de sequeira, tal qual a alma perene do povo de Israel.

Segui pela rua, ladeando à minha esquerda o terreno inicial do almocavar ou cemitério dos judeus que irregularmente ia pela encosta até à ladeira do Castelo, de limites indefiníveis hoje.

Entreí de vez na rua, repetindo, como tantas vezes o tenho feito: –que restará nestas paredes das velhas construções que Israel aqui levantou? Nada que apareça nos exteriores. As casas da época manuelina já são posteriores a sua saída. Os cristãos renovaram tudo e muitos já aí habitavam a esse tempo.

É a sina de Israel: passou por toda a terra, regou-a com o seu sangue e com lágrimas das maiores agonias e, logo que desaparece, os seus vestígios eliminados também.

Aqui estiveram séculos, contribuíram para a riqueza nacional; tinham o comércio e a indústria, num tempo em que os aborígenes só podiam e sabiam cavar a terra para o senhor dela e este, acabado o período da conquista, vivia na ociosidade e na intriga.

Vítimas de ódios mais económicos do que raciais ou religiosos que, nascidos no resto da Europa, abateram com uma ferocidade na Península, quebrando aquele viver harmonioso até ao século XIV, que foi aqui o de cristãos, judeus e muçulmanos sujeitos, desapareceram com a mesma brutalidade que os próximos anos passados viram desencadear-se.

Israel é o novilho gordo que todos os povos imolam. Na sua vida milenária só teve o descanso rápido dos reinados de Davi e de Salomão.

Milenariamente também foi possuída sempre da quimera da terra de seus avós e era uma consolação quando, esfrangalhado pelos anos e pela vida, ia um pobre judeu acabar no grande lamento do Muro.

O sonho silencioso corporizou-se e hoje tenta conquistar a terra que foi sua, a terra fértil no tempo em que o seu suor a regou, tornada estéril por cristãos e turcos.

Possui-la-ão, pergunto, cumprindo-se assim esse sonho das incontáveis gerações judias, o eterno anseio dos oprimidos?

Foi neste momento que rápido como relâmpago e esvanecente como alucinação, passou diante de mim a nobre figura do grande arrabi de Coimbra, a labita flutuante, os tefilins ligados e as correias soltando-se, como quem vem da sinagoga no dia ritual.

Depois de pousar em mim um olhar profundo, levantou as mãos descarnadas e translúcidas e eu ouvi:

«Profetisa sobre a terra de Ysrael e diz aos montes, outeiros, rios, e vales: assi diz o Senhor D.: Em meu zelo e meu fervor falei quando padecestes a injúria recebida das gentes, pela qual levantei minha mão para que padeçam também as gentes que cerca de vós outros estão a vossa mesma injúria; e vós, montes de Ysrael, produzireis vossas árvores e ao meu israelítico povo dareis a comer vosso fruto. Isto certo está já para vir, porque eu a vós tenho, ó montes de Ysrael, e por vós olharei; sereis lavrados e semeados e eu multiplicarei em vós homens, os da casa de Ysrael».

Recordei-me, eram as palavras de Samuel Usque, nascidas no coração, na esperança dum português de Israel. Na terra dos avós combatem hoje, com a fé multissecular e, mesmo que vencidos agora, Israel virá a possuir de novo a terra que foi sua; virão de todos os pontos da terra, do setentrião ao meio-dia, do levante ao ocaso, combatentes, e o lar restaurado de Israel renovará as maravilhas da raça.

Esta é também a voz antiga da judiaria de Coimbra.

Diário de Coimbra, 1947.10.27.

ASPECTOS DA COIMBRA ANTIGA AS RUAS DE VISCONDE DA LUZ E DE FERREIRA BORGES

A anedota parecerá inverosímil a quem viva nesta cidade e que, por isso mesmo, a considera instintivamente lugar de chegada e de partida e não ponto de trânsito duma longa estrada de norte a sul, por onde se passa sem parar, como em tantas vilas que se encontram.

Era noite alta e o caminho já longo.

O rapaz adormecera ao meu lado. Acabávamos de passar a ponte quando abriu mal os olhos e tomando só, na Sofia, lá para o fim dela, certo conhecimento de si mesmo perguntou: – «Que terra é esta?» Logo elucidei, com aquela solicitude que me é tão peculiar quando é preciso ajudar a rasgar as trevas da ignorância dos outros: – «Uma dessas muitas aldeias que atravessamos na estrada!» Ele, completamente esclarecido, assentiu: – «Deve ser!»

Ora aquilo que os olhos ensonarados do meu jovem companheiro julgaram natural, que era o caso duma estrada ladeada de casas e possivelmente com expansões laterais, parecerá um caso lógico de viação e trânsito aos despertados das pessoas compreensivas. A linha atual, demarcada pelas duas ruas, é natural percurso numa estrada de norte a sul, ladeando uma eminência, centro de povoação de origem castreja da época histórica.

A quem tenha lido o meu artigo tratando da Rua Direita de Viseu e dele se lembre, parecerá que vou agora citar um caso paralelo daquele. Ali era um traçado viário unindo um colo (às Quatro Esquinas) a uma parte plana da baixa dum rio (o Arrabalde) e servindo um povoado, isto era um caminho a ligar dois pontos e sofrendo ao mesmo tempo a atração dum

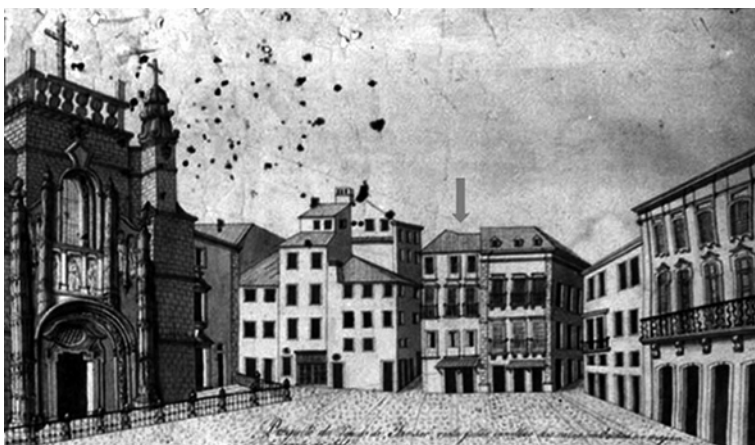
outro ponto, de poderoso interesse populacional, que o arrastava, pois, um pouco encosta acima, evitando mais cedo a sua queda para o sopé da mesma.

Em Coimbra este caso vial é mais complexo.

Predominaram aqui fatores históricos e ao mesmo tempo fenómenos geológicos de assoreamento que se sobrepuseram ao simples lançado que era conjuntamente dum caminho de trânsito regional e de servidão duma posição castreja.

Coimbra moderna, alicerçada na posse dos senhores definitivos, os cristãos, tem uma primeira base, a da reconquista dos sécs. IX e X, e uma segunda, fortemente argamassada, a do fim séc. XI (ano de 1104.)

Antes desses tempos encontra-se a desagregação do império romano, da sua forte administração, da sua elevada cultura, do cimo de riqueza, de progresso humano; vieram as assolações e sucessão de povos bárbaros, o desaparecimento da urbanização clássica, as ruínas e o reaparecimento do modelado natural e a renovação da distribuição instintiva, popular, desordenada, de casarios e arruados.



Alçado da parte sul do largo de Sansão, na qual se rasgava a Rua de Coruche, desenhado pelo arquiteto José Carlos Magne em 1796. (A seta indica aproximadamente a parte demolida para o alargamento da artéria)

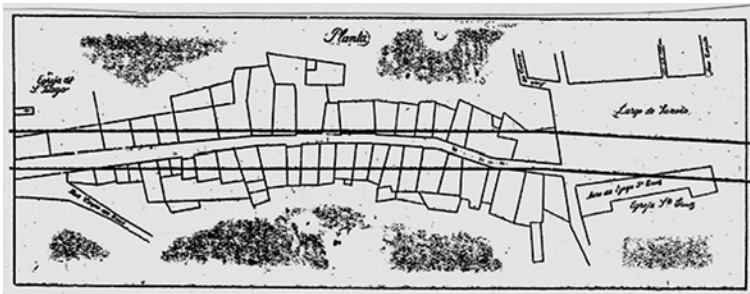
Vêm as conquistas e perdas entre muçulmanos e cristãos, ficando a cidade a servir de ponto de fronteira e de defesa dela, ora para aqueles ora para estes. Coimbra foi até à reconquista definitiva de terras abaixo do Mondego (séc. XII) não um ponto

numa larga estrada de norte a sul, mas fim, termo duma descendente. Para além rio estava a incerteza de domínios, e ele era um fosso natural duma posição fortificada.

O lançado duma via para sul foi um novo caso. Se, por mera hipótese, é de admitir que os romanos já tivessem construído uma ponte no sítio aproximado do atual, na época da reconquista já nada existiria; nada há que documente restos seus. A ponte histórica, a de D. Afonso Henriques, foi um problema novo, posto que as condições morfológicas do terreno exigissem soluções que fatalmente se tinham de sobrepor às antigas.

Quero dizer, a estrada de sul e a do norte tinham Coimbra como ponto de partida ou de chegada (como se olhem as coisas), isto é, subordinavam-se inteiramente a esta cidade. Subordinando-se à cidade, tinham de concorrer ao ponto principal de acesso à parte fortificada, que era a Porta de Almedina (Bab el Medina verdadeiramente, a porta da cidade). A porta de Belcouce, à Estrela, era secundária, de acesso difícil, por íngremes escarpas, tornadas mais acessíveis nas obras manuelinas do séc. XVI.

O traçado oscilante que a estrada do Norte teve, de Água de Maias até largo crúzio, ao esporão da colina, já o enunciei no artigo dedicado à Rua da Sofia.



Cópia do projeto de abertura da Rua Visconde da Luz, com o traçado da Rua de Coruche e indicação dos diversos prédios que eram cortados

Antes de chegar à Porta por excelência, a de Almedina, a estrada como que se perdia no arrabalde. Depois do traçado oscilante e ondulante através dos areais que se estendem no sopé do monte da força, ao aproximar-se do regato que vinha do vale crúzio e que passava pela parte de trás da Rua da Moeda (a Runa) o pequeno agregado de Santa Justa (terreiro da Erva) dava-lhe certa rigidez, seguindo ladeada das casas

da Rua Direita. O arrabalde mais propriamente dito, estendido na base da colina coimbrã, adensava-se e aproveitava o terreno que os assoreamentos deixavam mais livre. De Sansão até à Porta a estrada (Rua de Coruche) torcicolava, firmando-se numa breve escarpa que subia. Uma parte do arrabalde, com a freguesia e a igreja de S. Tiago e ainda o largo de desafogo arrabaldino (Praça do Comércio) já lhe ficava em terrenos mais baixos. Antes da entrada das muralhas largava um ramal que à esquerda (Rua do Corpo de Deus) ladeava as mesmas e dava apoio às moradias judaicas.

A Porta, quando se lançou a cerca murada, não tinha descido ao ponto mais baixo da depressão medial do córrego da encosta, parava num ponto condicionado pela riba que vinha seguindo na Rua das Fangas e pela ligação com a que ficou com o nome de Sob-Ripas; dali até àquele outro ponto que a Rua de Coruche naturalmente alcançava em frente dela havia uma subida direita e muito dura para peões e cavalgaduras.

Vamos agora à ponte.

Descia a estrada do alto da colina fronteira, escorregando violentamente por uma depressão de córrego até às aluviões, representadas pelos terrenos do rocio de Santa Clara e pelos lodosos e arentos da borda rio. Naturalmente, cortava a direito, em direção à escarpa do monte da cidade, a do dorso da Estrela, lançada esta como esporão de barco. Um vau, um caneiro e depois uma ponte ajudavam a passar o rio.

O terreno era mais propício, posto que corresse mais fundo que agora, e auxiliava a formação do pequeno terreiro de desafogo e da rua que, mais larga que as outras, chamava o comércio e acolhia os viajantes, seguindo depois na mesma busca da Porta, deixando-a já naquele largo a vereda de serventia da porta secundária e, à esquerda, o enovelamento das ruas da zona de S. Bartolomeu.

Só mais tarde, muito mais tarde é que se sentiu a verdadeira necessidade de fazer um rasgo mais direito, um traçado seguido de norte a sul. Começou-o frei Brás de Braga, no século dezas-seis, com a abertura da Sofia, acabou-o o século dezanove, com o alargamento da Rua de Coruche, transformando-a na espaçosa Visconde da Luz. O século presente procura soluções novas.

O século dezanove encontrando pois as ruas antigas, de ressonâncias arcaicas, de Coruche e Calçada, transformou-as, deixando o melhor legado que o século atual podia ter recebido dele: ruas comerciais, ruas elegantes, como são hoje a de Visconde da Luz e a de Ferreira Borges.

A casual mudança de nomes marca o ponto de separação entre os dois aspetos fundamentais na vida das duas artérias.

É agradável agora percorre-las, de Santa Cruz à Portagem, como é hábito para tantos de nós. Não posso fazê-lo, apontando pormenores, descendo a minúcias históricas, que pedem artigos vários; será uma impressão de conjunto, neste momento.

Caminhe sem grandes cuidados, nem longas demoras, que o sol já doura, neste frio dezembro e a esta hora, o alto das casas, as lâmpadas começam a brilhar no fundo das lojas e a gente passa a correr, acotovelando-se.

Dá a Visconde da Luz uma perspectiva larga, enquadrada de altos prédios.

O seu caráter é o dos conjuntos da segunda metade do século dezanove. A rua antiga de Coruche, estreita, contorcida, aonde passaram apertadamente tantos cortejos, caiu sob a picareta camarária, no ano de 1858. Surgiu uma nova e não foi só ela, a antiga Calçada modificou-se também.

O que produz o aspeto construtivo fundamental destas duas ruas (uma só para os forasteiros) é a obra da renovação.

Não têm as fachadas aspeto monumental, mas mostram a nobre simplicidade da vida média da burguesia, regularmente estabelecida na vida, de fortunas sólidas mas sem o espanto de hoje, acompanhada do amor da família e das tradições, um gostozinho pela intriga das salas e das igrejas.

São fachadas largas e altas, de tipo simples. Sucedem-se as fiadas de janelas quadradas, ou de arco rebaixado com a parte superior da verga em linha direita, restos das tradições neoclássicas, ou ainda de outros recortes, formando a série construtiva do século.

As largas varandas estendem-se a todo o comprimento, destinadas, outrora como hoje, ao espetáculo das procissões e cortejos, enchendo-se de frisos de rostos alegres e ostentando nesses dias colchas de damasco ou da Índia, algumas vezes ainda prendas das mãos das meninas da casa, educadas no calor morno do lar, com

mestras de letras e de trabalhos de mãos, ou no resto dos conventos, donde traziam muitas banalidades e largas devoções.

O ar alegre da cal é enriquecido, aqui e além, de revestimentos de azulejos, em tons amortecidos.

A zona das lojas renova-se aceleradamente; variada e rica hoje, guarda ainda restos dos antigos estabelecimentos, duma vida que é de dias e que parece antiga de séculos, sugestiva e agradável para ver.

Há, todavia, entre o conjunto moderno, velhos restos das moradias da renovação da cidade nos séculos dezasseis e dezassete, que ainda se recortam, emprestando graça e pitoresco.

É a antiga Calçada que os apresenta na totalidade, como é natural, pois que não sofreu a remodelação da outra.

São casas com janelas de avental retangular, de sacadas de verga moldurada, de bacias salientes, resguardadas de ferros recortados, sugestão de balaustres.

Pertencem a esse tipo a dos números 53-55, a dos 125-129 que mostram os elementos das aberturas em ligação vertical. Muito interessante é dos 181-189, com frestas retangulares no entressolho, sacadas no andar principal e a composição de duas janelas e uma sacada no segundo.

Outras moradias de época posterior e decerto carácter haveria a indicar.

Restos manuelinos, curiosos, ficam, por exemplo, nas traseiras da Atlântida. Há tetos singelos, de recorte seiscentista, como na sala de corte da alfaiataria Pinto de Figueiredo.

Para quem venha de fora deparam-se recantos imensamente sugestivos, como o que é plenamente medievalesco, o da porta manuelina da barbacã e o da porta-torre de Almedina.

S. Tiago mostra ainda as absides mutiladas e a perspectiva duma fachada.

Sobre certos locais muito haveria a dizer mas o artigo vai longo.

Paremos agora na saída, já no largo da Portagem e abarquemos o espetáculo, já nesta hora adiantada, da rua cheia de luz, do bulício da vida, centro comercial e mundano desta Coimbra, sempre nova, garrida e sedutora.

Diário de Coimbra, 1948.01.01.

CRUZES DA VIA SACRA

Mais uma cruz desapareceu!

O passado, nos seus elementos menores e pitorescos, vai-se dia a dia; conserva-se o que é monumental e o que não estorva. Desaparecido o interesse de início e a função ideológica que tiveram esses pequenos motivos, hoje de mera decoração vial só ficaram eles a prender a atenção dum reduzido número de pessoas.

Condenaram a cruz de azulejos da Rua dos Penedos razões superiores; infantil seria mesmo pensar que se deveria atender, nas grandes obras que correm, a um tão insignificante motivo.

Desejo deixar aqui uma lembrança sua, tal como fazemos dos pequenos nada que, pertencendo à nossa infância, nos enchem hoje de saudade; recordando-os, recordamo-nos a nós mesmos. A vida dos aglomerados é como a dos indivíduos; esses velhos temas dum tempo que não conhecemos produzem o mesmo efeito para quem estuda o passado com amor, que os restos dum brinquedo encontrado em esquecido e velho baú: fazem surgir nomes e ambientes que a foice do tempo há muito estendeu no pó.

Recordamo-nos todos da rua, a descer dos Estudos para o largo da Feira. Passámos por lá preocupados umas vezes, vindo do hospital, descuidadamente tantas outras; como nos lembramos, não é verdade? dos ranchos que desciam pela Queima, pelos santos populares, pelo Corpo de Deus e ainda da gente apressada, dos estudantes vindos das aulas, dos parzinhos em passo lento (que Deus os tenha feito felizes)!

Deixemos continuar a lembrança, por breves segundos mais, seguindo a pobre rua desaparecida.

À direita havia casas de janelas de avental retangular, no austero jeito seiscentista, sacada de vergas molduradas completando-as. As da esquerda tinham sido modernizadas mas ao fundo, sobre os penedos que davam razão ao nome da rua, a

casa do ângulo, irregular, com o azulejo, escadas para o lado da Feira, reparada havia não muitos anos, era um motivo antigo e singular, rosa esquecida em velha caixa, seca e sem cor, tendo ainda um leve perfume.

Sei que se estão a recordar... Bem dizia eu que a rua merecia um breve pensamento!

Era austero o quadro de azulejos; num pano retangular uma cruz de cor roxa, rebordada de listel azul, fundo branco mas tarja envolvente desenhando um motivo comum das oficinas da cidade nos princípios do séc. XVIII.

Aonde ficariam e que percurso demarcariam as outras cruzes da freguesia de S. João de Almedina ou do Bispo?

Da via-sacra dos crúzios restava até há pouco uma cruz análoga àquela de que ficou recordação em gravuras e fotografias, cravada no contraforte da esquerda da igreja monástica. Estava já incompleta e obras ali feitas tiraram-na.

Quem quiser ir hoje ver as últimas cruzes tem de se dirigir a um sugestivo ambiente, que o próprio nome favorece, aos Palácios Confusos.

Não estão estas cruzes metidas em quadros mas recortam-se no caiado das paredes.

Tendo por frente o largo, espalham-se no amplo muro duma habitação, em número de três, formando o conjunto do Calvário, a duodécima segunda estação. Vinha o cortejo lento e dizia o padre: «nesta estação se contempla como o nosso divino Redentor morreu na cruz»; a gente piedosa ajoelhava, alastrando de vestidos escuros o declivoso terreiro, nas almas passava a imagem lamentosa de Cristo pendendo e canto suave e triste deixava lágrimas compassivas.

Mais acima, na rua em degraus, ainda se encontra a cruz da estação anterior; o caminho sagrado ia a descer para S. Cristóvão.

São estas as últimas cruzes que memoram as vias-sacras citadinas. A região de Coimbra conserva muitos restos, quer de azulejos quer de cruzes de pedra de largos braços.

Teve a devoção o seu período áureo no fim do séc. XVII, e no começo do seguinte, o XVIII. Foi um franciscano, cujo nome se me não deparou nas buscas deste momento, que lhe deu um maior impulso nesta época. Hoje é devoção de interior de igreja e de pequenos grupos devotos. O seu tempo de ar livre e de esplendor passou, e com essa devoção exteriorizante passaram os símbolos que fragmentariamente a lembram ainda hoje no país.

Diário de Coimbra, 1948.12.05.

PRAÇA VELHA

Vamos até à *praça*!

Desde velhíssimos tempos e por vários níveis de civilização foi a *praça* o centro comum dos pequenos e dos grandes aglomerados populacionais. Aí, sob todos os climas, se juntava a gente ociosa e a ocupada, os que desejavam matar o tempo ou os que tratavam de negócios; era o picadeiro, a bolsa, o mercado, o lugar de reunião dos magistrados, ora cheia dos gritos dos vendilhões e da alegria das festas, ora dos tumultos e das rebeliões do povo.

Nos aldeamentos primitivos, cercavam-na casas de piso de terra batida e de cobertura de colmados, a sombra do carvalho ancestral ministrou-se justiça, erguiam-se os lanços das vendas públicas, proclamava-se a guerra.

Nos tempos clássicos imperiais, pavimentada de mármore, era a praça cidadina cercada de largos pórticos, formados de nobres colunas, entremeadas estas de estátuas de heróis e de deuses, terminavam-na templos, arcos triunfais rasgavam-se em diversos pontos ou simples portas honoríficas, ladeavam-na basílicas, alinhavam-se num dos topos os edifícios curiais, dominavam-na as tribunas das arengas: mais ou menos dependentes dela encontravam-se os edifícios do mercado, as palestras, os ginásios, as bibliotecas, os comícios, as termas.

Que poder de evocação que o simples nome de *praça* tem! Paremos mentalmente um pouco a remexer no nosso mais ou menos longo tempo de vida... Terreiro de aldeia, praça de vila ou cidade, que mundo já de lembranças: as da infância ou da juventude, as horas de simples folguedos infantis ou certas duras da vida da pátria...

Desçamos à velha praça de Coimbra.

Bem mudada está dos antigos tempos, dessa vida intensa que nela pulsou.

Comprida, vasta, irregular no traçado, deixa ver que, em certo modo, ainda perduram restos do círculo primitivo.

Como teria começado? Era grato ao malogrado Dr. Vergílio Correia, sugestionado sempre pelos tempos clássicos, ver ali um possível espaço dum circo, como na praça Navona em Roma. Tentei eu, na *Evocação da Obra dos Canteiros Medievais de Coimbra*, examinar as razões da morfologia do terreno e procurar através delas a causa da criação natural da *praça*.

Fosse como fosse, ela representa o largo tradicional de desfogo, ao lado das povoações castrejas.

Aí se correram touros, aí se encontrava o paço dos tabeliães, se veio a erguer o grande hospital manuelino, a burguesia construiu as suas boas casas, se levantou o pelourinho que primeiramente se ergueu em frente à Sé Velha e acabou por ser mudado para a Portagem, aí correu a água de fontes, vindo uma encanada do aqueduto da Alta.

Não são, todavia, as construções desaparecidas, os usos e os velhos costumes que me servirão de tema evocativo. Irei dar uma pequena volta e chamar a atenção para o que é antigo e de boas linhas que ainda aí se conserva.

Começarei por S. Bartolomeu, caminhando do Adro de Cima.

Ao lado direito, entre janelas de austeros aventais seiscentistas, um registo de azulejos do século XVIII, mostra a Virgem e o Crucifixo enquadrados de ornatos concheados.

Um pouco adiante duma outra casa rasgada de abertura do mesmo tipo e época, uma boa fachada setecentista (n.º 95-96) ostenta janelas de avental recortado e boa grade de fortes varões.

S. Bartolomeu acolhe no flanco uma capelinha dos Passos, aonde uma compassiva Verónica acaba de enxugar o rosto dorido do Cristo.

A igreja, reconstruída no meado do século XVIII, antecedida de duas torres de boas linhas, mostra um interior amplo e de corretas proporções.

Desemboca na Praça a breve rua, que um nome evocativo de qualquer infeliz denomina, a Rua do Cego. São depois até às escadas as moradias de altas fachadas, destinadas a abrigar famílias ou já de rendimento, mostrando como os antigos aglomerados foram evoluindo para as urbes atuais.

Passa despercebida a casa dos números 72-73, e muitas das suas janelas alegam-se das molduras envolventes do século XVI, que são nota sombreada a vincar o vão.

Imediatamente a seguir, uma repetição de altas cabeceiras nas aberturas, já do fim de setecentos ou do início do XIX, marca outra casa, enobrecendo-a como sinal de distinção de sólida e destacada burguesia.

S. Tiago acaba a correnteza de fachadas e aparece-nos, neste seu ar renovado da restauração, figura ressurgida do passado, guardando ainda o ar pálido de sombra que emergiu de outras sombras. O terreno desceu em sua frente, regularizando-se, e perdendo o acidentado dos rochedos em que assentou. Vem de velhos tempos, mas a construção presente data da transição dos séculos XII-XIII, do período sanchino.

No topo da praça repete-se o tipo corrente da grande casa seiscentista, aqui já modificado de janelas de sobreloja, sacada corrida sobre cachorros, janelas de avental retangular.

Continuando a Rua dos Sapateiros até à das Solas (seja-me permitido tratá-las pelos seus velhos e tão sugestivos nomes) alarga-se a grande casa que tem a mais imponente fachada do princípio do século XVIII de toda a cidade velha. Abstraia-se do último andar, esqueçam-se os acréscimos acidentais que o reclame comercial lhe deu, examine-se nos seus elementos puros e creia-se que se me dará razão. Que distinção não tem o andar nobre, decorado de larga varanda, como se ligam arquitectonicamente bem as aberturas daquele com as do andar alto, pela invenção das falsas sacadas, que completam as janelas de baixo e dão base às superiores. Repare-se na cornija arquivada, decorada de mísulas e bocetes e ainda de bem compassadas gárgulas, de tipo de bombardas, na cimalha. Abstraia-se, como disse, do que é espúrio e ver-se-á uma das mais imponentes construções da época.

Equilibra-se, do outro lado da rua, uma construção mais aparatosa (n.º 37-42), do mesmo séc. XVIII, só de estilo mais avançado. As pequenas pilastras misuladas dos parapeitos, concatenando os vãos, formam faixas ascendentes de bom efeito; lança-se uma varanda a todo o comprimento, que uma grade de ferros, curvos segundo bom desenho, alegra.

Segue-se-lhe uma outra, de aventais do século XVII, sóbria e de tipo corrente.

Na esquina, para as Azeiteiras, já no final de setecentos, os vãos emolduram-se como quadros do tempo, quer de talha nas igrejas, quer de prata como nos oratórios de ricos burgueses; as cornijas seguem traçados mistilíneos e os aventais recortam-se com graça.

Para diante, quer pelas aberturas manuelinas da fachada lateral quer pelas janelas sacadas da frontaria de traçado corrente no século XVII, quem dirá que ali se encontra o grande hospital mandado erguer por D. Manuel? Entre-se no armazém da casa Martas e ver-se-ão os restos das arcadas inferiores do pátio central; subindo ao primeiro andar examinam-se as galerias sobrepostas de reformas setecentistas; obtendo-se licença da Magalhães & Conde pode-se ir à capela, abóbada de nervuras góticas e revestida de azulejos xadrezados seiscentistas, recebendo luz da praça.

Os edifícios a seguir, de alinhadas aberturas, traçadas numa austera singeleza, tem um aspeto agradável e plácido, como foi a boa vida burguesa do séc. XIX que as ergueu.

Todavia, a última, a dos estabelecimentos Guimarães e Bomjardim, destaca-se em certa maneira; as vergas curvam-se e as respetivas e breves cimalkas conservam-se direitas, marcando o centro chaves quase nada salientes, tipo corrente na primeira metade do último século.

Praça Velha! Velha de centénios, centro cívico, de tumulto e de vida que foi: Praça Nova voltará a ser, o grande comércio, que nunca a abandonou, intensifica-se, uma multidão que trata de negócios de novo a sulca e novos traçados viários e melhoramentos de outros concorrerão para o seu rejuvenescimento.

Diário de Coimbra, 1949.05.24.

ANTIGOS CAMINHOS E PEQUENOS BAIRROS A NASCENTE DA CIDADE

Nada mais natural pensar que a antiga estrada da Beira até á Portela tenha seguido um traçado que a atual decalca; o próprio terreno parece indicar esse lógico trajeto; e todavia não se deu isso.

Deixaremos para outra vez o caminho da Rua da Alegria, Arregaça, seguindo para Marrocos, o caminho da *via longa* como outrora se dizia.

A estrada da Beira partia não da ponte mas da parte alta, da porta do Castelo.

Sigamo-la.

Passada a porta da fortaleza tinha-se logo abaixo ao lado direito o caminho que permitia voltar á cidade pela porta da Traição; à esquerda a estrada de Entremuros que levaria a Fonte Nova, de onde se tomaria para a Porta Nova ou Rua das Figueirinhas ou ainda se cortaria a norte para o Montarroio.

Além de entrada principal da cidade travessas várias pois daí se tomavam; não faltaria a qualquer hora gente a calcorrear o ponto de separação viário.

Muito naturalmente o sítio, na parte mais plana, a do colo do monte, pedia um agregadozinho populacional. Ao lado direito, aonde vinha bater o muro da velha quinta dos crúzios, havia um, como hoje, em frente ao aqueduto. Prolongava-se mais que agora (e duma demolição recente ainda nos lembramos todos), fazendo uma correnteza de casas, tendo só encostadas aos arcos e em frente portanto das outras umas duas ou três.

Tinha para o lado da Penitenciária a modesta capela de S. Martinho, e em ponto levemente anterior o oratório do Santo Cristo das Maleitas, transformação dum cruzeiro de caminho.

Era este o fatal bairro popular que precedia a entrada das cidades fortificadas. Tabernas, pequenos negócios, gente sem eira nem beira, vivendo em tugúrios e pronta a qualquer serviço humilde, a alombar todos os carregos, a encarregar-se de qualquer recado, tudo isso aí ficaria.

Sigamos o caminho, passando sob o arco principal, pois que a topografia foi modificada com o muro do jardim botânico. Era aqui o ladeirante e pequeno campo de Santa Ana, com o chafariz, donde seguia o caminho de Celas e cortava o da Beira para o novo bairrozinho, o de S. José, tirando o nome do colégio conventual de S. José dos Marianos (hospital militar).

Logo na esquina, tal como hoje, lá esperaria sem sombra de dúvida outra taberna aos que vinham da cidade e aos que cansara a ladeira que nós iremos descer.

Paremos e deixemos que os nossos olhos repousem a despedir-se das duas casas que as demolições deixaram em pé por uns breves dias.

Uma das coisas mais incompletas que há pelo campo das ciências é a geografia humana; em nenhum livro dos vários que dela se ocupam e que percorri (em nenhum!) encontrei este capítulo: – a taberna fulcro da fixação dos agregados populacionais. Valia a pena estudá-lo e escrevê-lo, que daria perspectivas novas a esta ciência.

A taberna atual deverá representar uma série infinda delas. Já ali beberam as tropas de Massena, para não falar em tempos mais antigos. Quantos almocreves, carreiros, gente de todo o género por ali não passou, quantos mendigos ali não trocaram uns tostõezinhos por um bom copo, compensador da miséria e do abandono, dando-lhes um verdadeiro antegosto dum céu particular!

Não há sensibilidade nesta desgraçada terra, não há amor da tradição, escusado será pedir à fria gente da Câmara para a conservar no meio dum larguito, enramada de larga parreira e com um loureiro a dar sombra. Dentro de dias o balcão esmurado e nodoento será tirado, desaparecerá aquele soalho aonde cuspiram centenas de gerações! Exultaram os higienistas, como é de seu mau instinto, e eu entristecer-me-ei por saber que os malandros que hoje me pedem um tostãozinho não terão aonde o ir empregar sem tardança!

Começava a descida e, à capela de Santo Antoninho dos porcos (pois que ali se fazia o mercado deles) passava o caminho pelo desvio angular que ainda ali se vê, para depois se meter pela ladeira calçada das Alpenduradas.

No fundo da descida, depois do mercado e das traseiras da fábrica, atingindo o vale, encontrava-se, como hoje, o começo do bairro do Calhabé e que se continuava esgarçadamente até perto da passagem de nível, sítio este aonde todos nós conhecemos umas casa baixas. Numa destas parece que viveu o velho Calhabé, prazenteiro e bebedor, mas que fora homem de representação.

Já outrora ninguém pensaria que ainda fosse cidade o Calhabé, bem ao contrário do que os justos fados talharam e que começa a realizar-se: o Calhabé ser a cidade e Coimbra um pobre bairro do mesmo Calhabé!

Podia-se descansar um pouco que uma nova ladeira esperava o caminhante. Lentamente subia-se á Portela da Cobiça. Lançado um último olhar à cidade afastada, transposto o colo, caminhava-se pelo vale transverso até ao rio, que depois se ia acompanhando para cima das Torres. Em frente aos Palheiros esperava-se que a barca do concelho viesse da outra margem e nos transportasse.

A cidade, aonde ficava ela!

Não vale a pena continuar só pela esperança de a tornar a ver do alto do monte, vencida a longa e áspera ladeira.

Lá seguiriam os viandantes, pelo cume, até Carvalho. Por Poiares, Almas da Serra, (S. Pedro Dias) iriam cair na Ponte de Mucela, aonde buscariam agasalho conforme a sua bolsa.

A serra máxima, a da Estrela do pastor, esperava-os. Quantas horas não levariam, moídos do mau piso e da distância! Tudo isso tão longínquo, não é verdade? e todavia, para a gente da minha infância e um pouco mais velha, com a melhoria das diligências e da estrada a macadame, quão próximo e compreensivo, que os tempos anteriores se poderiam fazer surgir sem espanto; como tudo está longe porém desta gente que já foi embalada num bom automóvel!

Diário de Coimbra, 1952.12.25.

A ANTIGA RUA COIMBRÃ DE TINGE-RODILHAS

Veio-me ter às mãos um atado de velhos jornais; exemplares soltos das publicações periódicas que enxameiam por cidades e vilas e que, sendo de limitada tiragem, já ninguém encontra no dia a seguir à sua distribuição e que no próprio dia pouca gente lê.

Despertam-me curiosidade. Se dou pequena atenção aos contemporâneos, vendo-os só nos barbeiros e nos engraxadores, a encher tempo, aos velhos que encontro percorro-os e não raro se me deparam coisas curiosas, posto que de pequeno mérito.

Refugiam-se neste jornalismo modesto e sem repercussão curiosas inteligências cuja mediania de cultura ou de economia e social não permitiu ir até às publicações livrescas ou às periódicas mais estáveis, vistas e faladas. Por aí passavam pequenos poetas, modestos romancistas, amadores de história local num nível de Pinho Leal, moralistas sinceros e acanhados, além das maledicênciaszinhas, dos pequenos despeitos e invejas.

Tudo isso, visto passados anos, sem se terem conhecido as pessoas que assinaram ou as que foram atingidas, estando mortos os gostos literários, as preocupações políticas do campanário local, as razões da prosa moralizadora, tudo isso é delicioso!

Pensaram os seus pobres e velhos autores que a sua prosa ficava para todo sempre e, por desgraça, poucos anos passados nem a coleção da redação existe! Mas os próprios que escrevem para os grandes jornais têm sorte quase parecida, se não passam a volume os seus escritos; jornal é flor de uma manhã ou tarde.

*

Numa dessas folhas amareladas e meio rasgadas encontrei um artigo em que se tentou demonstrar que a antiga Rua de Tinge-Rodilhas era a atual da Louça (Bordalo Pinheiro).

A intenção era das melhores; a justificação, insuficiente. O velho plumitivo só a si se deveria ter convencido.

Apresentou só duas razões, a dum documento do século XV e a sua lembrança pessoal que deveria encontrar-se esgarçada pela própria idade.

Esse documento não passa dum resumo feito por Ayres de Campos (*Indice Chronologico*, 1863, pág. 14), bem conhecido de quantos se têm ocupado da história de Coimbra, pois que as publicações deste autor foram por largo tempo a chave do arquivo camarário. Esse resumo nada esclarece, tanto mais que os outros locativos aí mencionados ainda não foram identificados.

O documento que era exigido seria aquele que dissesse, por exemplo: Rua de Tinge-Rodilhas que vem do terreiro de Santa Cruz ao das Olarias; pois que marcava onde começava e aonde ia terminar, isto é, dava as devidas confrontações da rua, tal como o têm feito os roteiros desta cidade.

Como segunda razão apresentada vêm as recordações pessoais. Diz que ainda no seu tempo se lia no prédio que fazia esquina para a Rua da Louça, indo do largo da Maracha, o nome de Tinge-Rodilhas.

Não posso precisar a época em que viveu o velho autor, cuja subscrição deveria ser um pseudónimo; contudo iria dizer que provavelmente o número dos anos que já teriam passado sobre a sua juventude lhe escurecessem um pouco as recordações, principalmente em relação ao sítio ocupado pelo letreiro, pois que escrever de cor tem os seus inconvenientes.

Todavia conceda-se-lhe uma e outra coisa, nome e sítio.

O nome de Tinge-Rodilhas ainda deve estar na recordação das pessoas mais idosas que sejam naturais da cidade; num anuário local da segunda metade do século passado eu mesmo encontrei aquele nome como residência de determinada pessoa.

O que é verdadeiramente curioso no referido artigo é que se cite um desenho que esteve exposto na velha coleção do Instituto para se fazerem considerações nada probatórias relativamente à Rua do Corvo, e não se aduza o mesmo desenho para a rua em questão, pois que lá se lê no plano viário *R.^a de Tingerodilhas*. Esse desenho é hoje muito conhecido pela publicação que dele fez o Dr. Vergílio Correia e que eu repeti em certas das suas partes. Deve-se notar que o autor do artigo lhe chame por duas vezes gravura; ora gravura e desenho não são coisas fáceis de confundir senão aqueles que nunca tenham andado por tipografias ou bibliotecas.

Foi esse desenho que para mim serviu sempre de base para a identificação da Rua de Tinge Rodilhas.

O que não quer dizer que eu mesmo já me equivocasse e não há muito tempo; fi-lo no Programa Oficial das Festas da Rainha Santa deste ano, ao tratar da velha Baixa.

Ora, além desse desenho, tenho entre os meus verbetes que se referem aquela rua um que não deixa dúvidas e que é o documento verdadeiramente desejável, o que traz confrontações. Tomei o apontamento numa época entre quinze e vinte anos atrás do livro de notas de 1600 do notário Agostinho Maldonado, a fls. 74 (Arq. Univ.), dum obrigação de D. Branca de Berredo, de cem mil réis que lhe devia o dr. António Sebastião: – «Rua de tynge Rodilhas que vem do terreiro de Sta. (uma Cruz) ao das olarias». Repare-se bem: sobrepõe-se à Rua da Louça.

Era este documento que eu gostaria de poder dar ainda ao velho e ignorado escritor; dar-lho com lealdade e franqueza de amigo e não atirar-lho pelas costas como parece que ele quis fazer com as suas linhas sem prova suficiente.

Todavia para seguir as pisadas destas pequenas gazetas que dão um grande valor aos achados mínimos, faço finca-pé na afirmação de ter sido eu o primeiro a dar prova indiscutível da identificação: Tinge-Rodilhas com Rua da Louça.

Dessa rua tenho algumas notas, posto que não me ocupe com a toponímia coimbrã, como já o disse num artigo de anos atrás.

Aí faleceu em 1657 um ferreiro; chamava-se o Zambuja, não sei se de nome, se de alcunha. Igualmente morreu (1661) o pintor de louça António João e aí viveu outro pintor, Luís António de Torres.

A identificação é de crer que se possa fazer ainda e com toda a facilidade pelo registo matricial, pois que a maior parte dos prédios deviam ter sido registados sob esse nome.

*

Os nomes de velhas ruas por identificar são numerosos.

Não havia regulamento algum ou qualquer registo; nasciam os apelativos espontaneamente; duravam séculos umas vezes, outras morriam rapidamente. A mesma rua era conhecida conjuntamente por dois nomes, e ainda o seu princípio e o seu termo possuíam, por vezes, designações diversas.

Diário de Coimbra, 1952. 09.10.

O BAIRRO DE S. JOSÉ E A ORIGEM DO SEU NOME

Há anos, num dos carros da antiga linha Calhabé-circulação, na zona dos bancos da frente, os laterais, onde eu ia também, houve pequena discussão acerca do sítio do bairro. Nessa altura, se bem me recordo, não havia tabela com o nome; as duas atuais em azulejo são recentes.

Homem que desconhecia a cidade pedira ao revisor para o avisar quando se chegasse ao bairro de S. José, o que ele fez na paragem que ficava perto do cimo da ladeira do Seminário. Ora o que ele desejava era ter ficado junto da igreja, ao tempo, a menor.

Nessa altura ainda se designava de preferência a zona da igreja pelo nome de Calhabé. Fora o ilustre Dr. António de Vasconcelos que aconselhara e insistira na Cúria e na paróquia a reduzirem a designação da freguesia ao nome do santo titular da igreja, tal como se dava nas outras da cidade, em lugar de S. José do Calhabé, pouco eufónico, agravado pela origem do nome local, a acreditar no Palito Métrico (cujo valor neste caso seja a discutir); além de que, no meado do século passado, o Calhabé era só uma quinta, de um único fogo.

O bairro de S. José está, no momento, bastante reduzido da extensão e da forma antiga.

O Dr. António Luís de Sousa Henriques Seco, no *Mappa do Districto Administrativo de Coimbra* (Imprensa da Universidade, 1854), indica-lhe 29 fogos, colocando-o na rubrica das povoações extraurbanas da freguesia da Sé. Era um dos bairros que, a essa altura, se destacavam como pequenos núcleos para além das antigas portas do castelo (o de S. Bento com 20 fogos, o de S. Martinho com 20, o de S.^{ta} Ana com 26, o de S.^{ta} Teresa com 17) hoje dissolvidos nos arruamentos da nova urbanização.

Atribui-se agora ao bairro além do trato ao longo do muro do Seminário, passado o Jardim-Escola, em cuja esquina se colocou a tabela de azulejos, só o breve e antigo troço vial ao cimo da ladeira do Seminário, em frente à capelinha de S.^{to} António dos porcos, paralela ao começo oficial da Rua dos Combatentes. Outrora abrangeria a zona que ia da esquina do Jardim Botânico ao começo da ladeira das Alpenduradas, mais coisa ou menos, como sempre há a dizer quando se trata do antigo. Não era mais que sector do trajeto da estrada que saía da porta do Castelo, por aqui continuava para as Alpenduradas, ao Calhabé, Ladeira da Preguiça, Torres, atravessava o rio, subia aos Palheiros, ia a Poiares, quer dizer da medieval, morta e já desconhecida estrada da Beira.

Uma parte do bairro desapareceu há anos, como é do conhecimento geral, quando se alargou a rua à Maternidade e se demoliram as velhas casas baixas, com a taberna da esquina, substituídas hoje por pequenos estabelecimentos comerciais, postos em linha recuada.

A parte fronteira suprimira-a, no século passado, o bispo conde Bastos Pina, regularizando a cerca e fazendo o alto muro do Seminário. Deixara ficar, no ângulo para a ladeira, a casita baixa onde viveram alguns professores eclesiásticos, sendo o último o cónego Dr. José dos Santos Maurício, e que, confiscada, foi substituída pela que se vê em estilo neomanuelino.

A abertura dos Combatentes prejudicara-a também.

Mas bairro de S. José porquê?

Anterior à implantação do seminário, no meado do séc. XVIII, já havia o **colégio de S. José dos Marianos**, onde residiam os colegiais universitários da ordem dos carmelitas descalços. Lançados os fundamentos no primeiro decénio do século XVII, ficou a dominar a zona, não só pela posição destacada como pelo volume, tanto mais que o Jardim Botânico não existia e não passava dum vale entre eles, Marianos, e os Bentos. Não admira, portanto, que o seu nome a ficasse a designar; o que era mesmo instintivo na formação da nomenclatura usual.

Hoje é o Hospital Militar. Até há pouco conhecia-se correntemente pelo nome de Ursulinas, visto ter este instituto ocupado o edifício desafeto, só saindo com o advento das instituições republicanas.

Até aqui a explicação dada aos homens do carro da linha Calhabé-circulação.

Mas porque teriam os frades escolhido S. José para titular?

Nunca me lembrei do formular tal pergunta.

Não sei se Belchior de S.^{ta} Ana na sua *Chronica dos Carmelitas Descalços* (Tom. I, Lisboa, 1657) dará a razão. Não tenho aqui o volume nem me irei deslocar à sua procura.

A razão encontrei-a, há dias, muito casualmente.

Por motivos literários tomei dos *TRABALHOS DE JESUS compostos pelo veneravel Padre Fr. Thome de Jesus, da Ordem dos Eremitas de Santo Agostinho, da Provincia de Portugal, estando cattivo em Berberia*, (Tomo I, Lisboa, 1733), e li a vida que antecede a obra, escrita por D. Aleixo de Meneses, primaz de Braga.

Conta um acidente que fr. Tomé teve na infância. Será melhor transcrever para clareza e para se sentir o prazer de ler velha linguagem.

«Foi grande parte desta resolução (a de entrar na ordem religiosa aos quinze anos) hum milagre que o glorioso S. Joseph fez por elle pouco depois que veio ao Collegio, porque levando o servo de Deos (fr. Luís de Montoia) huma tarde os estudantes do Collegio a recrear junto do Rio Mondego o menino Thome se lançou a nadar; e como sabia pouco daquelle exercicio, e tinha poucas forças, embaraçouse de sorte na agua, que si hia affogando, e vendo isto os Religiosos accodirão ao servo de Deos (a Montoia), que conhecendo o perigo em que o menino andava já sem sentido, posto de joelhos começou a chamar por S. Joseph, a quem tinha grande devoção, que valesse e salvasse o innocente menino. Ouvio o Santo sua oração, e por sua intercessão chegou o menino as praias do Rio, ao lugar onde, os Religiosos estavam, que o tirarão da água sem lesão alguma, pelo que o servo de Deos Fr. Luiz de Montoia edificou huma Capella no Collegio ao glorioso S. Joseph, e o tomou por patrono delle, como hoje o he, e o menino Thome reconhecendo a mercè que Deos lhe havia feito em darlhe vida milagrosamente determinou gastalla em serviço do mesmo Senhor».

Em breves anos, será de crer, a reforma da rua com a substituição das casas por outras de volume conveniente obliterará o nome do bairro e tudo passará à designação de Combatentes. Só na fachada da igreja do Hospital Militar, gravado no alto do nicho, se continuará a ler: S. JOSEPH.

Diário de Coimbra, 1963.02.13.

O BAIRRO DE S. MARTINHO

No artigo do bairro de S José mencionei acidentalmente o de S. Martinho a que Sousa Henriques Seco, no meado do séc. XIX, atribuía vinte fogos.

Diversas pessoas me têm perguntado onde se encontravam. Tentarei mostrar, mais ou menos claramente, a sua situação.

Ainda é de recentes dias o desaparecimento das últimas casas, posto que não fossem designadas coletivamente com esse nome, visto que se arruavam sob o do vizinho S. Bento, o de Sousa Pinto.

Tomou o nome da capela de S. Martinho. Ficava esta ali, aos Arcos, os do aqueduto sebástico; mais braça menos vara, em frente ao sítio que serve de praça aos automóveis de aluguer, antes da linha do portão de serviço, da cerca da Penitenciária.

Toda a zona está transformada. Será necessário remontar a velhos tempos.

*

Como parede-mestra que terá de servir a esta reconstituição, tenho de lembrar os Arcos, o mais velho elemento que permanece, dispostos na linha nascente-poente, a unir o morro de S.^{ta} Ana (quartel de Infantaria 12) ao do Castelo.

Duas palavras, pois, acerca deles ou, mais propriamente do solo em que assentam.

Seguem a linha do colo natural, onde se fazia, e teoricamente se faz, a partição das águas entre o vale de S.^{ta} Cruz e o dos Bentos, hoje Jardim Botânico.

Esta linha ia outrora em nível um pouco mais elevado, quando lançaram no fim do séc. XVI os mesmos arcos; o que é fácil de ver pelas alturas que os alicerces dos respetivos pegões agora à vista, apresentam. Assentes em rocha branda, um arenito de fácil

corde, tem sido este aprofundado sob os vãos, entre os pilares, em diversas épocas.

O último corte foi executado na altura da acomodação do começo da avenida Júlio Henriques à passagem dos trolley-carros. Frontalmente, o mesmo se fez para a união da íngreme ladeira universitária ao arruamento antigo.

A demolição das casas que havia entre os arcos mostrou que certos cortes, mais antigos e mais fundos, já se tinham praticado, estando mesmo os alicerces dos pegões à altura de homem.

A implantação dos muros do Jardim Botânico, nos sécs. XVIII e XIX, regularizando alinhamentos e nivelando o terreno, teria sido a principal causa desses cortes.

*

Como orientação geral, tornarei a dizer que descia a estrada da porta do Castelo, seguindo paralelamente ao Aqueduto até ao último arco, o decorado com elementos arquitetónicos, esculturas e letreiros, pois que era o de passagem, atravessando-o; aí se bifurcava, indo pela esquerda a estrada de Celas e pela direita, aproximada do muro de S.^{ta} Ana, como vou dizer, a que se dirigia ao bairro de S. José, Alpenduradas, Calhabé, etc..

*

Lembrarei em primeiro lugar a região a sul dos Arcos, a do lado do Jardim, para, desembaraçado dela, me ocupar da oposta, a que verdadeiramente interessa a este artigo.

A construção do longo muro do Jardim foi o que deslocou o trânsito para baixo, para a nova alameda, tendo-o mesmo apanhado antes daquele arco principal.

Anteriormente ao Jardim Botânico a estrada, desembocando do arco, cortava pelo meio do atual «jardim dos patos».

No começo do espaço deste, havia um chafariz, que ainda muita gente conheceu, de espaldar recortado e um vaso em remate. Anda em gravuras antigas. Nas últimas festas do Ano-Novo, a Litografia Coimbra reproduziu, em ponto pequeno e a cores, a gravura de Vivian em que o mesmo chafariz aparece. O desenhador, para melhor efeito artístico, voltou-o para o lado de cima e cercou-o de grupo de populares.

A sua água é a que cai na gruta artificial, existindo atrás a boca de mina, ou o que é, colada ao muro do quartel, isto

é, àquela pequena parte ao muro que excede para o lado da rua o alinhamento do antigo, o do convento, como ainda é fácil de notar. Fica no ângulo, em posição mais acomodada ao trânsito para a estrada do Calhabé e para o da que seguia para Celas.

*

Fixar-me-ei definitivamente na parte norte.

A estrada, descendo do antigo Castelo, encontrava o bairro de S. Bento (Sousa Pinto). Deveria este terminar no mesmo ponto das casas atuais, em frente ao pegão que segue ao sexto arco (contando do arco ornado, o principal). Esse sexto arco definia uma travessa, que até há pouco existiu, conhecida de todos, cortando a um e outro lado da estrada ou rua.

Farei notar que, naqueles tempos como nas zonas aldeãs de hoje, as designações eram incertas de limites, oscilando com o critério de cada pessoa.

Para o lado dos arcos tinha havido a capela do Santo Cristo das Maleitas; pequeno templo quadrado, cujos espaços entre os pilaretes haviam sido fechados de parede, como se deu no equivalente de S.^{to} António dos Olivais Era da época manuelina, anterior ao Aqueduto. A escultura acabou por ser recolhida na capela de S. Martinho. A sua situação exata é impossível de determinar; ficaria do sexto arco para o principal, em pequena elevação de terreno

Da recordação de todos é o último grupo de casas que desapareceu, encostadas nos Arcos, separado, pela referida travessa, do bloco superior. Na esquina deste último bloco esteve a livraria sucursal da Casa do Castelo. Aí nessa travessa do sexto arco terminava o bairro de S. Bento e começava o bairro de S. Martinho. Uma parte estava, portanto, do lado dos Arcos mas separada deles, antepondo-se ao arco cinco e avançando para o vão do quarto com a esquina, na qual teve o último poiso o café do simpático Joaquim Pirata; esquina que obrigou a certa e difícil curva dos carris dos eléctricos, pelo apertado do espaço.

Do outro lado da rua, a seguir à travessa que separava o bloco existente, como grande parte dos leitores ainda conheceu, levantava-se um novo bloco, demolido há anos, e cujos alicerces ainda se notam de noite, quando os faróis dos automóveis rasam o pavimento. Esse bloco estendia-se mais para o lado da Penitenciária, quase a tocar no muro.

Da mesma forma, o conjunto do lado dos Arcos se estendia mais, todavia por forma independente. Ocultava o terceiro e o segundo arco. Vê-se ainda marcada lateralmente, no vão deste terceiro, a inclinação do telhado de pequena casa que se estendera para a parte posterior.

Sensivelmente a meio da linha dessa rua, mas deixando espaço para o trânsito, já na inflexão para o arco honorífico, implantava-se a capela, isolada.

Construção pequena, modesta, para não dizer pobre; simples retângulo, rasgado de duas frestas, pelo menos na parede da direita, frontaria singela, sem cantarias nos cunhais. Era produto da mania de multiplicar santuáriozitos em prejuízo das igrejas paroquiais. Capelas e tabernas balizavam os caminhos antigos, como hoje as bombas de gasolina e os restaurantes de toda a ordem.

Pela parte posterior à capela, para o lado do muro da Penitenciária, havia humildes casebres.

Era este o bairro de S. Martinho.

Para a parte do norte, o da praça da República, corria o alto muro da quinta dos Crúzios, fechando o espaço desde a estrada entremuros até tocar na cerca do colégio de Cristo (Penitenciária).

*

O bairro de S. Martinho era, pois, constituído pelas casas que, a um e outro lado da estrada, se arruavam para a parte do arco principal, em continuação das que se estendiam para o lado de cima, em frente ao colégio de S. Bento. Habitações modestas, de loja e sobrado, tudo de pequena altura e reduzidas dimensões, encerrando um viver simples, pacato, bom aos olhos dos homens e aos do glorioso S. Martinho.

Diário de Coimbra, 1963.03.13.

A CAPELA DO SANTO CRISTO AOS ARCOS DE JARDINS

Neste fim de tarde dum dia quente de agosto, com leve viração a dar certo conforto à alma, trouxe, no percurso duns trezentos passos ou mais, dos Arcos ao meu gabinete, ocupado o espírito dum grave problema: de que modo começaria e ordenaria este artigo, a evocar o que já não conheci!

Será melhor, reconheço-o agora, deixar que a narração siga o natural encadeamento de quem conversa só para entreter tempo.

Para outro jornal da cidade, entre muitos artigos que ali tenho deixado, em 1963, escrevi «O bairro de S. Martinho». Era intenção minha continuá-lo com um novo, cujo título, «o quintalinho dos limoeiros», ainda tracei ao alto da folha, com algumas linhas a mais.

Surgiu-me uma dificuldade: determinar o sítio exato da capela que, na gíria antiga, era conhecida por Santo Cristo das maleitas.

Aos desamparados e desiludidos surge, certas vezes, uma Providência que os salva.

No **Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra** e em separata de reduzido número, reservada a eleitos, foi publicado um estudo primoroso com o título **Domingos Vandelli – Alguns aspectos da sua actividade em Coimbra**; uma centena de páginas largamente documentadas, escritas pela erudita Senhora Dr.^a D. Lígia Cruz.

Aí vem reproduzida a planta levantada em 1773 para a localização do Jardim Botânico.

Desenhando-se na mesma o traçado do Aqueduto, ficou incluída a zona próxima do mesmo, do lado norte, isto é, o antigo bairro de S. Martinho.

Modificado o terreno a um e a outro lado, serve agora de boa base topográfica o mesmo aqueduto, dando-se a numeração dos

arcos a partir de nascente, contando como primeiro o decorado, o de S. Sebastião.

Para o lado do jardim estendia-se um terreiro irregular, que apertava no ângulo atual junto ao Jardim-escola, no terreno da cerca de S. José dos Marianos, e que tinha a maior largura junto ao Aqueduto, ao sétimo arco. Deste lado, o Jardim avançou da cerca dos Bentos até ao quinto arco que ficou livre.

Para o lado norte, isto é, o da praça dos Arcos, desenha-se bem o bairro de S. Martinho, faltando só o traçado do muro da quinta de Santa Cruz que delimitava a estrada Entremuros que vinha a ladear a cidade pela parte traseira das casas da atual avenida, e que deixava livre esta zona; continuando-se, passada esta, um caminho que se desdobrava em dois ramos, um que seguia à Cruz de Celas e outro que ultrapassado o arco, ia à Cumeada.

No desenho do bairro, duas pequeninas cruces marcam a capela de S. Martinho e a do Santo Cristo.

Seguindo do primeiro arco vê-se quase em frente um pequeno edifício; mais recuada, a capela de S. Martinho, em frente do primeiro e segundo arco; ainda mais recuado um alinhamento de construções que se prolonga até cerca do sexto arco; um espaço vazio; a capela do Santo Cristo incluída num conjunto, ao sétimo arco, voltada para a de S. Martinho, com amplo terreiro entre uma e outra, espaço estreitado só por casas que se levantavam quase encostadas ao quarto e quinto arcos, que se mantiveram até há anos, como é de recordação geral, onde teve fim o café do simpático Joaquim Pirata.

A seguir à capela um espaço livre, começando o que é hoje bairro de Sousa Pinto.

Do lado do Jardim ainda não havia aquelas casas que se abrigavam sob os arcos demolidos há anos.

Seria agora ocasião de falar do tal quintalinho dos limoeiros e juntar-lhe o arco dos frades. Ficará para novo artigo.

A capela estava, pois, em frente do pilar que se segue ao sexto arco, para mais próxima do sétimo. Anexava-se a construções diversas, algumas de dependências suas, para o lado da Alta.

Se agora nos colocarmos encostados aos arcos, teremos do outro lado, no bairro S. Pinto, duas casas baixas aquela que foi a «mercearia do Senhor João dos Arcos» como toda a gente dizia, e outra em que está a Junta de Paróquia da Sé Nova. Estas duas não existiam ao tempo. A casa alta formava ângulo, como no artigo prometido se dirá.

A capela assentava pois no extremo das atuais casas do bairro, mais vara menos vara, mais côvado ou menos palmo, que é bom não fazer juramentos sobre a cartografia antiga.

Continuarei, reproduzindo o que escrevi no volume do Inventário Artístico da Cidade de Coimbra.

Até ao tempo de Manuel Saldanha, reitor da Universidade (1638-59), o cruzeiro abrigava-se em alpendre de quatro colunas e abóbada, mandando-o ele tapar por três lados, fazer um altar, devotos painéis, um púlpito de pedra ao lado de fora. Era procurada a capela por doentes de maleitas, que lhe vieram a dar o nome, sendo também conhecida por Santo Cristo da Porta do Castelo. A cruz nos últimos tempos, pelo menos, tinha sido colocada no altar. Em 1740 foi reformada a capela, segundo le-treiro que existiu na verga da porta. Cerca de 1853-54, a Câmara mandou demolir as ruínas.

No ano de 1850, o pai do Dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos viera a Coimbra e, vendo o abandono da capela, obteve do vigário-geral da diocese, Lopes de Moraes, a cedência da imagem do Santo Cristo e a de um S. Bento que igualmente lá se encontrava, levando-as para S. Paio de Gramaços. Em 1861, construiu-se ali a capela de Nossa Senhora dos Milagres, onde foram colocadas. Visitando a povoação, em 1891, António Augusto Gonçalves, obteve do Dr. António de Vasconcelos a cedência do Santo Cristo para o museu do Instituto, donde passou para o Museu Machado de Castro, onde tem o n.º 4121 do inventário.

A cruz mede 0,75 m de altura e pertence ao primeiro quarto do século XVI. Tem uma imagem de Cristo crucificado, esculpida na mesma pedra; arquilhos salientes adornam os contornos e no biselado correm ramos vegetais entrelaçados; uma grande flor adorna a terminação de cada braço.

O artista manuelino, João Alves ou Álvares, assinou-a «yn alves me fez».

Correio de Coimbra, 1978.08.24.

UMA TORRE, UM PAREDÃO E UMA VIELA

Três coisas ligadas entre si mas de localização difícil de explicar convenientemente, posto que ainda exista a base da torre, bem como o paredão, só desaparecida esteja a viela.

Certamente, muitas pessoas há que tenham estado na base da torre a ver a cidade e a larga paisagem, dando um olhar despreocupado ao paredão e às pombas que ali têm ninho.

Deu-se a transformação na segunda metade do século XVIII, com a reforma dos edifícios universitários, na época pombalina.

Dividirei as considerações em três pontos, como se em curso de base me encontrasse a expor.

Será o primeiro o da **torre**.

Passando-se pelo lado norte do edifício central da Universidade, no caminho novo, serventia particular por um lado e que pelo uso se vai tornando pública, que parte do largo da Porta Férrea, contornando o grande edifício, e sai ao Grilos e Rua da Ilha, notar-se-á que, para a direita, há um largo espaço retangular, como um saliente do terraço geral, debruçado sobre o claustro da Sé Velha.

Se porém, se for examinar esse cliente do plano do claustro, notar-se-á que esse terraço não é mais forte que a parte terminal, a cobertura duma antiga e forte construção, que é tudo o que resta da antiga torre dos sinos da Sé.

O ponto que ocupa, mais alto que o plano do claustro, outrora separado do terraplano do Paço Real, hoje das Escolas, mostra que inicialmente mesmo em data anterior à edificação do mesmo claustro no século XIII, se fora escolhido como posição mais elevada para torre de igreja, acumulava taticamente a função de fortaleza. Mas o maciço que permanece datará duma reconstrução da segunda metade do século XVI ou já do XVII.

A mesma finalidade a tiveram igualmente as torres medievais de Coimbra, como ainda se pode ver da do Salvador, afogada agora no casario.

A parte alta da torre, acima do nível do terraço, foi demolida na época pombalina. As funções catedralícias haviam passado da antiga Sé para a chamada hoje Sé Nova, que havia sido igreja do colégio da suprimida Companhia de Jesus; aquele velho templo fora entregue à Misericórdia para sua sede privativa; no claustro instalara-se a Imprensa da Universidade, transformando-o e sobrepondo às galerias novas construções, com acréscimos nas zonas próximas – obras em grande parte demolidas neste século, pela restauração do claustro, e das quais resta a grande casa a nascente, onde se instalaram certas atividades sociais religiosas, e na parte oposta a grande escadaria interna e o edifício que veio a ser destinado ao Instituto.

A torre, pois ficara isolada, tendo intermediamente, em relação à igreja, depois daquelas obras, a Imprensa.

Na carta ao Marquês de Pombal, de 3 de setembro de 1773, o Reformador Reitor D. Francisco de Lemos de Faria Pereira Coutinho escrevia:

«Considerando igualmente que a Torre que foi da Sé ficava no terreno da Universidade, que não podia servir a Misericórdia por ficar distante d'esta Igreja, e medirem a Imprensa e mais edifícios da Universidade, que lhe tiravam toda a comunicação, que ainda no caso impraticável de servir a dita igreja seria prejudicial ao sossego das Aulas pelo estrondo dos sinos, como sempre se experimentou no tempo que a Sé existia na dita Igreja... E principalmente que era muito nocivo à Imprensa, porque ficando ela no alto e esta em baixo, lhe tirava o sol, com que a fazia menos clara e húmida. Pareceu-me conveniente à vista de todas as razões que se demolisse, o que se tem executado...»

O Marquês exarou à margem: «Que está muito bem feita a providência sobre a Torre da Sé antiga».

*

O **paredão** é aquele muro alto que despega desse terraço e protege as terras ao longo do Paço das Escolas.

Esse mesmo paredão foi mandado levantar pelo Reformador Reitor, como o deixou escrito.

O declive entre o plano do Paço Real e o da Sé Velha pode-a avaliar bem, ainda hoje, pelo violento declive da Rua do Norte,

o qual, vencido inicialmente pelas escadarias entre Farmácia e Letras, continua declivosamente até à Rua das Covas e à Sé. Já no século XIII, para o lançamento do claustro, a poder-se-lhe dar a conveniente amplitude, teve de se proceder a largo corte no morro e, apesar disso, não se desceu ao plano da Sé, como se pode avaliar pelo razoável número de degraus da escada de ligação interna.

Do plano claustral para o alto, continuava ainda para cima, além da parede que necessariamente se fez, um declive até atingir o estreito terreno que ladeava o Paço.

As obras da nova Imprensa, a necessidade de consolidação e correção dos terrenos, levou à construção do alto muro.

A torre, anteriormente, encontrava-se mais desafogada pela parte detrás, para o lado do edifício universitário.

*

A **viela** será o terceiro ponto.

Dizer-se aqui que ela partia da Rua do Norte, entre o edifício tradicional de Farmácia, antiga casa dos Melos, e aquele outro que agora o continua para baixo e que lhe foi recentemente anexado, e que a mesma viela subia ao terraço superior e ia descair na Rua da Ilha, entre a esquina dos Grilos e a desaparecida casa dos administradores da Imprensa, parecerá bem inteligível a quem não esteja a ver o terreno.

Colocados porém, no referido terraço saliente da antiga torre, olhando para o plano do claustro e para as terras baixas do lado dos Grilos, nada se entende. Peço para irem examinar.

Será inicialmente necessário afastar a ideia de se tratar dum caminho normal que estreitou, e ainda de que o declive para um e outro lado fosse pouco pronunciado.

Não passava de uma vereda de pé posto, íngreme, que a necessidade de atalhar obrigava a gente do povo a ir marcando com o tempo, no acidentado pendor do morro. Era um desses recursos casuais que a passagem dos anos vai estabelecendo e que acaba por adquirir direitos e um nome. Originando, como é lógico concluir, no escarpado que restou a seguir ao fundo corte na vertente pela execução do claustro, difícil de percorrer pela estreiteza do espaço, irregularidade do piso, perigo de deslizar, foi firmando-se pelo uso quotidiano.

Por outro lado a topografia era diversa, tanto em plano como em altura.

O dr. António Garcia Ribeiro de Vasconcelos publicou no primeiro volume da «Sé Velha de Coimbra», a página 109, um desenho, cópia dum dos da época pombalina.

Ora o desenho original, apesar das aparências, não é rigoroso, e até mesmo muito pouco. Como porém, apesar dessa deficiência, dele se deduz, e mais essencialmente do exame direto do terreno, é que o novo muro avançou bastante para o lado do claustro, atingindo a esquina posterior da torre, permitindo o terraplano atual, vindo a cortar e a suprimir a vereda, que ali é designada por «Beco ou Travessa do Miranda». Para se conseguir o mesmo terraplano, foi esse paredão alteado, procedendo-se ao enchimento do vazio formado, o que explica a altura que hoje se nota, olhando-se o ângulo em frente da esquina dos Gerais para aquele lado dos Grilos.

Da parte dos mesmos Grilos, na Rua da Ilha, havia o chamado «Pátio de João de Mendonça» que era constituído por duas moradias e amplo quintal que a Universidade, para dar largueza à Imprensa, adquirira por seis mil cruzados, conforme provisão do Marquês de 1772.

*

Tudo isto tem pouca importância; serve de compreensão dos terrenos envolventes de edifícios de categoria. Do mesmo modo que é agradável conhecer os pequenos acidentes da vida dos avós, também não é menos sugestivo recompor os da terra em que a nossa tem decorrido.

Diário de Coimbra, 1980.05.24.

VIDA E SOCIEDADE

UM VELHO CRIME

A mania de folhear velhos papéis se nos obriga a ler dezenas de documentos inúteis, sem interesse para os nossos estudos, traz-nos porém grandes emoções, e algumas vezes sentimos naquela descolorida letra o palpitar de corações antigos, e parece até que lágrimas e sangue derramados há muito ainda escorrem do papel e nos molham as mãos.

No livro de óbitos, que abrange os anos de 1811 a 1858, de Paradela da Cortiça, hoje arquivado na Repartição do Registo Civil de Penacova, encontra-se a fl. 17 v.º o seguinte assento: – «No dia sete de janeiro de mil oito centos, e trinta, e oito foi achada morta do com tres facadas na barriga, e peito huma mulher cujo nome, e morada se ignora prudentemente, e foi sepultada depois de encomendada na Ribeira pequena lemite de Paradella por estar já adesfazersse pella corrupção, por cuja cauza de modo nenhum se podia conduzir a Igr.^a, e para constar a honde convier faço o prezente termo, que asigno no dia, mes e éra supra. O Cura Joze da Cunha».

Tendo-se passado isto ainda não há bem um século era de crer, por isso mesmo, que a gente do povo conservasse memória de tal crime, e na tradição andassem minúcias que o colocassem à parte dos homicídios que àquela época perturbada viu repetirem-se múltiplas vezes, e que aclarassem o *prudentermente* do assento.

Não me enganei; o nome dos criminosos é conhecido, a vítima foi mais ou menos identificada, e se a causa do crime passa por ser o furto, contudo pude obter elementos que me permitem dar-lhe um certo aspecto passional, de amor e tragédia, que o transformam nalguma coisa e alguma coisa o elevam.

Pelos fins do verão de 1837 chegaram num dia, perto da noite, à Ponte de Mucela dois sujeitos acompanhados duma mulher com grande ostentação de ouro em cordões ao pescoço, brincos, etc.

Entraram numa taberna que a avó da pessoa que me informou ali tinha, comeram, beberam e falaram da sua vida, donde vinham e para onde iam, sem prudência, como é costume na gente do povo. Perto da noite retomaram o caminho. Causou estranheza do entre a gatinha que estava na taberna que uma mulher que não parecia casada, nova e cheia de ouro, acompanhasse por tão dilatados caminhos, e àquelas horas, dois homens, e houve almas compassivas e curiosas que os seguiram de longe até ao alto da Ponte, aonde a estrada se bifurca. Vendo que seguiam o caminho normal em direção ao Mucelão, pela antiga estrada, voltaram.

Em janeiro seguinte, como diz o assento, foi encontrado por caçadores um cadáver feminino na Ribeira Pequena, um breve vale que começa em Mucelão, perto da casa que hoje é do sr. Dr. Abel de Andrade, e que vai morrer no rio Alva, entre a Ponte e as moendas do Cardal.

A notícia breve correu as povoações vizinhas, e nestas terreolas adormecidas, sem assunto de conversa e ávidas de notícias, o triste achado tinha todas as condições para excitar a curiosidade, o espanto e a imaginação dos habitantes; tratava-se duma mulher e nova, desconhecida e morta em desconhecidas circunstâncias. A taberneira da Ponte, que conservava a recordação dos estranhos viandantes do fim do verão, também foi à Ribeira Pequena, e ela e as outras pessoas que os tinham visto e notado puderam reconhecer o cadáver com certa segurança.

Parece que as justiças nada se ocuparam do caso, mas a curiosidade popular não cansou porém na sua investigação. As conversas infundas sobre o mesmo assunto, repetindo as coisas sabidas, a que só juntariam outras infundadas e inverosímeis, deveriam manter desperta a imaginação da gatinha rude; a Ponte de Mucela era lugar obrigatório de passagem, como hoje, entre Coimbra e a Beira, e nessa época em que as classes pobres cobriam grandes distâncias a pé, ali se descansava largas horas, falando-se de vivos e defuntos; conhecidos e desconhecidos, e sempre, por todo esse ano, em todas as conversas pairaria o fantasma da morta. Quantas vezes um novo caminhante não começaria: – Com que então foi ou aqui que apareceu uma mulher morta?! – e seria de ver todos os ouvidos à escuta na esperança de novo detalhe.

Pouco a pouco se foi sabendo tudo. À Bobadela tinham chegado no fim do ano de 37 dois irmãos vindos do Alentejo, o dinheiro parecia nascer-lhe nas algibeiras, e com ele foram ainda algumas as propriedades compradas.

A gente da terra estranhava, comparava os seus gastos, as suas pequenas aptidões para o trabalho, as possibilidades dos ganhos no Alentejo e Lisboa, e ia confessando à boca pequena que tal dinheiro não tinha sido alcançado limpamente. Tais coisas chegavam à Ponte de Mucela, eram discutidas, registadas e difundidas.

Estabeleceu-se assim como crença geral que os assassinos tinham sido os dois irmãos da Bobadela, e a morta uma mulher com quem tinham saído de Lisboa, e que era natural do Alentejo, donde vinham.

Foram-se passando anos, e um deles, na obcecação sádica dos criminosos de regressar ao lugar de seus crimes, veio estabelecer residência em Paradela da Cortiça. Em vão o caso era já antigo e como que enterrado, bastas vezes lhe foi lançada em rosto a sua infâmia, e depois velho e cego, numa decadência absoluta, o *Bonadela*, como era conhecido, havia de sentir, nos desprezos e humilhações contínuas, bem pesada a mão da justiça eterna.

Desde os primeiros dias até á atualidade foi dada como causa e do crime – o roubo. Para a gente rude e para muita outra que intelectualmente pouco acima costuma estar, esta causa seria não só única mas também suficiente para a perpetração do crime; e a verdade é que o roubo não seria mais que uma consequência daquele.

A mulher assassinada não vinha certamente de Lisboa com dois homens só para os ter como companhia... Ambos eram solteiros, e deviam ir para casa de família, talvez dos pais. A paixão de um deles pela que foi assassinada tinha unicamente por fim a satisfação de prazeres baixos; ao passo que ela, quer fosse inicialmente honesta ou depravada, se lhe deveria ter consagrado inteiramente, e vendo que ele saía de Lisboa, se teria resolvido a abandonar antes tudo do que a abandoná-lo que para ela ele tudo lhe era, e a seguiu-lo apesar da vontade dele em contrário.

Facilmente se vêem os diversos sentimentos que foram germinando e desenvolvendo-se nas almas dos viajantes na intérmina jornada a pé. Para ele, com o desejo bestial satisfeito, ela era um peso inútil na sua vida que seria bom atirar fora, como lhe parecia também uma futura causa de desordens familiares, um entrave a uma hipotética felicidade; o irmão que considerava como uma desonra aquela ligação, que para a sua alma baixa estaria bem se se tratasse dum caso breve, e que pelas suas alusões contínuas e sangrentas devia ajudar a firmar o outro nas suas resoluções, avaliando talvez ao mesmo tempo quanto devia valer o ouro

que ela levava e o que se poderia fazer com ele; a desgraçada ouvindo e adivinhando o que se passava entre os companheiros, e regando o caminho de lágrimas, e com elas e com as queixas contínuas e importunas mais os excitando ao crime.

A cada légua andada mais se aproximava a casa paterna e mais sentiam a necessidade de se desfazerem por qualquer modo da companhia.

Passada a Ponte de Mucela, que lamentos e recriminações da infeliz originariam a discussão cega que levou ao assassinio?

Corações endurecidos, com a serenidade dum crime bem premeditado, levaram o cadáver para longe do caminho, despojaram-no e seguiram. Mais tabernas os esperavam, o vinho seria bom, e a consciência não lhes pesaria muito.

A mísera lá ficou ao abandono, pagando caro ter saído da ordem, do equilíbrio moral.

Por sua alma teve «um noturno por amor de Deus» do vigário de Paradela. Era a piedade eterna da Igreja a compadecer-se solitariamente da pobre transviada.

Correio de Coimbra, 1932.08.20.

A CAPELA DE S. PEDRO DE AVÔ

Estando eu já nesta cidade de Coimbra, soube, por este jornal, que a imagem de S. Pedro que mãos criminosas tinham ido roubar à capela da mesma denominação, no local de «Entre-moitas» como no século XVIII era já chamada e ainda hoje é, segundo creio, no limite da freguesia de Avô – de novo se encontrava no seu altar.

Aludia a pequena notícia ao entusiasmo da população avoense, e grande creio bem que tenha sido. Encontrei-me ocasionalmente em Avô no dia 21 de setembro, dia em que apareceu a linda esculturinha pousada na base da «Cruz de Anceris» (lugar de sinistra recordação histórica) e tive o grato prazer de assistir à sua chegada à antiga vila. Tinham-na trazido dois rapazes, almas entusiastas e boas, os srs. Evaristo Albino Gonçalves e José de Carvalho.

Pude ver quanto se implanta fundo no coração daquele povo o culto do Príncipe dos Apóstolos, pela alegria, a comoção, o seu nobre contentamento. Era o velho paládio local readquirido; uma das pedras da sua tradição e da sua fé reintegrada, uma parte da alma dos avós rediviva. As suas expressões de alegria eram inconscientemente a tradução dos sentimentos de múltiplas gerações através de centenas de anos, os velhos mortos exultando e alegrando-se por intermédio da sua descendência.

Eu, que me interesso pelos estudos arqueológico-artísticos, que publicara em 1925 um pequeno estudo daquela capela, alegrei-me também; era a capelinha que ficava reintegrada no seu principal elemento arqueológico; era o fulcro da sua história (que é notável, como vamos ver) que não tinha desaparecido.

Neste momento deve estar tudo acalmado e o gatuno (pois que apesar da restituição, não deixa de o ter sido) deve sentir-se tranquilo. Pois é pena que o comodismo geral assim oriente as coisas,

que a imagem é de grandíssimo mérito, uma obra do século XIV, de muito bom artista, e cujo valor monetário se representa por uma quantia bastante elevada. Pouco importa a intenção, mesmo que não tenha sido com o fim de negócio; o facto continua sempre o mesmo – o desvio dum valor artístico e nacional.

*

A capela é uma obra do princípio do século XIV, do período dionisiaco, gótico primário, mas rude, como obra popular que é. Num estudo que preparo de edifícios contemporâneos, também aparecerá. O seu verdadeiro mérito está em ser uma construção duma época da qual não há na região mais exemplares – os mais próximos estão-lhe muito distantes – como também em ser o mais antigo edifício religioso numa dilatada região. A imagem do padroeiro, da mesma época, é típica, e seria para qualquer museu motivo de justo orgulho.

A história dos seus primeiros tempos é desconhecida, mas de todo o século XVIII e princípio do XIX recolhi documentos com as andanças que ela teve.



Chegada da imagem de S. Pedro a Avô, no dia 21 de setembro

A parte mais curiosa não é aquela que diz respeito às pedras mas à vida religiosa que teve como centro aquela capela; a ela ter sido ponto estacional e terminal de procissões que em dias diversos e com fins diversos, e das mais remotas partes, até ali iam.

Na oitava pascal, na quinta-feira a seguir ao Domingo de Páscoa da Ressurreição, 18 freguesias, representadas pelos seus párocos e alguns fiéis, com as suas cruces, vinham terminar a recitação da ladainha de todos os Santos àquela capela. Este

número de freguesias é atestado, não só pela tradição, mas também por testemunhas coevas que assistiram e tomaram parte em tais atos.

Não consegui saber quando elas tivessem tido começo. Em 1758 o vigário de Avô, Caetano de Sousa, num seu depoimento, dizia que era «por costume antigo que excede a memória»; e tão antigo já devia ser, que por essa época o bispo de Coimbra comutava a algumas dessas freguesias, das mais distantes, o voto por cujo cumprimento ali iam, o que denotava ser já nessa época remotíssima o tempo em que tinha sido feito. Voto emitido por motivo de calamidade pública e de cujo cumprimento as outras freguesias muito atrabiliariamente se foram dispensando, quando para isso era necessária dispensa superior.

Além destas procissões havia outras, das freguesias de Avô, Pomares e Anceriz, que, nalguns casos, seria exclusivamente motivo para ali irem, a necessidade estacional inerente a tais atos e que noutros seriam análogas as razões às das procissões da oitava da Páscoa.

Aquelas três freguesias iam todas as sextas-feiras de maio com a mesma ladainha de todos os Santos.

E nas ladainhas menores, que antecedem a festa da Ascensão voltavam novamente à capela.

No século passado, depois dum período em que a capela esteve arruinada, e que deveria ter sido a época da grande debandada das freguesias, estas três últimas começaram a ir somente em dia de S. Pedro. Hoje parece que é exclusivamente Avô que continua com a tradição.

Por todas as razões que aí ficam abreviadamente, se vê quanto de ignóbil e revoltante teve o furto da imagem e como grande é a razão de se alegrar o povo de Avô.

A Comarca de Arganil, 1933.10.20.

**DUAS CARTAS DE ALFORRIA
DO ANO DE 1600,
EXTRAÍDAS DE UM LIVRO
DE NOTAS DO ESCRIVÃO
AGOSTINHO MALDONADO**

Os velhos tempos, com pessoas ignoradas e desconhecidas maneiras de viver, provocam sempre um grande encanto, quando, através dos documentos, revivem para nós; e muitas vezes, em nós, renascem as velhas bem-querenças ou nos toma uma paixão profunda, perante os atos de bondade ou perversidade que o tempo esqueceu mas que os papéis guardaram.

Essas duas cartas de alforria (que vamos transcrever, introduzindo nelas somente a pontuação e desdobrando as abreviaturas) são eloquentes por si mesmas e dizem mais que longas páginas que escrevêssemos.

«Carta d alforria de Isabel Lopez, catiua.

«Sajbão quantos este instormento de carta d alforria e liberdade virem que no anno do nacimiento de Nosso Senhor Jeshu Cristo de mil e seis centos annos, aos seis dias do mes de setembro do dito anno, em esta cidade Coimbra e pousadas de Branca Lopez, donna viuua, molher que foj do doutor Bertolameu Filipe, que Deus tem, onde ella estaua presente, pella qua foj dito, em presença de mim tabelião e testemunhas ao diante nomeadas, que ella tinha huma escaua preta captiua por nome Isabel Lopez, casada com João Anriques, homem preto, forro; e ora, por justos respejtos que a iso a mouião, e por o dito seu marido, da sua parte a deixar fora, por este pubrico instrumento, na melhor forma de direito que podia e deuja, dise que foraua e auia por forra e liberta, deste dia pera sempre a dita Isabel Lopez, pera que ella viva liure e izenta de sujeição e catiueiro, em que estaua,

e posa fazer de sua parte o que lhe aprouver, e ganhar pera si; e pede por mercê a todos os senhores corregedores, oujdores, juizes e justiças, a que esta for apre sentada, e ho conhecimento della com direito pertencer, que a não prendão nem molestem por captiua, e a deixem viver liurementemente nas partes onde quizer e estiuer, e pera onde for, por que asi ho ha por bem.

«E pera sua guarda e liberdade, e pêra vir à noticia de todos manda ser feito este instormento, nesta minha nota, em que asinou per sua propria mão, per saber escrever, de que concedo hum e mujtos deste theor à dita fora liberta, e os que lhes cumprisem.

«A qual por estar presente dise que acejtaua esta carta d alforria e liberdade, na forma em que esta feita; que eu tabeliam, como pessoa pubrica estipulante e acejtante, em nome dos absentes, a que per huma e outra via posa pertencer, ho estipulej e aceitej, quanto com direito poso e devo; a que forão testemunhas presentes, Cristouão Jorge, criado de mim tabeliam, que asina a rogo da dita fora acejtaute, per não saber asinar, e Mateus Gomez e Domingos Roiz, tecelões, todos moradores nesta cidade; e eu Agostinho Maldonado, tabeliam pubrico ho escreui.

«Branca Lopez, Mateus Gomes, A rogo Cristouão Jorge, De Domingos Roiz testemunha».

*

«Carta d alforria de Luiza preta, filha de Isabel Lopez e de João Amriques, pretos forros.

«Sajbão quantos este instormento de carta d alforria e liberdade virem que no anno do nacimiento de Noso Senhor Jeshu Christo de mil e seis centos annos, aos seis dias do mes de setembro do dito anno, em esta cidade Coimbra, e pousadas de Branca Lopez, donna viuua, mulher que foj do doutor Bertolameu Filipe, que Deus tem, onde ella estaua presente, pella qual foj dito em prezença de mi, tabeliam, e testemunhas ao diante nomeadas, que ella tinha huma escraua de idade de doze annos, por nome Luiza, filha de huma escraua sua fora, que, por nome se chama Isabel Lopez, casada com João Anriques, homem preto e foro, e filha dantre ambos, a qual ella criara desde que nacera ate a fejtura deste ; e pello muito que lhe queria, e por outros justos e honestos respejtos que a iso a mouião, por este pubrico instormento dise que na melhor forma de direito, que podia e deuja, foraua e auia por fora e liberta, desde o dia de seu falecimento

em diante, pera todo sempre, a dita Luiza, pera que ella viua liure e izenta da sobgeição e catiueiro em que estaua, e posa fazer de sua parte o que lhe aprouer, e ganhar pera si.

«E pede por merce a todos os corregedores, ouuidores, juizes e justiças, a que esta for apresentada, e ho conhecimento della, com direito, pertencer, que do dia do falecimento della, dita Branca Lopez, em diante, a não prendão, e antes disto sim, porque com esta condição dise que a foraua pêra que, emquanto ella viuer, a sirua e por sua – por m – digo, morte fique fora e liberta, e tire sua carta na forma em que esta feita, e a não molestem por captiua, antes a deixem viuer livremente depões de seu falecimento, nas partes onde quizer e estiuer e pera onde for, porque assim ho ha por bem.

«E, pera sua guarda e liberdade e pera vir a noticia de todos, manda ser feito este instormento nesta minha nota, em que asina por sua propria mão, por saber escreuer, de que concedeo os que comprirem deste theor à dita forra liberta; que eu tabeliam, como pessoa publica estipulante e acejtante, em nome da dita fora absente e de quem mais, per hua e outra via, posa pertencer, ho estipulej e acejtej, quanto em direito poso e deuo.

«E forão a todo testemunhas presentes, Cristouam Jorge, criado de mim tabeliam, e Mateus Gomes e Domingos Roiz, ambos tece-lões, todos moradores nesta cidade. E eu Agostinho Maldonado, tabeliam publico. ho escreui.

«Branca Lopez – Mateus Gomes – Cristouão Jorge – De Domingos Roiz testemunha».

Correio de Coimbra, 1934.09.08.

ASPECTOS DA COIMBRA DO SÉCULO XVII A VENDA DUM ESCRAVO E A OPINIÃO QUE DO CHÁ SE TINHA NESTA CIDADE

No livro de notas do escrivão Sebastião Pinto, que vai de 1646 a 1647, encontrámos um documento de venda dum negro, que vamos resumir, para servir de complemento às duas cartas de alforria que, há semanas, aqui foram publicadas.

O notário antecede-o da rubrica: «compra q fas m^{el} corea prebendro do duquado de hum negro a Antonio coelho da villa de penacova».

A 28 de agosto de 1646, compareceram perante António Pinto, morador nesta cidade, o vendedor, António Coelho, morador na vila de Penacova, o comprador, Manuel Correia, prebendeiro do ducado, e os fiadores, Manuel Coelho, que residia no lugar da Carvoeira, termo de Penacova, irmão do vendedor, e o licenciado Francisco da Costa que nesta cidade tinha o seu domicílio.

António Coelho, que possuía o escravo por doação do prior do Requeixo, p.^e José Rodrigues, declarou ter contratado com o prebendeiro de lhe vender «hum escravo preto natural de monse-bique moso de pouqua idade que parecia ser de vinte e simquo anos pouquo mais ou menos corpo baixo refeito e sinais pela cara» e que lho vendia pelo «preso e comtia de trintta mil rs» a qual logo recebeu em moedas de prata, correntes no reino.

Seguidamente Manuel Coelho disse que, dando-se o caso do escravo fugir da casa do comprador para a do p.^e António Rodrigues, morador em Lisboa, ele se dava por fiador e principal pagador; e o licenciado Costa que abonava a fiança de Manuel Coelho.

Posto isto, os irmãos Coelho e o licenciado disseram que obrigavam os seus bens presentes e futuros, mencionando duma

maneira especial, o vendedor, um olival no sítio do Sobral, outro ao Pereiro, junto da Senhora do Castelo, e ainda outro na Costa do Sol, tudo no limite de Penacova, e no valor de 40 000 réis; Manuel Coelho, um chão, junto ao rio, no Covão, e mais dois olivais, um na Ribeira de Riba e o segundo na Costa do Sol, propriedades com o mesmo valor das do irmão, e também no limite daquela vila; Francisco da Costa, as casas que tinha na cidade, à Pedreira, que partiam com D. Violante, viúva que ficara de Francisco Gomes Colaço, que valiam 50.000 réis.

E assim ficou um homem comprado.

Na oficina de Manuel Dias, mercador de livros nesta cidade, imprimiu-se no ano de 1651, com todas as licenças necessárias, a do Ministro Provincial da Sagrada Ordem da Penitência do Seráfico Padre São Francisco no Reino de Portugal, do Conselho Geral do Santo Ofício, do Ordinário e finalmente da Mesa do Paço, a «História Vniversal» de fr. Manuel dos Anjos.

Das suas leituras por variadas obras nacionais e ainda estrangeiras, colheu este franciscano algumas centenas de notícias diversas, e compôs esta obra, principalmente magazinesca, que deveria ter sido de leitura agradável a um grande número de espíritos curiosos e banais da sua época.

Falando «dos templos dos idolos do Japam, e de seus Sacerdotes, e Bonzos» não se esquece dos usos e costumes do país.

Como notícia mais curiosa para este século XX vamos transcrever a que do chá ele traz a páginas 322.

«Não sabem que coisa he vinho de vides: porem artificialmente o suprem com o que fazem da arróz. Este não bebem com tanto gosto, como a agoa quente (que quasi todos gêralmente usam) lançandolhe huns pós, que chamão Chà. São tam affeicoados a esta beberagem, que por muyta honra os mais nobres servem com ella por suas mãos aos hospedes, e convidados de respeito. A propriedade destes pós he admiravel; porque se alquem bebe duas vezes desta agoa, póde passar toda a noite, sem que a falta de dormir lhe cause pena: se se desvelou de noite, não se acharà no dia seguinte peor do que se ouvera dormido o tempo ordinário, que costuma. Tambem tem outra propriedade, e he, que ainda que esteja hum homem perturbado de vinho, em bebendo desta agoa, sente a cabeça livre, e tam desembaraçada dos fumos do vinho, como se o não ouvera bebido».

Correio de Coimbra, 1934.10.13.

OFÍCIOS FÚNEBRES POR PESSOAS VIVAS

A ideia bizarra de certas pessoas mandarem fazer em vida os seus ofícios fúnebres e dela se ter generalizado e introduzido por costume era desconhecida para mim até há poucas semanas.

Caso clássico, que julgava caso único, e que me lembra de ver sempre relatado com espanto nos diversos escritores em que o encontrei, é o de Carlos V, caso que nele se explica, sabendo-se que era filho de Joana-a-louca, que, indo em dia de Todos-os-Santos à cartuxa de Miraflores, aonde estava depositado o cadáver do marido, Felipe, arquiduque da Áustria, teve a lembrança de mandar abrir o caixão para ver os tristes restos.

Tentaram convencê-la da imprudência de tal desejo mas nada a demoveu.

O cadáver estava já irreconhecível. Olhou para ele, tocou-lhe diversas vezes sem derramar lágrimas e mandou fechar novamente o ataúde, que fez cobrir duma lhama de ouro.

Diz-se que um cartuxo daquele mosteiro lhe tinha dado esperanças do marido ressuscitar, como num fantástico regresso à vida, quinze anos depois de morto, dum outro rei.

Carlos V, tendo renunciado em seu irmão Fernando o império da Alemanha, e a coroa de Espanha no filho Felipe II, retirou-se para um convento da Estremadura espanhola, da ordem dos jerónimos. Viveu aí dois anos ocupando-os com trabalhos manuais e exercícios piedosos. Todas as sextas feiras da Quaresma tomava uma disciplina com a comunidade.

Conta-se que, competindo-lhe um dia acordar para matinas os religiosos, um noviço que estava muito mergulhado no sono, e a quem teve de sacudir rudemente, lhe dissera: – Devia bastar-vos terdes perturbado o mundo, sem que viésseis agora fazer o mesmo àqueles que dele saíram.

Pois, um dia, para se preparar melhor para a morte, por ocasião dos sufrágios que anualmente se faziam pela alma de sua mãe, teve a singular lembrança de mandar fazer por si os ofícios fúnebres.

Comunicou a lembrança ao confessor, que era monge do convento, e que a encontrando muito extraordinária contudo a aprovou como piedosa.

Não sei o que os teólogos conventuais diriam mas, como lá se vão leis aonde querem reis, podemos pensar que julgariam prudente nada opor.

Armou-se um catafalco, acenderam-se velas, os domésticos do rei tomaram luto e os religiosos cantaram o ofício conforme o ritual.

Segundo a tradição ou lenda o velho imperador tomou o lugar que teria o cadáver e estenderam-lhe um pano por cima.

O autor da breve resenha biográfica que estou a seguir acrescenta que os espectadores choravam. Lembra perguntar aqui qual a causa de tal choro, se as lembranças tristes da morte, se a perda do juízo dum grande rei, antigo senhor de meia Europa.

O costume de se mandarem fazer os ofícios de defuntos em vida, de que encontrei quatro exemplos entre os anos de 1649 a 1662 num livro duma igreja de Coimbra, apresenta-se como um facto normal na vida religiosa da cidade e daquela época e mostra por essa mesma razão que ele, a essa data, já era antigo.

Não sei donde veio e como aqui começou. Agora, doente e na aldeia, difícil é fazer investigações nesse sentido. Talvez já esteja registado e estudado mas nada conheço.

Se na verdade a lembrança bizarra de Carlos V foi a primeira, a diferença dum século entre a sua morte e a época em que encontrei os idênticos hábitos fúnebres coimbrãos é suficiente para que um costume nasça e se desenvolva.

Lembrando-nos da intensidade da vida religiosa daqueles séculos, da percentagem de desequilibrados que perpetuamente há na humanidade, das estranhas formas de ascese de que as crónicas conventuais nos apresentam tantos exemplos, o que causaria admiração é que o exemplo daquele imperador não tivesse imediatamente seguidores.

Como hoje se constata a cada passo, aquilo que pelas pessoas de juízo normal é julgado grande desequilíbrio, só digno de muita comiseração, e que em espíritos ligeiros mas são pode provocar grande hilaridade, por numerosíssimas pessoas é tomado como uma revelação do alto, e adotam-no e imitam-no como uma maneira superior de ser, podendo servir de exemplo a cé-

lebre procissão dos nus, grotesca no fundo, e que a autoridade eclesiástica teve grande dificuldade em extinguir.

Encontrei os casos aludidos num livro da colegiada das S.^{tas} Justa e Rufina, quando ela ainda estava na igreja velha, no qual se registava diariamente todo o serviço dos respetivos padres feito não só naquela igreja mas nas outras da cidade e que abrange os anos de 1648 a 1665.

Vou transcrever seguidamente as notas para melhor elucidação de quem possa interessar-se por tal uso.

Fls. 13 v.º «Em os mesmos dias 26, e 27 e 28, do ditto mes (abril de 1649) forão os p.^{es} desta Igr.^a ao mostr.º dos p.^{es} de S. Domingos fazer os off.^{os} de Maria Nunes feitos em vida, foi o pr.º benece de pesoa 2.º de frz 3.º de Roiz, foram as Almategas. 1.^a de Roiz 2.º de soares 3.º de pesoa 4.º de campos 5.º de frz 6.º de Roiz todos presentes».

Os três ofícios correspondiam aos que se deveriam fazer ao terceiro dia, ao mês e aniversário da morte ou enterro do sufragado.

Pelo mesmo livro se vê que era hábito também mandarem-se fazer os três ofícios em três dias seguidos e logo após a morte.

Os nomes com que termina a nota são os dos padres que foram ao altar como celebrantes, diáconos e subdiáconos, e que tinham uma remuneração especial.

O segundo exemplo que aparece não é bem claro. Julgo que se devem tomar os assentos nesse sentido visto que nos meses anteriores não aparece nenhuma encomendação em S. Lázaro e eram os padres da colegiada que lá faziam serviço pois que não só ficava na sua freguesia mas também não era isento, segundo creio.

Fls. 91 v.º «Em os 18. de feur.º (1655) forão os p.^{es} desta ig.^{ra} a S. Lazaro fazer dous off.^{os} pella Alma de hua doente Lazara...»

«Em os 19 do mesmo forão os p.^{es} desta igr.^a a S. Lazaro fazer hu off.º ultimo pella Alma de hua Lazara...».

Encontrei no ano seguinte o terceiro: (fls. 106) «Em os 20 e 21 (fevereiro de 1656) se fizerão os off.^{os} de fr.^{ca} de oliur.^a q ella mesmo en uida mandou fazer pella sua Alma...».

O quarto só bastantes anos depois aparece.

Fls. 196 v.º «Aos 16 (Novembro de 1662) fizerão os P.^{es} desta Egr.^a tres off.^{os} de tres liçõis q mandou fazer em uida M.^a Duarte Irmã do Manquo q ensinava Meninos alem da porta de Christovão Lopes Correja...».

PLEITO ENTRE S. GIÃO E PENALVA D'ALVA NOS FINS DO SÉCULO XVI

I

Dos atos cultuais que nos tempos passados tinham uma vida intensa e que hoje estão muito apagados, destacam-se as procissões a lugares distantes e a obrigação de determinados centros rurais se integrarem nalgumas que se realizavam em povoações de maior importância civil e que eram lugares de piedade.

As procissões das Ladainhas muitas vezes saíam do âmbito da respetiva freguesia para irem acabar numa igreja e capela de grande devoção regional, caso mais frequente quando essa freguesia tinha sido desmembrada da que possuía o santuário.

As freguesias sufragâneas eram obrigadas a ir, em dia determinado pelos costumes e ordenações superiores, às matrizes, prestar sujeição; o pároco, sacristão com a cruz, e o povo dirigiam-se para lá processionalmente e assistiam à Missa paroquial, e muitas vezes a emulação de campanário fazia com que se adquirisse uma cruz de prata, bem ornada, que se levantava com orgulho entre as demais.

Pestes, fomes, guerras eram causa de votos da comunidade paroquial que, no tempo estabelecido, se cumpriam coletivamente, com um representante de cada casa, ao santo titular.

Outras procissões eram ordenadas pela autoridade real, que as câmaras municipais tinham de organizar na vila jurisdicional. Três delas, a do Corpo de Deus, do Anjo Custódio do Reino e a de St.^a Isabel, foram causa de grave pleito entre a vila de Penalva de Riba d'Alva (como, no século XVI, se dizia) e os paroquianos de S. Gião.

Tendo, no último quarto do século dezasseis, ido em correição, à vila de Penalva, o corregedor da cidade e comarca de Viseu, o licenciado Gaspar Luiz, e sendo informado que ali se não faziam

as três procissões mencionadas, como era de obrigação, ordenou que se comesçassem a fazer, com a assistência também das freguesias sufragâneas.

O corregedor não exorbitou de forma alguma, ordenou o cumprimento das ordens reais na sua forma legal.

Ora se as procissões se não celebravam na vila, desde há muitos anos, se faziam, com grande brilho, em S. Gião.

A câmara quis obrigar, nos termos da correição, os paroquianos de S. Gião a irem às de Penalva, agora renovadas; eles porém sentiram-se lesados no que, pelos usos e costumes centenários, julgavam o seu direito: o de fazerem aquelas procissões como se fosse, a sede da sua paróquia, vila independente, e, pelo facto de as fazerem, de não irem assistir às de Penalva.

Recorreram à Justiça e alegaram em seu favor: que a igreja de S. Gião tinha o Santíssimo Sacramento, vigário próprio e aí, eles, se confessavam e sacramentavam; havia mais de oitenta e cem anos «e de tempo que a memoria dos homens não hé em contrário» que se faziam as procissões do Corpo de Deus, de St.^a Isabel e de domingo do Anjo, com muito concurso de gente e grande solenidade, indo sempre quatro clérigos das igrejas anexas do concelho de Penalva, bem como o pároco e vigários da matriz de Penalva, e muitas pessoas desta freguesia iam assistir a elas e aos jogos e touradas que por essa ocasião se faziam; além dessas procissões celebravam a da Páscoa da Ressurreição com clérigos e cantores, e a ela eram obrigados a assistir os padres das igrejas anexas do concelho; a igreja de Penalva estava longe de S. Gião, havendo rios e ribeiras de permeio e sendo o caminho péssimo; que aquela igreja «está desfeita e desmanchada a capela (mor), e não se diz Missa se não do arco para fora», a de S. Gião (anterior à atual), porém, era grande, formosa, com três altares de rico feitio; esta tinha mais de cento e dez fregueses, ao passo que naquela havia menos de cinquenta.

Voz de Oliveira, 1936.10.17.

II

A contradita de Penalva foi frouxa e pouco atenuou a massa de argumentos dos embargantes. Afirmava-se que ela era vila com

pelourinho (manuelino, que ainda existe), casa de audiência e era a cabeça de todo o termo da dita vila, ao contrário de S. Gião que era simples aldeia, estando nas mesmas condições civis que Alvoco, Avelar, Carvalhos e outras aldeias; que aquelas procissões que se faziam em S. Gião não eram de modo algum as das ordenações reais que eram privativas das vilas e cidades, e que a do Santíssimo Sacramento era simples devoção dos irmãos da confraria, como acontecia noutros lugares do reino aonde existia tal confraria; se os embargados iam algumas vezes a esta última procissão, faziam-no por curiosidade ou por simples devoção e não porque a isso fossem obrigados.

Houve réplica e tréplica, sendo dada sentença a 13 de fevereiro de 1584, pelo licenciado Diogo de Macedo d'Albuquerque, sucessor do mencionado Gaspar Luiz, a favor de S. Gião.

S. Gião rejubilou e ainda hoje guarda cópia da sentença, tendo-lhe sido anexadas, se a minha memória me não atraiçoa, duas novas cópias da primeira, feitas em datas posteriores, visto a letra do século XVI, pela sua forma própria, ser de difícil leitura.

Penalva viu bem a justiça da sentença que, apesar do procurador do desembargo, no ato da leitura dela, dizer que apelava, deixou correr o tempo legal dos seis meses e desistiu da apelação e, sendo citados os embargados, declararam que nada mais queriam alegar, vindo a dar-se sentença final a 15 de julho de 1586.

Da sentença vamos copiar duas notas, tanto de maior valor, quanto agora tudo está mudado:

«Mostra-se outro si a Igreja de São Gião e de S. Thomé de Penalva por muitos anos serem anexas huma a outra, e ambas tinham hum só Cura, que dizião Missa alternatim hora em huma hora em outra. Mostra-se mais a Igreja de Penalva estar entre vinhas, e Penedais, e ter muito má serventia e muito fragosa, e sem vezinhança, onde não está o Santíssimo Sacramento, e que hé tal a serventia que os clerigos vão a risco de cahir quando levão o Santíssimo Sacramento».

N. B. – No artigo que aqui escrevi sobre a capela de S. Cosme apareceu referência às *sepulturas dos St.^{os} Cosme e Damião*. Foi a gralha tipográfica, tinha escrito *esculturas*.

Possuir as sepulturas dos santos físicos seria honra em demasia para a povoação, posto que a piedade e restantes boas qualidades dos habitantes a soubessem estimar.

Voz de Oliveira, 1936.10.23.

A FREIRA DAS MÃOS CORTADAS

Trago do claustro de Celas, ao mesmo tempo que grata lembrança desta tarde serena do princípio do Inverno, a evocação duma figura da vida emocional do mosteiro, a de D. Mor Fernandes, a freira das mãos cortadas.

Temperatura ainda amena, luz já sem dureza. Solidão e silêncio, ambiente evocativo. Tarde que era de hoje e poderia ser de qualquer época.

Tinha ido para ali como outros vão para arquivos e bibliotecas: reconstituir história. Tudo o que naqueles lugares poderia encontrar já está dito por espíritos exatos e frios, faltos do que unicamente era necessário, sem o que a figura se não destacaria do velho relevo pétreo, a tomar vida: a justa compreensão de uma alma.

Desdobravam-se as pequenas arcadas, aconselhando passo lento; as figuras dos capitéis iam-se animando, revivendo no tempo de Afonso o terceiro e do filho, trovador um, trovador e enamorado o outro. Deixei que descessem dos capitéis, animassem o jardim e eu me integrasse no grupo e na vida do tempo.

Ao cerrar da noite, à hora de acender as lâmpadas nas casas antigas, veio o guarda. Podia fechar aquele livro de esbatidas imagens: a história estava reconstituída mesmo em pormenor, tão real e tão viva que nem D. Mor, se a lesse, nada alteraria.

*

D. Mor, a das lindas mãos e dos gestos brandos, vivia na adoração da gente boa da cidade, e até da corte, quando passava e se demorava na antiga alcáçova.

Vê-la, ouvir-lhe o riso: como que sentir-se tocado da alegria de perene primavera. A juventude nobre era levada no seu encanto. Os trovadores teciam cantigas «à das mãos frescosas» e os tange-

dores seguiam o revolteio daquelas mãos, sempre gesticulantes em graça de ave, adivinhando temas musicais que desenvolviam e que pela cidade se ficavam a cantar.

D. Mor vivia alheia às adulações. Graciosa «a do corpo bem feito», não se deixava prender. Nascera como flor para alegria de todos; cantava o seu riso como calhandra na madrugada, caindo do alto mas sempre distante.

As velhas donas, abraçando-a, davam-lhe conselhos de amizade e de experiência: as aves não podem voar sempre, é-lhes necessário um ninho; e pensavam no seu riso a alegrar as casas familiares.

– Bela mas fria, dizia o jogral Bonamigo, não será de ninguém!

Não eram raras disputas entre os rapazes, aparentemente sem razão, sendo toda a daquelas mãos finas, longas de dedos afuselados que, abrindo-se, pareciam remíguas de brancas pombas, desdobrando-se à luz.

Giral Anes, moço nobre e valoroso, andava enlouquecido e era motivo de zombarias e despeitos. Numa tarde de torneio, que reunira no Arnado a fidalguia e a população, dando volta à liça, parou em frente do palanque real e, voltando-se para D. Mor, soltou o grito de campeão: «Pelas vossas mãos».

Vencera e, indo beijar aquelas mãos que eram o sonho e a adoração de todos, houve um movimento de furor nos moços fidalgos. Correram em tropel ao seu encontro. Mas D. Mor, que os viu, levantou-se, ergueu-as bem alto, como açucenas alongando as pétalas, e gritou: – Não serão de ninguém, consagro-as àquele Senhor que as criou!

Descendo-as lentas pareceu que ao mesmo tempo descaía a tarde e vinha o negrume da noite.

– Bela e fria, murmurou de novo o jogral.

Soube-se, dias depois, que D. Mor entrara no mosteiro de Celas.

– Mãos de coração gelado, não admira que procurassem a sepultura.

D. Mor esqueceu, como quem a morte levava.

No mosteiro ninguém reparou naquelas mãos que as longas mangas de hábito sempre encobriam. Só quando foi eleita abadessa, se falou na cidade do enfeitiçamento que tinham sido. Mãos de freira, mãos mortas para a vida, a curiosidade caiu: passaram os anos e irremediavelmente esqueceram.

Soube-se, em tempo tardio, pelos cavaleiros que voltavam da Palestina, que um dos que lá combatiam trazia no escudo duas mãos, não unidas como fé de lealdade, não juntas como em prece, mas abrindo-se como pétalas de flor imaculada e estranha.

Cada vez que a sua longa espada cortava, em combate, cerce, pelo punho, alguma de agareno, soltava o grito: – Pelas vossas mãos, Senhora!

– Nobre galanteria de cavaleiro ardido e enamorado! Comentou-se, mas ninguém já se lembrou da cena do Arnado, nem o identificou, tão só tinha sido na cidade, sem parentes que vincassem o seu nome.

Soube-o D. Mor no seu retiro e o coração tremeu-lhe, lembrando-se de Giral Anes. Pareceu-lhe que centenas de braços amputados se erguiam de longe, a acusar e a ameaçá-la. Em sons e vigílias eles lhe apareciam: todos os ruídos se lhe transmutavam em vozes de ameaça e de agonia.

Corria o tempo no mosteiro; às horas do dia seguiam-se as das rezas da noite: traziam os Natais a lembrança da infância, as semanas-santas o palor e a amargura da Paixão. Passavam os anos, iam as monjas mais velhas repousar nos sete palmos de pavimento do claustro; vinham novas, desconhecedoras do passado.

No mosteiro talvez já ninguém soubesse a razão que levava a abadessa a professar. Se nem das suas virtudes se deveria falar, quanto mais das mãos, que sendo feitas de pó, nada mais que poeira deveriam ser consideradas!

Pelo fim dum Outono, soror Angélica foi ter com D. Mor.

– Madre, já reparou no cavaleiro que, há dias, à hora do ofício diurno, vem ajoelhar encostado à ombreira do portal da igreja, meio voltado para o coro, e que tem os olhos sobre vós? Quando levantai a mão para abençoar, ele segue-a com os olhos e com as mãos, parecendo querer agarrar a vossa!

*

Pelo silêncio da noite avançada foi D. Mor ao dormitório geral deslizando pela escuridão, que a luz bruxuleante da lamparina colocada no extremo não clareava.

Foi acordar Soror Angélica: que a esperava no claustro.

Angélica, como freira e seguindo a natureza do seu espírito, não fez qualquer objeção.

Forte e alta, era a auxiliar sempre pronta para tudo em que fossem necessários músculos robustos. Levantava e segurava nos braços, como se crianças fossem, as doentes e inválidas; tão brandamente as tratava que as monjas velhas e já um pouco alheadas a pediam continuamente, julgando-se outra vez embaladas nos braços maternos.

Inundava o claustro a claridade dum luar de maravilha, luar para fundo de sonho de amor, ou de arroubo de santa.

Explicou D. Mor que ela teria de dar um golpe seguro e rápido, mas sem ver nem pensar, na almofada posta num tamborete e que um traço vincava. Fê-la experimentar vagarosamente diversas vezes.

– Vamos, filha; tem ânimo, que é por santa obediência que procedes.

Fechou soror Angélica os olhos e a uma voz seca da abadessa, despediu rápido golpe.

Mal brilhou ao luar a larga lâmina do cutelo: um grito incontido e desgarrador cortou a noite.

Caiu das mãos de Angélica o cutelo e, de olhos pávidos, encostou-se à parede. No tamborete estavam cortadas as mãos da abadessa e esta agitava freneticamente no espaço, alucinada de dores, os cotos dos braços, donde jorrava abundante sangue, apesar das fortes ligaduras com que os apartara antes.

– Filha, tem ânimo: embrulha as mãos nesse véu e vamos ao altar da Senhora, ao coro.

Procissão de horror e de loucura a das monjas: o chão ficava marcado dum traço contínuo de sangue: Angélica sentia-se desfalecer só de sentir através do véu as mãos cortadas.

Passaram do claustro enluzado às quase trevas do coro: a meia escuridão envolvia-as, era maior a sensação de pânico e, no negrume da ampla quadra, pareciam circular espectros de tragédia e de alucinação, que os irreprimidos ais da abadessa chamavam.

Depostas as mãos mutiladas no altar, Angélica decaiu a um lado, meia ajoelhada, meia assentada, amparando quase enlouquecida, a cabeça ao muro frio.

– Senhora, ofereço-vos as mãos, para que nunca mais sejam motivo de pecado de ninguém, mas tirai estas dores atrozes que me matam.

E a abadessa agitava no ar os pulsos doridos.

A imagem da Senhora era quase de tamanho natural. Pousava logo acima da mesa do altar. Escultura sentada, tendo o Menino nos joelhos: serena e pura, como habitante de lugar sem dores, de toda a tranquilidade.

Viu Angélica na penumbra, e seus olhos pareceram abrir-se ainda mais de pasmo, viu que o Menino, atentando nas mãos mutiladas se ergueu, lançou os bracinhos ao pescoço da Mãe e escondeu a carinha, tremendo.

Viu Angélica que a Senhora se inclinou, estendeu a mão para o altar e, como ficasse baixo, pousou um pé na mesa, tomou a direita exangue de D. Mor lha aplicou ao pulso, apertando levemente durante segundos; que fez o mesmo à outra, segurou depois e ao mesmo tempo os dois pulsos! Viu moverem-se os dedos da abadessa, alongarem-se, ficarem no jeito de mãos postas!

Ergueu-se a Senhora, voltou o Menino ao colo materno e a escultura, tal qual antes, ficou serena, na inalterável paz de quem vive fora de lutas e mágoas.

– Filha, leva-me à minha cadeira, que desfaleço.

Sentou-se D. Mor Fernandes no lugar abacial, à entrada do coro; foi Angélica para o que lhe competia, num dos últimos.

Desfalecia de inefável ventura o coroação de D. Mor; deixava-se levar numa onda de encanto, vago e inarrável.

Angélica, caída de tanta emoção, abateu-se sobre si, no desejo dum aniquilamento em que tudo esquecesse.

Passava o tempo e nem uma nem outra reparou que a luz da madrugada vinha inundando o coro e o dia aproximando-se.

Só quando as monjas entraram para o primeiro ofício divino levantaram a cabeça.

Tinham irrompido de roldão, como acoissadas por bravia fera.

– Madre, disse a priora, viu que no claustro há um banco e um cutelo ensanguentados e que um rasto de sangue corre dali até ao altar da Senhora? Madre, que sinistra coisa se teria passado!

Estavam as monjas nos cadeirais, ainda de pé, trémulas, olhando esgazeadamente umas para as outras. Falou a abadessa.

– Nada receiem, irmãs. O que se passou foi só para glória de Deus e honra deste mosteiro. Pela santa obediência preceituo a todas que guardem, até á minha morte, completo silêncio sobre o que viram; não poderão falar disto nem entre si, nem ao confessor, nem ao próprio Deus na oração. No fim do ofício cantaremos o *Magnificat* pelas maravilhas que a Senhora se dignou operar em favor duma sua serva.

Correram os anos, repetindo-se monotonamente a vida do convento.

Aqueles indícios de tragédia, que as freiras mais velhas viram numa longínqua madrugada, permaneceram-lhes nítidos na lembrança, sem jamais se apagar o desejo intenso de perguntar e de saber. Todas associavam aos traços de sangue as figuras da abadessa e de Angélica, que encontraram meias desfalecidas no coro.

Nos primeiros tempos, algumas se chegaram a esta e irreprimivelmente fixando os olhos nos seus, diziam, em voz surda e estrangulada: – Irmã? Ela compreendia, abaixava a cabeça e, curvada como sob um peso estranho, seguia. Perdeu a alegria antiga, já não levantava dos catres as inválidas com a mesma presteza e espontaneidade e, se pousava no regaço as mãos estendidas, atentando nelas, retirava-as rapidamente, as pupilas alargadas, tomada duma alucinação.

A 27 de novembro do ano de 1300 acabaram os dias de D. Mor Fernandes.

Estava já o cadáver no coro prestes a ser levado à sepultura aberta na sala capitular. A seguir à missa paramentou-se o bispo, para dar a absolvição e, entre dois cónegos desceu e entrou no coro.

Iam já as monjas a entoar o responsório. Em passo rápido, veio do fundo dos cadeirais soror Angélica. Tremia, enleada, corava-lhe o rosto murcho há muito. Pediu ao bispo que lhe permitisse revelar um segredo antes que o ofício continuasse, um segredo cuja guarda terminara com o último suspiro de D. Mor.

Nada compreendiam as monjas novas, mas as mais idosas adivinharam que o enigma, velho de anos, lhes ia ser revelado.

Descreveu a noite trágica, o golpe, a marcha para o altar, a Senhora a descer e a curar a abadessa. Acrescentou que, para testemunho, os pulsos ficaram vincados dum traço vermelho que D. Mor sempre procurou ocultar.

Irrefletidamente correram as velhas freiras a tomarem nas suas as mãos da superiora. Acariciavam-nas, miravam-nas, beijando-as como coisa santa: todas, à uma, falavam, esquecidas do lugar e do fim para que ali estavam.

Quis o povo irromper pela clausura: foi necessário que o bispo promettesse aproximar o ataúde da grade, para que todos, através dela, pudessem ver essas mãos que, tendo enlouquecido tantos jovens, foram causa de tal milagre.

Acima da campa, cravada na parede, ficou uma lápide a lembrar as virtudes de D. Mor, que um bom latino do tempo elogiou em versos rimados. Oculta-se neles o facto estranho, como se o preceito abacial persistisse, mas pequeno relevo, esculpido na margem deixou-o adivinhar: a Senhora sentada a apertar as mãos unidas de D. Mor Fernandes, tal como ainda se poderá ver nessa lápide que foi levada do mosteiro para a antiga coleção do Instituto.

Diário de Coimbra, 1954.01.01.

ÍNDICE ONOMÁSTICO

- Abraão – II, 369.
Abranches, Santos – I, 135, 500, 501.
Abreu, António Ferrão Mendes de – II, 56.
Abreu, Joaquim Mendes – I, 384.
Abreu, Manuel – II, 93.
Abreu, Marques, I, 242, 249; II, 93, 422, 429.
Acácio (conselheiro) – II, 75.
Acunha, D. Manuel de – I, 527.
Adriano IV – I, 96.
Afonso II, D. – I, 134, 135, 144, 169, 170; II, 168, 201, 388, 389, 390.
Afonso III de Leão, D. – I, 137.
Afonso III o Grande – I, 292, 293, 294.
Afonso III, D. – I, 135, 143, 313, 499, 502, 526, 594; II, 388, 390, 399, 426, 539.
Afonso IV, D. – I, 237, 315, 481.
Afonso V, D. – I, 57, 80, 261, 293, 326, 327; II, 338, 449.
Afonso VI, D. – II, 324, 372.
Afonso, D. – I, 326.
Afonso, D. (cardeal infante) – I, 428.
Afonso, D. (conde de Barcelos) – II, 334, 335, 345.
Afonso, D. Marinha – I, 256, 316.
Afonso, D. Teresa – I, 530.
Afonso, Fernando – I, 396.
Afonso, Jerónimo – I, 332, 400.
Afonso, João – I, 325; II, 53, 433, 455, 456
Afonso, Jorge – I, 145.
Afonso, Leonor – II, 115, 451.
Afonso, Mícia – I, 145.
Agostinho, D. Acúrsio de Santo – I, 361.
Agostinho, Santo – I, 58, 66, 99, 338, 340, 373, 452, 454, 533; II, 174, 207, 220.
Águeda, Santa – I, 324; II, 53.
Aguiar, António Augusto de – II, 58.
Aguiar, Diogo de – II, 436.
Aguiar, Joaquim António de – I, 91.
Aires, Cristóvão – I, 37.
Ajax – I, 290.
Alarcão, Bernardo Salazar S. de Eça e – I, 273.
Albergarias – I, 518, 527.
Albuquerque, Afonso de – I, 383.
Albuquerque, Catarina de – I, 428; II, 266.
Albuquerque, Diogo Macedo d' – II, 538.
Albuquerque, Inês de – I, 428.
Albuquerque, João – I, 518, 527.
Alciati – II, 31.
Aldonça, D. – II, 95, 98, 387.
Alegrete (marqueses de) – I, 45.
Aleluia, João Pinto das Neves – I, 419, 420.
Alemão, João – I, 335.

- Alexandre III – I, 96.
 Alexandre, Natal – II, 402, 403, 404.
 Almansor, Iacub – I, 22, 89, 137, 292, 293, 499; II, 384.
 Almeida, Bento de – II, 266.
 Almeida, Chaves de – II, 45.
 Almeida, D. Garcia de – I, 60, 517, 519, 521, 522, 524, 531, 541; II, 174.
 Almeida, D. Jorge d' – I, 54, 133, 134, 138, 139, 327, 328, 329, 517, 519, 521, 525, 537.
 Almeida, Diogo de – I, 522.
 Almeida, Fialho de – II, 376.
 Almeida, Fortunato de – I, 160; II, 327.
 Almeida, Isidoro de – I, 35, 36, 37, 38, 39, 40, 337.
 Almeida, Jaime de – II, 56.
 Almeida, João de – II, 266.
 Almeida, Lopes de – II, 435, 436.
 Almeida, Lourenço de – I, 38, 384, 413, 414.
 Almeida, M. – II, 50.
 Almeida, Manuel de – II, 116.
 Almeida, Manuel Lopes de – I, 45, 47.
 Almeida, P. – II, 50.
 Almeida, Pedro Rodrigues de – II, 471, 472, 473.
 Almeida, Saul de – I, 384, 385; II, 19, 28, 36, 56.
 Alpoim, António de – I, 531.
 Alpoim, Francisco de – I, 541.
 Alpoim, José d' – II, 18.
 Alpoim, Pedro de – I, 76, 523, 540, 541.
 Alpoins – I, 521, 523, 528, 529, 530, 531.
 Álvares, Domingos – I, 46.
 Álvares, João – I, 329.
 Álvares, Manuel – I, 38.
 Álvares, Pedro – I, 56, 329.
 Álvares, Vicente – I, 527.
 Álvaro, D. – I, 334.
 Alves, Bartolomeu – II, 342.
 Alves, João – I, 334; II, 513.
 Amable, Saint – I, 110.
 Amaral (arcipreste) – I, 234.
 Amaro, Santo – II, 262, 295.
 Ambrósio de Milão, Santo – I, 202, 203.
 Ameal, Condes de – I, 33.
 Amorim, Pacheco de – II, 45.
 Ana, Santa – 223, 323, 326, 353, 354, 492; II, 362.
 Anaia, D. João – I, 97; II, 386.
 Andrade, Abel de – II, 522.
 Andrade, D. Brites de – I, 537.
 André, Santo – I, 20, 56, 72, 81, 91, 320, 326; II, 53, 336, 337.
 Anes, Catarina – I, 391.
 Anes, Giral – II, 540, 541.
 Anes, Vasco – I, 393.
 Angélica, Soror – II, 541, 542.
 Ângelo, Miguel – II, 20.
 Anjos, Frei Manuel dos – II, 532.
 Anriques, João – II, 528, 529.
 Antão, Santo – I, 119; II, 164.
 António, D. (prior do Crato) – I, 60, 115, 116, 397, 523, 541; II, 174, 431-434.
 António, Francisco – I, 383.
 António, Frei João de Santo – I, 48.
 António, Santo – I, 51, 56, 82, 83, 84, 97, 101, 102, 108, 109, 150, 154, 228, 278, 325, 331, 344, 347, 353, 358, 361, 386, 463, 469, 517, 519, 520, 531, 553; II, 30, 44, 53, 163, 164, 168, 169, 270, 272, 274, 312, 314, 367, 368, 499.
 Antunes, Cabral – II, 56.
 Antunes, D. António (bispo conde) – II, 9.
 Antunes, José Maria Cabral – I, 259.
 Anunciação, D. Miguel da (bispo conde) – I, 519, 527; II, 181, 352.

- Apresentação, Frei Manuel da – I, 554.
- Araújo, Pedro de – I, 455.
- Argos, José de – II, 195.
- Aristóteles – II, 12.
- Arnaud, Inez – I, 477.
- Arnauld, Caterina – I, 477.
- Arnaut, João Neto – II, 300.
- Aro, D. Mécia Lopes de – II, 147.
- Aroso, José Pompeu – II, 56.
- Arrais, Frei Amador – I, 454; II, 203, 470, 481.
- Arrudas – I, 39.
- Aruzen, Neils – II, 328.
- Assunção, Lino d' – II, 205.
- Aszman – II, 55.
- Aubert, Marcel – I, 186, 190, 191, 206.
- Aubry (pintor) – II, 26.
- Aufrère, Anthony – II, 85.
- Augusto, Jaime – I, 259.
- Áustria, D. Mariana de – II, 396.
- Aveiro (duque de) – I, 33, 38, 40, 41, 42.
- Aveiro, Maria Pinheira de – I, 455.
- Avitus – I, 191.
- Ayre, Saint – I, 199.
- Azambuja, Diogo de – I, 328, 334, 537; II, 77, 438.
- Azevedo, Alfredo António de – II, 36.
- Azevedo, João – II, 116.
- Azevedo, Ruy d' – I, 94.
- Azzolini, Giacomo – I, 374.
- Baena, Sanches de – I, 526.
- Baldi – I, 524.
- Barata, José – I, 383.
- Bárbara, Soror Maria – II, 225, 226, 229, 231.
- Barbosa – I, 37
- Barca, Maria Delfina – II, 306, 307.
- Barcelos, Pedro de – II, 327.
- Barreto, Fernando Baeta Bissaya – II, 238.
- Barrocci – I, 361.
- Barros, D. Frei Brás de – ver Braga, Frei Brás de
- Barros, Gama – II, 426.
- Bartolomeu, São – II, 85.
- Basci, Matheus de – II, 186.
- Basto, Cláudio – II, 394.
- Basto, Luís Augusto Pereira – I, 384.
- Basto, Magalhães Artur de – I, 389.
- Batista, C. – II, 50.
- Batista, D. – II, 50.
- Batista, São João – I, 58, 60, 66, 77, 78, 96, 100, 101, 103, 104, 105, 108, 109, 111, 112, 113, 114, 374, 392, 463, 472, 480; II, 174.
- Battelli, Guido – II, 83.
- Beatriz, D. – I, 481.
- Beatriz, D. (infanta) – II, 209.
- Beatriz, D. (princesa) – II, 210.
- Belida, D. – II, 212, 312, 314.
- Beltrão, Isabel Augusta Teixeira – II, 207.
- Bento XIII – II, 396.
- Bento XIV – II, 396.
- Bento, São – I, 123, 335, 337, 350, 351, 359, 360, 564, 565; II, 188, 337.
- Berardo, José – II, 56.
- Bernardes, Manuel – I, 406.
- Bernardo (mestre) – I, 137, 187, 218, 219, 241, 301, 302; II, 201, 386, 387.
- Bernardo, D. (bispo) – I, 95; II, 386.
- Bernardo, João – II, 274.
- Bernardo, São – I, 63, 335, 353; II, 265, 267.
- Bernini, Gian Lorenzo – I, 369; II, 34.
- Berredo, D. Branca de – II, 503.
- Berta Maria – I, 257.
- Bertrand, Louis – II, 292.
- Bertrand, Saint – I, 213.
- Beurdeley, Michel – I, 374.
- Bezerras da Beira – I, 503.

- Biscainho, Pedro (Pêro) – I, 332, 400.
 Blens, Pedro – II, 395.
 Bluteau, Rafael – II, 11.
 Boaventura, D. Frei Álvaro de São – I, 362; II, 382.
 Boaventura, São – I, 353, 364.
 Bonaparte, Napoleão – II, 372.
 Borja, Francisco de – I, 37, 124, 187.
 Botelho, Abel – II, 85.
 Bourbon, D. Maria Ana Vitória de – II, 396.
 Boytac – I, 54, 59, 60, 70, 81, 94, 100, 102, 109, 115, 117, 118, 330; II, 173, 174, 203, 433, 449.
 Braga, Alberto J. – II, 395.
 Braga, Frei Brás de – I, 33, 60, 61, 66, 72, 78, 79, 81, 82, 90, 92, 98, 111, 120, 332; II, 174, 216, 431, 468, 469, 470, 477, 478, 479, 480, 489.
 Bragança (duque de) – I, 41.
 Bramante – I, 86.
 Branca, D. (infanta) – I, 31.
 Branco, José António Fernandes – II, 274.
 Branco, Luiz de Freitas – II, 240.
 Branco, Manuel Dias Fernandes – II, 270, 274.
 Brandão, Alípio – II, 30, 31, 37.
 Brandão, Frei António – II, 103.
 Brandão, João – II, 134, 345.
 Brandão, M. – II, 50.
 Brandão, Mário – I, 49, 113, 389; II, 431-434.
 Brás, São – I, 325.
 Bréhier – I, 190, 191.
 Brioso, Manuel da Costa – I, 376, 377, 379, 425.
 Brites, D. – I, 238, 334.
 Brito, Fernão de – I, 536.
 Brito, Frei Bernardo de – II, 265.
 Brochardo, D. Estêvão Anes – I, 141, 323; II, 312.
 Brutus, Caius Junius – II, 316.
 Cabral, Costa – I, 555.
 Cabral, D. Paula – I, 428.
 Cabral, Teixeira – II, 21.
 Cabreira, António Dias – II, 466.
 Cabreira, João – II, 466.
 Cabreira, Luís – II, 466.
 Cabreira, Manuel da Costa – II, 466.
 Caetano, Alberto – I, 383; II, 44, 56.
 Caldeira, Fernando – I, 545.
 Calígula – II, 33.
 Calzada – I, 202.
 Câmara, Luís Gonçalves da – I, 40.
 Câmara, Martim Gonçalves da – I, 40.
 Camilo, Madre Maria Justina – II, 238.
 Camões, João Vaz de – II, 390.
 Camões, Luís de – I, 146, 560; II, 390.
 Camões, Simão Vaz de – I, 146.
 Campas, José – II, 18.
 Campêlo – I, 554, 555.
 Campos, Ayres de – I, 389; II, 449, 502.
 Campos, Constantina Cândida da Silva – II, 207.
 Cândido, Alfredo – II, 419.
 Cardoso, Albino Simões Dias – I, 250.
 Cardoso, George – I, 478.
 Cardoso, José – I, 45, 46, 47.
 Cardoso, Manuel de Jesus – I, 383.
 Carlos V – II, 533, 534.
 Carlos, D. – II, 245.
 Carneiro, João – I, 391.
 Carneiro, Maria Amélia de Magalhães – II, 34.
 Carolino, António – I, 383.
 Carvalho, Álvaro de – II, 313.
 Carvalho, Álvaro Fernandes de – II, 210, 212, 312.
 Carvalho, António José de – II, 105.
 Carvalho, Carlos – I, 384.

- Carvalho, D. Rodrigo de – I, 229, 230.
- Carvalho, Domingos de – II, 267.
- Carvalho, Feios de – I, 269, 272, 274, 275, 280
- Carvalho, Francisco Pinto de – I, 487.
- Carvalho, Joaquim de – II, 397.
- Carvalho, Joaquim Martins de – II, 134, 367.
- Carvalho, Joaquim Martins Teixeira de – I, 73, 86, 98, 349, 350, 361, 376, 415, 426, 427.
- Carvalho, José Branquinho de – II, 449.
- Carvalho, José de – II, 525.
- Carvalho, José Henriques de – II, 226.
- Carvalho, Maria Isabel – I, 279.
- Carvalho, Sousa de – I, 379.
- Carvalho, Teotónio Mendes de – II, 228, 229, 232.
- Casanovas, L. – II, 50.
- Casegas, Luís de – I, 32.
- Castelo Branco, D. Afonso de (bispo conde) – I, 230, 342, 346, 348, 362; II, 122, 123, 353.
- Castelo Branco, D. Duarte de – II, 122.
- Castelo Branco, Frei Bernardo de – II, 267.
- Castiglione, Giuseppe – I, 374.
- Castilho, António de – 390, 398.
- Castilho, Diogo de – I, 36, 64, 90, 92, 98, 111, 118, 331, 332, 335, 336, 338, 390, 391, 396, 398389, 390, 391, 393, 395, 396, 397, 398, 400; II, 203.
- Castilho, Diogo Sanches de – I, 390.
- Castilho, Jerónimo – I, 395, 396, 398.
- Castilho, João de – I, 39, 389, 390, 395; II, 479.
- Castilho, Luís – I, 390.
- Castilho, Manuel – I, 390.
- Castilho, Pedro – I, 390, 395, 396, 397.
- Castro, Armando Vieira de – II, 398.
- Castro, Augusto Mendes Simões de – II, 58, 397.
- Castro, Bautista – II, 311.
- Castro, D. Inês de – I, 486; II, 209, 373.
- Castro, D. Isabel de – II, 428.
- Castro, Eugénio de – I, 146, 454, 538.
- Castro, Machado de – I, 235, 368.
- Castro, Maria de Lourdes de Melo e – II, 18.
- Catarina, D. – I, 39; II, 450.
- Catarina, D. (rainha) – II, 191.
- Catarina, Frei Lucas de Santa – I, 33, 34.
- Catarina, Santa – I, 59, 60, 99, 100, 113, 114, 115, 116, 315, 325, 326; II, 53, 173, 174.
- Catarina, Santa – II, 390.
- Cecília de Albi, Santa – I, 124.
- Celestino III – I, 96.
- Centurio, Domingos Pires – II, 273.
- Cerveira, Filipa – I, 396.
- Champagne, Philippe de – I, 477.
- Chancino, João Guilherme – I, 316.
- Chanterene, Nicolau – I, 335, 342, 343, 457, 458, 471, 535; II, 191, 203, 309.
- Chernoviz, Pedro Luiz Napoleão – II, 75.
- Chintila – I, 290.
- Choisy – I, 197.
- Churriguera, José Benito de – II, 80.
- Cid Campeador – I, 137; II, 384.
- Cinatti, José – II, 436.
- Clara, Santa – II, 233.
- Claro, M. – II, 50.
- Clemente IX – II, 267.
- Clemente XI – II, 267.

- Clemente, D. – I, 115.
- Coelho, António – II, 531.
- Coelho, Bernardo – I, 356.
- Coelho, Domingos – I, 346, 356.
- Coelho, Francisco Xavier Simões – I, 225.
- Coelho, Frei José – I, 334.
- Coelho, Gaspar – I, 346, 356, 453, 454; II, 195.
- Coelho, Laranjo – II, 397.
- Coelho, Manuel – II, 531.
- Cogominho, Fernando – I, 55, 56.
- Coimbra, André de – II, 278, 279.
- Colaço, Francisco Gomes – II, 532.
- Colombo, Cristóvão – II, 327.
- Comba, Santa – II, 178, 179.
- Conca, Sebastião – II, 350, 351, 353.
- Conceição, Alexandre da – I, 498.
- Conceição, António Maria da – I, 384.
- Conceição, Frei António da – II, 265.
- Conceição, Santos – II, 444, 445.
- Constança, D. – I, 56; II, 170.
- Constâncio Cloro – I, 23, 289.
- Contente, José – I, 384; II, 18, 28, 33, 34, 56.
- Corneille – I, 530
- Corrégio, António – II, 351.
- Correia, António de Arruda Ferrer – II, 13
- Correia, D. Alice – I, 422, 424, 425.
- Correia, Manuel – I, 224, 225.
- Correia, Manuel – II, 531.
- Correia, Vergílio – I, 39, 45, 46, 47, 73, 100, 138, 143, 262, 282, 285, 297, 310, 311, 324, 343, 373, 389, 400, 422, 425, 435, 446, 447, 458; II, 9, 52, 87, 88, 89, 91, 117, 216, 297, 300, 418, 443, 451, 452, 453, 456, 457, 458, 495, 502.
- Corte Real, Gaspar – II, 328.
- Corte Real, João Vaz – II, 327, 328.
- Corte Real, Miguel – II, 327, 329.
- Corte Real, Vasco Anes – II, 329.
- Cortez, Valenciano – I, 560.
- Cosme e Damião, Santos – I, 142; II, 244, 290, 331, 538.
- Costa, Adriano – I, 384, 385; II, 36, 44, 56.
- Costa, António – II, 36.
- Costa, D. Alice – I, 385.
- Costa, Francisco da – I, 393; II, 531, 532.
- Costa, Margarida – II, 36.
- Costa, Maria José Pereira e – II, 331.
- Costa, Miguel – II, 59, 60.
- Costa, Sá da – I, 559.
- Costa, Uriel da – II, 469.
- Cotrim, António – I, 380.
- Couceiro, Abreu – II, 44.
- Couceiro, António – I, 384.
- Couceiro, Joaquim Abreu – I, 384.
- Cousin, II, 12
- Coutinho, D. Francisco de Lemos de Faria Pereira (bispo conde) – II, 224, 227, 229, 230, 372, 515.
- Coutinho, Pedro da Cunha – I, 392.
- Couto, João – II, 394.
- Couto, Manuel do – I, 45, 48.
- Crasbeeck – I, 527.
- Crescónio, D. (bispo) – I, 137.
- Cristo, D. José de – I, 60, 98, 100, 101, 111, 114, 398, 458; II, 174.
- Cristo, Jesus – II, 48.
- Cristóvão, São – I, 179, 223, 305.
- Cronos – II, 5.
- Cruz, António – I, 373, 378; II, 425, 426, 427.
- Cruz, Lígia – II, 511.
- Cucio, João – I, 19.
- Cunha, D. Brites da – I, 525.
- Cunha, D. Gonçalo Vasques da – I, 527.
- Cunha, D. Rodrigo da – I, 527.
- Cunha, Fernão Pais da – I, 518.
- Cunha, Joana Álvares da – I, 349.
- Cunha, João Álvares da – I, 517, 518, 525, 526.

- Cunha, João Lourenço da – I, 526.
- Cunha, João Maria Soares da – I, 553.
- Cunha, José da – II, 521.
- Cunha, Martim Lourenço da – I, 526; II, 256, 262.
- Cunha, Martim Vasques da – II, 338.
- Cunha, Mateus da – I, 334, 518, 525.
- Cunha, Nuno – II, 259.
- Cunha, Vasco Martins da – I, 518.
- Cunhas – I, 520, 528, 529.
- Dauforth, John – II, 328.
- David – II, 484.
- David, Gérard – I, 348.
- De Vinci, Leonardo – I, 472.
- Deane, Thomas – II, 328.
- Delabarre, Edmundo Burke – II, 327, 328.
- Delcio (cardeal) – II, 267.
- Demóstenes – I, 475
- Deniz, Américo – II, 31, 32, 36, 38, 39, 40, 41, 44, 56.
- Deshoulières – I, 190, 191.
- Deus, João de – II, 105.
- Dias, D. Gonçalo – I, 146.
- Dias, D. Joana – I, 55.
- Dias, D. Mor – I, 482.
- Dias, João Pereira – II, 436, 437.
- Dias, Manuel – II, 532.
- Dias, Pedro – I, 86.
- Dias, Pêro – I, 393.
- Dieulafoy – I, 199.
- Dinis, Américo – I, 384.
- Dinis, D. – I, 171, 237, 238, 317, 504; II, 147, 203, 263, 303, 539.
- Dinis, João de Assunção – II, 56.
- Domingos, São – I, 368.
- Domingues, Afonso- II, 407.
- Domingues, Bartolomeu – II, 312.
- Domingues, José – II, 274.
- Duardos, D. – I, 559.
- Duarte, D. – I, 80; II, 333, 334, 335, 475.
- Duarte, D. (infante) – II, 432.
- Duarte, Luís – I, 46.
- Duatus – I, 436.
- Dufour, Francisco – II, 436.
- Dulce, D. – I, 536.
- Durão, Pero – II, 433.
- Eça, D. Catarina de – I, 327, 328, 349.
- Egas, D. – I, 135, 312.
- Egas, Ibn – I, 513.
- Elias, Frei – II, 186.
- Eliseu, Abel – I, 384.
- Eliseu, António – I, 384.
- Elsden, Guilherme – I, 366.
- Encarnação, Frei Gaspar da – II, 215.
- Encarnação, José da – I, 553.
- Enlart, Camille – I, 163, 199; II, 382.
- Epifânio da Silva, Augusto – II, 103, 105.
- Escolástica, Santa – I, 360.
- Esculcas, António Gouveia – II, 224.
- Esopo – I, 567.
- Espinhhal, viscondessa do – I, 273, 280, 381.
- Espírito Santo, Genoveva do – II, 226.
- Espírito Santo, Lourenço do – II, 265.
- Estrada, José Cortês da – II, 279.
- Eufémia, Santa – II, 341.
- Eugénio III – I, 96.
- Eugénio IV – I, 80.
- Eulália, Santa – I, 356.
- Europa – I, 123.
- Évora, Pedro d' – I, 400.
- Fabre, A. – I, 477; II, 381, 382.
- Fafes, D. Egas (bispo) – I, 142, 322, 504.
- Faria, A. Machado de – I, 522, 523, 524.
- Faria, Eduardo – II, 93.
- Faria, Manuel Severim de – I, 146.
- Farnesio – I, 124.
- Feio, Alberto – I, 447.

- Feirol, Domingos – II, 212, 312, 314.
 Félix – II, 386.
 Fernandes, António – I, 345.
 Fernandes, Bartolomeu – II, 433.
 Fernandes, D. Mor – I, 323; II, 539-544.
 Fernandes, Diogo – I, 400.
 Fernandes, Francisco – I, 36.
 Fernandes, Garcia – I, 347; II, 191.
 Fernandes, Gaspar – I, 332.
 Fernandes, Gonçalo – II, 312
 Fernandes, Heitor – I, 400.
 Fernandes, J. Xavier – II, 394.
 Fernandes, Martim – I, 146.
 Fernandes, Vasco – I, 348
 Fernandez, Gregório – I, 464, 466, 469.
 Fernando (infante) – II, 327, 334, 335, 339.
 Fernando III, D. (duque de Bragança) – I, 41.
 Fernando Magno – I, 22, 137, 293; II, 323, 383, 384.
 Fernando, D. – I, 315, 327, 426; II, 167, 209, 210, 257.
 Ferrandis – II, 114, 115.
 Ferrão, António – I, 384.
 Ferraz, D. Berengária – II, 428.
 Ferreira, A. – II, 429.
 Ferreira, Álvaro – I, 384; II, 56.
 Ferreira, António Justino – I, 548.
 Ferreira, D. Gomes – I, 57, 72, 80, 81, 82, 320.
 Ferreira, Fernando – II, 40.
 Ferreira, José – I, 383.
 Ferreira, Maria Luísa – II, 36.
 Ferreira, S. – II, 50.
 Ferreira, Vicente – I, 550, 551, 552, 553.
 Ficalho, Condessa de – I, 421.
 Figueiredo, António Augusto – II, 56.
 Figueiredo, Campos de – II, 458-461.
 Figueiredo, Cristóvão de – I, 347; II, 191.
 Figueiredo, Francisco de Assis – I, 550.
 Figueiredo, Maria Rita de – II, 207.
 Figueiredo, Simão de – I, 105, 111.
 Figueiroa, Francisco Carneiro de – I, 45, 49.
 Filipe I, D. – I, 49.
 Filipe II, D. – I, 397; II, 533.
 Filipe, Bartolomeu – II, 528, 529.
 Filipe, D. (príncipe) – I, 38.
 Filipes (reis) – II, 68.
 Filosi, Giuseppe – II, 293.
 Fonseca, Adriano Henriques da – I, 259.
 Fonseca, Agostinho da – II, 18, 36, 44.
 Fonseca, Álvaro da – II, 43.
 Fonseca, António – I, 383.
 Fonseca, João da – I, 46, 378.
 Fonseca, Ângelo da – I, 523.
 Fortnum, Drury – II, 114.
 Fougerat, Emmanuel – II, 26.
 Francisco de Borja, São – I, 124, 374.
 Francisco, D. – I, 115.
 Francisco, José – II, 274.
 Francisco, Manuel – II, 274.
 Francisco, Pero – II, 433.
 Francisco, São – I, 32, 230, 380, 392, 469; II, 167, 185, 186, 223, 287.
 Frazão, D. Teresa Jacinta – II, 194, 195.
 Frederico II – II, 147.
 Freiras, Jordão de – II, 396.
 Freire, Anselmo Braamcamp – I, 526; II, 211.
 Freitas, Eugénio da Cunha e – I, 389.
 Frias, Sanches – I, 262, 263, 498, 506, 526.
 Froarengo – I, 137, 294.
 Fruela II – II, 209.
 Fulgêncio, D. – II, 432,

- Gabriel, São – II, 350, 353, 355.
 Gaio, Manuel da Silva – II, 399.
 Galla Placidia – I, 177.
 Galvão, D. João (bispo conde) – II, 338.
 Gama, Custódio Luis de Abreu da – II, 285.
 Gama, D. Maria da – I, 429.
 Gama, João Maria Pinto da – I, 550, 551, 552, 553.
 Gama, Vasco da – I, 419.
 Gameiro, Roque – I, 419.
 Gand, Olivier de – I, 335.
 Garcia, João Mendes – II, 171.
 Garcia, Prudêncio Quintino – I, 103, 389, 399, 400, 401, 452, 454, 500; II, 351, 354, 360.
 Garcia, Telo – I, 447, 483.
 Gaudens, Saint – I, 213
 Gavião, D. Pedro – I, 59, 70, 79, 100, 112, 118, 329, 330; II, 173.
 Gavião, Horácio – II, 36, 44.
 Gazier, Augustin – I, 477.
 Gens, São – II, 341.
 Gerião – II, 127.
 Gervais, Paul – II, 26.
 Gil, D. – I, 212.
 Giotto – II, 381.
 Girão, Amorim – II, 297, 299.
 Girardon, F. – I, 477.
 Glória, Madre Maria da – II, 240.
 Godinho, D. Zalema – I, 19.
 Góis, António Correia – II, 342.
 Góis, Damião de – I, 42.
 Góis, Fernão Gomes de – I, 325.
 Góis, José de – I, 46, 378.
 Goldrofe, São – II, 132, 350.
 Gollet, Louis – II, 79.
 Gomes, Américo – II, 36.
 Gomes, António – I, 346, 383.
 Gomes, D. Fr. – I, 57, 72, 80, 81, 82, 84, 91, 93, 120, 320.
 Gomes, Mateus – II, 529, 530.
 Gomes, Violante – II, 432.
 Gómez-Moreno González, Manuel – I, 213.
 Gonçalo, D. (bispo) – II, 385.
 Gonçalo, São – II, 395.
 Gonçalves, A. L. – II, 50.
 Gonçalves, Adriano – I, 259.
 Gonçalves, André – I, 374; II, 349-355.
 Gonçalves, António Augusto – I, 52, 54, 142, 170, 171, 256, 232, 302, 309, 343, 376, 382, 384, 385, 398, 426, 498; II, 50, 58, 134, 220, 382, 391, 513.
 Gonçalves, António Nogueira – I, 19, 20, 21, 22, 160, 218, 219; II, 87.
 Gonçalves, Bastião – II, 399.
 Gonçalves, D. Martim – I, 141, 238.
 Gonçalves, Evaristo Albino – II, 525.
 Gonçalves, Fausto – I, 19, 384, 402, 403, 404, 409, 412, 413, 414, 415; II, 18, 24, 27, 35, 41, 43, 45, 46, 56, 60.
 Gonçalves, Jorge Nunes – I, 563, 565.
 Gonçalves, José Nunes – I, 563, 564, 568.
 González, D. Mendo – II, 389.
 Gonzaga, São Luís – I, 359.
 Gouveia, André de – I, 64, 67.
 Gouveia, Manuel de – II, 278.
 Gouveia, Manuel Nunes – II, 342
 Gouveia, Maria de – II, 277.
 Gouveia, Pedro de – II, 278.
 Graça, Serafim Soares da – I, 546.
 Grácio – I, 475.
 Gregório IX – II, 147.
 Guadalupe, Frei João de – II, 187.
 Guenne, Jacques – II, 25.
 Guido (cardeal) – I, 95.
 Guimarães, Feliciano – II, 44.
 Gunderico – I, 289.
 Gusmão, Manuel de Abreu e – II, 277-280.

Guterres, Paio – I, 96; II, 216.
 Hanotaux, Gabriel – II, 79.
 Hanpty – I, 70.
 Hébil, Alberto Pinto – II, 42.
 Heiddeger – I, 475.
 Helena, Santa – I, 453; II, 283.
 Henrique, Conde D. – I, 298; II, 385.
 Henrique, D. (cardeal) – II, 265, 450.
 Henrique, D. (infante) – I, 310.
 Henrique, Guilherme – I, 42.
 Henrique, Infante D. – II, 333, 335.
 Henriques, D. Afonso – I, 84, 137, 144, 169, 170, 171, 178, 217, 292, 298, 312, 440, 499.
 Henriques, Filipe – I, 334.
 Henriques, Manuel – I, 361.
 Henriques, Pedro – I, 334.
 Heraclio – I, 453.
 Herculano, Alexandre – II, 103.
 Hércules – I, 438; II, 127.
 Hermenegildo – I, 292, 293.
 Herodes – I, 473.
 Hipólito, Abílio – II, 93.
 Hixem III – I, 293.
 Hodart – I, 342, 343, 400, 471, 472, 400, 471, 472.
 Hodart, Jerónimo – I, 343.
 Holstein, Sousa – I, 426.
 Homem, Álvaro Martins – II, 328.
 Homem, António – II, 469.
 Honorato, Freitas – I, 244.
 Honorico – I, 323.
 Hourticq – I, 123.
 Hugo, D. – I, 165, 474.
 Huguet, Mestre – II, 457.
 Huysmans, Joris-Karl – II, 80.
 Ianssens-Morandi – I, 475.
 Iavé – II, 5.
 Iben-Atumad, Martim – I, 137; II, 384. II, 41, 203, 308, 309, 386, 387, 389, 395, 403, 488.
 Ildefonso, Santo, – I, 541; II, 135, 143.
 Ilharco, Gonçalo de – I, 391, 393.
 Ilharco, Isabel de – I, 391, 395.
 Ilharco, Jerónimo – I, 391.
 Ilharco, Pedro – I, 391.
 Ilharco, Pêro – I, 393.
 Inácio, Santo – I, 124, 361, 374.
 Inês, Santa – I, 372.
 Ingres, Jean-Auguste Dominique – II, 381.
 Inocêncio – I, 37.
 Inocêncio II – I, 77, 96.
 Inocêncio III – I, 500.
 Inocêncio IV – I, 135, 501.
 Inocêncio XII – II, 267.
 Isabel, Princesa D. – I, 481.
 Isabel, Rainha Santa – I, 32, 143, 238, 239, 262, 263, 317, 320, 323, 324, 327, 482, 483, 536; II, 16, 79, 80, 81, 119, 123, 333, 334, 536.
 Isidoro de Leão, Santo – I, 117.
 Isidoro de Sevilha, Santo – I, 556.
 Isidoro, D. – I, 115.
 Itureia, Filipe de – I, 473.
 Jéglot, Cecília – I, 477.
 Jesus, Frei Tomé de – II, 506.
 Jesus, Manuel Pedro de – I, 384.
 Jesus, Teresa de – I, 535.
 Joana-a-Louca – II, 533.
 Joanes, Domingos – I, 447.
 João (abade) – II, 77.
 João (deão) – I, 327.
 João (príncipe) – II, 210, 256.
 João Baptista, São – II, 85, 336, 354.
 João de Deus, São – II, 436.
 João Evangelista, São – I, 479, 480.
 João I, D. – II, 333.
 João II, D. – I, 41, 490; II, 449.
 João III, D. – I, 22, 38, 49, 67, 79, 81, 89, 112, 118, 119, 120, 521, 525, 536; II, 155, 156, 171, 186, 190, 343, 431, 449, 468, 477.
 João IV, D. – II, 435, 436.
 João V, D. – I, 20, 128, 265, 359, 368, 552; II, 201, 354, 355, 396, 471.

- João VI, D. – I, 274, 327, 552; II, 270, 271, 274, 372, 409.
- João, António – II, 503.
- João, D. Estêvão – I, 56.
- João, Francisco – II, 274.
- Joaquim, São – II, 362.
- Joaquina, D. Carlota – II, 226.
- Jones, Inigo – I, 125.
- Jorge, Aleixo – I, 46.
- Jorge, Cristóvão – II, 529, 530.
- Jorge, D. (duque de Coimbra) – I, 41, 149.
- Jorge, São – I, 353, 374; II, 77, 339.
- José, D. – I, 275; II, 197, 215, 396, 399.
- José, São – II, 44, 225, 227, 362, 363, 499, 504, 505, 506.
- Josefa de Óbidos – I, 361, 465; II, 358, 376.
- Judas – II, 97.
- Júlio II – II, 186.
- Juno – I, 437.
- Junot, Jean-Andoche – II, 263, 271.
- Júpiter – I, 437.
- Jusartes – I, 541.
- Justa, Santa – II, 158, 535.
- Justiniano – I, 46; II, 11
- Kant, Immanuel – II, 12.
- Keil, Alfredo – I, 426.
- Kostka, Santo Estalishau – I, 359.
- Labrador, João Fernandes – II, 327.
- Lacerda, Aarão de – I, 131.
- Lado, Madre Maria do – II, 225, 231.
- Lamperez y Romea – I, 133, 202.
- Lampérez y Romea, Vicente – II, 388.
- Langres, Nicolau de – II, 436,
- Lapa, Eduarda – II, 29.
- Laprade, Claude de – I, 45, 46, 47, 50, 368.
- Lara, D. Juliana de – I, 41.
- Lasteyrie – I, 133.
- Lázaro, São – I, 329; II, 158.
- Leal, Augusto Soares de Azevedo Barbosa de Pinho – I, 25, 478; II, 501.
- Leão X – II, 186.
- Ledesma, Frei Martinho de – I, 33, 34.
- Leitão, Horácio – II, 56.
- Leitão, Manuel – I, 49.
- Leite, Serafim – II, 395.
- Leitões, Estêvão Gonçalves – I, 238.
- Lemos, Álvaro Viana de – II, 297, 298, 300.
- Lemos, D. Duarte de – I, 343.
- Lemos, D. José Manuel (bispo conde) – I, 44.
- Lemos, D. José Manuel de (bispo conde) – II, 206.
- Lemos, João José de – II, 298, 300.
- Lemos, Pedro Mascarenhas de – II, 296, 298.
- Lencastre, D. Bernardo de – I, 428.
- Lencastre, D. João de – I, 41.
- Lencastre, D. Juliana – I, 519.
- Lencastres – I, 41.
- Leonor, D. – I, 347; II 333, 334, 335.
- Leonor, D. (rainha) – II, 17.
- Leovigildo – I, 290.
- Leterado, Nicolau – II, 433.
- Lima, Durval Pires de – II, 399.
- Lima, Severino de Sequeira – II, 279.
- Limpo, D. Frei Baltazar – II, 481.
- Lisanias – I, 472.
- Lisboa, Roberto de – I, 209, 218.
- Liúva – I, 290.
- Lobo, F. M. da Costa – II, 399.
- Loceto – I, 436.
- Lopes, Amoroso – I, 84, 93.
- Lopes, Cristóvão – I, 400, 401.
- Lopes, Diogo – I, 400.
- Lopes, Fernão – II, 103, 209, 210, 212, 213, 256.
- Lopes, Joaquim – II, 20.
- Lopes, Pina – II, 296, 297.
- Lopez, Branca – II, 528, 529, 530.
- Lopez, Isabel – II, 528, 529.
- Loreto, Francisco – I, 335, 346, 400.
- Loureiro, J. Pinto – II, 444.

- Lourenço, António – I, 33.
 Lourenço, Gregório – I, 112, 331.
 Lourenço, São – I, 347; II, 158, 159, 160, 161.
 Lucas, F. – II, 50.
 Lucas, São – I, 373, 473; II, 404.
 Lucêncio (bispo) – I, 290; II, 322.
 Luchim, Jacha – I, 73, 458.
 Luís, D. (infante) – I, 115; II, 432.
 Luís, Gaspar – II, 536, 538.
 Luiz XIII – I, 128.
 Luiz XIV – I, 128.
 Luiz XV – I, 128.
 Luiz, Fernão – I, 400.
 Luiz, Othão – II, 36.
 Luz, Mendo – I, 293.
 Luzia, Santa – I, 325, 372.
 Macarel, Louis-Antoine – II, 11, 12
 Macedo, José de Magalhães Mexia e – I, 271.
 Machado (filho), João – I, 487.
 Machado, F. Falcão – II, 394.
 Machado, João – I, 57, 383, 384, 386, 487, 486; II, 44, 56.
 Machado, José – I, 383, 384.
 Machado, Octávio das Neves – I, 383.
 Machado, Ulisses – II, 105.
 Machim – I, 335.
 Madahil, Rocha – II, 395.
 Madalena, Santa – I, 325, 344; II, 53.
 Mafalda – II, 267.
 Mafalda, D. (rainha) – I, 55.
 Magne, José Carlos – I, 60, 111, 114, 115, 380; II, 174.
 Magno, Fernando – I, 137, 499.
 Maldonado, Agostinho – I, 405; II, 503, 528, 530.
 Mâle, Emile – I, 124, 210.
 Malhoa, José – II, 17.
 Mamede, São – I, 325.
 Manini, Luigi – I, 383; II, 436.
 Manique, Diogo Inácio de Pina – II, 399.
 Manoel, D. – I, 115.
 Manuel I, D. – I, 79, 81, 92, 118, 322, 330, 428, 521, 527, 537; II, 161, 213, 329, 497.
 Manuel, D. João – I, 362.
 Manuel, D. João (bispo conde) – II, 123.
 Manuel, D. Manuel de Moura – I, 46.
 Maratta – I, 374.
 Marcos, São – I, 326, 329, 331, 332, 334, 340, 345, 365, 394, 395, 537; II, 138.
 Mardel, Carlos – I, 365; II, 203.
 Margarida, D. – I, 519.
 Margarito, João – I, 19.
 Maria – II, 68.
 Maria de Monserrate, Santa – I, 124.
 Maria del Pópulo, Santa – I, 463, 464.
 Maria I, D. – I, 552; II, 224, 271, 396, 399.
 Maria II, D. – I, 381; II, 198, 207.
 Maria, Infanta D. – I, 456; II, 191.
 Maria, Santa – I, 91, 229, 306, 311, 318, 329.
 Marinha, Santa – I, 325; II, 53.
 Mariz, Pedro de – I, 504.
 Marques, Adolfo – II, 36.
 Marques, Albertino – I, 384; II, 45, 56.
 Marques, Joaquim – II, 56.
 Marques, Ramiro – II, 56.
 Marrafa, Maria – II, 465.
 Marta, Cardoso – II, 394.
 Marte – I, 437.
 Martinho de Dume, São – I, 29, 290.
 Martinho, D. – I, 519.
 Martinho, São – I, 232, 316, 478, 479, 480; II, 180, 279, 498, 510.
 Martins, Agostinho Vaz Pato de Figueiredo – II, 237.
 Martins, D. Pedro – I, 141, 323, 502
 Martins, Estêvão – I, 169, 227, 303.
 Martins, F. A. Oliveira – II, 399.

- Mártires de Marrocos, Santos – I, 57, 72, 80, 91, 120; II, 167, 168, 169, 309.
- Mártires, D. Timóteo – I, 80.
- Martúria – I, 290.
- Mascarenhas, Brás Garcia de – I, 498, 505, 506.
- Mascarenhas, D. Martinho de – I, 519.
- Massena, André – II, 271, 303, 499.
- Masucci, Agostino – I, 374; II, 354.
- Mateus, São – I, 239, 328, 335; II, 95, 158, 159, 160.
- Mather, Cotton – II, 328.
- Matos, Armando de – II, 395.
- Matos, Júlio de – I, 384.
- Matsys – I, 348.
- Maurício, D. (bispo) – I, 137;
- Maurício, Domingos – II, 398.
- Maurício, José dos Santos – II, 505.
- Maxêncio – I, 110.
- Mazzoti – I, 374.
- Mealhada, Frei Manuel da – II, 186.
- Melo, António Homem de – I, 545.
- Melo, D. João de (bispo conde) – II, 267, 359.
- Melo, D. Jorge de (bispo conde) – II, 357.
- Melo, Luís Áureo de – II, 436.
- Melo, Teresa Bernardo Sampaio – I, 273.
- Melquisedech – II, 369.
- Menas, S. – I, 193.
- Mendanha, D. Francisco – I, 115.
- Mendes, D. Gueda – I, 312.
- Mendes, Gaspar – I, 231.
- Mendes, Gonçalo – I, 293.
- Mendonça, Afonso Furtado de – I, 46, 49.
- Mendonça, Pedro José de – II, 274.
- Menéndez Pelayo, Marcelino – I, 212.
- Meneses, D. Aleixo de – II, 506.
- Meneses, D. Bernarda Teles de – II, 267.
- Meneses, D. Fernando de – I, 536.
- Meneses, D. Manuel de (bispo conde) – II, 175.
- Meneses, Fernão Teles de – I, 326, 527, 537.
- Meneses, Frei Fernando de – II, 435.
- Mercúrio – I, 438.
- Mesquita, Furtado – I, 279.
- Mesquitas, Costas – I, 272, 273.
- Mexia, Magalhães – I, 276.
- Miguel, D. – I, 131, 553, 555; II, 398, 408, 409.
- Miguel, São – I, 56, 63, 64, 65, 66, 67, 68, 91, 145, 306, 309, 311, 312, 330, 331, 344, 370, 497, 498, 530; II, 341, 390, 415.
- Minerva – I, 437.
- Miranda, Manuel – I, 384.
- Miranda, Raul – II, 297, 299.
- Monforte, Raimundo de – I, 202.
- Mónica, Santa – I, 356, 361, 452; II, 369.
- Moniz, Egas – I, 530; II, 431
- Moniz, Gonçalo – I, 293.
- Moniz, Pedro de – I, 146.
- Monteiro, Carvalho – I, 383.
- Monteiro, Cristóvão – II, 467.
- Monteiro, João – I, 46.
- Monteiro, Manuel – I, 155, 156, 159-177, 179, 180, 181, 183-203, 207, 208, 209, 210-215, 217, 219, 220, 221, 222.
- Montez, Beneficiado – I, 554.
- Montoia, Frei Luís de – II, 506.
- Mora y Aragón, Fabiola de – II, 333.
- Morais, A. Faria de – I, 38, 39.
- Morais, António Inácio Coelho de – II, 251.
- Morais, António José Lopes de – II, 171, 206, 513.
- Morais, Inácio de – I, 519, 529; II, 432.
- Moreira, José – I, 19.
- Mota, Costa – I, 382; II, 58, 60.

- Moura, António da Costa – II, 56.
Moura, Madre Alice – II, 238.
Mucella, Iben – II, 263.
Mumadona – II, 413.
Murça, Frei Diogo de – I, 116; II, 432.
Múrias, Manuel – II, 398.
Natércia – I, 460.
Nausto (bispo) – I, 137, 294, 295; II, 384.
Navarro, Martinho Azpilcueta – I, 478, 479, 480.
Nazaré, D. Frei Joaquim de (bispo-conde) – I, 555; II, 206.
Nectaire, Saint – I, 190, 195, 196.
Neves, José das – II, 145.
Nicolau IV – II, 404.
Nicolau, D. – I, 56, 60, 395, 452, 454.
Nicolau, São – I, 327, 336.
Nóbrega, Manuel da – II, 395.
Nogueira (pintor) – I, 348.
Nogueira, Pedro Álvares – I, 135, 499, 500, 501, 502, 503, 504; II, 147.
Nogueira, Rodrigo de Sá – II, 394.
Noronha, D. Inês de – II, 266.
Noronha, D. Leonor de – II, 266.
Novais, Mário – II, 93, 456.
Nunes, Bento – II, 274.
Nunes, Domingos Francisco – II, 142.
Nunes, Manuel – I, 563.
Nunes, Manuel José – II, 274.
Nunes, Sebastiana – I, 279.
Nunes, Tomé – I, 262, 263.
Nunes, Vicente – I, 375.
Ofélia – II, 35.
Olaio (filho), Pedro – II, 56.
Olaio (pai) – II, 56.
Oldorico – I, 157.
Oleiro, J. – II, 50.
Oliveira, D. Ernesto Sena de (bispo-conde) – II, 339.
Oliveira, Flora de – II, 84.
Oliveira, José Joaquim de – II, 274.
Oliver de Gand – I, 141.
Oom, F. – II, 50.
Ornelas, Vitória de – I, 38.
Otoni, José Maria – II, 300.
Pacheco, Maria Mascarenhas Bandeira Teles de Mancelos – II, 332.
Pais, Fernando – II, 260.
Pais, Gonçalo – I, 137.
Pais, Gualdim – I, 306; II, 319.
Pais, Julião – I, 146.
Pais, Sidónio – II, 107.
Paiva, Agostinho de – I, 46, 363, 377, 378, 429.
Páiz, D. Julião – II, 390.
Palmela, Duquesa de – I, 421.
Pan – II, 69.
Parade, Henrique de – I, 399.
Parente, Pascoal – I, 374, 375.
Pascoli, Giovanni – II, 84.
Passos, Carlos de – II, 400, 401, 402, 408.
Passos, Soares de – II, 194.
Paterno, D. (bispo) – I, 137; II, 323, 384.
Paulo Eremita, São – I, 367.
Paulo, São – I, 142, 229, 230, 348, 390, 472.
Peculiar, D. João – I, 83, 95, 96; II, 203.
Pêcurto, Varela – II, 214.
Pedro I, D. – I, 238, 447, 486.
Pedro II, D. – I, 44, 356, 358, 359, 368, 369, 455, 467, 552; II, 325, 367, 369, 395.
Pedro III, D. – II, 396.
Pedro IV, D. – II, 408.
Pedro, António Augusto – I, 384.
Pedro, D. – II, 150.
Pedro, D. (duque de Coimbra) – II, 215, 333, 335, 345.
Pedro, Infante D. – I, 80, 238, 321, 327; II, 168.
Pedro, São – I, 22, 24, 41, 56, 58, 86, 124, 142, 177, 223, 224, 229, 240, 241, 243, 244, 254, 255, 257, 298,

- 310, 316, 326, 347, 348, 352, 366, 368, 369; II, 53, 133, 134, 135, 138, 140, 143, 336, 423, 525, 527.
- Pedro-o-Cruel – II, 209.
- Pegado, César – II, 435.
- Peixoto, Afrânio – II, 397.
- Pelágio (bispo) – II, 384.
- Pereira (arcebispo) – I, 324.
- Pereira, Augusto Nunes – I, 407, 408; II, 117, 120, 391, 392, 393, 438.
- Pereira, B. – II, 50.
- Pereira, D. Brites – II, 429.
- Pereira, D. Gonçalo – I, 447.
- Pereira, Gabriel – I, 442.
- Pereira, Gonçalo Pacheco – II, 36.
- Pereira, José – I, 453.
- Peres, Damião – I, 501.
- Peres, Francisco – I, 536.
- Péricles – I, 475.
- Pero, Mestre – I, 143, 323, 324, 445, 447, 448, 483; II, 52, 455.
- Perseu – II, 80.
- Pessanha, D. José – I, 283.
- Pessoa, Luís – I, 334.
- Petrarca – I, 460.
- Picardo, Pero – I, 400.
- Picasso, Pablo – II, 80.
- Pilatos, Pôncio – I, 473.
- Pimenta, Belisário – I, 563; II, 303.
- Pimentel, José Miguel M. Magalhães B. – I, 276, 277.
- Pimentel, Serrão – II, 325.
- Pina, D. Manuel Correia de Bastos (bispo conde) – II, 5, 8, 59, 184, 206, 222, 239, 391, 505.
- Pina, Júlio de – II, 20.
- Pina, Luís de – I, 394.
- Pinho, José de – I, 47.
- Pinto, Albino Caetano da Silva – I, 384.
- Pinto, António – II, 531.
- Pinto, António de Faria – I, 273.
- Pinto, Augusto de Carvalho da Silva – I, 382, 383.
- Pinto, Francisco Augusto M. Paiva – I, 279.
- Pinto, José Rodrigues – I, 546.
- Pinto, Maria José Sousa – II, 36.
- Pinto, Sebastião – II, 531.
- Pio V, São – I, 554.
- Pio X – I, 451, 556.
- Pirata, Joaquim – II, 509, 512.
- Pires, Diogo – II, 115.
- Pires, Marcos – I, 23, 49, 92, 118, 330, 331; II, 190, 201, 319, 433.
- Pires, Tomé – II, 274.
- Pires-o-Moço, Diogo – I, 334; II, 54.
- Pires-o-Velho, Diogo – I, 326, 334, 490, 492; II, 47, 53, 63, 456.
- Pisira – I, 436.
- Pitágoras – II, 12.
- Plágio – I, 137.
- Pombal, Marquês de – II, 181, 300, 313, 469, 515, 517.
- Porchaire, Saint – I, 177.
- Portela, Adolfo – I, 545, 548.
- Portela, Manuel da Costa – I, 546.
- Portugal, Madeira – I, 84.
- Português, João – I, 332.
- Possidónio (bispo) – I, 290; II, 323.
- Pratas, António da Silva – I, 550.
- Proença, Maria Caetano Pimentel – I, 277.
- Prometeu – II, 283.
- Ptolomeu – II, 386.
- Puy, Godrofe de – I, 530.
- Quaresma, José António – I, 279.
- Quaresma, Manuel Lopes – I, 278, 280, 279.
- Queiroz, Eça de – II, 86.
- Queiroz, Francisco Teixeira de – II, 36, 44.
- Quental, Frei António do – II, 267.
- Quintela – I, 559.
- Quirino – I, 437.
- Raczynsky, Conde – II, 351.
- Rafael – II, 381.

- Raimundo, D. – II, 385.
Ramires, Paio – II, 260.
Ramos, Carlos – I, 384; II, 44, 56.
Ramos, Júlio – II, 35.
Rangel, João Álvares – I, 261.
Ranquet – I, 190, 191.
Rasteiro, Afonso – I, 147.
Ravena, Benedito de – I, 39.
Rebelo, José – II, 274.
Rebelo, Manuel Moreira – II, 141.
Recáredo – I, 290.
Reco, Luís – I, 19.
Redondo, Fernão Rodrigues – I, 316.
Reis, João – II, 19.
Reis, Maria Leonor – II, 19.
Reis, Maria Luísa – II, 19.
Reis, Soares dos – I, 363, 429.
Remi, Saint – I, 477.
Remismundo – I, 290.
Rendeiro, D. Francisco (bispo conde) – II, 339.
Requiário – I, 289, 290.
Réquila – I, 290.
Ressurreição, Frei António da – I, 33.
Ribeirinha – I, 56.
Ribeiro, Ângelo – I, 501.
Ribeiro, António Simões – I, 375.
Ribeiro, Gonçalo Pires – I, 238.
Ribeiro, J. P. – I, 171.
Ribeiro, João – II, 279.
Ribeiro, João Pedro – II, 425, 426, 427.
Ribeiro, Ludovina do – II, 307.
Ribeiro, Manuel Martins – I, 384.
Rifarto, António Vital – I, 378.
Rita, Santa – I, 270, 276, 280; II, 337.
Roberto (mestre) – I, 137, 151, 152, 153, 154, 156-159, 176, 178, 184, 185, 187, 188, 189, 190, 194, 195, 196, 198, 204-210, 213, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 227, 241, 242, 298, 301, 302; II, 201, 305, 386, 387.
Rocha, Manuel da – I, 294.
Rodrigo – I, 303.
Rodrigues, António – II, 436, 531.
Rodrigues, D. Manuel Bento (bispo conde) – II, 206.
Rodrigues, Daniel – I, 384, 411, 412; II, 45, 56, 466.
Rodrigues, Eduardo Augusto – II, 303.
Rodrigues, F. Marques – II, 36.
Rodrigues, Francisco – I, 46.
Rodrigues, Gabriel – II, 359, 360.
Rodrigues, Gonçalo – I, 357, 392, 454.
Rodrigues, Inácio – I, 46.
Rodrigues, J. – II, 50.
Rodrigues, João – II, 280.
Rodrigues, José – II, 274, 531.
Rodrigues, José Maria – I, 146.
Rodrigues, M. – II, 50.
Rodrigues, Manuel – II, 36.
Rodrigues, S. – II, 50.
Rodrigues, Simão – I, 361, 454.
Roiz, Domingos – II, 529, 530.
Roiz, Inácio – I, 378.
Romão, São – II, 167.
Roque, São – I, 347, 374, 393; II, 354.
Rosa, José António Pinheiro – II, 123.
Rosendo, São – I, 293.
Ruão, João de – I, 34, 40, 64, 86, 139, 142, 232, 336, 342, 343, 345, 346, 399, 400, 414, 457, 458, 471, 486, 487, 492; II, 63, 170, 191.
Rufino, C. G. Calpurnio – II, 283.
Rufo, São – I, 306, 312.
Ruivo, A. – II, 50.
Sá, Brás Rangel Pereira de – I, 261.
Sá, D. Guiomar de – I, 342.
Sá, Francisco Pereira de – II, 175.
Sá, Madre Júlia Prudêncio Ferreira de – II, 238.
Sabachaes, Domingas – I, 447
Sabina, Santa – I, 476.
Sachetti (cardeal) – II, 267.

- Sagrada Família, Soror Maria da – II, 225, 231.
- Salazar, Abel – II, 36.
- Salazar, António de Oliveira – II, 78.
- Salazar, Maria da Piedade M. Sampaio – I, 273.
- Salazares – I, 270, 273, 274, 280.
- Saldanha, Manuel – I, 232; II, 513.
- Saldanha, Marechal – I, 536; II, 345.
- Salgado, Pero – II, 303.
- Salomão – II, 484.
- Salomão, D. Miguel (bispo) – I, 137, 153, 302, 310; II 201, 386, 387.
- Sampaio, Adrião Pereira Forjaz de – II, 297.
- Sampaio, Fausto – II, 19.
- Sancha, D. – I, 427, 536; II, 265, 267, 268.
- Sancha, D. (rainha de Leão) – II, 384.
- Sanches, D. Constança – I, 322.
- Sanches, D. Teresa – II, 209.
- Sanches, Daniel – II, 44.
- Sanches, Rodrigo – I, 322.
- Sancho I, D. – I, 31, 56, 84, 141, 144, 170, 304, 307, 310, 313, 499, 501, 536; II, 47, 160, 203, 209, 309, 387, 389, 394, 403.
- Sancho II, D. – I, 135, 143, 322, 499, 502, 503; II, 147, 389, 390.
- Sangallo – I, 124.
- Santa Ana, Belchior de – II, 506.
- Santa Catarina, Soror Maria de – II, 225, 229, 231.
- Santa Maria, D. Nicolau de – I, 56, 57, 60, 99, 115, 165, 395, 452, 454; II, 174, 179, 309, 424, 432.
- Santa Maria, Fr. Agostinho de – I, 450, 451, 459, 460, 478, 480.
- Santa Rita, Soror Maria de – II, 225, 231.
- Santarém, Visconde de – II, 427.
- Santas Rainhas – II, 265-268.
- Santo Agostinho, D. Acúrcio de – I, 452, 454.
- Santo Agostinho, D. Miguel de – I, 454.
- Santos, Francisco António dos – II, 37.
- Santos, Júlio António dos – I, 52, 383.
- Santos, Reynaldo dos – I, 73, 325, 457; II, 49, 51, 91, 453-456.
- São Boaventura, D. Frei Álvaro de (bispo conde) – II, 116.
- São José, Maria de – II, 205.
- São Tomás, Frei Leão de – II, 395.
- Saraiva, João da Costa – II, 143.
- Sardinha, Mário – II, 56.
- Sartori, Felicita – II, 293.
- Sátiro, São – I, 110.
- Saturnin, Saint – I, 192.
- Saturno – II, 283, 408.
- Sebastião, António – II, 503.
- Sebastião, D. – I, 38, 39, 40, 75, 390, 397; II, 215, 265, 450.
- Sebastião, São – I, 347, 361, 530, 536; II, 165, 266, 420, 472, 512.
- Seco, António Luís de Sousa Henriques – II, 504, 507.
- Segurado, Jorge – II, 133, 135, 137.
- Seixas, Francisco Marques Correia e – II, 226.
- Séneca – I, 438.
- Sereniano – I, 290.
- Sernin, Saint – I, 153, 157, 158, 159, 186, 205, 206, 207, 212, 216.
- Serra, Diamantino Arnau de Almeida – I, 275.
- Serra, Isabel Caetana Xavier – I, 276.
- Serra, Jerónimo de Magalhães Macedo – I, 278.
- Serra, Joana Lopes – I, 271, 276.
- Serra, João – I, 271, 276.
- Serra, Manuel Lopes – I, 271, 276.
- Serra, Manuel Lopes Caetano Cortês – I, 271.
- Serrão, Domingos Vieira – I, 361.
- Serras, Almeida – I, 270, 275, 280.
- Sesnando, D. – I, 55, 76, 139, 293, 296, 499.

- Signon – I, 191.
- Silva, Aires Gomes da – I, 334, 537.
- Silva, Alberto – II, 36.
- Silva, Ana da – I, 546.
- Silva, D. Estêvão Aires da (bispo) – II, 389.
- Silva, D. Manuel Bento Rodrigues da – I, 555.
- Silva, Inácio José Gomes da – II, 144.
- Silva, J. – II, 50.
- Silva, João da – I, 334, 345, 519, 537.
- Silva, Manuel António da – I, 380.
- Silva, Manuel Carneiro da – II, 267.
- Silva, Manuel da – I, 373, 378; II, 359, 360.
- Silva, Manuel Dias da – II, 13.
- Silva, Maria de Jesus e – I, 546.
- Silva, Martinho da – I, 406.
- Silva, Possidónio da – II, 397.
- Silva, Serafim – II, 21.
- Silveira, D. Luís da – I, 343.
- Silveira, D. Madalena de Vasconcelos – II, 266.
- Silveira, Madalena de Vasconcelos – I, 428.
- Silvestre, São – II, 341.
- Simão, São – II, 180.
- Simões, Filipe – I, 73, 132, 242.
- Simões, José – II, 226, 232.
- Simões, José Maria de Oliveira – I, 564.
- Sisebuto – I, 290.
- Sisnando, D. – II, 385.
- Soares, D. João (bispo conde) – I, 116, 142, 349; II, 395.
- Soares, D. Lourenço – I, 454.
- Soares, D. Pedro – I, 499, 503.
- Soeiro (mestre) – I, 137, 187, 218, 219, 241, 301, 302; II, 201, 386, 387.
- Soeiro, D. Pedro – I, 56.
- Sofia, Santa – I, 66.
- Soledade, Paulo da – II, 240.
- Soromenha – I, 441.
- Soult, Nicolas Jean de Dieu – II, 271.
- Sousa, Alberto de – II, 23, 24, 35.
- Sousa, Álvaro Dias de – II, 209.
- Sousa, António – I, 379.
- Sousa, Caetano – II, 137, 139, 141, 527.
- Sousa, Cordeiro de – II, 398.
- Sousa, D. António de Vasconcelos e (bispo Conde) – II, 267.
- Sousa, D. Leonor de – I, 525.
- Sousa, D. Lopo Dias de – II, 209.
- Sousa, D. Maria Gonçalves de – I, 526.
- Sousa, D. Miguel de – I, 534, 538.
- Sousa, Frei Luís de – I, 31, 32, 33; II, 113, 391.
- Sousa, J. M. Cordeiro de – II, 399.
- Sousa, Joaquim Alves de – I, 44.
- Sousa, Luís de Vasconcelos e (conde de Castelo Melhor) – II, 324, 325, 326.
- Sousa, Manuel de – I, 355; II, 39.
- Sousa, Salvador de – I, 379.
- Sousa, Sofia Martins de – II, 36.
- Street – I, 202.
- Suintila – I, 290.
- Susana, D. – I, 76.
- Susana, Santa – I, 477.
- Tamossi, João Francisco – I, 365, 374.
- Távora, D. Fr. Miguel de – I, 533, 534.
- Távora, D. Joana Mendes de – I, 362, 538, 539.
- Távora, D. Maria de – I, 478, 479.
- Távora, D. Miguel de – I, 538.
- Teixeira, António José – I, 116.
- Teixeira, Manuel Rodrigues – II, 143.
- Teles, D. Leonor – I, 526; II, 167, 209, 210, 255, 257.
- Teles, D. Maria – II, 209, 210, 211, 257.
- Teles, Jerónima – II, 359.
- Teles, Nuno da Silva – I, 44.
- Telo, D. – I, 57, 76, 78, 83, 153, 187, 221; II, 203.
- Telo, D. João Afonso – II, 209, 210.

Telo, Martim Afonso – II, 209.
 Teodomiro – I, 289, 290.
 Teodorico – I, 289.
 Teodorico II – I, 290.
 Teotónio, D. – II, 432.
 Teotónio, São – I, 55, 57, 78, 83, 84, 99, 116, 310; II, 116, 203, 220.
 Teresa de Ávila, Santa – I, 364, 375.
 Teresa, D. – I, 137, 427, 428, 518; II, 258, 262, 304, 319, 384, 385, 448.
 Teresa, D. (rainha de Leão) – I, 31, 89; II, 265, 266, 267, 268.
 Terzi, Filipe – I, 340, 342; II, 202, 293.
 Tiago, São – I, 55, 56, 76, 80, 91, 96, 164, 170, 175, 183, 186, 198, 202, 223, 322, 328, 359, 532, 530, 532, 541; II, 115, 336.
 Tibau, Samuel – I, 361.
 Tibério – I, 474.
 Tibúrcio, D. (bispo) – I, 143, 322, 501, 502, 504; II, 147.
 Tiepolo – I, 361.
 Tinoco, Pedro Nunes – I, 351.
 Tintoretto, Jacopo Robusti – II, 357, 361, 364.
 Tirion, Isak – II, 293.
 Tito – I, 440.
 Tom – II, 15, 16, 30.
 Tomás de Vila Nova, São – I, 129, 130, 140.
 Tomás, Frei André de Santo – I, 33.
 Tomás, São – I, 130, 338, 345, 383.
 Tomé Velho – I, 140, 346.
 Tomé, São – I, 19, 20.
 Torres, António José da Rosa – I, 552.
 Torres, Luís António de – II, 503.
 Treboniano – II, 11.
 Trindade, Gaudêncio – II, 296.
 Turíbio, D. – II, 421.
 Turriano, Frei João – I, 352; II, 203.
 Urbano II – I, 96.
 Urbano VI – II, 421.
 Urraca, D. – II, 385, 448.
 Úrsula, Santa – I, 361; II, 207, 208.
 Usque, Samuel – II, 485.
 Uzbertes, Pedro – II, 132.
 Valente, Vasco – I, 363.
 Vandelli, Domingos – I, 376, 377, 385, 422, 425; II, 511.
 Varela – I, 87.
 Vasconcelos, António Garcia Ribeiro de – I, 132, 134, 135, 137, 144, 226, 232, 263, 313, 323, 498, 506; II, 9, 356, 358, 369, 383, 403, 504, 513, 517.
 Vasconcelos, António Lopes de – I, 279.
 Vasconcelos, D. Carolina Michaelis de – I, 503.
 Vasconcelos, D. Leonor de – I, 343, 478, 479, 535.
 Vasconcelos, Duarte – II, 105.
 Vasconcelos, Faustina Barreto – I, 279.
 Vasconcelos, João Rodrigo de – I, 38.
 Vasconcelos, Joaquim de – I, 212, 282.
 Vasconcelos, José de Almeida Leitão de – II, 285.
 Vasconcelos, José Leite de – I, 442; II, 394.
 Vasconcelos, Manuel de – II, 342.
 Vasconcelos, Miguel Ribeiro de – I, 502, 503, 555.
 Vasques, Fernando – I, 145.
 Vassalo, Januário – I, 372.
 Vataça, D. – I, 143, 324, 447, 483.
 Vaz, Francisco – I, 400.
 Vaz, João – I, 528; II, 202, 399.
 Vaz, Mícia – I, 145.
 Veiga, Henrique da – I, 400.
 Velásquez – I, 457.
 Velo y Ruiz, Manuel Lúcio Emílio – II, 36.

Ventura, Benjamim – I, 384, 385.
 Vénus – II, 315.
 Veríssimo, D. – I, 57, 73.
 Vermudo, D. (bispo) – I, 293; II, 312.
 Verne, Júlio – I, 561.
 Veronês, Paulo – I, 361; II, 358.
 Vesta – I, 86; II, 33.
 Viana, Amorim – II, 300.
 Vicente, Gil – I, 559, 561; II, 190, 191.
 Vicente, São – I, 56, 115, 347; II, 339.
 Victorino, António – I, 384.
 Vidal, Saint – I, 210.
 Viegas, Elvira – I, 530.
 Viegas, Lourenço – II, 308.
 Vieira, Afonso Lopes – I, 414.
 Vieira, Domingos – I, 454.
 Vieira, J. A. – II, 305.
 Vila Franca, João Vaz de – I, 146.
 Vila Real (marqueses de) – I, 41.
 Vilhena, D. Beatriz de – I, 392.
 Vilhena, D. Brites de (duquesa) – I, 41.
 Viliulfo, D. – I, 137.
 Villa-Amil y Castro, José – I, 202.
 Villanova, Pedro Dias – II, 436.
 Vinhola – I, 123, 187.
 Vital, São – I, 110.
 Viterbo, Francisco Marques de Sousa – I, 37, 41, 43, 49, 389; II, 115.
 Vitorino, António – II, 16, 17, 19, 36, 43, 44.
 Vitorino, Túlio – II, 36.
 Volterra, Daniel de – I, 374; II, 351, 353.
 Wellington, Duque de – II, 262, 434.
 Wren – I, 366.
 Xavier, São Francisco – I, 358, 361.
 Ypres, Jean d' – I, 141, 335.
 Ysenbrandt – I, 348.
 Zacarias – I, 296, 473, 474.
 Zalema, Godinho – I, 19.
 Zeus – I, 437.
 Zoleimas, Randulfo – II, 258.
 Zuleime, Salvador – I, 76.
 Zulemen, Múnia – I, 137; II, 384.
 Zurilha, D. Maria – I, 390.

ÍNDICE TOPONÍMICO

- Abiul – II, 341.
Abrantes – I, 521, 522.
Açor (serra) – II, 106, 132, 149, 150,
151, 154, 247, 297, 345, 474.
Açores – I, 38; II, 328.
Adge – I, 199.
A-dos-Ferreiros – II, 331.
Adriático (mar) – I, 110.
África – I, 390; II, 313, 412.
Agrelo – II, 165.
Agroal – II, 131, 151, 152, 153.
Águas Santas – I, 250.
Águeda – I, 525, 545.
Aguiar de Pena – I, 312.
Aguim – II, 330.
Aiguilhe – I, 530.
Alagoa – II, 128.
Albardeiros – II, 435.
Albi – I, 124.
Alcabideque – I, 502.
Alcácer – I, 422.
Alcácer Ceguer – II, 339.
Alcácer Quibir – I, 40, 43, 397; II, 175,
265.
Alcanhões – II, 210.
Alcarraques – II, 180.
Alcobaça – I, 237, 314, 317, 324; II,
300, 388, 389, 394
Aldeia das Dez – II, 149, 151, 156,
253, 343.
Alemanha – I, 567; II, 115, 533.
Alenquer – II, 300.
Alentejo – II, 325, 435, 522, 523.
Alexandria – I, 155, 160, 193, 222.
Alfaiates – I, 504.
Alfarelos – II, 77.
Alfarrobeira – II, 150, 345.
Alfosqueiro – II, 331.
Algarve – I, 38, 504; II, 122, 123, 186.
Alhadas – II, 53, 455, 456.
Allier – I, 195.
Almacave – II, 308.
Almalaguês – I, 297, 502, 513; II, 210,
226.
Almeara – I, 41.
Almegue – II, 24.
Almeida – I, 504; II, 325.
Almoster – II, 432.
Alpenduradas – II, 499, 505, 508.
Alpes – I, 195.
Alva (rio) – I, 262, 433, 497, 498, 499,
545; II, 38, 71, 128, 149, 150, 151,
153, 242-264, 290, 303, 307, 312,
338, 344, 345, 522.
Alvoco (rio) – II, 344.
Alvoco da Serra – I, 499; II, 137, 153,
245, 248.
Alvoco de Várzeas – I, 320, 433; II,
246, 249, 538.
Amarante – II, 44.
Ameal – I, 383.
Ameixial – II, 325.
América – II, 106, 329.
Amesterdão – II, 293.

Amiens – II, 403.
 Ançã – I, 325, 354, 380, 396.
 Anceriz – II, 134, 135, 136, 137, 140, 141, 145, 146, 149, 156, 343.
 Anços (rio) – II, 318.
 Angers – II, 404.
 Angoulême – I, 177.
 Angra do Heroísmo – I, 33, 38, 397, 552; II, 327.
 Ansião – I, 400.
 Antanol – I, 519, 525; II, 88.
 Antuã (rio) – I, 26.
 Antuzede – II, 181.
 Arábia – II, 294.
 Aragão – I, 481, 483; II, 333.
 Arcos de Valdevez – II, 18.
 Arganil – I, 254, 255, 257, 270, 316, 408, 490, 498, 499, 509, 568; II, 70, 71, 100, 101, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 145, 227, 229, 230, 259, 260, 261, 338, 339, 341.
 Arno (rio) – II, 34.
 Arões – I, 179.
 Arouca – I, 326, 508, 509; II, 53, 455, 456.
 Arouce – II, 132.
 Arrábida (serra) – I, 42.
 Arrancada – II, 331.
 Arregaça – II, 473, 498.
 Arronches – II, 435.
 Arunca – II, 318.
 Arzila – II, 338, 339.
 Ásia – II, 131.
 Asna Brava – II, 259, 260.
 Assis – II, 79.
 Astorga – I, 177.
 Astúrias – II, 114.
 Atalaia – II, 443.
 Atlântico (oceano) – II, 131, 164.
 Aulnay – I, 177.
 Austrália – II, 106.
 Áustria – II, 533.
 Auvergne – I, 152, 175, 185, 187, 190, 191, 192, 193, 195, 196, 198, 199, 203, 204, 205, 206, 208, 209, 210, 211, 213, 301; II, 385, 411.
 Ave (rio) – II, 35.
 Aveiro – I, 41, 368, 392, 419, 486, 518, 526, 527, 552.
 Avelar – II, 538.
 Avelãs de Caminho – II, 333.
 Aveleira (serra) – II, 129.
 Avinhão – I, 199, 312.
 Avô – I, 250, 319, 326, 333, 408, 498, 498, 499, 500, 501, 502, 503, 504, 505, 506, 507, 509; II, 38, 44, 45, 46, 67, 71, 104, 132, 133-146, 147, 148, 149-157, 253, 341, 343, 525, 527, 527.
 Azenhas do Dom Prior – II, 316.
 Ázere – II, 259, 261.
 Babau – I, 441.
 Baía – I, 533; II, 395, 400.
 Baía da Conceição – II, 328.
 Bairrada – I, 396; II, 256.
 Balocas – II, 249.
 Balsemão – II, 138.
 Barcelona – I, 124.
 Barcelos – I, 179, 250; II, 209.
 Barcos – II, 419.
 Barreiras Altas – II, 306.
 Barreosa – II, 249.
 Barrigueiro – II, 150, 156.
 Barril de Alva – II, 253, 311.
 Barrocas – II, 29.
 Barroivina – II, 156.
 Batalha – I, 80, 92, 120, 321, 330, 400, 414; II, 51, 53, 407, 420.
 Beira – II, 149, 150, 186, 390, 498, 499, 522.
 Beja – I, 552; II, 436.
 Belcouce – I, 523, 524, 531, 540.
 Belide – II, 318.
 Belmonte – II, 338.
 Benfeita – II, 254.
 Bera – 297.
 Berlengas – II, 44.

Bética – I, 289.
 Biscaia – I, 389, 391, 398.
 Bizâncio – II, 81.
 Bobadela – I, 325; II, 53, 88, 522.
 Bolfiar – I, 525.
 Bolho – I, 325.
 Bolonha – II, 147, 352.
 Bornéu – II, 294.
 Borralha – I, 546.
 Boston – II, 328.
 Botão – I, 325, 328, 333, 354; II, 311, 334.
 Bouças – I, 346.
 Bourboule – I, 195.
 Brácara – I, 290.
 Braga – 83, 153, 155, 163, 164, 166, 177, 194, 201, 209, 211, 290, 324, 343, 390, 391, 447, 502; II, 278, 279, 295, 321, 322, 334, 389, 420, 506. Sé de Braga: I, 155, 163, 164, 166, 194, 201, 211, 391.
 Bragança – I, 46, 552; II, 18, 150, 394.
 Brasil – I, 265, 467, 537; II, 156, 271, 372, 395.
 Bravães – I, 179; II, 420.
 Brejoeira – I, 264.
 Brioude – I, 210.
 Brown – II, 328.
 Bruges – I, 349.
 Buarcos – I, 339; II, 19.
 Buçaco – I, 296, 383, 539; II, 5, 60, 150, 196, 262, 297, 311, 312, 324, 325, 326, 474.
 Burgos – I, 176.
 Cabo Bojador – II, 77.
 Cabril – II, 252, 254, 269.
 Cadavais – II, 260.
 Caima (rio) – I, 26, 27, 253.
 Caldas de S. Paulo – I, 433; II, 244.
 Cale – II, 336.
 Calecut – I, 419.
 Calhabé – II, 165, 201, 500, 504, 505, 508, 509.
 Campo Maior – II, 436.
 Canadá – II, 328.
 Canas de Senhorim – II, 286.
 Cândia – II, 294.
 Candosa – II, 68.
 Cantal – I, 152, 190, 195, 209, 210.
 Cantanhede – I, 339, 342, 344, 380, 394, 396, 486, 487, 526; II, 53, 212, 213, 429, 456.
 Cântaros – II, 242, 243.
 Canterbury – II, 411.
 Caramulo (serra) – II, 44, 150, 180, 297, 474.
 Carapinha – II, 254, 258, 259.
 Carapinhãl – II, 256.
 Cardal – II, 522.
 Cardigos – II, 131.
 Carregosa – II, 59.
 Carriço (ribeira) – II, 244.
 Carvalha – II, 244, 247.
 Carvalhas da Maria Marques – II, 345.
 Carvalho – II, 209, 212, 312, 313.
 Carvalhos – II, 538.
 Carvoeira – II, 531.
 Casais – I, 374.
 Casal da Moura – II, 156.
 Casal das Poças – II, 156.
 Casal de Álvaro – I, 525.
 Casal de Maria – II, 311.
 Casal do Frade – II, 260.
 Casal dos Rios – I, 270.
 Casal Novo – I, 276.
 Casarias – II, 150, 152, 156.
 Casconha – I, 262, 435, 546; II, 251, 255, 258, 262, 306, 312.
 Castanheira – II, 154.
 Castela – I, 34, 158, 159, 199, 219, 397, 481, 504; II, 209, 308.
 Castel-Bom – I, 504
 Castelmendo – I, 504.
 Castelmilhor – I, 504.
 Castelo de Vide – II, 436.
 Castelo Rodrigo – I, 504; II, 325.

Castelo Viegas – I, 511, 513.
 Castrovães – I, 41.
 Catalunha – I, 124.
 Catraia da Moura – II, 345.
 Catraia do Marrão – II, 247.
 Catraia dos Poços – II, 251, 262.
 Cavaleiro – II, 251, 259.
 Cavalos (rio) – I, 441; II, 252.
 Cebola – II, 154, 247.
 Ceira (rio) – I, 269; II, 150, 151, 154, 200, 254.
 Cercosa – II, 313.
 Cerdeira – II, 254.
 Cérria – I, 179.
 Cértoma (rio) – II, 330.
 Cesar – I, 393.
 Cete – I, 393.
 Ceuta – I, 396; II, 167, 334, 339, 398.
 Chafariz de El Rei – II, 245.
 Chãos de Égua – II, 153, 156, 344.
 Chapinheira – II, 260.
 Charité-sur-Loire – II, 439.
 Chartres – II, 79, 80.
 Chataigneraie – I, 152.
 Chatelguyon – I, 195.
 Chauia – II, 167.
 Chaves – II, 42, 394, 419.
 China – II, 294.
 Cide – II, 153.
 Clavijo – II, 80.
 Clermont-Ferrand – I, 190, 191, 195, 197, 204, 205, 209, 241. Notre-Dame-du Port: I, 189, 190, 191, 196, 197, 204, 209, 210.
 Cluny – I, 164, 165, 306.
 Côa (rio) – I, 492; II, 63.
 Cochinchina – II, 294.
 Coimbra – I, 19, 21, 22, 23, 28, 29, 32-38, 40, 41, 43, 44, 45, 46, 47, 50, 49, 58, 60, 61, 62, 65, 68, 69, 73, 74, 78, 82, 83, 84, 86, 87, 89, 91, 93, 95, 97, 99, 100, 101, 103, 105, 107, 110, 112, 113, 114, 116, 117, 118, 121, 124, 125, 126, 127, 128, 130, 132, 134, 135, 136, 137, 139, 142, 144, 147, 148, 149, 151, 152, 153, 155, 156, 158, 159, 162, 166, 167, 168, 169, 170, 173-179, 181, 183, 184, 185, 187, 189, 190, 194, 195, 196, 198, 202, 205, 207, 209-223, 225, 226, 227, 230, 231, 233, 234, 236-242, 245, 250, 253, 258, 259, 261-263, 266, 268, 269, 282, 285, 298-309, 311-314, 316-338, 340-348, 350-353, 355, 357, 359, 360-369, 370, 372, 374-380, 382-385, 389-394, 396-410, 404, 405, 406, 408-415, 420, 422, 423, 425, 426, 429, 435-438, 440, 442, 447, 448, 450, 451, 453, 455-458, 461, 464-467, 470, 471, 472, 475, 477, 479, 480, 483, 484, 485, 486, 490-493, 498-502, 504, 506, 507, 510, 511, 513, 517-521, 524-527, 529-534, 536-539, 542, 546, 550, 552, 553, 555, 558, 562; II, 12, 16, 17, 18, 23, 24, 28, 32, 36, 37, 39, 40, 43, 46, 48, 54, 55, 57, 58, 61, 68, 82, 88, 89, 91, 92, 93, 96, 118, 122, 124, 170, 185, 191, 200, 201, 204, 208, 215, 217, 225, 228, 229, 232, 233, 240, 248, 265, 266, 267, 285, 295, 296, 303, 305, 311, 323, 333, 338, 341, 345, 351, 358, 383, 419, 424, 449, 451, 452, 453, 454, 455, 487, 522, 525, 531, 532, 534. Água de Maias: I, 239. Almedina: I, 137; II, 32, 44, 52, 181, 201, 218, 305, 444, 488, 491. Arco do Bispo: II, 182, 218. Arco do Ivo: II, 44. Arco Pintado: II, 218. Arcos do Jardim: I, 232; II, 168, 197, 215, 507, 510, 511, 512. Arnado: I, 33, 231, 139; II, 466, 478, 479, 540, 541. Arregaça: I, 524; II, 473, 498. Azinhaga dos Lázarus: I, 238.

Bairros: II, 504-510, 511, 512. Beco da Anarda: I, 235. Câmara Municipal: I, 70, 76, 77, 89, 101, 102, 104, 106, 107, 110, 113, 119; II, 23, 28, 29, 33, 35, 38, 43, 173, 468. Capela da Senhora da Conceição da Ponte: II, 183. Capela da Senhora da Esperança: II, 200. Capela de S. João das Donas: I, 51, 54, 59, 60, 70, 77, 82, 88, 89, 90, 91, 92, 97, 98, 99, 100, 110, 113, 118, 119, 120, 121; II, 173, 174. Capela de S. Martinho: I, 232; II, 197, 507, 509, 510, 512. Capela de S. Romão: II, 167. Capela de S. Sebastião: II, 44, 47, 199. Capela de Santa Comba: II, 179, 179. Capela do Espírito Santo: I, 233. II, 167, 197. Capela do Santo Cristo das Maleitas: II, 509, 511, 512, 513. Capela do Senhor dos Remédios: I, 232. Casa do Sal: II, 202. Castelo: II, 218, 505, 507, 509. Celas: II, 168, 178, 195, 198, 214, 215, 266, 499, 508, 509, 512. Cidral: I, 145. Colegiada de São Tiago: I, 76, 80, 83, 96, 120, 170, 171, 175, 183, 198, 223, 304, 305, 311, 320, 321, 328; II, 47, 142, 202, 213 183, 305, 419, 446, 447, 458, 489, 491, 496. Colégio da Graça: I, 36, 130, 230, 243, 244, 245, 336, 338, 341, 357, 389, 534; II, 203, 470, 481. Colégio das Artes: I, 63, 64, 66, 67, 68, 113, 338, 368, 370, 374, 375, 364; II, 213. Colégio de Jesus: II, 122. Colégio de S. Bernardo: I, 63; II, 203, 470, 481. Colégio de S. Boaventura da Alta: II, 185, 187. Colégio de S. Boaventura da Baixa: II, 185, 187, 203. Colégio de S. Jerónimo: I, 49, 367. Colégio de S. João Baptista: I, 60, 66, 99, 113, 392, 480. Colégio de S. José dos Marianos: II, 123, 189, 206, 499, 505, 512. Colégio de S. Miguel: I, 63, 67. Colégio de S. Pedro dos Terceiros ou dos Borrás: I, 229, 243, 244; II, 185, 187, 203, 467, 470. Colégio de S. Pedro: I, 22, 24, 36, 49, 223, 224, 229, 299; II, 190. Colégio de S. Tomás: I, 33, 383. Colégio de Santo António da Estrela: II, 185. Colégio de Santo António da Pedreira: II, 185, 187. Colégio de Todos os Santos: I, 63, 64, 66, 67, 68. Colégio de Tomar: II, 183, 197, 510. Colégio do Carmo: I, 36, 130, 230, 243, 244, 337, 338, 346, 361, 370, 372, 452, 453, 454, 455; II, 183, 203, 470, 481. Colégio dos Grilos: I, 48. Colégio Novo: I, 60, 66, 86, 99, 111, 113, 114, 116, 382, 338, 340, 394; II, 122, 219, 220, 350, 351, 352, 353, 355, 481, 482, 483. Conchada: I, 75; II, 178, 202, 218. Convento de S. Domingos: I, 31, 39, 223, 313, 337, 344; II, 203, 470, 482. Convento de S. Francisco: I, 32, 223, 229, 230, 238, 313, 352, 353; II, 122, 185, 186, 187, 203. Convento de Santa Teresa: I, 364; II, 184, 205. Couraça da Estrela: I, 524; II, 15, 210, 211, 219, 449, 488, 489. Couraça de Lisboa: I, 524; II, 17, 201. Couraça dos Apóstolos: I, 235. Cumeada: I, 402; II, 165, 168, 189, 201, 512. Escola Industrial e Comercial Brotero: I, 61, 382, 385; II, 56, 58, 61. Escola Livre das Artes do Desenho: I, 381; II, 32, 35 36, 37, 58. Fonte da Madalena: II, 216. Fonte da Talha: II, 41. Fonte do Castanheiro: II, 475. Fonte Nova: I, 75, 87; II, 168, 216, 218, 471, 472, 484, 498.

Gafaria de S. Lázaro: I, 239, 329; II, 158, 159, 160, 161, 535. Guarda Inglesa: II, 24. Hospital Real: I, 329, 333; II, 213. Igreja da Trindade: I, 352. Igreja de S. Bartolomeu: I, 223, 303, 365; II, 188, 210, 211, 212, 489, 495. Igreja de S. Cristóvão: I, 179, 223, 303, 304, 305; II, 183, 419, 493. Igreja de S. João de Almedina: I, 95, 137, 153, 176, 183, 223, 240, 291, 297, 298, 300, 304, 307, 308, 335; II, 181, 197, 385, 493. Igreja de S. João de Santa Cruz: I, 59, 60, 82, 84, 88, 94, 96, 121, 332, 459; II, 173, 174, 179. Igreja de Santa Justa: I, 76, 96, 117, 223, 230, 238, 303, 315, 317, 364, 368, 453; II, 160, 179, 181, 419, 465, 467, 488, 535. Igreja de Santo António dos Olivais: I, 232, 321, 336, 370, 411; II, 48. Igreja do Salvador: I, 169, 223, 226, 227, 228, 303, 304, 345; II, 48, 202, 5154. Inquisição: I, 63, 64, 67, 68; II, 92, 213, 469, 481. Instituto de Coimbra: II, 41. Jardim Botânico: I, 366, 380; II, 188. Largo da Feira: II, 188. Largo da Portagem: I, 307. Largo de Sansão: I, 59, 75, 101, 106, 115. Largo do Castelo: I, 235. Manutenção Militar: I, 75. Misericórdia: II, 183, 202, 220, 350, 515. Montarroio: I, 62, 63, 67, 75, 76, 77, 87; II, 201, 218. Montepio Conimbricense: I, 63. Montes Claros: I, 75. Mosteiro de Celas: I, 232, 315, 318, 323, 324, 335, 336, 343, 344, 347, 348, 356, 453, 478, 479, 492, 535; II, 63, 123, 178, 194, 195, 196, 203, 455, 539-544. Mosteiro de Santa Ana: I, 223; II, 122, 123, 197, 206. Mosteiro de Santa Clara-a-Nova: I, 142, 223, 315, 318, 319, 324, 325, 326, 327, 335, 347, 348, 352, 354, 359, 360, 362, 363, 365, 368, 348, 374, 385, 467, 481, 482, 484; II, 119, 184, 203. Mosteiro de Santa Clara-a-Velha: I, 32, 48, 144, 239, 250, 315, 317, 318, 319, 354; II, 39, 123, 203, 333, 334, 335. Mosteiro de Santa Cruz: I, 19, 33, 49, 51, 52, 56, 57-61, 66, 69, 75, 76, 78, 79, 81-85, 88, 90-109, 111, 118-121, 134, 142, 153, 170, 176, 183, 184, 187, 214, 221, 223, 230, 238, 300-303, 310, 312, 313, 320, 322, 325, 326, 327, 329, 330, 332, 335, 336, 343, 344, 346, 347, 348, 351, 356, 357, 361, 367, 368, 370, 371, 373, 374, 383, 397, 399, 400, 401, 452, 453, 456, 457, 459, 471, 519; II, 33, 44, 76, 168, 170, 173, 174, 179, 189, 197, 201, 203, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 303, 305, 334, 351, 353, 369, 373, 387, 389, 419, 431, 432, 433, 434, 452, 468, 478, 469, 480, 490, 507. Murallas: II, 44, 201, 218, 399, 483, 488. Museu Machado de Castro: I, 21, 80, 114, 447, 482, 465, 468, 471, 484, 488; II, 8, 9, 22, 23, 24, 51, 52, 53, 71, 87, 119, 120, 123, 201, 218, 226, 297, 349, 350, 352, 354, 369, 447. Paço do Conde: I, 328, 333; II, 40, 212. Paço Episcopal: I, 329, 333; II, 123. Paços de S. Lourenço: I, 237, 238, 239. Palácio da Justiça: I, 33; II, 10, 203. Palácio de S. Marcos: 326, 329, 331, 332, 334, 335, 340, 343, 345. Pátio do Castilho: I, 542. Penedo da Meditação: I, 261. Penedo da Saudade: I, 145; II, 165. Penitenciária: I, 232. Pinhal de Marrocos: I, 524. Portagem: II, 211, 214. Praça Velha: 211, 212, 213,

494-497. Quebra-Costas: I, 136. Quinta da Rainha: I, 75; II, 189. Quinta das Lágrimas: II, 24. Ribela: II, 214, 215, 216, 217, 218, 219, 483. Rua da Moeda: I, 55, 75, 90, 120; II, 214, 216, 488. Rua da Sofia: I, 31, 32, 33, 34, 36, 41, 63, 64, 66, 67, 68, 76, 239, 243, 258, 336, 338; II, 10, 13, 202, 217, 370, 469, 470, 477-482, 486, 489. Rua das Covas: II, 182, 516. Rua das Fangas: I, 524, 540. Rua das Figueirinhas: I, 78, 459; II, 218, 220, 484. Rua de Pedro Roxa: I, 63, 64, 67, 68. Rua de Tinge Rodilhas: II, 501, 502, 503. Rua Direita: I, 33, 75, 76; II, 217, 479, 482, 489. Rua do Corpo de Deus: I, 76, 87; II, 217, 218, 220, 472, 483, 489. Ruas: I, 31, 63, 67, 76, 224, 235, 236, 444, 524; II, 465, 466, 467, 479, 486-491, 492, 495, 496, 502, 503, 507-510, 516. Santa Catarina, geral de: I, 59, 60, 99, 100, 114, 115. Santo António dos Olivais: II, 153-172, 185, 187, 195, 198, 201, 203, 204, 442, 509. São Miguel de Milréus: I, 226, 309; II, 52. Sé Nova: I, 36, 122, 123, 125-128, 130, 141, 334, 340, 341, 348, 356-361, 370, 372, 401, 462, 466-469, 334, 340, 341, 348, 351, 356, 357, 358, 360, 361, 370, 372, 401, 462, 466, 467, 468, 469; II, 48, 75, 114, 115, 165, 182, 202, 218, 356-371, 504, 515. Sé Velha: I, 24, 53, 54, 76, 77, 95, 129, 131-134, 136, 140, 144, 148, 151, 152, 156, 159, 166, 170, 171, 173-178, 183, 184, 185, 187, 189, 190, 193, 194, 196, 200-205, 207-215, 216, 217, 218, 219, 220, 221, 232, 250, 291, 300, 301, 302, 303, 304, 305, 313, 314, 315, 318, 322, 329, 335, 336, 340, 344, 346, 347, 348, 350, 357, 359, 361, 382, 440, 447, 518, 523, 538; II, 39, 44, 46, 123, 182, 188, 201, 212, 215, 305, 314, 357, 358, 381-391, 419, 452, 455, 495, 514, 515. Sé: II, 8, 9, 123, 114, 115, 123, 143, 147, 148, 175. Seminário: I, 363, 365, 372, 373, 375, 379, 527, 550; II, 349, 350, 351, 353, 354, 355, 356, 505. Sub Ripas: II, 32, 201, 202, 213, 399, 489. Terreiro da Erva: II, 179. Terreiro de S. Miguel: I, 63, 64, 65, 66, 67; II, 469. Torre de Anto: II, 44. Universidade: I, 21, 22, 24, 33, 34, 44, 45, 46, 47, 48, 49, 60, 143, 226, 239, 298, 299, 333, 355, 364, 366, 502; II, 174, 183, 190, 201, 219, 295, 303, 342, 372, 373, 374, 425, 427, 431, 433, 434, 444, 449, 452, 465, 468, 478, 480, 513, 514, 517. Ursulinas: II, 184, 205-208, 505. Vale de Canas: II, 44.

Coja – I, 408, 498, 499, 500, 501, 503, 504, 509; II, 104, 117, 132, 148, 149, 227, 229, 230, 253, 345, 393, 455.

Colcurinho – II, 111, 133, 150, 151, 153, 155, 156, 297, 344.

Colónia – II, 411.

Comminges – I, 213.

Condeixa-a-Nova – I, 23, 332; II, 318, 321, 323, 445.

Condeixa-a-Velha – I, 291, 332, 400.

Conimbriga – I, 23, 289, 290, 291, 292, 294; II, 89, 318, 321, 322, 323, 384.

Conques – I, 152, 157, 159, 185, 186, 188, 190, 198, 205, 206, 207, 216, 532.

Constantinopla – I, 193.

Copenhaga – II, 328.

Cordinhã – I, 325.
 Córdova – I, 296.
 Corgas – II, 244, 290, 291.
 Corgo das Mós – II, 243.
 Cortiça – II, 262, 278, 279, 306.
 Coselhas – I, 75, 258, 260, 261, 296,
 355, 393; II, 47, 165, 178, 218,
 478.
 Costa da Mina – II, 77.
 Costa do Sol – II, 377.
 Costeira – II, 59.
 Couto do Mosteiro – II, 226.
 Cova da Beira – II, 249, 345.
 Covão do Tojo – II, 154.
 Covão do Urso – II, 243.
 Covas – I, 441.
 Covelas – I, 41.
 Covelo – II, 254, 259, 260.
 Covilhã – I, 500; II, 150, 248, 249, 270,
 274, 275, 321, 345, 395.
 Covões – I, 344; II, 119.
 Crato – I, 521, 523, 541; II, 174, 431, 432.
 Creusot – I, 564, 566.
 Criz – II, 311.
 Ctesiphon – I, 124.
 Cudeo – I, 389.
 Cuenca – I, 56; II, 334.
 Cumeada – II, 262.
 Curia – II, 330.
 Curral do Martins – II, 243.
 Curral do Vento – II, 243.
 Currelos – I, 441.
 Damasco – I, 472.
 Danúbio (rio) – II, 131.
 Delf – I, 377.
 Digueifel – II, 253.
 Dinamarca – II, 294, 328, 395.
 Dômes – I, 152.
 Dorchester – II, 328.
 Dore – I, 152, 195.
 Douro – I, 217, 237, 292.
 Dueça (rio) – I, 511.
 Durius (rio) – II, 321.
 Ega – I, 331, 332, 333, 348; II, 318,
 319, 320, 455.
 Egipto – I, 155, 193; II, 294, 363.
 Eira Pedrinha – I, 291.
 Eiras – I, 394; II, 181, 311.
 Elvas – II, 325, 427, 436.
 Emínio – I, 23, 136, 290, 291, 293,
 294, 295; II, 89, 216, 220, 321, 322,
 323, 336, 384, 475.
 Ennezat – I, 209, 210.
 Enxudro – II, 254.
 Erada – II, 249.
 Ervas Tenras – I, 492.
 Ervedal – II, 252, 455.
 Escócia – II, 115.
 Espaly – I, 530.
 Espanha – I, 42, 141, 153, 179, 290,
 458, 464, 466, 467, 469, 518, 554;
 II, 114, 281, 293, 294, 357, 388,
 436, 533.
 Espinhal – I, 339; II, 210, 433.
 Espinhal (serra) – I, 499, 509; II, 132,
 200.
 Espinho – II, 104.
 Esporão – I, 441.
 Estrela (serra) – I, 499; II, 85, 111,
 132, 153, 154, 191, 243, 245, 253,
 297, 321, 344, 474, 500.
 Eufrates (rio) – II, 131.
 Europa – II, 164, 355, 361, 484, 534.
 Évora – I, 39, 335, 400, 447, 533, 538,
 552; 23, 51, 53, 119, 265, 334, 388,
 395, 427, 455.
 Faíl – II, 311.
 Fajão – I, 408; II, 154.
 Fall Rives – II, 328.
 Farinha Podre – II, 256, 257.
 Faro – II, 123.
 Fátima – II, 323.
 Feira – I, 238; II, 137, 146.
 Ferreira – II, 409, 410, 411, 412.
 Fervença – II, 243.
 Fez – I, 334.

Figueira – II, 156.
 Figueira da Foz – I, 351, 374, 377, 380, 385, 394, 396; II, 394.
 Figueiró do Campo – II, 318.
 Figueiró dos Vinhos – II, 341.
 Fiscal – I, 264, 268, 270, 277, 278, 279.
 Florença – II, 34. Igreja de Santa Maria: I, 80, 91, 120.
 Folques – I, 333; II, 119, 128, 129, 254.
 Font'Arcada – I, 177, 179.
 Fonte Espinho – II, 150, 154.
 Fonte Raiz – II, 150.
 Forma – I, 296.
 Formarigo – II, 244.
 Fórnea – II, 150, 154.
 Foz da Moura – II 133, 156.
 Foz de Arouce – I; 264, 268, 269, 279, 280; II, 119, 210.
 Fraga das Penhas – II, 243.
 Fraga das Varandas – II, 243.
 França – I, 179, 185, 187, 190, 198, 209, 414, 458, 532; II, 294, 305, 404.
 Freirigo – II, 311.
 Freixedas – I, 49; II, 62.
 Freixenedo – I, 500.
 Friestas – II, 421, 422, 423.
 Friúmes – II, 259, 260, 263.
 Fromista – I, 206.
 Fundão – I, 545, 563; II, 249, 344.
 Furados do Alva – II, 255.
 Gaia – I, 238; II, 336.
 Galécia – I, 289, 290; II, 322.
 Galhano – II, 311.
 Galiza – I, 160, 202, 294, 295.
 Ganfei – I, 177.
 Gatão – II, 420.
 Gavarnie – II, 152.
 Geria – I, 394.
 Gerona – I, 124.
 Gião – II, 46.
 Giesteira – II, 336.
 Góis – I, 270, 325, 331, 332, 333, 343, 348, 499, 509; II, 247, 341.
 Gondufo – II, 150, 151, 153, 249.
 Gouveia – I, 519.
 Gramaça – II, 156.
 Grijó – I, 115, 322.
 Grijó – II, 394, 478.
 Gronelândia – II, 294.
 Guarda – I, 101, 329, 345, 493, 527; II, 63, 248, 272, 273, 275, 286, 395. Sé: I, 345, 393, 493.
 Guimarães – I, 238; II, 113, 340, 413, 414, 415, 440.
 Hérault – I, 199.
 Hermínios (montes) – ver Serra da Estrela.
 Ilhastro – I, 296.
 Ílhavo – I, 397.
 Índia – I, 265, 419, 540; II, 294, 327, 490.
 Índico (oceano) – II, 164.
 Inglaterra – I, 125, 179, 381; II, 294
 Ínsua (rio) – I, 26.
 Irlanda – II, 294.
 Islândia – I, 561, 562.
 Israel – I, 474; II, 458, 483, 484, 485.
 Issoire – I, 209, 210.
 Itália – I, 35, 38, 91, 179, 203, 373, 376; II, 33, 115, 294, 351, 355, 357, 359, 361.
 Japão – II, 532.
 Jerusalém – II, 111.
 Khoesroes – I, 124.
 Laborins – II, 263.
 Lácio – I, 437
 Ladeira da Preguiça – II, 505.
 Lagar do Meio – II, 251.
 Lamarosa – I, 346, 353.
 Lamas do Vouga – I, 41.
 Lamego – I, 293, 552; II, 308, 310.
 Lancóbriga – I, 25, 26.
 Langres – II, 411.
 Languedoc – I, 124.

- Lanhoso – II, 448.
- Leão – I, 177.
- Leão (reino de) – II, 209.
- Leça da Palmeira – I, 326; II, 456.
- Leça do Bailio – I, 334.
- Leiria – I, 58, 83, 90, 111, 237, 238, 304, 306, 310, 311, 396, 397, 552; II, 300, 305, 323, 394, 423, 424, 425, 468, 478.
- Lima (rio) – II, 36, 421, 422.
- Limagne – I, 195.
- Limoges – I, 446.
- Limousin – I, 163.
- Lisboa – I, 36, 56, 112, 137, 151, 153, 176-178, 184, 196, 265, 302, 313, 343, 347, 348, 355, 373-375, 377, 378, 383, 390, 397, 398, 422, 425, 426, 483, 552-555, 561; II, 8, 81, 213, 224, 257, 276, 295, 300, 304, 319, 334, 350, 351, 359, 386, 387, 396, 399, 427, 442, 455, 523, 531. Academia Nacional de Belas Artes: I, 297; II, 91, 92, 93, 453. Escola de Belas Artes: II, 28, 58. Hospital de Todos-os-Santos: II, 213. Igreja de S. Roque: 354, 355. Mosteiro dos Jerónimos: II, 18, 295. Museu de Arte Antiga: II, 394, 395. Paços da Ribeira: II, 293, 294. Sé: I, 194, 209, 212, 213, 215-221; II, 388. Sociedade de Geografia: I, 564. Sociedade Nacional de Belas Artes: II, 41. Teatro de S. Carlos: II, 437.
- Liteiros – I, 42.
- Loire – I, 86, 124, 163, 177, 210.
- Lombardia – I, 203.
- Loreto – II, 181.
- Loriga – II, 43, 152, 153, 245, 247, 248.
- Lorvão – I, 296, 304, 305, 324, 333, 335, 349, 353, 362, 363, 365, 371, 372, 373, 374, 379, 426, 440; II, 265-268, 278, 303, 308.
- Lot – I, 152.
- Louriçal – I, 342; II, 206, 224, 225, 226, 227, 228, 229, 230, 231, 232, 233.
- Lourinhã – II, 405, 407.
- Lourosa – I, 125, 282, 294, 295, 311, 437; II, 70, 112, 113, 138, 238, 253.
- Lousã – I, 264, 268, 271, 276, 279, 280, 319, 367, 381, 499, 509, 510; II, 46, 271, 296, 300, 341.
- Lousã (serra) – II, 196, 200, 247, 261, 296-301.
- Lufreu – II, 251, 259, 260, 263.
- Lugo – I, 202.
- Lusitânia – I, 289; II, 294, 322, 471.
- Lyon – I, 376.
- Maçãs de D. Maria – II, 143.
- Macau – I, 537; II, 106.
- Madeira (ilha) – II, 105.
- Madrid – I 457; II, 454.
- Mafra – I, 365.
- Mainça – I, 393, 394
- Maiorca – I, 325, 519; II, 53.
- Mala Posta – II, 336.
- Maladão – II, 260.
- Malásia – II, 294.
- Malhada Chã – II, 150, 154.
- Malhão da Torre – II, 243.
- Mangualde – II, 40.
- Manteigas – II, 152.
- Maranhão – I, 555.
- Marnel – II, 331.
- Marrocos – I, 39, 537; II, 167, 212.
- Marsat – I, 198.
- Massachusetts – II, 328.
- Mateus – I, 264; II, 281, 283.
- Mauritânia – I, 289, 293.
- Mazagão – I, 39; II, 313.
- Meãs – II, 455.
- Melgaço, II, 440.
- Mértola – II, 436.
- Meruge – I, 333.
- Merujais – II, 244.

Mesopotâmia – I, 178, 179.
 Midões – I, 145, 250; II, 88, 137.
 Milão – I, 110, 202, 203.
 Minas Gerais – I, 265.
 Minho – I, 217, 237, 241, 298; II, 46, 186, 421, 422.
 Minho (rio) – II, 421.
 Minhoteira – I, 26.
 Mira – I, 19; II, 119, 455.
 Miraflores – II, 533.
 Miranda do Corvo – I, 292, 499, 511; II, 132.
 Miranda do Douro – I, 229.
 Miro – II, 263, 303.
 Moçambique – II, 531.
 Moendas do Vimieiro – II, 252.
 Moinhos do Arraial – I, 19.
 Moissac – I, 163, 177, 212, 213, 220, 532.
 Moita (serra) – II, 251, 254, 255, 260, 261, 306.
 Monção – II, 394.
 Monchique – I, 391.
 Mondego (rio) – I, 32, 75, 89, 153, 219, 238, 241, 261, 269, 292, 293, 297, 298, 313, 325, 330, 347, 390, 392, 439, 440, 441, 485, 489, 518, 524, 547; II, 17, 33, 41, 131, 164, 169, 180, 196, 200, 203, 214, 217, 236, 237, 243, 251, 252, 255, 259, 262, 263, 295, 311, 312, 318, 321, 323, 449, 471, 487, 506.
 Monforte – I, 513.
 Mont-Dore – I, 195, 196.
 Monte de Bera – I, 512.
 Monte Frio – I, 563; II, 254.
 Montemor-o-Velho – I, 143, 238, 240, 241, 291, 293, 298, 315, 316, 322, 324, 328, 329, 333, 334, 347, 367, 394, 408, 437, 447, 537, 553, 559; II, 53, 75, 76, 77, 305, 341, 438, 439, 445.
 Montemuro (serra) – II, 85, 86.
 Montes Claros – II, 325.
 Montijo – II, 432.
 Montório – I, 86.
 Montpellier – I, 143, 322.
 Mont-Saint-Michel – I, 202, 203.
 Moreia – II, 294.
 Mortágua – II, 262, 312.
 Mouços – I, 536; II, 282.
 Moura (ribeira) – I, 497; II, 67, 131, 134, 150, 151, 152.
 Moura da Serra (Avô) – II, 71, 343, 345.
 Moura – II, 436.
 Moura Morta – II, 260.
 Mourísia – II, 151, 152.
 Mouronho – II, 251, 259, 260, 279.
 Mouros (rio) – II, 318.
 Mozac – I, 209, 210.
 Mucela (serra) – II, 150, 250, 255, 263.
 Mucelão – II, 263, 306, 522.
 Murano – 327.
 Nazaré – II, 42.
 Nespereiras – I, 27.
 Niza – II, 436.
 Nogueira do Cravo – I, 393.
 Normandia – I, 203, 216, 218.
 Noruega – II, 294.
 Nova Zembla – II, 294.
 Óbidos – II, 17, 42, 43.
 Olisipo – I, 290; II, 321.
 Oliva – II, 435, 436.
 Oliveira de Azeméis – I, 27.
 Oliveira do Conde – I, 325, 440; II, 53, 455.
 Oliveira do Hospital – I, 282, 315, 316, 324, 326, 366, 375, 437, 447, 489, 492, 505, 546, 548; II, 63, 71, 145, 237, 238, 252, 285, 291, 456.
 Oliveira do Mondego – I, 325.
 Olivença – II, 435, 436.
 Ombres – II, 252, 263.
 Orada – II, 440.

Ossela – I, 27.
 Ota – II, 45.
 Ouguela – II, 436.
 Ourém – I, 326.
 Ourique – II, 308.
 Outeiro de Bera – I, 512.
 Outeiro Seco – II, 419, 420.
 Outil – II, 455.
 Ovoa – I, 503.
 Pacífico (oceano) – II, 164.
 Paço de Sousa – I, 393; II, 430, 431.
 Paço do Almegue – I, 394.
 Paderne – I, 211.
 Países Baixos – II, 294.
 Palência – II, 147.
 Palestina – II, 540.
 Palheiros – II, 500, 505.
 Palmares – I, 26.
 Palmaz – I, 26, 27.
 Palmela – I, 41.
 Pampilhosa – II, 376.
 Pampilhosa da Serra – II, 117, 118,
 120, 269.
 Panóias – I, 312; II, 283.
 Paradela da Cortiça – II, 252, 258, 259,
 260, 262, 263, 278, 280, 306, 521,
 523.
 Paramos – II, 104.
 Pardieiros – II, 254.
 Paredes – II, 256, 263.
 Paris – I, 126, 322, 457, 504; II, 18,
 19, 81, 328, 418, 454.
 Parma – II, 83.
 Pastrana – II, 338.
 Paul – II, 248, 345.
 Pavia – I, 422.
 Pedras Lavradas – II, 249.
 Pedrógão – I, 345.
 Pedrógão Grande – II, 341.
 Pedroso – II, 395.
 Pedrulha – II, 180, 181.
 Penacova – I, 435, 436; II, 212, 215,
 252, 521, 531, 532.
 Penafiel – I, 393; II, 305.
 Penalva de Alva – II, 220, 244, 536,
 537, 538.
 Penela – I, 304, 319, 333, 350, 499,
 511, 535, 553; II, 341.
 Penha do Abutre – II, 245.
 Penha Longa – II, 432.
 Penhas do Gato – II, 245.
 Peniche – II, 394.
 Pereira – I, 339, 368; II, 44, 76, II, 123,
 206.
 Pereiro – II, 331.
 Pérsia – I, 178; II, 294.
 Pico do Tojo – II, 154.
 Pinheiro – I, 26, 27.
 Pinheiro da Bemposta – I, 26;
 Pinhel – I, 491, 492, 504; II, 62, 63,
 395.
 Piódão – II, 111, 112, 149, 150, 151,
 153, 154, 156, 245, 249, 342-345.
 Pirenéus – I, 124, 187, 195; II, 152.
 Pisão – II, 254.
 Pisco – II, 149.
 Poblet – II, 388.
 Podentes – I, 324.
 Poiares – II, 455, 500, 505.
 Poitiers – I, 177.
 Polónia – II, 294.
 Pomares – I, 249, 250, 251, 252, 354;
 II, 38, 46, 67, 131, 133, 134, 136,
 137, 140, 141, 145, 146, 149, 150,
 151, 153, 156, 157, 253, 343, 527.
 Pombal – I, 238, 311; II, 318, 319, 341,
 441.
 Pombalinho – I, 325.
 Pombeiras – I, 546; II, 251.
 Pombeiro da Beira – I, 262, 263, 331,
 334, 349, 353, 354, 498, 499, 517,
 518, 520, 523, 524, 525, 526, 527,
 528, 529, 541; II, 119, 255, 256,
 258, 260, 261, 262, 303, 474.
 Pompeia – II, 33.
 Ponta Delgada – I, 397.

- Ponte da Mucela – I, 320; II, 250, 260, 261, 263, 302, 303, 306, 500, 521, 522, 524.
- Ponte das Três Entradas – I, 433; II, 244, 245, 252.
- Ponte de Jugais – II, 244.
- Ponte de Lima – II, 44.
- Ponte dos Mouros – I, 26.
- Pontevedra – I, 464.
- Port- Royal – I, 477.
- Portalegre – I, 346, 356, 454, 519; II, 394.
- Portas do Inferno – II, 343, 344.
- Portela – II, 498.
- Portela da Cerdeira – II, 345.
- Portela da Cobiça – II, 500.
- Portela da Urgueira – I, 546
- Portela de Arão – II, 245.
- Portela do Boialvo – II, 262.
- Porto – I, 46, 56, 100, 163, 172, 179, 238, 265, 289, 312, 314, 317, 337, 363, 375, 377, 378, 390-393, 395, 454, 488, 501, 527; II, 52, 53, 388, 395, 400, 401, 402, 419. Cedofeita: I, 155, 163, 166- 180, 182, 193, 194, 196, 201, 211, 217, 219, 220, 221. Sé: I, 172, 179, 314, 317, 378, 488.
- Porto da Balsa – II, 154.
- Portugal – I, 39, 86, 136, 143, 146, 165, 179, 199, 209, 226, 390, 409, 410, 457, 537, 554; II, 85, 114, 185, 186, 294, 413, 421, 454.
- Portunhos – I, 325.
- Pousadouro – I, 440.
- Póvoa da Judia – I, 262.
- Póvoa de Midões – I, 439, 441.
- Póvoa de Santa Cristina – I, 321.
- Póvoa de Santa Isabel – I, 262.
- Póvoa de Varzim – II, 238.
- Povolide – I, 518, 527; II, 181.
- Puy-du-Dôme – I, 110, 185, 190, 195, 204, 209, 210, 216, 530, 532, 540.
- Quiaios – I, 325.
- Raiva – II, 251, 262.
- Rates – I, 163, 166, 168, 178, 179, 201, 212, 217, 219; II, 439, 440.
- Ravena – I, 110.
- Recardães – I, 545.
- Redinha – I, 304; II, 304, 305, 318, 319.
- Refoios – I, 312.
- Rego de Benfins – I, 258.
- Reims – II, 79.
- Relva Velha – II, 150, 254, 345.
- Reno (rio) – II, 131.
- Requeixo – II, 531.
- Riba de Ave – II, 427.
- Riba de Mortágua – II, 278.
- Ribeira Pequena – II, 522.
- Ribela – I, 355.
- Rio de Janeiro – II, 226, 271.
- Rio Mau – I, 173, 179.
- Riom – I, 110, 210.
- Rodeio Grande – II, 245.
- Roffiac – I, 210.
- Roma – I, 80, 86, 123, 124, 187, 375, 479; II, 33, 34, 147, 200, 267, 351, 352, 353, 357, 412, 495. Fórum: II, 33.
- Romariz – I, 393.
- Roriz – II, 416, 417, 418.
- Rossas – II, 104.
- Roxo – II, 165.
- Royat – I, 195, 198, 199, 200.
- Rússia – II, 294.
- Sabouga – II, 260.
- Sabugal – I, 504; II, 122, 395.
- Sabugosa – II, 311.
- Sabugueiro – II, 243, 244.
- Safim – II, 438.
- Saint Saturnin – II, 411.
- Saint-Bertrand-de-Comminges – I, 213.
- Saint-Gaudens – I, 213.
- Saint-Nectaire – I, 190, 195, 196.
- Saint-Vidal – I, 210.

- Salamanca – I, 479; II, 395.
- Sandomil – I, 433; II, 244, 290.
- Sanguinheda – II, 256, 258, 259, 262.
- Santa Clara – II, 39, 123, 184, 186, 189, 203, 210, 233, 332, 334, 359, 401, 456, 489.
- Santa Comba Dão – II, 144, 262, 338.
- Santa Comba de Lafões – I, 400.
- Santa Luzia – II, 269.
- Santa Maria de Alijó – I, 229.
- Santa Olaia – I, 356.
- Santa Ovaia – II, 149, 156, 238, 249, 252, 343.
- Santa Quitéria – II, 255, 256, 260.
- Santarém – I, 237, 316, 447; II, 319, 389, 391, 450, 451.
- Santiago de Compostela – I, 143, 153, 157, 159, 164, 178, 185, 186, 187, 188, 198, 201, 202, 203, 205, 206, 207, 208, 212, 213, 214, 216, 218, 220, 294, 302, 311, 322, 500, 532; II, 79, 80, 114, 334, 385, 426. Santa Maria la Real del Sar: I, 202, 207.
- Santo André de Trobe – I, 294.
- Santo António, do Cântaro – II, 262, 311, 212.
- Santo Domingo de Silos – I, 301.
- Santo Tirso – II, 46, 427.
- Santo Varão – I, 355.
- São Facundo – I, 394, 396; II, 181.
- São Felices dos Gallegos – I, 504.
- São Gião – I, 362; II, 536, 537, 538.
- São Joaquinho – II, 311.
- São João da Madeira – II, 60.
- São João de Areias – II, 278.
- São João de Arroios – II, 282.
- São João de ver – II, 336, 337.
- São Jorge (ilha) – II, 327.
- São Jorge da Mina – 537.
- São José das Lavegadas – II, 259, 260.
- São Martinho da Cortiça – I, 346, 546; II, 255, 258, 260, 279, 280, 306.
- São Martinho de Árvore – I, 325; II, 456.
- São Martinho do Bispo – I, 238.
- São Miguel – I, 397.
- São Miguel de Escalada – I, 169.
- São Paio de Gramaços – I, 232; II, 252, 513.
- São Paio do Mondego – II, 258, 259, 306.
- São Paulo de Frades – I, 238, 260, 298, 299, 325, 332; II, 181.
- São Pedro da Várzea – I, 300, 308.
- São Pedro de Alva – I, 366; II, 258, 259, 279, 303, 306.
- São Pedro de Goães – I, 229.
- São Pedro Dias (serra) – II, 250, 500.
- São Romão – I, 258, 261, 394, 500; II, 338.
- São Roque – I, 374.
- São Salvador de Covelas – I, 41.
- São Sebastião da Feira – I, 320; II, 245, 246, 247.
- São Silvestre – I, 344, 373; II, 377.
- São Tomé – I, 19, 20, 482.
- São Vicente – I, 115.
- São. Miguel de Refoios – I, 312.
- Sarzedo – I, 325; II, 128, 251, 254, 259, 260.
- Sazes – II, 244, 247.
- Scallabis – I, 290; II, 321.
- Sebal – I, 363.
- Sebastopol – I, 530.
- Secarias – II, 254.
- Seia – I, 293, 441, 499; II, 132, 139, 141, 252, 341, 342.
- Seiça – I, 352, 353.
- Seixo da Beira – I, 333, 339.
- Seixo do Ervedal – II, 137, 139.
- Semide – I, 338, 360, 373, 525; II, 123, 280.
- Sena – II, 34.
- Senhor das Almas – II, 247.
- Senhora da Ribeira – I, 26.

Senhora do Desterro – II, 244.
 Sepins – I, 240, 241, 298, 300, 325; II, 305.
 Serpins – II, 345.
 Serra da Estrela – I, 282.
 Servo – II, 260.
 Sesse Aurunca – I, 177.
 Sevilha – I, 293, 335; II, 167, 252.
 São – II, 294.
 Sibéria – II, 294.
 Silva – II, 154.
 Sintra – I, 383; II, 265.
 Síria – I, 193.
 Sobral (ribeira) – II, 131.
 Sobral de Casegas – II, 249, 345.
 Sobral Magro – II, 151, 152, 153, 156.
 Sobreira – II, 306.
 Soissons – I, 477.
 Sorgaçosa – I, 563; II, 150, 152, 156.
 Sortelha, II, 36.
 Soure – I, 291, 296, 298, 300, 304, 305, 308, 320, 321, 322, 333, 339, 367; II, 318, 319, 341, 444, 445.
 Souto da Ruiva – II, 151, 152, 156.
 Souto Escuro – II, 153.
 Souto Redondo – II, 336.
 Souto Seco – II, 258, 262.
 Souvigny – I, 209.
 Suécia – II, 294.
 Suíça – II, 115, 293, 294.
 Tábua – I, 325, 518, 519, 527; II, 252, 257.
 Tabuado – II, 419.
 Talábriga – I, 25, 26.
 Talhadas (serra) – II, 331.
 Tamarães – II, 265.
 Tamengos – II, 330.
 Tânger – I, 39; II, 338, 339.
 Targa – II, 267.
 Tarn-et-Garonne – I, 163.
 Tarouca – II, 247.
 Tarragona – II, 388.
 Taunton (rio) – II, 328.
 Tavadere – I, 351.
 Teixeira de Baixo – II, 249.
 Tejo (rio) – I, 217; II, 18, 186, 187, 203, 293, 294, 295, 386.
 Tentúgal – I, 320, 321, 325, 326, 329, 339, 344, 351, 353, 528.
 Terceira (ilha) – I, 38; II, 327, 328.
 Terra do Labrador – II, 327, 328.
 Terra Nova – II, 327, 328.
 Tibre (rio) – II, 34.
 Tojais – II, 283.
 Tojo – II, 150.
 Toledo – I, 290, 343, 554; II, 80, 209.
 Tomar – I, 306, 311, 335, 361, 389, 398, 454, 555; II, 210, 216, 432, 445, 446.
 Tondela – II, 311.
 Tonquim – II, 294.
 Torre de Bera – I, 511, 512, 513.
 Torres do Mondego – II, 500, 505.
 Torres Novas – I, 238.
 Torres Vedras – I, 45; quinta das Lapas – I, 45.
 Torrozel – II, 247, 250, 252.
 Tortosa – I, 137.
 Tortosendo – II, 248, 345.
 Toulouse – I, 153, 157, 158, 159, 177, 185, 186, 188, 201, 205, 206, 207, 302. Saint-Sernin: I, 153, 157, 158, 159, 186, 205, 206, 207, 212, 213, 216, 218, 220.
 Touriz – I, 441; II, 286.
 Tours – I, 479.
 Tovins – II, 165, 178.
 Trasmeara – I, 389.
 Trás-os-Montes – I, 105, 536; II, 281-284, 349.
 Travanca – I, 179; II, 306, 405, 406, 455.
 Travanca de Lagos – I, 316, 333.
 Trento – II, 342.
 Trevim – II, 200, 474.

Trizac – I, 210.
 Trofa do Vouga – I, 41, 343.
 Trouxemil – II, 180.
 Troyes – I, 477.
 Tui – I, 177; II, 238, 421, 422.
 Turquia – II, 294, 469.
 Ucanha – II, 247.
 Ul (rio) – I, 26.
 Unhais da Serra – II, 248, 269.
 Urbino – II, 351.
 Urgueira – I, 546.
 Vacariça – I, 500.
 Vairão – II, 432.
 Valadares – II, 419.
 Valado – II, 156.
 Vale da Orca – I, 441.
 Vale da Perdiz – II, 243.
 Vale da Taipa – I, 441.
 Vale das Corças – II, 251, 261, 263, 303.
 Vale de Cambra – I, 27; II, 60.
 Vale de Maceira – II, 156.
 Vale de Santarém – II, 16.
 Vale do Conde – II, 263.
 Vale do Meio – II, 263.
 Vale do Tronco – II, 263, 302.
 Vale Grande – II, 269.
 Vale Maior – I, 27; II, 263.
 Vale Meão – II, 178.
 Valença – II, 421.
 Valezim – II, 244.
 Valladolid – I, 464, 466, 469.
 Valongueiras – II, 283.
 Varandas de Avô – II, 149.
 Vareja – II, 255, 260.
 Várzea – II, 259, 260.
 Várzea Negra – I, 441.
 Varziela – I, 336, 344, 486.
 Velay – I, 530.
 Venda da Esperança – II, 149, 251.
 Venda da Serra – II, 251.
 Vendas de Galizes – II, 149.
 Vendas Novas – II, 336.
 Veneza – II, 34, 293, 357, 412.
 Vénus (planeta) – II, 155, 243.
 Viana do Castelo – II, 315-317.
 Vichy – I, 195.
 Vide – II, 151, 153, 245, 249, 344.
 Vide (ribeira) – II, 245, 246.
 Vidigueira – II, 432.
 Vidual – II, 269-276.
 Vienne – II, 403.
 Vila Chã – I, 441.
 Vila Chã de S. Roque – I, 393.
 Vila Cova de Alva – I, 368, 499; II, 149, 244.
 Vila Cova-a-Coelheira – II, 244, 251.
 Vila do Conde – I, 391, 536; II, 428, 429.
 Vila Nova de Anços – I, 321.
 Vila Nova de Poiares – II, 119.
 Vila Pouca da Beira – II, 107, 221-241, 252, 253.
 Vila Real – I, 105. Capela de Nossa Senhora da Guadalupe: I, 105; II, 113, 283, 287.
 Vila Verde – I, 394.
 Vilar de Frades – I, 391.
 Vilar Maior – I, 504.
 Vilarinho – II, 256, 455.
 Villacova – I, 499.
 Viseu – I, 293, 348; II, 286, 311, 334, 474, 475, 476, 486, 526.
 Vista Alegre – I, 46.
 Viterbo – I, 143.
 Xangai – II, 78.
 Zêzere (rio) – II, 243, 249.



CÂMARA MUNICIPAL
DE
COIMBRA